

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE

Deborah Luísa Vieira dos Santos

AS BRASILEIRAS NO PODER: uma análise das narrativas de gênero de deputadas federais no
Twitter em 2019

Juiz de Fora

2023

Deborah Luísa Vieira dos Santos

AS BRASILEIRAS NO PODER: uma análise das narrativas de gênero de deputadas federais no
Twitter em 2019

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para a obtenção de título de Doutora em Comunicação. Área de Concentração: Comunicação e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Ademir de Oliveira

Juiz de Fora

2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Vieira dos Santos, Deborah Luísa.

AS BRASILEIRAS NO PODER : Uma análise das narrativas de gênero de deputadas federais no Twitter em 2019 / Deborah Luísa Vieira dos Santos. -- 2023.

467 p.

Orientador: Luiz Ademir de Oliveira

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2023.

1. Comunicação e Política. 2. Gênero. 3. Mulheres. 4. Câmara dos Deputados Federal. 5. Twitter. I. de Oliveira, Luiz Ademir , orient. II Título.

Deborah Luísa Vieira dos Santos

AS BRASILEIRAS NO PODER: Uma análise das narrativas de gênero de deputadas federais no Twitter em 2019

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Comunicação. Área de concentração: Comunicação e Sociedade

Aprovada em 19 de outubro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Ademir de Oliveira - Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Carlos Pernisa Junior

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.^a Dr.^a Carla Montuori Fernandes

Universidade Paulista

Prof.^a Dr.^a Fernanda Argolo Dantas

University of Calgary

Juiz de Fora, 31/08/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Figueira Leal, Professor(a)**, em 19/10/2023, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Pernisa Junior, Professor(a)**, em 19/10/2023, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Ademir de Oliveira, Usuário Externo**, em 19/10/2023, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Argolo Dantas, Usuário Externo**, em 19/10/2023, às 18:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Montuori Fernandes, Usuário Externo**, em 19/10/2023, às 20:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1444462** e o código CRC **123A7BAD**.

Dedico este trabalho ao meu avô, Domingos Vieira dos Santos (Vô Minguinho), que me ensinou o valor da educação e partiu sabendo que a neta seria doutora.

AGRADECIMENTO

Ser mulher é sentir-se, por vezes, silenciada, desacreditada. Este trabalho é dedicado a todas as mulheres e suas incríveis e vastas diferenças e experiências, àquelas que vieram antes e abriram os caminhos. Àquelas que se libertaram das correntes, se rebelaram dos padrões e fugiram do fogo da fogueira.

Dedico o trabalho a todas as pesquisadoras que se aventuram nesse espaço ainda permeado pela dominação masculina. Que a cada dia e nova pesquisa possamos abrir olhos, ouvidos e mentes, nossos e de nossas irmãs, para que, em algum momento, o machismo, sexismo, misoginia e qualquer tipo de preconceito sejam algo do passado. Afinal, ser feminista é um ato político, nosso corpo é político.

Dedico ainda à primeira estrela, aquela que convivi por pouco tempo, mas que tenho a certeza de que era feminista, por ser uma mulher muito à frente do seu tempo e de suas condições: à minha avó materna, Maria Estelita Ribeiro dos Santos. Agradeço a todas aquelas que vieram antes de mim, às minhas ancestrais que me guardam e me guiam. Às minhas avós, pelo amparo e exemplo. À minha irmã Gabriela e cunhada Marina, pela força e ouvidos. Às minhas duas mães, Glorinha e Laisse, por serem amor, compreensão e presença, quando eu não mais podia caminhar só. À minha prima Mara, pelo cuidado e carinho desde à infância e pelas aulas de leitura em casa. Às minhas tias Zetinha e Cida, pela oração, inspiração e carinho.

Às minhas amigas de vida acadêmica, parceiras de vida e de luta: Mayra, Mariane, Marina, Isis, Jaíssa, Laila, Lara e Ana Quadros, que foram força e acolhimento ao longo dos anos e por quem tenho enorme admiração. À minha psicóloga Celuana, que cuidou da minha mente e esteve do meu lado durante boa parte dessa trajetória acadêmica, uma mulher que me compreendeu e não soltou minha mão. E à minha gatinha Cléo de Fátima (Fatinha, para os íntimos), por me trazer paz e alegria diárias. Essa é uma conquista de todas, não apenas minha. Contudo, aproveito para também agradecer e parabenizar a mim. Fui e continuo sendo força e coragem! Agora, mais do que antes.

Ao longo da caminhada, me interessei pelo campo que, a princípio, não seria o meu lugar: a política. Um espaço dominado ainda por homens, mas com contribuições fantásticas das pesquisadoras mulheres que vêm despontando ao longo dos anos e fortalecendo nossa luta e esperanças. E, nesse sentido, devo um agradecimento especial ao meu orientador, Dr. Luiz Ademir.

Juntos aprendemos, dividimos mais do que uma trajetória acadêmica e pelo qual tenho uma indescritível gratidão. Ele acreditou em mim e continua a acreditar, mesmo quando eu mesma não consigo ver as possibilidades.

Para não dizer que agradeço apenas às mulheres da minha vida, agradeço também àqueles que de algum modo contribuíram para que esse trabalho fosse possível. A meu avô materno, vovô Minguinho, que enfim vai ver a neta “doutora”, mas não em medicina. Obrigada por ensinar para toda a família o valor da educação.

Ao meu pai, Essio, por investir em mim e, por vezes, ter dado o suporte presencial e psicológico para que eu conseguisse lidar com as pressões e cansaços do dia a dia.

Ao meu companheiro de vida e jornada, Raphael, pela paciência, auxílio com o mundo tecnológico e abrigo nos meus momentos de crise. Obrigada por todo amor e por ser o ninho que sempre pude retornar.

Agradeço aos meus colegas de trabalho, na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE), pela compreensão e apoio ao longo desse tempo. Afinal, trabalhar e estudar não são tarefas fáceis sozinhas, muito menos quando estão juntas. Obrigada por se fazerem presentes de algum modo. Um agradecimento especial ao meu companheiro de pesquisa e colega de trabalho, Vinícius. Com certeza, enfrentar a responsabilidade de sala de aula tornou-se mais leve com você.

E falando em sala de aula, não poderia esquecer os meus alunos, alunas e alunes que me ensinam todos os dias. Vocês trazem alegria e sentido para minha vida e a certeza de que a sala de aula e a pesquisa são o meu lugar. Lembrem-se sempre: vocês se sentarão nas árvores que eu e meus professores e professoras plantaram. E espero que o semear do conhecimento e gentileza atravessem os tempos.

Agradeço à banca que dedicou seu tempo e conhecimento para participarem desse momento. São professores e professoras, pesquisadores e pesquisadoras, que admiro e me sinto honrada em poder tê-los neste momento tão especial. Muito obrigada por dedicarem à leitura desse material!

Ao ensino público e de qualidade, em especial ao Programa Restruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNE), que me permitiu a entrada no ensino superior gratuito. Serei eternamente grata aos programas de ampliação e acesso à educação, por possibilitar a

transformação da minha vida e de tantas outras pessoas. Eu valorizo a educação pública e acredito que só a educação é capaz de libertar, transformar.

Enquanto houver luta, haverá resistência. Entretanto, enquanto houver resistência, haverá mulheres de luta para enfrentar.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

“Não importa o que aconteceu no seu passado, não importa quem te virou as costas, se você não desiste de si mesma e luta por si, o mundo pode ser seu! E unidas, então? Não há quem nos segure!” (Novaes; Balam, 2020, p. 4).

RESUMO

O Brasil ainda é um país marcado e permeado pela dominação masculina. Essa estrutura contribui para uma sociedade injusta e desigual, baseada na hierarquização entre os gêneros e na baixa participação feminina na política, tendo um dos menores índices na América Latina e no mundo, de acordo com a “ONU Mulheres” e a “União Interparlamentar”. Ademais, esse cenário também está refletido nos altos índices de violência contra a mulher, feminicídio, desigualdade salarial, entre outros aspectos que atingem a vida das mulheres nos espaços público e privado, como impedem as mesmas de alcançarem mais espaços no mundo do trabalho e na vida política. Ao tomar a comunicação como um espaço de construção social, formação do próprio *self*, disseminação de símbolos e até de tentativa de conformação social da realidade, a pesquisa visa a observar como as deputadas federais ocupam os espaços de comunicação nas redes sociais *online* e utilizam a arena midiática para discutir questões caras à sociedade e à democracia, como as questões de gênero. O trabalho busca investigar de que forma a dominação masculina permeia – ou não – os discursos das deputadas federais eleitas em 2018. Analisa, ainda, se as deputadas eleitas representam (ou não) as bandeiras femininas e feministas, como equidade de gênero, participação, entre outros, a partir das narrativas e discursos veiculados nos perfis do *Twitter*, no período de 01 de fevereiro de 2019, período referente à posse das deputadas, a 31 de julho do mesmo ano, compreendendo o primeiro semestre de atuação na Câmara dos Deputados Federal, de 15 das 77 deputadas eleitas (aproximadamente 21% do total). Como método de análise, é acionada a Análise de Conteúdo (Bardin, 2011) associada à Análise de Conteúdo Aplicada às Redes Sociais *Online* (Cervi, 2019; 2018). A partir da análise híbrida das publicações do *Twitter*, foi possível observar que, mesmo havendo um crescimento do número de cadeiras ocupadas por mulheres, estas ainda representam uma parcela branca e conservadora, que, em sua maioria, apoiou o governo Bolsonaro em pautas como a Reforma da Previdência, com alinhamento à concepção neoliberal e às construções identitárias de direita. No recorte da pesquisa, foi possível encontrar três grupos distintos: a) deputadas de extrema-direita, alinhado a pautas neoliberais economicamente e conservador nas pautas de costumes, condenando o feminismo e pautas progressistas. Este grupo alinhou-se ao governo Bolsonaro como base de apoio. A partir da observação de deputadas, que, por vezes, ficam às sombras da mídia tradicional, foi possível identificar o pequeno avanço nas pautas femininas e feministas, com maior diálogo com a manutenção da dominação masculina. Ou seja, a maior inserção de mulheres na política não reflete diretamente em mais políticas públicas

para as mulheres. Outro achado importante foi o fato de o tema “mulher” aparecer apenas no discurso de 3 das 15 deputadas investigadas, o que reflete que essa não é, necessariamente, uma preocupação das deputadas eleitas, presentes no recorte.

Palavras-chave: Comunicação e Política; Gênero; Mulheres; Câmara dos Deputados Federal; *Twitter*.

RESUMEN

Brasil sigue siendo un país marcado y permeado por la dominación masculina. Esta estructura contribuye a una sociedad injusta y desigual, basada en la jerarquización de género y en la baja participación femenina en la política, con uno de los índices más bajos de América Latina y del mundo, según la “ONU Mujeres” y la “Unión Interparlamentaria”. Además, este escenario también se refleja en los altos índices de violencia contra las mujeres, femicidios, desigualdad salarial, entre otros aspectos que afectan la vida de las mujeres en el ámbito público y privado, y les impide alcanzar más espacios en el mundo del trabajo y en la vida política. Tomando la comunicación como un espacio de construcción social, de formación del yo, de difusión de símbolos e incluso de intento de conformación social de la realidad, la investigación pretende observar cómo las diputadas federales ocupan espacios de comunicación en las redes sociales online y utilizan la arena mediática para discutir temas caros a la sociedad y a la democracia, como las cuestiones de género. El trabajo busca indagar cómo la dominación masculina impregna -o no- los discursos de las diputadas federales electas en 2018. También analiza si las diputadas electas representan o no banderas de las mujeres y feministas, como la igualdad de género, la participación, entre otras, a partir de las narrativas y discursos publicados en sus perfiles de Twitter entre el 1 de febrero de 2019, período en que las diputadas asumieron sus cargos, y el 31 de julio del mismo año, que comprende los primeros seis meses de gestión en la Cámara de Diputados Federal, de 15 de las 77 diputadas electas (aproximadamente el 21% del total). El método utilizado para analizar los posts fue el Análisis de Contenido (Bardin, 2011) combinado con el Análisis de Contenido Aplicado a Redes Sociales Online (Cervi, 2019; 2018). A partir del análisis híbrido de las publicaciones en Twitter, fue posible observar que, aunque haya crecido el número de escaños ocupados por mujeres, ellas siguen representando un grupo blanco y conservador, que en su mayoría apoyó al gobierno de Bolsonaro en temas como la Reforma Previsional, en consonancia con las ideas neoliberales y las construcciones identitarias de derecha. En la investigación, fue posible encontrar tres grupos diferenciados: a) diputados de extrema derecha, alineados con agendas neoliberales en lo económico y conservadores en las costumbres, condenando el feminismo y las agendas progresistas. Este grupo se ha alineado con el gobierno de Bolsonaro como base de apoyo. Al observar a las parlamentarias, que a veces permanecen en las sombras de los medios de comunicación tradicionales, fue posible identificar pocos avances en las agendas de las mujeres y feministas, con un mayor diálogo con el mantenimiento de la dominación masculina.

En otras palabras, la mayor inclusión de las mujeres en la política no se refleja directamente en más políticas públicas para las mujeres. Otra constatación importante fue el hecho de que el tema "mujeres" sólo apareció en los discursos de 3 de las 15 parlamentarias investigadas, lo que refleja que no es necesariamente una preocupación de las parlamentarias electas presentes en el estudio.

Palabras-clave: Comunicación y Política; Género; Mujeres; Cámara de los Diputados Federal; *Twitter*.

ABSTRACT

Brazil is still a country marked and permeated by male domination. This structure contributes to an unjust and unequal society, based on gender hierarchization and low female participation in politics, with one of the lowest rates in Latin America and the world, according to UN Women and the Inter-Parliamentary Union. Furthermore, this scenario is also reflected in the high rates of violence against women, femicide, wage inequality, among other aspects that affect women's lives in the public and private spheres, as well as preventing them from reaching more spaces in the world of work and in political life. Taking communication as a space for social construction, the formation of the self, the dissemination of symbols and even an attempt to socially shape reality, the research aims to observe how female MPs occupy communication spaces on online social networks and use the media arena to discuss issues dear to society and democracy, such as gender issues. The work seeks to investigate how male domination permeates - or not - the speeches of the federal deputies elected in 2018. It also analyzes whether or not the elected female deputies represent women's and feminist agendas, such as gender equality, participation, among others, based on the narratives and speeches posted on their Twitter profiles, from February 1, 2019, when the deputies took office, to July 31 of the same year, comprising the first half of their time in the Chamber of Deputies, of 15 of the 77 elected female deputies (approximately 21% of the total). As a method of analysis, we used Content Analysis (Bardin, 2011) associated with Content Analysis Applied to Online Social Networks (Cervi, 2019; 2018). From the hybrid analysis of Twitter posts, it was possible to observe that, even though the number of seats occupied by women has grown, they still represent a white and conservative group, most of whom supported the Bolsonaro government on issues such as the Pension Reform, in line with neoliberal ideas and right-wing identity constructions. In the research, it was possible to find three distinct groups: a) far-right deputies, aligned with neoliberal agendas economically and conservative in terms of customs, condemning feminism and progressive agendas. This group has aligned itself with the Bolsonaro government as a support base. By observing female MPs, who sometimes remain in the shadows of the traditional media, it was possible to identify little progress on women's and feminist agendas, with greater dialog with the maintenance of male domination. In other words, the greater inclusion of women in politics is not directly reflected in more public policies for women. Another important finding was the fact that the issue of "women" only appeared in the speeches of 3 of the 15 female

MPs investigated, which reflects that this is not necessarily a concern of the elected female MPs present in the study.

Keywords: Communication and Politics; Gender; Women; Federal Chamber of Deputies; *Twitter*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Classificação dos partidos políticos brasileiros em <i>policy</i> , <i>office</i> ou <i>vote-seeking</i> em 2018	196
Figura 2 - Formatação de temática	209
Figura 3 - Foto Áurea Carolina (PSOL/MG).....	224
Figura 4 - Nuvem de Palavras a partir das publicações da Dep. Federal Áurea Carolina.....	227
Figura 5 - Análise gerada pelo programa <i>Iramuteq</i> – Dep. Federal Áurea Carolina	229
Figura 6 - Foto Profa. Dorinha (DEM/TO)	239
Figura 7 - Nuvem de Palavras a partir das publicações da Dep. Federal Profa. Dorinha	240
Figura 8 - Foto Elcione Barbalho (MDB/PA)	246
Figura 9 - Nuvem de Palavras a partir das publicações da Dep. Federal Elcione Barbalho	248
Figura 10 - Análise gerada pelo programa <i>Iramuteq</i> – Dep. Federal Elcione Barbalho	250
Figura 11 - Foto Adriana Ventura (NOVO/SP)	259
Figura 12 - Nuvem de Palavras a partir das publicações da Dep. Federal Adriana Ventura	260
Figura 13 - Análise gerada pelo programa <i>Iramuteq</i> – Dep. Federal Adriana Ventura	261
Figura 14 - Foto Profa. Marcivania (PCoB/AP).....	270
Figura 15 - Nuvem de Palavras a partir das publicações da Dep. Federal Profa. Marcivania	271
Figura 16 - Análise gerada pelo programa <i>Iramuteq</i> – Dep. Federal Profa. Marcivania	274
Figura 17 - Foto Iracema Portella (PP/PI).....	282
Figura 18 - Nuvem de Palavras a partir das publicações da Dep. Federal Iracema Portella.....	283
Figura 19 - <i>Instagram</i> da ex-deputada Iracema Portella	286
Figura 20 - <i>Tweet</i> de Iracema Portella em 24 de janeiro de 2023	286
Figura 21 - Publicação no <i>Twitter</i> de Iracema Portella em 5 de março de 2022.....	287
Figura 22 - Publicação no <i>Twitter</i> de Iracema Portella em 12 de julho de 2021.....	288
Figura 23 - Publicação no <i>Twitter</i> de Iracema Portella em 25 de maio de 2021.....	288
Figura 24 - Publicação no <i>Instagram</i> de Iracema Portella em 25 de dezembro de 2022.....	289
Figura 25 - Foto Paula Belmonte (PPS/DF).....	290
Figura 26 - Nuvem de Palavras a partir das publicações da Dep. Federal Paula Belmonte.....	292
Figura 27 - Análise gerada pelo programa <i>Iramuteq</i> – Dep. Federal Paula Belmonte.....	294
Figura 28 - Foto Magda Mofatto (PR/GO).....	304
Figura 29 - Nuvem de Palavras a partir das publicações da Dep. Federal Magda Mofatto	305
Figura 30 - Análise gerada pelo programa <i>Iramuteq</i> – Dep. Federal Magda Mofatto	306
Figura 31 - Publicação do <i>Instagram</i> de Magda Mofatto em 2 de dezembro de 2021	314
Figura 32 - Foto Aline Gurgel (PRB/AP).....	315
Figura 33 - Nuvem de Palavras a partir das publicações da Dep. Federal Aline Gurgel	316
Figura 34 - Análise gerada pelo programa <i>Iramuteq</i> – Dep. Federal Aline Gurgel	318
Figura 35 - Foto Clarissa Garotinho (PROS/RJ).....	327
Figura 36 - Nuvem de Palavras a partir das publicações da Dep. Federal Clarissa Garotinho ...	329
Figura 37 - Análise gerada pelo programa <i>Iramuteq</i> – Dep. Federal Clarissa Garotinho	330
Figura 38 - Foto Liziane Bayer (PSB/RS).....	336
Figura 39 - Nuvem de Palavras a partir das publicações da Dep. Federal Liziane Bayer.....	338
Figura 40 - Análise gerada pelo programa <i>Iramuteq</i> – Dep. Federal Liziane Bayer.....	339

Figura 41 - Publicação do Instagram de Liziane Bayer em 29 de junho de 2022	346
Figura 42 - Foto Mara Rocha (PSDB/AC)	347
Figura 43 - Nuvem de Palavras a partir das publicações da Dep. Federal Mara Rocha.....	349
Figura 44 - Análise gerada pelo programa Iramuteq – Dep. Federal Mara Rocha.....	350
Figura 45 - Publicação no Instagram de Mara Rocha em 02/05/2023	355
Figura 46 - Foto Soraya Manato (PSL/ES)	356
Figura 47 - Nuvem de Palavras a partir das publicações da Dep. Federal Dra. Soraya Manato .	357
Figura 48 - Análise gerada pelo programa Iramuteq – Dep. Federal Dra. Soraya Manato	358
Figura 49 - Foto Rejane Dias (PT/PI).....	365
Figura 50 - Nuvem de Palavras a partir das publicações da Dep. Federal Rejane Dias.....	366
Figura 51 - Análise gerada pelo programa <i>Iramuteq</i> – Dep. Federal Rejane Dias.....	367
Figura 52 – Foto Joenia Wapichana (REDE/RR).....	374
Figura 53 - Nuvem de Palavras a partir das publicações da Dep. Federal Joenia Wapichana	375
Figura 54 - Análise gerada pelo programa Iramuteq – Dep. Federal Joenia Wapichana	376
Figura 55 - Publicação do <i>Twitter</i> de Áurea Carolina no Dia Internacional do Orgulho.....	404

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 - Conquistas das Mulheres ao longo dos anos.....	75
Quadro 2 - 77 deputadas eleitas em 2018 para a Câmara dos Deputados Federal.....	196
Quadro 3 - Deputadas eleitas em 2018 e o respectivo posicionamento no espectro político.....	198
Quadro 5 - 91 deputadas eleitas em 2022 para a Câmara dos Deputados Federal.....	202
Quadro 6 - Deputadas eleitas em 2022 e o respectivo posicionamento no espectro político.....	205
Quadro 7 - Principais informações das Deputadas observadas na pesquisa.....	210
Quadro 8 - Nomeação das categorias por termos - perfil da Dep. Federal Áurea Carolina.....	230
Quadro 9 - Categorias presentes nos tweets da Profa. Dorinha Seabra Resende.....	244
Quadro 10 - Nomeação das categorias por termos - perfil da Dep. Federal Elcione Barbalho..	250
Quadro 11 - Nomeação das categorias por termos - perfil da Dep. Federal Adriana Ventura....	262
Quadro 12 - Nomeação das categorias por termos - perfil da Dep. Federal Profa. Marcivania..	274
Quadro 13 - Categorias presentes nos tweets de Iracema Portella.....	285
Quadro 14 - Nomeação das categorias por termos - perfil da Dep. Federal Paula Belmonte.....	294
Quadro 15 - Nomeação das categorias por termos - perfil da Dep. Federal Magda Mofatto.....	306
Quadro 16 - Nomeação das categorias por termos - perfil da Dep. Federal Aline Gurgel.....	319
Quadro 17 - Nomeação das categorias por termos - perfil da Dep. Federal Clarissa Garotinho	330
Quadro 18 - Nomeação das categorias por termos - perfil da Dep. Federal Liziane Bayer.....	339
Quadro 19 - Nomeação das categorias por termos - perfil da Dep. Federal Mara Rocha.....	350
Quadro 20 - Nomeação das categorias por termos - perfil da Dep. Federal Dra. Soraya Manato	359
Quadro 21- Nomeação das categorias por termos - perfil da Dep. Federal Rejane Dias.....	367
Quadro 22 - Nomeação das categorias por termos - perfil da Dep. Federal Joenia Wapichana .	376
Quadro 23 - Temáticas políticas.....	387
Quadro 24 - Deputadas e número de <i>tweets</i> nos primeiros 180 dias de mandato.....	406

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	22
2 GÊNERO E FEMINISMOS.....	43
2.1 GÊNERO: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL.....	43
2.2 FEMINISMO(S) E SEUS ATRAVESSAMENTOS.....	66
2.3 VERTENTES DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS.....	87
3. GÊNERO E CIDADANIA.....	90
3.1 O PESSOAL É POLÍTICO	90
3.2 MULHER E CIDADANIA: DESAFIOS E REPRESENTAÇÕES.....	102
4 MÍDIA E POLÍTICA: ATRAVESSAMENTOS E IMPLICAÇÕES.....	131
4.1 A MÍDIA E OS PROCESSOS SOCIAIS: OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E O MUNDO SOCIAL.....	131
4.2 MUDIATIZAÇÃO DA POLÍTICA.....	150
5 FEMINISMOS, POLÍTICA E REDES SOCIAIS.....	166
5.1 CIBERESPAÇO E AS PLATAFORMAS DIGITAIS.....	166
5.2 FEMINISMOS E REDES SOCIAIS: A QUARTA ONDA DO FEMINISMO	177
5.3 <i>TWITTER</i> E AS CONEXÕES COM O UNIVERSO DA POLÍTICA.....	186
6 AS BRASILEIRAS NO PODER: METODOLOGIA E ANÁLISE.....	192
6.1 A PESQUISA EM COMUNICAÇÃO.....	192
6.2 METODOLOGIA DE PESQUISA E ANÁLISE.....	194
6.2.1 Pesquisa bibliográfica.....	194
6.2.2 Pesquisa documental e <i>Corpus</i> de análise.....	195
6.2.3 Análise de Conteúdo e Análise de Conteúdo das redes sociais <i>online</i>	206
6.3 QUEM SÃO AS DEPUTADAS FEDERAIS	209

6.3.1	Áurea Carolina (PSOL/MG)	211
6.3.2	Profa. Dorinha Seabra Resende (DEM/TO)	213
6.3.3	Elcione Barbalho (MDB/PA)	214
6.3.4	Adriana Ventura (NOVO/SP)	215
6.3.5	Profa. Marcivania (PCdoB/AP)	215
6.3.6	Iracema Portella (PP/PI)	216
6.3.7	Paula Belmonte (PPS/DF)	217
6.3.8	Magda Mofatto (PR/GO)	217
6.3.9	Aline Gurgel (PRB/AP)	218
6.3.10	Clarissa Garotinho (PROS/RJ)	219
6.3.11	Liziane Bayer (PSB/RS)	220
6.3.12	Mara Rocha (PSDB/AC)	221
6.3.13	Dra. Soraya Manato (PSL/ES)	221
6.3.14	Rejane Dias (PT/PI)	222
6.3.15	Joenia Wapichana (REDE/RR)	223
6.4	ANÁLISE DE CONTEÚDO AUTOMATIZADA	224
6.4.1	Áurea Carolina (PSOL/MG)	224
6.4.2	Profa. Dorinha Seabra Resende (DEM/TO)	238
6.4.3	Elcione Barbalho (MDB/PA)	245
6.4.4	Adriana Ventura (NOVO/SP)	258
6.4.5	Profa. Marcivania (PCdoB/AP)	270
6.4.6	Iracema Portella (PP/PI)	282
6.4.7	Paula Belmonte (PPS/DF)	289
6.4.8	Magda Mofatto (PR/GO)	303
6.4.9	Aline Gurgel (PRB/AP)	315

6.4.10 Clarissa Garotinho (PROS/RJ)	327
6.4.11 Liziane Bayer (PSB/RS)	335
6.4.12 Mara Rocha (PSDB/AC)	347
6.4.13 Dra. Soraya Manato (PSL/ES)	355
6.4.14 Rejane Dias (PT/PI)	364
6.4.15 Joenia Wapichana (REDE/RR)	373
6.5 ANÁLISE DE CONTEÚDO COMPARATIVA	383
6.5.1 Capital político e atuação no congresso	383
6.5.2 Temáticas políticas	387
6.5.3 Pautas identitárias e feministas	399
6.5.4 Atuação nas redes sociais e o papel da comunicação no mandato	406
7 CONCLUSÃO	409
REFERÊNCIAS	415

1 INTRODUÇÃO

Até que o leão aprenda a escrever, toda história glorificará sempre a versão do caçador (Trindade, 2022).¹

Em 2018, o cenário político e eleitoral no Brasil foi marcado por uma forte polarização ideológica entre a direita, que teve na eleição de Jair Bolsonaro (na época filiado ao PSL) o grande trunfo, que saiu vitorioso no segundo turno contra Fernando Haddad (PT), candidato da frente de centro-esquerda. Vinculada a um populismo digital, a onda bolsonarista também influenciou na eleição de governadores, deputados federais e estaduais. (Cesarino, 2020; Oliveira *et al.*, 2021). Porém, quanto ao Legislativo e aos governos estaduais, há ainda a força das oligarquias regionais e do capital político vinculado a tais grupos, que se manteve forte.

Nesse ambiente, para a Câmara Federal, foram eleitas 77 deputadas federais, dentre elas, a primeira deputada indígena Joenia Wapichana (REDE/RR). Contudo, ao fazer uma análise do espectro político e ideológico, do total de parlamentares eleitas, 33 (43%) são do bloco de direita e centro-direita. Há um total de 18 alinhadas ao bolsonarismo de extrema-direita – PSL – 9, PRP – 1, PR (hoje PL) – 5, PRB – 3. Em relação ao centro-direita, foram 15, que se alinharam à maior parte do governo, mas destoaram em algumas pautas – PP (5), DEM (3), PTB (1), PTC (1), PODE (1), Novo (1), PSD (1). Numa postura ambígua em alguns momentos, por terem parte da bancada pertencente ao Centrão², partidos de centro, como PSDB (8 deputadas eleitas), MDB (4), PPS (hoje Cidadania – 2), Avante (2), PROS (1), Solidariedade (1), elegeram 18 deputadas (23%). Já as siglas de centro-esquerda, que estão

¹ Ditado utilizado como epígrafe do primeiro capítulo do livro “Discurso de ódio nas redes sociais” (2022), de Luiz Valério Trindade.

² O Centrão é um grupo informal de parlamentares vinculados a partidos de centro-direita e de direita, que pautam os seus mandatos por uma relação fisiológica com o Executivo. Criado em 1987, durante a Constituinte, teve já força na definição de temas da Constituição de 1988. Desde então, os presidentes eleitos, desde a redemocratização em 1985, tiveram que se aliar ao Centrão – que controla mais de 200 deputados, para garantir a governabilidade, como Itamar Franco (PMDB - 1992-1994), Fernando Henrique Cardoso (PSDB - 1995-1998 e 1998-2002), Luiz Inácio Lula da Silva (PT - 2003 a 2006 e 2007 a 2010) e Michel Temer (2016 a 2028), Jair Bolsonaro (2019 a 2022). Fernando Collor de Mello (PRN – 1990 a 1991) e Dilma Rousseff (PT – 2011 a 2014 e 2014 a 2016) acabaram não costurando boas articulações com o Centrão e tiveram que renunciar, no caso de Collor, ou sofreu *impeachment* como Dilma Rousseff. Em 2018, o Centrão contava com 207 deputados vinculados às siglas – PP, PR, PSD, PRB, PTB, PROS, SD e PSC e o MDB) (O Globo, 2018).

mais vinculadas às pautas feministas e femininas, elegeram apenas 26 (34%) deputadas – PT (10), PSOL (5), PC do B (4), PSB (3), PDT (2), Rede (1) e PV (1). No entanto, como será visto na análise, a filiação a um partido não significa aderência à linha ideológica como ocorreu com a deputada Liziane Bayer, eleita pelo PSB, mas que aderiu ao bolsonarismo, tendo inclusive saído do partido.

Tomando esta proporcionalidade do Congresso Nacional, em relação à representatividade feminina, observa-se que a maioria das parlamentares eram de direita ou centro-direita (43%), sendo 23% ligadas ao Centro, mas com vínculos com o Centrão e apenas 34% de deputadas federais eram de esquerda. Num contexto conservador, mas de embates de mulheres atuantes na bancada de centro-esquerda, foi um momento também de lutas e resistência na Câmara dos Deputados. Apesar de serem poucas, as deputadas ligadas às pautas identitárias, como veremos, foram vozes importantes para defender as bandeiras feministas. Por isso, num país conservador, em que se mesclam posturas conservadoras e fisiologismo, há espaço também para movimentos contra hegemônicos. Estes traços contraditórios do campo político são ricos para entender a nossa política e a visão androcêntrica ainda predominante. Por isso, a pesquisa investigou a atuação das deputadas a fim de verificar como ocorreram as estratégias comunicacionais a partir da análise do *Twitter* de 15 parlamentares no primeiro semestre de 2019.

Deve-se salientar que o sistema eleitoral brasileiro, desde a Constituição Federal de 1988, utiliza dois sistemas para eleição de seus representantes, com objetivo de trazer uma representação social mais ampla, sendo eles o sistema majoritário e o sistema proporcional (Sena, 2015). O primeiro é acionado nas eleições para senadores e para chefes do Poder Executivo, como Presidente e Governadores, sendo eleitos ou eleitas os candidatos que obtiverem a maioria simples do total de votos válidos. O segundo turno se dá, para presidente, prefeito – em municípios com mais de 200 mil habitantes – e governadores quando os candidatos(as) não obtiverem a maioria absoluta dos votos. O sistema proporcional, por sua vez, utiliza o quociente eleitoral para determinar os(as) representantes eleitos(as), como é o caso dos deputados e deputadas federais e estaduais e vereadores(as), o que reforça que o mandato é do partido e não apenas do ator político eleito. O quociente eleitoral representa o número de votos válidos dividido pelo número de vagas disponíveis no parlamento, seu

resultado indica o número de votos que cada coligação ou partido deve receber para ter acesso a uma cadeira no Legislativo.

Em outras palavras, para conhecer os deputados e vereadores que vão compor o Poder Legislativo, deve-se, antes, saber quais foram os partidos políticos vitoriosos para, depois, dentro de cada agremiação partidária que conseguiu um número mínimo de votos, observar quais são os mais votados. Encontram-se, então, os eleitos. Esse, inclusive, é um dos motivos de se atribuir o mandato ao partido e não ao político (Rosa, [2013]).

E este é o sistema pelo qual foram eleitas as representantes que compõem as deputadas federais da Câmara do mandato de 2019 a 2023, as quais serão objeto desta investigação.

A proposta da pesquisa é analisar 15 deputadas federais das 77 eleitas em 2018, acompanhando discursos que tocam as questões de gênero em suas respectivas redes sociais (*Twitter*), no período de 1º de fevereiro de 2019, data referente à posse das deputadas, a 31 de julho do mesmo ano, compreendendo o primeiro semestre de atuação na Câmara dos Deputados Federal. O objetivo é observar, ainda, as narrativas construídas sobre cada uma, por si mesmas, com intuito de observar de que forma as questões de gênero perpassam – ou não – os discursos levantados por cada deputada. Desse modo, é também compreender em que medida as deputadas eleitas representam as demandas relativas ao gênero feminino e à busca por condições mais justa e iguais entre os gêneros ou se elas reproduzem – e em que medida – às demandas e discursos relacionados à dominação masculina. Ou seja, como as deputadas, em sua rede social *online*, dão visibilidade – e em que medida – à agenda de representação feminina na política nacional. A escolha das deputadas se deu por abrangerem diversidade ideológica, étnica, de idade, classe, racial, levando-se em conta, ainda, as limitações de coleta do software. Nesse sentido, optou-se por observar diferentes partidos, a fim de observar como eles influenciam nas pautas discutidas pelas deputadas eleitas.

Dentre as diferentes plataformas e redes sociais proporcionadas como canal de interação via Web, está o *Twitter*. O *Twitter* (Canaltech, [ca. 2012]) foi criado em 2006 por Jack Dorsey, Evan Williams e Biz Stone, nos EUA, e desde 2007, o microblog oferece troca de mensagens, compartilhamento de textos curtos, vídeos e imagens, tendo também como uma de suas principais ferramentas o *Trending Topics*, o qual oferece aos usuários uma espécie de ranqueamento dos assuntos mais falados no momento. Além disso, a rede social

está disponível em 35 idiomas e conta com mais de 300 milhões de usuários ativos todos os meses. O *app* chegou ao Brasil em 2008, sendo traduzido para o português apenas no ano seguinte. O país é um dos 10 países com maior número de usuários, com 8,28 milhões de usuários ativos (Vieira, 2019). O mais interessante sobre a rede social é o destaque ganhado nas eleições ao redor do mundo: em 2016, nas eleições estadunidenses, o *app* foi amplamente utilizado por Donald Trump; e em 2018, foi a vez do candidato Jair Bolsonaro usá-lo para alavancar sua campanha no Brasil.

Tanto Bolsonaro quanto Trump foram eleitos e passaram a usar a plataforma como veículo oficial de comunicação (Santos, 2020). Mesmo depois de eleito, Bolsonaro manteve o *Twitter* como principal meio de comunicação de seu governo tanto para anunciar as medidas de seu governo como para expor suas opiniões e alimentar polêmicas e posições excêntricas. Os seus opositores também têm recorrido bastante ao *Twitter* como espaço de contra argumentação e de disputas políticas, tornando esta rede social uma importante arena de embate dos atores hoje do campo político-eleitoral. O *Twitter* foi vendido, em 2022, para o empresário sul-africano naturalizado estadunidense, Elon Musk, que mudou o seu nome para “X” em julho de 2023, assim como a limitação de algumas experiências voltadas para o usuário.

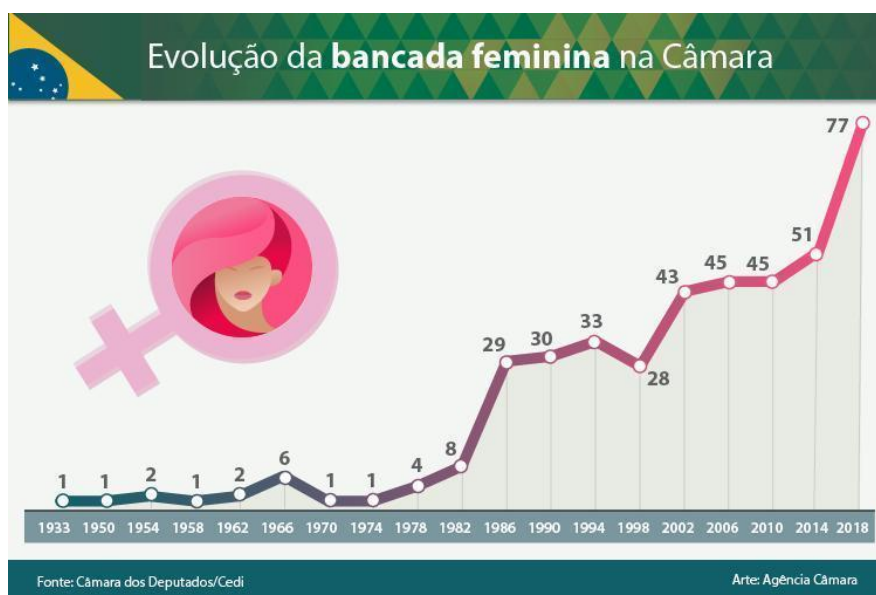
Boa parte dos deputados e deputadas utilizam o *Twitter* e demais redes sociais *online* como forma de contato com o eleitorado, ampliando-o, principalmente aqueles com pouco capital político, os de centro-esquerda ou da nova direita. Uma forma de campanha permanente, como aponta Fernandes *et al.* (2016, p. 82), em que se tem “a compreensão de que os atores políticos, sejam governos, sejam líderes políticos ou partidos, buscam estratégias de visibilidade e formas de fidelizar o eleitorado de maneira contínua e não somente nos períodos eleitorais”.

Quanto à participação e à presença feminina na política brasileira, apesar do número de mulheres na Câmara dos Deputados Federal ter aumentado de 51 cadeiras em 2014, para 77 em 2018, esse número ainda representa 15% do total. Os estados de Maranhão, Sergipe e Amazonas não tiveram nenhuma representante do gênero feminino eleita em 2018. O Distrito Federal, por outro lado, destaca-se como o estado da federação com o maior número proporcional de representantes femininas na Câmara: 5 mulheres, em uma bancada composta por 8 deputados. Em números absolutos, São Paulo é o estado que se destaca com o maior

número de deputadas: 11 mulheres no total. Vale destacar que, pela primeira vez, em 2018, foi eleita uma deputada federal indígena: Joenia Wapichana (REDE), pelo estado de Roraima. Outro dado relevante foi a reeleição para o sexto mandato da veterana Luíza Erundina (PSOL), representante de São Paulo (Câmara dos Deputados Federal, 2019).

É inegável a crescente participação feminina na política nacional, conforme o Gráfico 1:

Gráfico 1 - Evolução da bancada feminina na Câmara até 2018



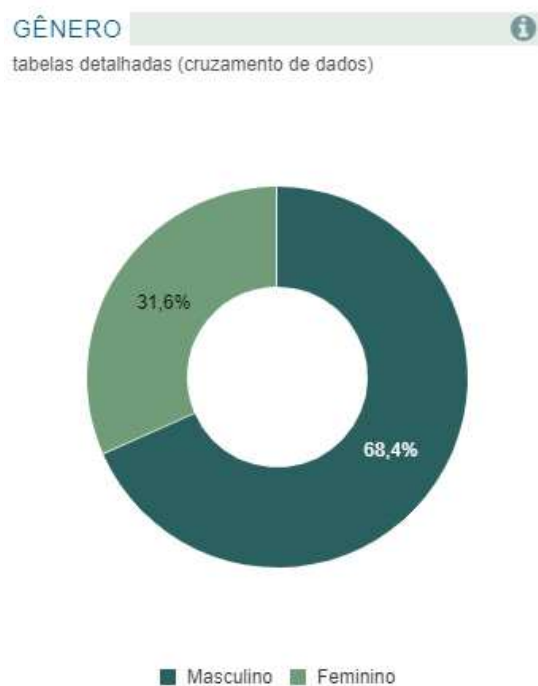
Fonte: Câmara dos Deputados/Cedi | Agência Câmara (2018).

Se, por um lado, a participação feminina vem crescendo, por outro, ela está longe de representar o número de eleitoras no Brasil. De acordo com o site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o número de mulheres, em 2018, era de 77.319.586 eleitoras, o que representa aproximadamente 52% do total de eleitores (Tribunal Superior Eleitoral, 2020a). Somos a maioria no eleitorado, mas ainda estamos longe de alcançar um equilíbrio entre as candidaturas por gênero. Ainda, quando o assunto é escolaridade, é notório o número superior

de mulheres eleitoras com ensino superior completo: 60,7%; enquanto os homens representam 39,3%, aproximadamente (Tribunal Superior Eleitoral, 2020b).

Ao voltar o olhar para o número de candidaturas por gênero, torna-se, mais uma vez, evidente a discrepância entre o número de candidaturas femininas e masculinas, conforme o Gráfico 2:

Gráfico 2 - Percentual de candidatas nas eleições de 2018



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2018.

E, mesmo com 15% das cadeiras da Câmara sendo ocupadas por mulheres, o Brasil ainda está muito abaixo da média observada na América Latina e no Caribe, que é de 28,8%. Além disso, parte das parlamentares têm seu capital político vinculado a seus maridos ou

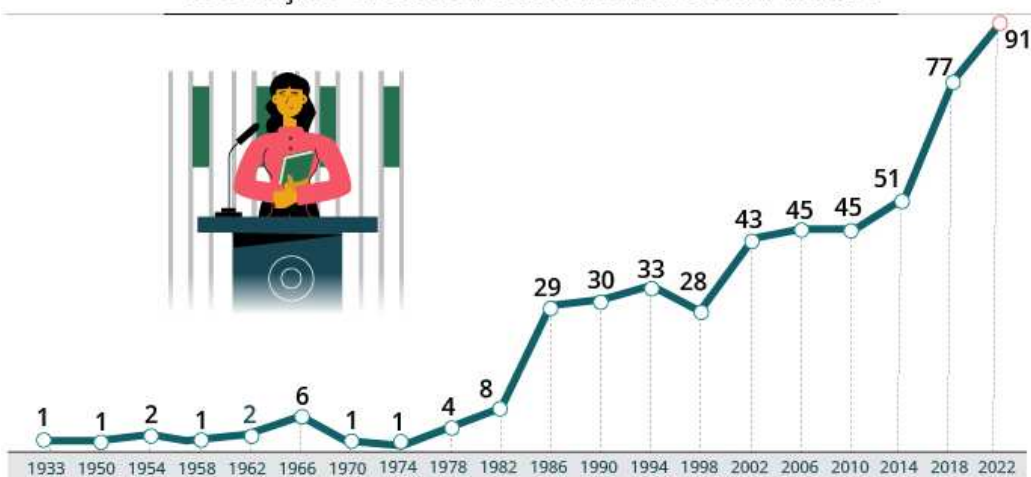
país, o que não reproduz, necessariamente, uma independência em relação ao modelo patriarcal, principalmente, quando se trata de oligarquias bem arraigadas na política brasileira.

Nas eleições de 2020, o crescente lançamento de candidaturas femininas foi mantido, estabelecendo um novo recorde para as eleições municipais: das pouco mais de 522 mil candidaturas, 183 mil eram de mulheres (Bittar, 2020), o que representa aproximadamente 33,6% do total. Nas disputas pelas prefeituras, também houve um tímido crescimento: de 12,9% de candidaturas femininas, em 2016; para 13,2%, em 2020. No entanto, o maior avanço na candidatura de mulheres foi para sua participação como vice da chapa: de 17,62%, em 2016; para 21,3%, em 2020 (Mendonça, 2020). 264 municípios do país terão prefeitas, pela primeira vez, sendo 33% delas, mulheres negras – autodeclaradas pardas ou pretas – ; e 98% dessas cidades possuem menos de 100 mil habitantes (Brandino; Garcia, 2020). No total, foram 652 mulheres eleitas prefeitas – contando primeiro e segundo mandatos – em 2020, sendo que 32% delas seguem para o segundo mandato. Entretanto, se a candidatura feminina avança em cidades menores ou do interior, nas capitais o resultado foi diferente: apenas uma mulher foi eleita. Palmas (TO) reelegeu sua prefeita Cinthia Ribeiro (PSDB), ainda no primeiro turno (Cabral; Juca, 2020).

Em 2022, a bancada feminina no Congresso Nacional aumentou para 91 deputadas eleitas, conforme o gráfico abaixo (Gráfico 3), o que representa uma ocupação de 17,7% do total de cadeiras, e em 8 estados e no Distrito Federal, elas lideraram a lista dos mais votados: Bia Kicis (PL-DF), Daniela do Waguinho (União-RJ), Caroline de Toni (PL-SC), Natália Bonavides (PT-RN), Yandra de André (União-SE), Silvye Alves (União-GO), Dra Alessandra Haber (MDB-PA), Socorro Neri (PP-AC), Detinha (PL-MA) (Siqueira, 2022). Os partidos que elegeram mais deputadas foram o Partido Liberal (PL), ao qual o ex-presidente Jair Bolsonaro era filiado, e a federação liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), partido de filiação do candidato a presidente vitorioso Lula (PT). A federação teve 21 deputadas eleitas, sendo 18 filiadas ao PT e 3 ao PCdoB, enquanto o PL elegeu 17 deputadas.

Gráfico 3 - Evolução da bancada feminina na Câmara até 2022

EVOLUÇÃO DA BANCADA FEMININA NA CÂMARA



Legenda: Arte da Agência Câmara 03/10/2022.

Fonte: Câmara dos Deputados/ Cedi *apud*. Siqueira (2022).

Ainda no pleito de 2022, foram eleitas, pela primeira vez, duas deputadas trans: Erika Hilton (PSOL-SP) e Duda Salabert (PDT-MG). Outro ineditismo foi a eleição da primeira representante indígena do estado de Minas Gerais, Célia Xakriabá (PSOL). A primeira deputada indígena eleita em 2020, Joenia Wapichana (REDE/RR), não se reelegeu. Outras deputadas indígenas eleitas foram Juliana Cardoso (PT/SP), Silvia Waiãpi (PL/AP) e Sônia Guajajara (PSOL/SP). Sônia Guajajara tornou-se a primeira ministra indígena nomeada pelo Presidente Lula para comandar a pasta dos Povos Indígenas do Brasil. Além disso, o governo Lula bateu o recorde de nomeação de 11 mulheres como ministras e 26 homens. O recorde anterior é da gestão da ex-Presidenta Dilma Rousseff (PT).

Se as mulheres são a maioria no eleitorado, qual o motivo desse número não se refletir nas bancadas e eleições? Esse é um ponto que implica uma análise mais aprofundada tanto de aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos e se explica por uma série de variáveis, que incluem desde a dominação que se efetiva nos campos políticos e econômicos, em que é reservado para as mulheres o lugar da esfera privada – “o espaço doméstico” –, como também em aspectos sociais e culturais – o “sexo frágil”, o “sentimentalismo em detrimento de uma postura racional”. Configura-se o que Bourdieu (2002) aponta como a visão androcêntrica vinculada à dominação masculina em que determinados espaços são reservados ou se tornam-se culturalmente “naturalizados” para os homens. Na tese, faremos um debate acerca da construção social do papel das mulheres, mas buscar as raízes para tal

modelo hegemônico não é o nosso intuito. Entretanto, podemos fazer algumas considerações acerca deste domínio. Historicamente, o espaço público não era destinado às mulheres. Esta questão, bem como a forma como o imaginário sobre o feminino é construído, representado e reforçado, ao longo do tempo, fazem desta pesquisa relevante no âmbito da Comunicação. Em especial, se observarmos os meios de comunicação tradicionais como parte fundamental, contribuindo para o reforço de desiguais possibilidades de participação da mulher no debate público e de serem escutadas (Thurler, 2017). Ao observar a construção da identidade e sua relação com os Estudos Culturais, podemos perceber como a identidade feminina também é construída e reforçada pelo discurso midiático.

Os Estudos Culturais, a partir dos anos 1950, romperam com a visão de que o discurso veiculado pelos *media* é transparentes e com a ideia de que a recepção era passiva frente a essas mensagens. O processo de recepção, portanto, um processo de apropriação (Thompson, 2008) e de negociação (Braga, 2012) entre emissor e receptor. E, na sociedade contemporânea midiaticizada, o elemento circulação também não deve ficar de fora dessa conta. A comunicação, enquanto processo de recepção e apropriação interfere diretamente na construção da sociedade e das identidades das pessoas.

As identidades são formadas e adquirem sentido a partir da linguagem e dos sistemas simbólicos nos quais se inserem. Esta representação simbólica torna-se o meio pelo qual o mundo é classificado e a realidade é construída. As identidades não são unificadas, já que pode haver diferenças conflitantes entre elas, ou papéis sociais assumidos de acordo com cada situação (Silva, 2008). Outro fator referente à identidade é a sua característica relacional e binária. Ou seja, para que haja uma identidade, deve se negar outra. Por exemplo, se você é homem, não pode ser mulher, e as características assumidas automaticamente excluem outras (Silva, 2008).

Muitas vezes, essa representação mental do que é masculino ou feminino baseia-se na diferenciação biológica, enquanto fator relevante na formação das identidades. Historicamente, essa diferenciação foi utilizada para reduzir o gênero a um perfil de personalidade, uma identidade binária fundamentada nas diferenças. Ao masculino são atribuídas características que se relacionam à vida pública e à predominância da razão. Enquanto, o feminino – sua negação – está baseado na vida privada, restrito ao lar e há a

predominância da emoção. Esses pontos de vista foram moldados a partir de uma visão unilateral (Colling, 2004).

Esta visão equivocada foi apontada pela filósofa e ativista feminista, Simone de Beauvoir (2009), que descreve a construção do gênero como social. Ou seja, ninguém “nasce mulher”, mas “torna-se”. Para Beauvoir, o feminino teve sua liberdade limitada por sua capacidade gestacional, fazendo com que o gênero fosse associado ao cuidado, amor, maternidade e fragilidade. Em oposição, o masculino esteve associado ao mundo da política, força e independência. E a mulher que tivesse esses atributos do gênero oposto, seria desqualificada ou “masculinizada”. Essas características estão fortemente presentes até a atualidade, perpetuando sistemas de opressão e dominação masculina. Nesse sentido está a importância das discussões de gênero, uma vez que o termo desvela esse modelo de identidade e aponta-o como representação e construção sociais. Fundamentado nessa estrutura de dominação masculina, o gênero feminino ainda carrega seus estigmas.

O estigma refere-se a algo invisível, e a pessoa que o carrega tem ele incorporado à sua biografia, formas de agir e se portar em sociedade, podendo ser considerada como um ser não completamente humano (Goffman, 1988). As características apontadas como tipicamente femininas foram, ao longo dos tempos, usadas para desqualificar e oprimir as mulheres. O estigma do feminino é associado à incapacidade, habilidades tidas como “inferiores” se comparadas às dos homens. Mesmo com as conquistas e luta feminista, o estigma do feminino ainda interfere na forma como a mulher se porta e é julgada socialmente.

Associando-se à política, retoma-se mais uma vez a discussão do espaço público como algo típico do gênero masculino. A “rua”, conforme apontou DaMatta (1986), sempre esteve associado à identidade masculina, enquanto a “casa”, o lar, esteve associada à figura feminina. Na política, Schwartzberg (1977), ao descrever os personagens políticos, traz a figura feminina dentro de dois aspectos: a “a-mulher” e o “acessório”. Em “a-mulher”, o “a” vem como negação. Isto se refere ao número baixo de mulheres em cargos de chefia e cargos políticos, o que reforça a ideia do espaço público como “tipicamente masculino”. Nesse sentido, a mulher em um cargo governamental distancia-se da identidade feminina, portandose como os homens. Muitas mulheres, em cargos de chefia, têm de assumir posturas masculinas para serem levadas a sério. Já a mulher como “acessório” pode ser observada a

imagem das primeiras-damas, muito usadas como para complementar a imagem do marido e conferir a ele simpatia. Ou seja, tem-se a mulher como coadjuvante, não agente.

Já a pesquisadora brasileira Luciana Panke (2021) aponta que as mulheres, ao se candidatarem, também assumem diferentes personagens ou arquétipos³, sendo: guerreira, maternal e profissional. Conforme a autora, o arquétipo de guerreira é relacionado àquelas que tomam as decisões e atuam para que as mudanças necessárias aconteçam, sendo um perfil capaz de ultrapassar os obstáculos impostos pela dominação masculina. O arquétipo maternal relaciona-se à mulher-mãe, tida como sagrada em algumas sociedades, em especial naquelas mais conservadoras. Contudo, pode haver o ponto negativo de se cobrar que a líder cuide de seus filhos, limitando a atuação feminina. Por fim, o arquétipo de profissional é aquele menos utilizado pelas candidatas, uma vez que, em contextos mais conservadores, as ações femininas estão relacionadas ao espaço privado, não ao público.

Quando observamos tais fatores no Brasil, podemos associar ao número de mulheres que concorrem e vencem nas eleições e a forma como elas são julgadas constantemente pela sociedade. Vale ressaltar que a participação pública das mulheres, bem como a posição em outras esferas sociais, relaciona-se a diferentes e complexas redes de opressão e a diversas áreas da vida. Portanto, esta pesquisa tem muito a contribuir observando de que forma as mulheres que estão no poder, constroem a narrativa sobre si, aproximando-se ou transformando essa visão da dominação masculina de que o lugar da mulher não é no meio público. Ainda, busca-se avaliar se a presença de mulheres no poder tem contribuído para mais políticas públicas voltadas para elas.

Para além, a pesquisa visa contribuir para as pesquisas desenvolvidas na linha de pesquisa “Mídia e Processos Sociais”, uma vez que observa os discursos e narrativas nas mídias tradicionais e digitais acerca dos atravessamentos entre gênero e política. Ainda, a pesquisa relaciona-se às demais pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa “Comunicação, Identidade e Cidadania”, abrangendo os três pilares que dão nome ao mesmo

³ Ao se tratar de arquétipos, torna-se importante revisitar o psiquiatra e fundador da psicologia analítica, Jung (2016). Conforme o autor, os arquétipos são uma espécie de tendência ligada ao instinto, revelado, por vezes, por meio de uma presença simbólica. A origem dos arquétipos é desconhecida, mas nota-se que eles se repetem ao longo da história e em diferentes sociedades. “O arquétipo é uma tendência para formar estas mesmas representações de um motivo — representações que podem ter inúmeras variações de detalhes — sem perder a sua configuração original” (Jung, 2016, p. 67).

e norteiam as discussões e publicações. Comunicação, ao trazer as narrativas e discursos presentes na mídia impressa e digital – redes sociais –; Identidade, ao abordar as identidades de gênero e como isso interfere nas relações de poder e em diferentes esferas sociais; por fim, Cidadania, ao pensar na mulher, enquanto membro de uma nação, e sua luta em busca de condições mais justas e direitos iguais ao gênero masculino, que lhe permitam participar inclusive da vida política e da esfera pública.

No que tange às pesquisas sobre o assunto já desenvolvidas na área, ao observar os anais dos anos de 2018 e 2019 dos três principais congressos de Comunicação e Ciências Sociais – Intercom Nacional, ANPOCS, COMPÓS –, nota-se um aumento nas pesquisas que observam a interface Comunicação, Política e Gênero (Santos; Amaral; Coimbra, 2022). Entretanto, apesar da criação de Grupos de Trabalhos que abordem as questões relativas ao gênero, a fim de observar temáticas como dominação masculina, participação das mulheres – cis ou trans – na política, vale ressaltar que investigações como estas abrem espaços para novos objetos e para se compreender a sociedade em que vivemos, ainda permeada por estruturas de poder e dominação que dificultam a presença feminina no poder. Há, ainda, uma necessidade de ampliação dos estudos sobre a temática da participação feminina na política, em especial, no Legislativo, algo ainda pouco estudado academicamente e que pode reverter em ações para desenvolver a representatividade das mulheres na vida pública e defesa de bandeiras inerentes à sua própria existência e desafios.

A vida pública, em especial, o ambiente político, esteve restrito aos homens. O direito ao voto às mulheres, de certo modo, é uma conquista recente. Até o início do século XX, o direito ao sufrágio era algo restrito aos homens, em especial, aos homens das classes mais abastadas. Entre o fim do século XIX e início do século XX, as mulheres da maioria dos países adquiriram o direito ao voto e a possibilidade de se tornarem também candidatas. Contudo, essa conquista atingiu os diferentes países do globo em momentos muito diferentes. Para se ter uma ideia, enquanto as neozelandesas puderam votar em 1893 e as finlandesas puderam votar a partir de 1906, esse direito só chegou às mulheres da África do Sul somente em 1993 e, na Arábia Saudita, em 2011 (Tosse, 2023). E, com o passar do tempo, a agenda feminina passou do direito ao voto ao anseio de representar e contar com a presença das mulheres no parlamento e demais instituições políticas (Barros, 2015).

No Brasil, o direito ao voto feminino foi conquistado em 1932, durante o Governo de Getúlio Vargas. Desde 2015, a data de 24 de fevereiro foi considerada o “Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil”, data comemorativa sancionada pela presidenta Dilma Rousseff (PT), primeira mulher eleita presidente do Brasil, por meio da lei 13.086/15. A proposta foi de autoria da deputada federal Sueli Vidigal (PDT), e a data foi escolhida por ser esse o dia em que a mulher brasileira conquistou o direito ao voto em eleições nacionais, em 1932 (Migalhas, 2018). Contudo, a conquista não foi plena para todas as mulheres do país: poderiam votar apenas as mulheres casadas, desde que o marido as autorizasse; mulheres viúvas e solteiras com renda própria. As restrições foram retiradas em 1934, por meio do Código Eleitoral, e em 1946, a obrigatoriedade do voto foi também estendida ao gênero feminino. Entretanto, vale destacar que a conquista do voto feminino se deu à base de muita luta e começou bem antes dos anos 1930, no Brasil. Antes da conquista do voto, em 1910, Leonilda Daltro fundou o Partido Republicano Feminino (Migalhas, 2018). A partir de iniciativas como a de Leonilda, a mudança passou a acontecer no Senado brasileiro, com a aparição de projetos de leis, que buscavam alcançar o direito ao voto feminino. Em 1922, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) foi criada por Bertha Lutz, bióloga e feminista brasileira. A FBPF passou, então, a pressionar o Congresso para a aprovação do direito ao voto para as mulheres.

Como aponta a reportagem realizada pelo Portal Migalhas (2018), em outras regiões do país, durante o mesmo período, outras conquistas femininas foram obtidas. No Rio Grande do Norte, por exemplo, as mulheres já estavam participando da vida pública. Em Mossoró (RN), em 25 de novembro de 1927, ocorreu a primeira concessão ao voto a uma mulher: Celina Guimarães Viana. A professora alcançou esse direito por meio da lei estadual 660/1917. Contudo, Celina Viana queria estender esse direito a todas as mulheres e, com esse objetivo, encaminhou um telegrama ao presidente do Senado Federal da época.

Em 1928, ainda no Rio Grande do Norte, mais precisamente na cidade de Lajes, houve outra conquista feminina importante: Luíza Alzira Soriano Teixeira, primeira prefeita eleita. Luíza foi, não só a primeira mulher eleita prefeita no Brasil, mas também a primeira prefeita eleita na América Latina. Já na década de 1930, foi eleita a primeira deputada federal, a médica paulista Carlota Pereira de Queiroz. As lutas e conquistas femininas na vida política abriram espaço para as mulheres em cargos públicos nos três poderes e, apesar de ainda nos

fazermos presente em menor número, as políticas públicas voltadas para o gênero feminino fazem-se cada vez mais presentes e são também preocupações de candidatos masculinos.

No Brasil, dos últimos anos até hoje, o debate público em torno de questões feministas tem ganhado força. Temas como assédio, aborto, maternidade e carreira também ganharam espaço no cenário político. A luta feminina conquistou leis que conferem proteção em uma sociedade ainda marcada pela dominação masculina, misoginia e sexismo: a importunação sexual passou a ser considerada crime (Lei 13.718/18) (Thaty, 2018); em março de 2015, entrou em vigor a Lei do Femicídio (Lei 13.104/15), a qual atua quando o assassinato envolve violência doméstica e/ou familiar ou ocorre por questões ligadas ao gênero; e a Lei Maria da Penha, sancionada em agosto de 2006, que cria mecanismos para a prevenção e para constranger a violência doméstica e/ou familiar contra a mulher (Instituto Maria da Penha, 2023).

As eleições de 2018, 30 anos após a Constituição Cidadã de 88, foram históricas no quesito eleição de mulheres. Foram eleitas 77 deputadas federais, aumentando de 11% para 15% as cadeiras ocupadas por mulheres no Congresso. Outra conquista foi o aumento no número de mulheres jovens, negras, pobres e LGBTQIAPN+. Ainda houve a eleição da primeira deputada federal indígena eleita pelo estado de Roraima, Joenia Wapichana; e da primeira deputada estadual transexual, eleita em São Paulo, Erica Malunguinho. Apesar do espaço conquistado, de acordo com um levantamento, realizado pela ONU Mulheres em parceria com a União Interparlamentar (UIP), o Brasil ocupava a posição de número 146 em um *ranking* de 193 países, sobre a participação feminina no Parlamento (Siqueira, 2022).

Para reverter e tornar a representação feminina ainda maior, movimentos sociais surgiram e se espalharam com o intuito de fomentar a candidatura de mulheres nas eleições. Como exemplos dessas iniciativas, têm-se: a criação do Curso de Formação de Mulheres na Política, desenvolvido por jovens gestoras de políticas públicas da USP; o projeto Emergência Política Mulheres, presente em alguns países da América Latina, dentre eles o Brasil, que visa acompanhar a inserção da mulher na política e retratar as mudanças geradas por isso. Movimentos como estes ganharam também as redes sociais, como o *Instagram* “Instituto Vamos Juntas” (@vamosjuntasnapolitica), com mais de 25 mil seguidores e apoiado por mulheres já eleitas.

Ao falar dos avanços femininos na política brasileira e do aumento na possibilidade de ocupar cargos representativos em âmbito nacional, não pode ser negligenciada a presença da primeira mulher eleita presidente da República: Dilma Rousseff (PT), presidenta de 2011 a 2016. Ao mesmo tempo em que tratar do Governo Dilma e tratar do seu *impeachment*, em 2016, também é referir-se ao preconceito e à estigmatização da mulher em áreas ainda dominadas por homens (Goffman, 1988). Este fator gerou uma série de trabalhos científicos associando o processo de *impeachment* à questão do ódio ou aversão às mulheres, além dos preconceitos ligados a uma imagem da dominação masculina do que é ser mulher, como ela deve se portar. Sírio Possenti (2018) aponta em seu estudo que a misoginia foi – sim – um fator condicionante ao golpe – *impeachment* – da presidenta Dilma Rousseff. E, de certo modo, esta também é uma responsabilidade da própria imprensa, que, por vezes, a desqualificava, atacando diretamente as questões ligadas a gênero. Um exemplo disso foi a Revista *Istoé*, em 1º abril de 2016, que afirmou que a presidenta sofria de graves problemas emocionais, com “surto”, e era medicada com remédio de tarja preta.

Outra figura feminina importante na política contemporânea foi Marielle Franco (PSOL). Vereadora da cidade do Rio de Janeiro-RJ, socióloga, mestra em Administração Pública, atuava na defesa dos Direitos Humanos. Ela foi assassinada em um atentado ao carro, em 14 de março de 2018, quando estava em um carro com seu motorista e uma assessora, sendo esta, a única sobrevivente, depois de participar, no centro do Rio, de uma reunião com um coletivo de lideranças de seu mandato como vereadora. A pergunta “quem mandou matar Marielle?” ainda ecoa e seu assassinato só reafirma as feridas que ainda perpassam a estrutura da sociedade brasileira e as opressões que atravessavam o corpo da vereadora: mulher, negra, mãe, homossexual, nascida e criada na favela da Maré. Em 2023, a irmã de Marielle Franco, Anielle Franco, foi nomeada pelo presidente Lula como ministra da Igualdade Racial.

Além da conquista do voto, a conquista de cadeiras em cargos públicos também é um fator importante, tanto para a inserção da mulher na participação da vida pública, quanto na própria conquista de direitos para as mulheres. Mais mulheres na política podem contribuir também para mais políticas públicas feitas por mulheres para mulheres, e podem inspirar outras garotas a se aventurar no mundo político, fortalecendo também esse movimento.

A porcentagem de mulheres ocupando cargos federais permanece a mesma desde a década de 1940, no Brasil. Como forma de aumentar a participação de mulheres na política foi elaborada a Lei de Cotas Eleitorais, a qual assegura o mínimo de 30% e máximo de 70% de participação a um determinado gênero, em qualquer processo eleitoral. Para Miguel e Biroli (2014), o sistema de cotas, adotado em diversos países, apresenta-se como uma forma de vencer o problema do baixo número de representantes femininas. Ele aponta ainda que, mesmo em uma democracia na qual o sistema eleitoral funciona de forma correta, o resultado das urnas apresenta-se como injusto, uma vez que grupos sociais importantes, como é o caso das mulheres, não se encontram representados de forma adequada.

No entanto, há candidaturas laranjas e mulheres que são colocadas como candidatas, apenas para atingir o número necessário pelo partido. Esquemas como esse ficaram evidentes nas eleições de 2018, e podem colocar no banco dos réus o ex-ministro do Turismo, do Governo Bolsonaro, Marcelo Álvaro Antônio. A denúncia envolve a candidatura de mulheres como laranja, no PSL de Minas Gerais, na qual houve fraudes no uso do dinheiro e recursos de campanha (Shalders, 2019). Apesar das denúncias e do escândalo, ele permaneceu no governo até 9 de dezembro de 2020, quando foi demitido por ter feito críticas ao ministro Luiz Eduardo Ramos, chefe da Secretaria de Governo.

Contudo, essa desigualdade na representação feminina na política é reflexo de toda uma sociedade marcada pela dominação masculina que atua diminuindo e oprimindo as mulheres em outras esferas da vida, como: intimidade, sexualidade, família, raça, classe social, etc. Esta pesquisa busca apresentar e observar como o sistema de opressão na vida privada reflete na vida pública, tomando como ideia a incapacidade de se separar essas duas esferas na luta pela emancipação e cidadania feminina.

Enquanto pesquisa, tal aspecto tem muito a contribuir para o campo da Comunicação, uma vez que há diversas pesquisas sobre a interface comunicação e política, mas poucas ainda refletem sobre as questões de gênero, particularmente, no Legislativo, ao se preocuparem mais com a atuação do Poder Executivo.

Todos os fatores discutidos anteriormente tornam a referida pesquisa relevante, a fim de contribuir para observar quais as camadas de opressão e estigmas atravessam a mulher na política, bem como as conquistas alcançadas ao longo do tempo. Ainda, observar como a comunicação atravessa o contexto, (des)construindo a realidade e colaborando – ou não –

para que, cada vez mais, mulheres alcancem seu lugar no espaço público, incentivando outras lideranças femininas e gerando mais políticas públicas feitas por mulheres para mulheres. Parte-se assim da pergunta: as deputadas eleitas já promovem mudanças frente a uma sociedade mais justa e igualitária para os gêneros – só em parte ou não? E em que medida elas ainda reproduzem os discursos de dominação masculina tão naturalizados na sociedade e na política considerado um campo hegemonicamente de predomínio dos homens? A hipótese a ser testada é a de que a presença de apenas 15% de mulheres na Câmara dos Deputados, no mandato 2019-2022, reflete bem o tecido social em que, apesar de setores mais progressistas e vinculados a pautas de centro-esquerda e à defesa de pautas femininas e feministas terem visibilidade nas redes, como parlamentares de siglas como PT, PSOL, Rede, a própria configuração de uma maioria conservadora tende a reforçar a dominação masculina e o machismo estrutural existente. Apenas em algumas pautas, como a violência contra a mulher, há mais engajamento da bancada feminina. No entanto, questões que são consideradas mais avançadas em termos de lutas das mulheres ainda encontram muitas resistências. Ademais, até mesmo as deputadas precisam mesclar a defesa de pautas de movimentos sociais a outras formas de garantir a sua sustentação política e eleitoral, como a destinação de recursos para os seus estados de origem e a prestação de contas – *accountability* –, que abarcam propostas gerais e não específicas. Além disso, a segunda hipótese é de que boa parte das parlamentares tem sua atuação mais identitária e progressista limitada por serem vinculadas a oligarquias políticas regionais dominadas por homens, principalmente em estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mas também se faz presente em estados como o Rio de Janeiro, que tem se tornado historicamente uma hegemonia da direita. Muitas delas são, inclusive, utilizadas por seus partidos, familiares e outros, como forma de perpetuação da dominação masculina, ao não tratar de temas importantes para as mulheres, sob um viés mais progressista. Observar ainda de que modo o multipartidarismo a volatilidade partidária, em termos de sigla, tende a trazer atuações flexíveis ou em trânsito, as quais nem sempre refletem diferentes bandeiras. Por fim, busca-se observar, a partir da hipótese, de que forma o capital político influencia na performance das deputadas, em especial voltadas a uma atuação relacionada ao patriarcado e à dominação masculina, como apontado com os casos de deputadas ligadas a oligarquias regionais permeadas pelo patriarcalismo.

A presente pesquisa traz a interface Comunicação e Política, com o enfoque nas questões de gênero. A proposta é observar a trajetória feminina dentro da política brasileira e quais assuntos as mulheres eleitas na 56ª legislatura enfatizam, em especial, no que tange ao tema “mulher”. Como objeto inicial, pretende-se acompanhar a atuação da bancada feminina na Câmara dos Deputados Federal, no *Twitter*. Para além, o estudo irá permitir investigar as narrativas construídas em torno do gênero feminino e as bandeiras levantadas por elas durante o primeiro semestre de mandato. O *corpus* será composto pelas principais ações das seguintes deputadas federais: Áurea Carolina (PSOL/MG), Profa. Dorinha Seabra Resende (Democratas/TO), Elcione Barbalho (MDB/PA), Adriana Ventura (NOVO/SP), Profa. Marcivania (PCdoB/AP), Iracema Portella (PP/PI), Paula Belmonte (PPS/DF), Magda Mofatto (PR/GO), Aline Gurgel (PRB/AP), Clarissa Garotinho (PROS/RJ), Liziane Bayer (PSB/RS), Mara Rocha (PSDB/AC), Dra. Soraya Manato (PSL/ES), Rejane Dias (PT/PI) e Joenia Wapichana (REDE/RR).

A formação do *corpus* se deu a partir de alguns critérios, sendo eles: I) a limitação de coleta do *software* utilizado para raspagem na base de dados do *Twitter*, o *TAGS V.1*; II) as deputadas que dentro da coleta possuíam publicações no período de 6 meses estabelecido (01/02/2019 a 31/07/2019), referente ao primeiro semestre de atuação na Câmara, o que reduziu de 77 para 29 deputadas; III) diversidade de partidos dentro da amostra, sendo analisada uma deputada de cada partido presente no *corpus* final, o que reduziu para o número de 15 deputadas, sendo uma por partido presente na amostra (15 de 25 partidos, que elegeram deputadas); IV) diversidade das cinco regiões das deputadas que compreendem a amostra; V) os partidos que na amostra tiveram mais de uma deputada elencadas foi realizado um sorteio para escolha da deputada a ser investigada e/ou observado se um dos estados de representação ainda não teve análise realizada, com o objetivo de observar diferentes regiões.

Após o estabelecimento do *corpus*, os *tweets* coletados passaram pela análise automatizada de conteúdo (Cervi, 2018), por meio do uso do *software Iramuteq*. Desse modo, as publicações de cada deputada puderam ser observadas a partir das categorias apresentadas pela leitura do programa, seguido da sua nomenclatura dada pela pesquisadora a partir da leitura prévia do banco de dados. Após a análise individual, realizada com auxílio do *software*, foi possível fazer uma análise comparativa, a partir das publicações e trajetória das deputadas presentes no recorte. A análise comparativa foi realizada por meio de quatro

categorias, sendo elas: capital político e atuação no congresso, temáticas políticas, pautas identitárias e feministas, atuação nas redes sociais e o papel da comunicação no mandato.

Para isso, a tese foi dividida em cinco capítulos: o primeiro trata de “Gênero e Feminismos”, abordando o conceito de gênero e sua função social, ao expor as desigualdades e hierarquias, às quais o corpo social é exposto e de que modo essas significações são socialmente construídas e formam cada pessoa. Ainda, discute o feminismo, como movimento social e político, capaz de organizar demandas, mas também de expor as diferenças existentes entre as mulheres. Ao se tratar feminismos no plural, observa-se que é um movimento que se fragmenta, uma vez que a própria ideia de “mulher” e “mulheridade” não é - e nem deve ser – universal. Como principais autoras e autores tem-se Miguel e Biroli (2014), Marques (2019), Grosfoguel (2016), Beauvoir (2009), Heilborn (1994), Colling (2004), Elói (2018), Melo e Thomé (2018), Scott (1990), Bourdieu (1989), Orlandi (2007), Ribeiro (2020) e Collins (2019).

O segundo capítulo, intitulado “Gênero e Cidadania”, trata das noções de cidadania clássica e de como dialogam com as lutas feministas. Traz as principais conquistas para as mulheres com o passar das décadas, em especial, na política. Algo interessante a se ressaltar é o modo como a todo momento o espaço público mostra-se como hostil à presença feminina. Desde a infância, as meninas não são encorajadas a participar da política ou mesmo vislumbrar tais cargos no futuro. Além disso, quando assumem tais cargos, tendem a ser questionadas, não por suas ações, mas por estigmas e estereótipos ligados ao gênero. Existem arquétipos relacionados à presença da mulher no espaço público, os quais trazem sua existência como acessório dos maridos, como ocorre com parte das “primeiras-damas”, ou mesmo há a necessidade da mulher se aproximar de uma identidade masculina para se “encaixar” neste espaço. Pesquisas mais recentes apontam para a presença de outros arquétipos, como maternal, profissional e guerreira, a partir da observação das campanhas de mulheres nos pleitos brasileiros. Neste capítulo, os principais autores e autoras são: Dantas (2019), Wolf (2019), Jamieson, (1995), Panke (2021), Biroli; Machado; Vaggione (2020), Panke; Iasulaitis (2016), Miguel (2003), Santos (2007), Marques (2019), Marshall (1967), Cortina (2005), Avelar (1989) e Barros (2015).

O terceiro capítulo “Mídia e política: atravessamentos e implicações” aproxima-se da área do conhecimento na qual se desenvolve esta pesquisa. Nesse momento é discutido de

que forma os diferentes suportes midiáticos influenciaram nos processos sociais, incluindo as eleições e o campo político. Ainda, é trazida a discussão sobre o processo de (hiper)midiatização propulsionado pela Internet e o avanço dos recursos digitais. Ainda, nota-se como a interação comunicação e política é permeada por tensões e ganhos. Nesse capítulo, os principais autores utilizados são Berger e Luckmann (2007), Bourdieu (1997; 1989), Giddens (1991), Rodrigues (2002), Lippmann (2010), Castells (1999a), Thompson (2018; 2008), Gomes; Maia e Marques (2011), Lévy (2008), Miguel (2019; 2010; 2003), Sodré (2016) Fausto Neto (2012; 2010); Hjarvard (2012); Ver n (1997), Panke (2016; 2020), Manin (2013; 1995) e Martins (2019).

O quarto capítulo teórico, “Feminismos, Política e Redes Sociais”, aborda a intersec o entre comunica o, movimentos feministas e política. Em especial, no que tange   quarta onda do feminismo e o uso das redes sociais *online* pelos movimentos. Contudo, sabe-se que a Internet e suas redes são também uma ameaça para a democracia, ao potencializarem discursos de ódio, forma o de bolhas e dissemina o de desinforma o. Entre perigos e potencialidades positivas, o ciberfeminismo e suas vertentes emergem. Além de um t pico sobre a rede social parte deste estudo, o *Twitter*. Como principais autores e autoras foram acionados(as): Trindade (2022), Morozov (2018), Varela (2019), Zenha (2018), Castells (2013; 1999a), Lévy (1999), Silveira (2019), Silva Ferreira (2022), Recuero e Gruzd (2019), Recuero, Soares e Zago (2021), Helmond (2019), Lima e Valente (2020), Rodrigues; Penteado e Oliveira (2022), Taylor (2018), Prazeres (2023), Luvizotto e Sena (2022), Costa Filho (2021), Ferreira (2021), Varela (2019), Silva (2019) e Haraway (2019).

O quinto capítulo contempla a metodologia empregada e análise, individual e comparativa, das deputadas observadas. Em “As Brasileiras no Poder: metodologia e análise” foi apresentado uma breve discussão sobre a pesquisa em comunica o e o campo. A seguir foi abordada a metodologia empregada no estudo, a partir da triade: pesquisa bibliográfica (Gil, 2008), a qual propiciou o embasamento teórico deste trabalho; pesquisa documental (Moreira, 2008), a qual representa a coleta dos materiais do *Twitter* a serem analisadas; por fim, uma análise híbrida mesclando análise de conteúdo (Bardin, 2011) e análise automatizada do conteúdo (Cervi, 2018). Após uma análise de cada perfil, foi realizada uma análise comparativa a partir de quatro eixos, sendo eles: capital político e atua o no

congresso; temáticas políticas; pautas identitárias e feministas; e atuação nas redes sociais e papel da comunicação.

2 GÊNERO E FEMINISMOS

As feministas empunham esta lanterna com orgulho por ser a herança de milhões de mulheres que partindo da submissão forçada - enquanto eram atacadas, ridicularizadas, vilipendiadas - souberam construir uma cultura, uma ética e uma ideologia nova e revolucionária para enriquecer e democratizar o mundo. Esta é a luz que ilumina os quartos escuros da intolerância dos preconceitos e dos abusos (Garcia, 2011, p. 14).

Neste capítulo serão discutidas, com maior destaque, as questões relativas ao gênero feminino e suas implicações na sociedade, sendo subdividido em três momentos: “Gênero: uma construção social”, “Feminismo(s) e seus atravessamentos” e “Vertentes dos movimentos feministas”.

Aqui serão debatidas as lutas feministas e femininas em *prol* da conquista das mulheres enquanto cidadãs e seres livres, começando pelos apagamentos ao longo da história, a anulação e tentativa de silenciamento que percorrem os séculos e ainda permanecem. Ainda, será apresentado como as questões de gênero são socialmente construídas, servindo a uma sociedade na qual a estrutura é androcêntrica e permeada pela dominação masculina.

Para tais discussões, conceitos importantes como feminismo, gênero, interseccionalidade e as relações público/privado são trazidos como forma de apresentar a rede complexa de dominação, capaz de criar barreiras para a própria emancipação feminina. Barreiras essas que permeiam os processos de socialização e disseminação do conhecimento, capazes de interferir na subjetividade dos indivíduos e na sociedade como um todo, organizando-a com base em uma hierarquização entre os diferentes gêneros.

2.1 GÊNERO: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL

O termo gênero trouxe à tona que a divisão “homem” *versus* “mulher” é de ordem social e representa um marco dos estudos sobre mulher, sendo, também, uma investigação alternativa ao conceito de patriarcado (Melo; Thomé, 2018). A noção de gênero apresenta-se como diferente da noção de sexo biológico na medida em que este é responsável pela diferenciação da espécie humana – como a capacidade de gestação e amamentação, relacionadas ao corpo feminino –, enquanto as características comportamentais e psicológicas comumente associadas às mulheres, como forma de diferenciá-las dos homens,

cabem ao universo do gênero (Beauvoir, 2009; Heilborn, 1994; Miguel; Biroli, 2014). Ou seja, é o resultado de estruturas institucionais, sistemas de representação e práticas sociais, que garantem a naturalização do que seria feminino ou masculino⁴ e sua reprodução (Miguel; Biroli, 2014). Assim, como aponta Heilborn (1994, p. 1), “Há machos e fêmeas na espécie humana, mas a qualidade de ser homem e ser mulher é condição realizada pela cultura”. Nesse aspecto, o gênero também teria a capacidade de organização hierárquica da sociedade de modo assimétrico, não um modo simples de classificar o mundo, mas sim, uma forma complexa de ordená-lo e estabelecer relações de domínio entre eles, uma forma inicial de significar relações de poder (Heilborn, 1994; Melo; Thomé, 2018; Miguel; Biroli, 2014). “Muito tem se falado recentemente sobre o conceito de gênero, por conta da condenação intensa que os grupos conservadores fazem ao que nomearam de ‘ideologia de gênero’” (Melo; Thomé, 2018, p. 32).

À luz do pensamento de Beauvoir sobre gênero, em “O Segundo Sexo”, Butler escreve “Problemas de Gênero”, em 1990. Na obra, Butler (2008) discute que a estrutura linguística, discursos e atos – linguagens e gestos – participam da formação da realidade social, logo do gênero. A fala é um ato, mas a linguagem não verbal também é, como a linguagem corporal, aparência e comportamentos de uma pessoa. E, todas essas formas de se comunicar, de acordo com a autora, participam da criação da identidade de gênero. Butler (2008) também discute que a sociedade é fundamentada por uma estrutura regulatória, capaz de reforçar a naturalização da heterossexualidade como orientação sexual. Essa estrutura heterossexual é formada pela existência de dois gêneros opostos – masculino e feminino –, e essa distinção binária é sustentada pelos atos – aparência, ações e discursos. Caso a pessoa se desvie desses atos impostos ao gênero binário é punida, o que reforça a estrutura vigente heteronormativa. Nesse contexto, os sujeitos de forma contínua e inconsciente repetem os atos de gênero – performatividade – ao longo de sua existência, e essa repetição, por sua vez, dá a impressão de que o gênero binário é algo imutável e natural (Butler, 2008).

⁴ Embora o conceito de gênero tenha sido baseado comumente no binarismo feminino/masculino, a vivência social e diversas lutas demonstraram múltiplas possibilidades de identificação. Temos, atualmente, o conceito de identidades não-binárias, o qual cessa os espaços pré-estabelecidos e os atributos esperados ao que se concebe tradicionalmente como masculino e feminino (Butler, 2008). Nesse aspecto, as pessoas podem se caracterizar como homens, mulheres, ambos, entre ou nenhum. Ainda, há aqueles que possuem identidade de gênero diferente do sexo biológico do nascimento, sendo consideradas como pessoas transgênero.

Colling (2004) defende que ser homem ou ser mulher é uma construção simbólica, baseada na dominante diferença entre os gêneros, na dicotomia entre público e privado, e nos mecanismos de silenciamento, dominação, opressão e exploração ao qual as mulheres são submetidas, desde os séculos passados. Nesse aspecto, torna-se importante falar sobre “gênero”, não “sexo”. Isso porque “falar em gênero em vez de falar em sexo indica que a condição das mulheres não está determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas é resultante de uma invenção, de uma engenharia social e política” (Colling, 2004, p.29).

O próprio conceito de gênero questiona e aponta como um órgão genital passa a definir todas as bases da sociedade (Eloi, 2018). Eloi (2018) discute o gênero como uma invenção social a serviço das sociedades capitalistas cristãs para fins de controle, hierarquização e dominação.

Gênero dado é entendido como uma série de comportamentos, pensamentos e desejos atribuídos a um sexo, ou seja, o que se espera socialmente de um indivíduo que nasceu com determinado genital, como ele deve agir, pensar e viver. É uma representação social binária e desigual que visualmente descreve conteúdos programáticos e normativos, para padronizar a vida e a convivência social, estipulados biologicamente. [...] É preciso distinguir para controlar, distinguir para atribuir valor (Eloi, 2018, p. 19).

Scott (1990), ao conceituar gênero, enquanto indicador de construções sociais, discute quatro elementos contidos no termo e relacionados entre si, sendo eles: 1) símbolos culturais que evocam representações múltiplas – por vezes até contrárias –, como as personagens Eva e Maria, símbolos do feminino na cultura ocidental cristã e que representam o mal e o bem; 2) normas que conferem sentido aos símbolos e são expressas nas doutrinas religiosas, científicas, jurídicas, políticas ou educativas e reforçam a posição binária masculino-feminino; 3) a posição política vivenciada nas instituições e organizações sociais, como a família, por exemplo, nas quais se baseia a própria organização da sociedade; 4) a identidade subjetiva, a qual desafia o significado da psicanálise para a reprodução do gênero, uma vez que não se baseia exclusivamente no medo da castração. Os estudos propostos por Scott (1990) foram responsáveis por popularizar o conceito “gênero” nos ambientes universitário, político e na própria mídia (Melo; Thomé, 2018).

Gênero, portanto, parte da crítica feminista, em especial, na década de 1970 (Heilborn, 1994), a qual questiona os papéis sociais designados a homens e mulheres, capazes

de determinar, até os dias atuais, as posições em sociedade (Amâncio, 1993; Colling, 2004; Miguel; Biroli, 2014; Scott, 1990). Papéis esses baseados na diferença e nos binarismos que se refletem também na formação das identidades dos sujeitos repassadas e reforçadas – ou não – por meio dos símbolos (Bourdieu, 1989) e presentes nos processos de socialização. Os sistemas simbólicos trabalham em conjunto para assegurar as lógicas de dominação, reforçando a domesticação dos dominados, bem como participam da violência simbólica e da manutenção do poder simbólico. Um exemplo de violência simbólica relativo ao gênero é a cultura do silenciamento comumente enfrentada por nós mulheres, diariamente, como a considerada “simples” interrupção da fala de uma mulher, mesmo que autoridade em um dado assunto, por um homem (*maninterrupting*, do inglês, *man/homem* e *interruption/interrupção*)⁵. Essa ação não só inibe a conclusão do pensamento por parte de uma mulher, como também tem a finalidade de fazê-la parecer incapaz e silenciá-la. Muitas vezes, ao longo do processo de socialização, é comumente repetido e tido como “normal” o homem falar pela mulher ou o silêncio feminino ser visto como uma qualidade.

De acordo com Orlandi (2007), o silenciamento não se trata apenas da falta de som, possuindo significados próprios. A autora apresenta duas formas de silêncio: o silêncio constitutivo, no qual há a inserção do indivíduo em dadas constituições discursivas; e o silêncio como política de censura, em que o indivíduo é impedido de participar pela censura. Este resulta em um enfraquecimento dos próprios sentidos, podendo ser exemplificado pelo silenciamento forçado de um grupo dominante sobre outro, o que impacta de forma negativa, uma vez que atrapalha o sujeito e a própria sociedade na busca pelo fortalecimento dos movimentos de identidade e de sentidos. Raphaela Ferreira (2021), à luz das reflexões de Orlandi (2007), aponta o silenciamento feminino como política de censura e traz como exemplos, desde a divisão sexual do trabalho, a qual responsabiliza a mulher pelos cuidados com o lar e as crianças (Biroli, 2018; Ferreria, 2021); até outras formas de silenciamento, como, por exemplo, o julgamento do caso de estupro da influenciadora Mari Ferrer e a

⁵ O conceito popularizou-se, por causa da publicação de um artigo escrito pela responsável pelas operações do *Facebook*, Sherryl Sandberg, e pelo professor da Escola de Negócios da Universidade da Pensilvânia, Adam Grant, no *The New York Times*. No texto, os autores faziam uma referência a uma pesquisa que observou o fato das senadoras estadunidenses se pronunciarem menos do que os colegas homens, ou mesmo, se comparadas aos homens que estavam em posições inferiores dentro do Governo (Sandberg; Grant, 2015).

violência institucional sofrida pela mesma; o silenciamento da presidenta Dilma Rousseff diante do processo de perda de apoio político e impeachment, em 2016; e o silenciamento, em sua forma mais grave, com o assassinato da vereadora da cidade do Rio de Janeiro, Marielle Franco, em 2018, entre outros (Ferreira, 2021). E, desde muito cedo, as formas mais veladas de silenciamento são repassadas às meninas, bem como, os papéis destinados aos gêneros, por meio da socialização.

A socialização possibilita a internalização e naturalização dos conhecimentos por meio da linguagem. Isso porque é por meio dela que o sujeito se torna quem se é e é inserido na sociedade à qual pertence; ou seja, a pessoa não nasce membro da sociedade, mas vai sendo inserida nela à medida que aprende suas regras, valores, comportamentos e passa a reconhecer seu lugar no mundo (Berger; Luckmann, 2007). Nesse sentido, a sociabilidade também participa da construção do que o mesmo considera como real. Berger e Luckmann (2007) discutem como a ordem social é um produto humano, não sendo dado biologicamente, algo relevante para a Teoria Construcionista, e que se dá muito por meio da linguagem.

Existem dois tipos de socialização: a primária e a secundária. A socialização primária, de acordo com Berger e Luckmann (2007), ocorre durante a infância e institui o ingresso da pessoa na vida social, ocorrendo em um ambiente de grande carga emocional, especialmente no seio familiar. Nessa socialização, o indivíduo passa a conhecer a realidade objetiva transmitida pelos outros significativos, como a mãe, o pai e os irmãos, sujeitos com os quais ele se identifica previamente. Esses outros significativos são responsáveis por estabelecer a mediação entre o mundo social e o indivíduo que nele está em processo de inserção. Os outros são responsáveis ainda por “filtrar” a realidade a partir de suas próprias experiências e posições no mundo social. Nessa fase, a realidade é imposta e o sujeito a assume como a única existente e possível. Vale salientar que esse processo, ao acontecer no âmbito privado e refletir diretamente na esfera pública, é um exemplo de como essas duas instâncias – público/privado – não podem ser tratadas de forma dissociada (Míguez; Biroli, 2014), algo que será tratado melhor mais à frente.

Para Lúcia Avelar (1989), no processo de socialização, há a hierarquização de valores que estão dispostos em um sistema de prioridades, os quais variam de acordo com a situação e com o gênero do indivíduo, capazes de oferecer componentes decisivos na formação da personalidade. Para os meninos, são repassados, em maior proporção, valores como

independência, autorrealização e importância do desempenho. Em contrapartida, para as mulheres, são repassados com maior ênfase valores como a obediência, a dependência e a importância do comportamento maternal. Esses valores, destinados a cada gênero, aparecem como “naturais” e, muitas vezes, são qualificados como expressão de forças biológicas e psíquicas, apagando-se seu caráter social. Algo também salientado no discurso de Adichie (2015, p. 16-17).

Se repetirmos uma coisa várias vezes, ela se torna normal. Se vemos uma coisa com frequência, ela se torna normal. Se só os meninos são escolhidos como monitores da classe, então em algum momento nós todos vamos achar, mesmo que inconscientemente, que só um menino pode ser o monitor da classe. Se só os homens ocupam cargos de chefia nas empresas, começamos a achar “normal” que esses cargos de chefia sejam ocupados por homens.

Nesse sentido, Avelar (1989) explicita que a participação política se mostra mais condizente com a socialização oferecida aos homens do que aos valores repassados às mulheres, uma vez que os valores inerentes aos papéis sociais masculinos estão mais voltados para as atividades de realização e desempenho.

Barros (2015) concorda ao apontar que essa dominação masculina naturalizada é fruto de um processo de dominação simbólica⁶, no qual as mulheres são vistas como “inabilitadas” politicamente. Para o autor, esses fatores socioculturais e estruturais de dominação masculina permanecem como agentes sociais fortes, capazes de reforçar os espaços destinados às mulheres e aos homens, mais uma vez, e fortalecer a dicotomia e divisão por gênero entre público e privado.

A socialização diferenciada das mulheres aponta para a existência de fatores multicausais que explicam a baixa participação política das mulheres e a sub-representação. Entre eles destacam-se os fatores culturais, que moldam os papéis sociais de gênero e podem levar ao baixo acúmulo de capital político pelas mulheres. Além disso, temos os fatores institucionais e estruturais, a exemplo do baixo apoio dos partidos políticos a candidaturas de mulheres (Barros, 2015, p. 188).

⁶ De acordo com Bourdieu (2002), a dominação simbólica autoriza que a ordem estabelecida, com todas as relações de dominação, opressões, privilégios e injustiças possíveis, se perpetue com facilidade, sendo vistas até mesmo como aceitáveis ou naturais.

Mobilizações suprapartidárias como o “Instituto Vamos Juntas”, que teve como uma das fundadoras a deputada federal Tabata Amaral (PSB-SP), em 2019, busca romper com essa estrutura de dominação masculina no espaço político e contrapor-se à desigualdade de gênero na política, ao apoiar lideranças e candidaturas femininas (Instituto Vamos Juntas, 2022a). E essa presença feminina nas eleições e as eleitas podem ser espelho para as futuras gerações de mulheres na política.

Apesar dos esforços de Tabata Amaral para uma maior participação feminina na política, a parlamentar tem uma trajetória ambígua: ora defende pautas feministas, ora é vista como moderada pelos movimentos feministas e de esquerda. Amaral chegou a votar em pautas consideradas neoliberais, como o voto a favor da Reforma da Previdência, em 2019. Em 2022, a deputada reelegeu-se e voltou sua atuação para mais próximo do espectro da esquerda. Atualmente, é namorada do prefeito de Recife, filho de Eduardo Campos, João Campos (PSB). Tabata Amaral, inclusive, migrou do PDT para o PSB, em 2021. Nesse sentido, nota-se um olhar machista da própria imprensa ao tratar Amaral como a namorada de João Campos, sendo que a cientista política possui sua trajetória antes do relacionamento, pautada especialmente na defesa pela educação.

No que tange à socialização diferenciada, Naomi Wolf⁷ (2019) aponta como, na cultura ocidental, é natural, desde a infância, o homem arriscar tudo pela intelectualidade, progresso e bem comum, ao passo que as mulheres aprendem, desde meninas, que a mais linda mulher foi criada pelo homem e que a audácia intelectual da mesma levou à primeira doença e morte – uma referência à mitologia cristã de Eva e Adão e da criação da humanidade por Deus. Ou seja, Eva é responsabilizada por desgraçar Adão e desafiar Deus ao tentar obter conhecimento através do “fruto proibido”, sendo uma narrativa comum em mitologias e religiões para reforçar padrões de comportamento e a própria dominação masculina (Eloi, 2018).

Avelar (1989) discute como os agentes responsáveis pelo processo de socialização – família, escola, amigos, mídia, entre outros, chamados por ela de agências de socialização –

⁷ Naomi Wolf é uma autora feminista controversa, bastante conhecida pelo livro escrito na década de 1990, “O Mito da Beleza”, relançado em 2019. Ele é considerado um dos livros feministas mais vendidos do planeta, sendo inclusive questionado quanto à veracidade dos dados levantados pela autora estadunidense. Recentemente, em meio à pandemia, a escritora foi banida do *Twitter* por espalhar notícias falsas sobre vacina, apresentando uma postura conspiratória e negacionista.

são também responsáveis pelo “condicionamento cultural” e pela transmissão diferenciada de valores de acordo com o gênero, em especial, a família. Dentro do ambiente familiar, os valores e papéis sociais estão incorporados e estruturados nas figuras do pai e da mãe, sendo que as mudanças de padrão e comportamento só são possíveis por meio da socialização secundária.

Na socialização secundária, para Berger e Luckmann (2007), o sujeito adquire conhecimentos e funções específicas, relacionadas, de modo direto ou indireto, à divisão do trabalho. O processo de socialização secundária perdura por toda a vida e nunca é completo, justamente por sofrer constante interferência de diferentes “outros” ou “agências de socialização”. A tendência da sociedade é criar mecanismos de conservação da realidade e do status quo. Nessa segunda socialização, os “submundos” são interiorizados pelo indivíduo e, diferente da primária, ele passa a perceber a realidade não mais como única possível, não havendo também apego emocional. Na socialização secundária, o sujeito tem a possibilidade de estabelecer contato com outros mundos e valores possíveis, para além dos apresentados no primeiro processo (Avelar, 1989). Avelar (1989) considera que tanto a socialização primária quanto a secundária interferem na participação política e interesse dos sujeitos, homens e mulheres.

Em suma, a socialização primária estrutura papéis sociais diferenciados por sexo [gênero], mas fatores contextuais podem modificar em parte esta estrutura e, no caso da mulher, constituir uma situação de dualidade de papéis. Esta situação de dualidade se inicia com o processo de socialização secundária, através de uma experiência diferenciada do cotidiano [...]. O universo cultural e ideológico da mulher amplia-se e têm-se aí as condições mínimas para o surgimento do interesse e de um sentimento de independência em relação à política (Avelar, 1989, p. 44).

Como mecanismo de manutenção da ordem social, torna-se relevante discutir o papel da “reificação”, como ferramenta de legitimação da realidade. Na reificação, o sujeito repete a ordem vigente como sendo algo natural, não criado pelo homem, remetendo a algo exterior a si e até divino. Nesse processo, o mundo e a compreensão dos fenômenos assumem um caráter “místico”, e o indivíduo se esquece de seu papel na própria construção do mundo – mundo desumanizado. Nele, os papéis sociais e as instituições, assim como a identidade dos sujeitos, podem ser reificados (Berger; Luckmann, 2007).

Esse é um discurso comum daqueles que defendem uma visão mais conservadora do mundo, na qual a dominação masculina é vista como algo “natural”, parte da “ordem natural das coisas”, e qualquer mudança passa a ser vista como catastrófica. E aqui vale observar que, neste trabalho, opta-se pela utilização do termo “dominação masculina” e não patriarcado, uma vez que o conceito de patriarcado⁸ não seria capaz de abarcar a profundidade e os diferentes aspectos de subordinação feminina atuais. Algumas correntes dentro do próprio feminismo compreendem o patriarcado como uma das manifestações históricas de dominação masculina, incapaz de explicar os desafios atuais da luta, em especial, em uma sociedade liberal. Assim, “as instituições patriarcais podem ser transformadas, mas a dominação masculina permanece” (Miguel; Birolli, 2014, p. 19).

A partir da socialização, o sujeito constrói o mundo a sua volta e a si mesmo, formando sua identidade. A Era Moderna é marcada pela emergência de novas identidades, fragmentando um sujeito antes considerado unificado (Hall, 2006). Para Stuart Hall (2006), o advento da Modernidade trouxe consigo uma espécie de “crise de identidade”, com abalo dos fatores que conferiam referencial e ancoravam o sujeito no mundo social. Assim,

à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (Hall, 2006, p. 13).

Passamos do Sujeito Iluminista, totalmente unificado, racional, possuidor de um único núcleo interior do nascer ao morrer; para um Sujeito Sociológico, capaz de refletir as complexidades do mundo moderno em si próprio, sendo uma forma interativa do eu, na qual a identidade passa a se constituir através das interações interpessoais, em que essa mesma identidade é capaz de costurar o sujeito à sociedade em que se insere; até chegar no Sujeito Pós-Moderno, considerado fragmentado, formado de diversas identidades, sendo elas contraditórias e até conflitantes entre si (Hall, 2006).

⁸ O feminismo redefiniu o conceito de patriarcado, anteriormente relacionado aos governos dos patriarcas. No entanto, a partir do século XIX, o termo passou a ser vinculado às teorias que explicam a hegemonia masculina e passou a ser usado de forma crítica. (Garcia, 2011). “O patriarcado teria sido caracterizado pela exclusão das mulheres e pelo controle direto de um homem sobre uma mulher, exercido da sua posição de marido ou de pai” (Biroli, 2018, p. 31). Para Nuria Varela (2019), expressa a construção social do que é considerado feminino e a opressão vivenciada por todas as mulheres.

Manuel Castells (1999a; 1999b), por sua vez, refere-se à identidade como responsável por construir os significados que acarretam a identificação simbólica. A identidade, assim, seria uma soma entre a história, geografia, biologia, instituições, memória coletiva, pelas fantasias pessoais e recursos de poder, sendo o resultado reorganizado pelos sujeitos, grupos e sociedade de acordo com as tendências socioculturais do contexto vigente. Para o autor, a identidade é um processo pelo qual o sujeito social reconhece e constitui significados com base em um dado atributo social, sendo a revolução tecnológica capaz de interferir nesse processo, enquanto fonte de significados e experiências sociais. Castells (1999b) ainda destaca que toda identidade é constituída e marcada por relações de poder, com a finalidade de fortalecer a dominação proveniente das instituições em detrimento dos atores sociais.

O autor ainda divide a construção das identidades em três tipos: identidade legitimadora; identidade de resistência e identidade de projeto. A primeira refere-se, como o próprio nome indica, a uma posição de dominação das instituições sob os atores sociais, visando a manutenção do status quo; a segunda, diferente da primeira, é criada pelos próprios atores sociais em posição marginalizada e/ou sob a lógica da dominação; por fim, a terceira refere-se ao momento em que os atores constroem uma nova identidade, a partir do material cultural ofertado, sendo capazes de alterar sua posição social e – quem sabe – toda a estrutura vigente. Essas identidades podem se alternar ao longo da vida do sujeito e estabelecer, inclusive, relações conflitantes.

Em “Identidade e Diferença”, a partir dos textos de Tomaz Tadeu Silva, Stuart Hall e Kathryn Woodward (2008), a construção da identidade é apresentada como resultado da sociedade, na qual o sujeito se insere, e por meio dos símbolos utilizados para representação da mesma. A identidade é relacional, nesse sentido, formada com base na diferença, na negação, na exclusão e em uma relação binária, em que se você possui uma identidade A, conseqüentemente, não possui características da identidade B, C, D, e assim por diante. Para além, a identidade é uma construção simbólica social, algo já apresentado pelos autores supracitados.

Portanto, conforme aponta Silva (2008), a identidade depende de algo que está fora de si para existir. Ela se distingue daquilo que não é, sendo construída e marcada pelas diferenças – nós versus eles. Assim se constitui, por exemplo, a diferença entre a identidade feminina da masculina, tendo nesta diferença a base para exclusão, relações de poder e

dominação. “Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído” (Silva, 2008, p. 18). Dessa forma, a ordem social mantida por meio de oposições binárias – se você é sérvio, não pode ser croata – e a diferença constituem a identidade assim como a identidade constitui a diferença. Como aponta Eloi (2018, p. 18), trazendo para as discussões de gênero a questão da identidade, “aquilo que não é homem chamou-se mulher”.

De acordo com Silva (2008), a identidade também é marcada por meio dos símbolos que contribuem para a formação do indivíduo e seu modo de agir no mundo, possuindo três esferas: a simbólica, a social, acrescentando-se ainda a esfera psíquica. A mídia participa desse processo, uma vez que naturaliza, legitima e perpetua conceitos, valores, estigmas e discursos, moldando os indivíduos e o que eles consideram como real. Para além, a mídia participa da construção da identidade e gera identificação. Vemo-nos nas situações dadas pelos produtos dos meios de comunicação e identificamo-nos com eles, seja pela falta de consciência da diferença, seja pela suposta singularidade.

A identidade, entendida como sistemas simbólicos, pode (re)produzir relações entre dominantes e dominados, perpetuando estigmas. Se ter uma dada identidade significa, automaticamente, excluir as características que constituem outras identidades, torna-se compreensível a separação e o constante reforço das diferenças entre homens e mulheres, especialmente, enquanto sistemas de dominação. Conforme discutido, as diferenças são naturalizadas e repassadas por meio dos processos de socialização e, de certo modo, ainda servem à dominação masculina, conferindo a autoridade dos homens sobre as mulheres.

A visão androcêntrica é assim continuamente legitimada pelas próprias práticas que ela determina: pelo fato de suas disposições resultarem da incorporação do preconceito desfavorável contra o feminino, instituído na ordem das coisas, as mulheres não podem senão confirmar seguidamente tal preconceito (Bourdieu, 2002, p. 40).

Bourdieu (2002) discute essa visão androcêntrica do mundo, que considera o masculino como universal até em sua linguagem, como sendo poderosa e acima de qualquer justificativa. Essa mesma visão é capaz de dividir os papéis sociais de acordo com o gênero, reforçando a desigualdade e atravessando a vida das mulheres em diversas esferas, fazendo com que as mesmas sejam interrompidas para usufruir dos mesmos direitos e mesmos

espaços que os homens. A dominação masculina, portanto, apresenta-se também nos sistemas simbólicos, sendo considerada como natural e estabelecendo as bases para a hierarquização nas relações de gênero.

Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social (Bourdieu, 2002, p.13).

Nesse sentido, Bourdieu dialoga com Simone de Beauvoir (2009), ao considerar que o feminino é qualificado a partir da visão do masculino, sendo o corpo uma projeção da subjetividade. De acordo com a filósofa, a humanidade é masculina e, nela, o homem define o que é a mulher. Portanto, a mulher é constituída relativa ao homem e não é considerada como um ser autônomo – o “outro”. Não se nasce mulher por uma justificativa meramente biológica e psicológica, torna-se mulher por meio de uma construção social do que é ser mulher – do que é não ser um homem.

A forma com que a estrutura e as instituições – o campo – dialogam e influenciam socialmente aponta para uma visão macrosociológica, que reflete na construção da identidade do próprio sujeito. Nesse sentido, torna-se importante observar como as estruturas atuam sobre a pessoa em uma visão mais micro, a partir das interações cotidianas – interacionismo simbólico –, a fim de suprir determinadas demandas. O próprio machismo e dominação masculina estão presentes de uma forma macro, ao se notar os empecilhos existentes para que as mulheres ingressem e permaneçam nos espaços públicos, impondo comportamentos e formas de agir. Isso se reflete no processo de socialização diferenciado e ainda baseado em uma lógica binária – feminino x masculino. O que afeta na formação do *self* e no comportamento de cada mulher – cis e trans –, na busca por se encaixar em uma sociedade na qual predomina a visão masculina. Qualquer padrão desviante passa a ser rechaçado e marginalizado. Um dos exemplos marcantes da atualidade é o posicionamento da atual primeira-dama do Brasil, Rosângela Lula Silva, ou apenas “Janja”, esposa do presidente Lula. Ao longo da campanha eleitoral, Janja sofreu ataques machistas. Como primeira-dama, ao tomar-se por base os estudos de Schwartzberg (1977), espera-se que a primeira-dama seja apenas mais um “acessório”, tendo uma posição secundária ou “discreta”

– quando o machismo busca silenciar as mulheres até pelo direito de aparecer e de atuar na vida pública. No entanto, essa não é uma vontade da própria Janja, que atua de forma a complementar o trabalho do presidente, ressignificando o sentido da primeira-dama (Duarte, 2022). Representa uma mulher feminista, que não cabe nos esquemas já enraizados do machismo estrutural em relação à política em relação ao rótulo de “primeira-dama” e, em grande parte das vezes, é atacada por sua vestimenta, sua aparência e atuação, a partir de uma visão estigmatizada da identidade e postura que se espera de uma mulher.

“A identidade mais do que ser alguma coisa, é não ser outra. E o corpo é a maior expressão imagética da identidade” (Eloi, 2018, p. 21). Nesse sentido, ser mulher é visto, muitas vezes, como um estigma, um depreciativo social, indesejável, debilitante, construído através de estereótipos (Goffman, 1988). O termo que se referia na Grécia Antiga a uma característica física ou sinal que evidenciava algo de ruim sobre a moral de quem os possuía, na atualidade “é amplamente usado de maneira um tanto semelhante ao sentido literal original, porém é mais aplicado à própria desgraça do que à sua evidência corporal” (Goffman, 1988, p. 11).

Goffman (1988) aponta que a sociedade determina os meios e categoriza as pessoas e os atributos considerados como “comuns” e “naturais” para os ditos “estigmatizados” e os “normais”. Ou seja, a comunidade estabelece as categorias de acordo com o que lhe convém, formulando expectativas normativas, que regem as relações, e “exigências” a serem cumpridas. Para além, o que é considerado estigmatizado e normal é aprendido por meio da socialização, momento em que o sujeito passa a fazer parte da sociedade. A socialização é responsável por incorporar, nos sujeitos, o ponto de vista dos normais, identidades e, inclusive, ideias gerais do que é possuir um estigma. É nesse momento, ainda, que o indivíduo estigmatizado aprende sobre seu estigma particular, suas limitações, implicações e formas de agir nas interações sociais. A aprendizagem da pessoa estigmatizada ocorre das seguintes formas: aprendizagem do ponto de vista dos normais; aprendizagem de que ele está desqualificado por possuir um dado estigma; aprendizagem de como lidar com o tratamento que receberá dos normais; e aprendizagem do encobrimento, de como ser discreto e disfarçar/amenizar seu estigma nas relações sociais.

A partir dessa socialização, o indivíduo forma sua identidade e assume diferentes papéis sociais quando necessário. No entanto, existem diferentes estigmas sociais que um

sujeito pode ser inserido, desde seu gênero, ao seu tom de pele, origem, classe social, entre outros aspectos, sendo isso de grande relevância nos estudos atuais, em especial, sob a perspectiva da interseccionalidade. De forma sucinta, a interseccionalidade observa, a partir do viés político, a produção complexa de identidades e formação das estruturas sociais, as quais dialogam (Libardi; Jacks, 2020).

O conceito de interseccionalidade foi proposto em 1989, por Kimberlé Crenshaw, professora de Direito, após analisar as leis contra a discriminação e concluir que as mesmas tratavam de forma diferente os aspectos de gênero e raça (Melo; Thomé, 2018). O termo aparece no ensaio “Desmarginalizando a interseção entre raça e sexo”, que se tornou base para os feminismos de terceira e quarta ondas (Mccann *et al.*, 2019). Em “Mapeando as margens”, Crenshaw (1991) divide a interseccionalidade em três formas: estrutural, política e representativa.

A Estrutural se refere às formas como a opressão sofrida por mulheres negras é fundamentalmente diferente da experimentada por mulheres brancas. A Política aborda o impacto específico que as leis e políticas públicas têm sobre as mulheres negras, mesmo quando pensadas por razões feministas ou antirracistas. E a Representativa descreve como as mulheres negras são representadas na cultura popular e como isso as afeta na vida cotidiana (Mccann *et al.*, 2019, p. 243).

Nesse aspecto, a autora aponta as intersecções de privilégio e opressão que atravessam o corpo social, como vias que se cruzam. Assim como Crenshaw (1991), Ribeiro (2020) aponta que tirar essas pautas da invisibilidade, a partir de um olhar interseccional, é importante para se romper com a visão universalista que exclui e, a reivindicação de pessoas negras pelo direito à voz, também é uma reivindicação pelo direito à própria vida. Ou seja, o conceito permite que os processos de dominação e resistência sejam compreendidos, levando-se em conta suas diversas variáveis, como raça, gênero, sexualidade, etnia, classe social, religião, entre outros aspectos. O conceito surge, especialmente, na crítica ao feminismo branco, que desconsidera as diferentes camadas de opressão vivenciadas por uma mulher negra. Afinal, “a insistência em falar de mulheres como universais, não marcando as diferenças existentes, faz com que somente parte desse ser mulher seja visto” (Ribeiro, 2020, p. 41).

Patrícia Hill Collins (2019), uma das primeiras pesquisadoras a usar esse termo, destaca que as experiências e especificidades de ser uma mulher negra são justamente os fatores que levaram a mesmas a questionarem o conceito de ser “mulher”, que se diferia de acordo com o tom de pele.

Se as mulheres são supostamente passivas e frágeis, por que as mulheres negras são tratadas como ‘mulas’ designadas para tarefas pesadas de limpeza? Se as boas mães devem ficar em casa com os filhos, por que as estadunidenses negras assistidas por políticas sociais são forçadas a deixá-los em creches? Se a maternidade é a principal vocação das mulheres, porque as mães adolescentes negras são pressionadas a usar contraceptivos como Norplant e Depo Provera? (Collins, 2019, p. 12-13).

Questionamento marcante no discurso “*Ain’t I a woman?*”, proferido em 1851, por Sojourner Truth (1797-1883), mulher negra, que foi escrava e empregada doméstica antes de tornar-se oradora política. No discurso, Truth⁹ manifesta como o movimento feminista da época não compreendia a condição feminina de modo mais amplo. Nele, a oradora apresenta:

Aquele homem diz que as mulheres precisam ser ajudadas a entrar em carruagens, erguidas para passar sobre valas e receber os melhores lugares em todas as partes. Ninguém nunca me ajudou a entrar em carruagens, a passar por cima de poças de lama nem me deu qualquer bom lugar! E eu não sou uma mulher? Olhem pra mim! Olhem pro meu braço! Tenho arado e plantado e recolhido em celeiros, e nenhum homem poderia me liderar! E eu não sou uma mulher? Posso trabalhar tanto quanto e comer tanto quando um homem – quando consigo o que comer – e aguentar o chicote também! E eu não sou uma mulher? Dei à luz à treze filhos e vi a grande maioria ser vendida para a escravidão, e quando eu chorei com minha dor de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! E eu não sou uma mulher? (Miguel; Biroli, 2014, p. 23).

Se, para os moradores de uma localidade, todas as pessoas que não pertencem ao mesmo lugar são os “outros”, em um país, quem não nasceu no mesmo território é considerado estrangeiro. Essa é a mesma relação se comparado o homem e a mulher, uma vez que o mundo não é apresentado a elas com todas as possibilidades e, essa situação, impõe-lhes esse lugar de “outro” (Ribeiro, 2020). Isso ocorre, por exemplo, ao se pensar que o espaço público, por muito tempo restrito aos homens e, até hoje, limitado para as mulheres,

⁹ Ver discurso em: <https://youtu.be/bP9xvKhS3Ao?si=foEA353TniTelqKV>.

aponta a elas como “natural” o ambiente doméstico (Beauvoir, 2009). Contudo, se pensarmos no caso da mulher negra, que não está na mesma condição racial que uma mulher branca e nem na mesma posição de um homem negro, quando se trata de classe, a “raça” não tem lugar. Nesse contexto, a mulher negra torna-se o “outro do outro”, posição que a coloca em um lugar ainda mais difícil de reciprocidade, uma espécie de vácuo (Kilomba, 2012). Para Grada Kilomba (2010), as narrativas que separam gênero de raça contribuem para a manutenção da invisibilidade das mulheres negras nos espaços acadêmicos e políticos.

Nesse sentido, Ribeiro (2020) aponta Kilomba (2010) como capaz de sofisticar a percepção sobre a categoria “outro”, quando afirma o lugar difícil ocupado por mulheres negras, em uma sociedade na qual impera a supremacia branca, sendo esse lugar marcado por uma carência dupla: o oposto à branquitude – não ser mulher branca – e à masculinidade – não ser homem negro. Esse conhecimento é importante para se entender a pirâmide social em que homens brancos estão acima das mulheres brancas, que estão numa posição superior aos homens negros, que, por sua vez, sobrepõem-se, em questões de poder e reconhecimento social, às mulheres negras. Isso demonstra que a categoria gênero é insuficiente, sozinha, para se compreender as desigualdades. Um exemplo claro disso é quando se trata de questões salariais no mercado de trabalho: “[...] mulheres brancas ganham 30% a menos do que homens brancos. Homens negros ganham menos do que mulheres brancas e mulheres negras ganham menos do que todos” (Ribeiro, 2020, p. 39-40). Em pesquisa publicada em setembro de 2020, realizada pelo Instituto Inspere, foi observado que um homem branco tem um salário médio 159% maior do que uma mulher negra no Brasil. “No Brasil, um homem branco que cursou o ensino superior em uma instituição pública ganha, em média, R\$ 7.892. Já uma mulher negra formada no mesmo tipo de faculdade recebe, em média, R\$ 3.047” (UOL, 2020).

Quando muitas vezes é apresentada a importância de se pensar políticas públicas para mulheres, comumente ouvimos que as políticas devem ser para todos. Mas quem são esses ‘todos’, ou quantos cabem nesse ‘todos’? Se mulheres, sobretudo negras, estão num lugar de maior vulnerabilidade social justamente porque essa sociedade produz essas desigualdades, se não se olhar atentamente para elas, o avanço mais profundo fica impossibilitado (Ribeiro, 2020, p. 40).

No Brasil, a percussora do feminismo negro foi a antropóloga e professora Lélia Gonzales (1935-1994), uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial. No país, esse movimento ressurgiu a partir dos anos 1970. No Rio de Janeiro, Lélia Jurema Batista, nascida em 1957, em conjunto com outras mulheres negras fundou o grupo feminista Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras, em 1984, o qual levou nomes femininos à política. Uma das principais questões levantadas por esse movimento no Brasil é a violência. “O feminismo negro denuncia que as mulheres brancas são violentadas e espancadas pela condição de sexo, enquanto as negras são por esta razão, mas também devido ao preconceito racial” (Melo; Thomé, 2018, p. 30).

Para Crenshaw (1991), no que tange à interseccionalidade e à identidade, raça, gênero e outras categorias identitárias, esses pontos são abordados no discurso liberal dominante como resquícios negativos nos quais o poder social trabalha para excluir ou marginalizar os considerados diferentes. Nesse aspecto, o objetivo libertador deveria ser o de anular essas categorias de qualquer significado social. A autora aponta que o problema da política de identidade não é o fato de ela transpor a diferença, mas sim seu oposto: o fato dela, muitas vezes, confundir ou ignorar as diferenças existentes intragrupo. Na Câmara Federal, assim como em outros espaços políticos, há deputadas que assumem o discurso interseccional, em especial, aquelas que se colocam como mulheres negras em favor das lutas feministas, antirracistas e das mulheres negras. Dentre elas, têm-se, por exemplo, a deputada federal Talíria Petrone (PSOL-RJ), a qual, em “Conheça Talíria”, no seu site oficial já se reconhece enquanto feminista negra, em favor de um mandato pela causa, como também, pela tomada de espaço político pelas mães:

Talíria Petrone é mulher negra, feminista, socialista, professora de história pela UERJ e mestre em Serviço Social e Desenvolvimento Social. [...] Como mãe e feminista negra, defende, de forma incansável, mais direitos para as mulheres e também para que o direito ao maternar seja respeitado. Lugar de mãe também é na política! (Talíria Petrone, [2016?]).

Há uma corrente francesa que critica, de certo modo, o conceito de interseccionalidade. Nela, a metáfora das vias que se cruzam é substituída pela metáfora do círculo espiral, na qual a realidade não se fecha em si mesma (Kergoat, 2010). Kergoat (2010) aponta que a interseccionalidade seria uma forma de dividir e que a mudança só poderia vir

a partir do coletivo produtor de sentido. De acordo com a autora, a interseccionalidade seria um instrumento que coloca as relações em posições fixadas, dividindo a mobilização em setores, do mesmo modo que o discurso hegemônico naturaliza e classifica os sujeitos em identidades previamente definidas.

Desde os anos de 1970-1980 mobilizo os conceitos de consubstancialidade e coextensividade para procurar compreender de maneira não mecânica as práticas sociais de homens e mulheres frente à divisão social do trabalho em sua tripla dimensão: de classe, de gênero e origem (Norte/Sul). Tais práticas não se deixam apreender por noções geométricas como imbricação, adição, intersecção e multiposicionalidade — elas são móveis, ambíguas e ambivalentes. No entanto, não basta afirmar que compreendemos a sociedade em termos de relações sociais — é preciso antes definir tais relações, e suas propriedades. Utilizando as metáforas de “círculo” e “espiral”, procurarei esclarecer minha maneira de apreender os fenômenos sociais a partir de uma perspectiva materialista, histórica e dinâmica, e retomarei às definições de consubstancialidade das relações sociais e sua propriedade essencial: a coextensividade (Kergoat, 2010, p. 93).

Kergoat (2010) traz gênero, raça e classe vinculados às relações de produção, intercruzando sistemas de dominação, opressão e exploração. Contudo, sem apagar as contribuições da pesquisadora, tal visão também é formulada a partir de uma experiência de mulher branca e europeia. Como disse a ativista estadunidense negra Audre Lorde, é inexistente a ideia de luta por causa única, uma vez que não vivenciamos vidas de causas únicas, e as diversas formas de opressão se somam influenciando na posição – e aceitação – do sujeito na vida social (Mccann, 2019). Tal argumento é reforçado pela ativista negra e pesquisadora Silva (2020, p.13):

é a interseccionalidade, que dá conta justamente de compreender que opressões de gênero, raça, classe, entre outras, quando interligadas em um único grupo social, produzem experiências sociais específicas que precisam ser nomeadas. No que diz respeito ao feminino negro se faz necessário entender que falar de ‘ser mulher’ não é o suficiente, da mesma forma que tratar do ‘ser negra’ também se faz insuficiente com as experiências que este grupo identitário carrega.

A noção de superioridade e inferioridade remonta há séculos e têm suas consequências sentidas até os dias atuais. No caso da luta feminista, isso não é diferente. Afinal, para além do apagamento de nossas ideias e saberes, também houve o apagamento

de nossos corpos. Isso repercutiu na forma como a sociedade foi sendo moldada e ainda se reflete em diversas esferas, incluindo a ciência e a produção e reprodução de conhecimento. “Há um imenso volume de mulheres cuja participação na história foi apagada, sem pegada ou indício. O que sobraram foram poucos registros, histórias individuais das ações de mulheres de grande destaque, mas não necessariamente de luta coletiva” (Melo; Thomé, 2018, p. 37). A esses apagamentos dá-se o nome de epistemicídios.

A estrutura do mundo moderno, conforme é conhecido, é resultado de quatro genocídios epistêmicos ou epistemicídios¹⁰, o que resultou em uma forma de conhecimento ditada por homens, ocidentais, brancos considerados como “superiores” e capazes de ditar o que é real ou melhor para os demais grupos (Grosfoguel, 2016). E, desvelar essas estruturas de dominação ainda existentes, disfarçada de “universalidade, para Grosfoguel (2016), também implica na descolonização do conhecimento. Os quatro principais genocídios/epistemicídios ao longo do século XVI são comumente analisados em separado, mas há a ligação entre eles, enquanto partes de estruturas epistêmicas do sistema-mundo moderno, ocidental, capitalista, patriarcal, cristão e colonialista (Grosfoguel, 2016); sendo eles: (a) a conquista de Al-Andalus, no fim do século XV, e o genocídio/epistemicídio de muçumanos e judeus, sob o lema “pureza do sangue”. A região da Península Ibérica, conhecida como Califado de Granada, foi tomada pela monarquia cristã e passou por uma limpeza étnica. A população muçumana e judia que ali permaneceu ou foi assassinada – genocídio físico – ou forçada a se converter ao cristianismo (genocídio cultural), além da queima de bibliotecas, como método fundamental de conquista da região. (b) o genocídio/epistemicídio contra os povos do continente americano – iniciada posteriormente à retomada de Al-Andalus – e, posteriormente, contra os povos nativos na Ásia. Métodos já empregados na retomada cristã da Península Ibérica, motivaram também a forma de trabalho nas Américas, na destruição do conhecimento e da espiritualidade dos nativos indígenas. Nesta outra fase, os povos indígenas foram considerados como “povos ateus” e, para os cristãos, não ter religião, era o mesmo que ser expulso da esfera humana, não possuir uma alma, portanto, sua escravização não seria um pecado aos olhos de Deus. (c) mesma concepção aplicada ao sequestro de africanos e a escravização nas Américas.

¹⁰ Epistemicídio refere-se à aniquilação de conhecimentos relacionados também à morte de seres humanos (Santos, 2010).

Nas Américas os africanos eram proibidos de pensar, rezar ou de praticar suas cosmologias, conhecimentos e visão de mundo. Estavam submetidos a um regime de racismo epistêmico que proibia a produção autônoma de conhecimento. A inferioridade epistêmica foi um argumento crucial, utilizado para proclamar uma inferioridade social biológica, abaixo da linha da humanidade (Grosfoguel, 2016, p. 40).

Por fim, (d) conquista da mulher indo-europeia e o genocídio/epistemicídio contra a mulher, em especial, aquelas que atuavam e disseminavam conhecimento, sendo milhões queimadas vivas sob a acusação de bruxaria. Essas mulheres detinham o conhecimento xamânico, que era repassado geração após geração, abrangendo diversas áreas como biologia, astronomia, ética, entre outros. Elas eram consideradas líderes e eram responsáveis por organizar a política e a economia nos locais em que viviam. “A perseguição dessas mulheres começou na Baixa Idade Média. Entretanto, intensificou-se nos séculos XVI e XVII, com o advento das estruturas ‘modernas, coloniais, capitalistas e patriarcais’ de poder” (Grosfoguel, 2016, p. 42). Essa também foi uma estratégia para a consolidação do patriarcado cristão. No entanto, divergiu dos outros três epistemicídios em certos aspectos.

Ao contrário do que ocorreu com o epistemicídio contra as populações indígenas e muçulmanas, quando milhares de livros foram queimados, no caso do genocídio contra as mulheres indo-europeias não houve livros queimados, pois, a transmissão de conhecimento acontecia, de geração para geração, por meio da tradição oral. Os ‘livros’ eram os corpos das mulheres e, de modo análogo ao que aconteceu com os códices indígenas e com os livros dos muçulmanos, elas foram queimadas vivas (Grosfoguel, 2016, p. 42).

Praticantes ou não de magia, devotas ou não de deuses e deusas pagãs, as bruxas como denunciava a Inquisição cristã, conforme reforça Eloi (2018), eram mulheres tidas como não ideais pelo patriarcado, o que incluía mulheres livres, independentes e que exploravam a própria sexualidade, considerado este último fator como apresentação do próprio demônio.

Varela (2019) aponta que, ao longo da história e em distintas culturas, existiram mulheres que participaram e enfrentaram o poder, e as reações patriarcais a essas articulações são muito anteriores à aparição do feminismo, propriamente dito. A autora aponta que uma das reações mais violentas e determinantes historicamente foi a caça às bruxas e a queima de milhões de mulheres nas fogueiras, entre os séculos XV e XVII, na Europa e em alguns países

do continente americano. Esse fenômeno foi silenciado pela maioria dos historiadores – do que a autora considera como História, com letra maiúscula, em crítica ao apagamento desse momento na historiografia tradicional. Esse epistemicídio visou a eliminar a autonomia feminina, contribuindo para um regime patriarcal mais opressivo, do qual beneficiou-se o sistema capitalista. Isso se deu pelo fato de a caça e queima das bruxas participarem da formação dos ideais burgueses de feminilidade e domesticidade. Houve um desenvolvimento “de uma nova divisão sexual do trabalho que confinou as mulheres ao âmbito doméstico. A queima das bruxas foi uma guerra para degradar, demonizar e destruir o poder social das mulheres” (Varela, 2019).

Varela (2019) aponta a tortura na fogueira como forma de caçar e destruir mulheres independentes que ameaçavam o sistema patriarcal. A queima na fogueira seria um castigo à independência feminina, já que a maioria das consideradas bruxas eram mulheres independentes, como as solteiras e viúvas. Assim, todas aquelas não subordinadas aos homens eram acusadas de bruxaria. Outro ponto foi a criminalização do aborto e da contracepção, uma vez que mulheres com conhecimentos medicinais que auxiliavam nesses processos foram caçadas. Eram também consideradas bruxas as mulheres mais velhas, devido à experiência e ao conhecimento. Como na época as mulheres viviam mais que os homens, tinham certa independência até financeira ao ficar com terras e outros bens.

Como principal consequência, o autor aponta que todos os grupos que passaram por esses genocídios/epistemicídios foram considerados como “inferiores”, privilegiando o homem branco ocidental, com a inferiorização dos demais (Grosfoguel, 2016; Varela, 2019). Povos considerados inferiores – escravizados, colonizados etc. –, os quais foram considerados como mão de obra gratuita, e a exploração da natureza levaram a uma nova concepção do saber. A nova ciência também foi alimentada pelo desprezo ao feminino, associado ao irracional/natural. Assim, as mesmas pessoas que defendiam a revolução científica, a razão, o humanismo e o estado moderno, na transição da Idade Média para a Moderna, foram aquelas que protagonizaram a ascensão desta narrativa excludente (Varela, 2019).

Situação essa que Grosfoguel (2016) aponta como ainda presente na transmissão do conhecimento, como nas universidades, presente também em outros espaços fora dela, como no próprio movimento feminista. Nesse sentido, romper com o universalismo seria uma

forma de abrir caminhos para a pluri-versidade decolonial e uma forma de reaver poder. Poder e dominação que perpassam os ambientes públicos, mas também afetam as relações privadas. Ao citar as relações Norte/Sul, Europa/América e África, chegamos à relação Colonizadores/Colonizados. Relação esta que também influencia nas formas de dominação ainda existentes e nas questões de gênero. Afinal, como descolonizar o gênero? A modernidade tem por característica organizar o mundo em categorias e essa é uma crítica feita por mulheres negras e do chamado Terceiro Mundo ao universalismo feminista, trazendo à tona a perspectiva de que a intersecção entre gênero, raça, classe e sexualidade vai além das categorias impostas pela modernidade (Lugones, 2014).

As classificações da modernidade colonial centralizam-se na dicotomia hierárquica entre humano e não humano. Dicotomia essa que, de acordo com Lugones (2014), inicia-se com a colonização das Américas e do Caribe. Essa divisão veio acompanhada de outras, incluindo a dicotomia entre homens e mulheres.

Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês. A imposição dessas categorias dicotômicas ficou entretecida com a historicidade das relações, incluindo as relações íntimas (Lugones, 2014, p. 936).

No período de colonização, o homem branco europeu – considerado como humano – tinha a missão de catequizar e civilizar os povos indígenas e africanos – considerados não humanos –, contudo, tornar os colonizados em humanos não era uma meta colonial, a ideia principal era a colonização da memória, das noções das pessoas sobre si, das relações interpessoais e com o mundo espiritual, bem como da noção de realidade, concepção de identidade e organização social (Lugones, 2014). Ainda, a colonização reforçou a associação entre sexo e gênero, devido às tarefas e aos papéis desenvolvidos por homens e mulheres, segundo a autora, sendo uma “máscara eufemística” do acesso brutal aos corpos por meio da exploração sexual e do trabalho. Entretanto, não se pode colonizar a mulher ou a fêmea, o que fica é a colonialidade.

Diferentemente da colonização, a colonialidade do gênero ainda está conosco/ é o que permanece na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial. Pensar sobre a colonialidade do gênero permite-nos pensar em seres históricos compreendidos como oprimidos apenas de forma unilateral (Lugones, 2014, p. 939).

Portanto, para Lugones (2014), descolonizar o gênero é criticar a opressão racializada, colonial e capitalista heterossexualizada, a fim de provocar uma mudança social; é compreender a relação histórica entre oprimir/resistir no encontro de sistemas complexos de opressão, dando espaço e visibilidade à história de resistência dos povos colonizados. A autora propõe o feminismo decolonial como forma de superar a colonialidade do gênero.

Vergès (2020) aponta o feminismo decolonial como um movimento anticapitalista, anti-imperialista e antirracista, capaz de reconhecer o sistema que seleciona quais corpos terão visibilidade e quais serão oprimidos e invisibilizados. E, apesar de apagadas, são essas mulheres racializadas¹¹ que mantêm o sistema em funcionamento. Se trouxermos esse conceito para a realidade pandêmica da Covid-19, fica claro quais são as mulheres que saem para trabalhar, sem o privilégio do serviço remoto ou de ficar na segurança do lar, e quais são aquelas que estão confinadas desfrutando do distanciamento social. Afinal, a máquina capitalista depende desses trabalhadores invisíveis para se manter (Vergès, 2020). A autora alerta sobre a possibilidade desse mesmo sistema em se apropriar das lutas feministas, uma vez que o próprio movimento feminista transformou-se em uma ferramenta liberal e imperialista, capaz de perpetuar opressões, conhecido também como feminismo civilizatório. Em oposição ao civilizatório, o feminismo decolonial apresenta-se como “a despatriarcalização das lutas revolucionárias. [...] Contribuem na luta travada durante séculos por parte da humanidade para afirmar seu direito à existência” (Vergès, 2020, p. 35).

Aproximando esse conceito da América Latina e do Brasil, Sueli Carneiro (2003) discute que a violação colonial das mulheres negras e indígenas e a miscigenação levaram o mito da democracia racial às últimas consequências (Carneiro, 2003). Lélia Gonzales (1984)

¹¹ “Como diz Adilson Moreira, ser classificado como branco significa que o indivíduo não é racializado, porque somente as minorias são classificadas em grupos raciais, enquanto pessoas brancas são apenas seres humanos” (Trindade, 2022, p. 121).

reforça que o conceito de democracia racial é um mito, mas reconhece sua força simbólica em certos momentos, como no Carnaval, por exemplo.

Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica (Gonzales, 1984, p. 228).

Desse modo, o que poderia ser considerado apenas reminiscências do período colonial permanece presente no imaginário social contemporâneo e apresenta novos contornos em função de uma aparente ordem democrática social. As relações de raça e gênero mostram-se, por vezes, iguais às aquelas do período de escravização (Carneiro, 2003).

Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca. Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? Fazemos parte de um contingente de mulheres para as quais os anúncios de emprego destacam a frase: 'Exige-se boa aparência' (Carneiro, 2003, p. 2).

Ao se falar em feminismo, é importante compreender a emergência de um feminismo também político decolonial e plural, apto a vencer as opressões originárias na Europa (Vergès, 2020). Isso inclui ainda a valorização de saberes e conhecimento apagados ao longo da história pela ideia de que esses seriam subdesenvolvidos, sendo as noções de inferioridade e superioridade marcadas também pelos epistemicídios, dentre eles, a própria colonização (Grosfoguel, 2016). Decolonizar o feminismo significa se desprender da lógica colonizadora e racista, é pensar de uma forma diferente e não universalista, que é centrada na mulher branca, classe média, acadêmico e elitista (Varela, 2019).

Tratado o feminismo decolonial, vale apresentar o conceito de feminismo, suas origens e as ondas pelas quais o movimento passou e ainda passa na busca por uma sociedade mais justa para as mulheres, incluindo suas diferenças.

2.2 FEMINISMO(S) E SEUS ATRAVESSAMENTOS

As críticas às relações de privilégios, dominação, hierarquização e binarismos impostas aos gêneros só emergiram a partir da luta de diversas mulheres que atravessou os séculos. A essa luta deu-se o nome recente de feminismo.

Em um sentido amplo, pode-se afirmar que sempre que as mulheres – individual ou coletivamente – criticaram o destino injusto e muitas vezes amargo que o patriarcado lhes impôs e reivindicaram seus direitos por uma vida mais justa estamos diante de uma ação feminista. [...] Desse modo, o feminismo pode ser definido como a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim. Partindo desse princípio, o feminismo se articula como filosofia política e, ao mesmo tempo, como movimento social (Garcia, 2011, p.13).

O termo feminismo veio muito depois do início dos movimentos e manifestações de mulheres contra a dominação masculina e as desigualdades enfrentadas com base na diferenciação de gênero. O feminismo como conceito surgiu apenas no ano de 1837, quando o francês Charles Fourier usou o termo *féminisme* (Mccann *et al.*, 2019). Nas décadas seguintes, o termo espalhou-se pela Grã-Bretanha e Estados Unidos, a fim de descrever movimentos que buscavam a igualdade social, econômica e legal entre homens e mulheres. No Brasil, o feminismo chega com maior força em meio a anos sombrios, em 1975, quando a ONU convocou mulheres e governos de diversos países para a I Conferência Internacional da Mulher, realizada no México.

A luta feminista veio para se opor à dominação masculina enraizada no sistema patriarcal, base de diferentes sociedades. Esse sistema surge no mesmo momento em que as sociedades complexificaram-se e houve a necessidade de maior regulação (Mccann, 2019; Miguel; Biroli, 2014). Nesse contexto, os homens desenvolveram instituições capazes de reforçar o próprio poder e oprimir as mulheres e as regras masculinas passaram a permear diferentes esferas da sociedade – governo, leis, religião, casamento até o lar. Regras essas que as inferiorizaram em relação a eles em termos culturais, sociais e intelectuais.

Durante séculos da história social do Ocidente, livros pinturas e discursos foram produzidos a fim de forjar e ilustrar a tal desigualdade entre homens e mulheres, que passou a ser naturalizada, por conta desse atravessamento cultural. Muitas das mitologias e religiões sacramentaram a inferioridade

feminina por meio da construção da narrativa de que as mulheres foram causadoras da desgraça humana: Eva, Pandora e Helena de Troia, entre outras, são exemplos da construção desse mito. A história, escrita pelos homens, reduziu as mulheres a muito pouco: elas não falam e os homens falam por elas (Melo; Thomé, 2018, p. 19).

Esse cenário sofreu fortes oposições, em especial, com o advento do Iluminismo – entre os séculos XVII e XVIII – e revoluções como a dos EUA (1775-1783) e na França (1787-1799) (McCann *et al.*, 2019). Em “O Livro do Feminismo”, McCann *et al.* (2019) traçam um percurso histórico das principais pensamentos e conquistas do movimento ao longo da história, conforme os anos apontados a seguir:

1700 – Livro “*Some Reflections Upon Marriage*”, da inglesa May Astell discute que a mulher e o homem foram criados por Deus com almas igualmente capazes intelectualmente.

1737 – O Código Civil sueco passou a garantir alguns direitos às mulheres, como por exemplo, a proibição de que os maridos vendessem os bens das esposas sem o consentimento das mesmas.

Anos 1750 – Na Grã-Bretanha, um grupo informal para a discussão entre intelectuais mulheres e homens convidados é formado, o *Bluestocking Society*.

1765 – Nos EUA, surgem as Filhas da Liberdade, grupo político formado com intuito de protestar contra direitos de importação e apoiar a independência das colônias da coroa inglesa.

1790 – O ensaio “Sobre a igualdade dos sexos”, de Judith Sargent Murray, ativista estadunidense pelos direitos das mulheres, reforça a ideia de que as mulheres são tão inteligentes quanto os homens.

1791 – A ativista francesa Olympe de Gouges escreve, em “A declaração dos direitos das mulheres e das cidadãs”, que as mulheres deveriam ter os mesmos direitos que os homens enquanto cidadãs. O texto seria uma transcrição da “Declaração dos direitos do homem e do cidadão” para o feminino com ajustes significativos, dentre eles, no artigo X, em que determina a liberdade de opinião e de expressão, como o direito a subir à tribuna (McCann *et al.*, 2019; Miguel; Biroli, 2014).

1792 – A escritora britânica Mary Wollstonecraft escreve, em “Reivindicações dos direitos das mulheres”, que as mulheres têm direito ao ensino e a trabalhar. A obra é um marco nos textos feministas também pelo fato de identificar a tirania vivida no ambiente

privado – lar – como a principal barreira inibidora da liberdade, independência feminina e participação política (Marques, 2019; Mccann *et al.*, 2019; Miguel; Biroli, 2014). O texto ainda foi uma forma de rebater às críticas do filósofo Rousseau, o qual apontava as mulheres como inferiores intelectualmente e que, por isso, deveriam receber educação superficial. No Brasil, a obra de Wollstonecraft foi traduzida por Nísia Floresta, a qual compartilhava da ideia de que a educação era uma forma de ampliar os horizontes de interesses femininos. Nísia Floresta escreveu outras obras e textos para jornais (Marques, 2019).

1830 – Na região onde atualmente é a Nigéria, Nana Asma’u treinou mulheres – jajs – para viajar pelo Califado de Sokoto na missão de educar outras mulheres.

1832 – A francesa Suzane Voilquin tornou-se editora do primeiro jornal feminista para a classe trabalhadora chamado *Tribune des femmes*.

1848 – É publicado no Reino Unido “O manifesto comunista”, de Karl Marx e Friedrich Engels, clamando pela libertação de homens e mulheres do sistema capitalista.

1849 – A primeira médica é graduada nos EUA, Elizabeth Blackwell.

1851 – Também nos EUA, a ativista e abolicionista Sojourner Truth fez o discurso na Convenção pelos Direitos das Mulheres, em Ohio, reivindicando a inclusão das mulheres negras na luta por igualdade.

1869 – The National Woman Suffrage Association (NWSA), nos Estados Unidos, condena a 15ª Emenda, a qual assegura aos homens afro-americanos o direito ao voto, mas não inclui as mulheres.

1882 – No Reino Unido, o Ato de Propriedade das Mulheres Casadas autoriza as mulheres a serem donas de propriedades e terem controle sobre as mesmas.

1888 – Também no Reino Unido, 1400 mulheres entram em greve em uma fábrica de fósforos em protestos contra os baixos salários e as péssimas condições de trabalho.

1893 – Na Nova Zelândia é permitido, pela primeira vez em todo planeta, o direito ao voto feminino.

1903 – É formada a *Woman’s Social and Political Union* (WSP), pela ativista britânica Emmeline Pankhurst, na luta pelo voto feminino.

1924 – Inspirada pelo movimento sufragista feminino nos EUA, a japonesa Fusae Ichikawa forma em seu país a Liga pelo Sufrágio Feminino.

1929 – Foi publicado o livro “Um teto todo seu”, da escritora britânica Virgínia Woolf, em que se criticou a baixa presença feminina na literatura como consequência da falta de liberdade financeira, intelectual e social – até mesmo dentro do lar – das mulheres.

1932 – O voto feminino é permitido no Brasil.

1936 – Na Espanha, a cofundadora da organização anarquista Mujeres Libres, Lucia Sanchez Saornil, luta pela libertação e empoderamento das mulheres trabalhadoras.

1949 – Na França, outra importante obra feminista é publicada pela primeira vez: “O segundo sexo”, de Simone de Beauvoir, em que se discute o tratamento dado às mulheres ao longo da história e as definições atribuídas a elas. Este livro é considerado como obra fundadora do feminismo do século XX (Melo; Thomé, 2018).

1960 – Foi disponibilizada a pílula contraceptiva oral, nos EUA, um grande passo para a liberdade sexual das mulheres.

1962 – A britânica Sheila Kitzinger, em “A experiência de dar à luz”, argumenta que o parto deve ser uma experiência empoderadora e não um processo ditado por profissionais da medicina homens.

1963 – “Mística Feminina”, de Betty Friedan, aborda a insatisfação das donas de casa dos EUA nos anos de 1950. A obra é considerada como fundamental na reativação do movimento feminista estadunidense. Nela, a autora “referia-se às frustrações das mulheres educadas de classe média, confinadas à domesticidade dos seus lares, retratadas fielmente pelas comédias e seriados hollywoodianos” (Melo; Thomé, 2018, p. 21), como em “A feiticeira” (1964-1972), em que a personagem principal usava seus poderes para cuidar da casa e ajudar o marido na carreira; e em “Jeannie é um gênio” (1965-1970), na qual o enredo se passa apresentando a submissão da mulher ao parceiro em nome do amor. Os seriados foram exportados para diversos países, e Betty Friedan, em contrapartida, foi criticada e acusada de retratar a realidade apenas das mulheres de classe média brancas (Melo; Thomé, 2018).

1969 – O grupo feminista radical Redstocking interrompe, em Nova York, a audiência legislativa sobre o aborto que incluía 14 homens e uma freira católica.

1970 – Também, nos EUA, a artista Judy Chicago é cofundadora do primeiro programa feminista de arte, feito com o objetivo de dar visibilidade a trabalhos de mulheres e desafiar as desigualdades de gênero nas artes.

1971 – No Reino Unido, a ativista Erin Pizzey abre o primeiro abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica.

1973 – A Suprema Corte estadunidense considera o aborto um direito constitucional fundamental, no veredicto do caso *Roe versus Wade*.

1975 – No ensaio “O sorriso de Medusa”, a escritora francesa Hélène Cixous identifica e encoraja a escrita feminina livre das amarras masculinas. No mesmo ano, a cineasta britânica Laura Mulvey desenvolve a teoria do “olhar masculino”, na qual discute o papel da mídia e das artes visuais em retratar as mulheres sob uma perspectiva masculina para agradar ao público masculino.

1978 – Madhu Kishwar e Ruth Vanita fundam a revista feminista indiana *Manushi*, inspirada na vida e trabalho de Gandhi.

1979 – No Brasil, chega ao fim da lei que proibia as mulheres de jogarem futebol, imposta em 1941 (Globo Comunicação e Participações S.A., [ca. 2023])

1980 – A poeta feminista estadunidense Adrienne Rich, no ensaio “Heterossexualidade compulsória e existência lésbica”, afirma que a heterossexualidade é uma imposição masculina às mulheres.

1981 – Angela Davis publica, pela primeira vez, o livro “Mulheres, raça e classe”, trazendo à tona as especificidades de ser mulher negra em meio à luta feminista. Um livro feminista importante e que traz luz para as intersecções de diferentes camadas de opressão, como gênero e raça.

1982 – Ellen Willis e Gayle Rubin, feministas sexo-positivas¹², organizam a Conferência Barnard sobre Sexualidade, em Nova York, gerando tumulto entre as feministas antipornografia. No mesmo ano, no Reino Unido, 30 mil mulheres dão as mãos ao redor da base aérea Greenham Common como forma de protesto contra as armas nucleares presentes no local.

¹² O feminismo sexo-positivo é um movimento que surgiu no início da década de 1980, o qual defende que a liberdade sexual feminina é parte importante da própria emancipação da mulher. O movimento é uma oposição ao sexo-negativo, em que feministas acreditam que algumas formas de liberdade sexual feminina seriam uma extensão da opressão patriarcal (Instituto Mercado Popular, 2014).

1983 – Alice Walker, autora de “A cor púrpura”, cria o termo “Mulherismo” (*Womanism*), para se referir às feministas negras. O termo seria uma forma de apoio mútuo e política específica voltada para mulheres negras, feita por mulheres negras.

1984 – A feminista estadunidense Susie Bright ajuda a fundar a primeira revista erótica lésbica, a *On Our Backs*.

1985 – Surge em Nova York o Guerrilha Girls, grupo artístico feminista com o objetivo de lutar contra o racismo e sexismo no mundo das artes.

1986 – A indiana Chandra Talpade escreve o ensaio “Sob olhos ocidentais: estudos feministas e discursos coloniais”, criticando as perspectivas feministas ocidentais em relação às mulheres do Terceiro Mundo¹³.

1988 – Surge na Malásia o grupo *Sisters in Islam* (SIS) para promover os direitos das mulheres mulçumanas norteados pelos princípios de liberdade e igualdade.

1989 – A estadunidense e feminista negra Kimberlé Crenshaw cunha o termo “interseccionalidade”.

1990 – Judith Butler, em “Problemas de Gênero”, afirma que o gênero é socialmente e culturalmente construído. No mesmo ano, “O mito da beleza”, de Naomi Wolf é publicado pela primeira vez e discute como os padrões de beleza são utilizados para oprimir as mulheres.

1991 – O movimento Riot Grrrl surge em Washington, para combater o sexismo na música punk. Primeira Copa do Mundo Feminina de Futebol.

1992 – Ainda nos EUA, a escritora feminista Rebecca Walker usa o termo “terceira onda” em um artigo da revista Ms., anunciando uma nova era no movimento feminista.

1993 – As Nações Unidas declaram que a mutilação genital feminina é uma forma de violência contra a mulher.

1994 – A dramaturga Eve Ensler publica “Os monólogos da vagina”, em que discute as experiências sexuais, imagem corporal e violência contra a mulher.

¹³ O termo Terceiro Mundo foi criado pelo economista francês Alfred Sauvy, citado pela primeira vez em 1952, em um artigo de jornal intitulado “Três Mundos, um planeta”. A expressão foi cunhada por meio da observação dos diversos países do mundo, na qual foram detectadas grandes disparidades políticas, econômicas e sociais entre eles, colocando certas nações à margem do cenário mundial. Fazem parte desse Terceiro Mundo, países que são economicamente subdesenvolvidos ou se encontram em desenvolvimento, como países localizados na América Latina, África e Ásia (Lemos, 1999).

1997 – A feminista afro-americana Loretta Ross ajuda a fundar o coletivo *SisterSong* com a missão de auxiliar mulheres negras a exigir direitos iguais em autonomia sexual e justiça reprodutiva.

2000 – A ativista japonesa Emi Koyama populariza a expressão “feminismo trans” no ensaio “O manifesto transfeminista”.

2005 – Foi publicado “*Female Chauvinist Pigs: Woman and the Rise of Raunch Culture*”, de Ariel Levy, criticando a forma como algumas jovens feministas aceitam a objetificação sexual.

2009 – Um grupo de 250 ativistas muçulmanas encontram-se em Kuala Lumpur – Malásia – para fundar o Musawah, movimento global para defender a igualdade para mulheres islâmicas.

2011 – Estudantes estadunidenses dão início à Marcha das Vadias e se vestem com roupas consideradas sexualmente provocantes a fim de protestar contra os constrangimentos sofridos pelas vítimas. No mesmo ano, o livro “*Meat Market: Female Flesh Under Capitalism*”, da jornalista britânica Laurie Penny, é lançado e denuncia o feminismo de carreira como falso caminho para a emancipação feminina.

2012 – A também britânica Laura Bates funda o projeto *Everyday Sexism*, fórum *online* em que meninas e mulheres podem relatar as experiências de assédio sofridas. No mesmo ano, em Londres, Chimamanda Ngozi Adichie aconselha, em uma palestra *online*, que “sejamos todos feministas”.

2013 – Em “*Do Muslim Women Really Need Saving?*”, a antropóloga estadunidense Lila Abu-Lughod desafia a imagem de que a essência do Islã é contra a mulher. No mesmo ano, Sheryl Sandberg, diretora de operações do *Facebook* – hoje, Meta –, publica “Faça acontecer”, texto que estimula as mulheres a tomarem as rédeas de suas carreiras.

2014 – A campanha #BringBackOurGirl é divulgada para libertação das estadunidenses sequestradas pelos terroristas do grupo Boko Haram na Nigéria.

2015 – A feminista estadunidense e pessoa com deficiência, Rosemarie Garland-Thomson publicou o artigo “Construindo um mundo que acolhe a deficiência”, em que expõe a dupla discriminação enfrentada por mulheres com deficiência.

2017 - Jessa Crispin, escritora e ativista estadunidense, publica “*why i am not a feminist: a feminist manifest*”, criticando a quarta onda do feminismo. Ainda neste ano, a

atriz Alyssa Milano posta #MeToo no *Twitter*, incentivando as mulheres a compartilharem suas experiências de abuso e assédio sexual. A hashtag ganhou o mundo e tornou-se também em um movimento na busca por justiça.

2018 – As mulheres conquistam o direito a dirigir na Arábia Saudita, último país do mundo a garantir esse direito. No Brasil, pessoas trans podem alterar os nomes apenas indo ao cartório, bem como importunação sexual passa a ser considerada crime (Lei 13.718/2018) (Oliveira; Otto, 2023).

2019 - Ruth E. Carter e Hannah Beachler são as primeiras mulheres negras a levar o Oscar nas categorias de Melhor Figurino e Design de Produção, respectivamente (Oliveira; Otto, 2023).

2020 – A primeira-ministra da Nova Zelândia, Jacinda Ardern, vira exemplo mundial de liderança e governabilidade no enfrentamento à pandemia da COVID-19 (Oliveira; Otto, 2023). Na Argentina, aborto é legalizado até o 4º mês, apenas com a solicitação da mulher (Cardoso; Guimarães, 2022).

2021 – Em março, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) brasileiro decide que o uso de “legítima defesa da honra”, utilizado pela defesa em casos de feminicídio e violência contra a mulher, viola os princípios de dignidade da pessoa humana, proteção a vida e igualdade de gênero (STF, 2023). Em julho do mesmo ano, a violência psicológica contra a mulher torna-se crime (Oliveira; Otto, 2023).

2022 – Bancada feminina bate recorde nas eleições, subindo de 15% para quase 18% o número de cadeiras ocupadas por mulheres. Pela primeira vez foram eleitas duas mulheres trans: Erika Hilton (PSOL-SP) e Duda Salabert (PDT-MG), além de 5 mulheres indígenas. Revolta do hijab no Irã: onda de protestos de mulheres contra uso obrigatório do véu, após a morte da jovem Mahsa Amin, de 22 anos, que foi levada e agredida pela “polícia da moralidade”, devido à forma com que usava o véu.

2023 – No Brasil, a “portaria do aborto”, que dificultava o acesso ao aborto legal, foi derrubada pelo Ministério da Saúde, e o Brasil saiu do Consenso de Genebra, que era uma aliança internacional antiaborto e conservadora, formada por 37 países e suas lideranças de extrema-direita. Governo combate à pobreza menstrual garantindo a distribuição gratuita de absorventes pelo SUS (Abdala, 2023). No mesmo ano, Michelle Yeoh foi a primeira mulher asiática a vencer o SAG Awards, prêmio do Sindicato dos Atores, de Melhor Atriz, com o

filme “Tudo em Todo o Lugar ao Mesmo Tempo” (Oliveira; Otto, 2023). A atriz também ganhou o Oscar na mesma categoria.

A seguir, o quadro 1, o qual sintetiza as principais informações acima descritas:

Quadro 1 - Conquistas das Mulheres ao longo dos anos

Ano	Conquistas
1700	Livro “ <i>Some Reflections Upon Marriage</i> ”, da inglesa May Astell
1737	O Código Civil sueco passou a garantir alguns direitos às mulheres
1750	Na Grã-Bretanha é formado o grupo <i>Bluestocking Society</i>
1765	Nos EUA, surge o grupo político as Filhas da Liberdade
1790	É publicado o ensaio “Sobre a igualdade dos sexos”, de Judith Sargent Murray
1791	A ativista francesa Olympe de Gouges escreve, em “A declaração dos direitos das mulheres e das cidadãs”
1792	A escritora britânica Mary Wollstonecraft escreve, em “Reivindicações dos direitos das mulheres”. No Brasil, a obra de Wollstonecraft foi traduzida por Nísia Floresta.
1830	Na região conhecida atualmente como o país da Nigéria, Nana Asma’u treinou mulheres para viajar pelo califado na missão de educar outras mulheres.
1832	A francesa Suzane Voilquin tornou-se editora do primeiro jornal feminista para a classe trabalhadora chamado <i>Tribune des femmes</i> .
1848	“O manifesto comunista”, de Karl Marx e Friedrich Engels, clama pela libertação de homens e mulheres do sistema capitalista.
1849	A primeira médica é graduada nos EUA, Elizabeth Blackwell.
1851	A ativista e abolicionista Sojourner Truth fez o discurso na Convenção pelos Direitos das Mulheres, reivindicando a inclusão das mulheres negras.
1869	<i>The National Woman Suffrage Association</i> (NWSA), nos Estados Unidos, condena a 15ª Emenda, a qual assegura aos homens afro-americanos o direito ao voto, mas não inclui as mulheres.
1882	No Reino Unido, o Ato de Propriedade das Mulheres Casadas autoriza as mulheres a serem donas de propriedades e terem controle sobre elas.
1888	Também no Reino Unido, 1400 mulheres entram em greve em uma fábrica de fósforos em protestos contra os baixos salários e as péssimas condições de trabalho.
1893	Na Nova Zelândia é permitido, pela primeira vez em todo planeta, o direito ao voto
1903	<i>Woman’s Social and Political Union</i> (WSP) é criado na Grã-Bretanha para lutar pelo voto feminino
1924	A japonesa Fusae Ichikawa forma em seu país a Liga pelo Sufrágio Feminino.
1929	Foi publicado o livro “Um teto todo seu”, da escritora britânica Virgínia Woolf
1932	Foi permitido o voto feminino no Brasil.

1936	Na Espanha, a cofundadora da organização anarquista <i>Mujeres Libres</i> , Lucia Sanchez Saornil, luta pela libertação e empoderamento das mulheres trabalhadoras.
1949	Na França, é publicada pela primeira vez: “O Segundo Sexo”, de Simone de Beauvoir
1960	Foi disponibilizada a pílula contraceptiva oral, nos EUA
1962	A britânica Sheila Kitzinger, em “A experiência de dar à luz”, argumenta que o parto deve ser uma experiência empoderadora
1963	“Mística Feminina”, de Betty Friedan, aborda a insatisfação das donas de casa dos EUA nos anos de 1950
1969	O grupo feminista radical <i>Redstocking</i> interrompe, em Nova York, a audiência legislativa sobre o aborto que incluía 14 homens e uma freira católica.
1970	A artista Judy Chicago é cofundadora do primeiro programa feminista de arte, feito com o objetivo de dar visibilidade a trabalhos de mulheres e desafiar as desigualdades de gênero nas artes
1971	No Reino Unido, a ativista Erin Pizzey abre o primeiro abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica.
1973	A Suprema Corte estadunidense considera o aborto um direito constitucional fundamental, no veredicto do caso <i>Roe versus Wade</i> .
1975	Publicação do ensaio “O sorriso de Medusa”, da escritora francesa Hélène Cixous, é desenvolvido a teoria do “olhar masculino”, pela cineasta britânica Laura Mulvey.
1978	Madhu Kishwar e Ruth Vanita fundam a revista feminista indiana <i>Manushi</i>
1979	No Brasil, fim da lei que proibia as mulheres de jogarem futebol
1980	Adrienne Rich escreve o ensaio “Heterossexualidade compulsória e existência lésbica”.
1981	Angela Davis publica, pela primeira vez, o livro “Mulheres, raça e classe”.
1982	Ellen Willis e Gayle Rubin, feministas sexo-positivas organizam a Conferência Barnard sobre Sexualidade, em Nova York. No Reino Unido, 30 mil mulheres dão as mãos ao redor da base aérea Greenham Common como forma de protesto contra as armas nucleares.
1983	Alice Walker, autora de “A cor púrpura”, cria o termo “Mulherismo” (<i>Womanism</i>), para se referir às feministas negras
1984	Susie Bright ajuda a fundar a primeira revista erótica lésbica, a <i>On Our Backs</i> .
1985	Surge em Nova York o <i>Guerrilha Girls</i> , grupo artístico feminista
1986	A indiana Chandra Talpade escreve o ensaio “Sob olhos ocidentais: estudos feministas e discursos coloniais”
1988	Surge na Malásia o grupo <i>Sisters in Islam</i> (SIS) para promover os direitos das mulheres muçumanas
1989	Kimberlé Crenshaw cunha o termo “interseccionalidade”.
1990	Judith Butler publica “Problemas de Gênero” “O mito da beleza”, de Naomi Wolf, é publicado pela 1ª vez
1991	O movimento <i>Riot Grrrl</i> surge em Washington 1ª Copa do Mundo Feminina de Futebol FIFA
1992	Rebecca Walker usa o termo “terceira onda”, anunciando uma nova era no movimento feminista.

1993	As Nações Unidas declaram que a mutilação genital feminina como uma forma de violência contra a mulher.
1994	A dramaturga Eve Ensler publica “Os monólogos da vagina”.
1997	A feminista afro-americana Loretta Ross ajuda a fundar o coletivo <i>SisterSong</i>
2000	A ativista japonesa Emi Koyama publica o ensaio “O manifesto transfeminista”.
2005	Foi publicado “ <i>Female Chauvinist Pigs: Woman and the Rise os Raunch Culture</i> ”, de Ariel Levy
2009	Um grupo de 250 ativistas mulçumanas se encontram em Kuala Lumpur (Malásia) para fundar o Musawah
2011	Estudantes estadunidenses dão início à Marcha das Vadias É lançado o livro “ <i>Meat Market: Female Flesh Under Capitalism</i> ”, da jornalista britânica Laurie Penny
2012	Laura Bates funda o projeto <i>Everyday Sexism</i> Chimamanda Ngozi Adichie aconselha, em uma palestra <i>online</i> , que “sejamos todos feministas”.
2013	É lançado “ <i>Do Muslim Women Really Need Saving?</i> ”, da antropóloga estadunidense Lila Abu-Lughod Sheryl Sandberg publica “Faça acontecer”.
2014	Campanha #BringBackOurGirl é divulgada
2015	Rosemarie Garland-Thomson publicou o artigo “Construindo um mundo que acolhe a deficiência”
2017	Jessa Crispin publica “ <i>Why I am Not a Feminist: A Feminist Manifest</i> ”, A atriz Alyssa Milano posta #MeToo no <i>Twitter</i> .
2018	As mulheres conquistam o direito a dirigir na Arábia Saudita. No Brasil, pessoas trans podem alterar os nomes apenas indo ao cartório e a importunação sexual passa a ser considerada crime
2019	Ruth E. Carter e Hannah Beachler são as primeiras mulheres negras a levar o Oscar nas categorias de Melhor figurino e Design de Produção
2020	A primeira-ministra da Nova Zelândia, Jacinda Ardern, vira exemplo mundial de liderança e governabilidade no enfrentamento à COVID-19 Na Argentina, aborto é legalizado até o 4º mês.
2021	O Plenário do Supremo Tribunal Federal brasileiro decide que o uso de “legítima defesa da honra”, utilizado pela defesa em casos de feminicídio, viola os princípios de dignidade da pessoa humana, proteção a vida e igualdade de gênero A violência psicológica contra a mulher se torna crime
2022	Bancada feminina bate recorde nas eleições, subindo de 15% para quase 18% o número de cadeiras ocupadas por mulheres. Pela primeira vez foram eleitas duas mulheres trans. Revolta do hijab no Irã: onda de protestos de mulheres contra uso obrigatório do véu.
2023	No Brasil, a “portaria do aborto” foi derrubada pelo Ministério da Saúde O Brasil saiu do Consenso de Genebra, o qual era uma aliança internacional antiaborto e conservadora Governo distribui de forma gratuita absorventes pelo SUS. Michelle Yeoh foi a primeira mulher asiática a vencer o SAG Awards, como Melhor Atriz. A atriz também ganhou o Oscar na mesma categoria.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Essas conquistas foram resultado de lutas e manifestações que uniram diversas mulheres ao redor do globo. Manifestações que passaram a ser consideradas como ondas: as ondas feministas. A metáfora da onda é recente e foi empregada pela primeira vez por Martha Weinman Lear, em 1968, no artigo “A segunda onda feminista”, publicado no *New York Times*. No texto, Lear fazia uma alusão às lutas das mulheres pelo direito ao voto e dizia que outras ondas ainda estavam se aproximando. Na década de 1990, Rebecca Walker escreveu “Tornando-se a terceira onda”, para reforçar a ideia de que a luta feminista estava longe de seu fim. A partir dessa segunda publicação, o termo onda se consolidou “como forma de nomear momentos de grande mobilização feminista” (Zirbel, 2021, p. 10). Como as ondas do mar, as ondas feministas não são contínuas, elas arrebatam na areia da praia, avançam, conquistam outros lugares, como também podem voltar para onde vieram no oceano. Assim também segue o movimento feminista, “embora uma forte estrutura insista em puxar os avanços já conquistados, eles seguem com suas pautas progressistas, algumas vezes como tsunamis e outras vezes em formato de pequenas marolas” (Ribeiro; Nogueira; Magalhães, 2021, p. 59). Dessa forma, novas ondas são motivadas, pois “as preocupações feministas evoluem conforme sucessivas gerações conquistam novas liberdades, mas se confrontam e precisam lidar com diferentes problemas sociais” (McCann *et al.*, 2019, p. 255).

Vale ressaltar que as ondas foram vivenciadas de forma diferente em cada parte do mundo, apresentando uma espécie de linha do tempo, com as conquistas e principais desafios de cada época (Ribeiro; Nogueira; Magalhães, 2021). Varela (2019) aponta que esta é uma macro revisão, uma vez que é uma forma que possui certas ressalvas por simplificar e generalizar demais a história, além de ser uma narrativa descontinuada que ofusca o ativismo feminista que não parou em nenhum momento.

No Brasil, por exemplo, as ondas estiveram relacionadas aos contextos históricos, sociais, políticos e culturais, como, por exemplo, quando a luta feminista se associou à luta contra o regime ditatorial vivenciado no país entre as décadas de 1960 e 1980 (Escosteguy, 2019). E, mesmo com o avanço tecnológico e a quarta onda vivenciada atualmente, nota-se que algumas pautas permanecem nas manifestações brasileiras, como casamento infantil, feminicídio, aborto, entre outras, estimuladas, especialmente, como resposta às posições ocupadas nos rankings mundiais pelo Brasil (Ribeiro; Nogueira; Magalhães, 2021).

A primeira onda buscava, em suma, a igualdade de gênero (McCann *et al.*, 2019) e ocorre na virada dos séculos XVIII para o século XIX e se estende até a década de 1920, quando a maior parte dos países ocidentais haviam garantido o sufrágio às mulheres. De modo geral, no feminismo ocidental, essa onda é tida como decorrência – indesejada – da Revolução Francesa (Miguel; Biroli, 2014).

A participação das mulheres na política foi discutida pela primeira vez durante a Revolução Francesa, embora anteriormente tenham existido mulheres que assumiram governos monárquicos e que se tornaram rainhas ouvidas e respeitadas em suas decisões políticas. Essa consideração, porém, não se devia à visão dessas mulheres como indivíduos com direitos políticos, mas ao fato de suas famílias serem nobres detentoras de poder (Marques, 2019, p. 10).

Um dos resultados da revolução foi a “Declaração dos direitos do homem e do cidadão”, documento este, como bem escrito no título, referente ao homem e cidadão, mas que não incluía as mulheres como cidadãs. As mulheres que fizeram parte do momento, não satisfeitas, começaram a exigir os mesmos direitos recebidos pelos homens a partir do documento. Entre elas, Olympe Gouges (1748-1793), autora da “Declaração dos direitos da mulher e da cidadã”, documento semelhante à outra declaração, mas com acréscimos que beneficiariam as mulheres (Marques, 2019; McCann *et al.*, 2019; Miguel; Biroli, 2014). Gouges escreveu ainda que se as mulheres não fossem ouvidas no momento da elaboração das leis, tais leis não seriam válidas (Marques, 2019). Ao não ter suas reivindicações atendidas, Olympe de Gouges enviou uma cópia do seu livro à Rainha Maria Antonieta, sendo o ato suficiente para sua condenação à morte devido aos ideais revolucionários (Marques, 2019).

Esse movimento em busca do direito pelo voto feminino atingiu todo o globo, sendo considerado como a primeira onda. Entretanto, essa identificação histórica, como primeira onda, pode apresentar-se como reducionista, uma vez que não contempla pautas que movimentaram outros grupos de mulheres naquele mesmo período (Zirbel, 2021).

Os temas de discussões e as reivindicações das feministas eram bastante diversos e diziam respeito à autodeterminação sexual, ao acesso a algumas profissões e a um currículo escolar que não fosse voltado às atividades domésticas, à reforma do direito matrimonial (que subjugava as esposas aos maridos, permitia a expropriação dos bens das mulheres pelos esposos e um

tratamento desigual diante do adultério, impossibilitava o divórcio etc.) dentre outros. Muitas feministas também estiveram envolvidas em outros movimentos sociais defendendo causas socialistas ou liberais, anarquistas, religiosas, higienistas, pacifistas, anti-escravistas etc. (Zirbel, 2021, p. 13-14).

Conforme apontam Melo e Thomé (2018), a luta pela conquista do sufrágio também chega ao Brasil. Contudo, para as autoras, este seria um marco histórico arbitrário, uma vez que não é possível encontrar, nos arquivos do país, lutas femininas anteriores, que também fizeram parte das conquistas sociais e de direitos que temos hoje.

Não desconhecemos por completo essas mulheres: foram pessoas escravizadas fugitivas, rebeladas nos tantos quilombos que a história oficial teima em apagar, negras da terra, como as mulheres indígenas foram tratadas nos textos coloniais, brancas portuguesas que arriscavam a travessia e que, nas terras d'Além-mar, tentaram construir uma nova vida (Melo; Thomé, 2018, p. 53).

Os raros registros históricos apontam que as brasileiras estiveram presentes em revoltas históricas importantes, como: Insurreição Pernambucana (1645), expulsão dos Holandeses (1654), Inconfidência Mineira (1789), Inconfidência Baiana (1798), Balaiada (1838-1841), Revolta dos Malês (1835), Sabinada (1837-1838), Farroupilha (1835-1845). Em todas elas, mulheres lutaram e morreram e continuaram anônimas na história oficial (Melo; Thomé, 2018). As autoras afirmam que, de modo geral, as precursoras visíveis na luta feminista no Brasil são mulheres brancas e escolarizadas, uma vez que “numa sociedade dividida pela escravidão e discriminação racial, os registros históricos, quando assinalam mulheres, mostram histórias vividas por mulheres brancas e apenas menções a indígenas e negras” (Melo; Thomé, 2018, p. 55).

As desigualdades de raça e classe também não aparecem com tanta força no feminismo desses séculos. Os debates sobre as ondas estiveram, por muito tempo, associados às manifestações das feministas francesas, inglesas e estadunidenses brancas de classe média. Por isso, é importante destacar que houve outras lutas de mulheres não-brancas, das classes trabalhadoras, desses países ou de outras partes do mundo. A diferença são as demandas trazidas por essas mulheres: as trabalhadoras da classe operária buscavam por melhores condições de trabalho, as mulheres negras lutavam pelo fim da escravização (Zirbel, 2021).

A visão de que esses movimentos eram ‘novos’ também trai um olhar “eurocêntrico”, pois atribui, caráter de vanguarda apenas ao movimento operário das sociedades industriais do Ocidente, ignorando o movimento abolicionista que lutou pela libertação dos escravos um século antes, sobretudo em países como o Brasil e os Estados Unidos (Miskolci, 2021, p. 21)

Essa luta, em especial, a relacionada às mulheres negras – que não se viam na categoria de “mulheridade” instituída pelas brancas, como apontou bell hooks (2020) – e brancas – direito ao voto –, no mesmo período, levou a uma ruptura dentro do movimento feminista. Afinal, mesmo sendo “mulher” o critério, nem todas pareciam estar qualificadas ou vivenciar as mesmas experiências (Davis, 2016; Hooks, 2020). Isso aponta para o grupo mulheres como heterogêneo e de opiniões políticas diferentes, as quais, em certo momento, podem somar forças em prol de uma causa comum, em especial, se tomar-se o direito ao voto como uma forma de acesso a outros direitos civis básicos (Zirbel, 2021).

A segunda onda feminista examinava as raízes da opressão vivenciada pelas mulheres e o direito sobre seus próprios corpos, começando a florescer na década de 1960, após o fim da 2ª Guerra Mundial (McCann *et al.*, 2019). O direito ao voto feminino concedido e outras conquistas, como acesso a todos os níveis de ensino alavancaram a participação feminina na sociedade, contudo, as profissões com maior presença feminina eram limitadas às de menor remuneração e prestígio social. Esse cenário de conquistas parciais, demonstrava que a igualdade limitava-se ao papel, uma vez que não houve melhoria real na vida cotidiana das mesmas (McCann, 2019; Zirbel, 2021).

No plano da ação, a ideia geral passará a ser: libertar-se da opressão. No entanto, para as diferentes mulheres, em suas diferentes posições sociais e experiências de vida, a opressão era vivenciada de maneiras distintas. Para muitas, a libertação no plano da sexualidade (poder ter prazer, ter mais de um parceiro sexual ou expressar sua homoafetividade, por exemplo) era central e urgente. Para outras, a questão da opressão estava atrelada ao casamento e ao universo doméstico, assim como a impossibilidade de estudar ou ter uma profissão. Para milhares de trabalhadoras, no entanto, o cerne do problema seguia sendo o sistema econômico que as explorava: o capitalismo. E para a maioria delas, o racismo intensificava ainda mais a situação (Zirbel, 2001, p. 19).

A segunda onda feminista foi sintetizada pelo slogan “o pessoal é político”. Ainda na década de 1960, o clima revolucionário levou ao “Movimento de Libertação das Mulheres”.

Cursos universitários surgiram sobre teoria feminista, o controle da natalidade foi tomado pelas mulheres, a luta pelo direito ao aborto tornou-se pauta e as agressões físicas vivenciadas passaram a ser denunciadas (McCann *et al.*, 2019). A segunda onda se enfraqueceu no início dos anos 1980, devido ao sectarismo e ao clima político cada vez mais conservador. Também os anos 1980 foram marcados pela emergência do feminismo negro (mulherismo), destacado pelo conceito de interseccionalidade. Conceito este que ganhou força mundial e reverberou em outros países que já foram colonizados, levando ao surgimento do feminismo interseccional (Melo; Thomé, 2018).

Nesse mesmo período, na América Latina, diferente do vivenciado nos EUA e Europa, as ditaduras militares intensificaram-se, e com elas, o conservadorismo, a censura e a violência. A segunda onda do movimento feminista brasileiro, por exemplo, “ao mesmo tempo que se organizava em defesa da especificidade da condição da mulher, estabelecia uma profunda ligação com a luta contra a ditadura militar” (Escosteguy, 2020, p. 111).

A terceira onda veio com a reivindicação de mulheres negras e pertencentes a outros grupos minorizados, como as mulheres trans, que marcaram essa onda por temáticas como representatividade, sexualidade e interseccionalidade. A feminista Rebecca Walker reagiu à libertação de um suposto estuprador no início da década de 1990, afirmando no texto “Tornando-se a Terceira Onda”, que uma terceira onda era necessária, uma vez que as mulheres precisavam de libertação e não só de igualdade (McCann *et al.*, 2019). A terceira onda demonstrou um fortalecimento do feminismo e sua necessidade ainda mais presente, ao mesmo tempo em que foi criticado por outras pesquisadoras feministas por ser apontado como um movimento mercantilizado, no qual a mídia e o capital apropriaram-se de conceitos feministas para cooptar consumidoras, como apontam Hannah McCann *et al.* (2019). A terceira onda, no Brasil, coincide com o período de redemocratização (Escosteguy, 2020) e é marcada por conquistas importantes como a instituição da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (2002) e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (2003), as quais surgiram com o objetivo de articular políticas públicas para as mulheres (Miranda, 2015).

Vale ressaltar que a terceira onda, também conhecida pelo Feminismo da Diferença, para além do importante conceito de interseccionalidade já tratado, é também marcada por outras teorias emergentes relevantes, como a Teoria Queer.

O termo queer era considerado um insulto homofóbico, xingamento ou injúria, em inglês, e a primeira vez que se sabe de seu uso foi para se referir ao dramaturgo irlandês Oscar Wilde, em 1894 (Mccann *et al.*, 2019). A Teoria Queer tem suas origens na década de 1980 (Miskolci, 2021) e teve como base para sua emergência os estudos pós-estruturalistas, como o de Foucault em “A história da sexualidade”, em que o filósofo discute a sexualidade como um produto socialmente construído e não um fato biológico (Foucault, 1988).

A teoria queer emergiu da fusão da teoria feminista com o pós-estruturalismo e com os estudos sobre lésbicas e gays, e foi desenvolvida para questionar a ideologia que coloca a heterossexualidade como superior, ao mesmo tempo em que estigmatiza o desejo pelo mesmo sexo (Mccann *et al.*, 2019, p. 262).

Esse movimento insere-se em um contexto já desbravado pelos movimentos sociais de pelo menos duas décadas antes, como o movimento pelos direitos civis nos EUA, o movimento feminista e o movimento homossexual, os quais ganham força no período da contracultura e são responsáveis pela emergência de novos sujeitos históricos que requerem novos direitos e passam a atuar sobre a produção do conhecimento (Miskolci, 2021). Para além, este é um movimento considerado como pós-moderno, uma vez que se caracteriza por ser antidualista, a favor da diversidade e do pluralismo.

A época em que a Teoria Queer ganha força, também, é a mesma em que as mulheres negras começam a questionar sobre “quais mulheres” o movimento feminista fala e as mulheres do Terceiro Mundo criticam o caráter branco, classe média e ocidental do feminismo discutido até então (Miskolci, 2021; Mccann *et al.*, 2019). Nesse momento, “em movimento similar e articulado, o movimento homossexual e o feminista passam a ser questionados por aqueles que viriam a ser conhecidos como queer” (Miskolci, 2021, p. 13). Insere-se, neste contexto, também, a crítica à heteronormatividade, normalizada também por pessoas homossexuais, visando ultrapassar os binarismos (Miskolci, 2021). A questão principal, portanto, é uma crítica aos discursos universalistas.

Nesse sentido, o movimento queer surge na perspectiva de romper com classificações, pelas quais a sociedade moderna se organiza, e na luta por separar sexualidade da reprodução, trazendo a relevância do prazer e da diversidade de possibilidades relacionais (Miskolci, 2021). Por meio da ideia de que as identidades socialmente prescritas são uma maneira de

gerar disciplina social, controle e normalização, o movimento rompe com a ideia de uma identidade fixa e aponta, por exemplo, o termo “diferença” como diferente da perspectiva de “diversidade, sendo até mais assertivo que o mesmo”. A “diferença” seria uma forma de mudança social, através do convívio com o diferente, enquanto a “diversidade” se apresentaria apenas como “cada um no seu quadrado”. Para Richard Miskolci (2021, p. 15), “o termo ‘diversidade’ é ligado à ideia de tolerância ou de convivência, e o termo ‘diferença’ é mais ligado à ideia do reconhecimento como transformação social, transformação das relações de poder, do lugar que o Outro ocupa nelas”. De acordo com o autor, a teoria é uma forma de desvelar as injustiças e violências das normas e convenções culturais, que nos constituem como sujeitos, as quais insistem em estigmatizar as pessoas e classificá-las em “normais” e “anormais”, sendo a educação pela diferença um modo de romper com esses paradigmas.

Contudo, há pesquisadoras e feministas que criticam a teoria, argumentando que tratam pouco sobre as pessoas transgêneras, suas realidades e vulnerabilidades sociais, ou mesmo ressaltam a importância de se trazer à tona identidades, em especial, aquelas com risco de serem apagadas pelo colonialismo. “Muitas feministas são igualmente cautelosas em abandonar a política de identidade quando um grande número de pessoas ainda enfrenta opressão, desigualdade e danos por conta do seu sexo ou da sua sexualidade” (Mccann *et al.*, 2019, p. 263). Para além, a principal diferença entre os movimentos feministas e a Teoria Queer é que esta é uma teoria que discute a identidade, enquanto o feminismo é uma teoria política e movimento social (Varela, 2019).

Há feministas que acreditam que essa é a quarta onda, caracterizada pela apropriação dos movimentos feministas do ciberespaço (Mccann *et al.*, 2019) e a emergência do ciberfeminismo, iniciada na segunda década do século XXI. No entanto, até a postura otimista frente às potencialidades das redes na quarta onda feminista precisa ser avaliada com cautela. Graciela Natansohn e Mônica Paz (2018), em seu trabalho sobre as apropriações das tecnologias digitais pelo feminismo, apontam o grande número de brasileiros que não possuem acesso à Internet ou apenas o acesso via celular, sendo que as mulheres utilizam mais os celulares do que os homens. As autoras discutem ainda que a utilização da Internet via celular torna a experiência ainda mais limitada e difícil. Apontam ainda a existente brecha digital de gênero, inclusive no que tange ao mercado de trabalho, em que apenas 20% das

mulheres trabalham no setor de tecnologia. A ausência de mulheres nas tecnologias da informação e comunicação (TIC) e as brechas de acesso demonstram que ainda há uma exclusão feminina e expõem o caráter androcêntrico das TIC, algo já anunciado na primeira geração de ciberfeministas, na década de 1990. Assim, a discussão ciberfeminista, preocupada com as apropriações das tecnologias digitais pelas mulheres na busca por novas construções discursivas, para se organizar politicamente e problematizar as questões de gênero por meio do ativismo e arte, tem de lidar com as tensões e barreiras da própria rede.

As ondas do movimento feminista, por mais que reunissem muitos grupos de mulheres, atingiram as diferentes partes do globo em períodos distintos. No que tange ao desenvolvimento do feminismo no Brasil, torna-se relevante compreender sua relação com a consolidação dos meios de comunicação. Escosteguy (2019) traça uma linha do tempo. A pesquisadora cruza a história do feminismo no país com o desenvolvimento das pesquisas de mídia atravessadas por essa temática, desconsiderando as “ondas” vivenciadas pelo movimento, uma vez que, no Brasil, ele recebeu seus próprios contornos histórico, sociopolíticos e cultural. A década de 1970 é tida como o ponto inicial, já que nela iniciaram-se os estudos sobre comunicação e movimentos feministas (Escosteguy, 2019). No Brasil, é o período em que se consolidam os bens culturais e de massa e o sistema de ensino e, igualmente, os estudos sobre as relações entre gênero e mídia. As primeiras pesquisas enfatizam a categoria “mulher” e como a mesma é representada pela mídia e como a mídia atua sobre ela. Entre as décadas de 1970 e 1980, tornou-se característica a “dupla militância”, na qual o movimento é feminista e contra a ditadura.

Na década de 1990, os estudos sobre gênero e mídia, mesmo presentes, não seguem a mesma evolução que em outras áreas de saber, e existe o descompasso com a realidade, pois, enquanto há uma série de conquistas para as mulheres – avanços nas relações de trabalho, aprovação de políticas públicas em prol dos direitos e proteção da mulher proteção contra a violência –, o próprio movimento feminista parece ter esfriado, perdendo espaço para os movimentos antifeministas e pós-feministas, até pelo fato de muitos homens e mulheres que defendiam os direitos das mulheres não se assumirem como feministas. A virada do século XX para o XXI é marcada pelo terceiro impulso nos estudos de mídia e das

questões de gênero. O quarto impulso se dá pelo boom das novas mídias digitais e a primavera feminista¹⁴ no país, em 2015.

Ao longo da presente década, movimentos, organizações e coletivos feministas se expandiram consideravelmente na sociedade contemporânea como um todo. Fenômeno muito visível, também, no Brasil. A participação de jovens, tanto dos estratos médios quanto dos populares, com formação acadêmica ou não, da mulher negra, da periferia e do campo vêm revitalizando e ampliando as práticas políticas feministas. Nesse processo, é inegável o papel exercido pelas tecnologias de informação e comunicação, constituindo um espaço de atuação política que produz inúmeros desafios para a ação coletiva (Escosteguy, 2019, p. 16).

De acordo com a autora, as inúmeras iniciativas de ativismos, individuais ou grupais, utilizam a Internet para criticar representações e estereótipos ligados ao feminino existente nas mídias, igualmente, sobre as identidades presentes na comunidade LGBTQUIAPN+, bem como grupos no mundo offline se organizam e usam o ciberespaço para difundir suas ideias e angariar apoio para as referidas causas. As mais diferentes formas de comunicação propiciam uma diversidade de narrativas que vão de encontro aos valores dominantes, algo de grande relevância em meio a um cenário político conservador, em especial, após as eleições de 2018, fazendo pressão contra a desigualdade de gênero, discriminação e LGBTfobia. Para além, por meio da mídia digital, há a possibilidade de se criar uma rede que atravesse o país e estabeleça vínculos entre os feminismos em diversas partes.

Nota-se, portanto, que o feminismo não se apresenta como um movimento unificado, sendo mais adequado seu tratamento no plural: feminismos. Há diversas correntes feministas e algumas delas já foram tratadas aqui, como o feminismo decolonial, o feminismo negro e o feminismo interseccional – de certo modo, fruto do feminismo negro.

¹⁴ O termo Primavera Feminista foi utilizado para denominar a explosão de protestos e movimentos sociais organizados por mulheres em 2015, com intuito de impedir o retrocesso de seus direitos e conquistas. O ocorrido foi motivado pela campanha #primeiroassédio, em resposta aos comentários machistas e pedófilos recebidos por uma menina de 12 anos, participante do MasterChef Infantil; também em resposta à tendência retrógrada de um grupo de parlamentares evangélicos no Congresso Nacional (Parizotti, 2015).

2.3 VERTENTES DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS

Hildete Melo e Débora Thomé (2018) traçam características importantes para se compreender as diversas correntes do feminismo ao longo da história, dentre elas, as autoras abordam também os feminismos liberal, radical, marxista, cultural, entre outros. As feministas liberais têm como precursora Mary Wollstonecraft (1759-1792), autora base também do feminismo moderno. Esta linha foi defendida por John Stuart Mill (1806-1873), um dos pensadores mais influentes do século XIX e que também defendeu a igualdade feminina nos regimes democráticos. Diferente de outras formas de feminismo, o liberal concentra-se no indivíduo e suas ações, conforme classificam Melo e Thomé (2018). Nesse sentido, homens e mulheres devem ter oportunidades iguais e direitos iguais, uma vez que são indivíduos. “Os direitos devem ser, assim, concedidos a indivíduos, não a gêneros ou grupos” (Melo; Thomé, 2018, p. 21). Um dos principais lemas dessa vertente foi criado por Carol Hanisch – hoje feminista radical: “o pessoal é político”, frase que se refere à politização da esfera privada e das relações de poder dentro do lar, trazendo à tona questões importantes, como a divisão sexual do trabalho e a violência doméstica (Melo; Thomé, 2018).

As feministas radicais, como apontam as autoras, emergem do feminismo liberal e do desencanto com as contradições da sociedade estadunidense, no fim da década de 1960. Isso se dá pelo fato de os EUA serem um país que universaliza os princípios liberais, mas que se mantém como uma sociedade racista e imperialista. Essa corrente olha para as raízes da opressão exercida pelo sistema patriarcal e conclui que às mulheres foram o primeiro grupo oprimido socialmente, algo presente em todas e qualquer sociedade humana. “O poder do patriarcado está na raiz da violência e do abuso sexual que ameaça as mulheres desde sempre”, de acordo com essa vertente (Melo; Thomé, 2018). Cabe as mulheres resistirem contra a exacerbação da sexualidade feminina, sendo também uma forma de opressão e subordinação masculina. Contudo, as feministas radicais não reconhecem a luta das mulheres trans.

O feminismo marxista, baseado na tradição marxista e de classe, acredita que os modos de produção capitalista e o próprio capitalismo favorecem o domínio dos homens sobre as mulheres. Assim, a mudança e emancipação feminina só viriam com a transformação também nas relações de produção. Ora, o capitalismo conta com o trabalho não assalariado delas no lar para a reprodução da vida. Esse trabalho desenvolvido no lar – cuidado com a

casa e filhos – é que deixa o homem livre para se dedicar à produção mercantil de bens e serviços. Diferente das feministas radicais, que acusam o patriarcado como origem da opressão, as feministas marxistas veem o capitalismo como causa (Melo; Thomé, 2018).

O feminismo cultural surge na década de 1990, a partir de temas culturais mais amplos como a libertação sexual. Homens e mulheres são prejudicados pelo sistema de opressão, uma vez que a sociedade dominada pelo masculino é mais competitiva e conflituosa. De acordo com essa vertente, se as mulheres assumissem o poder, haveria menos violência e guerras e mais compreensão. As feministas culturais buscam a construção de uma sociedade mais tolerante e diversa (Melo; Thomé, 2018).

[...] há uma série de subdivisões no movimento feminista que carregam, cada uma, suas especificidades. Existem movimentos de feministas lésbicas, de feministas mães, de feministas islâmicas, entre dezenas de outros.

Ainda que muitos tenham visões distintas de vários dos aspectos que envolvam as questões relativas às mulheres, de uma forma geral, todos entendem que existe uma situação de vulnerabilidade e de subalternidade pela qual o fato de ser mulher implica desde tempos imemoriais (Melo; Thomé, 2018, p. 31).

Torna-se interessante destacar que, mesmo com os ataques sofridos pelas candidatas que se declaram feministas pela frente conservadora, esta é uma bandeira que tem ganhado destaque. Nesse sentido, a campanha “Meu voto será feminista”¹⁵ atua para superar a sub-representação de feministas na política institucional, apoiando e divulgando candidaturas de mulheres feministas. Nas eleições de 2018, o projeto teve 14 candidatas eleitas, duas candidaturas coletivas e 24 mulheres no poder. Ainda, apoiou 96 candidaturas, sendo nove para o Executivo, 44 para deputadas estaduais, 38 para deputadas federais e sete candidatas ao senado; alcançando 12 estados – incluindo o Distrito Federal – e seis partidos – PCB, PCdoB, PT, PSOL, REDE e PSB, todos com inclinação à esquerda. De acordo com dados do projeto, todas as candidaturas juntas em 2018 somaram quase 10,8 milhões de votos. Em 2019, foi criada a Frente Parlamentar com Participação Feminista e Antirracista (Câmara dos Deputados, 2019), coordenada pela deputada federal Talíria Petrone (PSOL-RJ). A Frente

¹⁵ <https://www.meuvotoserafeminista.com.br/>.

contava, na 56ª legislatura, com 212 deputados em exercício, dentre eles, fazem parte algumas deputadas presentes neste estudo, como Joenia Wapichana (REDE-RR).

Para além dos marcos históricos na luta feminista, suas correntes e as ondas pelas quais o movimento atravessa, torna-se importante compreender outras dicotomias que influenciam na forma como as mulheres são inseridas socialmente, sendo a principal, a relação público/privado.

3. GÊNERO E CIDADANIA

Abafaram nossa voz/ Mas esqueceram de que não estamos sós/ Abafaram nossa voz/ Mas esqueceram de que não estamos sós/ Então eu canto pra que em todo canto/ Encanto de ser livre, de falar, possa chegar, não mais calar/ Então eu canto pra que em todo canto/ Encanto de ser livre, de falar, possa chegar, não mais calar (Nolasco, 2020)¹⁶.

Em sociedades patriarcais, em que imperam a dominação masculina, o espaço público foi, por muito tempo, restrito à participação masculina. As mulheres dedicavam-se ao espaço privado, no caso das mulheres brancas, enquanto as mulheres negras eram tratadas como objetos que podiam ser vendidos e abusados, ao serem escravizadas. Para tanto, as relações entre público e privado são tão discutidas ainda na atualidade. Além disso, essas dicotomias atuam ainda sobre a mulher enquanto cidadã, capaz de estar nos centros de poder e de tomadas de decisões.

Neste sentido, este capítulo está dividido em dois momentos, sendo eles: “O pessoal é político” e “Mulher e Cidadania: desafios e representações”. O primeiro trata sobre as relações público e privado e como isso afeta as mulheres em suas lutas e no cotidiano. O segundo trata da cidadania conquistada, por meio da luta de diversas mulheres, e ainda sob constante vigilância, para que mais direitos sejam alcançados.

3.1 O PESSOAL É POLÍTICO

No final da década de 1960, grupos autoidentificados como “radicais” de conscientização feminista, forjados a partir do *Women’s Liberation Movement*, nos EUA, cunharam a expressão: “o pessoal é político”, a qual chamava a atenção para a suposta separação entre os espaços público e privado. A partir dos questionamentos evidenciou-se a ilusória distinção entre os dois âmbitos para as mulheres, uma vez que as relações vivenciadas no lar e na família também são relações de poder e hierarquização entre os gêneros, socialmente formadas (Sardenberg, 2018).

Para Melo e Thomé (2018), coube às mulheres, por boa parte da história, um único lugar: o ambiente doméstico, seja ele o lar – no caso das mulheres brancas – ou a escravização

¹⁶ Música “Pra todas as mulheres”, de Mariana Nolasco.

– no caso das mulheres racializadas –, que retirou o próprio reconhecimento dessas mulheres enquanto seres humanos e cidadãs dotadas de direitos. As autoras ainda criticam que esta é uma forma de manter-nos longe dos espaços públicos e de tomada de decisão, já que “uma mulher a mais ocupando um cargo político, dotada de poder, significará um homem a menos neste papel” (Melo; Thomé, 2018, p. 127) e, conseqüentemente, a manutenção da dominação e privilégio masculino. Algo que até hoje mostra-se uma barreira, visto que, por mais espaço que as mulheres tenham alcançado, incluindo o direito ao voto, a inserção no mercado de trabalho e o fato da escolaridade maior entre elas se comparada a eles, ainda temos muito mais dificuldades em ascender em cargos de poder político (Melo; Thomé, 2018).

Compreender como se desenhou a fronteira entre o público e o privado no pensamento e as normas políticas permite expor seu caráter histórico e revelar suas implicações diferenciadas para mulheres e homens – contestando, assim, na naturalidade e sua pretensa adequação para a construção de relações igualitárias. Trata-se, como definiu Carole Pateman em sua análise das teorias do contrato, de expor a história não contada da construção da esfera pública e dos direitos individuais na modernidade a partir da posição das mulheres (Miguel; Biroli, 2014, p. 31).

A relação dialógica entre público e privado interfere, não só nos processos de socialização – sendo também alimentada pelos mesmos – discutidos anteriormente, mas se relaciona também à inserção da mulher no mercado de trabalho, na educação, nas relações interpessoais, conjugais e sexuais, de justiça, política, entre outros. Mais uma vez, possui suas bases enraizadas ao longo da história nas estruturas sociais, sendo ainda naturalizada socialmente a comum separação público e privado, como mais uma forma de atuação e manutenção da dominação masculina.

Portanto, compreender a dicotomia entre os espaços públicos e privados permite revelar como os mesmos possuem significações diferenciadas para homens e para mulheres. Ao perceber como esses espaços são construídos, a partir de um olhar que privilegia os homens, pode-se denotar como público e privado se interligam para dificultar a presença feminina na vida pública e em cargos políticos. Além disso, essa dualidade convencional entre público e privado contribui também para uma série de violências vivenciadas no âmbito privado.

Para Miguel e Biroli (2014), investigar as relações público e privado é um modo de questionar a “naturalização” da relação espaço e gênero – masculino e sua comum associação ao espaço público; contrapondo ao feminino e o espaço privado –, bem como uma forma de desvelar a história não contada da construção desses espaços e sua relação com os direitos individuais. Para além, a ideia de que o espaço privado cabe somente aos indivíduos que nele se insere, não sendo uma preocupação do Estado, por exemplo, faz com que haja menor proteção aos mais vulneráveis dentro das relações de poder, como as mulheres e as crianças (Miguel; Biroli, 2014).

Para os autores, a Era Moderna tem a esfera pública permeada pelos princípios da razão e impessoalidade, princípios considerados universais, já o espaço privado seria de caráter íntimo e pessoal. Associada a essa ideia, tem-se a constante percepção desigual para as mulheres, em que os papéis atribuídos a elas estão ligados aos afazeres da casa e aos cuidados com os familiares, papéis esses que corroboram com a ideia de “domesticidade feminina”, tida, em uma sociedade ainda permeada pela dominação masculina, como “traço natural” ligado ao gênero. Essa natureza seria a base das diferenças entre os gêneros capaz de organizar de modo hierarquizado os mesmos.

Habermas (1984) conceituou esfera pública como o espaço onde ocorrem as discussões entre os iguais. No entanto, se pensarmos na presença da mulher, assim como de outros grupos minoritários neste espaço, pode-se perceber como essas relações são ainda assimétricas, como também são um reflexo do que ocorre no mundo privado, em que as relações também são permeadas pela hierarquização. Nesse sentido, o movimento feminista demonstra que é impossível dissociar as esferas política e social, pública e privada, quando se tem como finalidade desenvolver uma sociedade justa e democrática para ambos os gêneros (Miguel; Biroli, 2014).

Ainda, a liberdade e autonomia das mulheres passam pela politização também da esfera privada. Como exemplo disso, tem-se as leis, promulgadas nos últimos anos que protegem e defendem as mulheres no espaço privado, com a tipificação da violência doméstica, a qualificação do feminicídio, capazes de garantir a defesa e segurança das mulheres e crianças. Isso porque “o mundo dos afetos é também aquele em que muitos abusos puderam ser perpetuados em nome da privacidade e da autonomia da entidade familiar em relação às normas aplicáveis ao espaço público” (Miguel; Biroli, 2014, p. 34).

Mais recentemente, em 10 de dezembro de 2020, novos projetos de leis foram aprovados pela Câmara dos Deputados e seguiram para o Senado, uma vitória na luta pela defesa e promoção do direito das mulheres (Agência Brasil, 2020). Os projetos de leis foram elaborados em prol do fim da violência contra a mulher e contaram com a participação da bancada feminina na Câmara dos Deputados Federal. Dentre as aprovações estão: (1) “Lei Mariana Ferrer” (PL 5096/2020, posteriormente sancionada em novembro de 2021 como Lei 14.245/2021), que torna crime a “violência institucional”, uma resposta à atuação abusiva do advogado de defesa de André Aranha no caso de estupro da influenciadora digital, Mariana Ferrer (Caso Mariana..., 2020); (2) PL 379/15, que visa combater a violência e discriminação política e eleitoral contra as mulheres e tem como objetivo punir condutas de assédio, constrangimento, perseguição, humilhação e/ou ameaça às candidatas e políticas eleitas; (3) PL 123/2019, que adiciona os programas de prevenção e combate à violência contra a mulher, como o apoiado pelo Fundo Nacional de Segurança Pública, e, igualmente, inclui na Lei Maria da Penha a possibilidade do uso de recursos do fundo em atividades de prevenção e combate à violência no ambiente doméstico e familiar; (4) PL 4287/20, que insere o Plano Nacional de Prevenção contra a Mulher como ferramenta também da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, com a finalidade de orientar o desenvolvimento, execução e avaliação das políticas públicas voltadas para o enfrentamento da violência geral e contra grupos específicos; (5) no mesmo dia, foi aprovado um projeto do Senado Federal que muda o Código Penal e inclui na legislação o crime de assédio obsessivo ou insidioso (*stalking*), sendo um mecanismo também de proteção às mulheres e combate ao Femicídio.

Colocando a controvérsia em outros termos, o maior controle e a regulação do Estado sobre a esfera doméstica e familiar foi e é necessário para a criminalização da violência e de diferentes formas de abuso e uso arbitrário da autoridade contra mulheres e crianças, preservados pela separação entre as esferas. Por outro lado, a separação (ou algum tipo de separação) entre as esferas é necessária para garantir a autonomia dos indivíduos – e considerar que a regulação legal das relações é necessária para proteger as mulheres, inclusive a despeito do que de fato desejem, pode ser uma forma de ferir, em vez de respeitar, sua capacidade de autodeterminação (Miguel; Biroli, 2014, p. 45).

Nesse sentido, vale ressaltar a importância também de se impor limites a essa interferência do Estado na esfera privada, no que se refere ao respeito às liberdades

individuais, em especial da mulher, que muitas vezes é colocada em segundo plano, abaixo da “defesa da família”. Um exemplo disso seria o projeto de lei do vereador Rinaldi Digilio (PSL-SP) “Eu escolhi esperar”, em 2021, que tem suas bases nas igrejas cristãs e que busca incentivar o adiamento da primeira relação sexual das mulheres, bem como prega a abstinência sexual, também como método de contracepção. Uma forma de controle sobre o corpo feminino e de interferência do estado na vida privada, com apoio das igrejas cristãs que se aparelham do Estado.

Sob a justificativa da defesa da “família tradicional” e da “vida”, contra uma “política de morte”, cristãos mais conservadores usam do poder estatal para barrar avanços conquistados pela luta feminista e que não podem mais ser contidos apenas pela moral da igreja, devido ao fato de, agora, a sociedade ser regida pelas leis do Estado (Biroli; Machado; Vaggione, 2020). Feminismo, ideologia de gênero e questões relativas à liberdade sexual são pauta para constantes interferências dos neoconservadores¹⁷ na democracia – e de certo modo, uma ameaça.

O termo “ideologia de gênero”, por exemplo, que tenta desconstruir o termo “gênero” como construção social e não natural, vem, segundo Biroli, Machado e Vaggione (2020), como uma reação dos atores religiosos conservadores à agenda da diversidade sexual e igualdade de gênero, incorporada às diretrizes da ONU, como parte do sistema internacional dos direitos humanos. “A noção de ‘ideologia de gênero’, que tem origem nos anos 1990, seria, nesse processo, transformada em uma estratégia política que facilitou a atuação conjunta de diferentes atores conservadores e forneceu novos recursos para a mobilização popular” (Biroli; Machado; Vaggione, 2020, Kindle). Esse movimento neoconservador, alicerçado em bases religiosas, passou a confrontar diretamente movimentos feministas e LGBTQIAPN+, nas novas democracias da América Latina, formadas a partir da década de 1980, conforme os autores.

O próprio termo “feminismo” mostrou-se e ainda se mostra por muitos como “abominável” e pejorativo socialmente. De acordo com Garcia (2011), isso se dá pela

¹⁷ O neoconservadorismo “não se restringe a atores, agendas e linguagem de caráter religioso. Entretanto, religiosos conservadores e seu apelo a uma ‘maioria cristã’ são centrais aos processos e disputas de que tratamos aqui. Eles têm reafirmado, em diversos espaços, uma perspectiva moral que serviria de base para a regulação da vida social e reprodutiva de toda a população” (Biroli; Machado; Vaggione, 2020).

desinformação a respeito da luta e das conquistas feministas, mas, sobretudo, porque “o feminismo ao longo de sua história foi alvo de campanhas que fizeram com que a população de modo geral acreditasse que o feminismo era um inimigo a combater” (Garcia, 2011, p. 11-12). Discursos produzidos e reproduzidos pelas religiões e mitologias legitimavam a desigualdade entre homens e mulheres (Garcia, 2011) e repercutem até hoje, inclusive com o argumento de que tal movimento é um inimigo da “família tradicional” (Biroli; Machado; Vaggione, 2020). Para Biroli, Machado e Vaggione (2020), os direitos reivindicados por séculos pelos movimentos feministas, LGBTQIAPN+, entre outros, passam a ser combatidos pelos neoconservadores como uma tentativa de reposicionar o Estado laico e a relação entre direitos individuais, patriarcado e autoridade estatal. Assim, a relação público-privado e suas separações ou aproximações mostram-se, de certo modo, como linhas tênues e deve-se ter um cuidado com os limites e consequências.

Distorcer um conceito, como o de feminismo e gênero, é uma ferramenta da dominação masculina e pode ser chamada de “neolíngua”. Para explicar o termo, Nuria Varela (2019) recorre à distopia “1984”, escrita por George Orwell, em que o autor descrevia uma sociedade em que a perversão da linguagem seria um instrumento de controle mental, a fim de coibir pensamentos discordantes. A ideia seria eliminar todas as palavras que podem servir para pensar diferente do que o desejado pelos centros de poder. “Uma das formas de construir essa neolíngua era dando-lhes o sentido contrário às palavras, é dizer, utilizar o jargão do *inimigo* com o significado contrário ao que essa terminologia teria em sua origem” (Varela, 2019, grifo da autora). Desse modo, associa-se feminismo e ideologia de gênero a aquilo que os próprios conceitos e movimentos combatem: a desigualdade, o fundamentalismo e as relações de poder.

No entanto, essas são discussões caras para o feminismo, uma vez que as relações na vida privada podem se constituir como barreiras para que as mulheres ingressem na vida pública, como no mundo do trabalho e na vida política. Dessa forma, mostra-se necessário redefinir as esferas e as relações estabelecidas entre elas de modo que não sirvam a hierarquização dos sujeitos com base no gênero.

As barreiras para o exercício do trabalho remunerado fora da esfera doméstica, especialmente para o acesso às posições de maior autoridade, maior prestígio e maiores vencimentos, estão associadas ao tempo que a

mulher depende no trabalho, não remunerado, na esfera doméstica. Por outro lado, é esse trabalho feminino que permite que o homem seja liberado para atender a exigências profissionais que lhe permitem maior remuneração e a construção de uma carreira, assim como para usufruir o tempo livre – livre da rotina profissional, mas também das exigências da vida doméstica (Miguel; Biroli, 2014, p. 35).

Uma das barreiras que influencia diretamente na tomada do espaço público pela mulher é a divisão sexual do trabalho e que possui relação direta com a socialização distinta de meninos e meninas (Biroli, 2018; Miguel; Biroli, 2014). Para Flávia Biroli (2018), falar sobre divisão sexual do trabalho é desmistificar o que convencionou-se chamar de “trabalho de mulher”, “competência de mulher”, “lugar de mulher”, e no que esse discurso acarreta. Para a cientista política, essa divisão é capaz de produzir e reproduzir vantagens e desvantagens, identidades, e até mesmo a percepção de quem somos no mundo, o que representamos para o outro e o papel de cada um na sociedade. E, mais uma vez, essas diferenciações não atingem a todas as mulheres da mesma forma, uma vez que, somado ao gênero, tem-se a posição de classe e o racismo estrutural¹⁸. “A divisão sexual do trabalho, no entanto, não se detém nos limites das vantagens de classe e raça; impacta também as mulheres privilegiadas, porém com consequências distintas daquelas que se impõem à maioria das mulheres” (Biroli, 2018, p. 23).

Ademais, a divisão sexual do trabalho conecta-se à presença da mulher nos espaços públicos pela condição desigual de dois recursos fundamentais para a participação: tempo livre e renda. Ora, se o cuidado é comumente associado a elas, seja do lar, com os filhos ou parentes doentes, bem como, as jornadas duplas ou triplas, ao conciliar casa, estudos e trabalho, têm-se menos tempo para se dedicar a outros assuntos, como carreira e participação política, por exemplo.

¹⁸ Para Almeida (2019, p. 15), “A tese central é a de que o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea. De tal sorte, todas as outras classificações são apenas modos parciais – e, portanto, incompletos – de conceber o racismo”. O racismo estrutural está presente no cotidiano, nas relações interpessoais, na dinâmica das instituições, sendo algo enraizado de forma mais profunda socialmente.

A cidadania das mulheres é, portanto, comprometida pela divisão sexual do trabalho, que em suas formas correntes contribui para criar obstáculos ao acesso a ocupações e recursos, à participação política autônoma e, numa frente menos discutida[...], à autonomia decisória na vida doméstica e íntima (Biroli, 2018, p. 24).

Essa divisão fortalece ainda mitos naturalizados como a maternidade como algo inerente à mulher, a qual contribui para que a responsabilidade do cuidado com as crianças recaia sobre as mães, mesmo quando os pais estão presentes. Ainda, o trabalho doméstico não é reconhecido como um trabalho e aparece como uma “conciliação de tarefas” nos casos das mulheres que possuem carreiras (Biroli, 2018) ou não são vistos como algo produtivo pela “ideologia do desempenho” (Souza, 2018). A ideologia do desempenho, proposta por Reinhard Kreckel (1992 *apud* Souza, 2018), refere-se à tríade meritocrática a qual envolve qualificação, posição e salário, e está inserida na lógica econômica capitalista, em que a qualificação torna-se peça fundamental para se alcançar a posição e o retorno financeiro.

A ideologia do desempenho é uma ideologia na medida em que ela não apenas estimula e premia a capacidade de desempenho objetiva, mas legitima o acesso diferencial permanente a chances de vida e apropriação de bens escassos. Apenas a combinação da tríade da ideologia do desempenho faz do indivíduo um sinalizador completo e efetivo do cidadão completo (Vollbürger). A tríade torna também compreensível por que apenas através da categoria do trabalho é possível se assegurar de identidade, autoestima e reconhecimento social. Nesse sentido, o desempenho diferencial no trabalho tem de se referir a um indivíduo e só pode ser conquistado por ele próprio. Apenas quando essas precondições estão dadas, pode o indivíduo obter sua identidade pessoal e social de forma completa (Souza, 2018, p. 209).

A ideologia do desempenho também é responsável por determinar os grupos e sujeitos excluídos socialmente, por não apresentarem essa tríade e, conseqüentemente, não obterem o reconhecimento social e autoestima. Dentre os grupos ou sujeitos excluídos estão as donas de casa, uma vez que o valor atribuído ao trabalho no lar se dá pela família e pelo marido e, nesse contexto da ideologia do desempenho, ela não teria valor autônomo (Souza, 2018). Contudo, se o trabalho exclusivo no lar não gera lucro direto ao capitalismo, ele gera lucro indiretamente ao permitir que o homem tenha condições para sair e seguir a carreira no mercado de trabalho, o que se coloca como uma barreira para as mulheres, afastando-as dos

espaços públicos, ao mesmo tempo em que perpetua a divisão sexual do trabalho (Biroli, 2018).

O não reconhecimento do trabalho doméstico como trabalho, mas sim como parte da “condição feminina”, contribuiu por muito tempo para que as trabalhadoras e trabalhadores desta categoria fossem desamparados por direitos legais. A Lei Complementar 150/2015 (2015d), sancionada pela ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), assegurou novos direitos para a categoria, como FGTS, adicional noturno, seguro-desemprego, requisitos para contratação, registro e carga horária, regulamento salários, entre outros. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), os trabalhadores domésticos ainda representam boa parte dos trabalhadores informais e são o grupo mais vulnerável (OIT, [ca. 2020]). No mundo, uma estimativa de 2013, aponta que existem 67 milhões de trabalhadoras e trabalhadores domésticos. Desse total, cerca de 80% são mulheres – o que representaria 55 milhões de trabalhadoras. A América Latina e Caribe contam com 18 milhões de trabalhadoras e trabalhadores no setor, e 88% destes são mulheres. Ainda, o trabalho doméstico é uma das ocupações com níveis de remuneração mais baixos no mundo, com média de salários abaixo da metade da média do mercado. Os dados da OIT, no Brasil, apontam que, em 2016, havia pouco mais de 6 milhões de trabalhadoras e trabalhadores domésticos, sendo 92% mulheres. Outro dado alarmante no país é o trabalho infantil: no ano de 2015, foram identificadas 156 mil crianças em situação de trabalho infantil doméstico, dessas, 88,7% das trabalhadoras e trabalhadores, entre 10 e 17 anos, eram meninas e 71% eram negras(os).

A divisão sexual do trabalho está ancorada na naturalização de relações de autoridade e subordinação, que são apresentadas como se fossem fundadas na biologia e/ou justificadas racialmente. [...] Está presente nas justificativas que romantizam os papéis, como no caso da ideologia maternalista – as mulheres cuidariam mais das crianças porque possuiriam tendências naturais para tal cuidado, não por que os homens são socialmente liberados dessa função (Biroli, 2018, p. 42).

Acreditava-se que o trabalho remunerado libertaria a mulher, mas mais importante é pensar a qual mulher essa experiência iria se referir. Quais mulheres têm acesso à educação, postos de trabalho e como elas são vistas e tratadas nesses ambientes? São questões que suscitam o debate sobre desigualdade de gênero.

Em momentos de crise, como a pandemia da Covid-19, também um dos grupos mais afetados tende a ser o feminino, o qual abre mão da carreira – pelo fechamento das creches e escolas, ou mesmo pelo desemprego – para retornar ao lar. A participação feminina no mercado de trabalho caiu para 45,8% no terceiro trimestre de 2020, menor percentual desde 1990, de acordo com o IPEA (Bresser, 2021). As mulheres negras e periféricas foram as mais afetadas nesse cenário, sendo as que mais perderam empregos e as que ocupam menos vagas de emergência geradas pela crise sanitária. A taxa de ocupação dos postos de trabalho por mulheres negras caiu 16,1% (Geledés Instituto da Mulher Negra, 2021).

Para além da diferença na ocupação dos postos no mercado de trabalho, tem-se ainda a diferença de remuneração que demonstra a desigualdade entre os gêneros, mas também aponta, mais uma vez, para o racismo estrutural. Em famílias chefiadas por homens e mulheres, as que são chefiadas por mulheres são 42,6% compostas por mulheres e seus filhos, contra 22,9% formadas por casais e seus filhos; já as chefiadas por homens, apenas 3,6% são formadas por homens e seus filhos, contra 57,3% compostas por casais com seus filhos; sendo que naquelas em que o homem é chefe, a renda per capita é 10,9% superior aos lares chefiados por elas (Biroli, 2018). Biroli (2018) aponta ainda que as famílias chefiadas por mulheres negras são um pouco superiores àquelas chefiadas por brancas, e a renda é a maior disparidade presente: nos domicílios chefiados por mulheres brancas, a renda domiciliar per capita é 47,3% maior do que os lares chefiados por mulheres negras e 40% maior do que os lares chefiados por homens negros. “Esses dados parecem afastar a possibilidade de se compreender a vulnerabilidade relativa das mulheres como questão feminina. Em vez disso, é preciso compreender a vulnerabilidade relativa de determinadas mulheres” (Biroli, 2018, p. 40).

Tem-se, nessas situações, a atuação do patriarcado em duas vertentes: o patriarcado público e o patriarcado privado. O patriarcado privado deriva da concepção histórica relativa à própria dinâmica das famílias tradicionais, na qual o pai exercia poder sobre a esposa e as filhas, sendo a família o centro dessa dinâmica de opressão. As mudanças no sistema capitalista interferiram nessas relações, mas a opressão sentida pelas mulheres permanece, transformada. Não somos impedidas de estar na arena pública – mundo do trabalho ou da política –, mas ainda nos encontramos em espaços de subordinação, a expropriação do trabalho se dá agora de forma coletiva. Já o patriarcado público apresenta-se quando o Estado

e o mercado de trabalho atuam como instâncias de coerção, nas quais esse processo também se torna institucionalizado. Nesse aspecto, “novas formas de inclusão seriam acompanhadas de formas também renovadas de opressão” (Biroli, 2018, p. 32). A autora discute que a própria responsabilização das mulheres pelo cuidado com os filhos e o lar – a privatização do trabalho feminino – tornou a mão de obra delas mais barata do que a deles e, conseqüentemente, menos valorizada. Essa ideologia “familista”, atuante na vida privada, aprofunda a exclusão das mulheres da vida pública (Biroli, 2018; Miguel; Biroli, 2014).

Biroli (2018) entende que a divisão sexual do trabalho é produtora do gênero, mesmo que não seja de forma isolada, sendo também uma pauta sub-incluída na agenda política e nas teorias da democracia, em especial pela política institucional – é a Câmara dos Deputados – ser predominantemente masculina e branca.

A relação público/privado, suas características e conseqüências, não podem ser dissociadas dos diversos tipos de violência que, de certa forma, se perpetua com a contribuição do Estado. Temos mais políticas públicas voltadas para a defesa das mulheres, destacam-se aqui a “Lei Maria da Penha”, instituída em 2006 e que ampara a vítima de diversas formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, e a “Lei do Femicídio”, a qual tipifica o crime de homicídio motivado por gênero. Contudo, o país é o 5º país no *ranking* mundial de feminicídio (Instituto Patrícia Galvão, [2018]), o que se mostra incompatível com a democracia por violar o direito à vida. E, um dos motivos da continuação dessas violências é a própria estrutura de dominação masculina e misoginia.

A misoginia é, em primeiro lugar, uma propriedade de agentes individuais (tipicamente, embora não necessariamente, homens) que tendem a sentir ódio, hostilidade ou outras emoções semelhantes em relação a toda e qualquer mulher, ou pelo menos às mulheres em geral, simplesmente porque são mulheres. Ou seja, considera-se que as atitudes de um misógino são provocadas ou desencadeadas apenas pela sua representação de pessoas como mulheres (individual ou coletivamente), e sem qualquer outra base específica para os seus alvos. Tal representação, juntamente com as atitudes de fundo relativamente às mulheres, vendo-as, por exemplo, como nojentas, odiosas, temíveis ou objetos sexuais irracionais, é suposta ser suficiente para desencadear a sua hostilidade na grande maioria, se não em todos os casos (admitindo apenas exceções limitadas, como para aquelas poucas mulheres que de alguma forma conseguem dissipar a sua hostilidade) (Manne, 2019, p. 147).

Conforme a autora aponta, apesar das características pessoais, a misoginia também é um fenômeno político, o qual atua na tentativa de se perpetuar a ideologia patriarcal, dentro de uma ordem social feita para policiar e impor a subordinação de mulheres e defender a dominação masculina. Resumidamente, são as hostilidades que as mulheres tendem a enfrentar por serem mulheres inseridas em um mundo de homem, que condena e castiga mulheres que fogem à lógica ou sejam uma ameaça ao patriarcado (Manne, 2019). Algo já discutido em outros momentos e que se mostra presente ao longo da história, seja pela condenação à fogueira das “bruxas”, a internação das mulheres consideradas “loucas”, ou mesmo a qualificação dos padrões tidos como desviantes como “vadias”. Usada para justificar crimes dos ex-companheiros que não aceitam o término de suas parceiras e, menos ainda, se elas encontram uma outra pessoa.

Fatores esses que, associados a posturas neoconservadoras, em especial aquelas assumidas e perpetuadas pelo Estado, contribuem para uma política que continua a matar mulheres ou impedi-las de alcançar condições dignas de vida. Nessa necropolítica, interromper a vida ou permitir que ela continue também fazem parte da soberania do Estado, o qual tem a vida como uma manifestação e extensão do poder. “Nesse caso, a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é.” (Mbembe, 2016, p. 135).

Mbembe (2016) traz como exemplos de atuação da necropolítica momentos históricos como a escravização dos povos africanos, o nazismo e a morte de milhares de pessoas nos campos de concentração, e períodos de guerras. Contudo, o autor ainda ressalta que a própria noção de biopoder¹⁹, pensada por Foucault, é insuficiente para compreender as formas de sujeição e controle impostas na vida contemporânea. Se tomarmos por exemplo a criminalização do aborto no Brasil, salvo os casos previstos em lei, não só aponta para uma forma de controle do Estado sobre os corpos femininos, como tenta esconder a realidade: quem são as mulheres que morrem tentando abortar no país? Porque o aborto acontece em clínicas particulares ou, até mesmo, fora do país, mas para aquelas que podem pagar. Dados sobre a Pesquisa Nacional sobre o Aborto, de 2016, apontam que três em cada 10 grávidas abortam no Brasil, sendo as adolescentes as que mais morrem durante o procedimento. Além

¹⁹ Michael Foucault (1988) considera como biopoder o domínio sobre a vida, capaz de gerar corpos economicamente ativos e dóceis.

disso, mulheres em situação de vulnerabilidade, são as que mais realizam esse procedimento e estima-se que 94% das mulheres que procuram ajuda foram vítimas de estupro (Maia; Santos, 2023).

Um exemplo recente foi a tentativa de se impedir o aborto de uma criança de 10 anos, vítima de estupro, encabeçada pela própria ministra da pasta de Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, em 2020 (Vila-Nova, 2020). Mesmo em uma situação prevista legalmente, ainda há a tentativa da sobreposição dos ideais de um grupo considerado como “pró-vida”, sobre a vida de uma criança, vítima de estupro.

Dessa forma, a observação das lutas feministas, como também da relação dialógica entre público e privado, já aponta para fatores relativos à mulher e à luta para o reconhecimento pleno enquanto cidadã e à participação da mulher na política. Aspectos mais bem desenvolvidos no próximo tópico.

3.2 MULHER E CIDADANIA: DESAFIOS E REPRESENTAÇÕES

A primeira onda feminista, basicamente, ocorreu na busca pela participação na vida pública, por meio do direito ao voto. Contudo, entre as ambiguidades, desafios e conquistas, notou-se que somente votar não era suficiente para que as desigualdades entre homens e mulheres terminasse. Então, como seríamos consideradas cidadãs? E quando todas teremos acesso a esse direito plenamente?

O conceito de cidadania é complexo e extrapola a comum associação à democracia. Para o sociólogo Marshall (1967), a cidadania é também um meio de inclusão social, relativa às melhorias das condições sociais das pessoas, bem como, tem como principais pontos o sentimento de pertença a uma comunidade civil e o reconhecimento do sujeito pelo Estado. Abandona-se uma sociedade feudal baseada nas relações de privilégio, e chega-se à sociedade moderna, na qual a universalidade dos direitos é – ou deveria ser – comum a todos os indivíduos.

Cortina (2005) discute que a ideia de cidadão, enquanto membro ativo de uma comunidade política, origina-se da democracia ateniense – entre os séculos V e VI a.C. O conceito retoma a lógica aristotélica em que há a superação da violência por meio da comunicação e, também nessa perspectiva, o cidadão é aquele que se ocupa de questões públicas em vez de se preocupar com as questões privadas e que recorre à deliberação para a

tomada de decisões. “O cidadão ateniense se vincula aos que, como ele, são livres e iguais e se distancia dos que não o são; o cidadão romano se sabe defendido por algumas leis, às quais não podem recorrer os bárbaros” (Cortina, 2005, p. 32).

Marshall (1967) parte do caso da Inglaterra para desenvolver o conceito de cidadania, discutindo que o mesmo se dá a partir de dois processos: fusão geográfica e separação funcional. A fusão é um processo no qual os direitos universais adquiridos são reunidos em um mesmo território: o estado-nação. O processo de separação se dá em três instâncias, ou três elementos da cidadania – civil, político e social –, em que cada um segue o seu caminho, como corredores em uma maratona: dada a largada, cada corredor segue um ritmo próprio. Nota-se que esse ritmo se dá de modo diferente de acordo com o país e conforme o grupo social.

A instância da cidadania civil, por volta do século XVIII, relaciona-se à liberdade individual, de pensamento, de locomoção, de religião, de trabalho, direito à propriedade entre outras, e tem como instituições marcantes os tribunais de justiça. A cidadania política, por sua vez, é relativa à participação no exercício do poder político, cuja principal instituição é o parlamento, direito ao voto e acesso à justiça, iniciado no século XIX. Por fim, a cidadania social é alcançada pelo direito ao mínimo do bem-estar econômico e social, segurança e inclusão social relacionada também ao sistema educacional, igualdade de oportunidades e justiça social, por volta do século XX até os dias atuais (Marshall, 1967; Souki, 2006).

O conceito de cidadania torna-se importante ao destacar a luta dos grupos minorizados pelo reconhecimento integral e participação da tomada de decisões do Estado, como é o caso das mulheres ao longo da história. Pensando na cidadania e seus três elementos – civil, político e social –, dificilmente, mesmo com todos os direitos alcançados até hoje, conseguimos pensar em uma cidadania que seja de fato plena. O reconhecimento das mulheres enquanto cidadãs vem desde a primeira onda do movimento feminista, com a luta por igualdade entre os gêneros, em especial, na tomada de decisões políticas e direito ao sufrágio, entre os séculos XIX e XX. Reconhecidas como parte da sociedade e dotadas de liberdades, como o direito ao trabalho, ainda hoje as mulheres lutam por sua liberdade individual, na tomada de decisões sobre seu corpo e o próprio reconhecimento das atividades no lar como um trabalho. Por outro lado, alcançada a cidadania política, como o direito ao voto, também ficou nítido que só isso não assegurava mais direitos para as mulheres ou

participação na vida pública de forma efetiva (Miguel; Biroli, 2014). Por fim, o reconhecimento social, relacionado ao estado de bem-estar também é uma pauta em constante luta, em especial se tomada como exemplo a pandemia e suas graves consequências para os grupos mais vulneráveis, como as mulheres, das classes mais baixas, periféricas e negras. Reconhecimento não só pela entrada nos espaços antes restritos à presença feminina, mas para que melhores condições sejam criadas para sua permanência e desenvolvimento. Por exemplo, não é só pensar na inserção da mulher no mercado de trabalho, mas também incluir direitos a creches para as que possuem filhos; não é só ter a liberdade sexual conquistada, mas o direito ao domínio do próprio corpo e quais métodos contraceptivos usar, sem a necessidade de interferência do Estado e/ou parceiro; não é só ter leis que protejam a mulher e coíbam a violência contra as mesmas, mas a possibilidade de podermos sair às ruas sem medo de sermos mortas, violentadas ou agredidas.

Cortina (2005) aponta que o termo “cidadania” foi resgatado na década de 1990, e, desde então, esse conceito tão antigo passou a ser objeto de diversas “teorias da cidadania”. De acordo com a autora, esse movimento teve como um de seus fatores a busca por compreender o conceito a partir de uma sociedade na qual os vínculos sociais estavam se dissolvendo, muito em resposta à mudança das pessoas para os grandes centros e o choque entre novas culturas e formas de viver.

Dentre as múltiplas razões que poderiam ser invocadas, uma parece constituir o alicerce sobre o qual se assentam as outras: a necessidade, nas sociedades pós-industriais, de gerar entre seus membros um tipo de identidade na qual se reconheçam e que os faça se sentir pertencentes a elas, porque é evidente que esse tipo de sociedade sofre de uma falta de adesão por parte dos cidadãos ao conjunto da comunidade, e sem essa adesão é impossível responder conjuntamente aos desafios que se apresentam a todos (Cortina, 2005, p. 18).

Nesse aspecto, Cortina (2005) percebe a cidadania como laços de pertencimento capazes de prevalecer à diferença, de promover também a perspectiva de que todos são donos e donas da vida pública e do espaço coletivo, sendo corresponsáveis por ele. Desse modo, ela aponta que a imposição das leis não se mostra suficiente para construir a coesão social, em meio a uma sociedade marcada, desde as décadas de 1960 e 1970, pelo individualismo hedonista, em que os sujeitos são motivados pelos próprios interesses e “não estão dispostos

a sacrificar seus interesses egoístas em nome da coisa pública” (Cortina, 2005, p. 18). Isso pode ser percebido em diversos momentos da atualidade, como nas questões climáticas, em que certos grupos preferem preservar seus interesses econômicos e camuflar a existência de uma crise global que afeta a todos; na pandemia, em que se observa o negacionismo científico e os movimentos antivacina, os quais esquecem o coletivo em prol de teorias conspiratórias e, com isso, contribuem para que o vírus se dissemine e sofra mutações que afetam a todos; e nas questões relativas ao gênero, em que grupos de mulheres atacam a própria causa feminista e tentam deslegitimar as lutas, apagando as conquistas alcançadas, em especial, no espaço público. Nota-se uma preocupação pelo individual, que afeta o coletivo e que, muitas vezes, relaciona-se a essa ausência de pertencimento ou identificação com um grupo ou com o comum. Deve haver, para Cortina (2005), o reconhecimento da sociedade por seus membros e sua adesão aos projetos comuns, através do fortalecimento do espaço público. Isso porque

[...] a civilidade não nasce nem se desenvolve se não se produz uma sintonia entre os dois atores sociais que entram em jogo, entre a sociedade correspondente e cada um de seus membros. Por isso, a sociedade deve organizar-se de modo a conseguir gerar em cada um de seus membros o sentimento de que pertence a ela, de que essa sociedade se preocupa com ele e, em consequência, a convicção de que vale a pena trabalhar para mantê-la e melhorá-la (Cortina, 2005, p. 20).

Em sociedades cada vez mais plurais, grupos com distintas visões de mundo passam a coexistir em um mesmo espaço, e, embora cada grupo tenha sua concepção de “projeto de vida feliz”, há valores mínimos que podem ser compartilhados e valores que certas pessoas não estão dispostas a abdicar (Cortina, 2005). Assim, a autora propõe que a sociedade seja pluralista e articule de forma equilibrada e com sabedoria as duas instâncias, sem que um grupo atrole o outro ou que se passe por cima dos ideais de justiça e “felicidade”. Um sistema que leve em conta a igualdade de todo e qualquer cidadão e respeite a identidade de cada indivíduo, cada comunidade étnica, religiosa ou nacional, oferecendo-lhes condições dignas de vida; que não reduza a pessoa ao cidadão (Cortina, 2005).

Nesse aspecto também, torna-se relevante compreender o próprio processo de reconhecimento, enquanto luta, uma vez que o reconhecimento do Estado, por meio de leis, se dá comumente em última instância e é decorrente de transformações que perpassam o

sujeito e o grupo social. Honneth (2009) alerta que uma luta só pode ser caracterizada como social se sua finalidade se estende para além do indivíduo, quando ela passa a ser base para um movimento coletivo, sendo que essa luta pode culminar em uma sociedade mais justa e civilizada. O filósofo retoma o pensamento de Hegel, ao explicitar que o reconhecimento social se dá pela luta e conflito, sendo esse reconhecimento um dos fatores que constituem a construção da identidade do indivíduo. “Um contrato entre os homens não finda o estado precário de uma luta por sobrevivência de todos contra todos, mas inversamente, a luta como um *medium* moral leva a uma etapa mais madura de relação ética” (Honneth, 2009, p. 48, grifo do autor). Nesse sentido, o conflito social seria algo positivo, capaz de levar ao amadurecimento da ética e de desenvolver uma “comunidade de cidadãos livres” (Honneth, 2009).

Conforme já discutido, a formação social não é um processo “natural”, mas sim constituído por meio de leis, normas e valores transmitidos a toda sociedade por meio da linguagem e socialização, ou seja, da comunicação. Essa naturalização faz com que os indivíduos se posicionem no mundo e reconheçam o outro nas relações sociais. A construção do mundo social é, portanto, um processo de aprendizagem que passa por etapas de confrontos e reconhecimento. O processo de reconhecimento está baseado na reciprocidade, no conhecimento comum e na possibilidade de participação da vida pública. Essa relação entre expectativas e obrigações é que leva ao reconhecimento. Logo, um indivíduo só está na condição de identificar-se consigo mesmo durante as relações interpessoais, o desenvolvimento da consciência de si passa pela existência de um segundo sujeito e

[...] na medida em que se sabe reconhecido por um outro sujeito em algumas de suas capacidades e propriedades e nisso está reconciliado com ele, um sujeito sempre virá a conhecer, ao mesmo tempo, as partes de sua identidade inconfundível e, desse modo, também estará contraposto ao outro novamente como um particular (Honneth, 2009, p. 47).

Em uma sociedade regida por leis, a pessoa tem sua identidade formada por meio do reconhecimento intersubjetivo de sua capacidade de direito – jurídica –, tornando-se uma pessoa inteira somente quando as particularidades de sua identidade são também reconhecidas pelo grupo ou sociedade ao qual pertence. A formação social se dá pelo

reconhecimento da “vontade geral”, concretizada gradativamente por meio de conteúdos reconhecidos legalmente.

A luta por reconhecimento está igualmente refletida na formação das identidades dos indivíduos, na normatização das mesmas e no reconhecimento das pessoas enquanto sujeitos sociais. Dessa forma, por meio do contrato social e das relações sociais, o indivíduo aprende a se conceber como pessoa de direito e, constantemente, tenta obter a atenção do outro por meio de uma luta por reconhecimento.

Os grupos sociais, principalmente os minorizados, ao se organizarem, podem lutar para que haja o reconhecimento de determinada condição, identidade, podendo transformar de forma normativa e cultural a sociedade.

Quanto mais os movimentos sociais conseguem chamar a atenção da esfera pública para a importância negligenciada das propriedades e das capacidades representadas por eles de modo coletivo, tanto mais existe para eles a possibilidade de elevar na sociedade o valor social ou, mais precisamente, a reputação de seus membros (Honneth, 2009, p. 207-208).

No caso das diferentes mulheres, ao reconhecer as opressões e camadas de dominação que afetam sua existência, as quais também levam para o aparecimento de demandas específicas, torna-se importante a luta pelo reconhecimento. Primeiro, o reconhecimento enquanto mulher – mulher negra, mulher indígena, mulher trans, mulher trabalhadora, mulher mãe, mulher brasileira, de diferentes idades e classes, e tantas outras formas de existir enquanto mulher –, o olhar para si e reconhecer-se enquanto sujeito; depois o reconhecimento por parte do grupo, reunir-se com outras mulheres que têm as mesmas demandas e desafios. Esse reconhecimento grupal e no outro torna-se importante para o reconhecimento da sociedade como grupo. Posteriormente, grupo possui necessidades específicas e necessita de legislação específicas para sua proteção e para condições mais dignas de vida e saúde.

Um exemplo, citado anteriormente, é a movimentação em torno da Lei 14.245/2021 – “Lei Mariana Ferrer”. Já havia leis no código penal para proteção das vítimas e testemunhas, mas, devido à mobilização de diferentes mulheres, a lei foi criada pela deputada federal Lídice da Mata (PSB-BA) com participação de outras deputadas e deputados. Não havia uma lei específica que coibisse o constrangimento de mulheres vítimas e testemunhas de crimes de abuso sexual, sendo essa uma necessidade, visto que esse tipo de coação impede

que mais mulheres denunciem os casos sofridos e que a justiça seja, de algum modo feita. O advogado do réu utilizou termos sexistas e machistas para se referir à vítima durante o julgamento, apresentando como provas fotos dela, retiradas das redes sociais que nada se relacionavam ao caso. Mesmo com a mobilização popular e a sanção da lei, o suspeito de estupro, André Aranha, segue impune.

Dessa maneira, a luta pelo reconhecimento é uma consequência das relações assimétricas entre os grupos sociais e que pode levar ao amadurecimento da sociedade com a adoção de sistemas e leis mais justas (Honneth, 2009). Portanto, a luta feminista também se coloca como uma luta pelo reconhecimento, enquanto pessoa, grupo e, acima de tudo, enquanto cidadãos.

E, mais uma vez, torna-se importante perguntar: quem é considerado cidadão? Também nessa pergunta é possível perceber a dominação masculina presente. Se, conforme discutido, o conceito de cidadão surge na Grécia, enquanto atuantes nas tomadas de decisões comuns, e é importante para se compreender o desenvolvimento do termo “cidadania”, torna-se relevante apontar que na Grécia Antiga eram considerados cidadãos um grupo seleto de homens, acima de 21 anos, o qual excluía estrangeiros, escravos e mulheres. Essas, baseadas, na dicotomia entre ambiente público e privado.

Na Grécia antiga, era marcante a oposição entre polis, espaço do exercício coletivo da liberdade, franqueado apenas aos cidadãos, e oikos, o lar, espaço da produção e da reprodução da vida material, ao qual ficavam restritos escravos e mulheres. Ser capaz de libertar-se das obrigações do oikos era condição para chegar à polis. (Miguel; Biroli, 2014, p. 64)

Se a igualdade é parte fundamental da cidadania e da democracia, como a conhecemos, é importante pensar na igualdade social enquanto forma de garantir oportunidades a todos, como aponta Marques (2019). Tal situação não atingiu homens e mulheres da mesma forma.

Nos primeiros tempos em que a palavra igualdade foi ouvida nas reuniões políticas e alcançou as ruas, em pleno século XVIII, nem todos os homens foram considerados iguais entre si para o exercício de funções públicas. O mesmo aconteceu com as mulheres, que, consideradas inaptas a participar das decisões políticas, receberam tratamento jurídico desigual (Marques, 2019, p. 8).

Retomando a discussão apresentada por Marshall (1967, p. 67), em que “a cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade”, na sociedade inglesa observada por ele para conceituar a cidadania, “as mulheres eram protegidas porque não eram cidadãs” (Marshall, 1967, p. 73). A sociedade capitalista tende a reconhecer os direitos políticos como produto secundário dos direitos civis, já que o direito político se submeteria à capacidade civil do sujeito. Essa ideia passou a mudar com o final da Primeira Guerra Mundial, em que o direito ao voto na Inglaterra se estendeu a todos os ingleses acima de 21 anos e a todas as mulheres acima de 30 anos. Ao adotar o sufrágio universal, a base do direito político passa do referencial econômico para o pessoal (Marshall, 1967). Contudo, essa conquista não ocorreu do mesmo modo para as mulheres no mundo todo e a luta pelo voto continuou a ser também a luta pela inserção feminina no espaço público e na tomada de decisões.

Todavia, antes de chegarmos às questões de sub-representatividade e participação política no Brasil, torna-se relevante compreender o percurso da mulher na busca por inserção no espaço público brasileiro, o que ocorreu a partir da década de 1930. O estado brasileiro passou a ser constituído, de fato, após a Independência em 1822. Entretanto, houve um longo trajeto até que surgissem políticas públicas para além do monopólio da moeda e da violência, conforme apontam Melo e Thomé (2018).

Contudo, durante o século XX, o avanço dos direitos sociais no mundo provocou o surgimento e a consolidação de políticas de educação, saúde e, tardiamente, de bem-estar na sociedade brasileira. Toda a legislação do Estado Imperial foi consolidada em torno da figura masculina; as mulheres praticamente foram ignoradas, cabendo a elas apenas o papel doméstico, de submissão. As brancas eram confinadas ao lar, as negras, à mão de obra escrava, vivendo nas franjas da sociedade (Melo; Thomé, 2018, p. 149).

“Cidadão”, desde cedo, apresentou-se como um substantivo masculino, como aponta Marques (2019).

A constituição de 24 de março de 1824, outorgada por D. Pedro I, trouxe o conceito de cidadãos ativos, pessoas capazes de eleger os integrantes do governo local e do parlamento. [...] A dúvida surgia porque, ao redigir leis com substantivos no masculino plural, os legisladores não deixavam claro se as mulheres estavam representadas nos termos usados (Marques, 2019, p. 19).

Mais uma vez, tem-se o masculino como “universal”, mas também capaz de excluir em uma sociedade marcada pela dominação masculina. Nesse contexto, a participação política também se relacionava à renda, uma vez que, para votar, a pessoa teria de ter uma renda mínima. Contudo, o termo cidadão, conforme citado na constituição, se dividia em cidadão ativo e passivo. O conceito cidadãos ativos, adotado a partir da política francesa do final do século XVIII, não admitia o voto feminino, uma vez que as mulheres – crianças, loucos e outros – eram considerados como cidadãos passivos – ou inativos. Ou seja, “elas usufruíam de direitos civis e por isso podiam receber herança, mas não podiam exercer opinião sobre assuntos políticos” (Marques, 2019, p. 20). Conforme Melo e Thomé (2018), as mulheres tinham uma cidadania neste período, porém, partida, independentemente da classe social a qual pertenciam.

Houve tentativas de se incluir o direito ao voto feminino em outros momentos, como a proposta de lei em 1831, em que mulheres chefes de família seriam incluídas e poderiam votar pessoalmente ou por meio de um representante homem – genro ou filho. Marques (2019) aponta que o pensamento da época era que nem todas as pessoas eram capazes de tomar boas escolhas políticas, particularmente, aquelas subordinadas a outras, por não conseguirem formular por si mesmas uma opinião. Neste caso estariam inclusos criados domésticos, religiosos que jurassem obediência e as mulheres.

Influenciado pelo pensamento de Stuart Mill, no qual a inclinação política feminina seria fruto da educação recebida, José de Alencar, a partir de 1859, passa a publicar textos no *Jornal do Comércio* que posteriormente transformou no livro “O sistema representativo” (1868), sobre a participação feminina como parte do eleitorado brasileiro. Desde que alfabetizadas e com renda suficiente, elas poderiam participar por serem parte interessada da sociedade (Marques, 2019).

Em 1881, o Decreto n. 3.029, de 9 de janeiro de 1881, conhecida como Lei Saraiva, abriu a possibilidade para que mulheres diplomadas pudessem votar. Com base na lei, a dentista Isabel de Souza Mattos, moradora de São José do Norte, Rio Grande do Norte, obteve registro como eleitora em 1887 e procurou a junta eleitoral, em 1890, para que pudesse votar na Assembleia Constituinte. Contudo, o presidente da mesa a impediu. “Isabel não estava sozinha em sua luta. Muitas mulheres – boa parte delas professoras e algumas

farmacêuticas, escritoras e dentistas – achavam que já era hora de conquistar o direito de votar” (Marques, 2019, p. 40). Nesse mesmo período, dezenas de jornais femininos surgiram.

Outras propostas pelo sufrágio feminino foram apresentadas em 1891, mas também foram recusadas. Alguns deputados, como Serzedelo Correia, sustentavam a ideia de que o voto feminino ameaçava os delicados sentimentos das mulheres e a conservação da família. Visão compartilhada por jornais da época com “a sugestão de que o mundo iria virar de ponta-cabeça se as mulheres votassem” (Marques, 2019, p. 58). Décadas após a Constituinte, as professoras passaram a formar um importante grupo na luta a favor do sufrágio feminino, por meio da alfabetização de crianças e grupos marginalizados por todo o país. Já em 1910, foi registrado o Partido Republicano Feminino, pela defesa do voto e emancipação feminina de todas as formas de exploração. Enquanto a educação feminina não era considerada uma tarefa do Estado, a Escola Orsina da Fonseca foi criada por Leonilda de Figueiredo Daltro, com o apoio da primeira esposa do presidente Hermes da Fonseca, em 1911. Com a 1ª Guerra Mundial, Leonilda acreditava que as mulheres deveriam se mobilizar e passou a organizar aulas de esgrima para elas (Marques, 2019).

Foi criada a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, no Rio de Janeiro, a qual em 1922 passou a se chamar Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), movimento associado ao feminismo no país. No mesmo ano, a FBPF organizou o 1º Congresso Internacional Feminista, que trouxe como convidada de honra a líder feminista de entidades responsáveis pela conquista do voto para as mulheres nos EUA, Carrie Chapman Catt. No Rio Grande do Norte, o governador Juvenal Lamarte de Faria permitiu o voto feminino e logo imaginava-se que o Brasil seguisse o mesmo exemplo, mas não foi o que aconteceu.

Ao serem impedidas de votar, as mulheres não podiam concorrer a cargos públicos ou, quando concorriam, tinham muito trabalho para convencer os juízes a autorizar suas candidaturas. Enfim, não eram cidadãs plenas: não votam nem podiam ser eleitas, motivo pelo qual não havia quem as representasse ou tivesse interesse em ouvir suas demandas (Marques, 2019, p. 69-70).

O voto foi concedido apenas na Era Vargas, na década de 1930, já que para ele o voto feminino não contrariava a tradição da família brasileira. A partir desse período as mulheres, sem excepcionalidade, poderiam votar e serem votadas, o que finalmente dava a elas algum

instrumento para interferir no espaço político (Melo; Thomé, 2018). Contudo, as mulheres puderam votar em apenas duas ocasiões – maio de 1933 e outubro de 1934 –, antes de o país entrar em regimes autoritários e dos direitos políticos serem perdidos. Na época foram eleitas deputadas estaduais e vereadoras, dentre elas as deputadas Carlota Queirós e Bertha Lutz (Marques, 2019).

O mandato de Bertha Lutz representou a primeira proposta de uma política pública voltada para o gênero: o anteprojeto do Departamento Nacional da Mulher, apresentado em abril de 1936 à Câmara Federal. O texto elaborado em conjunto com a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), da qual Bertha era presidenta, continha propostas, dentre elas, para políticas relativas ao trabalho feminino, assistência para as mulheres, infância e maternidade, gestão da previdência social das trabalhadoras. Contudo, o projeto foi interrompido pelo decreto do Estado Novo, a partir do golpe de novembro de 1937 (Melo; Thomé, 2018).

Igual ao que ocorreu em outros países, a luta pelo voto feminino no Brasil também foi marcada por restrições de raça e religião, e romper com essa barreira demandou o esforço de anos de muitas e muitos ativistas (Marques, 2019; Miguel; Biroli, 2014). E, até os dias atuais, há uma desconfiança, por parte de entidades e movimento feminista, das tentativas de incorporação da agenda política voltada para as mulheres pelo Estado e isso se justifica por esse espaço de poder ainda ser marcado pelos modelos patriarcais e de dominação masculina (Barros, 2015).

Milton Santos (2007), ao observar o cidadão e a cidadania brasileira, associa esses conceitos à noção econômica e às desigualdades provocadas e mantidas pelo sistema capitalista.

O modelo político e o modelo cívico foram instrumentais ao modelo econômico. As esperanças com que este último acenava às massas eram por demais sedutoras, e estas massas eram despertadas para a necessidade, o interesse, a vantagem de ampliação do consumo, mas não para o exercício da cidadania, que era cada vez mais amputada (Santos, 2007, p. 15-16).

Para o autor, o modelo atual se dá a partir de dois componentes essenciais, o cívico e o territorial. O componente cívico pressupõe um modelo de civilização que se deseja para todos, um modelo de vida comum; enquanto o componente territorial relacionaria a

instrumentação do território capaz de conceder a todos os habitantes daquele espaço bens e serviços indispensáveis. Contudo, o modo pelo qual isso é gerido atualmente deixa a cidadania incompleta, e o cidadão imperfeito torna-se o consumidor perfeito, ao se dobrar ao sistema econômico e, por vezes, nem se dar conta disso.

Milton Santos (2007, p. 19) questiona: “Cabem, pelo menos, duas perguntas em um país onde a figura do cidadão é tão esquecida. Quantos habitantes, no Brasil, são cidadãos? Quantos nem sequer sabem que o são?”. Ele considera a cidadania o respeito ao indivíduo, sendo uma lei capaz de atingir a todos sem distinção em qualquer circunstância. A desigualdade foi escancarada e amplificada pela pandemia, com os números agravados entre os anos de 2020 e 2021. De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), das Nações Unidas, em relatório anual, a pandemia levou a um aumento da pobreza com impacto na desigualdade e no emprego, atingindo sobretudo as mulheres. Estima-se que em 2020 a taxa da pobreza na América Latina tenha atingido quase 34% da população, o que representava 209 milhões de pessoas (CEPAL, 2021). Destas 78 milhões encontravam-se em situação de extrema pobreza, 8 milhões a mais do que em 2019. No Brasil, a parcela dos 1% mais ricos passou a concentrar em 2020, 49,6% de toda a riqueza do país, segundo relatório divulgado pelo Credit Suisse (Elias, 2021). De acordo com o relatório, essa é a maior concentração de renda desde os anos 2000.

Entretanto, em uma sociedade mediada e permeada pela comunicação – disseminadora de símbolos – tenta-se ressignificar momentos de crise, os quais trazem retrocessos em conquistas sociais e políticas (Santos, 2007). Um exemplo crescente são as matérias sobre o aumento do número de empreendedores e o segredo para superar a crise gerada pela pandemia. A revista Cláudia publicou, em seu portal, no dia 25 de janeiro de 2022, a matéria “Empreendedorismo feminino na pandemia: dicas para ter um negócio próprio” (Mingo, 2022). A reportagem começa com o número de mulheres afetadas em seus postos de trabalho pela pandemia – 96% das pessoas demitidas em 2020 eram mulheres –, somadas as jornadas duplas e triplas no cuidado com o lar e com os filhos, em especial, no caso das mães solo. A partir daí, assume outro tom, trazendo esse cenário como uma “oportunidade” para as mulheres empreenderem e alcançarem carreiras de sucesso a partir de suas próprias experiências. Sabe-se que o público da revista é de classes mais altas, no entanto, esse cenário de “sucesso” não é compartilhado pela maioria das mulheres que foram

demitidas ou tiveram de deixar seus postos de trabalho durante o momento de crise sanitária. E, mais uma vez, de que mulheres a revista está falando? Qual sua classe, raça/etnia? A forma como a matéria é construída, as fontes ouvidas e o discurso ao qual a revista recorre não refletem o cenário de desigualdades vivenciado no Brasil.

Retomando as discussões sobre cidadania e participação feminina na política, conforme discutido, a mídia atua como ator fundamental na construção da realidade, dos sujeitos e interfere nos processos sociais e demais campos, incluindo o campo político. Enquanto mediador social, ela atua na manutenção ou transformação de representações sociais e torna-se essencial na promoção de carreiras políticas, inclusive, naquelas de maior duração (Dantas, 2019). O campo midiático, portanto, confere capital simbólico, sendo o capital político uma de suas variáveis (Miguel, 2003). O capital – simbólico, cultural, social, econômico etc. – é o que permite que os atores sociais conquistem e mantenham suas posições dentro de um campo (Bourdieu, 1989; Miguel, 2003). Os meios de comunicação, nessa perspectiva, conferem familiaridade aos candidatos, fazendo com que os eleitores/espectadores tenham confiança nos mesmos (Miguel, 2003).

Luís Felipe Miguel (2003) discute como as diversas formas de capital podem ser convertidas, e há, ainda, a possibilidade de transferência de capital simbólico, permitindo que novos atores ingressem no campo político.

Dirigentes de sindicatos e associações profissionais já exercem função representativa, o que torna pouco problemático o trânsito para a política eleitoral. Familiares de líderes políticos costumam herdar não apenas o *savoir-faire* da política como uma rede de vínculos, compromissos e lealdades; isto é, possuem uma espécie particular, especialmente propícia à conversão em capital político, de capital social (Miguel, 2003, p. 130).

O capital herdado torna-se a forma mais comum de acesso das mulheres na política. Muitas os herdam de seus maridos ou pais, sendo a entrada por vias próprias mais difícil e “incomum” no campo político. Fernanda Argolo Dantas (2019), ao analisar o governo Dilma Rousseff (PT) e de outras duas presidentas do Cone Sul – Michelle Bachelet, presidenta do Chile de 2006 a 2018; e Cristina Kirchner, presidenta da Argentina de 2007 a 2015 –, notou a forte presença da associação da imagem das referidas presidentas ao apoio recebido de seus antecessores homens.

De acordo com a pesquisadora, não foi apenas a propaganda eleitoral que auxiliou essas mulheres na conquista do poder, mas também a conjuntura política e o forte apoio de seus antecessores.

A primeira eleita, Bachelet, tinha o apoio do presidente Ricardo Lagos, de quem foi ministra da Saúde e, posteriormente, da Defesa. Os dois pertencem à coalizão de centro-esquerda Concertación, que assumiu a condução do país após a derrubada da ditadura de Augusto Pinochet. Já na Argentina, Cristina Fernández de Kirchner sucedeu o marido Néstor Kirchner, do Partido Justicialista de centro, que vinha de um governo com amplo apoio popular, especialmente pelos bons resultados da economia argentina no período. [...] Dilma Rousseff chegou à campanha eleitoral de 2010 apoiada pelo presidente Lula, que, à época, tinha 84% de aprovação popular (Dantas, 2019, p. 34).

A imagem das três presidentas pode-se diferenciar em alguns aspectos, na primeira gestão: Kirchner, como esposa do ex-presidente, Néstor Kirchner, do qual se divorciou em 2010; enquanto Rousseff e Bachelet foram lembradas como “gestoras”, por meio da atuação como ministras. Já a segunda gestão das três presidentas do Cone Sul esteve menos à sombra de seus apoiadores homens. No entanto, foram gestões problemáticas nos três países. As três presidentas tiveram de lidar com problemas, principalmente, ligados à economia, seguidos da queda da popularidade, crise, esquemas de corrupção e questões relativas ao gênero (Dantas, 2019).

Para além, as três presidentas aqui destacadas assumem seus mandatos como “promessas de um novo tempo para as mulheres na política” (Dantas, 2019, p. 42). Melo e Thomé (2018) acreditam que a presença feminina na Presidência da República representa, sim, um sinal de avanço ou quebra de resistência do machismo no acesso das mulheres às instâncias de poder. Para as autoras, “melhor que as mulheres possam estar lá do que não estar. [...] Não é uma variável determinística, mas a própria presença já rompe em parte com uma estrutura fixa e dificilmente mutável de poder” (Melo; Thomé, 2018, p. 137). Contudo, conforme Dantas (2019), se observados os anos de mandato, houve uma sangria da imagem dessas mulheres, bem como o descrédito no desempenho feminino. Uma forma de manter a ordem de dominação masculina que ainda sustentam as engrenagens do governo. Além disso, ao averiguar como a mídia representou as mesmas, é possível demonstrar como os meios de

comunicação tendem a tratar as lideranças femininas ainda com base em estereótipos impostos pela dominação masculina.

Dantas (2019) discute, em sua pesquisa, como a análise da mídia permite verificar de que modo o gênero guia as narrativas simbólicas sobre o desempenho das líderes femininas na política. Nesse sentido, a pesquisadora apresenta que a mídia tende a refletir as relações de poder, sempre comparando as “naturezas” feminina e masculina, algo também apontado por Panke e Iasulaitis (2016, p. 390), ao observar as campanhas eleitorais femininas: “O sexismo estaria presente na maneira como os veículos de comunicação enquadram candidatas do sexo feminino, que reflete uma retificação dos estereótipos de gênero”.

A exemplo disso, Dantas (2019) destaca três notícias emblemáticas com títulos semelhantes sobre as presidentas do Cone Sul, as quais abordavam a crise de popularidade e falta de apoio na superação das crises vivenciadas por elas: “A solidão de Cristina”, publicada pelo O Globo, em outubro de 2012; “A solidão de Dilma Rousseff”, capa revista da Época, em abril de 2016; e “A solidão de Michelle Bachelet”, publicada na FolhaBlog, em agosto de 2016. A palavra “solidão” vem acompanhada da análise das relações das presidentas em suas vidas privadas, e, nos casos citados, ainda há a semelhança das presidentas não possuírem um cônjuge, algo constantemente cobrado pela sociedade (Dantas, 2019). Assim, é possível notar como a mídia e o próprio campo político operam reforçando a lógica do gênero, ao reproduzir papéis sociais tradicionalmente relacionados às mulheres e suas estruturas e representações (Dantas, 2019).

Contudo, o desequilíbrio da participação social nas instituições antecede o desenvolvimento dos media. O desenvolvimento dos meios de comunicação e sua correlação com a liberdade de expressão geraram a expectativa de ampliação da diversidade de grupos e ideias no debate democrático, o que acabou não acontecendo. Esse ponto é fulcral para o debate sobre mídia, participação política e reconhecimento social. Se a mídia exerce um papel central para a consolidação do capital político na contemporaneidade e nega ou dificulta a visibilidade de determinados grupos, ela se estabelece como peça-chave para a manutenção do status quo.

O jornalismo possui alta relevância nesse processo, porque, a partir de sua propalada imparcialidade e de sua suposta função de vigilante da máquina pública, a atividade reveste-se de uma aura de irrefutabilidade e torna-se o

orientador da moral social, ratificando valores e condutas (Dantas, 2019, p. 94).

Essas narrativas sobre o feminino e sua relação com o ambiente político também são responsáveis por se criar o mito de que esse espaço não deve ser ocupado pelas mulheres. Lúcia Avelar (1989) traça o percurso das relações entre mulher e política ao observar o caso brasileiro. Para a autora, a “natural apatia” da mulher brasileira pela política, ainda observada nos anos de 1989, tem suas raízes na recente inserção da mulher na participação política, na situação de subordinação vivenciada e na influência dos regimes autoritários, como a ditadura, enquanto fator de desmobilização para diferentes grupos sociais. Avelar (1989) considera o período de abertura democrática como favorável no aparecimento de novas formas de participação, em especial, de grupos sociais específicos, como no caso das mulheres. Essa inserção passa a conviver com a relação dual entre os novos e os antigos valores e papéis relacionados ao feminino, uma vez que a forma tradicional de organização familiar se mantém inalterada e, conseqüentemente, a relação público-privado também permanece. É nesse cenário que “a mulher surge como um novo ator político” (Avelar, 1989, p. 17).

A autora aponta ainda que essa inserção enquanto ator político se dá também pela percepção do valor da educação como agente transformador. Assim, a maior escolaridade passa a se relacionar diretamente com o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, maior politização e percepção de como a política atua na vida cotidiana. A tentativa de maior inserção feminina na política passa a se confrontar com a necessidade de inserção nos partidos políticos. Os partidos são estruturas de recrutamento e seleção de lideranças, e é neles que se realizam as primeiras triagens para os cargos públicos e os primeiros votos para os futuros candidatos, sendo a eleição uma forma de se referendar esse processo iniciado no interior desses espaços (Avelar, 1989).

A solução foi a criação de ‘departamentos femininos’, mecanismo mais eficiente para isolar as mulheres em ‘guetos próprios’, do que para assimilá-las. Muito mais uma atitude de ‘tolerância’ do que de real incorporação, permanecendo intactos os critérios tradicionais de recrutamento (Avelar, 1989, p. 37-38).

A partir de 1978, os partidos autorizaram o funcionamento desses “setores femininos” e passaram, de certo modo, a reconhecer e legitimar a presença feminina. Ao mesmo tempo que a incorporação é feita, também acontece um isolamento no interior dos partidos, capaz de salientar, mais uma vez, a diferença, não a igualdade entre homens e mulheres (Avelar, 1989). Nesse sentido, o conceito de “token” mostrou-se – e ainda se mostra – presente no que se diz respeito à inserção feminina nos partidos políticos.

O termo surgiu na década de 1960, nos Estados Unidos, durante a luta pelos direitos civis da população afro-americana, sendo utilizado pela primeira vez por Martin Luther King (*apud*. Folter, 2023). King, em um artigo publicado em 1962, ao observar as questões raciais, considera como “tokenismo” uma forma de incluir certos grupos minoritários sem lhes assegurar os mesmos poderes e direitos dos grupos dominantes, sendo uma prática comum em espaços em que as opressões estruturais de raça e gênero são criticadas para tentar dar uma imagem de progressista e gerar uma sensação de diversidade ou igualdade, quando, na verdade, são uma nova forma de discriminação (Folter, 2023).

Uma das teorias do “tokenismo” relacionadas ao gênero, especificamente, foi apresentada por Kanter (1993), no livro *Men and Women of the Corporation*”, em que a autora investiga a discriminação vivenciada pelas mulheres no local de trabalho, a partir dos efeitos da composição numérica dos grupos nos processos dentro de uma organização multinacional nos Estados Unidos. Em comparação aos grupos dominantes, os *tokens* estão em desvantagem devido a três efeitos negativos: visibilidade, polarização e assimilação (Kanter, 1977; 1993).

[...] por causa da sua escassa representação, os tokens são altamente visíveis, destacando-se do grupo dominante devido à sua singularidade, embora, muitas vezes, se sintam invisíveis quando são ignorados ou negligenciados em ambientes sociais. A polarização refere-se ao processo gradual no qual os membros do grupo dominante se apercebem das diferenças que existem entre si e os tokens, exagerando-as. A assimilação, a terceira consequência negativa, ocorre quando os membros do grupo dominante distorcem as características sociais associadas aos tokens de forma a que estas se enquadrem nos estereótipos e generalizações associados ao seu grupo de pertença (Ferreira, 2021a, p. 5).

Kanter (1977; 1993) aponta três efeitos a partir das consequências supracitadas: a visibilidade provoca uma pressão para uma boa performance profissional; a polarização corrobora para o isolamento e a marginalização dos *tokens*, ao nutrir as barreiras que

segregam os grupos; e a assimilação leva à delimitação dos papéis – ou *role encapsulation* – em que um dado grupo é associado a uma função específica. Nesse aspecto, “os tokens não têm de se esforçar para se destacarem dos outros, mas têm de se esforçar mais para que as suas conquistas sejam reconhecidas. Por outro lado, os seus erros também são escrutinados de perto, causando stress e tensão” (Ferreira, 2021a, p. 5-6). Ainda, vale ressaltar que isso faz com que a ação do *tokens* seja tomada como representante de todos os membros do grupo, o que eleva ainda mais a pressão e o faz reagir de duas formas: ou elevando o seu esforço ao máximo para que seu desempenho seja avaliado de forma positiva, ou camuflam suas conquistas para tentar passar “despercebido” (Ferreira, 2021a; Kanter, 1977; 1993).

Nesse aspecto, pode-se tomar a participação feminina em cargos públicos como um exemplo. Uma vez que este não é o espaço considerado como tipicamente “feminino”, toda e qualquer conquista de maior visibilidade tende a chamar a atenção e ser considerada como uma forma de generalizar a participação feminina, como foi o caso da ex-presidenta Dilma Rousseff, já citado anteriormente. Para além, tem-se atualmente, um sistema de cotas para mulheres nas eleições proporcionais, como forma de corrigir a sub-representatividade vivenciada no país (Melo; Thomé, 2018; Miguel; Biroli, 2014). A Lei 12.034, de 29 de setembro de 2009, alterada antes das eleições de 2020, instituiu como obrigatório que cada partido ou coligação tivesse no mínimo 30% e no máximo 70% para candidaturas de cada gênero (Brasil, 2009). O projeto de lei – PL 1951, de 2021 – que prevê cotas também para a ocupação dos cargos no Legislativo, em eleições proporcionais. O percentual de preenchimento mínimo é de 15% de cadeiras para as mulheres. Ele foi recentemente aprovado no Senado e seguiu para a Câmara. O que representa avanços por um lado, por fomentar a participação feminina nas eleições, por outro, não reflete diretamente na ocupação dos cargos ou votos, sendo também uma forma de “tokenismo” em alguns casos. Uma vez que,

[...] fatores ideológicos e organizacionais são fundamentais para que as cotas possam exercer seu efeito de aumentar a presença de candidaturas de mulheres viáveis na política. Isso porque há uma reação inicial dos dirigentes em manter o status quo, ou seja, a predominância masculina (Melo; Thomé, 2018, p. 144-145).

Um exemplo disso foi o escândalo das candidaturas-laranjas no PSL, em 2018 (Zuba; Paes, 2019). A suspeita foi de que o PSL de Minas Gerais – partido pelo qual Bolsonaro disputou as eleições presidenciais de 2018 – inscreveu candidatas sem a intenção de que elas fossem eleitas, como forma também de outros candidatos -se do fundo eleitoral destinado às mesmas, uma vez que o dinheiro foi destinado às campanhas sem que houvesse, de fato, uma campanha real. Segundo Melo e Thomé (2018), nas eleições municipais de 2016, conforme dados do TSE, 16.131 candidatos não tiveram nenhum voto, e 89,3% deles – 14.417 pessoas – eram mulheres. “Esses nomes, na verdade, são incluídos pelo partido apenas como forma de cumprir a cota, mas sem que se deem a essas mulheres os recursos necessários ou os incentivos para realizarem, de fato, uma campanha” (Melo; Thomé, 2018, p. 145).

De modo velado ou exposto, a violência política de gênero²⁰ enquadra-se também como uma barreira à entrada de mais mulheres na política, assim como dificulta o interesse e a permanência delas. Essa forma de violência é alvo da Campanha de Combate à Violência Política de Gênero, promovida pela Câmara dos Deputados, por meio da Secretaria da Mulher, ativa desde as eleições municipais de 2018. Esse tipo de violência pode acontecer no meio virtual, por meio das notícias falsas e ataques contra as mulheres políticas. Tais atos de agressão também ocorrem, de forma recorrente, nos espaços presenciais, com ameaças às candidaturas, indução à crença de que seu conhecimento não é legítimo, violação da intimidade, desvio de recursos para campanhas de candidatos homens, não indicação de mulheres para titular em comissões ou lideranças de partidos e projetos importantes, questionamentos sobre vida privada – sexualidade, maternidade, aparência, entre outros aspectos –, ao serem interrompidas durante a fala, quando um homem se apropria da ideia de uma mulher como se fosse sua ou mesmo violência emocional e psicológica, entre outras, nos espaços públicos – no interior dos partidos, vivenciadas durante as campanhas ou mandatos.

²⁰ A violência política de gênero pode ser reconhecida como todo e qualquer ato com intuito de excluir a mulher do espaço político, impedir ou limitar seu acesso ou, ainda, induzi-la a tomar decisões contrárias à sua vontade. As mulheres podem sofrer esse tipo de violência quando concorrem a um cargo público, após eleitas e durante o mandato. A violência política de gênero é considerada uma das causas da sub-representação das mulheres na política e nos espaços de poder e afeta diretamente a democracia no país. (Agência Câmara de Notícias, [2023?]).

Para além, há certos comportamentos e expectativas sobre a presença e participação feminina na política (Avelar, 1989; Dantas, 2019; Jamieson, 1995; Melo; Thomé, 2018; Miguel; Biroli, 2014).

O conceito de participação política é complexo e, em geral, é definido a partir de um conjunto de ações dos cidadãos no exercício das reivindicações de seus direitos e no desempenho das responsabilidades cívicas. [...] No caso das mulheres, além dos fatores de classe social, estão presentes os valores da socialização que estruturam os papéis sociais conforme diferenças biológicas, cujas consequências mais definitivas são a divisão sexual do trabalho na sociedade e no interior da família. Os indivíduos cujos papéis sociais são estruturados diferentemente se encontram em situação de desigualdade que, no caso da mulher, conduz a outras formas de participação política, nem sempre incluídas no âmbito do conceito (Avelar, 1989, p. 85-86).

Considerando a “natureza” socialmente colocada como “feminina”, espera-se das mulheres dois comportamentos: ser diferente do comportamento masculino, menos competitivo, cumprindo a exigência social e identitária de diferenciação entre os gêneros e humanizando o espaço público; ou afastar-se completamente das marcações de feminilidade, como o tom de voz, algo marcante na preparação da *ex-premier* britânica, Margareth Thatcher, que teve de realizar um treinamento com fonoaudiólogos para baixar seu tom de voz, considerado muito agudo e inadequado para o cargo público. No fim das contas, nenhum dos ideais podem ser completamente alcançados. Assim, as mulheres que entram no espaço público/político precisam se adaptar às regras e normas vigentes, no entanto, as adaptações tendem a invalidar ou reforçar as marcas de feminilidade (Dantas, 2019; Jamieson, 1995).

E as dicotomias e incoerências nas expectativas relativas às mulheres no poder continuam. Espera-se que as pautas defendidas pelas mesmas se relacionem ao papel esperado das mulheres: a preocupação deve estar voltada para questões do mundo privado e ao cuidado como Educação, Saúde, entre outros (Dantas, 2019; Miguel; Biroli, 2014). No entanto, quando os temas se voltam para especificidades das políticas de gênero e reprodutivas, como o aborto, logo são rechaçados e sofrem derrotas no legislativo, com uma grande ofensiva da bancada religiosa (Biroli; Machado; Vaggione, 2020; Dantas, 2019).

Dessa forma, os estereótipos ou estigmas relacionados ao gênero feminino servem como manifestações do tradicionalismo, baseados em um conjunto enraizado nas crenças sobre os atributos pessoas que seriam “mais adequados” social, cultural e politicamente,

para homens e mulheres, sejam esses ideais individuais ou compartilhados (Panke; Iasulaitis, 2016).

Pensando em *double binds* – ligações duplas –, ou dissonâncias, às quais as mulheres na vida pública são obrigadas a se ajustar, a professora estadunidense de Comunicação, Kathleen Hall Jamieson (1995), escreveu “*Beyond the double binds: women and leadership*”. Na publicação, Jamieson observa como a tendência do psicológico humano, diante de situações ou pensamentos complexos, divide-se em bem/mal, verdadeiro/falso, entre outras formas de dicotomizar. Essa mesma lógica apresenta-se como um problema quando aplicada às escolhas possíveis destinadas às mulheres, em especial na política. A autora reforça que, no entanto, nenhuma das opções é a correta, quando aplicadas às mulheres.

Jamieson (1995) descreve os cinco tipos mais frequentes de *double binds* que afetam as mulheres em suas carreiras políticas, sendo eles:

a) Útero ou cérebro: Nesses *double binds* é destacada, mais uma vez a relação constante das mulheres à emoção e não à razão, a predisposição à maternidade, colocando-se constantemente em posição a carreira e a possibilidade de ser mãe, expectativa socialmente associada às mulheres – e vista como “natural”. Percebe-se ainda a constante associação da mulher ao gênero em detrimento de sua experiência e potencial, como se uma característica excluísse automaticamente a outra, ou se é mãe ou se tem uma carreira de sucesso. Nota-se que essa associação vista como opositiva, vem sendo combatida cada vez mais e deputadas assumem e demonstram que maternidade e trabalho/participação política podem conviver juntos. Um exemplo foi o discurso da deputada Talíria Petrone (PSOL-RJ), em junho de 2021, contra a Medida Provisória da Capitalização da Eletrobras na Câmara dos Deputados. No momento, que a deputada discursava, não só levava sua filha, Moana, como também, amamentou a garota em meio ao discurso. A cena repercutiu como um dos assuntos mais comentados no *Twitter* e levou à manifestação de diversas mães. Dias antes, a mesma cena foi protagonizada pela deputada estadual do Amazonas, Joana Dark Protetora (PL), no plenário da Assembleia do estado (Hypeness, 2021).

b) Silêncio ou vergonha: o silêncio é considerado como marca cultural do comportamento feminino, sendo algo adequado ao gênero. O silêncio ainda é tido como virtude, tanto na literatura quanto na religião. E, nos processos de socialização, as mulheres tendem a não ser encorajadas a expor suas opiniões e falar em público, sendo o discurso

feminino depreciado constantemente. Algo que pode ser exemplificado, inclusive, na perseguição sofrida pela presidenta Dilma Rousseff em seus mandatos e a desqualificação de sua oratória. Além dos constantes ataques e chacotas feitas pela imprensa brasileira, os discursos da presidenta ganharam um livro, escrito pelo jornalista Celso Arnaldo Araújo, intitulado “Dilmês – O Idioma da Mulher Sapiens”, publicado em 2015, pela Editora Record. “A dificuldade na fala de improviso de Dilma Rousseff gerou inúmeras páginas de humor em redes sociais, esquetes em programas de rádio e críticas contundentes” (Dantas, 2019, p. 56). A fala da ex-presidenta foi constantemente comparada à de seu sucessor, Michel Temer, e às falas de seus antecessores, como Tancredo Neves, José Sarney, Fernando Collor, FHC e Lula. Tema esse que ganhou um artigo do jornalista Reinaldo Polito, na editoria de Economia do Portal Uol (Polito, 2016). Se, por um lado, o jornalista mostra-se respeitoso aos presidentes homens, ressaltando suas qualidades e colocando-os como preparados; com Dilma Rousseff é diferente: Polito (2016) descreve o discurso da presidenta como uma “tragédia”. Tragédia essa salva pela chegada de Temer, “um bálsamo com sua oratória”. Fatores esses que corroboram para classificar a presença masculina como “mais adequada” e os homens como “melhor preparados”. A mulher que não tem o silêncio como uma “virtude” sofre a pena da vergonha pública e pode ser considerada como histérica, bruxa, puta ou herética. Outro exemplo, na tentativa de se silenciar uma mulher nos espaços políticos, em especial no Legislativo, ocorreu em setembro de 2021, durante uma das sessões da “CPI da COVID”, em que a senadora Simone Tebet (MDB-MS), ao confrontar o ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Wagner Rosário, sobre o processo de aquisição da vacina Covaxin, foi chamada pelo mesmo de “descontrolada” (Globo Comunicação e Participações S.A, 2021). Esta é uma atitude machista e que tenta desmoralizar o discurso feminino, conseqüentemente, afastando também as mulheres dos espaços públicos.

c) A mesma coisa ou diferença: como já abordado, a atuação feminina deve ser “diferenciada” da atuação esperada dos homens. As mulheres devem ter sua postura embasadas no que se espera como “essencial” do caráter feminino. Aqui, mais uma vez, tem-se a caracterização excludente entre feminilidade e competência, útero e cérebro. A mulher é considerada como o “outro”, o “anormal” ou “desviante”, “a mulher nunca é referência de si mesma” (Jamieson, 1995, p. 102). Na esfera pública e política, coloca-se a vitória feminina como o resultado de um dos fatores: ou os demais concorrentes são incompetentes ou ela foi

impulsionada por outro, nesse caso, por um homem. Discurso observado nas eleições das presidentas do Cone Sul (Dantas, 2019), ou na vitória das apoiadoras do então candidato à Presidência, Jair Bolsonaro, em 2018. Ainda, nota-se que há uma tendência aos temas e bandeiras femininos estarem relacionados à política do cuidado, como Saúde e Educação, por exemplo, pautas bastante defendidas por deputadas como a Professora Dorinha Seabra (DEM-TO), também conhecida como “mãe do FUNDEB”, a qual tem sua atuação política iniciada e reconhecida por essa iniciativa.

d) Feminilidade ou competência: as mulheres que obtiveram sucesso na esfera pública são vistas como excepcionalidades, como exceção à regra, pioneiras. Esse pode ser considerado como enquadramento de novidade – *noveltry frame*. Tamanho é o peso da dominação masculina sobre a sociedade que, ou a mulher se aproxima dos comportamentos masculinos; ou ela aproxima-se da liderança charmosa, correndo o risco de ser vista como frívola; ou ela assume uma postura materna em sua liderança, sendo colocada como a mãe bondosa, fonte de vida, amor e diálogo; ou ela se relega à posição de sujeito, passivo, acessório à imagem do marido (Schwartzberg, 1977). Em pesquisa sobre as candidaturas das mulheres no Brasil, Panke (2021) levanta outros perfis de candidatas para além dos destacados anteriormente, mas que também se apresentam nessa dicotomia feminilidade e competência, atualizando as personagens relacionadas às figuras femininas propostas por Schwartzberg (1977), sendo elas: guerreira, maternal e profissional. A candidata guerreira é aquela que se apresenta à frente das tomadas de decisões e atua politicamente para que as mudanças sociais aconteçam e, pelo fato de o ambiente político ainda ser marcado pela presença masculina, as mulheres com esse perfil apresentam-se como alternativa para ultrapassar os obstáculos impostos pela dominação masculina. A maternal – a qual se aproxima da “feminilidade” – relaciona-se à maternidade, culturalmente tida como “sagrada” em algumas sociedades, podendo ser algo positivo em uma sociedade conservadora, à qual muitas mulheres na política recorrem, mas que se apresenta como uma desvantagem ao limitar a atuação feminina, cobrando da mulher “líder” que “cuide” de seus filhos, reforçando a exclusão feminina da vida pública. A profissional – a qual aproxima-se do *bind* “competência” – é a menos acionada, de acordo com a autora, uma vez que em sociedades conservadoras a realização feminina deve ser relacionada ao espaço privado e não ao público.

“Feminilidade ou competência” não saem do olhar da mídia. A mídia neozelandesa, durante a campanha da primeira ministra Jacinda Arden ocupou-se em questioná-la sobre se a mesma sairia ou não de licença maternidade; algo também observado no Brasil com Manuela D’Ávila (PCdoB), quando a mesma era deputada, e o constante questionamento sobre a criação de sua filha; para além estão os questionamentos sobre o casamento para as solteiras e sobre a ausência de filhos para as não mães (Dantas, 2019), algo dificilmente feito com relação aos homens, quando candidatos ou eleitos.

f) Por fim, a Idade ou Invisibilidade: nesse fator, o corpo aparece como marca central na formação social das mulheres, e a cobertura da aparência física pela imprensa mostra-se maior do que no caso dos homens. Se, historicamente, os anciãos são considerados como fonte de sabedoria, a velhice, no caso das mulheres, é vista como algo depreciativo. Algo vivenciado e explicitado, por exemplo, por Luiz Erundina (PSOL-SP), considerada a deputada mais velha a ser eleita em 2018. Em entrevista para a *BBC News Brasil*, em 2016, ela disse que se incomoda quando falam de sua idade, mas rebate as críticas: “É um atraso alguém levar isso em conta para avaliar alguém. Fui vítima de preconceito por ser mulher, por ser nordestina, ser de esquerda, por ser do PT, por ser pobre e agora tenho mais um motivo: eu sou velha” (Souza, 2016).

Os meios de comunicação invisibilizam os corpos, sendo uma saída para isso a presença do modelo de avó ou grande matriarca. Se o envelhecimento dos homens é visto como autoridade, fonte de sabedoria e confiança (Jamieson, 1995; Schwartzberg, 1977; Wolf, 2019), para as mulheres indica descuido, doença, debilidade e fracasso (Jamieson, 1995; Sant’anna, 2014; Wolf, 2019). “Eliminar os sinais da idade do rosto de uma mulher equivale a apagar a identidade, o poder e a história das mulheres” (Wolf, 2019, p. 126). Complementar a isso, percebe-se, por exemplo, nos jornais a presença de âncoras homens mais velhos, com seus cabelos grisalhos, enquanto as mulheres são mais jovens e dentro dos padrões de beleza vigentes (Wolf, 2019). Ainda, o deslocamento das jornalistas mais velhas para atrações destinadas ao entretenimento ou em programas como “Globo Repórter”²¹.

A dicotomia entre idade *versus* invisibilidade representa, de modo cruel, o mito da beleza. Para Naomi Wolf (2019), o mito da beleza é uma nova forma de aprisionar as mulheres já libertas de outras prisões, como o casamento e o lar, sendo uma reação violenta

²¹ <https://g1.globo.com/globo-reporter/>.

contra a luta feminista, uma arma política contra a emancipação feminina. Para Wolf (2019, p. 25): “Quanto mais numerosos foram os obstáculos legais e materiais vencidos pelas mulheres, mais rígidas, pesadas e cruéis foram as imagens da beleza feminina a nós imposta”.

Não obstante, as mulheres que adentram no mundo da política devem se adequar ao máximo aos padrões impostos socialmente. “Na campanha eleitoral brasileira em 2010, todas as alterações no visual da então candidata Dilma Rousseff foram repercutidas nos mínimos detalhes pela imprensa brasileira, desde as pequenas cirurgias estéticas até o tom exato da coloração de cabelos utilizado por Rousseff” (Dantas, 2019, p. 106). Adequar-se para ser mais facilmente aceita: algo que vale para todas as mulheres em todos os aspectos e esferas. O mito da beleza apresenta-se como uma dentre as várias ficções sociais que se colocam como componentes naturalmente relacionados à esfera feminina. (Sant’anna, 2014; Wolf, 2019). Além disso, o mito da beleza também reforça a dicotomia feminilidade/beleza e cérebro, “é permitido às mulheres uma mente ou um corpo, mas não os dois ao mesmo tempo” (Wolf, 2019, p. 94).

A beleza delimita as posições das mulheres na sociedade, diz como elas devem se portar e com quem devem parecer, o que são capazes de conquistar e dissolve a solidariedade e a sororidade, colocando-as constantemente umas contra as outras. E, pior: nem todas têm consciência disso.

Embora muitas mulheres percebessem que a sua atenção estava sendo focalizada dessa forma, poucas chegaram à plena compreensão de como esse tipo de enfoque é meticulosamente político. Quando se atrai a atenção para as características físicas de líderes mulheres, essas líderes podem ser repudiadas por serem bonitas demais ou feias demais. O resultado líquido é impedir que as mulheres se identifiquem com as questões. Se a mulher pública for estigmatizada como sendo ‘bonita’, ela será uma ameaça, uma rival, ou simplesmente uma pessoa não muito séria. Se for criticada por ser ‘feia’, qualquer mulher se arrisca a ser descrita com o mesmo adjetivo se se identificar com as ideias dela. Ainda não foram avaliadas a fundo as implicações políticas do fato de que nenhuma mulher ou grupo de mulheres, sejam elas donas de casa, prostitutas, astronautas, políticas ou feministas, podem sobreviver ilesos ao escrutínio devastador do mito da beleza. Portanto, a tática de dividir para conquistar foi eficaz (Wolf, 2019, p. 106-107).

O mito da beleza ainda gera constante insatisfação e – conseqüentemente – consumo por parte das mulheres, fazendo com que a indústria farmacêutica e de medicina estética

lucrem, como também haja o aparecimento de transtornos psíquicos e alimentares. E de que modo o mito da beleza e seus padrões inalcançáveis são disseminados e reforçados? Através da mídia. Seja em seus produtos culturais – novelas, filmes, séries, entre outros –, produtos jornalísticos – jornais, revistas, telejornais etc. – ou por meio dos anúncios, os padrões de beleza são reforçados e associados ao sucesso, autorrealização, aceitação e promessa de uma relação amorosa feliz (Sant’anna, 2014). Para Wolf (2019), a mídia aborda a aparência feminina de modo a banalizar, vulgarizar ou depreciar o que as mulheres dizem. Em contrapartida, as mulheres que estão lendo, ouvindo ou assistindo costumam ser convencidas a não se identificar com outras mulheres no contexto público. “Sempre que rejeitamos uma mulher na televisão ou na imprensa, ou não prestamos atenção ao que diz, porque nossa atenção foi distraída por seu tamanho, sua maquiagem, suas roupas ou seu penteado, o mito da beleza está operando com a máxima eficiência” (Wolf, 2019, p. 394).

Como exemplo, Dantas (2019) cita um programa de televisão sobre beleza e readequação de estilo, no qual o cabeleireiro argumenta para uma jovem estudante de engenharia que a mesma deveria cortar o cabelo curto para “camuflar” sua aparência feminina.

Ele afirma que, por trabalhar em um ambiente masculinizado, ela precisa ter uma aparência mais forte e, conseqüentemente, um cabelo mais curto. Opera-se uma intervenção para adequá-la ao campo, conforme as regras tradicionalmente estabelecidas, e, nesse caso, é aproximar a imagem da garota a um visual de poder que é dado pela referência masculina, ou de masculinização, já que é uma área tradicionalmente ocupada por homens. Esse tipo de intervenção que, a princípio, parece mínimo denota a resistência simbólica à associação do feminino com o poder. Cabelos longos, voz mais aguda, saias e vestidos, enfim, os signos da cultura feminina não são simbolicamente reconhecidos como signos de liderança e poder. O resultado é que, no processo de inserção ao espaço público, as mulheres absorvem a referência masculina (Dantas, 2019, p. 51).

Programas e quadros como esse são comuns no Brasil e no mundo: “Beleza Renovada”, Programa Eliana (SBT)²²; Esquadrão da Moda (SBT)²³; “Choque de Estilo” (Discovery Home & Health)²⁴; “Troca de Estilos” (Discovery Home & Health)²⁵; alguns episódios do “Casos de Família” (SBT)²⁶. O interessante é observar que os quadros e programas destinados à transformação no visual não aparecem na mesma proporção com personagens masculinos. Ademais, a beleza interfere pouco no julgamento de líderes masculinos, profissionais homens etc.

Essa pressão por caber nos padrões de beleza pré-estabelecidos foi vivenciada também pela deputada federal Joice Halssemann (PSL-SP), a qual foi alvo de ataques gordofóbicos e de violência de gênero após sua destituição do cargo de líder do governo no Congresso Nacional e consequente ruptura com o governo Bolsonaro. A *hashtag* #DeixeDeSeguirAPepa, apoiada pelo também deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do então presidente Bolsonaro, tornou-se um dos assuntos mais comentados do *Twitter* no Brasil, em 20 de outubro de 2019 (Universa, 2019). Em abril do ano seguinte, Eduardo Bolsonaro insuflou outra *hashtag*: #GabinetedaPepa (Universa, 2020). As *hashtags* são uma referência à personagem de desenho infantil Peppa Pig – uma porquinha – e foi usada para

²² No quadro “Beleza Renovada”, no Programa da Eliana, as mulheres são inscritas para uma transformação de beleza, com mudança no guarda-roupas, cabelo e até procedimentos odontológicos e estéticos. Nele, a participante passa por acompanhamento psicológico e tem a sua aparência avaliada nas ruas por estranhos que tentam adivinhar a idade da participante a partir de uma foto, antes e depois da transformação. A proposta é uma mudança que parta de dentro, com a valorização da própria participante, para seu exterior, ao mesmo tempo em que faz uma exposição sensacionalista da imagem seguida de uma adequação aos padrões de beleza vigentes.

²³ O programa “Esquadrão da Moda” foi lançado na versão brasileira em 2009. e a proposta é uma mudança de estilo das participantes, com adequação a partir das dicas de moda de especialistas (cabeleireiro, maquiador, entre outros profissionais da beleza). Nele, as participantes ganham um valor em dinheiro para renovar as roupas e têm suas peças avaliadas pelos apresentadores, sendo essas separadas em roupas que são “salvas” e podem ser usadas, e roupas que vão para o “lixo”. De acordo com a produção, as roupas que são descartadas são doadas para instituições.

²⁴ “Choque de estilo” estreou em 2016, nas “Quartas da Beleza”, no canal Discovery Home & Health. No programa, duas pessoas recebem consultoria para uma renovação no visual. Antes, elas trocam de estilo entre si e vivem 24h com as roupas uma da outra. Geralmente, se escolhem participantes com estilos e rotinas totalmente diferentes com o intuito de gerar o “choque” (como o próprio nome já diz).

²⁵ O programa também proporciona consultorias de estilo para as participantes inscritas em diversas áreas da beleza e foi, no Brasil, apresentado pela cantora Gaby Amarantos.

²⁶ O programa “Casos de Família” estreou em 2004. Apresentado desde 2009 por Christina Rocha, é um *talk show* diário com temáticas variadas, nas quais a plateia pode opinar sobre casos que aparecem no programa. Alguns programas são marcados também pela mudança de visual de participantes, as quais passam por transformações de vestuário, cabelo e maquiagem.

ironizar a forma física de Joice Halssemann. Tal episódio misógino e estigmatizante demonstra, mais uma vez que, quando um homem/político é atacado ou criticado, o uso de adjetivos se relaciona com sua gestão ou inabilidades; no entanto, quando uma mulher/política é criticada, normalmente os adjetivos se relacionam a sua aparência ou suposto descontrole emocional. Em 2020, após as ofensas, a deputada passou por um processo de emagrecimento, perdendo 20 kg em 5 meses (Alves, 2020). No mesmo ano, a deputada concorreu à Prefeitura de São Paulo e assumiu o nome *Miss Piggy*, utilizando a personagem dos *Muppets* em sua campanha, uma referência aos ataques sofridos anteriormente (UOL, 2020).

Acreditava-se que a conquista do voto representaria o reconhecimento social e, por parte do Estado, de que as mulheres possuem condições iguais aos homens para participar e gerir a vida coletiva, sendo uma forma também de acesso aos espaços de poder e tomada de decisões. Contudo, é notória a convivência entre o voto feminino e a elite política formada por homens (Miguel; Biroli, 2014).

[...] não basta a eleição de representantes femininas, mas principalmente a existência de condições institucionais para que as mulheres possam exercer plenamente seu papel de sujeito político, ou seja, que as representantes eleitas possam efetivamente exercer seu mandato em sintonia com as causas por elas defendidas, em nome dos grupos sociais representados (Barros, 2015, p. 187).

E mais, não basta ter representantes femininas se elas ainda servem para manter os ideais patriarcais e não defender as lutas e progressos das diferentes mulheres brasileiras. “[...] como se nota em outros casos latino-americanos, assim como os homens, as mulheres também podem ser conservadoras e atuar contra os próprios direitos de todas as mulheres” (Melo; Thomé, 2018, p. 137).

Ainda, Melo e Thomé (2018) apontam que, mesmo com a presença dos partidos de esquerda impulsionando para que mais mulheres sejam eleitas, e sendo mais abertos para as discussões de gênero, isso não reflete necessariamente nas mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados. “O único partido que tem um histórico de maior apoio real às candidaturas femininas é o PCdoB” (Melo; Thomé, 2018, p. 138). Ainda, as autoras alertam para que se, o avanço nas Câmara dos Deputados ocorreu, mas de forma lenta, no Senado, essa velocidade é ainda menor.

As pesquisadoras apontam ainda que a sub-representação feminina, para além do machismo estrutural, também se dá pela barreira do financiamento das campanhas e do próprio processo de retroalimentação das candidaturas. “O que dá mais chance de eleger um deputado ou deputada é o fato de essa pessoa já ter o mesmo cargo eletivo, isso fortalece a manutenção das coisas como já estão, o domínio masculino” (Melo; Thomé, 2018, p. 140).

Conforme Franceschet (2008), a presença feminina na política possui três importantes formas de representação, sendo elas: a representação descritiva, ao se assemelhar a própria presença na sociedade e, esta, a sociedade brasileira ainda se mostra distante de alcançar; substantiva, ao se levar em conta que um grupo representa melhor as suas próprias demandas, com agendas que respeitem suas especificidades; ou representação de efeito simbólico, ao impactar no aumento da representação nas esferas de poder e dar visibilidade à possibilidade de ocupação desses espaços.

Nesse sentido também, a presente pesquisa vem para contribuir, ao observar de que modo as representantes do Legislativo atuam e quais as pautas por elas defendidas, a fim de investigar se mais mulheres na política representem, de fato, mais políticas para mulheres. Ainda, como essa presença pode – ou não – impulsionar novas candidaturas femininas com vistas a driblar as desigualdades entre os gêneros na política. Ainda vale compreender de que forma o feminismo se apropria da comunicação, em especial, dos espaços virtuais para a luta política, algo discutido nos próximos capítulos.

4 MÍDIA E POLÍTICA: ATRAVESSAMENTOS E IMPLICAÇÕES

Seríamos bem mais felizes, mais livres para sermos quem realmente somos, se não tivéssemos o peso das expectativas do gênero (Adichie, 2015, p. 36-37).

Neste capítulo serão abordadas discussões a respeito da mídia e sua interferência e atravessamentos em outros campos de saber, neste caso, o campo político. No entanto, vale ressaltar que essa relação não é harmoniosa em sua totalidade: há disputas, tensões, especificidades e relações de poder.

No primeiro tópico será discutida a interferência dos meios de comunicação nos diversos processos sociais, desde a chegada dos meios de comunicação de massa - rádio e TV - até a Internet e suas implicações. No segundo tópico serão abordados os atravessamentos que compõem os campos da comunicação e da política, seus atravessamentos e confluências. Sabe-se que, na contemporaneidade, é impossível se pensar em formas de comunicação entre políticos e eleitorado que não passem pelo crivo dos meios de comunicação. Apesar dessa interação não caber exclusivamente aos meios tradicionais e ser realizada também “diretamente” através das mídias sociais digitais. Ao se falar nessas mídias, na Internet e dos novos circuitos informacionais, torna-se relevante trazer o conceito de midiaticização e suas implicações no novo cenário político. Por fim, busca-se introduzir as questões de gênero, em especial das mulheres, em meio a esse cenário e discussões. Como está e qual é o papel dos meios de comunicação na atração ou afastamento das mulheres dos centros de poder e da vida pública?

4.1 A MÍDIA E OS PROCESSOS SOCIAIS: OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E O MUNDO SOCIAL

Sempre que um novo meio de comunicação surge, ele impacta a sociedade e seus diversos processos e campos de saber (Thompson, 2008; 2018) e isso ficou ainda mais evidente com a chegada e popularização da Internet e suas redes sociais *online*. No mundo globalizado e cada vez mais midiaticizado, os seres humanos comunicam-se o tempo todo, estamos a todo momento interagindo com outras pessoas e culturas (Kon, 2013). Capacidade essa ampliada pelos novos suportes midiáticos desenvolvidos ao longo da história e, mais recentemente, pelo boom da Internet.

Até a chegada da Era Moderna, o mundo era explicado e dominado por meio dos mitos e mitologias. A partir da ruptura dessa lógica que regia e explicava o mundo, inclusive, o mundo social, instaura-se o caos, e o conhecimento se aloca em diversos e diferentes campos de saber²⁷ (Rodrigues, 2002). Bourdieu (1997, p. 57) compreende o campo como um espaço autônomo, uma espécie de microcosmos social,

[...] um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias.

E é, neste cenário de disputas constantes, que o campo comunicacional se destaca como cimento “homogeneizador social”, conforme aponta Rodrigues (2002). A mídia, portanto, passa a se destacar como mediador social, capaz de conferir legitimidade, credibilidade e visibilidade a atores sociais e acontecimentos (Rodrigues, 2002; Rubim, 2000; Thompson, 2008). Dessa forma, os agentes bem como os campos de saber passam a recorrer aos meios de comunicação para alcançar seus propósitos e difundir ideias, valores e conceitos. A mídia, portanto, atinge um status de centralidade da vida social (Lima, 2004; Rodrigues, 2002; Rubim, 2000).

Outro fator relevante que se deu a partir da chegada da Modernidade e dos suportes comunicacionais é a dissociação entre tempo e espaço, conforme aponta Thompson (2008; 2018). Se antes, os sujeitos deviam compartilhar um espaço comum - como em uma Ágora grega –, onde os cidadãos se reuniam para trocar ideias e decidir o futuro político das localidades, com a chegada dos suportes há uma amplificação da comunicação e das possibilidades de interação social. Aos poucos, a interação de co-presença passou a concorrer com a interação mediada ou quase-mediada. Com o surgimento da escrita, passamos a fixar

²⁷ A ideia de campo proposta por Bourdieu (1989) compreende a ideia de que os campos sociais são estruturas fixas, produtos da história e da sociedade, delimitados e organizados no tempo e espaço. Cada campo social possui um conjunto de interesses específicos, opiniões consensuais, leis e regras gerais que o regem, linguagem própria, hierarquia e organização próprias e é formado por instituições e *habitus* semelhantes. Sendo um espaço de constantes lutas e disputas entre seus agentes para mudança ou manutenção de posição dentro do campo.

os conhecimentos em uma estrutura externa e transportá-la para outros tempos e espaços. Por meio dos primeiros suportes de comunicação – carta, telégrafo, telefone e outros – a informação passa a atravessar continentes e oceanos, atingindo um número maior de sujeitos em diferentes locais e momentos. Com o desenvolvimento e chegada dos meios de comunicação de massa – impresso, rádio e TV –, a ruptura entre tempo e espaço torna-se ainda mais acentuada, como também, uma mesma mensagem pode atingir número ainda maior de sujeitos. A interação quase-mediada assemelha-se à interação face a face, no entanto, é mediada por um suporte de comunicação. As diferentes formas de interação apresentadas por Thompson (2008) passam a coexistir e constituir a forma como acessamos a realidade, conhecemos o mundo e constituímos a nós mesmos. A partir disso, os indivíduos são conduzidos a um novo sistema de poder. Nele, a visibilidade é também um meio de controle ou contribui, de algum modo, para a organização social do poder (Thompson, 2008).

Thompson (2018) atualiza os tipos de interação ao inserir o quarto tipo: a interação mediada *online*. Esta abarca as transformações desencadeadas pela ascensão da Era Digital, marcada pela comunicação mediada por computadores, desenvolvimento da Internet e possui os sites de redes sociais (SRS) como representantes perfeitos. O autor destaca que o importante não seria o dispositivo tecnológico em si, mas sim, as formas de interações criadas a partir da utilização desses.

Quais são as propriedades dessa nova forma de interação? Como outras formas de interação mediada, esta envolve a extensão das relações sociais através do espaço e do tempo e certo estreitamento no leque de pistas simbólicas. Mas difere dos outros dois tipos de interação mediada em dois aspectos-chave: diferentemente da quase-interação mediada, é de caráter dialógico; e, ao contrário da interação mediada (por exemplo, conversas telefônicas), é orientada para uma multiplicidade de outros destinatários – é de muitos para muitos, e não de um para um (Thompson, 2018, p. 20).

O indivíduo que não pode estar em todos os espaços a todo o momento, passa a recorrer à mídia para acessar o conhecimento e saber o que acontece ao seu redor, constituindo, desse modo, o que Walter Lippmann (2010) denomina de “pseudoambiente”, ao discutir o que é opinião pública e as interferências da mídia e do jornalismo neste processo.

Neste novo ambiente o que estava em jogo era o “pseudoambiente”, ou seja, as imagens criadas indiretamente pela ação da mídia e do noticiário em

nossos mapas mentais. São estas imagens estereotipadas da realidade que controlam os afetos e os rancores, e que determinam o humor do público. (Lippmann, 2010, p. 13)

Lippmann (2010) alerta que conhecemos o mundo de forma indireta e tomamos as imagens veiculadas pela mídia como verdadeiras, como se fossem o próprio ambiente, a própria realidade. Isso ocorre devido ao fato de o ambiente real ser excessivamente grande, conforme aponta o autor, e complexo, impossibilitando o conhecimento direto. Nessa perspectiva, o que é veiculado e a realidade, até mesmo, podem ser coisas contraditórias. Entretanto, é este “pseudoambiente” difundido pela mídia e que permanece no imaginário social, que o sujeito regula seu comportamento e respostas – ações. Conforme Lippmann (2010, p. 40), “[o indivíduo] cria para si próprio uma imagem credível em sua cabeça do mundo que está além de seu alcance”. E, como afirma Rubim (2000, p. 29), “a comunicação, enquanto ambiente efetivo, apresenta-se como uma espécie de nova ‘camada geo-tecnosocial’, necessária e sobreexposta, que se agrega às camadas – natural e sociocultural – do ambiente existente na sociabilidade precedente”. Por meio dos media há uma nova formatação de realidade, capaz de ser vivenciada no ausente, algo precisa aparecer na mídia para existir de fato.

É interessante perceber como os meios de comunicação interferem na construção da realidade e do próprio self, em uma perspectiva construcionista da realidade, uma vez que ela participa ativamente deste processo, ainda que haja margem para negociação. Berger e Luckmann (2007) apontam que a realidade é construída socialmente e influencia na própria constituição do sujeito, tendo a linguagem como parte desse processo de exteriorização e interiorização da realidade objetiva. Isso se dá pelo fato de que a linguagem é o instrumento para transmissão do conhecimento e da realidade, capaz de manter e transformar o indivíduo e a sociedade, participando da construção de símbolos e significados²⁸. Nesse sentido, Berger e Luckmann (2007, p. 52), discutem que “a realidade social da vida cotidiana é, portanto,

²⁸ Para Bourdieu (1989, p. 10, grifo do autor), “os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social: enquanto instrumentos de conhecimento e comunicação, eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração lógica é a condição da integração moral. Ao incluir o feminicídio com uma circunstância qualificadora, o homicídio de mulheres, em razão de gênero, entra para a categoria de crime hediondo, junto ao estupro, o genocídio e outros.

apreendida num contínuo de tipificações, que se vão tornando progressivamente anônimas à medida que se distanciam do ‘aqui e agora’ da situação face a face”.

Um exemplo interessante sobre esse processo apontado por Berger e Luckmann é a própria institucionalização do crime de feminicídio²⁹ e sua recente proibição do uso, pela defesa, do argumento de este ser um “crime em defesa da honra”³⁰. A Lei do Feminicídio entrou em vigor no Brasil apenas em 2015, após anos de luta do movimento feminista, sociedade civil e outros movimentos, para qualificar e punir crimes relacionados ao gênero da vítima. Apesar da lei ser institucionalizada recentemente, diversos crimes ao longo da história poderiam ser enquadrados como feminicídio, entre os mais conhecidos, temos as duas tentativas de feminicídio, em 1983, sofridas por Maria da Penha Maia Fernandes – mulher que teve a luta e vida como história por trás da Lei Maria da Penha, de 2006, considerada predecessora da Lei do Feminicídio –, tendo como algoz o marido da vítima, Marco Antônio Heredia Viveros; o caso de Eloá Cristina, em 2008, morta pelo ex-namorado Lindemberg Fernandes Alves, que não aceitou o término do relacionamento e a manteve em cárcere privado seguido de feminicídio; e o feminicídio e desaparecimento de Eliza Samudio, assassinada a mando do ex-goleiro do Flamengo, Bruno Fernandes de Souza. Casos que repercutiram na mídia, mas que, na época, foram classificados como homicídio.

Outro dado interessante é a própria utilização do termo feminicídio no próprio texto da lei e pela mídia. No texto aprovado pela lei não consta a palavra “gênero”, algo muito simbólico, e, em seu lugar, aparece o termo “da condição do sexo feminino”. O uso do referido termo traz consigo o reforço da ideia de que o “sexo” é algo biológico e natural, silenciando a hierarquização com base nos gêneros e suas implicações na sociedade. Uma pesquisa realizada por Kamila Silva (2021), a partir da observação das matérias sobre o tema no portal do jornal Folha de São Paulo, entre fevereiro de 2020 e janeiro de 2021, apontou que poucas notícias utilizam o termo “feminicídio” para informar sobre homicídios cometidos contra mulheres, sendo as palavras mais recorrentes “assassinato”, “crime” e

²⁹ O feminicídio é um qualificador do crime de homicídio, motivado pelo gênero da vítima e suas implicações.

³⁰ Em 12 de março de 2021, o Superior Tribunal Federal (STF) proibiu o uso do argumento de “legítima defesa da honra” como argumento da defesa em casos de feminicídio.

“homicídio”. Isso informa e aborda o tema, mas não lhe confere o significado e simbologia adequados, bem como apaga, de certo modo, a luta pelo reconhecimento dele.

Berger e Luckmann (2007) discutem ainda como o sujeito é, ao mesmo tempo, produto e produtor da sociedade na qual se insere, sendo o real um produto da coletividade. Nesse sentido, podemos associar a proposta dos autores à própria presença da mídia e sua centralidade para a vida em sociedade, uma vez que, por meio do processo de apropriação, no qual o sujeito recebe as informações disseminadas pelos meios de comunicação e associa-o às suas próprias experiências e vivências (Thompson, 2008). Nesse sentido, o self – identidade – deixa de ser constituído somente através das interações sociais, para também ser formado pela mídia. Isso também é apontado por Giddens (1991), ao falar do surgimento da Modernidade. O autor classifica o fenômeno da reflexividade como uma espécie de atualização constante das práticas sociais de acordo com as informações recebidas, sendo algo acelerado pela interferência da tecnologia e que, atualmente, torna-se imensurável com a capacidade de difusão de conteúdos pela Internet.

Dessa forma, a identidade do sujeito passa a ser constituída pela sua presença no mundo social e as interações, grupos, instituições e campos aos quais pertence, mas também, pelas informações disseminadas pela mídia. Ou seja, “os dispositivos tecnológicos influem no modo como os indivíduos se constituem e moldam sua identidade” (Santos, 2017). Todas essas influências fazem com que a identidade se fragmente cada vez mais, possibilitando o sujeito ser vários em apenas um. Algo apontado por Stuart Hall (2006) como “crise de identidade”. Para o autor, devido às mudanças ocasionadas pela modernidade, houve também um abalo nas estruturas que davam referência e uma ancoragem estável aos indivíduos presentes no mundo social. Segundo Hall (2006, p. 13), “[...] à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente”.

Quanto à identidade, Castells (1999a) reforça a ideia de que a identidade é um produto do processo no qual o ator social reconhece e formula significações com base em um dado atributo cultural, também influenciado pela tecnologia. Para além, a formação da identidade também sofre influências do contexto no qual o sujeito se insere, demarcado por relações de poder, que fortalece mais a dominação das instituições em relação aos atores sociais (Castells,

1999a). E, essa também é uma justificativa importante para compreender a presença feminina na sociedade brasileira, marcada pela dominação masculina e relações desiguais orientadas pela hierarquização dos gêneros, algo que se reflete também no campo político, com a baixa representatividade da mulher em cargos públicos e baixa eleição de representantes femininas nas instâncias de poder – em 2018, o eleitorado feminino representava 52% do total, e apenas 15% das cadeiras na Câmara Federal são ocupadas por mulheres, e 13% dos senadores eleitos, no mesmo ano, são mulheres. E, leva-nos a indagar se, ainda que as mulheres ocupem cargos de poder, elas estarão a serviço da emancipação feminina e igualdade entre os gêneros, ou se reproduzirão as estruturas de dominação, entranhadas em sua identidade ao longo dos tempos por meio das instituições e processos de socialização.

Os meios de comunicação participam da disseminação também de símbolos e conferem sentido imediato ao mundo, o que Bourdieu (1989) chama de “poder simbólico”. “O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social)” (Bourdieu, 1989, p. 9). Os símbolos são instrumentos essenciais nesse processo, uma vez que são ferramentas de integração social, e também de comunicação e conhecimento, capazes de possibilitar o consenso sobre o mundo social. Símbolos estes capazes de assegurar a relação entre dominantes e dominados e a própria violência simbólica. A violência simbólica é exercida nas relações sociais e na mídia, sendo uma forma de violência que precisa da cumplicidade entre opressores e oprimidos, sendo ambos inconscientes de exercê-la ou sofrê-la (Bourdieu, 1997). Os símbolos possibilitam o conformismo lógico (Bourdieu, 1989) e, ao serem disseminados pela mídia geram capital para os atores sociais e campos.

O capital é que confere a posição dos sujeitos dentro de um campo social, sua noção é a mesma da Economia, na qual ele é distribuído desigualmente entre os indivíduos e pode ser herdado, investido, acumulado ou mesmo perdido, dependendo da habilidade de quem o detém. Entre as diferentes formas de capital estão o capital social, relativo aos relacionamentos, redes de contato e prestígio social; e o simbólico, referente aos rituais de reconhecimento social, honra, prestígio, sendo uma síntese das diferentes formas – econômico, cultural e social. Nesse sentido, Bourdieu (1989, p. 164) destaca que

[...] a concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo é tanto menos contaminada e, portanto, mais provável, quanto mais

desapossados de instrumentos materiais e culturais necessários à participação ativa na política estão os simples aderentes - sobretudo, o tempo livre e o capital cultural.

Nesse aspecto, o capital político também é um tipo de capital simbólico e torna-se crucial nas disputas eleitorais, sendo, inclusive, modificado pelo uso da mídia (Miguel, 2003). Luís Felipe Miguel aponta em diferentes estudos como o capital político pode sofrer interferência dos meios de comunicação e como a mídia torna o candidato familiar e inspira a confiança dos eleitorados e financiadores das campanhas.

No artigo “Capital Político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro”, Miguel (2003) aponta como a mídia atua conferindo ou transformando capital e como isso torna os resultados das eleições cada vez mais incertas, com o surgimento de atores sociais de fora do establishment político. Contudo, o autor aponta que há divergências entre os poderes Executivo e Legislativo e a relação mídia-política. Nas disputas para cargos no Executivo – presidente, prefeito – a disputa por visibilidade tende a ser maior, seguida de um grau de publicidade potencial, ou seja, os holofotes se dão em cima de um único cargo que passa a ser disputado. No que tange ao Legislativo, há uma necessidade de socialização com a elite política, uma necessidade de popularidade e reconhecimento dos pares para ser eleito.

Nesse sentido, o capital, e sua ideia advinda da noção econômica de possibilidade de investimento e conversão (Bourdieu, 1989; Miguel, 2003), também funciona se pensarmos no capital político. De acordo com Miguel (2003), a partir da noção de capital proposta por Bourdieu (1989), o capital político pode ser: delegado, que advém da notoriedade adquirida em outros mandatos e ao longo da trajetória política, como é o caso das deputadas federais Benedita Silva (PT), Jandira Feghali (PCdoB) e Luiza Erundina (PSOL), Maria do Rosário (PT), as quais já fizeram carreira na política em diferentes níveis e por anos; ou convertido, o qual refere-se à popularidade adquirida em outro campo sendo convertido para o campo político, como é o caso da deputada Joyce Halssemann (PSL), que, para além do “efeito Bolsonaro” que contribuiu para sua eleição e de outros deputados do partido, até então nanico, PSL, também é jornalista e utilizou da sua visibilidade a seu favor durante a campanha.

E, quando se trata de mulheres na política, é comum que a sua presença em um ambiente ainda dominado por homens, seja herdada de algum homem, seja ele um padrinho político, como foi o caso da ex-presidente Dilma Rousseff e o apoio recebido de Lula; ou herdado por alguma ligação familiar – parente ou esposa de político (Dantas, 2019). As mulheres que não se encaixam neste tipo de capital “herdado” sofrem constantes pressões no campo político, em especial, ao estreiar na vida pública, como é o caso da deputada federal mais jovem já eleita, Tabata Amaral. Em entrevista a Ricardo Senra, para a *BBC News Brasil*, a deputada comenta sobre sua rotina no Congresso e ser deputada mulher, algo que ela sempre traz à tona em seus discursos:

Sobre o dia a dia no Congresso, é um aprendizado rápido e muito difícil. É um lugar que não está acostumado com pessoas como eu e diariamente sou questionada sobre como fui parar ali. Eu não sou filha de político, não sou herdeira e estou muito longe de ser um fenômeno da Internet. As pessoas não entendem. Elas perguntam mesmo: 'você é filha de alguém?', 'você é dona de alguma empresa?', 'você é casada ou solteira?', 'você não é deputada estadual?'. Eu sei a ordem em que as perguntas chegam (Senra, 2019).

Ainda no tocante à relação mídia e política, no livro de 2010, “Mídia, representação e democracia”, o campo midiático altera o campo político de diferentes modos, dentre eles: (1) a mídia é a principal ferramenta de contato entre os atores políticos e os cidadãos, substituindo, de certo modo, os esquemas políticos tradicionais; (2) o discurso político se adapta às formas preferidas pelas diferentes mídias; (3) a mídia é a principal responsável pela construção e disseminação da agenda pública; e, por fim, (4) os candidatos possuem uma preocupação central com a gestão da visibilidade. Um exemplo dessas características apresentadas pode ser observado, por exemplo, no perfil da deputada federal Carla Zambelli (PSL-SP), mesmo antes de sua eleição, em 2018. Carla Zambelli não possuía carreira política e passou a ganhar visibilidade a partir de suas campanhas nas redes a favor do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT). O tema chegou a ser, inclusive, tema de um livro de autoria da deputada, que foi gerente de projetos em uma empresa. Carla acionou a mídia como forma de adquirir capital político e chegar até seu eleitorado, aproveitando-se de discussões em voga na agenda pública. Ainda, foi impulsionada, assim como outros candidatos e candidatas aliados/as ao então candidato Jair Bolsonaro, pelas temáticas que levaram à chegada da extrema-direita à Presidência, como corrupção, pauta de costumes,

entre outros. A parlamentar soube aproveitar tão bem a linguagem das novas mídias digitais que, no primeiro semestre de 2021, foi considerada a parlamentar mais influente nas redes sociais, conforme dados do FSBInfluência Congresso³¹. Todavia, vale lembrar que o campo político ainda possui suas especificidades e certa autonomia, especialmente, na política de bastidores, portanto, o campo midiático possui certas limitações em sua relação com os demais.

No livro “O colapso da democracia no Brasil: da constituição do golpe de 2016”, Miguel (2019) discute como os meios de comunicação e a midiaticização da política levaram à queda da Presidenta Dilma Rousseff e à perda de apoio político e popular em seu segundo mandato, culminando no impeachment em 2016. Desde as manifestações de junho de 2013, os protestos populares e escândalos de corrupção diariamente veiculados e associados à gestão do PT, o desgaste da política tradicional, bem como da imagem dos políticos tradicionais, assim como a da presidenta, tornaram-se “motivo” aparente para sua retirada do poder.

Algo que vai para além da política e que foi alertado por Lippmann (2010, p. 24), em sua obra “Opinião Pública”, publicada pela primeira vez em 1922: “Grandes homens, mesmo durante o período de suas vidas, são usualmente conhecidos pelo público somente através de uma personalidade fictícia”. Personalidade esta capaz de ganhar os holofotes midiáticos e povoar o imaginário social, algo ainda mais claro no processo de midiaticização.

Ao pensarmos nas últimas décadas e na velocidade das transformações impulsionadas pela Internet e sua popularização, tem-se a midiaticização como conceito importante. Apesar de ser um conceito em construção, as sociedades midiaticizadas apresentam características comuns, como os atravessamentos dos campos pela comunicação, algo que não é novo, mas que ganhou novos contornos com a ascensão da Internet. Além disso, há a possibilidade de o cidadão comum, antes distante dos centros de produção de informação e de sentidos, ser também produtor, crítico e disseminador de conteúdo (Braga, 2012). Para Muniz Sodré (2016, p. 109), a midiaticização é uma elaboração conceitual para abrigar uma nova orientação sobre a realidade, capaz de atravessar as relações sociais pela mídia, “constituindo - por meio

³¹ A pesquisa foi desenvolvida pelo Instituto FSB Pesquisa e mediu a performance dos parlamentares do Congresso, entre janeiro e julho de 2021 (Soares, 2021).

do desenvolvimento acelerado dos processos de convergência midiática - uma forma virtual ou simulativa de vida, a que damos o nome de *bios* midiático (ou *bios* virtual)”³².

No entanto, é válido salientar que esse processo não é determinado pela tecnologia e sua evolução, mas pela apropriação da mesma pelas pessoas nos mais diversos contextos sociais e históricos. Assim, o campo comunicacional e suas complexidades têm o ser humano como fator determinante, para além das máquinas. Nesse novo contexto, os novos circuitos comunicacionais abalam as estruturas dos campos sociais, os quais devem se adaptar à sua lógica e tentar reaver a legitimidade e poder (Braga, 2012; Fausto Neto, 2010; 2012).

No contexto de midiatização, o campo midiático apresenta-se como agente de mudança sociocultural, e a própria mídia confunde-se com outros processos sociais (Hjarvard, 2012). Nesse sentido, o pesquisador dinamarquês Stig Hjarvard (2012) aponta que a mídia se integrou de tal modo às rotinas das demais instituições e campos, que as atividades realizadas por eles passam pelos meios de comunicação massivos ou interativos. Assim, a midiatização caracteriza-se como um processo de “dupla face”, em que a mídia se coloca como uma instituição semi-independente na sociedade, à qual as demais devem se adaptar em maior ou menor grau, ao mesmo tempo em que oferecem os meios pelos quais os atores sociais e as instituições se comunicam. “A sociedade contemporânea está permeada pela mídia de tal maneira que ela não pode mais ser considerada como algo separado das instituições culturais e sociais” (Hjarvard, 2012, p. 54).

Há, ainda, autores que consideram que vivenciamos, na verdade, um processo de hipermidiatização, como Eliseo Verón (1997) e Mario Carlón (2016; 2017). Verón (1997) considera que a sociedade contemporânea já se encontra em um estado de hipermidiatização, devido ao caráter global do processo. Nesse aspecto, o conceito de hipermidiatização contribui para uma visão que não se baseia na interface entre a comunicação e os demais campos. Agora, a ambiência vivenciada evidencia o campo comunicacional como transdisciplinar, por observar os atravessamentos nos mais distintos campos sociais e nos mais diferentes níveis. É esse atravessamento que altera o jogo político, as formas de compreender e significar o mundo e coloca o campo comunicacional como fator relevante

³² Para Sodré (2015), o *bios* midiático refere-se a um novo tipo de gramática, uma nova forma de conectar e redefinir o comum.

nos desdobramentos dos processos vivenciados pela sociedade. Ou seja, torna-se impossível observar os fenômenos sociais sem ser à luz da comunicação e seus diferentes suportes.

Carlón (2016; 2017), por sua vez, considera que a sociedade contemporânea se organiza cada vez mais de acordo com o desempenho da mídia, sendo esse processo marcado pela ascensão da Internet e suas redes sociais *online* e a emergência da *Web 2.0*, vistas por muitos como atributos comunicacionais “horizontais”³³. No entanto, esse processo de (hiper)mediatização gera ainda mais tensão entre a mídia e os diferentes campos sociais, bem como, afeta a circulação das informações. Para o autor, experienciamos uma sociedade mais complexa do que a moderna e a pós-moderna, afinal, não há mais um sistema único de mídia – o dos meios de comunicação de massa –, mas a esse sistema foram adicionados outros, baseados nas redes de telefonia (como o *WhatsApp*) e de Internet (como as redes sociais *online Instagram, Facebook e Twitter*). Carlón (2017) reforça a presença dos novos enunciadores como marco desse momento, bem como a expansão de um novo tipo de circulação capaz de afetar os diferentes discursos e práticas sociais – a circulação hipermídia.

Carlón (2017) ainda argumenta que essa emergência das redes sociais digitais gera tensões com as mídias tradicionais, uma vez que não necessitam da legitimação dos meios massivos para se expressar publicamente, por serem também meios de comunicação. Para o autor argentino, isso ocorre também porque na contemporaneidade há um descontentamento e crescente desigualdade, gerando suspeitas e desconfiança sobre quem comunica e suas intenções, como também os profissionais e pessoas comuns tornam-se disseminadoras de conteúdo. Algo já discutido por Pierre Lévy (2008) e denominado como desintermediação.

Em uma visão ciberotimista, Lévy (2008) aponta que a intermediação tradicional, representada pelos meios de comunicação tradicionais e veículos jornalísticos de prestígio, passam a conviver com novas formas de intermediação, capilaridades relacionais, das inteligências associadas e hipertextos. Os novos processos partem dos próprios atores sociais e correspondem aos seus próprios interesses e necessidades.

³³ Devido à ascensão da Internet e sua possibilidade de comunicação e disseminação instantânea de informações, a comunicação neste ambiente passa a ser vista como “horizontal”, com fluxo constante entre receptores e emissores. Algo diferente do observado em meios de comunicação tradicionais, tidos como “verticais” e “assimétricos” e, conseqüentemente, como uma relação assimétrica de poder entre emissor e receptor (Carlón, 2016)

Até agora, o espaço público de comunicação era controlado através de intermediários institucionais que preenchiam uma função de filtragem e de difusão entre os autores e os consumidores de informação: estações de televisão, de rádio, jornais, editoras, gravadoras, escolas, etc. Ora, o surgimento do ciberespaço cria uma situação de desintermediação, cujas implicações políticas e culturais ainda não terminamos de avaliar. Quase todo mundo pode publicar um texto sem passar por uma editora nem pela redação de um jornal. O mesmo vale para todos os tipos de mensagens possíveis e imagináveis (programas de informática, jogos, música, filmes, etc.). Passa-se assim de uma situação de seleção a priori das mensagens atingindo o público a uma nova situação na qual o cibernauta pode escolher num conjunto mundial muito mais amplo e variado, não triado pelos intermediários tradicionais (Lévy, 2008, p. 45).

Para Lévy (2008), esse processo seria positivo, pois a informação torna-se mais rica, pela possibilidade de participação de novas vozes marginalizadas pelos veículos tradicionais, construindo o que ele considera como inteligência coletiva. O autor ainda chama a atenção para o fato de uma notícia não ser “verdadeira” só por estar na TV – veículo tradicional. Porém, há que se fazer ressalvas! Nos últimos anos e o boom das *fake news*, nota-se a relevância do jornalismo e veículos tradicionais, os quais fazem a apuração dos fatos e não simplesmente os compartilham sem qualquer tipo de verificação, conforme tem ocorrido na Internet e suas diversas plataformas de comunicação. Vale ressaltar que as notícias falsas têm interferido nos processos eleitorais e são usadas como ferramenta de campanha.

Os sites de redes sociais (SRS), como *Facebook*, *Twitter*, *YouTube* e outros, podem ser considerados como espaços de desintermediação, por propiciar que diferentes atores sociais e instituições possam dar voz às suas demandas, criticar e disseminar conteúdo. Os SRS criam

[...] uma rede em constante expansão de relacionamentos sociais caracterizada por graus variados de familiaridade, fragilidade e pela troca de conteúdo simbólico em múltiplos formatos e modalidades – mensagens, comentários, fotos, vídeos, feeds de notícias etc. – que é disponibilizado para outras pessoas com diversos graus de abertura e limite (Thompson, 2018, p. 21).

Contudo, Thompson (2018), em meio a essa sociedade cada vez mais midiaticizada emergente, alerta para as relações de poder existentes que interferem nesses processos de comunicação e interação e gera contradições, desde os meios de comunicação tradicionais também atingindo os digitais. As interações mediadas, de acordo com o autor, dependem de

organizações que controlam e disponibilizam, de acordo com certas condições, os meios de comunicação que permitem à interação ocorrer. Das empresas de telecomunicações, aos canais de rádio e TV, até as empresas de tecnologia, as quais desenvolvem as plataformas que hospedam as redes sociais *online*, essas organizações detêm o poder e nem todos os atores sociais ou organizações tornam-se visíveis nesses espaços, a depender de seus recursos (Thompson, 2018). Essas novas plataformas também passam a atuar como *gatekeepers* (Bastos, 2020), uma vez que essas empresas têm seus próprios interesses e preocupações e fornecem subsídios para o acúmulo de recursos – econômicos, simbólicos e informacionais –, o que inclui o controle de acesso aos canais e redes de comunicação (Thompson, 2018).

A midiaticização – ou hipermediaticização – e a popularização da Internet gera novos e diferentes circuitos comunicacionais, onde circulam as informações, incluindo os atores sociais/usuários da rede, meios de comunicação tradicionais e mídia digital. Nesse sentido, Carlón (2017) propõe quatro tipos de circulação: a) Ascendente/descendente, no qual uma notícia que emerge da mídia digital ganha visibilidade também nos veículos tradicionais. Como exemplo, tem-se o movimento #EleNão, contra o então candidato à Presidência Jair Bolsonaro, em 2018. O movimento começou nas redes sociais digitais, ganhou as ruas e os holofotes da imprensa. Ou ainda a própria forma de governar e transmitir informações, via *Twitter*, pelo presidente da República, e o anúncio, em 2021, de que o Brasil sediaria a Copa América. Fato que repercutiu nas redes e estampou matérias nas mídias tradicionais. Outro exemplo seria a repercussão do caso de importunação sexual sofrido pela deputada estadual por São Paulo, Isa Penna (PSOL), durante uma sessão Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), em dezembro de 2020 (Brandalise; Geraldo, 2021). Na ocasião, o deputado Fernando Cury (Cidadania) posicionou-se atrás da deputada e passou a mão na lateral do corpo da mesma. Mesmo com a sessão sendo transmitida na época – via *YouTube* e satélite para o estado de São Paulo –, o caso só ganhou repercussão após amplo debate nas redes sociais, incluindo as redes da própria deputada vítima da importunação. A campanha ganhou apoio de outras personalidades e entidades e até gerou um abaixo-assinado pedindo a cassação do mandato de Cury. Em 1º de abril de 2021, a Alesp votou pelo afastamento de 6 meses do deputado Fernando Cury (Brandalise; Geraldo, 2021).

b) Descendente/Ascendente: um fato é noticiado pela mídia tradicional, ganha as redes sociais e retorna a ser assunto nos veículos tradicionais. Um exemplo dessa

retroalimentação seria a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, iniciada em 2021 no Brasil, para investigar as falhas do Governo Federal no enfrentamento da pandemia, como a compra tardia de vacinas e recusa de contratos e acordos internacionais, falta de cilindros de oxigênio no Norte para os pacientes, recomendação do uso de medicamentos sem eficácia comprovada, como Cloroquina e Ivermectina, entre outros. A CPI está sendo transmitida pela TV Senado, em seu canal do *YouTube*, e, em alguns momentos, também é transmitida via *GloboNews*, *CNN Brasil* e *BandNews*. Os assuntos e polêmicas gerados pelos participantes da CPI, ganham as redes sociais e geram uma série de conteúdos sobre a mesma, retornando à mídia tradicional como pauta para jornais. Pauta também muito divulgada tanto pelos perfis nas redes sociais da base aliada ao governo, numa tentativa de deslegitimar o discurso, quanto da oposição, ressaltando as descobertas ao longo da CPI, com hashtags culpando e pedindo a saída do presidente.

c) Descendente/Horizontal: relaciona-se a quando os conteúdos dos meios massivos são discutidos e compartilhados nas redes. Com a popularização das redes sociais, qualquer fato noticiado pela mídia tradicional ganha imediata repercussão. Como exemplo, tem-se o caso de estupro da influenciadora digital Mariana Ferrer, sofrido em 2018, por André de Camargo Aranha, julgado em novembro de 2020. A agência de notícias *The Intercept Brasil* divulgou cenas da sentença do juiz. Mari Ferrer usa a mídia digital para desabafar sobre a violência sofrida e o fato repercute nas mídias tradicionais – o que se enquadra em circulação ascendente/descendente. No caso do julgamento, a agência de notícias divulgou a sentença e uma análise, na qual a associa com “estupro culposo”. O termo e toda a situação geraram revolta e foram discutidos na rede em larga escala, a partir das hashtags *#NãoExisteEstuproCulposo* e *#JustiçaPorMariFerrer*, entre outras. A situação vivenciada por Mari Ferrer ainda foi abraçada por diferentes deputadas e deputados, devido à repercussão popular, levando, inicialmente, ao Projeto de Lei 5096/2020, de autoria da deputada federal Lídice da Mata (PSB-BA), com relatoria da deputada federal Alice Portugal (PCdoB-BA), e coautoria de algumas das deputadas objeto deste estudo – Jandira Feghali (PCdoB-RJ), Joice Hasselmann (PSL-SP), Talíria Petrone (PSOL-RJ), Joenia Wapichana (REDE-RR), Tabata Amaral (PDT-SP), Luiza Erundina (PSOL-SP), Maria do Rosário (PT-RS) –, entre outras deputadas e deputados. Em novembro de 2021, o Projeto de Lei foi sancionado e a “Lei

Mariana Ferrer” (Lei n. 14245/2021) entrou em vigor, como forma de proteger vítimas e testemunhas em audiências de crimes de violência sexual.

d) Ascendente/ Horizontal: ocorre quando o conteúdo das redes não chega à mídia massiva. Um exemplo seriam as manifestações do dia 29 de maio de 2021, que, dentre as pautas levantadas, eram contra Bolsonaro e seu governo, pedindo, inclusive, seu impeachment. Ao observar as primeiras páginas dos maiores jornais do país no dia seguinte – 30/05/2021 –, nota-se que apenas a Folha de São Paulo noticiou as manifestações que ocorreram em todo o país. Os demais jornais ignoram o ato do dia 29 e noticiaram amenidades, como turismo, meio ambiente, entre outros³⁴. Nesse sentido, as coberturas realizadas pelas mídias independentes nas redes sociais *online* (*Facebook*, *Twitter* e *Instagram*), como Mídia Ninja, Jornalistas Livres e Brasil de Fato, deram a dimensão dos atos pelo país e visibilidade ao movimento. Ou seja, a maior parte das discussões sobre o acontecimento se deu nas redes e ganhou pouco ou nenhum espaço na mídia tradicional. Outro exemplo que traz à tona esses novos circuitos de circulação, foi a campanha “Como explicar?” promovida pela *Burger King*, em 2021, em referência ao Dia Internacional do Orgulho Gay, comemorado em 28 de junho (UOL, 2021). Nela, a franquia traz o dilema de como explicar a sigla LGBTQIAPN+ para crianças com enfoque na diversidade. A campanha, veiculada nas redes sociais da empresa, chegou a parar nos assuntos mais comentados do *Twitter* – *Trending Topics*. A repercussão foi tanto positiva quanto negativa nas redes sociais *online* e ganhou espaço nos veículos tradicionais também no meio digital. Dentre as pessoas que criticaram a campanha, está a deputada federal Carla Zambelli (PSL-SP), que disparou uma série de publicações em suas redes sociais (*Facebook*, *Instagram* e *Twitter*) descontruindo e atacando a propaganda feita pela *Burger King*, com dizeres como “deixem nossas crianças em paz, canalhas” e usando falas homofóbicas proferidas pelo próprio presidente Bolsonaro em outros momentos, quando o mesmo ainda era deputado (Zambelli, 2021).

Circulação também é um tema discutido por Braga (2012), quando o assunto é o processo de midiatização. Para o autor, o conceito de circulação é crucial para se compreender a própria midiatização. Se, antes, a circulação se dava num processo

³⁴ Análise feita pela jornalista Denise Assis (2021), no Brasil 247, intitulada “Os jornais impressos dão as costas para a história”, publicado em 30 de maio de 2021.

unidirecional emissor-mensagem-receptor, nos veículos de comunicação tradicionais, “com a percepção de que os receptores são ativos, a circulação passa a ser vista como o espaço do reconhecimento dos desvios produzidos pela apropriação” (Braga, 2012, p. 38). E a circulação ocorre em um fluxo contínuo, em que se quase impossível estabelecer a origem e o fim de uma informação. Conforme Braga (2012, p. 40), “nessas circunstâncias, já não é tão simples distinguir ‘pontos iniciais’ e ‘pontos de chegada’, produção e recepção como instâncias separadas”. E, nas redes sociais digitais, novos papéis sociais são conferidos a seus usuários, e o processo de circulação passa a interferir no próprio funcionamento e interação campo-campo e campo-sujeito. Algo que também contribui para que a esfera de legitimidade dos campos sociais esteja constantemente em risco.

Isso pode ocorrer porque todos os campos sociais, na sociedade em midiatização, parecem estar mais atrelados a necessidades de interação ‘externa, mesmo à custa de não poder impor suas próprias lógicas para dizer ‘suas coisas’. [...] Mesmo quando tais processos de circulação encontram uma recusa crítica por parte dos grupos definidores e controladores das ‘lógicas do campo’ (no estado atual do jogo de forças), o capital social anteriormente acumulado por aqueles agentes, complementado pelos capitais da ‘aceitação externa’, modifica as relações de forças internas (Braga, 2012, p. 45-46).

Ainda a interação no contexto informático, como aponta Primo (2000), aproxima-se daquela interpessoal. O fluxo linear estudado pelas teorias da comunicação, dá lugar ao interesse pela interação, conferindo destaque à dinamicidade do processo, no qual todos os participantes possuem papel ativo. Se tomarmos as redes sociais como exemplo desse processo, nelas, pessoas comuns e celebridades podem interagir e manter contato – mesmo que, na maioria das vezes, esse contato seja entre o usuário e a equipe da pessoa seguida (Gomes; Maia; Marques, 2011). Algo que marcou as eleições de 2016 e 2018, motivado, especialmente, pelo pouco tempo de mídia tradicional para os candidatos, como também pela desintermediação propiciada pela Internet, a qual conecta perfeitamente com o discurso anti-establishment encabeçado por alguns políticos como Jair Bolsonaro, eleito presidente, e Romeu Zema, eleito governador de Minas Gerais, em 2018. Enquanto os “mesmos políticos de sempre”, como afirma Zema, recorrem à mídia tradicional e aparatos sofisticados de campanha e propaganda política, os políticos antissistema recorrem às redes - conhecidas

pelo senso comum como espaço democrático e horizontal – para propagar suas ideias e angariar eleitores.

Por todas as discussões levantadas anteriormente, pode-se depreender que o campo comunicacional é muito mais do que um mediador entre a mensagem e o seu público, mas também, como aponta Bourdieu, (1997; 1989), é um campo de disputas e poder, em especial, devido a sua capacidade de interferir nos processos sociais e a sua participação na construção da realidade e do conhecimento, do conformismo lógico³⁵.

Nesse sentido, Noam Chomsky (2015) aponta como os meios de comunicação têm grande relevância na fabricação do consenso e na própria democracia. Chomsky (2015) discute dois tipos de democracia relacionadas à informação.

Uma delas considera que uma sociedade democrática é aquela em que o povo dispõe de condições de participar de maneira significativa na condução de seus assuntos pessoais e na qual os canais de informação são acessíveis e livres. Se você consultar no dicionário o verbete ‘democracia’ encontrará uma definição parecida com essa. Outra concepção de democracia é aquela que considera que o povo deve ser impedido de conduzir seus assuntos pessoais e os canais de informação devem ser estreita e rigidamente controlados (Chomsky, 2015, p. 6).

Para ele, os meios de comunicação tendem a representar e transmitir ideias e valores de seus donos, um poder centrado na mão de uma minoria, que tende a trazer ao público uma narrativa unificada em torno da realidade, reforçando e mantendo o status vigente. Algo que acontece também na mídia brasileira, a qual se mostra atrelada aos interesses do capital e da elite e pouco contribui para a diversidade e democracia. O monitor internacional *Media Ownership Monitor* (GMR, [ca. 2023]), em parceria com o coletivo jornalístico brasileiro Intervozes, mapeia, a partir dos veículos mais populares - também mais influentes na opinião pública -, os grupos que controlam a mídia no Brasil (Intervozes, [2021?]). De acordo com o levantamento, a mídia brasileira dispara alerta vermelho, uma vez que há uma grande concentração de audiência e propriedade, além da falta de transparência dos veículos e interferências de outros campos e instituições, como as religiosas, políticas e econômicas. E,

³⁵ O conformismo lógico ocorre quando há uma concepção homogênea da realidade, das relações de tempo e espaço e torna possível a concordância entre os indivíduos, constituindo, assim, o conceito de ideologia. “A ideologia não aparece e não se assume como tal, e é deste desconhecimento que lhe vem a sua eficácia simbólica” (Bourdieu, 1989, p. 48).

como aponta Miguel (2019, p. 121), “quanto mais enviesada é esta representação, pior a qualidade da mídia - e da democracia”.

Foram 50 veículos analisados nos segmentos de TV, rádio, impresso e *online*, sendo eles, propriedade de 26 grupos de comunicação – 11 redes de TV, 9 de TV aberta e 2 de canais por assinatura; 12 redes de rádio; 17 veículos de mídia impressa - jornais diários e revistas semanais; e 10 veículos *online*. Todos os 26 grupos empresariais possuem mais de um tipo de mídia e 16 deles também englobam outros negócios no setor – produtoras de filmes, editoras, agências de publicidade, TV a cabo, entre outras modalidades, sendo isso uma prática proibida pela Constituição brasileira. Além disso, dos 50 veículos pesquisados, nove são de propriedade de entidades religiosas cristãs, sendo que cinco veiculam em todo o seu conteúdo valores religiosos específicos.

Dos veículos observados, nove pertencem ao Grupo Globo, cinco ao Grupo Bandeirantes, cinco a Edir Macedo (Grupo Record e IURD - Igreja Universal do Reino de Deus), quatro do grupo regional RBS do Rio Grande do Sul, três do Grupo Folha; dois do Grupo Estadão, dois do Grupo Abril e dois do Grupo Editorial Sempre/Grupo SADA. Demais grupos, como o pertencente a Silvio Santos, possui pelo menos um meio de comunicação cada. Outra prática ilegal do setor no país é a própria concessão para políticos. De acordo com levantamento realizado em 2018, pelo coletivo Intervezes (2018), o Brasil conta com poucas leis e normas que regulam a mídia. O artigo 54 da Constituição Federal de 1988 proíbe que deputados federais e senadores sejam donos de emissoras de TV e rádio. No entanto, segundo dados do levantamento realizado em cidades com população acima de 100 mil habitantes, 34 candidatos em 2018 possuíam canais de TV e rádio. Na época, os donos de mídias concorriam aos cargos de deputado federal – 11 políticos –, senador – 6 políticos–, 16 para deputado estadual e um para o governo estadual. 16 deles tentavam a reeleição. Se a mídia hegemônica é comandada por um grupo restrito de atores sociais, a solução e o espaço encontrado são as redes sociais, conforme discutido anteriormente.

A Internet e, mais especificamente, as mídias sociais aparecem como arena na qual disputam visibilidade e atenção do público atores midiáticos tradicionais, a esfera política e a sociedade civil, potencialmente reduzindo a assimetria de poder derivada do oligopólio midiático no Brasil (Alves, 2018, p. 204).

A possibilidade de interação e comunicação pela Internet fez com que houvesse uma maior fragmentação e segmentação do público espectador/receptor, aumentando a diversidade de vozes, muita das vezes à margem de todo o processo comunicacional, sendo ainda uma plataforma de baixo custo, capaz de atingir um grande número de pessoas. Contudo, vale ressaltar que, em pesquisa recente, Marcelo Alves (2018) discute que a Internet, com todas suas potencialidades, teve pouco ou nenhum impacto na redistribuição de poder e visibilidade, já que a elite política e midiática existente possui mais recursos e maior capital social para apropriar-se das plataformas digitais e legitimar comportamentos, repetindo a própria dinâmica dos meios tradicionais de comunicação. A condição de qualquer ator social tornar-se grande no meio virtual, em termos numéricos, é muito pequena. Para o autor, a Internet apenas reproduz a desigualdade de produção e circulação de conteúdo e informações já existentes na grande mídia, conforme também apontado por Thompson (2018). E, como reflete Gomes (2004), o cenário atual da interface mídia e política torna-se ainda mais complexo, conforme veremos a seguir.

4.2 MIDIATIZAÇÃO DA POLÍTICA

A comunicação é atravessada pela política e o fazer comunicacional, uma vez que permite a organização das demandas dos grupos para um determinado fim, também faz parte do fazer política. Ao mesmo tempo, é impossível se pensar no campo político isolado do campo comunicacional, que confere a ele visibilidade, legitimidade e funciona como canal entre políticos e não-políticos, sendo um espaço de construção da cidadania. Outrossim, os meios de comunicação participam da construção do conhecimento, da conformação da realidade, do processo de socialização e formação do indivíduo, conforme discutido. Os meios de comunicação são, portanto, meios de produção subordinados ao desenvolvimento histórico, não meros “transmissores” (Williams, 2011).

Os atravessamentos entre comunicação e política foram se modificando a partir do surgimento dos novos suportes comunicacionais. A interação de co-presença (Thompson, 2008) passou a conviver com outros meios que potencializaram a mensagem, fazendo com que ela chegasse a um número grande de receptores em tempos e espaços distantes dos de produção. Com a chegada dos meios de comunicação de massa, rádio e, especialmente, TV,

o agente político e os aspirantes ao campo passaram a se transformar em verdadeiros atores, como um produto a ser vendido para o público espectador, no caso da política, para o eleitorado (Schwartzberg, 1977; Santos, 2020; Thompson, 2008). O que, por um lado, possibilitou o aumento da audiência, por outro, contribuiu para o crescente personalismo político, desde a imprensa aos suportes mais recentes.

Schwartzberg (1977), em seu livro “O Estado Espetáculo”, escreve que, por meio da mídia, o poder assume um rosto: o rosto do dirigente. Além disso, o autor faz um sobrevoo sobre o uso dos suportes comunicacionais, como rádio e TV, na comunicação política.

Os dirigentes se adaptam agora à ‘mediapolítica’, à política tal como a degradaram os meios de comunicação de massa. Pois são estes, em grande parte, os responsáveis pelo nefasto desenvolvimento do star system em política. É o novo imperativo: ser ‘mediagênico’, saber extrair o máximo proveito dos meios de comunicação de massa, [...] (Schwartzberg, 1977, p. 167).

O autor aponta que, desde a Antiguidade até o século XV, a comunicação pela voz e pelos gestos era o meio mais comum de expressão. Contudo, essa comunicação estava restrita à co-presença. Ou seja, o orador deveria ocupar o mesmo espaço de seus receptores.

Ainda, vivenciamos uma era de reprodutibilidade técnica jamais vista anteriormente. Como preconizada por Benjamin (1996), em sua obra “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”, publicada em 1935, a imagem poderia atuar de forma também política. Segundo Benjamin (1996, p. 184), “[...] a crise da democracia pode ser interpretada como uma crise nas condições de exposição do político profissional. [...] Esse fenômeno determina um novo processo de seleção, uma seleção diante do aparelho, do qual emergem, como vencedores, o campeão, o astro e o ditador”.

Os novos suportes introduziram outros fatores que passaram a influenciar a percepção do público, como a entonação de voz e a aparência. Assim, se antes, os concidadãos discutiam em ágoras, a imprensa passou a levar a mensagem a um número maior de receptores. O rádio e sua ascensão na década de 1930, por sua vez, contribuiu ainda mais para a personalização do poder, já que o líder atraía a simpatia, confiança ou repulsa do ouvinte, através da voz. Outro ponto a favor do rádio é o fato do mesmo vencer a barreira da leitura imposta pela comunicação dos jornais impressos. Sem esse suporte comunicativo, por exemplo, Hitler e o totalitarismo não teriam o mesmo impacto. Associada ao contexto da época, a disseminação

da mensagem pelas rádios transformou a Alemanha de Hitler e fortaleceu a disseminação das ideias nazistas e do próprio regime (Levitsky; Ziblatt, 2018; Santos, 2020).

O surgimento da televisão e seu papel de destaque como fonte de informação, a partir da década de 1950, trouxe um novo elemento à interface comunicação e política: a imagem. Se, com o rádio, o eleitor prestava atenção às mensagens debatidas; com união entre áudio e vídeo, novos sentidos, sentimentos e sensações são acionados nos processos de recepção e decodificação da mensagem. O corpo, a roupa e os acessórios, a forma de falar e de gesticular e a postura, passaram igualmente a fazer parte da mensagem e do julgamento dos espectadores. A imagem habita mais facilmente a memória e o discurso que a acompanha.

No audiovisual, desponta a quarta dimensão da personagem, justamente, pelo fato da imagem somada à mensagem direcionar-se ao inconsciente do receptor. Dessa forma, “desperta, no plano do afetivo, uma atração ou uma repulsão cujas razões ele mal distingue, limitando-se a declarar respeito deste ou daquele líder: ‘ele tem classe’; ‘parece simpático’; ou ‘tem um ar dissimulado’” (Schwartzberg, 1977, p. 194).

A TV foi, e ainda é, um dos principais veículos de comunicação, sendo o principal esteio da “mídiapolítica”. Os efeitos visuais e emocionais da TV valorizam mais ainda a personalidade do candidato, contribuindo para o personalismo. Ou seja, a imagem do agente político se sobressai para o público, mais do que o partido e o próprio programa de governo apresentados. O ator político, nesse contexto, prepara-se para a campanha mediada, para a comunicação mediada, e transforma-se em uma espécie de ator, que objetiva encantar mais do que argumentar; induzir a escolha de uma imagem, não de uma ideologia, esvaziando-se das complexidades. “A imagem, portanto, serve de rótulo. Indica as características – reais ou supostas –, as performances deste ou daquele ‘produto’ ou ‘marca’ políticos” (Schwartzberg, 1977, p. 12).

A TV, entretanto, tem a limitação da interação. Emissor e receptor não têm uma interação instantânea por não compartilharem o mesmo tempo e espaço e, mesmo se o programa for ao vivo, a imagem veiculada passa pelo crivo da mídia, na qual nem todos têm a possibilidade de aparecer em primeiro plano. Ou seja, por mais que a imagem aproxime, a presença e dificuldade de resposta afastam. Essa comunicação assimétrica e tida como “vertical”, conforme discutido anteriormente, fez com que a emergência das redes *online* conferisse a possibilidade de voz e visibilidade a grupos e pessoas antes marginalizadas pela

grande mídia. E, por outro lado, esses grupos e pessoas também sofrem com os ataques e discursos de ódio³⁶ virtuais. Para Luiz Trindade (2022), o discurso de ódio, devido aos avanços das redes sociais digitais e sua forte presença na vida das pessoas, migra para as plataformas digitais. Redes sociais, como *Twitter*, *Facebook* e *Instagram*, tornaram-se uma arena que permite a qualquer pessoa proferir seus discursos de ódio, racistas, misóginos e discriminatórios, para um público muito amplo e instantaneamente. E essas ações não se distanciam da prática no mundo offline, apenas espelham e replicam as crenças, ideologias e atitudes (Trindade, 2022).

Os autores, como Schwartzberg (1977), não se depararam com as transformações geradas pela popularização do acesso à Internet. As redes sociais, por exemplo, geram a sensação de proximidade entre eleitor e ator político, trazendo muito do Estado espetáculo e mimetizando a interação face a face. Por outro lado, o meio digital pede outras ferramentas de interpretação que, geralmente, não exigem muito dos usuários, já que possui um mix das demais mídias que o antecederam, as quais acionam som, escrita, audiovisual e tantas outras possibilidades. Há, assim, com a mídia digital, uma continuidade da relevância da imagem sobre o conteúdo, a imagem/personagem adotada pelo candidato sobrepondo-se ao próprio programa ou partido. Em suma, o ator político adota uma persona, um personagem para se apresentar diante de seu público. Contudo, vale lembrar que o personagem adotado nem sempre condiz com a realidade, mas com as intenções perante o público. Personagem este que deve ser sustentado por uma questão de coerência, para evitar uma ruptura brutal e não gerar certo estranhamento e perda de apoio do seu público-alvo, neste caso, dos eleitores. O ator político passa a ser, igualmente, prisioneiro da própria imagem construída. (Schwartzberg, 1977).

Nesse sentido, a ideia de um personagem que simplifique, em sua imagem, as demandas do eleitorado e reúna as temáticas fortes de um determinado período, dialoga com a proposta de Democracia de Público, de Bernard Manin (1995). Para o autor, após a década de 1970, os resultados de uma eleição passaram a ser imprevisíveis, mesmo que as condições econômicas se mantenham. Isso se dá pelo fato de a decisão de voto relacionar-se à

³⁶ Para o sociólogo brasileiro Trindade (2022), o discurso de ódio “se caracteriza pelas manifestações de pensamentos, valores e ideologias que visam inferiorizar, desacreditar e humilhar uma pessoa ou um grupo social, em função de características como gênero, orientação sexual, filiação religiosa, raça, lugar de origem ou classe” (Trindade, 2022, p. 17).

personalidade dos candidatos. Esse modelo baseia-se no caráter pessoal na relação de representação, em que os candidatos se comunicam diretamente com seus eleitores através dos meios de comunicação, dispensando a mediação do partido. Com a popularização dos meios de comunicação de massa, em especial da TV, seria um dos fatores que desencadearam o aparecimento desse tipo de democracia. A mídia torna-se o principal palco para a disputa política (Leal; Vieira, 2009).

Retomando os sistemas representativos propostos por Manin (1995), há uma divisão em três tipos ideais, sendo eles: Parlamentar, Democracia de Partido e Democracia de Público. No primeiro, há uma relação de confiança entre representantes e representados, havendo uma proximidade entre eles a partir de laços pré-estabelecidos. As eleições, no sistema parlamentar, selecionam um tipo característico de elite: os notáveis. Após eleitos, os representantes podem decidir de acordo com seu próprio julgamento, não havendo a necessidade de seguir o desejo daqueles os quais representa. Isso se dá pelo fato de os representantes não serem considerados porta-vozes de seus representados e sim seus homens de confiança.

No segundo tipo proposto, a democracia de partido, o voto é concedido a um candidato que leve consigo as bandeiras de um dado partido. Esse sistema emerge a partir do aumento do número de eleitores devido à extensão do direito ao voto, método que torna praticamente impossível manter as relações pessoais entre representantes e eleitorado. A representação passa a ser um reflexo da identidade e estrutura social. O que, de certo modo, gera uma estabilidade eleitoral e fidelização. Ainda, nesse segundo modelo os representantes não são mais livres para tomar decisões baseadas nos julgamentos pessoais, mas sim, seguem as indicações do partido pelo qual se elegeu.

No terceiro e último tipo, democracia de público, os resultados passaram a variar de uma eleição para a outra, mesmo que as condições socioeconômicas se mantivessem inalteradas. A mudança na postura do eleitorado, reflete a personalidade apresentada por cada candidato. A democracia de público aproxima-se do sistema parlamentar ao se basear no caráter pessoal. Nesse modelo, os candidatos se comunicam diretamente com seus representados utilizando os meios de comunicação, o que, de certo modo, dispensaria a mediação partidária.

Manin (2013), em escrita mais recente, atualiza a própria noção de democracia de público a partir das novas perspectivas. Quanto aos partidos, o autor reconhece a recorrente insatisfação com os partidos por parte dos eleitores, bem como, os próprios partidos como instâncias multifacetadas, capazes de fazer diversas coisas e atuar em diferentes arenas, para além daquelas visibilizadas pela mídia, como organizar o trabalho de legislaturas e governos, por exemplo. Nesse sentido, Manin (2013) aponta que uma redução de capacidades em uma área de atuação, não implica, necessariamente, em um declínio em sua atuação como um todo. O autor afirma que os partidos, ao contrário do que possa ter sido compreendido, não se tornaram algo obsoletos. Outro ponto interessante destacado, a partir da análise mais recente das diferentes democracias, é que os “eleitores flutuantes” – referente aos eleitores que votam dependendo do cenário no momento das eleições – alternam-se entre votar, não votar ou se decidem no momento da eleição; ou em votar entre parceiros de coalizão, o que confere maior respaldo à hipótese de que os eleitores tendem a votar em partidos que não se distanciam tanto em suas posições. Por mais que muitos não sejam fiéis a um dado partido, ainda há um número significativo de pessoas que continuam o apoio. Para além, Manin (2013) destaca duas áreas em que os partidos continuam a ser atores centrais: política parlamentar e campanhas eleitorais.

De acordo com esse modelo proposto por Manin em 1995, a eleição é influenciada pela imagem, seja do candidato, seja do partido/instituição que representa. A imagem simplifica e impõe um custo mínimo ao eleitorado, levando o cenário eleitoral a uma instabilidade, com aumento dos eleitores flutuantes e diminuição da identificação partidária. No Brasil, há uma crescente valorização do candidato em detrimento do partido, em que as discussões giram em torno dos atributos pessoais, como aparência, idade, religião, entre outros (Leal; Vieira, 2009). O fenômeno do personalismo na política, no entanto, é complexo, pois os líderes trazem uma carga ideológica, que serve como atalho cognitivo para os eleitores, do mesmo modo em que os próprios partidos alimentam o personalismo, como forma de conquistar o poder e crescer politicamente, como foi o caso de Bolsonaro e sua filiação ao PSL nas disputas de 2018, ou Zema (Novo), em Minas, no mesmo ano (Santos, 2020). Esse fenômeno ainda permanece, na atualização feita pelo próprio Manin, em 2013, e pode ser exemplificado nas últimas eleições. No entanto, “os partidos se adaptaram a essa tendência e à maior importância dos meios de comunicação que a impulsiona. Em

consequência, as eleições parlamentares se tornaram personalizadas, mas permaneceram partidárias” (Manin, 2013). E, no caso das eleições parlamentares, os partidos são as principais forças que formam as opções apresentadas ao eleitorado. Ou seja, quando um representante é eleito, o mapa cognitivo, a imagem eleita foi construída, basicamente, pelos partidos políticos. De outro modo, para o agente político permanecer em um determinado grupo ou partido é o modo mais seguro de ser novamente escolhido como candidato por ele (Manin, 2013).

O segundo fator elencado como fator de demonstração de força partidária são as campanhas. Nesse sentido, percebe-se uma profissionalização cada vez maior das mesmas, não só durante os períodos eleitorais, mas também na aplicação de pesquisas de opinião, levantamentos e grupos focais, para se conhecer melhor o público-alvo e seus interesses. Em um contexto de erosão de fidelidades, os partidos passam a se adaptar e, à medida que o núcleo encolhe, cada partido político busca apoio em outro lugar e valoriza mais certos objetivos, como a “pureza ideológica”. Se o apoio é reduzido em um sentido, por outro lado, há também um eleitorado “disponível” em potencial, de acordo com Manin (2013).

Em termos gerais, os partidos têm de mobilizar cidadãos em cada ocasião de voto, tanto os levando - às vezes literalmente - aos locais de votação, quanto atraindo a atenção e o interesse deles a cada vez. Ao passo que os fiéis tradicionais a partidos votariam em ‘seu’ partido a menos que tivessem um motivo para não fazê-lo, o encargo da motivação mudou para eleitores desvinculados: eles não votariam no mesmo partido em eleições sucessivas, ou se absteriam de votar, a menos que fossem motivados a agir de outra forma (Manin, 2013).

Na atualização, Manin (2013) diferencia, portanto, democracia de público e democracia de partido não pelo fato de os partidos políticos terem se tornado obsoletos. Para ele, a democracia de partido é uma forma de governo representativo em que os partidos são unidades básicas e fundamentais da vida pública, refletindo clivagens sociais, econômicas e culturais duradouras do contexto em que se inserem, o que garante a relação duradoura entre os atores sociais e os partidos. Por outro lado, na democracia de público, os partidos são decisivos sim, contudo não são dotados de uma identidade coletiva bem definida, o que faz com que eles tenham de buscar apoio eleição a eleição de seus eleitores. Ambas as

participações se estendem para além dos períodos eleitorais, algo que pode ser observado em 2021 pelas constantes manifestações pró-governo e contra.

A cientista política Martins (2019), ao observar a política brasileira, acredita que a democracia de público ganha força com a redemocratização do país, em especial pelo fim da censura e profissionalização do marketing político, tendo com um dos maiores exemplos a campanha de Fernando Collor (PRN), eleito presidente, em 1989, mesmo se candidatando por um partido nanico na época. Esse sistema mostra-se presente também na polarização que durou décadas entre PT e PSDB, conforme observado pela pesquisadora. E, ao observar o passado da política brasileira, o clientelismo³⁷ desde o período do coronelismo³⁸, por exemplo, a autora reconhece que a democracia de partido jamais existiu no caso do Brasil. Martins (2019) aponta que na nossa política nunca houve um forte vínculo entre partido e eleitores, o que favoreceu desde sempre a democracia de público e o personalismo.

Nesse sentido, é antiga a tendência – por parte dos eleitores – de pensar a dimensão política como uma extensão dessas relações pessoais e de votar mediante a troca de favores e fidelidade a um indivíduo, bem como havia interesse do campo político de se manter em um jogo no qual fosse mais fácil haver algum modo de controle (Martins, 2019, p. 43).

Como na maioria das poliarquias contemporâneas, o Brasil apresenta uma mistura de “Democracia de Partido” e “Democracia de Público”. Após o período ditatorial vivido pelo país, “as siglas da nova democracia foram sendo construídas, simultaneamente, à democracia de público. Aqui, as funções partidárias não são simplesmente modificadas, mas passam a existir de acordo com o contexto mais imediato” (Martins, 2019, p. 46).

³⁷ Clientelismo caracteriza-se por uma política baseada na troca entre políticos e eleitorado ou políticos e políticos, desde ofertas de cargos públicos e apoio político a vagas de emprego e algum tipo de benefício em troca do voto ou apoio (Demetrio, 2023).

³⁸ A prática do coronelismo tem sua origem na formação das grandes propriedades, desde o período do Brasil colônia. Os proprietários de terras, conhecidos como “homens bons”, também eram aqueles que poderiam compor as câmaras municipais, bem como ter a posse dos meios de produção e do trabalho. Seu poder se estendia do âmbito privado ao público (Carone, 1971). Com a Proclamação da República, no fim do século XIX, e a possibilidade de eleições pelo voto popular, os grandes proprietários de terras aproximaram-se das estruturas do Estado para garantir votos em troca de favores. De um lado, políticos recorriam aos ‘coronéis’ para angariar votos e se elegerem, do outro lado, os coronéis garantiam o apoio dos políticos para alcançar cargos públicos e benefícios importantes. (Demetrio, 2023).

Desse modo, a constante interface mídia-política torna-se cenário favorável ao personalismo crescente, uma vez que os *media* contribuem para as transformações no campo político, alterando sua lógica e estabelecendo novas relações entre eleitores e políticos. Tal processo gera certa instabilidade eleitoral, uma vez que as decisões de voto tendem a variar de uma eleição para a outra, de um cargo para o outro (Miguel, 2003). Passamos de um sistema representativo baseado na relação direta entre representante e representado e/ou mediada pelos partidos políticos e correligionários, para um sistema no qual a mídia torna-se palco para as disputas eleitorais, tendo os candidatos como espécie de vedetes da política (Manin, 1995; Schwartzberg, 1977; Martins, 2019). Como também, a mídia digital também tende a fortalecer os traços do personalismo, já que o próprio político cria seus canais de contato com o eleitor/seguuidor e busca formas de aproximação, principalmente, através da utilização das redes sociais (Santos, 2020). Desse modo, as redes sociais retomam o caráter face a face da comunicação, do mesmo modo, fortalecem o fenômeno da desintermediação.

Assim, o personalismo contribui para que as impressões geradas em outros campos da vida, passem a influenciar na decisão do voto, sendo um caminho mais econômico e menos custoso para o eleitor. Ou seja, o personalismo torna-se um critério mais econômico, pois aproxima as informações aos estereótipos já existentes (Leal; Vieira, 2009). Contudo, se a tendência a um forte personalismo é crescente numa sociedade tanto massiva quanto midiaticizada, é importante fazer uma ressalva de que tais lideranças estão atreladas ao funcionamento das instituições políticas, mesmo que estas tenham uma posição secundária (Miguel, 2003).

Essa interferência dos meios de comunicação nos processos sociais, como nas escolhas e debates políticos, afetou o Brasil em diferentes momentos ao longo da República. Luís Felipe Miguel (2019) aponta que para que possamos compreender a crise de ordem política e democrática, vivenciada nas últimas décadas, é crucial observar a posição da mídia tradicional. Nesse sentido, não é apenas compreender o comportamento que culminou, por exemplo, no impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT), em 2016, e chegada ao poder de Jair Bolsonaro, em 2018. É preciso compreender o lugar e o papel que os meios de comunicação ocupam no próprio sistema político brasileiro e como, a partir disso, é possível desempenhar um papel que atinja as próprias práticas democráticas. Miguel (2019) critica a forma como a Ciência Política ignora esse papel da mídia ou, no máximo, a relega como um

fator secundário de influência. Se há um descaso, por parte da Ciência Política, por outro lado, os atores políticos demonstram uma preocupação excessiva com a visibilidade pública.

Ainda que hoje esteja disseminada a crítica aos ideais canônicos de imparcialidade, neutralidade e objetividade jornalísticas, eles continuam centrais na produção da legitimidade da mídia diante do público; na verdade, até mais centrais, diante da ameaça representada pela emergência de circuitos alternativos de disseminação da informação, baseados nas novas tecnologias (Miguel, 2019, p. 120).

As escolhas feitas pelo campo jornalístico delimitam as fronteiras entre o certo e o errado, especialmente, quando confere visibilidade a certos fatos e silencia outros, ou ainda quando determina quais são “os dois lados” de uma notícia. E pensando na interferência na política e seus atravessamentos e implicações, vale discutir que mídia produz o ambiente público - a opinião pública - a respeito das discussões políticas, na medida em que atua como um sistema que agenda os temas a ganharem visibilidade, os atores sociais dignos de atenção e os elementos que geram o enquadramento a respeito de um acontecimento (Miguel, 2019). E, ao sobrevoar a história da polícia brasileira, há diferentes momentos em que a mídia participa do cenário político e sua interpretação pelo público e “usa seu poder de influência para manter o jogo político dentro de determinados limites, reduzindo as alternativas factíveis para os representantes, e intervém nos processos eleitorais” (Miguel, 2019, p. 125).

Na década de 30, discute-se se a Revolução de 1930 teria acontecido sem o concurso dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, após a derrota nas eleições presidenciais da sua chapa preferida composta pela Aliança Nacional. Após a perda, os jornais de Chateaubriand - principalmente, a revista O Cruzeiro - atuam de forma importante na dramatização do assassinato de João Pessoa, candidato a vice de Getúlio Vargas. Esse movimento fez com que aumentasse o clima favorável à revolução. Anos depois, em 1954, o mesmo Getúlio Vargas comete suicídio também por pressão midiática, e em 1964, a mesma mídia contribuiu para a deposição de João Goulart e início da Ditadura Militar no país.

Em 1989, durante o processo de redemocratização e primeiras eleições presidenciais pós-ditadura, tivemos a fatídica interferência da mídia, em especial, da Rede Globo, na vitória de Fernando Collor em cima de Luís Inácio Lula Silva.

A campanha da Globo culminou na edição do último debate entre Collor e Lula, no Jornal Nacional. Hoje, até o discurso oficial da emissora reconhece a intenção manipulativa da edição, ainda que jogue a responsabilidade sobre alguns funcionários, não sob a direção da empresa (Miguel, 2019, p. 126).

No mesmo momento, nota-se, no Brasil, uma maior profissionalização das campanhas com inserção de profissionais e uso estratégico do marketing e propaganda eleitoral, sendo o início do Horário Eleitoral, também demarcado como o início das campanhas (Albuquerque; Dias, 2002; Aldé; Borba, 2016; Oliveira, 2004; Panke; Cervi, 2011; Santos, 2020).

No entanto, a gestão corrupta e fracassada que culminou na renúncia de Collor da Presidência, após o pedido de impeachment dele, fez com que a mídia assumisse uma postura mais cautelosa com relação à promoção aberta de um determinado candidato. Em 1994, não houve promoção explícita da candidatura à Presidência de Fernando Henrique Cardoso, em seu lugar, os meios de comunicação passaram a sustentar o discurso em prol do Plano Real, capaz de conter a inflação da época, elaborado por FHC e lançado durante o governo de Itamar Franco. “Portanto, de 1982 a 2002 temos um padrão evolutivo, em que formas mais abertas de intervenção políticas são substituídas por formas mais veladas: uma narrativa civilizatória” (Miguel, 2019, p. 129).

Nas campanhas, após a vitória do presidente Lula, de 2006, 2010 e 2014 cresceu o engajamento eleitoral e, não só a Globo, mas todos os principais veículos de comunicação passaram a adotar uma postura menos cautelosa no que diz respeito ao envolvimento político dos mesmos.

Em 2016, outro fator ganha força na forma de interação entre políticos e eleitores: as redes sociais *online*. Com as reformas eleitorais que reduziram não só o tempo de campanha, como a duração das mesmas nas principais mídias, os atores políticos e candidatos com menor tempo de rádio e TV vão para as redes como forma de atingir e conquistar os eleitores (Santos *et al.*, 2018; Santos, 2020). Nesse sentido, há não só uma hibridização entre os meios massivos e digitais, como também uma concorrência entre eles. Algo observado também nas campanhas estadunidenses, desde a vitória de Barack Obama, em 2008 (Gomes; Maia; Marques, 2011), e incorporado por outros países em decorrência da americanização da

política, visto como um processo de “modernização” e profissionalização das campanhas³⁹ (Leal; Vieira, 2009).

A Internet insere os fatores interação e participação e, se a TV constrói imagens frente ao público espectador, sem propiciar contato direto e interação em tempo real, as redes sociais *online* suprem essas lacunas e proporcionam um maior contato entre políticos e eleitores (Gomes; Maia; Marques, 2011). Outra funcionalidade da Web é a disseminação de informações com enquadramento próprio, as novas tecnologias da informação permitem que os políticos conversem diretamente com a população e ainda controlem o conteúdo e dose as informações veiculadas, de certo modo (Iasulaitis; Nebot, 2013).

Ademais, os meios tradicionais tendem a reforçar e contribuir para oportunidades desiguais de participação e visibilidade de grupos minoritários, como as mulheres (Thurler, 2017) e, nesse contexto, as redes *online* também emergem como possibilidade de mobilização. Redes sociais que se destacam no número cada vez maior de usuários. O *Twitter*, por exemplo, atingiu a marca, em 2020, de mais de 14 milhões de brasileiros cadastrados, sendo a quarta audiência no mundo mais engajada e ativa (Mohsin, 2020).

E, se a Internet traz espaços para além do controle dos veículos tradicionais de comunicação, permitindo uma pluralidade de vozes, também é o mesmo espaço que, nos últimos anos, tem colaborado para a emergência de discursos de ódio, desinformação e distribuição de *fake news*. Termo este que marca uma era na qual diferentes pesquisadores conceituam como “pós-verdade”.

Segundo relatório do Edelman Trust Barometer de 2018, mais de 63% da população mundial - e de 67% da brasileira - tem dificuldade em diferenciar o bom jornalismo de rumores e mentiras. Em janeiro deste ano, foi publicado o resultado de uma pesquisa feita pela Ideia BigData afirmando que 45% dos entrevistados no Brasil sequer sabem o que quer dizer a expressão *fake news*, e que 83% dos brasileiros temem compartilhar mentiras na Internet. Ainda que a maioria tenha receio de cair nas *fake news*, 63% das pessoas ouvidas afirmaram não se preocupar em checar a veracidade das notícias antes de compartilhá-las (Coimbra; Carvalho, 2021, p. 2, grifo dos autores)

³⁹ Esse é um fenômeno que atinge quase todo o mundo (Leal; Vieira, 2009). Como exemplo mais recente, pode-se destacar as semelhanças entre as campanhas realizadas por Donald Trump, em 2016, e Jair Bolsonaro, em 2018 (Santos, 2020). Não só as campanhas, desenvolvidas basicamente nas redes sociais *online*, mas também a própria forma de governar, na qual ambos atacam as mídias tradicionais e comunicam-se, até de forma oficial, via *Twitter*.

Fernandes *et al.* (2020) discutem o fenômeno da pós-verdade como uma espécie de renovação da verdade, em que impera também o discurso emocional. O conceito, portanto, “constitui um neologismo cada vez mais usado na compreensão de fenômenos relacionados à percepção de mundo e às novas circularidades de informações/opiniões” (Fernandes *et al.*, 2020, p. 6). Nesse contexto, os autores apontam que as opiniões e crenças pessoais ganham maior destaque ao serem acionadas no sistema informacional que emerge. Em particular, o uso das redes - Internet e suas diversas plataformas e redes sociais *online* - permitem a reafirmação de ideias e opiniões antes silenciadas ou enfraquecidas, as quais contrariam os discursos do campo científico e do próprio campo jornalístico. Nesse sentido, a era da pós-verdade é marcada pela quebra de confiança nas instituições e, por conseguinte, gera uma tendência a se acreditar em teorias conspiratórias, um campo fértil à desinformação (D’Ancona, 2018; Fernandes *et al.*, 2020).

Em um cenário de consumo de produtos, serviços e informações pelas redes *online*, Santaella (2019) destaca, para além do termo pós-verdade, os conceitos de bolhas e notícias falsas (*fake news*). Apesar da última não ser algo novo, a emergência do mundo digital afetou diretamente a circulação e a potencialização das mesmas. De acordo com a autora, as bolhas são mecanismos “invisíveis” acionados por grandes corporações de tecnologia, as quais personalizam desejos e gostos por meio de filtros – ou algoritmos. Esses filtros fazem com que as máquinas de buscas ou mídias sociais gerem separação ideológica de forma tendenciosa, fechando as pessoas em bolhas de informação, as quais corroboram para estreitar também visões de mundo. Ou seja, o próprio funcionamento das redes sociais *online* faz com que, a partir do interesse dos usuários, grupos sejam formados e a informação que circula para essas pessoas representa uma visão de mundo unilateral. Tal ferramenta acirra ainda mais a polarização, ao não permitir o diálogo entre opiniões e ideias diferentes. Nesse sentido, quando um usuário recebe uma informação que corrobora com sua visão de mundo, confirmando suas crenças e valores, cria-se uma bolha e, conseqüentemente, a desinformação é favorecida. Nesse ponto, Santaella (2019) chama a atenção para a necessidade de uma formação do usuário que o prepare para colocar seus preconceitos à prova, fazendo-o com que pense criticamente diante de uma informação recebida.

A disseminação de notícias falsas, por sua vez, busca “influenciar as crenças das pessoas, manipulá-las politicamente ou causar confusões em prol de interesses escusos” (Santaella, 2019, p. 29). A proliferação dessas notícias enganosas tende a danificar a credibilidade da informação, sendo influenciada pela desinformação e desconfiança a serviço de interesses financeiros e políticos. Na Internet, esse processo é potencializado e acelerado, o que, em muitos casos, não permite sequer a verificação e, quando a informação é recebida, tende a ir de encontro a pessoa em uma bolha e suas ideias e valores pré-concebidos.

Consonante a isso, Wilson Gomes e Tatiana Dourado (2019) tratam o termo *fake news* como relatos que se colocam como factuais, mas que são inventados ou alteram um dado acontecimento. A expressão tem ganhado destaque nos últimos anos no campo político, pelo fato desses relatos serem difundidos também para propósitos políticos, sendo o termo popularizado nas eleições estadunidenses de 2016, como elemento de campanha do vitorioso na época, Donald Trump. A novidade da expressão é o termo em inglês “*news*” que se refere à ideia de notícia, fator importante para se compreender o fenômeno, uma vez que as *fake news* não são qualquer narrativa, mas narrativas que se colocam como factuais, histórias do noticiário, ou seja, há uma “mimetização do jornalismo”. O que, como discutido anteriormente, ataca a própria legitimidade do Jornalismo enquanto campo de saber e mediador social. “Não são quaisquer relatos falsos, mas contrafações do próprio jornalismo” (Gomes; Dourado, 2019, p. 36).

As bolhas favorecem à polarização ideológica e/ou afetiva, colocando em lados opostos opiniões, mas também nutrindo a aversão entre grupos: nós versus eles. Ao mesmo tempo em que os espaços de polarização política e radicalização favorecem o surgimento dessas bolhas (Recuero; Soares; Zago, 2021). Nesse aspecto, Mouffe (2015) caracteriza a polarização como algo maléfico para a própria democracia, ao transformar adversários em inimigos. A filósofa critica o “senso comum” de que estamos experimentando um momento de avanço social, em que os indivíduos cultivam diferentes estilos de vida sem serem incomodados pelo conservadorismo, discordando da perspectiva positiva da globalização. “No campo das identidades coletivas, estamos sempre lidando com a criação de um ‘nós’ que só pode existir pela demarcação de um ‘eles’. Isso quer dizer, naturalmente, que tal relação seja necessariamente uma relação amigo/inimigo, ou seja, uma relação antagonística” (Mouffe, 2015, p. 14).

Essa postura “*nós versus eles*” é constantemente percebida nos ataques a posições políticas divergentes, em especial, aquelas encabeçadas por mulheres. Em setembro de 2020, a deputada federal Talíria Petrone (PSOL-RJ) recorreu à ONU após sofrer ameaças de morte e pede explicações ao governo brasileiro por isso e pelo assassinato da vereadora, amiga e companheira política, Marielle Franco, em 2018. De acordo com a deputada, sua luta contra o racismo, misoginia e outras formas de intolerância provocaram as ameaças a ela (Putti, 2020). A deputada chegou a receber escolta policial durante a licença maternidade e essa não foi a primeira vez que suas bandeiras provocaram ameaças. Talíria sofria ameaças antes mesmo da morte de Marielle e chegou a andar escoltada após o crime (Leal, 2019).

Outro exemplo é o caso da vereadora de BH-MG, hoje deputada eleita para a Câmara dos Deputados, Duda Salabert (PDT/MG). Ela é mulher trans e, desde 2020, recebeu ameaças de morte de grupos neonazistas de São Paulo, enviadas por e-mail e bilhetes. Na campanha de 2022, Duda Salabert recebeu ameaças à sua integridade e à de sua família, as quais se tornaram mais intensas e teve de ser escoltada pela Guarda Civil de Belo Horizonte, indo votar de colete à prova de balas (Durães, 2022).

No espaço das redes sociais *online*, demarcado pela polarização e enfrentamento entre ideias divergentes, emerge a figura do político e não da política. Para a filósofa, a política representaria o espaço de discussões e busca pelo consenso e bem comum. Na política, não há inimigos, mas adversários que estabelecem diálogo para construir acordos; enquanto o político seria representado pelos conflitos inevitáveis, a divisão, sendo algo nitidamente acirrado pela polarização e que se fortalece com os espaços virtuais nos últimos anos.

No âmbito político, Gomes e Dourado (2019) apontam que a produção e a propagação de relatos falsos para fins políticos seja algo coextensivo ao próprio campo. Ao longo da história, o ambiente político sempre foi marcado por competição entre seus agentes, envolvendo, inclusive, a disseminação de boatos pelos diferentes suportes de comunicação e para os mais diversos fins, com o intuito de gerar uma imagem negativa de determinado político frente a seu eleitorado. Ao mesmo tempo em que essas atitudes, induzem a comportamentos e influenciam na tomada de decisões durante a disputa política.

Um boato, naturalmente, não precisa se basear em uma história falsa, mas é igualmente plausível imaginar que a invenção de fatos inexistentes desempenhe um papel importante nas narrativas disseminadas, assim como

são relevantes a distorção, o exagero, a supressão ou qualquer forma de alteração intencional dos fatos realmente acontecidos (Gomes; Dourado, 2019, p. 35).

Desse modo, a relação entre a narrativa e a realidade depende de dois fatores, de acordo com os autores, ou o relato não dá conta dos fatos que diz narrar, ou o que está sendo narrado aconteceu de uma forma diferente daquela que está sendo contada. Como exemplo, podem ser citados os constantes ataques que as candidatas mulheres e mulheres políticas sofrem por meio da disseminação de notícias falsas. Manuela D'Ávila (PCdoB) vivenciou esses ataques de modo mais intenso nas duas últimas eleições: 2018, quando concorreu à Presidência da República e depois compôs a chapa como vice de Fernando Haddad (PT); e em 2020, quando concorreu à Prefeitura de Porto Alegre. As notícias falsas direcionadas à jornalista tornaram-se, inclusive, tema de debate sobre violência de gênero nas campanhas e de pesquisas no campo da comunicação. Manuela já declarou ser a favor da descriminalização do aborto, tema polêmico e atacado constantemente pelos mais conservadores e pelo movimento autointitulado “pró-vida”. Esta temática, por exemplo, tem sido constantemente acionada, com declarações distorcidas atribuídas a Manuela (Zin; Braga, 2021). Nas campanhas de 2018 a declaração tida como da então candidata, de que o aborto seria a única saída para uma mulher não criar filho de vagabundo sozinha, emerge e ainda aparece ao lado de uma suposta resposta de Bolsonaro. A mesma declaração volta a ganhar força recentemente, sendo desmentida pela Agência Lupa (Rômany, 2021). No entanto, até a checagem feita pela agência, no dia 16 de março, a publicação havia sido compartilhada mais de 26 mil vezes só no *Facebook*. Notícias falsas como essas, em uma sociedade (hiper)mediatizada, são vistas por um número incontável de pessoas, disseminadas em diferentes redes, e podem sim prejudicar a imagem de um dado agente social e político.

No contexto de atravessamentos entre política e mídia, para além dos períodos eleitorais, os meios de comunicação contribuem para o apoio popular – ou perda dele – como foi o caso do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT), em 2016 (Dantas, 2019; Mendes; Saraiva; Alves, 2020; Miguel, 2019; Oliveira; Santos, Carvalho, 2019). A presidenta não só sofreu um golpe midiático, com ataques constantes por parte da imprensa, como também teve sua imagem constantemente atacada, e suas críticas relacionavam-se às questões de gênero: Dilma Rousseff foi a primeira presidenta do Brasil.

5 FEMINISMOS, POLÍTICA E REDES SOCIAIS

Sabem também que entre o ideal e a realidade jaz uma história invisível de violências às quais alguns sucumbem (Miskolci, 2021, p. 12).

Neste capítulo, discute-se como o campo da política e sua interface com a comunicação articulam-se ao movimento feminista atual e ao ciberfeminismo, que se aproveita das potencialidades das redes sociais *online* para ampliar as vozes, discussões e pautas em defesa dos direitos, equidade, justiça e política voltadas para as mulheres também produzidas por mulheres. Contudo, as discussões serão tensionadas com o conceito de ciberdemocracia e como grandes empresas ainda dominam o ambiente virtual, antes visto como grande possibilidade de democracia e diversidade de vozes.

O capítulo é dividido em três subtópicos, sendo eles: “Ciberespaço e as Plataformas Digitais”; “Feminismo e Redes sociais: a quarta onda do feminismo” e “*Twitter* e as conexões com o universo da política”, os quais buscam discutir o movimento de plataformação das redes e como esse processo pode atingir a democracia, ao seguir a lógica capitalista em busca do lucro; o ciberfeminismo e a quarta onda do movimento, a qual emerge junto com a popularização da Internet; por fim, trazer um pouco sobre o *Twitter* enquanto plataforma de comunicação acionada por atores políticos.

Ainda, serão discutidos textos mais recentes, os quais têm o *Twitter* como objeto de análise, que discutem essa possibilidade de manifestação que emerge no mundo *online*, com suas hashtags (#8M, #MeToo, #MeuPrimeiroAssédio, #JustiçaPorMariFerrer, entre outras) e histórias, e ganha visibilidade na grande mídia e sociedade em geral. Como também, analisar a apropriação desses espaços por parte das parlamentares.

5.1 CIBERESPAÇO E AS PLATAFORMAS DIGITAIS

As redes são anteriores até mesmo ao próprio surgimento da Internet. Luciana Zenha (2018) faz um apanhado histórico sobre o conceito e, conforme a pesquisadora, organizar-se em rede é algo inerente aos seres vivos, sendo crucial para a sobrevivência, organização social e relacionamento.

É assim que as redes e as organizações em grupos sociais estão presentes na história da humanidade desde a era das cavernas, representando as

conexões entre os seres humanos em busca de soluções para problemas coletivos e para a convivência nos mais diferentes ambientes sociais entre pessoas que apresentam as mesmas convicções em assuntos determinados. (Zenha, 2018, p. 20)

Segundo a autora, o primeiro registro que se tem sobre a palavra vem da língua francesa (*réseau*, do latim *retiolus*), o qual designa uma ferramenta usada na pesca ou malha de luta. Na França medieval, rede referia-se a uma ordem determinando aos tecelões a forma como os fios e enlaces eram produzidos. Com o passar dos séculos, o conceito passou a ser apropriado pela biologia. Ampliando-se o termo passou a significar um sistema ou pontos ligados na gestão de interfaces, o que permitiu que diferentes campos de saber acionassem o conceito para desenvolver fluxos, incluindo o fluxo comunicacional (Zenha, 2018).

Em um mundo digital, o termo rede assume novos contornos. Surge a sociedade em rede, a qual une duas tendências: o desenvolvimento tecnológico e o desejo da sociedade de reaparelhar-se com a utilização do poder da tecnologia para servir à tecnologia do poder (Castells, 1999a). “O século XX é marcado por essa ampliação do conceito de rede e se estende ainda mais ao focar as interações sociais promovidas por meio do computador conectado à Internet, à rede das redes, ou seja, uma rede que se conecta a determinadas redes” (Zenha, 2018, p. 22).

A Web 1.0 limitava-se a ser uma plataforma que oferecia informações; a *Web 2.0* propicia a ascensão da interação e colaboração, em grupo ou de forma individual, com sites como *YouTube* e os blogs; a 3.0 caracteriza-se por apresentar modos mais eficazes para que os computadores organizem, analisem e cruzem informações. No século XXI, tem-se o *boom* dessas interações sociais mediadas, não só por computadores, mas também pelos celulares e tablets, conectados à Internet (Varela, 2019; Zenha, 2018). Esse momento potencializou as redes sociais *online*, as quais podem ser compreendidas como “o ambiente digital organizado por meio de uma interface virtual própria [...] que se organiza agregando perfis humanos que possuam afinidades, pensamentos e maneiras de expressão semelhantes e interesse sobre um tema comum” (Zenha, 2018, p. 25). As redes sociais *online* conectam pessoas, mesmo à distância, ampliando a capacidade de compartilhar conhecimentos, preferências, informações e narrativas. Nesse contexto, o ciberespaço se amplia e proporciona, cada vez mais, a comunicação “muitos para muitos”.

De acordo com Lévy (1999), o termo ciberespaço representa a infraestrutura material que dá suporte à comunicação digital, como também o vasto conteúdo de dados e informações e usuários e usuárias que navegam por ele. Neste aspecto, a Revolução Digital modificou a forma com que as pessoas interagem entre si e com o entorno. Para o autor, o ciberespaço e a possibilidade de trocas comunicativas favorecem à inteligência coletiva⁴⁰.

Castells (1999a) aponta como características do ciberespaço o alcance global, integração de todos os meios de comunicação e interatividade potencial, e acrescenta, em publicação mais recente, que a comunicação nesse espaço apresenta-se como uma evolução da comunicação de massa voltada para o individual, uma vez que a pessoa possui certa autonomia sobre o que recebe e compartilha, bem como nas interações (Castells, 2013).

Tem-se uma “certa autonomia”, já que a lógica algorítmica participa do processo de comunicação e circulação de informações no mundo virtual. “Uma sociedade operada por algoritmos é uma sociedade matematizada” (Silveira, 2019). O autor aponta que os algoritmos nasceram antes dos softwares, remontando ao século IX, mas ganharam destaque com o desenvolvimento da computação. Contudo, sem os algoritmos não haveria computação. O surgimento dos algoritmos teria se dado em Bagdá, originado em um tratado do matemático Abu Já’far Muhammad Ibn Musa Al-Khwarizmi (780 a 850 d.C.).

Atualmente, essa algoritmização das ações indica também uma matematização das próprias relações sociais. As redes sociais *online* são delimitadas e organizadas pelos algoritmos, os quais estabelecem o que deve ser visto pelos usuários e usuárias. Conforme Silveira (2019), a utilização dos algoritmos caminha lado a lado com a digitalização da comunicação humana, dos arquivos e das expressões simbólicas. Ao mesmo tempo, exterioriza a grande automação das atividades produtivas e a capacidade de capturar as subjetividades. O conceito de algoritmo refere-se a um método capaz de solucionar problemas, nos quais as informações de entrada podem ser processadas de acordo com procedimentos pré-estabelecidos, capazes de resultar em outras informações, ou seja, atuam como “filtros informacionais”. Os resultados desses filtros formam o que conhecemos como “bolhas”, as quais ligam as pessoas com os mesmos padrões e características. Os algoritmos,

⁴⁰ Para Lévy (2003, p. 28), o termo “inteligência coletiva” refere-se à “[...] uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências”.

portanto, destacam certas publicações de “amigos” e “seguidores”, ao mesmo tempo em que ocultam outras. Eles têm a função de classificar as informações de acordo com as preferências dos usuários, confrontando as ações deles na rede e indicando elementos semânticos para encontro das melhores respostas para suas pesquisas (Ferreira, 2022).

Para Ferreira (2022), essas bolhas carregam o problema de o(a) usuário(a) perderem a noção de diversidade de opiniões e experiências, e tendem a simplificar a realidade. As bolhas, conforme o autor, são ambiências homofílicas, em que as pessoas que nela interagem tendem a associar-se apenas com pessoas de opiniões e vivências parecidas. Isso gera uma exposição seletiva a informações e conteúdos.

Essa homofilia associa-se a processos de evasão a questionamentos e a busca constante de reforço, traduzindo-se na tendência de consumir informações alinhadas as ideologias previamente constituídas apenas com viés de confirmação, e na propensão, portanto, a buscar, escolher e interpretar informações alinhadas com o próprio sistema de crenças, incluindo aí notícias que não condizem com a realidade. A discussão dos fenômenos de desinformação frequentemente inclui essas redes epistêmicas fechadas das plataformas de redes sociais, bem como tem debatido o impacto de plataformas de redes sociais na democracia e no debate público (Silva Ferreira, 2022, p. 2).

Quando se trata de *Twitter*, rede social analisada neste estudo, os processos de difusão de informações são considerados como árvores de *retuíte* (*retuíte tree*), em que os retuítes exercem influência nessas redes homofílicas (Recuero; Gruzd, 2019).

Essas bolhas favorecem à formação de câmaras de eco, e “é importante pontuar que contextos de intensa polarização afetiva podem levar à radicalização de indivíduos em função do aumento da aversão entre os grupos” (Recuero; Soares; Zago, 2021, p. 4). Essas câmaras formam-se a partir de grupos políticos compostos por pessoas que possuem posicionamentos similares, os quais se distanciam dos outros discursos que circulam na sociedade, acessando apenas opiniões e informações que corroboram com o pensamento desses mesmos grupos (Recuero; Soares; Zago, 2021). Benkler *et al.* (2018 *apud* Recuero; Soares; Zago, 2021) consideram esse processo como “Propaganda *Feedback Loop*”, sendo uma referência ao ecossistema formado por diferentes usuários da rede com intuito de reforçar certas ideias e narrativas, o que pode gerar ainda mais radicalização e propiciar a desinformação.

Entretanto, o senso comum turvou a distinção entre dois fenômenos epistêmicos distintos nas ambiências digitais: as bolhas epistêmicas e as câmaras de eco. De modo geral, vemos as estruturas descritas pasteurizadas geralmente com o termo “bolha” e outras variações. Mas, a diferenciação de ambas é central para entender tais fenômenos. Uma bolha epistêmica é uma estrutura social cognitiva na qual outras vozes relevantes foram deixadas de fora, até mesmo acidentalmente. Uma câmara de eco é uma estrutura epistêmica social na qual outras vozes relevantes foram ativamente excluídas e desacreditadas. Se os membros das bolhas epistêmicas não são expostos a certas informações e argumentos relevantes, os membros das câmaras de eco, por outro lado, foram levados a desconfiar sistematicamente de todas as fontes externas (Ferreira, 2022, p. 2).

Ferreira (2022) distingue os dois conceitos da seguinte forma: nas bolhas epistêmicas outras vozes e discursos não são ouvidos, enquanto nas câmaras de eco essas vozes e discursos dissonantes são assassinados. Desse modo, as câmaras de eco explicam fenômenos da contemporaneidade, como desinformação e pós-verdade, de uma forma que o fenômeno das bolhas não consegue. Nas câmaras de eco, há uma relação seletiva dos usuários e usuárias quanto às pessoas, conteúdos e ideologias, algo agravado pela curadoria dos algoritmos das plataformas, que se baseia nas ações dos próprios usuários. “O aspecto da seleção é central para entendermos as câmaras de eco, uma vez que são certos algoritmos das plataformas de redes sociais que vão assumindo um papel central na escolha da informação considerada relevante” (Ferreira, 2022, p. 3). E, quando se trata do *Twitter*, por exemplo, Trindade (2022, p. 23) considera que a rede social “tem sido explorada como poderosa caixa de ressonância de ódio tanto em âmbito internacional como nacional”.

A partir do uso dos algoritmos, alguns sites de redes sociais (SRS) convertem-se em plataformas, que interligam diferentes atores, sendo uma oportunidade para interagir, comunicar e vender (Helmond, 2019), em especial nos serviços e negócios ao serem mais direcionados pelos dados coletados e processados via algoritmos. O termo é uma alusão às plataformas de terminais rodoviários, que conectam passageiros e veículos e, no mundo digital, serviços a usuários e usuários a usuários (Lima; Valente, 2020).

As plataformas tornaram-se devoradoras de dados. Com o avanço dos algoritmos de aprendizado de máquina, a montagem de gigantescas bases de dados se tornou indispensável para os grandes negócios da rede. Google, Facebook, Amazon, Apple, entre outros, e as redes de publicidade passaram a organizar mecanismos de captura de dados pessoais em escala jamais vista. Para oferecer o que as pessoas buscam, era preciso saber o máximo

possível sobre cada uma delas. Isso permitiu que plataformas oferecessem a seus usuários aquilo que pudesse ‘melhorar sua experiência’ e torná-las ‘mais confortáveis’ para atraí-los por meio de notícias e anúncios. Os algoritmos foram decisivos para a concentração das atenções na Internet em alguns nós, sites e plataformas colossais (Silveira, 2019).

Do mesmo modo, essa potencialidade passou a ser aproveitada pelos poderes do Estado e governantes, agilizando os processos. Não só instituições de poder, mas os próprios campos político e social apropriaram-se dessas características e as consequências são tanto positivas quanto negativas.

Se, conforme Castells (2013), a sociedade em rede tem o poder também como multidimensional, o poder em rede influencia a mente humana, com o desenvolvimento de redes de conversação e recebimento de informação relacionados aos interesses das usuárias e dos usuários, os quais se organizam também em movimentos sociais aproveitando do potencial da Internet (Castells, 2013). “A popularização do acesso à Internet pelo uso das plataformas de mídia social tem incorporado transformações nas relações humanas e, hoje, são esferas onde os usuários expressam suas opiniões e participam do debate público sobre diferentes temáticas.” (Rodrigues; Penteado; Oliveira, 2022, p. 2).

Um exemplo interessante desses movimentos sociais articulados nas redes sociais é o *#blacklivesmatter*, traduzido no Brasil como movimento “vidas negras importam”. O movimento surgiu após o júri de St. Louis, nos Estados Unidos, não condenar o policial Darren Wilson pelo assassinato do jovem negro Michael Brown em agosto de 2014. Na época, o jovem encontrava-se desarmado, e havia relatos de que o mesmo teria levantado as mãos quando recebeu os disparos. A frase veio de uma fala da então pré-candidata pelo Partido Democrata, Hilary Clinton, ao pronunciar “vidas negras importam” durante uma aparição pública (Taylor, 2018). A partir daí, diversos grupos abraçaram a pauta. “Os efeitos desse ativismo já podem ser vistos numa mudança da discussão pública sobre racismo, desigualdade e o sistema de justiça neste país [Estados Unidos]” (Taylor, 2018, p. 109). As manifestações em torno do *Black Lives Matter* intensificaram-se no mundo após o assassinato de George Floyd, em maio de 2020, outro homem negro morto pelo policial branco, Derek Chauvin. As cenas do crime foram disseminadas pela Internet e geraram mobilização social também no Brasil (Rodrigues; Penteado; Oliveira, 2022).

Para Silveira (2019), sente-se as consequências negativas desse processo com a organização e apropriação para disseminação dos discursos antidemocráticos e neofascistas, capazes de substituir o debate pelo confronto de pós-verdade. “No Brasil, sistemas algorítmicos sofisticados foram utilizados para encontrar as pessoas ou os grupos de *WhatsApp* que poderiam ser sensíveis a determinada informação, mesmo que falsa, exagerada ou totalmente fabricada” (Silveira, 2019). Outro exemplo de destaque foi a invasão à Praça dos Três Poderes e depredação do patrimônio público por terroristas que não aceitaram o resultado das eleições e pediam intervenção militar, em Brasília-DF, no dia 08 de janeiro de 2023. Os bolsonaristas usaram o código “Festa da Selma” – uma alusão à “selva” usado por militares –, que circularam livremente pelas redes sociais, como o *Twitter*, para disseminar as mensagens e organizar os atos (Fonseca; Scofield, 2023). Ainda o recrutamento dos militantes foi feito via *WhatsApp*, *Telegram* e *Facebook*, por meio de publicações que ofereciam ônibus, despesas como almoço e jantar pagos, transporte e infraestrutura para os acampamentos (Prazeres, 2023).

Essa ameaça à democracia se fortalece ao não se ter uma regulamentação da Internet e suas redes sociais ou o que se considera como ciberdemocracia.

Os parâmetros de comunicação digital, propiciados pela Internet, eliminaram os ruídos da forma analógica e tornaram a comunicação mais difusa, influenciando a opinião pública para além dos limites geográficos em virtude da globalização, ocasionando uma alteração ontológica, afetando a relação do cidadão com o Estado e tornando possível um exercício democrático ampliado, seja pelo ativismo político na Internet, nas consultas públicas realizadas ou realizáveis, ou, ainda, num molde tangível de exercício de democracia direta, facilitado pelo emprego da grande rede. Nos ciberespaços em que se permite essa participação, surge a Ciberdemocracia (Dutra; Oliveira Junior, 2018, p. 140-141).

A formação de um espaço público mediatizado afetou a ordem democrática global e as práticas consideradas cidadãs (Luvizotto; Sena, 2022).

Costa Filho (2021) aponta que a participação social é uma condição essencial para se alcançar a cidadania comunicativa. Essa participação vai além da inserção da pessoa como usuária de uma rede social ou capacidade de interação em tempo real, devendo ser também definida a partir da inclusão social, interação dialógica e da partilha do poder. Essas características só são possíveis, conforme o autor, a partir, dentre outras coisas, de uma

regulação da comunicação. A cidadania comunicativa caminha na direção do direito à comunicação.

O reconhecimento jurídico da comunicação como uma garantia universal é um desdobramento das ideias de liberdade de imprensa da primeira emenda da Constituição dos Estados Unidos da América (1776), da liberdade de expressão da Declaração do Homem e do Cidadão da Revolução Francesa (1789), da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e do Relatório ‘Um Mundo e muitas vozes’ da Unesco, conhecidos também como Relatório MacBride (1978) (Costa Filho, 2021, p. 135).

O direito à comunicação é fundamental para a defesa da igualdade e justiça social. Costa Filho (2021) amplia o conceito de participação associando-o à distribuição do poder na tomada de decisões de um grupo e abrange diversas perspectivas – social, psicológica, estatal, econômica, ética etc.. Assim, a regulação da comunicação, em especial da Internet, passa pela partilha do poder, incluindo aqueles socialmente excluídos. “Na luta pelo direito à comunicação, a disputa gira em torno da conquista de uma regulamentação democrática que garanta o acesso universal, a visibilidade da diversidade e a plena participação social nos meios massivos e nas plataformas digitais” (Costa Filho, 2021, p. 142).

Por um tempo, acreditava-se que a Internet seria um espaço mais democrático (Lévy; Lemos, 2010) e horizontal (Castells, 1999a), contudo, as plataformas digitais já ultrapassaram essa utopia e deixaram de ser vistas como inofensivas, transparentes ou capazes de eliminar as arestas da existência cotidiana (Morozov, 2018). Assim, apesar das grandes expectativas das contribuições às democracias do mundo, desde o início do ciberespaço, nota-se o crescimento de valores neoliberais, em que os princípios democráticos perdem espaço e devem ser descartados em favor do capital (Luvizotto; Sena, 2022).

De acordo com o pesquisador bielorrusso Evgeny Morozov (2018), as plataformas são “percebidas como um bloco poderoso, com interesses mercantis ocultos, lobistas e projetos de dominação do mundo” (Morozov, 2018, p. 7). No entanto, essas mudanças e problemáticas não são apenas uma questão comunicacional e do desenvolvimento tecnológico, mas também são parte do contexto político e econômico vigente. O autor exemplifica com aplicativos populares atualmente, como *Uber* e *Airbnb*, os quais não existiriam sem os afrouxamentos das leis trabalhistas ou na disseminação da narrativa de que os imóveis privados podem ser ativos e lucrativos para compensar insuficiências econômicas,

respectivamente. Os próprios financiamentos coletivos, seja por causas artísticas ou intelectuais que produzam bens públicos, apontam para a omissão pública, uma vez que as pessoas podem se organizar por elas mesmas.

Outrossim, quem domina as tecnologias mais avançadas, também domina o mundo (Morozov, 2018), algo que já acontecia com as mídias tradicionais. Portanto, a política no Brasil e no mundo, deve criar mecanismos para assegurar a regulação desse espaço a fim de torná-lo mais democrático.

As eleições brasileiras de 2018 mostraram o alto custo a ser cobrado de sociedades que, dependentes de plataformas digitais e pouco cientes do poder que elas exercem, relutam em pensar as redes como agentes políticos. O modelo de negócios da Big Tech funciona de tal maneira que deixa de ser relevante se as mensagens disseminadas são verdadeiras ou falsas (Morozov, 2018, p. 11).

Para o autor, no ponto de vista das empresas que controlam as plataformas digitais, as notícias falsas e desinformação, por alcançarem muitos usuários e viralizarem, são consideradas apenas como notícias mais lucrativas. Quando aplicadas à política e eleições, os esforços para se controlar o uso das plataformas digitais são insuficientes. A ideia de aldeia global, pensada por McLuhan (1974), não se concretizou com a popularização da Web, e a humanidade volta para um domínio feudal, no qual os senhores feudais podem ser comparados às empresas de tecnologia e os serviços de inteligência, algo semelhante ao conceito de esfera pública de Habermas (1984).

Morozov (2018) mostra-se pessimista ao afirmar que as empresas do Vale do Silício estão criando uma espécie de “cerca invisível de arame farpado” ao redor da vida humana, a qual traz a falsa sensação de liberdade na tomada de decisões e interação, até mesmo ao mandar mensagem para a conta do Mark Zuckerberg (fundador do *Facebook* e proprietário do Meta). No entanto, o que é levado em conta pelas empresas que dominam as plataformas digitais é o fator lucro: o usuário e usuária estão à mercê do maior lance, bem como gigantes empresariais se apoderam do ciberespaço, alterando e introduzindo novas formas de se comunicar e se comportar e novos arranjos políticos e econômicos (Luvizotto; Sena, 2022; Morozov, 2018).

A lógica perversa por trás dessa dinâmica é que discursos de ódio suscitam polêmica e elevado volume de engajamento nas redes sociais com uma infinidade de comentários, compartilhamentos, retuites, *likes*, etc., de tal forma que, muito rapidamente, o conteúdo pode, se tornar viral e *trending topic* no *Twitter*. [...] Além disso, a pesquisadora Fernanda K. Martins do centro de pesquisas *Internet Lab*, baseado em São Paulo, afirma que o *Twitter* tem um forte poder de alavancar e multiplicar os assuntos comentados naquele ambiente, de tal forma que eles acabam sendo reproduzidos em outras plataformas e, em última instância, influenciam o desencadeamento de conflitos (Trindade, 2022, p. 109-110, grifo do autor).

Ora, deve-se pensar no *Twitter*, como espaço privado de comunicação, no qual impera a lógica comercial. Como denominam Nick Couldry e Ulises Mejías, surge o colonialismo de dados, no qual a Internet, enquanto espaço plural e sem intermediações, é convertida em palco para oligopólios midiáticos transnacionais, capazes de negociar relações sociais e práticas comportamentais, apropriando-se de forma colonizadora da vida humana (Luvizotto; Sena, 2022).

Trindade (2022), em seu livro “Discurso de ódio nas redes sociais”, reúne diferentes estudos que apontam a Web como um ambiente hostil aos grupos minorizados.

[...] no estudo intitulado *A Inclusão digital do negro no Brasil*, publicado em 2016, os autores também argumentam que, entre as políticas públicas em vigor para combater as desigualdades digitais no Brasil, não há muitas voltadas para atingir especificamente grupos raciais menos favorecidos. [...] a pesquisadora norte-americana Safiya Umoja Noble, em seu livro *Algorithms of Oppression* (Algoritmos da opressão, em tradução livre) publicado em 2018, defende que, ao contrário do que se divulga, mecanismos de busca como o Google não oferece um campo igualitário para a disseminação de diferentes formas de ideias, identidades e atividades (Trindade, 2022, p. 73-74, grifo do autor).

Trindade (2022) aponta que existe ainda uma crença no anonimato *online*, o qual pode servir como um “escudo protetor” conveniente para impedir que as pessoas sejam identificadas imediatamente e, por isso, permite que elas discurssem sem filtro ou restrição. No entanto, o sociólogo aponta que as autoridades podem – sim – alcançar os criminosos se preciso for. “[...] o próprio Marco Civil da *Internet*⁴¹ é muito claro ao afirmar que

⁴¹ Lei Federal n.12.965/2014.

comportamentos e atitudes manifestadas no ambiente virtual são passíveis de punição de acordo com o Código Civil Brasileiro” (Trindade, 2022, p. 83).

Quando se retoma a discussão acerca das últimas eleições brasileiras e estadunidenses, tem-se o exemplo das redes sociais e seus usos para influenciar os resultados. O acesso às informações pessoais dos usuários contribuiu para o uso político das redes sociais, como o *Facebook* (BBC News Brasil, 2018) colocando-as sob investigação das autoridades e levantando a discussão sobre a regulação. Como aponta Morozov (2018), a privacidade está se transformando em mercadoria, o cidadão se converte em consumidor.

Devido ao mau uso das redes sociais e disseminação de discursos de ódio e antidemocráticos, a deputada federal, eleita por São Paulo em 2018 pelo PSL, Carla Zambelli, teve suas redes sociais retidas e estão fora do ar, a pedido da justiça. A deputada bolsonarista, considerada a mais influente nas redes em 2021, postou, no dia 11 de abril de 2022, a seguinte publicação em seu *Twitter*: “EXCELENTE! @realpfigueiredo desenha os motivos do desespero da oposição ao Brasil para censurar as redes sociais de qualquer maneira” (Zambeli, 2022). A “Lei da Censura”, como foi chamada pela deputada em outras publicações, é a lei que ficou conhecida popularmente como “Lei das *Fake news*” (Projeto de Lei 2630, de 2020), aprovada pelo plenário, e institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na *Internet*. A referida lei busca regular as mensagens veiculadas nas redes sociais em combate à desinformação, diferente do que foi publicado na campanha bolsonarista para não aprovação da mesma.

Na mesma época, a também deputada federal Bia Kicis – eleita pelo PRP do Distrito Federal – publica em seu *Twitter* um texto que sustenta e reforça o discurso bolsonarista sobre a não aprovação da lei: “Não é só no Brasil, é em todo país ainda livre que querem desesperadamente controlar as redes sociais e empurrar as pessoas de volta para a velha mídia que desinforma. Mas as pessoas não confiam na velha mídia, por isso querem nos calar” (Kicis, 2022). Nota-se no uso das redes sociais *online* e da visibilidade midiática alcançada uma tentativa de distorcer a narrativa, em prol de outra que se beneficia com a disseminação de discursos falsos.

Entretanto, a importância das plataformas digitais nos movimentos sociais não pode ser negada. Elas têm a capacidade de interação e de reunir pessoas em torno de uma mesma causa (Castells, 1999a; 2013). Observando os movimentos sociais em torno do globo,

Manuel Castells (2013) relaciona características em comum, entre elas, a conexão dos movimentos em rede de múltiplas formas.

O uso das redes de comunicação da Internet e dos telefones celulares é essencial, mas a forma de conectar-se em rede é multimodal. Inclui redes sociais on-line e off-line, assim como redes preexistentes e outras formadas durante as ações do movimento. Formam-se redes dentro do movimento, com outros movimentos do mundo todo, com a blogosfera da Internet, com a mídia e com a sociedade em geral. As tecnologias que possibilitam a constituição das redes são significativas por fornecer a plataforma para essa prática continuada e que tende a se expandir, evoluindo com mudança de formato do movimento (Castells, 2013).

O autor aponta que, embora os movimentos comecem *online*, eles se tornam movimentos ao chegarem ao espaço urbano, e essa união entre virtual e presencial recebe o nome de espaço de autonomia, uma nova forma espacial dos movimentos sociais articulados em rede. Como exemplo disso, em 2018, tem-se as manifestações #EleNão contra a candidatura do ex-presidente Jair Bolsonaro (PSL, na época). O movimento foi impulsionado pela página do *Facebook* “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro” e levou a atos por todo o Brasil (Ferreira, Raphaela, 2021). Essa apropriação do ciberespaço pelos feminismos levou à quarta onda e ao ciberfeminismo.

5.2 FEMINISMOS E REDES SOCIAIS: A QUARTA ONDA DO FEMINISMO

Varela (2019), jornalista e escritora feminista, resume as ondas feministas do seguinte modo: a primeira onda nasce no século XVIII, com a destruição do Antigo Regime e uma nova forma de se compreender o poder político, no qual se define, pela primeira vez, um discurso feminista reivindicado o acesso à cidadania pelas mulheres; a segunda onda surge no século XX, no ritmo da Revolução Industrial, com a consolidação das democracias e mudanças no estilo de vida. Com direito ao voto, o movimento passou a reivindicar outros acessos como à educação, à propriedade e ao acesso ao mercado de trabalho. A terceira onda, também no século XX, surge após a 2ª Guerra Mundial, impulsionada também, dentre outras coisas, pelo surgimento do Estado de bem-estar social e das políticas públicas em favor da igualdade. O discurso feminista chega ao que se considerava como esfera privada, na esfera familiar e sexualidade.

Para Silva (2019), a quarta onda caracteriza-se pela apropriação das plataformas digitais, como *Facebook*, *YouTube*, *Instagram* e *Tumblr*, a partir de 2012. Associa-se à Sociedade da Informação, que se começa a delinear como 4ª Revolução Industrial⁴². É uma onda que emerge diante dos avanços das tecnologias da informação e comunicação, a fim de contestar a misoginia, o machismo e diversas desigualdades e violências de gênero (Silva, 2019; Varela, 2019).

Apesar da quarta onda ser marcada por ser intergeracional, conforme Varela (2019), as redes sociais *online*, como o *Twitter*, participam do crescimento dessa nova geração, a qual compreende o feminismo, seus conceitos, e são ativas em outros temas diversos. As adolescentes de hoje são educadas, muitas vezes desde a escola, para que saibam que são iguais aos homens. Essas feministas de quarta geração se posicionam quando presenciam injustiças e opressão.

A quarta onda aponta para um novo modelo de comunicação – de vertical a uma horizontalidade nas relações –, mas deve-se fazer uma ressalva de que, na prática, apesar de movimentos feministas que se fortaleceram, ainda há grupos hegemônicos de mídia que reforçam as visões machistas e misóginas. Mesmo na Internet, as redes bolsonaristas e grupos de direita também estabelecem lutas com forte poder econômico para tentar não somente frear avanços em conquistas das mulheres e grupos minorizados, mas buscam fazê-las retroceder. Como exemplo tem-se o movimento *Red Pill*, que distorce as ideias do filme *Matrix*, em especial, na cena em que Neo escolhe entre as pílulas podendo descobrir a verdade – pílula vermelha – ou manter-se na inércia – pílula azul. O movimento propaga o machismo nas redes *online*, por meio do discurso de ódio contra mulheres e pessoas da comunidade LGBTQIAPN+, disseminando a pseudociência e questionando os avanços com relação a gênero e sexualidade. Movimento esse apoiado pelos conservadores radicais e de extrema-direita (Almeida, 2023). Manifestações como essa visam frear as conquistas das lutas feministas.

⁴² Klaus Schwab, diretor-geral e fundador do Fórum Econômico Mundial, aponta que a 4ª Revolução Industrial caracteriza-se por mudar a forma de viver, trabalhar e as relações interpessoais, baseada na transformação tecnológica que ocorre de forma exponencial. Esta revolução é capaz de transformar também a humanidade, quem as pessoas são (Varela, 2019).

No entanto, esta fase não se relaciona apenas ao ciberativismo⁴³, mas pela possibilidade de que outros grupos, antes as margens do próprio movimento feminista ou os veículos de comunicação tradicionais, poderem ser visibilizados. A exemplo disso, tem-se as mulheres de países periféricos, como aponta a autora, as quais encontram na Internet a possibilidade de discutirem e se organizarem a partir de um feminismo capaz de se referir e aplicar a elas (Silva, 2019). Esta quarta onda está definida também pela tecnologia e apresenta um movimento global feminista (Varela, 2019).

Um exemplo dessa apropriação é o movimento “*Ni una menos*”, o qual ultrapassou as fronteiras da Argentina.

O marcador surgiu depois de uma tragédia ocorrida na Argentina no ano de 2015, quando a adolescente Chiara Páez, de 14 anos, foi assassinada pelo namorado de 16 anos, ela estava grávida e foi enterrada no quintal da casa dos avós dele com a ajuda dos pais. O assassinato de Páez gerou uma grande comoção e um grupo de jornalistas e escritoras começou a se manifestar sob a expressão “Ni Una Menos”. Este caso desencadeou uma mobilização sem precedentes na Argentina no combate à violência contra a mulher. O movimento “Ni Una Menos” colocou os feminicídios na agenda política da Argentina e conseguiu, pela primeira vez, que o poder público divulgasse estatísticas dessa espécie de violência, revelando que no país uma mulher era assassinada a cada 30 horas, em média (Silva, 2019).

As marchas também foram vistas em outros países como México, Peru, Chile, Equador, entre outros (Silva, 2019). De acordo com relatório da ONU Mulheres, a América Latina é o local mais perigoso do mundo para as mulheres, fora de zonas de guerra (Reinam; Centeneras; Torrado, 2018), conforme a autora.

Um exemplo no Brasil foi o #MeuPrimeiroAssédio, também em 2015, movimento que surgiu após a exibição do *reality Masterchef Jr.* Usuários do *Twitter* escreveram mensagens assediando uma das participantes que, na época, tinha apenas 12 anos. As mensagens geraram repercussão na rede social e a ONG *Think Olga* subiu a *tag* “MeuPrimeiroAssédio. A campanha tinha como objetivo tornar público os casos de violência contra meninas e mulheres, explicitando que a culpa nunca é da vítima, um preceito dos

⁴³ Ciberativismo é considerado como “um conjunto de práticas em defesa de causas políticas, socioambientais, sociotecnológicas e culturais realizadas nas redes cibernéticas, principalmente na Internet” (Silveira, 2010, p. 31).

movimentos feministas (Baumgarten, 2020; Silva, 2019). Relatos que se assemelhavam de assédio contra crianças e adolescentes explodiram na Internet (Baumgarten, 2020).

Uma obra que dialoga com essa nova ambiência é o “Manifesto Ciborgue” de Donna Haraway (2019). A filósofa e zoóloga estadunidense conceitua o ciborgue como uma criatura de um mundo pós-gênero. As máquinas que surgiram no fim do século XX transformaram em ambíguos a diferença entre natural e artificial, mente e corpo, e outras diferenças que separam os seres humanos das máquinas. A autora, aponta que as pessoas tornaram-se inertes, enquanto máquinas parecem cada vez mais vivas.

No entanto, a autora aponta que esse hibridismo e apropriação tecnológica é algo inerente à vida em simples ações da evolução humana, como a apropriação do aparelho respiratório para a comunicação através da fala.

As tecnologias de comunicação e as biotecnologias são ferramentas cruciais no processo de remodelação de nossos corpos. Essas ferramentas corporificam e impõem novas relações sociais para as mulheres no mundo todo. As tecnologias e os discursos científicos podem ser parcialmente compreendidos como formalizações, isto é, como momentos congelados das fluidas interações sociais que as constituem, mas eles devem ser vistos também como instrumentos para a imposição de significados. A fronteira entre ferramenta e mito, instrumento e conceito, sistemas históricos de relações sociais e anatomias históricas dos corpos possíveis (incluindo objetos de conhecimento) é permeável. Na verdade, o mito e a ferramenta são mutuamente constituídos (Haraway, 2019, p. 64).

Ciborgue, portanto, significa fronteiras ultrapassadas e também perigosas possibilidades. Um exemplo bastante atual são as cantoras de k-pop virtuais. A banda *Eternity*, conhecida pela canção “*I’m Real*” (Sou real, em tradução livre), a qual é formada por 11 integrantes virtuais construídas por meio de inteligência artificial (Lee; Hemphill, 2022). A justificativa é a superação das limitações físicas dos cantores e cantoras humanas, os quais se desgastam nos treinos, rotinas intensas de shows e interação com fãs.

Além disso, o ciborgue representa a superação de identidades socialmente construídas, limitadoras e suas contradições. Um exemplo, citado por Haraway (2019), seria o próprio conceito de “ser mulher”. “Não existe nada no fato de ser ‘mulher’ que naturalmente una as mulheres. Não existe nem mesmo uma tal situação – ‘ser’ mulher” (Haraway, 2019, p. 47). Essas fissuras insurgentes tornam o conceito “mulher” escorregadio, que funciona também como forma de opressão entre as próprias mulheres. Assim, a autora

propõe o conceito de afinidade, em vez de identidade. Nesse aspecto, as feministas-ciborgues têm de rejeitar as matrizes identitárias naturais e compreender que nenhuma construção representa uma totalidade. Totalidade esta que sempre serviu ao patriarcado, existindo como produto dos desejos dos homens, e os dualismos, nas tradições ocidentais, são essenciais às práticas de dominação sobre as mulheres, as pessoas negras, trabalhadores e trabalhadoras, e todos que são considerados o “outro” de um eu dominante (Haraway, 2019).

Neste sentido, a quarta onda também surge em um momento no qual os movimentos feministas são transpassados por vozes plurais (Silva, 2019). Para Varela (2020), o momento de inflexão da quarta onda foi o movimento de 8 de março. Em 2017, o 8 de março teve seu primeiro ensaio geral com o *I Paro Internacional de Mujeres* (I Greve Internacional de Mulheres, em tradução livre), o qual chegou a mais de 50 países, com o lema “Se nossas vidas não valem, produzam sem nós”. O que começou com ações nacionais, tornou-se um movimento transnacional. Com essa estratégia, conforme a autora, as manifestantes deram um novo significado político ao Dia Internacional das Mulheres, comemorado em 8 de março. Ao reunir mulheres em diferentes partes do globo, a manifestação deu um novo sentido ao lema “A solidariedade é nossa arma”. As grevistas apresentaram um grande poder político das mulheres: o poder daquelas cujo trabalho, sendo ele remunerado ou não, sustenta o mundo (Varela, 2019).

No ano seguinte, o 8 de março surpreendeu ao reunir milhões de mulheres e ter a adesão de mais de 170 países à greve. “Em resumo, o feminismo da greve das mulheres antecipa a possibilidade de uma nova fase sem precedentes da luta de classes: feminista, internacionalista, ecologista e antirracista. Anunciava, com opulência, a quarta onda” (Varela, 2019, tradução nossa)⁴⁴. Conforme a autora, a quarta onda – *tsunami* – surge porque o feminismo assume a diversidade das mulheres, em sua base ideológica, sendo possível deslocar o foco do movimento de seu interior para o exterior, até os fenômenos sociais mais opressivos do patriarcado.

Contudo, a autora aponta que houve uma reação patriarcal também forte. Reação essa marcada pelo neoliberalismo, o qual explodia após a crise de 2008, e o fascismo que ressurge

⁴⁴ Texto original: “*En resumen, el feminismo de la huelga de las mujeres antecipa la posibilidad de una nueva fase sin precedentes de la lucha de clases: feminista, internacionalista, ecologista y antirracista. Anunciaba, con rotundidad, la cuarta ola.*”

em forma de partidos políticos ou candidatos à Presidência de diversos países pelo mundo. Neste contexto, Varela (2019) aponta importantes manifestações feministas: a *Women's March* (Marcha das Mulheres, em tradução livre), nos Estados Unidos, logo após a posse do ex-presidente Donald Trump, em 21 de janeiro de 2017; as manifestações contra o ex-presidente eleito no Brasil, em 2018, Jair Bolsonaro (na época, filiado ao PSL), as quais se iniciaram ainda durante a campanha com o #EleNão, pelo grupo do *Facebook* intitulado “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro”.

Esta é uma fase marcada por uma espécie de “nova inquisição”, com a participação de fundamentalistas religiosos, conservadores, ultraconservadores e populistas. Esses militantes se autodenominam como pró-vida e, em defesa da “vida”, se opõem os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, e o principal alvo é o direito ao aborto.

Outro grande problema, enfrentado na quarta onda, são as políticas econômicas neoliberais, as quais trouxeram um rearranjo da política sexual. Esse novo discurso, converteu a vida em mercadoria (Varela, 2019). Frente a esse cenário, as mulheres têm se organizado para exigir políticas de redistribuição e trouxeram à tona o debate da precarização da vida das mulheres, algo discutido anteriormente neste trabalho e que se evidenciou ainda mais devido à pandemia da Covid-19, e o crescimento do empreendedorismo feminino, como saída para se ter uma renda.

Quando se trata sobre cidadania, movimentos feministas e redes sociais *online*, torna-se relevante compreender que a hegemonia do capitalismo financeiro, da cultura algorítmica e do biopoder possibilitam uma sociedade incivil (Sodré, 2021). Para Sodré (2021), essas mudanças sociais e econômicas, de modo midiaticizado, desconstruem as relações de representação entre Estado e povo, sobressaindo formas mais tecnológicas e abstratas de controle social. A política conservadora e neoliberal possibilita essa “sociedade incivil”, a qual foca-se no indivíduo e não no coletivo.

‘Sociedade incivil’ não é de fato um mero jogo de palavras, mas um conceito atinente à deterioração econômica, política e publicística das agendas estipuladas pelo liberalismo clássico. A atribuição de exclusiva responsabilidade social, por meio da absoluta descentralização das decisões, ao ‘indivíduo-cidadão’ — suposto ‘instrumento de si mesmo’ —, é um dos versículos prioritários do evangelho do mercado, matéria-prima do neoliberalismo político. A teodiceia da eficácia monetária é o caldo civilizatório da sociedade incivil, em que a cidade potencializa os seus níveis

organizacionais de fechamento institucional. Fechada é a cidade cuja vida coletiva se rege por uma apropriação prioritária dos habitantes de alta renda ou dos investimentos na cidade-espetáculo. Aberta é a cidade que dá margem a uma dinâmica coletiva de intercâmbios dos diferentes espaços sociais, comportando uma ideia de comunidade capaz de contrabalançar os efeitos perversos da industrialização acelerada (Sodré; Paiva, 2019, p. 11-12).

Para Sodré (2021), essa é uma visão mais crítica quanto à utilização do ciberespaço, apontando para o caminho de esvaziamento da sociedade civil e das instituições responsáveis pelas ações e mudanças. Nesse espaço, a democracia se coloca em perigo. Nesse sentido, há a importância da reorganização dos movimentos coletivos para recuperar a revalorização do comum e o reconhecimento da heterogeneidade da sociedade brasileira.

Como tratado, a quarta onda caracteriza-se também pela capacidade de reunir diferentes mulheres ao redor do globo e diferentes manifestações feministas. A presença em espaços transnacionais, como as redes sociais *online*, não somente tem conectado essas mulheres, como também difundido diferentes ideias das lutas feministas, dando visibilidade e protagonismo às bandeiras dos movimentos. “Desta maneira, pressionar sobre os limites culturais e políticos que as sociedades nacionais impõem ao desenvolvimento das agendas políticas e dos movimentos sociais” (Varela, 2019, tradução nossa)⁴⁵.

Desde a Primavera Árabe até os dias atuais, diferentes manifestações sociais têm eclodido pelo mundo, sendo propiciadas pelo uso estratégico da comunicação midiática.

As novas mídias digitais exercem um papel central nesses movimentos sociais contemporâneos, circulando a informação, abrindo espaços para críticas sociais e facilitando novas formas de mobilização social. Neste sentido, 2011 foi um ano seminal, que deu origem a muitos movimentos sociais de importância contínua (Tufte, 2013, p. 63).

Em outubro de 2022, a jovem Mahsa Amini morreu sob custódia da “polícia da moralidade”, no Irã, após ser detida pela forma como usava o véu, conhecido na cultura islâmica como *hijab*⁴⁶. De acordo com a polícia, a jovem morreu de uma doença cardíaca

⁴⁵ Texto original: “[...] de esta manera, presionar sobre los limites culturales y políticos que las sociedades nacionales imponen al desarrollo de las agendas políticas de los movimientos sociales.”

⁴⁶ No Islã a vestimenta relaciona-se de forma direta com as noções de gênero, sexualidade e privacidade sacra, como aponta Müller (2021). “A palavra ‘véu’ não possui referencial na língua árabe, mas *hijab* tem raízes que compõem as culturas islâmica e árabe. Na sua forma verbal, *hajaba*, é traduzido como isolar, esconder, separar e mascarar, estando presente em diferentes

prévia, mas testemunhas viram a vítima ser agredida dentro de uma viatura. O uso do véu passou a ser obrigatório no Irã após a Revolução Islâmica de 1979, a qual restringiu ainda mais o direito das mulheres no país, e tornou-se compulsório em maio de 2014 (Müller, 2021). A morte de Mahsa Amini levou a uma onda de protestos pelo país conhecida como “Revolta do Véu” (BBC News Brasil, 2022).

Nessa mesma perspectiva, no ano de 2014, “*My Stealthy Freedom*” inicia-se no Irã. Com a utilização de uma página do *Facebook*, o movimento defende o direito individual de usar ou não o *hijab* no país. As ativistas compartilharam na página fotografias e vídeos sem véu, muitas delas em espaços públicos iranianos. O movimento foi uma reação a uma publicação da jornalista iraniana Masih Alinejad⁴⁷, residente na Inglaterra na época e que hoje mora nos EUA. A jornalista, então exilada, traz em seu perfil no *Facebook* uma foto de cabelos soltos junto de um texto em que fala sobre liberdade de soltar os cabelos e ser feliz. O movimento possui um duplo caráter transgressor e infrator: primeiro pelo fato de as manifestantes infringirem a lei do uso compulsório do *hijab*, registrando esse ato considerado ilícito por meio de suas publicações em rede social *online*; e, em segundo, pela própria presença delas no *Facebook* ser um ato transgressor, já que na época a rede social era bloqueada no país (Müller, 2021).

Isso aponta que os movimentos feministas e suas pautas não são exclusividade do Ocidente e que o uso e propagação de informações pelas redes sociais têm sido terreno fértil para mobilizações sociais transnacionais. Assim, segundo a jornalista Varela (2019), a quarta onda e os movimentos feministas se convertem numa luta emancipatória de caráter global. Esse processo traz uma crescente consciência da diversidade das lutas, seu caráter multicultural e interseccional, as diferentes formas de opressão, exclusões e desigualdades e como incorporá-las às agendas feministas, com vistas à emancipação, justiça social e liberdade.

partes do Alcorão e não somente nas que correspondem ao cobrimento feminino” (Müller, 2021, p. 5).

⁴⁷ Masih Alinejad é uma jornalista conhecida no Irã pelas pautas políticas e que foi expulsa pelo cunho crítico do seu trabalho, isolando-se na Inglaterra durante as eleições de 2009, devido às perseguições que sofria. Alinejad pretendia voltar ao país, caso o candidato Mir Houssein Mussavi saísse vitorioso. Contudo, a vitória favoreceu o opositor Mahmoud Ahmadinejad. Podendo ser presa ao retornar à terra natal, a jornalista manteve-se exilada (Müller, 2021).

As redes sociais contribuem nesse sentido ao promover um novo tipo de ação, de organizar diversas mulheres anônimas em torno de objetivos claros e comuns, de modo rápido e preciso. Um novo espaço público de opinião, o qual as mulheres acessam, sem o controle dos meios de comunicação tradicionais ainda marcados pela dominação masculina (Varela, 2019). Agora, “milhares de mulheres em todo o mundo sabem que o silêncio e a submissão, longe de proteger-nos, amparam os agressores e alimentam a impunidade, gasolina da violência” (Varela, 2019, tradução nossa)⁴⁸. Portanto, o ciberativismo converte-se em uma característica fundamental desta fase, na qual se articulam os movimentos feministas nas comunidades virtuais junto das organizações presenciais, que estão na sociedade civil (Varela, 2019).

Porém, vale lembrar que, em um mundo de conectividade exaltada, ainda existem bilhões de pessoas sem acesso à Internet: mais da metade da população mundial não está conectada ao ambiente digital e 3 bilhões têm acesso, independente da qualidade do acesso (Cabral Filho; Oliveira, 2022). No Brasil, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2021, aponta que 90% dos lares do país já possuem acesso à *Internet* (Gov.br, 2022).

Apesar dos avanços, torna-se pertinente tensionar o ciberativismo e apontar algumas fraquezas. A página do *Facebook* “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro” (MUCB), por exemplo, passou por um processo de desmobilização, como aponta o estudo de Raphaela Ferreira (2021). A autora traz uma análise de 252 publicações na página no período de 29 de setembro a 02 de outubro de 2021, três anos após a criação da MUCB na rede social e a explosão dos movimentos #EleNão. Um grupo que surge como espaço vocalizador das discussões políticas de diferentes mulheres, em 2021 já se apresenta como um espaço que se esvazia de discussões aprofundadas sobre as temáticas inerentes às mulheres no cenário brasileiro, suas vivências e necessidades, e coloca-se como um grupo de conteúdos predominantemente opinativos e rasos contrários ao presidente. As informações, segundo a pesquisa, apresentam conteúdo de consumo rápido e compartilhável. Desse modo, o poder de mobilização política feminina não se sustenta nesta rede.

Outro fator é a própria exclusão das mulheres da TIC. De acordo com Berrío-Zapata *et al.* (2020), a exclusão de gênero é um fenômeno mascarado pela sutileza com que acontece,

⁴⁸ Texto original: “*Miles de mujeres em todo el mundo saben que el silencio y la sumisión, lejos de protegernos, amparan a los perpetradores y alimentan la impunidad, gasolina de la violencia.*”

em uma sociedade sexista nas áreas da ciência e tecnologia – a qual associa ciência e tecnologia ao masculino –, bem como nas comunidades acadêmicas e profissionais. Essa exclusão é complexa uma vez que ainda se tem a ideia de “neutralidade” dos espaços virtuais. Esse fenômeno é conhecido como Exclusão Digital de Gênero (EDG). Conforme os autores, isso começa com a própria história da computação, a qual negligência as conquistas das mulheres na área, além do desestímulo à formação das mulheres neste tipo de setor, desigualdades no mercado de trabalho, entre outros aspectos.

5.3 TWITTER E AS CONEXÕES COM O UNIVERSO DA POLÍTICA

Os brasileiros ficam em média 3 horas e 24 minutos por dia nas redes sociais, o que coloca o Brasil no terceiro lugar mundial neste aspecto, atrás apenas das Filipinas e da Colômbia, nesta ordem, e acima da média mundial de 2 horas e 25 minutos, de acordo com o relatório *Digital 2021: Global Overview Report* (Trindade, 2022). Dentre os usuários, destaca-se a População Economicamente Ativa (PEA), sendo um enorme mercado de “consumidores” e, portanto, interesse das plataformas digitais (Trindade, 2022).

O *Twitter* foi criado em 2006 por Jack Dorsey, Evan Williams e Biz Stone, nos Estados Unidos. Em 2007, a empresa já oferecia um espaço para publicação de textos curtos, de no máximo 140 caracteres, sendo aumentado para 280, em 2007. O microblog ganhou novas funcionalidades ao longo dos anos e atualmente comporta a publicação de hiperlinks, imagens, vídeos, entre outros. Atualmente, a rede social está disponível em 49 idiomas e, em abril de 2022, possuía em torno de 229 milhões de usuários ativos diários pelo mundo (Canaltech, [ca. 2023?]). Também em 2022, a empresa foi comprada pelo bilionário Elon Musk.

No Brasil, a rede social popularizou-se a partir de 2008, recebendo uma versão em português em 2009. Conforme levantamento feito por Luiz Trindade (2022), o *Twitter* é considerado a sétima rede social mais acessada, em 2021, com 16,5 milhões de usuários ativos. Isso pode parecer um número pequeno se comparado aos líderes do ranking brasileiro, *Facebook* poderem ser visibilizados – 130 milhões de usuários ativos – e *WhatsApp* – 120 milhões –, mas em âmbito mundial, o Brasil representa o 4º maior mercado mundial da

plataforma, atrás da Índia, Estados Unidos e Indonésia, e em termos relativos no mundo, a proporção é exatamente a mesma do *Facebook* (Trindade, 2022).

A rede social permite seguir e ser seguido, compartilhar informações expressas por si mesmo ou por outro usuário (*retuíte*). O uso das conversações se dá pelo uso do sinal “@” diante do nome do usuário o qual a mensagem se destina. No perfil pode ser fazer personalizações, como mudar a imagem, preencher dados e tornar o espaço uma representação do eu (Recuero; Zago, 2016). O microblog “também oferece maneiras de gerar e manter valores sociais entre essas conexões” (Recuero; Zago, 2016).

Com o recurso de *Trending Topics* (TT), a lista de assuntos mais comentados no *Twitter*, a partir do uso das *hashtags* (palavras-chave), é possível observar os assuntos mais falados nos ranqueamentos do mundo e do próprio país, bem como observar as opiniões a respeito dos temas levantados. Como exemplo tem-se, em março de 2023, no top 10 do *Twitter* os termos “Nikolas” e “Nikole”, uma referência à declaração transfóbica do deputado federal Nikolas Ferreira (PL/MG) na Câmara Federal no Dia Internacional da Mulher. Na ocasião, o parlamentar colocou uma peruca, como forma de obter “lugar de fala” e se auto denominou de “Deputada Nikole”. Na época, deputados e deputadas federais, como Tabata Amaral (PSB/SP) e a bancada do PSOL, entraram com pedido de cassação do mandato, uma vez que transfobia é considerado crime desde 2019. O caso repercutiu nas redes sociais, com usuários(as) apoiando/criticando as falas do deputado. Deve-se ressaltar que as agressões feitas pelo deputado Nikolas foram direcionadas, em especial, às deputadas trans Duda Salabert (PDT) e Érika Hilton (PSOL), as primeiras a ocuparem uma vaga no Congresso Nacional. Alinha-se, ainda, ao seu discurso de extrema-direita, vinculado ao bolsonarismo, em defesa da pauta conservadora de costumes, que tenta conciliar política, religiosidade e ciberativismo nas redes sociais numa ofensiva contra as minorias.

De acordo com Trindade (2022), especialistas em tecnologia da informação caracterizam a partir de quatro modos de comunicação, o *Facebook*, mas que podem aqui ser adaptados para a realidade do *Twitter*. O primeiro modo é o *broadcasting* – método de transmissão de mensagens e conteúdo. Atualmente, o *Twitter*, apesar da limitação de caracteres, possui a capacidade de disseminar informações em diferentes formatos – texto, hiperlink, vídeos etc.. O segundo modo é a capacidade de redistribuir os conteúdos através do compartilhamento e postagens visíveis para uma rede de contatos, temos na plataforma

tanto o *tweet* quanto a possibilidade de *retuíte* (RT), que se encaixam também no quarto modo, uma vez que, de acordo com o autor, endossam e disseminam determinada publicação. A terceira seria a interação e sua capacidade de comentar *tweets* e expressar opiniões pessoais. Por fim, a capacidade de reconhecimento, que no *Facebook* vai para além do “curtir” com a possibilidade de reagir às publicações, mas que no *Twitter* se limita ao “like”. Quanto mais usuários se conectam a um dado conteúdo, maior sua capacidade de disseminação na plataforma de forma exponencial (Trindade, 2022).

Conforme Recuero e Zago (2016), os usuários e usuárias do *Twitter* possuem uma rede de conexões, mas o contato se dá, de fato, com uma parcela pequena delas. Ou seja, há conexões entre quem segue quem, e outra na qual há a interação efetiva entre essas pessoas. As autoras apontam que o espaço se tornou também espaço de promoção e manutenção do capital social.

A replicação de mensagens no *Twitter* também tem sido acionada como forma de comunicação política: como a exemplo tem-se o ex-presidente do Brasil Jair Bolsonaro, nas eleições de 2018 e durante seu mandato; o ex-presidente dos EUA Donald Trump, nas eleições presidenciais de 2016 e durante seu mandato. Ainda, o uso estratégico, como apontado anteriormente, tem sido recorrente por aqueles e aquelas que desejam adentrar no mundo político, driblando as mídias tradicionais (Santos, 2022).

As utilizações da rede “revelam um alargamento nas relações de contato, partilha ou interação entre os usuários, independente de seu pertencimento a uma mesma rede social” (Rosseto; Carreiro; Almada, 2013, p. 190). Há ainda uma diversidade de conteúdos e motivações, o que faz do *Twitter* uma via útil para os agentes políticos, os quais podem informar e influenciar para além dos seus seguidores e a interação entre os cidadãos/eleitores (Rosseto; Carreiro; Almada, 2013). Ainda, a comunicação passa a se estender para além dos períodos eleitorais. De acordo com Rosseto, Carreiro e Almada (2013), como nova esfera de visibilidade pública, ela pode ser acionada para apresentar problemas sociais, agendar e enquadrar temáticas, levar a ondas políticas, entre outros.

Trindade (2022) aponta que as redes sociais, como o *Twitter*, vivenciam uma espécie de crise de identidade, uma vez que oscilam sem definição entre uma empresa de tecnologia e um conglomerado de mídia. No entanto, ao se considerarem como empresas de tecnologias, elas não podem ser consideradas como responsáveis pelo conteúdo publicado por seus

usuários, algo bastante defendido pelo *Telegram*, por exemplo. Caso sejam consideradas como conglomerados, essa realidade se altera, uma vez que seriam responsáveis pelo que é publicado em suas plataformas e, portanto, deveriam definir linhas editoriais, mais transparentes e claras. Isso também as responsabilizaria pela interferência negativa nos pleitos eleitorais.

Dados do Relatório de Visão Geral Global Digital 2022 da *We Are Social e Hootsuite*, apontam que o *Twitter* é a nona rede mais acessada no Brasil – *Whatsapp*, *Youtube* e *Instagram* estão à frente como o *TikTok*. O *Facebook* passou para quarto lugar. Isso mostra uma certa despolitização, tendo em vista que hoje são plataformas que buscam mais vender a imagem de felicidade, exibir situações que seriam de um cotidiano que foge à realidade e excluem, em geral, debates políticos ou ligados a movimentos sociais, como a questão feminista. São redes que apontam muito mais para o uso do corpo e da ostentação como formas de mostrar o sucesso e a aceitação social – um sintoma de uma sociedade do espetáculo (Debord, 1997) e focada mais no “eu” e menos no “coletivo” (Sodré, 2021).

Não há como falar de *Twitter* e discurso de ódio sem falar de política. Ainda conforme Trindade (2022), um levantamento conduzido pelo grupo de pesquisa *Internet Lab*, em parceria com a *Revista AzMina*, de 2021, referente aos discursos de ódio durante as eleições de 2020, no *Twitter*, acompanhou as contas de 13 candidatas a prefeitas e vereadoras em todo o país e observou 3,1 mil *tweets* de cunho religioso contra as candidatas. Os discursos ofensivos se relacionavam, na maioria dos casos, “à obesidade; críticos à filiação partidária de esquerda (taxadas de comunistas), com descrédito de sua capacidade intelectual; ataques à moral e à dignidade; de conotação racista; e acusações de consumo de drogas ilícitas [...]” (Trindade, 2022, p. 106).

De acordo com o estudo, na Bahia, as candidatas negras foram as mais atacadas no *WhatsApp* e *Twitter*; e no Rio de Janeiro, o Instituto Marielle Franco identificou que as mulheres negras engajadas na política partidária estavam entre as maiores vítimas de violência nas plataformas digitais. Como exemplo, tem-se as ameaças sofridas pela deputada federal Talíria Petrone (PSOL/RJ), mulher negra e próxima à Marielle Franco, que recebe mensagens nas redes sociais e telefone, desde o mandato como vereadora na cidade do Rio de Janeiro, de 2016 a 2018. Em 2019, a deputada federal recebeu escolta da Polícia Legislativa. Dentre as ameaças, os constantes ataques racistas. Outra política que vivencia

constantemente ameaças é a deputada federal (PDT/MG) Duda Salabert. Salabert é mulher trans e as ameaças também se intensificaram quando ela assumiu a vereança em BH. Em junho de 2023, um grupo que disseminava discurso de ódio, ameaças e atraíam vítimas para agressão e estupro, pela rede social *online Discord*, teve um de seus membros presos e reconhecido por Duda como uma das pessoas que ameaçava a ela e sua família (Andrade, 2023).

Muitas vezes, o ataque a mulheres negras na política vem como o que Luiz Trindade (2022) chama de “racismo cordial”, ainda bastante difícil de se identificar no Brasil. Destaca-se aqui que existe uma ligação com a questão interseccional, em que o ódio tem como alvo o gênero, a raça e a etnia e, em alguns casos, à própria sexualidade e condição social. Como exemplo, o sociólogo aponta uma publicação feita pelo apresentador Danilo Gentili, em 2016. Naquele ano, a senadora pelo Piauí, Regina Sousa, subiu à tribuna para discursar sobre a discordância para com o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e foi duramente hostilizada nas redes sociais, incluindo o apresentador. Danilo Gentili postou no *Twitter* a seguinte frase: “Senadora? Achei que fosse a tia do café” (Gomes, 2018). Aqui, tem-se um discurso de ódio que envolve misoginia, racismo e etarismo⁴⁹, numa sociedade dominada por homens brancos e jovens – ou que aparentam ser jovens –, que cultua a juventude. Ainda, o termo “tia”, usado pelo apresentador caracteriza-se como depreciativo, uma forma de estigmatizar a senadora a partir de sua aparência física e fora de um “padrão” pensado para o que viria a ser um ator político, preferencialmente homem e branco.

Barros (2015) investiga como os sites das parlamentares da Bancada Feminina são acionados para dar visibilidade à agenda da representação feminina na política nacional, com enfoque nas políticas públicas voltadas para as mulheres. O autor destaca que, até então, os estudos dos discursos das parlamentares na rede não contemplavam a perspectiva da representação. Com a apropriação dos espaços digitais, as mulheres puderam dar visibilidade a pautas muitas vezes esquecidas pela mídia tradicional.

Podem ser citadas como exemplo as deputadas Joenia Wapichana (REDE/RR) e Áurea Carolina (PSOL/MG), eleitas em 2018, que trazem à tona importantes lutas femininas e feministas, com base em cada lugar de fala. *Joenia Wapichana*, primeira mulher indígena

⁴⁹ O termo “etarismo” refere-se ao preconceito contra pessoas idosas, baseados em estigmas relacionados à idade e ao envelhecimento.

eleita para Câmara dos Deputados Federal, preocupa-se com as questões que envolvem a mulher indígena e a demarcação das terras dos povos originários, deixando isso claro em sua luta e discurso nas redes sociais. Áurea Carolina, por sua vez, traz a intersecção gênero e raça ao expor os desafios e lutas da mulher negra. Além disso, a deputada defende as pessoas atingidas pelos desastres ambientais de Mariana e Brumadinho, ambos em Minas Gerais, trazendo o enfoque dos atingidos, em especial das comunidades periféricas e indígenas. Outro exemplo interessante é o da deputada federal Profa. Marcivania, também eleita na mesma época. A parlamentar questionou a própria mídia tradicional e a justiça quanto à invasão das terras do povo indígena Waiãpi por garimpeiros, em julho de 2019.

Conforme Cristiane Bernardes (2020), após diferentes leituras e observação do parlamento pelo mundo, as redes sociais têm potencial de promover o engajamento dos cidadãos e cidadãs nas instituições legislativas, contudo, busca-se mais promover as ações realizadas no parlamento do que o engajamento de fato. No Brasil, as Assembleias Legislativas estaduais e distrital, como também a Câmara Federal e o Senado, possuem seus próprios perfis nas redes sociais. A pesquisadora, ao investigar as Assembleias legislativas dos estados do Sudeste, percebe uma preocupação com o uso institucional dos perfis no *Twitter*, caracterizada pela visibilidade e popularização dos conteúdos e informações. Para além dos perfis de cada parlamentar e agente político, têm-se os perfis oficiais do parlamento e presidência, como: Câmara dos Deputados Federal (@camaradeputados), Senado Federal (@SenadoFederal), Presidência da República do Brasil (@presidencia_BR) e Governo do Brasil (@govbr). Perfis vistos como responsáveis por serem fontes confiáveis de informação e prestação de contas, desde que geridos de forma ética e transparente.

Vale atualizar que o *Twitter* teve o nome alterado para “X”, em julho de 2023, com mudanças nas experiências comunicativas e de interação dos usuários. Contudo, essas alterações não serão inseridas nesta pesquisa, uma vez que o recorte se ateve ao primeiro semestre de 2019, com a dinâmica da rede social *online* daquele período.

Trazendo para a aproximação com esta pesquisa, as deputadas eleitas, por exemplo, utilizam a plataforma para estabelecer comunicação com o público/eleitores, uma forma de ampliar a comunicação, disseminar ideias, valores e bandeiras, junto do seu eleitorado. No entanto, quais bandeiras são levantadas e de que forma elas auxiliam na busca pelos direitos e representação das mulheres brasileiras é algo que será discutido no próximo capítulo.

6 AS BRASILEIRAS NO PODER: METODOLOGIA E ANÁLISE

Somos mulheres parteiras, benzedadeiras, ministras politizadas, fazemos enfrentamento, embora não sejamos belas ou recatadas. Não somos recatadas, muitas vezes nem estamos ou somos do lar, temos um pé no chão da aldeia e o outro do lado de cá (Governo na Câmara, 2023).

Neste capítulo serão discutidas brevemente a comunicação como campo de conhecimento bem como as pesquisas da área (Lopes, 2016), além da apresentação da metodologia empregada nesta pesquisa, em especial nas pesquisas desenvolvidas no âmbito digital. Ainda, serão apresentados os resultados obtidos a partir da coleta dos *tweets* das deputadas federais parte deste estudo, bem como os temas mais acionados e como eles dialogam ou não com a realidade da mulher brasileira e na defesa dos direitos delas. Para isso, as 15 deputadas terão suas biografias apresentadas, a fim de que haja um diálogo entre a trajetória pessoal e política e as mensagens divulgadas em suas páginas pessoais no *Twitter*.

6.1 A PESQUISA EM COMUNICAÇÃO

A Comunicação, como campo inter/transdisciplinar de conhecimento, surgiu na interface com outros campos de saber, como a Antropologia, Sociologia, Filosofia, Psicologia, entre outros (Braga, 2011; Del Bianco, Lopes, 2020; Duarte, Barros, 2005; Lopes, 2016; Signates, 2021). Ainda há o debate sobre a comunicação, se seria de fato uma ciência ou não. Pires (1998) diferencia interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Conforme a autora, interdisciplinaridade visa superar a extrema especialização e desarticulação entre teoria e prática, sendo uma alternativa à disciplinaridade, a qual foca em apenas uma área/conteúdo do conhecimento. Essa é uma crítica à organização da sociedade capitalista e à divisão social do trabalho. Já a transdisciplinaridade refere-se à superação do caráter fragmentado da organização do ensino, que, por vezes, leva a relações fragmentadas (Pires, 1998). Apesar de alguns autores discutirem a diferença entre os termos, nota-se que ambos criticam a formação do conhecimento de forma fragmentada e desarticulada. Quando se trata do campo da comunicação, torna-se notório os atravessamentos constantes com outros campos.

Sabe-se que o início das pesquisas, que diferenciaram o campo, vieram das mudanças provocadas pelos meios de comunicação de massa (rádio e TV) na sociedade.

Na verdade, perguntas definitivas (na dupla acepção do termo) não são formuladas para terem respostas acabadas, tampouco buscam o consenso. São estímulos a formulações, equacionamentos, definições que abrem perspectivas. Logo, a Comunicação tanto pode ser como não ser uma ciência, tal como acontece com a História e outras disciplinas, porque há mais de uma maneira de compreendê-las. Com isso podemos devolver à pergunta sua condição problemática, a única forma que nos interessa (Del Bianco; Lopes, 2020, p. 15).

Outra questão marcante apontada por Lopes (2016) é que a Comunicação se apresenta como uma ciência marcada por indecisões. Dentre os motivos está a incerteza do tempo e espaço, devido às transformações sociais, culturais, tecnológicas e políticas. “Na ausência de limites prescritos, a investigação surge como um estímulo para a criação de uma ciência que, sem rumos estabelecidos, procura encontrar-se para oferecer a frágil clareza de uma explicação que é apenas possível” (Lopes, 2016, p. 149). Para ela, a epistemologia da Comunicação não oferece certezas justamente por ser uma indagação, parte de um território complexo, em que duvidar significa reconhecer as fronteiras, estabelecer diálogos, capaz de criar espaços entre o que se sabe e o que ainda será descoberto. Além disso, é relevante destacar que o olhar de quem observa, no ato da pesquisa, pode modificar o objeto. Braga (2011) percebe esses debates e tensões como produtores do conhecimento, a ponto de viabilizar direções para novas pesquisas, para além dos conhecimentos já obtidos.

A Comunicação, como um campo vinculado às Ciências Sociais Aplicadas⁵⁰, busca investigar processos comunicacionais para compreender sua formação, dinâmica e funcionamento, que se relacionam à produção e circulação de mensagens, e transformá-los em acessíveis por meio das teorias centradas nesses processos (Del Bianco; Lopes, 2020). Ou seja, as pesquisas em Comunicação relacionam-se ao investigar o que, como e por quais motivos a sociedade conversa com a sociedade, relacionando com o mundo à sua volta, os grupos e consigo mesmo. Esse processo permite que o conhecimento científico seja desenvolvido, seja repassado nos processos de formação de novos profissionais e, conseqüentemente, permeia a atuação deles no mercado de trabalho.

⁵⁰ Conforme a CAPES, a Comunicação está inserida em Ciências Sociais Aplicadas I, na subárea de Comunicação e Informação.

Mesmo o campo da Comunicação sendo atravessado por outros saberes, há a necessidade de estabelecer diálogo entre objetos e empiria, a partir de um olhar comunicacional.

É necessário, portanto, para desenvolver uma pesquisa em comunicação, uma discussão e uma tomada de posição sobre o que estamos entendendo como comunicação. É uma determinada concepção de comunicação que organiza nosso olhar sobre um objeto (uma prática) e define as questões que podemos formular sobre ele; que orienta, portanto, nosso processo de conhecimento. É desta maneira que, tratando uma determinada empiria, estaremos desenvolvendo um estudo comunicacional (França, 2016, p. 157).

Essa é uma forma de ampliar o conhecimento acerca da comunicação e seus processos, bem como o fortalecimento do campo científico.

6.2 METODOLOGIA DE PESQUISA E ANÁLISE

De acordo com Lopes (2016), a metodologia de uma pesquisa é um processo de tomada de decisões que compõem e organizam a investigação. Neste sentido, a presente pesquisa foi organizada e norteada por, basicamente, três processos:

6.2.1 Pesquisa bibliográfica

Para Gil (2008), a pesquisa bibliográfica consiste no resgate de materiais teóricos e científicos consolidados, as quais tratam de temas para compor a base teórica da investigação. No presente trabalho, tal abordagem se concentrará sobre os seguintes pilares: (I) Gênero e Cidadania; (II) Mídia e Política; (III) Feminismos, política e redes sociais; (IV); Análise de Conteúdo Aplicada a Redes Sociais *Online* (Cervi, 2019; 2018). A partir dessa bibliografia é possível traçar o percurso de como os meios de comunicação moldam a realidade e a construção do conhecimento, sendo um reflexo social; os estudos sobre gênero e suas implicações na transformação social; a participação feminina na política, seus desafios e sua conversão em políticas públicas para as mulheres; por fim, desenvolver uma análise de conteúdo (Bardin, 2011; Cervi, 2019) das publicações no *Twitter* das deputadas, por meio da análise aplicada às redes sociais *online*, a fim de compreender e observar as narrativas construídas por elas e de que modo conferem visibilidade à agenda feminina.

6.2.2 Pesquisa documental e *Corpus* de análise

O conceito de análise documental parte da identificação, verificação e observação de documentos com determinadas finalidades. Como técnica de pesquisa é o recurso capaz de complementar outras formas de obtenção de dados, sendo as fontes de material secundárias, por serem materiais e informações reunidas, as quais ainda não receberam qualquer tratamento analítico (Moreira, 2008). Para a construção desta pesquisa, foram levantadas as 77 deputadas federais eleitas por 25 partidos, em 2018, que tomaram posse em 1º de fevereiro do ano seguinte, a partir das quais se deu a coleta das publicações no *Twitter* oficial de cada uma delas, disponíveis no site Auditoria Cidadã (2021). A coleta de dados foi realizada no dia 14 de abril de 2022 com auxílio do software livre *TAGS V.I.*, o qual permite a raspagem no *Twitter*, daquelas que possuíam conta na rede social, com limite de pouco mais de três mil *tweets* por perfil.

Após essa primeira etapa, foi criada uma planilha de *Excel* com os dados de cada deputada federal, como nome, estado, partido e as datas iniciais e finais das publicações disponibilizadas via *TAGS V.I.* Vale destacar que quatro deputadas não possuíam *Twitter* e uma delas tinha a rede social fechada, impossibilitando coleta via *software*. As cinco deputadas foram retiradas do *corpus*.

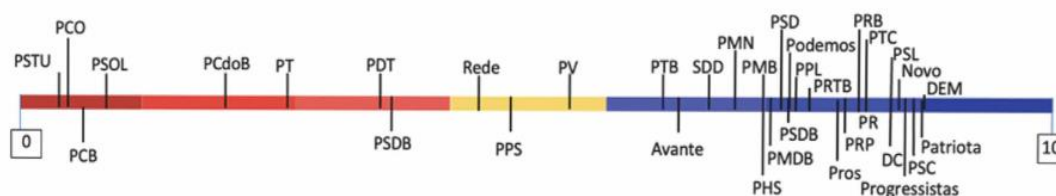
Ficou determinado o primeiro semestre de mandato como elemento determinante do *corpus* – 01 de fevereiro de 2019, período referente à posse das deputadas, a 31 de julho do mesmo ano, totalizando os 180 primeiros dias de mandato –, pensando em observar quais as narrativas as deputadas trazem consigo para o mandato em seu primeiro semestre. Das 77 deputadas, o recorte caiu para um universo de 28 deputadas federais de 15 partidos, o que representa aproximadamente um terço do extrato. Os partidos que tinham mais de uma deputada passaram por uma nova triagem a tentar abarcar diferentes regiões do Brasil, para que apenas uma de cada partido, presente no banco de dados, fosse analisada ao longo da investigação. Como um último recorte, chegou-se, então, a 15 deputadas que se tornaram o *corpus* de análise a partir de suas postagens no *Twitter*.

Para fins metodológicos e analíticos, foi necessário estabelecer um recorte para a pesquisa, optando-se pelo início do mandato. O período retrata um momento específico do país, iniciado nas manifestações de junho de 2013. Em 2019, assumiu o governo o presidente Jair Messias Bolsonaro (vinculado ao PSL), com discurso conservador de exaltação de

“Deus, pátria e família”. Por outro lado, foi o período em que tomou posse o maior número de deputadas na Câmara Federal, até então, com 77 cadeiras ocupadas por mulheres. Apesar do crescente número – de 51, em 2014, para 77, em 2018 –, as mulheres eleitas não apontam para uma bancada feminina menos conservadora ou mais feminista. Parte das deputadas foi eleita pela primeira vez, aproveitando a onda Bolsonaro, a qual alavancou a votação de diversos agentes políticos.

Esse momento reflete nas deputadas eleitas, que podem ser organizadas conforme o espectro político a seguir, elaborado por Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023), a partir da entrevista com 519 cientistas políticos da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), na figura 1:

Figura 1 - Classificação dos partidos políticos brasileiros em *policy*, *office* ou *vote-seeking* em 2018



Fonte: Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023, p. 14).

A seguir, o quadro (Quadro 2) com as deputadas eleitas e os respectivos partidos de filiação e estado que representam.

Quadro 2 - 77 deputadas eleitas em 2018 para a Câmara dos Deputados Federal

UF	Nome	Partido de filiação nas eleições
AC	Dra. Vanda Milani	SD
AC	Jéssica Sales	MDB
AC	Mara Rocha	PSDB
AC	Perpetua Almeida	PC do B
AL	Tereza Nelma	PSDB
AP	Aline Gurgel	PRB
AP	Leda Sadala	AVANTE
AP	Professora Marcivania	PC do B
BA	Alice Portugal	PC do B
BA	Lídice da Mata	PSB

BA	Prof. Dayane Pimentel	PSL
CE	Luizianne	PT
DF	Bia Kicis	PRP
DF	Celina Leão	PP
DF	Erika Kokay	PT
DF	Flavia Arruda	PR
DF	Paula Belmonte	PPS
ES	Dra. Soraya Manato	PSL
ES	Lauriete	PR
ES	Norma Ayub	DEM
GO	Flavia Morais	PDT
GO	Magda Mofatto	PR
MG	Alê Silva	PSL
MG	Aurea Carolina	PSOL
MG	Greyce Elias	AVANTE
MG	Margarida Salomão	PT
MS	Rose Modesto	PSDB
MS	Tereza Cristina	DEM
MT	Professora Rosa Neide	PT
PA	Elcione	MDB
PB	Edna Henrique	PSDB
PE	Marília Arraes	PT
PI	Dra. Marina	PTC
PI	Iracema Portella	PP
PI	Margarete Coelho	PP
PI	Rejane Dias	PT
PR	Aline Sleutjes	PSL
PR	Christiane Yared	PR
PR	Gleisi Lula	PT
PR	Leandre	PV
PR	Luisa Canziani	PTB
RJ	Benedita Silva	PT
RJ	Chris Tonietto	PSL
RJ	Clarissa Garotinho	PROS
RJ	Daniela do Waguinho	MDB
RJ	Flordelis	PSD
RJ	Jandira Feghali	PC do B
RJ	Major Fabiana	PSL
RJ	Rosangela Gomes	PRB
RJ	Soraya Santos	PR
RJ	Talíria Petrone	PSOL

RN	Natalia Bonavides	PT
RO	Jaqueline Cassol	PP
RO	Mariana Carvalho	PSDB
RO	Silvia Cristina	PDT
RR	Joenia Wapichana	REDE
RR	Shéridan	PSDB
RS	Fernanda Melchionna	PSOL
RS	Liziane Bayer	PSB
RS	Maria do Rosário	PT
SC	Angela Amin	PP
SC	Carmen Zanotto	PPS
SC	Caroline de Toni	PSL
SC	Geovania de Sá	PSDB
SP	Adriana Ventura	NOVO
SP	Bruna Furlan	PSDB
SP	Carla Zambelli	PSL
SP	Joice Hasselmann	PSL
SP	Luiza Erundina	PSOL
SP	Maria Rosas	PRB
SP	Policia Katia Sastre	PR
SP	Renata Abreu	PODE
SP	Rosana Valle	PSB
SP	Sâmia Bomfim	PSOL
SP	Tabata Amaral	PDT
TO	Dulce Miranda	MDB
TO	Professora Dorinha	DEM

Fonte: Agência Câmara dos Deputados (2018)

Associando-se às deputadas federais ao espectro político anteriormente levantado, é possível inferir o espectro político/ideológico no qual as deputadas eleitas pertencem (Quadro 3).

Quadro 3 - Deputadas eleitas em 2018 e o respectivo posicionamento no espectro político

Espectro político	Número de deputadas	Percentual
Extrema-esquerda	5	6,5%
Esquerda	14	18,2%
Centro-esquerda	6	7,8%

Centro	4	5,2%
Centro-direita	4	5,2%
Direita	44	57,1%
Extrema-direita	0	0
TOTAL	77	100%

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Nota-se que, das deputadas eleitas, 32,5% estão ligadas ao espectro mais à esquerda; 5,2% seriam consideradas como centro; e 62,3% como mais à direita no espectro político. Dessa forma, as deputadas de centro-esquerda, esquerda e extrema esquerda, mais alinhadas às pautas identitárias, progressistas quanto à pauta cultural e dos costumes, e feministas representam um universo menor, dentre as 77 deputadas eleitas.

Contudo, vale ressaltar que, quanto ao espectro político e ideológico, cabe salientar que essa é uma classificação que é atualizada nas democracias nos mais diferentes contextos, podendo ser influenciadas pela alternância de poder, bem como pela ascensão, mudança ou declínio dos diferentes partidos. Desse modo, diferentes autores apontam que a diferença esquerda-direita se alterna no tempo e espaço (Bolognesi; Ribeiro; Codato, 2023; Maciel; Alarcon; Gimenes, 2017; Madeira; Tarouco, 2011).

Há que se questionar, por exemplo, o PSOL na extrema-esquerda. Ao eleger cinco deputadas em 2018, teve a sua atuação conjunta com os partidos de centro-esquerda, como PT e PC do B, o que pode, sim, ser considerado um bloco de centro-esquerda, que defendem, por exemplo, um Estado atuante e amplo, contrário ao neoliberalismo, mas que não propõe rupturas com o sistema capitalista, apesar do “socialismo” no nome. Da mesma forma, nas pautas identitárias, algumas deputadas até defendem questões polêmicas, consideradas à esquerda, como a defesa do aborto, mas, nas campanhas, são temas que acabam ficando em segundo plano para não perderem votos.

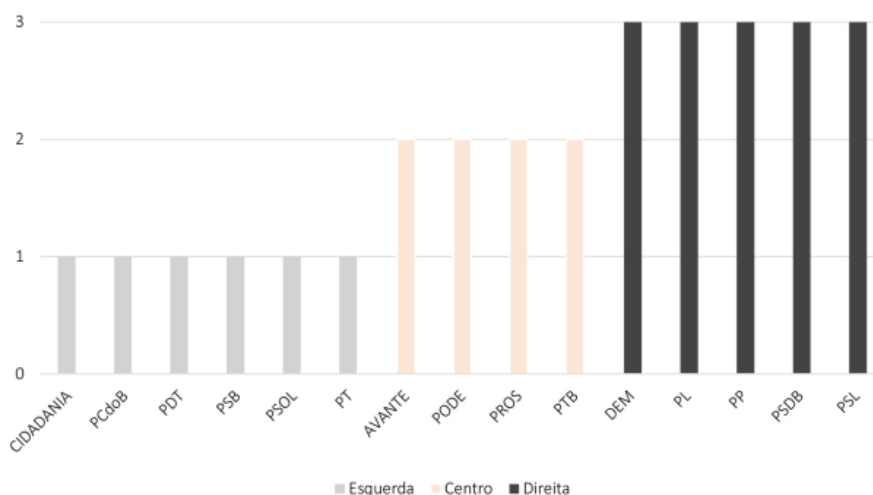
A ideologia, para Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023), está mais relacionada ao comportamento eleitoral e legislativo assumidos, sendo a herança do personalismo e patronagem partidária ainda influentes no contexto brasileiro. Um exemplo seria o próprio PSL (atual PL), considerado como partido de direita, mas que, nos discursos e execução dos mandatos, tem perceptível uma aproximação com a extrema-direita, defendendo uma economia neoliberal e conservadorismo no que tange aos costumes, combatendo, inclusive,

as pautas do movimento feminista, como descriminalização do aborto, sexualidade e discussões sobre questões relativas à comunidade LGBTQIAPN+, em especial, sob um viés interseccional.

Para Silva, Chaves e Barbosa (2023), a crescente eleição de mulheres posicionadas à direita no espectro político, alinhadas às pautas econômicas e de costumes propostas por Bolsonaro, demonstra a virada neoconservadora no Brasil, ao longo da última década.

Ainda, conforme as autoras, a bancada feminina eleita em 2018 representa, em sua maioria, uma bancada conservadora e antifeminista. Nessa perspectiva, as deputadas eleitas em 2018 podem ser classificadas a partir do seguinte espectro político (Gráfico 1):

Gráfico 1 - Classificação ideológica dos partidos políticos segundo suas deputadas



Fonte: Silva, Chaves e Barbosa (2023, p. 107).

Quanto ao posicionamento político e a relação raça/etnia, tem-se o seguinte quadro (Tabela 1):

Tabela 1 - Deputadas Federais eleitas em 2018: posicionamento ideológico político-partidário e raça/cor

	Esquerda		Centro		Direita		Total	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Branca	19	76,0%	7	77,8%	37	86,1%	63	81,8%
Indígena	0	0,0%	1	11,1%	0	0,0%	1	1,3%
Parda	3	12,0%	1	11,1%	5	11,6%	9	11,7%
Preta	3	12,0%	0	0,0%	1	2,3%	4	5,2%
Total	25	100,0%	9	100,0%	43	100,0%	77	100,0%

Fonte: Silva, Chaves e Barbosa (2023, p. 110).

Nota-se uma eleição de mulheres majoritariamente brancas, em especial no espectro ideológico à direita.

Quando observado o capital familiar, 48,1% das deputadas federais eleitas em 2018 relacionam-se a esse capital de algum modo, o que não se diferencia dos pleitos anteriores. Outro ponto interessante é que, enquanto para as deputadas de direita e esquerda o capital familiar vêm dos cônjuges, para as de centro esse capital é repassado pelos pais (Silva; Chaves; Barbosa, 2023).

[...] entre as parlamentares de direita, 58,1% (25) possuem ou já possuíram parentes ocupando cargos na política, ao passo que 41,9% (18) não detêm capital político familiar. Entre as deputadas ao centro, constatou-se que 66,7% (6) possuem parentes na política, contra 33,3% (3) que não possuem. Um padrão diferente foi encontrado entre as legisladoras de esquerda: enquanto 24% (6) delas têm laços familiares com políticos, 76% (19) não possuem esse tipo de vínculo. (Silva; Chaves; Barbosa, 2023, p. 115)

Para as pesquisadoras, ao observar que o capital político familiar é herdado de seus cônjuges, pode-se depreender que há um mecanismo de manutenção e crescimento do poder político masculino e familiar, por meio das candidatas eleitas, além de ser uma ferramenta para a conquista eleitoral (Silva; Chaves; Barbosa, 2023). Contudo, esse é um dado que precisa ser analisado cuidadosamente, uma vez que, mesmo tendo a possibilidade de uso do capital familiar, há deputadas que despontam na carreira política de outros modos, como é o caso da deputada Marília Arraes – PT/PE, atualmente filiada ao Solidariedade/PE –, neta de político, sobrinha de ex-deputada e prima de Eduardo Campos – morto quando se candidatou

à presidência em 2014. Marília teceu suas bases no movimento estudantil e consolidou a sua carreira política, de forma bem independente. No caso da deputada, seu capital familiar foi somado por sua atuação junto aos movimentos sociais (Silva; Chaves; Barbosa, 2023).

Ainda, como exemplo tem-se as seguintes deputadas presentes neste estudo: Elcione Barbalho (MDB/PA), mãe do governador do Pará na época, Helder Barbalho. A deputada além disso tem outros membros da família na vida política, como o esposo Jader Barbalho. Outra deputada com forte capital familiar é Clarissa Garotinho (PROS/RJ), filha dos políticos cariocas Anthony Garotinho e Rosinha Garotinho.

Com as eleições de 2022, e a ascensão de Lula à Presidência da República – associado à esquerda, mas que na prática apresenta-se mais ao centro esquerda –, o contexto muda, com a presença, por exemplo de mais mulheres nos ministérios, com a criação do Ministério dos Povos Indígenas, sob o comando da indígena Sônia Guajajara; Ministério da Igualdade Racial, sob o comando da irmã de Marielle Franco, Anielle Franco; entre outros. Ministérios comandados por mulheres, as quais possuem lugar de fala e representatividade. Além disso, foram eleitas 91 deputadas para a Câmara Federal, novo recorde, o que representa 18% das cadeiras ocupadas por mulheres. Das 91 deputadas, 29 são pretas e pardas, quatro são indígenas e duas mulheres trans. PT e PL são os partidos com mais mulheres eleitas, sendo 18 petistas e 17 vinculadas ao partido do ex-presidente Bolsonaro (Salles; Pretto, 2022).

O quadro 5 abaixo apresenta as deputadas eleitas para a 57ª legislatura, seus respectivos estados e partidos de filiação.

Quadro 4 - 91 deputadas eleitas em 2022 para a Câmara dos Deputados Federal

UF	Nome (Partido)	Situação
Acre	Antônia Lucia (Republicanos)	Reeleita
Acre	Meire Serafim (União)	Primeiro mandato
Acre	Socorro Neri (PP)	Primeiro mandato
Amapá	Professora Goreth (PDT)	Primeiro mandato
Amapá	Silvia Waiãpi (PL)	Primeiro mandato
Amapá	Sonize Barbosa (PL)	Primeiro mandato
Bahia	Alice Portugal (PCdoB)	Reeleita
Bahia	Ivoneide Caetano (PT)	Primeiro mandato
Bahia	Lídice da Mata (PSB)	Reeleita
Bahia	Roberta Roma (PL)	Primeiro mandato
Bahia	Rogéria Santos (Republicanos)	Primeiro mandato

Ceará	Dayany do Capitão (União)	Primeiro mandato
Ceará	Fernanda Pessoa (União)	Primeiro mandato
Ceará	Luizianne Lins (PT)	Reeleita
Distrito Federal	Bia Kicis (PL)	Reeleita
Distrito Federal	Erika Kokay (PT)	Reeleita
Espírito Santo	Jackeline Rocha (PT)	Primeiro mandato
Goiás	Delegada Adriana Accorsi (PT)	Primeiro mandato
Goiás	Flávia Morais (PDT)	Reeleita
Goiás	Lêda Borges (PSDB)	Primeiro mandato
Goiás	Magda Mofatto (PL)	Reeleita
Goiás	Marusssa Boldrin (MDB)	Primeiro mandato
Goiás	Silvye Alves (União)	Primeiro mandato
Maranhão	Amanda Gentil (PP)	Primeiro mandato
Maranhão	Detinha (PL)	Primeiro mandato
Maranhão	Roseana Sarney (MDB)	Retorna à Câmara (ex-deputada, ex-senadora, ex-governadora)
Mato Grosso	Amália Barros (PL)	Primeiro mandato
Mato Grosso	Coronel Fernanda (PL)	Primeiro mandato
Mato Grosso do Sul	Camila Jara (PT)	Primeiro mandato
Minas Gerais	Ana Paula Junqueira Leão (PP)	Primeiro mandato
Minas Gerais	Ana Pimentel (PT)	Primeiro mandato
Minas Gerais	Célia Xakriabá (PSOL)	Primeiro mandato
Minas Gerais	Dandara (PT)	Primeiro mandato
Minas Gerais	Delegada Ione Barbosa (Avante)	Primeiro mandato
Minas Gerais	Duda Salabert (PDT)	Primeiro mandato
Minas Gerais	Greyce Elias (Avante)	Reeleita
Minas Gerais	Nely Aquino (Pode)	Primeiro mandato
Minas Gerais	Rosângela Reis (PL)	Primeiro mandato
Pará	Andreia Siqueira (MDB)	Primeiro mandato
Pará	Dilvanda Faro (PT)	Primeiro mandato
Pará	Dra. Alessandra Haber (MDB)	Primeiro mandato
Pará	Elcione (MDB)	Reeleita
Pará	Renilce Nicodemos (MDB)	Primeiro mandato
Paraná	Carol Dartora (PT)	Primeiro mandato
Paraná	Gleisi (PT)	Reeleita
Paraná	Leandre (PSD)	Reeleita
Paraná	Lúisa Canziani (PSD)	Reeleita
Pernambuco	Clarissa Tércio (PP)	Primeiro mandato
Pernambuco	Iza Arruda (MDB)	Primeiro mandato
Pernambuco	Marília Arraes (Solidariedade)	Primeiro mandato

Piauí	Rejane Dias (PT)	Reeleita
Rio de Janeiro	Benedita Silva (PT)	Reeleita
Rio de Janeiro	Chris Tonietto (PL)	Reeleita
Rio de Janeiro	Dani Cunha (União)	Primeiro mandato
Rio de Janeiro	Daniela do Waguinho (União)	Reeleita
Rio de Janeiro	Jandira Feghali (PCdoB)	Reeleita
Rio de Janeiro	Laura Carneiro (PSD)	Retorna à Câmara
Rio de Janeiro	Rosangela Gomes (Republicanos)	Reeleita
Rio de Janeiro	Soraya Santos (PL)	Reeleita
Rio de Janeiro	Talíria Petrone (PSOL)	Reeleita
Rio Grande do Norte	Natália Bonavides (PT)	Reeleita
Rio Grande do Sul	Any Ortiz (Cidadania)	Primeiro mandato
Rio Grande do Sul	Daiana Santos (PCdoB)	Primeiro mandato
Rio Grande do Sul	Denise Pessôa (PT)	Primeiro mandato
Rio Grande do Sul	Fernanda Melchionna (PSOL)	Reeleita
Rio Grande do Sul	Franciane Bayer (Republicanos)	Primeiro mandato
Rio Grande do Sul	Maria do Rosário (PT)	Reeleita
Rondônia	Cristiane Lopes (União)	Primeiro mandato
Rondônia	Silvia Cristina (PL)	Reeleita
Roraima	Helena da Asatur (MDB)	Primeiro mandato
Santa Catarina	Ana Paula Lima (PT)	Primeiro mandato
Santa Catarina	Carmen Zanotto (Cidadania)	Reeleita
Santa Catarina	Caroline de Toni (PL)	Reeleita
Santa Catarina	Daniela Reinehr (PL)	Primeiro mandato
Santa Catarina	Julia Zanatta (PL)	Primeiro mandato
São Paulo	Adriana Ventura (Novo)	Reeleita
São Paulo	Carla Zambelli (PL)	Reeleita
São Paulo	Erika Hilton (PSOL)	Primeiro mandato
São Paulo	Juliana Cardoso (PT)	Primeiro mandato
São Paulo	Luiza Erundina (PSOL)	Reeleita
São Paulo	Maria Rosas (Republicanos)	Reeleita
São Paulo	Marina Silva (Rede)	Primeiro mandato (ex-senadora e ex-ministra)
São Paulo	Renata Abreu (Pode)	Reeleita
São Paulo	Rosana Valle (PL)	Reeleita
São Paulo	Rosângela Moro (União)	Primeiro mandato
São Paulo	Sâmia Bomfim (PSOL)	Reeleita
São Paulo	Simone Marquetto (MDB)	Primeiro mandato
São Paulo	Sônia Guajajara (PSOL)	Primeiro mandato
São Paulo	Tabata Amaral (PSB)	Reeleita
Sergipe	Delegada Katarina (PSD)	Primeiro mandato

Sergipe	Yandra de André (União)	Primeiro mandato
---------	-------------------------	------------------

Fonte: Elaborado pela autora com informações da Agência Câmara dos Deputados (2022)

Ao observar o espectro político das deputadas eleitas em 2022, tem-se o quadro (quadro 6) a seguir:

Quadro 5 - Deputadas eleitas em 2022 e o respectivo posicionamento no espectro político

Espectro político	Número de deputadas	Percentual
Extrema-esquerda	7	7,7%
Esquerda	21	23%
Centro-esquerda	6	6,6%
Centro	3	3,3%
Centro-direita	16	17,6%
Direita	21	23%
Extrema-direita	17	18,8%
TOTAL	91	100%

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Na tabela acima, devido ao discurso ultraconservador, entendeu-se o PSL como partido de extrema-direita.

A representação partidária também revela uma continuidade do conservadorismo, mesmo entre as mulheres eleitas. Das 91, um total de 54 deputadas – 59,4% das representantes mulheres eleitas – são de extrema-direita, direita ou centro-direita, sendo 17 delas filiadas ao PL, partido pelo qual Jair Bolsonaro tentou reeleição. Do centro, tem-se apenas três deputadas eleitas, dentre elas Marina Silva (Rede/SP), que tirou licença do mandato para assumir o cargo de Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima; e duas deputadas eleitas pelo Cidadania (antigo PPS), Any Ortiz, em seu primeiro mandato pelo Rio Grande do Sul, e Carmem Zanotto, reeleita por Santa Catarina.

No caso de centro-esquerda, esquerda e extrema esquerda, o universo é de 34 parlamentares (37,3%). O avanço foi o fato de terem sido eleitas duas deputadas trans – Duda Salabert (PDT-MG) e Erika Hilton (PSOL). Não se pode deixar de fazer a ressalva, porém, de que o deputado mais votado no país foi Nikolas Ferreira (PL), de Minas Gerais, que está vinculado a pautas de extrema-direita e tem como principal alvo os movimentos sociais, como as mulheres e a comunidade LGBTQIAPN+.

Isso significa que, em relação à representatividade e às pautas feministas do Brasil de 2019 e 2023, guardadas as diferenças com o retorno de um governo de centro-esquerda, este é um país ainda predominantemente machista, transfóbico, racista, que se reflete no conservadorismo do atual Parlamento brasileiro, em que as bancadas Ruralista, da Bala, da Bola e da Bíblia ainda são numerosos e influentes nas decisões da Casa. Sem contar que o Centrão é o grupo que controla o Legislativo e tem pressionado o governo Lula a ceder em várias questões, principalmente as que podem ir contra os interesses dominantes, incluindo as pautas identitárias.

Em meio a esse contexto, as deputadas federais, eleitas em 2018 e empossadas em fevereiro de 2019, a compor este estudo são: Áurea Carolina (PSOL/MG), Profa. Dorinha Seabra Resende (Democratas/TO), Elcione Barbalho (MDB/PA), Adriana Ventura (NOVO/SP), Profa. Marcivania (PCdoB/AP), Iracema Portella (PP/PI), Paula Belmonte (PPS/DF), Magda Mofatto (PR/GO), Aline Gurgel (PRB/AP), Clarissa Garotinho (PROS/RJ), Liziane Bayer (PSB/RS), Mara Rocha (PSDB/AC), Dra. Soraya Manato (PSL/ES), Rejane Dias (PT/PI) e Joenia Wapichana (REDE/RR). São quatro mais à esquerda do espectro político (26,6% da amostra), duas de centro (13,3%) e nove mais à direita do espectro político (60%).

6.2.3 Análise de Conteúdo e Análise de Conteúdo das redes sociais *online*

Os dados foram trabalhados a partir de uma análise híbrida, a qual mescla a Análise de Conteúdo (Bardin, 2011) e Análise de Conteúdo das Redes Sociais *Online* (Cervi, 2019; 2018) das deputadas, tendo como foco as publicações que se relacionem à trajetória das deputadas – vida pública e privada –, questões relativas ao gênero e políticas públicas para as mulheres. Na análise foi acionado o software livre *Iramuteq*, ferramenta capaz de realizar a análise de conteúdo textual por meio das aproximações semânticas.

A partir da Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (2011), foi possível estabelecer uma pré-análise para se conhecer quais as temáticas abordadas, sendo elas de relevância como objeto desta investigação para analisar se são bandeiras em prol das brasileiras ou que ainda dialogam com padrões de gênero socialmente construídos e a dominação masculina. Ainda, ao final, estabelecer aproximações e distanciamento entre as deputadas parte desse estudo, a fim de comparar as temáticas presentes nas narrativas. Em *corpus* textuais

considerados pequenos pelo *Iramuteq*, a Análise de Conteúdo, proposta por Lauren Bardin (2011) foi acionada, a fim de obter uma análise qualitativa das mensagens publicadas. A partir dessa análise, foram elencadas categorias que reúnam os conteúdos e permitiram inferir sobre o *corpus*.

Após isso, as publicações foram submetidas a uma segunda mineração, por meio do *Iramuteq* e, a partir dele, foi possível investigar, de modo estatístico, os discursos presentes nas publicações, a partir da identificação do contexto, vocabulário, separação e especificidade das palavras, nuvem de palavras entre outros recursos. Os passos de análise também foram norteados pela Análise de Conteúdo de Redes Sociais *Online* (Cervi, 2019; 2018), que propõe uma

Análise de Conteúdo Automatizada com menor interferência possível de subjetividades do pesquisador na categorização textual. Na técnica apresentada aqui a unidade de análise é o termo/palavra isolado. Mede-se a presença total (número de citações do termo/palavra), a presença relativa por subcorpus do texto (citações do termo/palavra no cluster temático) e as relações com outros termos/palavras (presença em cluster) (Cervi, 2018, p. 8).

O método é desenvolvido por meio do algoritmo de *Reinert*⁵¹ e permite a identificação de *clusters* (classes) e seus graus de interação. O *cluster* faz “parte de um *corpus* textual que apresenta unidade interna” (Cervi, 2018, p. 11).

A análise ocorre por meio de três etapas:

1. Inserir o *corpus* a ser investigado com o auxílio do algoritmo de *Reinert*, com o uso do *Iramuteq*.
2. Reconhecer dos *clusters* (classes), quais os termos mais recorrentes e como se relacionam.

⁵¹ “O método de Reinert propõe uma classificação hierárquica descendente segundo o método descrito por Reinert. Ele visa obter classes de segmentos de texto (ST) que, ao mesmo tempo, apresentam vocabulário semelhante entre si e vocabulário diferente das ST das outras classes. Esta análise é baseada na proximidade léxica e na ideia que palavras usadas em contexto similar estão associadas ao mesmo mundo léxico e são parte de mundos mentais específicos ou sistemas de representação. Nessa análise, os segmentos de texto são classificados de acordo com seu respectivo vocabulário e o conjunto de termos é particionado de acordo com a frequência das raízes das palavras. O sistema procura obter classes formadas por palavras que são significativamente associadas com aquela classe (a significância começa com o quiquadrado=2).” (Salviati, 2017, p. 46)

3. Com base no banco de dados dos *tweets*, são definidas as variáveis que relacionam os termos os quais delinham temas e áreas afins.

O *corpus* sofreu uma limpeza prévia antes de ser inserido no *Iramuteq*. Para fins metodológicos e considerando-se as próprias especificidades do programa, foram excluídos da análise os *tweets* com poucos caracteres, os hiperlinks, vídeos e emojis, além dos caracteres especiais. Assim, a análise foi feita com base apenas nos textos publicados diretamente pela página das deputadas no período que compreende o primeiro semestre de atuação na Câmara, após a posse do dia 1º de fevereiro de 2019.

Quanto ao processo de limpeza, Maria Elisabeth Salviati (2017, p. 17) dispõe as seguintes regras para que o *software* rode sem apresentar erro de linha:

- a) São sinais proibidos, os quais devem ser retirados ou substituídos por sua escrita por extenso: aspas, apóstrofo, cifrão porcentagem, asterisco, reticências, travessão, negrito, itálico, grifo e outros sinais similares; recuo de parágrafo, margens ou tabulações e justificação do texto.
- b) São pontuações permitidas: ponto; dois pontos; vírgula; interrogação e exclamação.
- c) O texto deve ser formatado de forma corrida, sem saltar linhas.
- d) A letra maiúscula deve ser usada apenas para nomes próprios.
- e) Palavras compostas devem ser unidas por meio do uso do *underline*, mesmo as que contêm hífen.
Por exemplo: Jair_Bolsonaro, Organização_das_Nações_Unidas.
- f) As siglas e nomes próprios devem obedecer a mesma padronização de escrita.
- g) Deve-se fazer a revisão da norma culta da Língua Portuguesa, corrigindo grafia e concordância. Exemplo: “vc” deve ser corrigido para “você”.
- h) Complementar frases, palavras e sentidos, desde que não modifique a intenção original. Caso não seja possível, a frase que gerar confusão deve ser excluída.
- i) Deve-se eliminar expressões como “Ahh”, “né”, “tá”, entre outras.
- j) Deve-se eliminar frases que não condizem com o tema abordado.

- k) Deve-se respeitar os códigos para as leituras de linhas de comando, e podem ser escritos no Bloco de Notas e salvos em UTF-8. Abaixo um exemplo de formatação temática.

Figura 2 - Formatação de temática

```
**** *var1_1 *var2_2
-*tematica1
texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto
texto
```

Fonte: Salviati (2017, p. 20).

Acrescentado a esta limpeza, foram retiradas as acentuações das palavras e o cedilha do “c”, sendo substituído pela mesma letra, mas sem o acento. Foi observado ao longo dos testes e trabalhos anteriores desenvolvidos, que o software apresentava erro de leitura, quando não retirado.

Para que a análise seja completa, é importante se conhecer um pouco mais sobre cada uma das 15 deputadas aqui investigadas.

6.3 QUEM SÃO AS DEPUTADAS FEDERAIS

Para compreender as narrativas levantadas pelas deputadas federais elencadas neste estudo, torna-se relevante compreender um pouco mais da trajetória de cada uma na vida pessoal e política. Ainda foi trazida a avaliação da página “Elas no Congresso”⁵², iniciativa da *Revista AzMina*, em que há um ranking do legislativo com os deputadas e deputados que mais atuam pelo direito das mulheres. No total, foram 513 deputadas e deputados na 56^a

⁵² “O Elas no Congresso é um projeto que usa dados públicos do Congresso Nacional para monitorar os direitos das mulheres no poder legislativo. Diante do crescimento da disputa pelas pautas ligadas à mulher no Congresso, AzMina reconheceu a importância de tornar o monitoramento legislativo mais acessível para a sociedade, a imprensa e para as organizações que advogam por esses temas e criam estratégias de mobilização e incidência. [...] A nota de cada parlamentar depende da pontuação dos projetos com os quais ela/ele e seu partido estiveram envolvidos e da pontuação geral do seu partido. Essas pontuações podem ser por autoria de projeto ou por votação em projetos propostos por outros parlamentares.” (AZMINA, [ca. 2020])

legislatura, a qual compreende os anos de 2019 a 2023. O projeto também faz o ranqueamento dos senadores e senadoras, ao acompanhar suas atuações.

A seguir, o quadro (Quadro 7) sintetizando as 15 deputadas a serem analisadas, seus respectivos partidos, bandeiras, alinhamento ao governo da época e redes sociais utilizadas, entre outras observações importantes.

Quadro 6 - Principais informações das deputadas observadas na pesquisa

Deputada	Partido de 2018 / Partido atual	UF	Espectro político e alinhamento ao governo Bolsonaro	Redes sociais	Bandeiras
Áurea Carolina	PSOL	MG	Extrema-esquerda / Oposição	Site, <i>Twitter</i> , <i>Facebook</i> , <i>Instagram</i> Coluna “Gabinetona” no Jornal <i>O Tempo</i>	Mulher, meio ambiente, luta antirracista, desigualdades sociais, feminismo, comunidade LGBTQIAPN+
Profa. Dorinha Seabra	DEM / União	TO	Direita / Situação	Site, <i>Twitter</i> , <i>Facebook</i> , <i>Instagram</i>	Educação, mulher, municípios, Tocantins
Elcione Barbalho	MDB	PA	Centro-direita / Situação	<i>Twitter</i> , <i>Facebook</i> , <i>Instagram</i>	Violência contra a mulher, Meio ambiente, agricultura e pecuária, Pará
Adriana Ventura	Novo	SP	Direita / Situação	Site, <i>Twitter</i> , <i>Facebook</i> , <i>Instagram</i>	Economia, anticorrupção, empreendedorismo
Profa. Marcivania	PC do B	AP	Esquerda / Oposição	<i>Twitter</i> , <i>Facebook</i> , <i>Instagram</i>	Desigualdades sociais, meio ambiente, povos indígenas
Iracema Portella	PP	PI	Direita / Situação	<i>Twitter</i> , <i>Facebook</i> , <i>Instagram</i>	Educação infantil, reforma da previdência
Paula Belmonte	PPS / Cidadania	DF	Centro / Situação	<i>Twitter</i> , <i>Facebook</i> , <i>Instagram</i>	Defesa das crianças, Educação, Economia e anticorrupção
Magda Mofatto	PR / PL	GO	Extrema-direita / Situação	<i>Twitter</i> , <i>Facebook</i> , <i>Instagram</i>	Municipalismo, Turismo, Agropecuária, Goiás

Aline Gurgel	PRB / Republicanos	AP	Direita / Situação	<i>Twitter, Facebook, Instagram</i>	Amapá, Mulher, Educação, Saúde
Clarissa Garotinho	PROS / União	RJ	Direita/ Situação	<i>Twitter, Facebook, Instagram</i>	Reforma tributária e da previdência, combate à violência, Defesa das crianças, Mulher
Liziane Bayer	PSB / Republicanos	RS	Centro-esquerda / Direita / Situação	<i>Site, Twitter, Facebook, Instagram</i>	Rio Grande do Sul, cristianismo, Mulher, pró-vida, família tradicional
Mara Rocha	PSDB / MDB	AC	Centro-direita / Situação	<i>Twitter, Facebook, Instagram</i>	Segurança pública, Acre, Mulher, empreendedorismo
Dra. Soraya Manato	PSL / União / PTB	ES	Extrema-direita / direita / centro- direita / Situação	<i>Twitter, Facebook, Instagram</i>	Anticorrupção, reforma da previdência, mulher, Acre, segurança pública, desenvolvimento regional, saúde
Rejane Dias	PT	PI	Esquerda / Oposição	<i>Twitter, Facebook, Instagram</i>	Mulher, educação, Piauí
<i>Joenia Wapichana</i>	Rede	RR	Centro / Oposição	<i>Site, Twitter, Facebook, Instagram</i>	Mulher, meio ambiente, povos indígenas, demarcação de terras

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A análise será feita, inicialmente, observando os conteúdos das publicações no *Twitter* de cada deputada federal, nos primeiros 180 dias de mandato. Em seguida, será realizada uma análise comparativa a partir dos seguintes eixos: a) Capital político e atuação no congresso, b) Temáticas Políticas, c) Pautas identitárias e feministas, e d) Atuação nas redes sociais e o papel da comunicação no mandato.

6.3.1 Áurea Carolina (PSOL/MG)

Áurea Carolina de Freitas e Silva (PSOL/ MG) nasceu em 1989, em Tucuruí (PA). Ainda na infância, estudou nas escolas públicas de Belo Horizonte e, em seguida, ingressou no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Na adolescência, integrou o grupo de *rap Dejavuh*, aproximando-se da cultura hip hop. Áurea

Carolina é formada em Ciências Sociais, pela UFMG, especialista em Gênero e Igualdade, pela *Universitat Autònoma* (UAB), Barcelona-ES, e Mestra em Ciência Política pela UFMG.

Em seu site, Áurea Carolina se declara:

[...] feminista negra e por isso luta por um mundo livre de machismo, racismo, LGBTIfobia e todas as formas de violência; é educadora popular e aposta em uma educação emancipatória, que valorize os saberes populares e tradicionais; é mestra em ciência política e se dedica a possibilidades de um fazer político radicalmente democrático, comprometido com a renovação das práticas. Áurea traz no sentimento e no gesto a busca por um lugar onde todas e todos possam viver bem, com autonomia, liberdade e dignidade (Áurea Carolina, [ca. 2017])

Além disso, a trajetória da parlamentar se une à de Marielle Franco, sendo Áurea Carolina considerada como uma das sementes de Marielle, assim como a deputada federal Talíria Petrone (PSOL/RJ). Foi eleita para vereadora em BH e exerceu o mandato de 2017 a 2018, quando se candidatou à Câmara dos Deputados. Nas eleições municipais de 2016, com 17.420 votos, foi eleita a vereadora mulher mais votada da história de Belo Horizonte e a mais votada entre homens e mulheres nos últimos 16 anos (Áurea Carolina, [ca. 2017]). Em 2020, Bella Gonçalves foi eleita vereadora, com 6.954 votos, e, em 2022, eleita como deputada estadual na ALMG, com 43.768 votos. Foi no mandato de vereadora que Áurea Carolina inaugurou a Gabinetona, na Câmara Municipal de BH-MG, sendo uma experiência de mandato compartilhado. Nas eleições de 2018, foi a mulher mais votada do estado e a mais votada da capital – 162.740 votos. Áurea, Bella e Cida formaram o primeiro mandato coletivo nas três esferas do legislativo, até o fim de 2020. Em 2022, a parlamentar anunciou que não iria disputar as eleições daquele ano. Atualmente, ela é diretora executiva do NOSSAS, uma ONG que promove mobilização social, por meio do ativismo e treinamentos, relacionada a causas sociais e políticas.

Na Câmara, Áurea Carolina atuou como vice-líder do PSOL e vice-líder da Minoria. Também fez parte da Secretaria da Mulher, Comissão de Cultura, Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e da Comissão Externa do Desastre de Brumadinho, da Violência Doméstica contra a Mulher e Femicídio, do Acordo entre a Vale e o Estado de Minas Gerais e da Morte de João Alberto no Carrefour no RS. Participou ainda da CPI - Rompimento da Barragem de Brumadinho, como 3ª vice-líder.

Na página “Elas no Congresso” (AzMina, [ca. 2021a]), a cientista política ocupa a posição de número 23, no ranking, tendo 11 propostas favoráveis à ampliação e conquista dos direitos das mulheres. Dentre suas propostas estão a PL 4297/2020, a qual dispõe sobre a criação de uma zona de proteção dos ambientes de saúde que promovem abortos legais e atendimento às vítimas de violência sexual; a PL 4399/2020, que institui o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica, como o dia 29 de agosto; e a PL 3945/2021 para criação da Semana Nacional de Apoio à Amamentação Negra, entre os dias 25 e 31 de agosto.

Áurea Carolina possui um site próprio⁵³, e nele a pessoa interessada pode ser direcionada ao contato do *WhatsApp* e à rede de transmissão da parlamentar. Vale ressaltar que ela escrevia para a coluna Gabinetona no jornal mineiro *O Tempo*, junto de Cida Falabella e Bela Gonçalves, sendo a última publicação em 12 de maio de 2022. No *Instagram*⁵⁴, em 14 de julho de 2023, Áurea Carolina possui 99,7 mil seguidores e quase 2800 publicações; no *Facebook*⁵⁵, ela acumula 90 mil seguidores. No *Twitter*, na referida data, ela possuía 96,1 mil seguidores, tendo ingressado na rede em 2012.

Em 2020, Áurea Carolina foi a candidata do PSOL à Prefeitura de BH, ficando em quarto lugar, com 103.115 votos (8,33% do total dos votos válidos). Em 2022, a então deputada não concorreu às eleições e, em 2023, desfilou-se do PSOL e expôs que não se filiaria a outro partido. A própria Áurea Carolina, na Revista Piauí, comenta sobre o desgaste físico e emocional, vivenciados na vida pública, sendo os fatores pessoais o motivo para sair das campanhas e se dedicar à candidatura de Célia Xakriabá, sua assessora parlamentar no mandato em Brasília (Carolina, 2023).

6.3.2 Profa. Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)

Maria Auxiliadora Seabra Rezende (DEM-TO) nasceu em 1964, em Goiânia (GO). Como deputada federal, em 2018, esteve em seu 3º mandato e atuou como vice-líder do partido na Câmara (Portal da Câmara dos Deputados, [ca. 2023?]). Foi líder da Bancada Feminina na Câmara e coordenadora da Coordenadoria dos Direitos da Mulher de abril de 2019 a abril de 2021. Professora e filha de professores, Dorinha Seabra é reconhecida por

⁵³ <https://www.aureacarolina.com.br/index.html#1#hero-3>.

⁵⁴ @aureacarolina

⁵⁵ https://www.facebook.com/aureacarolina/about?locale=pt_BR.

sua atuação na área de Educação, dentro e fora do congresso. Esteve à frente da Secretaria da Educação e Cultura do Tocantins por quase 10 anos e no Congresso atuou na reformulação do Ensino Médio (Professora Dorinha, [2023?a]), autointitulando-se, ainda, como a “mãe do FUNDEB” – de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica. Atualmente, Profa. Dorinha é filiada ao União Brasil e ocupa o cargo de senadora eleita em 2022 – mandato 2023 a 2031 –, sendo a 1ª vice-líder do partido. A professora Dorinha não foi encontrada na base de dados do “Elas no Congresso”.

Nas redes sociais, a deputada busca ser atuante, especialmente, em pautas como Educação e sobre o estado que representa, Tocantins. No *Twitter*, em fevereiro de 2023, (@profdorinha) possuía 9690 seguidores, 12,6 mil *tweets* e segue 354 contas.

6.3.3 Elcione Barbalho (MDB/PA)

Elcione Therezinha Zahluth Barbalho nasceu em Belém (PA), em 1944, formou-se em Pedagogia e tem pós-graduação em Administração Escolar, ambos pela UFPA. Atuou com vereadora em Belém, de 2005 a 2007. No entanto, como deputada federal, iniciou sua trajetória em 1994, quando se candidatou pelo então PMDB. Em 2018, foi eleita deputada federal pela sexta vez, com 165.202 votos e, em 2022, tornou a se candidatar e sair vitoriosa, tendo recebido 175.498 votos. Atuou três vezes como vice-líder do bloco no qual seu partido faz parte (Câmara dos Deputados, [2023?b]). Uma de suas pautas é a defesa da mulher, em especial nos casos de violência.

Algo interessante é a presença da família no mundo político, já que Elcione é mãe do atual Ministro das Cidades do Governo Federal, Jader Barbalho Filho, e do governador reeleito do Pará, Helder Barbalho (MDB). Também é esposa do senador Jader Barbalho (MDB/PA). Nesse sentido, o seu capital político está vinculado a oligarquias fortes no Norte, que são, predominantemente, masculinas.

Na base de dados do “Elas no Congresso”, Barbalho ocupa a posição 168 (AzMina, [2020?b]), com seis propostas favoráveis e três desfavoráveis. Dentre as favoráveis encontra-se a PL 1798/2022, a qual muda o código penal para qualificar como crime a violência física contra a mulher sofrida no ambiente de trabalho.

Em sua página do *Twitter* (@elcionebarbalho) em fevereiro de 2023, Elcione Barbalho se intitula como “Guerreira do Pará”. Nela, a deputada possui 8473 seguidores, 9057 *tweets* e segue 847 páginas.

6.3.4 Adriana Ventura (NOVO/SP)

Adriana Miguel Ventura nasceu em 1969, em São Paulo capital. É formada em Administração Pública pela FGV, instituição na qual cursou mestrado e doutorado em Administração de Empresas. Adriana também atuou como professora universitária em diferentes instituições de ensino superior. Em 2018, ingressou na vida política candidatando-se para deputada federal, cargo pelo qual se elegeu no mesmo ano, com 64.341 votos, e se reelegeu em 2022, obtendo 109.474 votos, pelo Partido Novo. Atuou como vice-líder do partido, participou da Secretaria da Mulher e de comissões diversas, como da previdência social, combate aos maus-tratos a animais, saneamento básico, educação, cidadania e justiça (Câmara dos Deputados, [2023?c]). Em seu site destaca seu reconhecimento como a melhor deputada do país, de acordo com o *Ranking* dos Políticos e as cinco estrelas recebidas do Legisla Brasil e do Congresso em Foco (Adriana Ventura, [ca. 2023?]).

A deputada não foi ranqueada na base de dados do “Elas no Congresso”.

No *Twitter* (@adriventurasp), a deputada eleita por São Paulo possui 29,4 mil seguidores, 36 12 publicações e segue 536 contas, em fevereiro de 2023.

6.3.5 Profa. Marcivania (PCdoB/AP)

Marcivania do Socorro da Rocha Flexa nasceu em Macapá-AP, em 1973. Formou-se em Letras e Direito pela Universidade Federal do Amapá e atuou como professora da rede estadual. Também foi secretária de Assistência Social de Santana (AP). Filiada ao PCdoB, desde 2016, foi eleita pelo PT como deputada federal nos anos de 2010 e 2014. Já filiada ao partido atual, foi eleita pela terceira vez para a Câmara Federal em 2018, com 14.196 votos. Atuou como vice-líder do partido e da minoria por diferentes vezes. Ao longo da vida política, Marcivania participou da Secretaria da Mulher, Coordenadoria dos Direitos das Mulheres, Comissão do Trabalho, dos Direitos da pessoa idosa, da Educação, do Programa

Bolsa Família, Comissão de Cultura, Justiça e Cidadania, e Saúde (Câmara dos Deputados, [2023?d]). A deputada foi declaradamente oposição ao Governo Bolsonaro.

No projeto “Elas no Congresso”, Marcivania é considerada campeã do estado em propostas favoráveis à luta das mulheres, ocupando a posição 46 no ranking (AzMina, [ca. 2021c]), com seis propostas favoráveis. Dentre elas, tem-se a PL 2688/2020, a qual altera a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), para dispor de providências diferenciadas de defesa da mulher e no combate à violência doméstica e familiar, durante estado de calamidade pública ou emergência declarados pelo Estado, como foi o caso da pandemia da Covid-19. Em 2022, a deputada candidatou-se à reeleição, mas não obteve sucesso.

No *Twitter* (@profmarcivania), em fevereiro de 2023, possui 6259 seguidores, 4527 *tweets* e segue 478 contas.

6.3.6 Iracema Portella (PP/PI)

Iracema Maria Portella Nunes Nogueira Lima nasceu em Teresina-PI, em 1966. Formou-se em Letras pela Universidade Estadual do Piauí e publicou a obra “Sempre Perto do Piauí - A História de Um Mandato”, em 2011, e novas edições em 2012 e 2013. Em 2018, foi eleita para seu terceiro mandato como deputada federal, pelo PP, com 96.277 votos. Foi vice-líder de seu partido e do bloco no qual ele fazia parte. Atuou na Secretaria da Mulher, da Procuradoria da Mulher e das comissões de saúde, de direitos humanos, minorias e igualdade racial, enfrentamento ao homicídio de jovens, das comissões parlamentares da máfia do futebol e de violência contra jovens negros e pobres (Câmara dos Deputados, [2023?e]). A deputada não foi localizada na base de dados do projeto “Elas no Congresso”. Em 2022, foi candidata à vice-governadora do Piauí, concorrente na chapa com o candidato ao governo Silvio Mendes. Portella e Mendes ficaram em segundo lugar com 811.806 votos – 41,62% dos votos válidos. O governador eleito foi Rafael Fonteles (PT), tendo como vice Themístocles Filho, com 1.115.139 votos – 57,17%. Atualmente, Portella atua como empresária e Presidente Nacional do Movimento Mulheres Progressistas.

Em seu *Twitter* (@iracemaportela) possui 7595 seguidores, 12,9 mil publicações e segue outras 2111 contas, conforme dados de fevereiro de 2023.

6.3.7 Paula Belmonte (PPS/DF)

Paula Moreno Paro Belmonte, nascida em 1973 na capital paulista, é empresária e administradora. Foi eleita como deputada federal em 2018, com 46.069 votos, exercendo apenas este mandato. Eleita pelo PPS, atual Cidadania, atuou como vice-líder do partido, participou da Secretaria da Mulher e de diferentes comissões, como Cédulas Físicas para Plebiscitos, Defesa dos Direitos da Mulher, de Saúde, Ciência, Tecnologia e Inovação (Câmara dos Deputados, [2023?f]). Além disso, Paula Belmonte foi vice-líder do partido na Câmara.

Paula foi morar em Brasília aos três anos de idade e lá se estabeleceu. Dentre suas bandeiras está o empreendedorismo, defesa da infância e fim dos privilégios dos políticos e da reeleição (Deputada Distrital Paula Belmonte, 2019). Atualmente, Paula é deputada distrital eleita no pleito de 2022, pelo Cidadania, com 17.208 votos. Recentemente, após os atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, contra os três poderes em Brasília e a posse do Presidente Lula, Paula Belmonte posicionou-se em defesa das pessoas presas (Câmara Legislativa do Distrito Federal, 2023).

Paula Belmonte, no ranqueamento do “Elas no Congresso”, é considerada como a campeã de propostas favoráveis de seu partido, ocupando a posição 44 (AzMina, [ca. 2021d]), com 13 propostas favoráveis e duas desfavoráveis. Dentre as favoráveis, destaca-se a PL 2458/2019, que vai ao de encontro da trajetória pessoal e de bandeiras de Belmonte, em que estabelece a semana nacional do empreendedorismo feminino. Como posição desfavorável tem-se sua atuação na PL 537/2020, a qual muda a Lei 13.257, de 8 de março de 2016, para estender os direitos assegurados à criança na primeira infância ao nascituro, desde a concepção à gestação.

No *Twitter* (@paulabelmonte), possui 33,9 mil seguidores, 3544 publicações e segue 734 perfis, em fevereiro de 2023.

6.3.8 Magda Mofatto (PR/GO)

Magda Mofatto Hon nasceu em 1948 na cidade de Limeira (SP). A deputada possui ensino fundamental completo e atuou como empresária. Foi vereadora em Caldas Novas-GO, pelo PMDB, de 1993 a 1996 e pelo PSD, de 2001 a 2002. Foi deputada estadual em

Goiás, pelo PMDB, de 2002 a 2004 e prefeita de Caldas Novas (GO), pelo PTB, de 2005 a 2007. Retornou ao cargo de vereadora da cidade pelo mesmo partido, de 2008 a 2010. Na Câmara Federal, assumiu como suplente o mandato de deputada federal na legislatura de 2011 a 2015, cadeira que ocupa pela 4ª vez consecutiva, em 2018, com 88.894 votos, sendo reeleita nas eleições de 2022, com 81.996 votos, já pelo PL, partido ao qual se filiou em 2019, sendo o mesmo pelo qual se candidatou o ex-presidente Bolsonaro em 2022.

Na Câmara, atuou como vice-líder do PTB e do PR. Atuou também na Secretaria da Mulher e nas comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Turismo, de Trabalho, Defesa dos Direitos da Mulher, entre outras. A deputada não foi encontrada na base de dados do “Elas no Congresso”.

Em seu *Twitter* (@MofattoMagda), posiciona-se como defensora do Turismo e do direito à legítima defesa para o cidadão de bem (Mofatto, 2019). Discurso bastante difundido entre os apoiadores do ex-presidente Bolsonaro. Isso mostra um posicionamento contrário ao partido pelo qual foi eleita, o Cidadania, que hoje ocupa uma posição de centro no espectro político-ideológico, tendo apoiado Lula. Da mesma forma, ao defender o bolsonarismo, coloca-se na contramão dos direitos das mulheres e das minorias, alinhando-se ao PL, partido no qual se filiou em 2019. Na página, Mofatto conta com 2178 seguidores, 822 *tweets* e segue 165 páginas, em fevereiro de 2023.

6.3.9 Aline Gurgel (PRB/AP)

Atualmente filiada ao Republicanos, Aline Paranhos Varonil Gurgel nasceu em 1980 no Macapá-AP. Formada em Direito, foi vereadora de sua cidade natal de 2013 a 2016. Atuou na Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres, Governo do Estado do Amapá, em 2017 e foi presidente da União dos Vereadores do Estado do Amapá (UVEAP) de 2014 a 2019. Foi vice-líder do partido na Câmara e do bloco que representava (Câmara dos Deputados, [2023?g]). Na Câmara, participou da Secretaria da Mulher, da Procuradoria da Mulher e de diferentes comissões, como de Defesa dos Direitos da Mulher, Minas e Energia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, Combate ao câncer no Brasil, entre outras. Aline é presidente do Republicanos Amapá e atua para que mais mulheres cheguem aos espaços de poder (Republicanos, [ca. 2023?a]). No final de seu mandato, foi convidada para assumir a

secretária de Assistência Social do Amapá (Agência Republicana de Comunicação, 2023). De acordo com o jornal Diário do Amapá, a família Gurgel é responsável por controlar os partidos políticos no estado (Silva, 2016). Em 2018, Gurgel foi eleita com 16.519 votos, não sendo reeleita em 2022. De acordo com o “Elas no Congresso”, Aline ocupa a posição 129 no *ranking* (AzMina, [ca. 2021e]), com cinco propostas favoráveis e uma desfavorável. Dentre as favoráveis, destaca-se a PL 865/2019, que altera a lei de diretrizes orçamentárias, incluindo as ações relativas ao enfrentamento à violência contra a mulher entre as despesas que não serão objeto de limitação de empenho.

No *Twitter* (@alinegurgel_ap), em 20 de fevereiro de 2023, a capa da página traz uma citação bíblica, retirada de Romanos, capítulo 8, versículo 28, em que diz: “Todas as coisas cooperam para o bem daqueles que amam a Deus”. Na descrição, ela destaca os cargos públicos já ocupados e reforça sua crença cristã. Na rede, Aline possui 6539 seguidores, segue 3069 páginas e já publicou 10,8 mil *tweets*.

6.3.10 Clarissa Garotinho (PROS/RJ)

Clarissa Barros Assed Matheus de Oliveira vem de uma família de tradição na política brasileira: filha dos ex-governadores do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho e Rosinha Garotinho, e irmã do prefeito de Campo dos Goytacazes-RJ, Wladimir Garotinho. Nascida em Campo dos Goytacazes-RJ, em 1982, Clarissa formou-se em Jornalismo.

Na política, atuou como vereadora da cidade do Rio de Janeiro, pelo PMDB, de 2009 a 2011; deputada estadual pelo Rio, pelo PR, de 2011 a 2015. Foi secretária municipal da Secretaria de Desenvolvimento, Emprego e Inovação do Rio de Janeiro de 2017 a 2018. Como deputada federal, elegeu-se em 2014 pelo PR, sendo reeleita pelo PROS, em 2018. Foi vice-líder dos partidos pelos quais se filiou, participou da Secretaria da Mulher e das comissões de Viação e Transportes, Educação, Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, Constituição, Justiça e Cidadania, Cultura, Saúde, entre outras (Câmara do Deputados, [2021h?]). Em 2020, foi candidata à prefeitura da capital carioca, mas ficou em 11ª posição – de 14 candidatas –, com 12.178 votos. Foi candidata ao senado pelo União Brasil, em 2022, mas perdeu, sendo eleito o ex-jogador de futebol, Romário (PL), com 2.384.080 votos.

No ranqueamento do “Elas no Congresso”, Garotinho ocupa a posição 117 (AzMina, [ca. 2021f]), com três propostas favoráveis. Dentre elas, a PEC 158/2019, a qual altera artigos da Constituição Federal, aumentando para 180 dias a licença maternidade do trabalho e determina a licença maternidade para deputadas e senadoras.

No *Twitter* (@dep_clarissa), Garotinho posiciona-se na descrição como mãe, jornalista, defensora da liberdade, da vida e dos valores da família. Discurso alinhado ao do ex-presidente Bolsonaro e seus apoiadores. Em fevereiro de 2023, possuía 16,1 mil seguidores, 12,7 publicações e segue 355 páginas.

6.3.11 Liziane Bayer (PSB/RS)

Liziane Bayer Da Costa nasceu em 1981, em São Pedro do Sul (RS). Possui ensino superior incompleto e sua profissão é ser pastora. Iniciou na política como deputada estadual (2015 a 2018), sendo eleita como deputada federal pelo PSB, em 2018. Atuou como vice-líder dos partidos pelos quais se filiou, da Secretaria da Mulher e das comissões de Saúde, Educação, de Defesa dos Direitos da Mulher, Política de Mobilidade Urbana, entre outras (Câmara dos Deputados, [2023?i]). Atualmente é filiada ao Republicanos e é a primeira suplente do senador eleito em 2022 pelo Rio Grande do Sul, General Mourão.

Em seu site oficial, Liziane reforça seu compromisso com a família e a vida. No “Sobre”, a deputada federal eleita em 2018 se coloca como cristã, esposa mãe e estudante de Gestão Pública. Ainda traz como principais bandeiras as políticas públicas voltadas para a saúde da mulher, incentivo ao empreendedorismo, educação e segurança pública (Liziane Bayer, [2019?]).

Em seu mandato, Liziane Bayer foi classificada na posição 91 no *ranking* do “Elas no Congresso” (AzMina, [ca. 2021f]), com quatro propostas favoráveis às mulheres. Dentre elas a PL 17/2019, em que modifica a lei Maria da Penha para prever a apreensão de arma de fogo como medida protetiva à vítima de violência doméstica, e a PL 3699/2019, a qual dispõe que o valor do patrocínio dado pelas empresas públicas no âmbito federal ao futebol profissional, terá 5 % destinado para fomentar o desenvolvimento do futebol feminino.

No *Twitter*, em fevereiro de 2023, Bayer possui 5808 seguidores, 11,1 mil publicações e segue 1335 páginas. Ainda, em sua foto de capa reforça o compromisso com a família e a vida, discurso alinhado ao bolsonarismo. Um aspecto contraditório, mas comum

na política brasileira, é ter sido eleita pelo PSB, partido de centro-esquerda e alinhado com pautas identitárias e feministas. No entanto, depois, migrou para o partido Republicanos, em 2022, alinhado mais à direita.

6.3.12 Mara Rocha (PSDB/AC)

Cylmara Fernandes Da Rocha Gripp, nascida em 1973, na cidade de Rio Branco, capital do Acre, é formada em Jornalismo e Educação Física e pós-graduação em Assessoria da Comunicação (PSDB na Câmara, [ca. 2017]). Na vida política, foi eleita deputada federal em 2018, pelo PSDB. Em 2022, filiou-se ao MDB e concorreu para governadora do Acre. Mara perdeu a eleição para o então governador, que tentava a reeleição, Gladson Cameli (PP), ficando em terceiro lugar com 47.173 votos – 11% dos votos válidos. Em 2019, atuou como vice-líder do PSDB na Câmara. Foi titular na Secretaria da Mulher e participou de diferentes comissões, como a comissão de Desenvolvimento Urbano, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, Defesa das Pessoas com Deficiência, Programa Bolsa Família, entre outras (Câmara dos Deputados, [2023?j]). Em 2018, Mara Rocha foi a mais votada pelo Acre, com 40.047 votos.

No *ranking* do “Elas no Congresso”, Rocha ocupa a posição 174 (AzMina, [ca. 2021j]), com duas propostas favoráveis e uma desfavorável. As favoráveis se ligam ao fomento ao empreendedorismo feminino (PL 2589/2021) e defesa das mulheres enquanto vigorar o estado de calamidade pública ou enquanto durarem as medidas restritivas de atividades no contexto da pandemia da Covid-19.

O *Twitter* (@soumara15) conta com 1086 seguidores, segue 89 páginas e 252 *tweets* publicados. Na descrição, Mara enfatiza sua formação e trajetória complementando com a informação de que é esposa e mãe, na observação da rede em fevereiro de 2023.

6.3.13 Dra. Soraya Manato (PSL/ES)

Soraya de Souza Mannato nasceu em 1961, em Linhares (ES). É médica ginecologista e foi eleita deputada federal em 2018, com 57.741 votos, tentando a reeleição em 2022, sem sucesso. A deputada ainda se filiou ao União Brasil e PTB, ambos em 2022. Atuou como

vice-líder dos partidos pelo qual se filiou e participou da Secretaria da Mulher e das comissões da Saúde, Educação, de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, de Constituição e Justiça e de Cidadania, Direitos das Pessoas com Deficiência, de Defesa dos Direitos da Mulher, Medicamentos Formulados com Cannabis, entre outros (Câmara dos deputados, [2023?l]).

No “Elas no Congresso”, Manato ocupa a posição 28 (AzMina, [ca. 2021h]), com 13 propostas favoráveis e uma desfavorável. Dentre elas, destaca-se a PL 4770/2019, que determina sobre a obrigatoriedade da existência de salas de apoio à amamentação em órgãos e entidades públicas federais; e a PL 5678/2019, a qual modifica as leis n. 8.213 e a Maria da Penha para determinar a concessão de benefício previdenciário à mulher que for obrigada a se afastar do trabalho devido à violência doméstica vivenciada.

Em seu perfil do *Twitter* (@DraManato), possui como imagem de capa, em fevereiro de 2023, uma foto com o candidato à reeleição presidencial, Jair Bolsonaro (PL), e os dizeres “A Deputada Federal do Bolsonaro”. Ainda, na descrição, destaca sua posição como conservadora, alinhada à política bolsonarista. Manato possui 32,5 mil seguidores, 1229 publicações e segue 214 páginas.

6.3.14 Rejane Dias (PT/PI)

Rejane Ribeiro Sousa Dias (Câmara dos Deputados, [2023?m]), nascida em Teresina (PI), em 1972, é formada em Administração de Empresas e Direito e autora do livro “Rejane Dias - 1460 Dias de Trabalho e Perseverança”, publicado em 2015. Em sua vida pública, atuou na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, como Coordenadora Estadual para Integração da Pessoa com Deficiência (2003-2008) e foi secretária estadual para Inclusão da Pessoa com Deficiência (2008 a 2010). Ainda foi secretária de Estado da Educação, em 2015. Foi presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Piauí.

Eleita deputada estadual pelo Piauí, em 2010, foi deputada federal por dois mandatos (2015 a 2019 e 2019 a 2023), todos pelo PT. Em 2018, foi eleita com 138.800 votos. Atou como vice-líder do partido, participou da Secretaria da Mulher e das comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, de Saúde, de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, e Defesa dos Direitos da Mulher, entre outras. Em 2022 foi reeleita deputada federal com

125.774 votos. Em 10 de janeiro de 2023, Rejane foi aprovada como conselheira do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (Leal; Nascimento, 2023) e renunciou ao mandato de deputada federal, assumindo seu suplente, Merlong Solano (PT) (Agência Câmara de Notícias, 2023).

Rejane ocupa o 5º lugar no *ranking* do “Elas no Congresso” (AzMina, [ca. 2021j]), com 35 propostas favoráveis e cinco desfavoráveis. Dentre elas, o PL 2514/2019, que define diretrizes para a desenvolvimento da Procuradoria da Mulher nas Assembleias Legislativas dos estados e do Distrito Federal, bem como nas Câmaras municipais; e o PL 4020/2019, o qual regulamenta que 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos devem ser destinadas às mulheres acima de 40 anos.

No *Twitter* (@rejane_dias), em fevereiro de 2023, a deputada possuía 8856 seguidores, 10,3 mil *tweets* e seguia 179 contas.

6.3.15 Joenia Wapichana (REDE/RR)

Joenia Batista de Carvalho, mais conhecida como *Joenia Wapichana*, nasceu em Boa Vista-RR, em 1973. Pertencente à comunidade indígena Truaru da Cabeceira, *Joenia* pertence ao povo indígena Wapichana, o segundo maior do Estado de Roraima. *Joenia* tem como uma das principais bandeiras a defesa dos direitos dos povos indígenas, do meio ambiente, sustentabilidade, o que a fez ser reconhecida internacionalmente. De 2001 a 2006, participou das discussões sobre a Declaração dos Direitos Humanos da ONU. Wapichana foi premiada dentro e fora do país por sua atuação (Joenia Wapichana Deputada Federal, [2022?]).

É formada em Direito, pela UFRR, e mestra em Direito Internacional, pela Universidade do Arizona (EUA), por meio de uma bolsa da Fundação Fullbright. Em 2018, foi eleita a primeira deputada federal indígena do Brasil, com 8.491 votos. Atuou como vice-líder da oposição, na Secretaria da Mulher e nas comissões de Minas e Energia, de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de Constituição e Justiça e de Cidadania, entre outras (Câmara dos Deputados, [2023?n]).

Mesmo não sendo reeleita para a Câmara Federal, devido ao coeficiente eleitoral não ter atingido, Wapichana obteve 11.221 votos, em 2022, e é a primeira mulher indígena a assumir a Presidência da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) (2023)

Apesar da defesa e importante espaço dado para as questões dos povos indígenas, a deputada ocupou a posição 317 no ranking do “Elas no Congresso” (AzMina, [ca. 2021]) com apenas uma proposta considerada desfavorável para as mulheres brasileiras. A PL 641/2020, em que dispõe de medidas de combate à violência doméstica e familiar, considerado desfavorável pela avaliação do Instituto Maria da Penha.

No *Twitter* (@JoeniaWapichana), até fevereiro de 2023, possuía 68,6 mil seguidores, 1162 *posts* e segue 105 páginas.

6.4 ANÁLISE DE CONTEÚDO AUTOMATIZADA

A partir da coleta e seleção do *corpus*, foi possível observar uma diferença entre as deputadas analisadas, quanto ao número de postagens. Algumas mostraram-se mais ativas na rede social e outras postaram relativamente pouco. Vale comentar que pode ser que a deputada tenha usado outra rede social, paralela à considerada oficial ou mesmo apagado seus conteúdos. Portanto, a análise partirá do conteúdo resgatado pelo *TAGS V.I.* No entanto, geralmente, as estratégias das deputadas são para ter um foco de gerenciamento das redes sociais ou direcionar para outros tipos de espaços, sejam regionais ou mesmo de contatos com os grupos que representam.

6.4.1 Áurea Carolina (PSOL/MG)

A deputada federal, Áurea Carolina (PSOL/MG) (Figura 3), postou 2278 *tweets* no período de 1º de fevereiro a 31 de julho de 2019, uma média de 12,6 publicações, entre *tweets* e retuites. Os retuites são relacionados às publicações do partido, do Mídia NINJA e outros veículos de comunicação contra hegemônicos, e de colegas de partido e luta, como Cida Falabella e Bella Gonçalves, ambas do PSOL.

Figura 3 - Foto Áurea Carolina (PSOL/MG)



Fonte: Portal Câmara dos Deputados (2019).

Nos *tweets*, há identificação daqueles escritos por sua equipe de comunicação, por meio do uso da *hashtag* #Equipe. As publicações possuem uma linguagem mais popular – como o termo “Bora colar?”, como forma de convite aos seguidores e seguidoras para alguma atividade presencial e até mesmo CTA⁵⁶ –, com abreviações e *hashtags*. O uso das *tags* por Áurea Carolina é acionado conforme as temáticas levantadas na publicação: #NehumDireitoAMenos, #EduqueContraLGBTfobia, #DermacacaoJa, #DireitosHumanosPraVc e #Ditaduranãosecomemora, entre outras, que defendem as bandeiras dos grupos minorizados, como povos indígenas, comunidade LGBTQIAPN+, e pessoas torturadas e presas na ditadura, entre outros; #BancadaFeminina, #OcupaPolítica, #SomosMuitas, #DemocraciaFeminista, #lutecomoumagarota e #FlorescerPorMarielle, tratam da luta feminista e da retomada do legado deixado por Marielle Franco; #LiberdadeParaRennan, a qual defende a liberdade do funkeiro preso injustamente em abril de 2019, solto em novembro daquele ano; #Brumadinho e #NãoFoiAcidente para culpabilizar

⁵⁶ “A chamada para ação, também conhecida como CTA (*Call to Action*), é parte de uma mensagem que busca direcionar o usuário para a realização de uma ação específica. Normalmente, é um convite ao final de um conteúdo em um blog, um e-mail, uma apresentação de um produto ou mesmo materiais tradicionais de publicidade no ambiente *online*. A proposta principal desse conceito é aumentar as chances de que o usuário, de fato, realize a ação esperada a partir daquele conteúdo” (Camargo, 2022).

a Vale pelos desastres que mataram pessoas e devastaram a natureza, tanto em Brumadinho-MG, em 2019, quanto em Mariana-MG, em 2015.

Nota-se pelas *hashtags* utilizadas, que a deputada abordou temas como cultura, funk, racismo, descriminalização da maconha, aborto, feminismo, mineração e crimes ambientais, sendo bastante incisiva em suas colocações, a partir de uma visão progressista na pauta de costumes.

Outra questão interessante da escrita da parlamentar se dá pelo fato de ela sempre utilizar os termos no feminino e masculino, tirando o masculino como o “universal”, uma forma de reconhecer as diferenças entre os gêneros, sua organização de forma hierárquica, a qual privilegia a perpetuação da dominação masculina. Ora, se a comunicação é poder, ela participa da forma como as pessoas percebem a realidade (Berger; Luckmann, 2007; Bourdieu, 1989). Na construção do mundo objetivo, o masculino foi adotado como o “universal”, e o uso disso na linguagem tende a apagar as diferentes subjetividades e camadas de opressão que atravessam os diferentes corpos sociais, trazendo um olhar não interseccional, que se preocupa com as especificidades do intercruzamento de gênero, raça, classe e outros.

Dos *tweets* coletados, o software *Iramuteq* gerou a seguinte nuvem de palavras (Figura 4):

Figura 4 - Nuvem de Palavras a partir das publicações da Dep. Federal Áurea Carolina



Fonte: Iramuteq, 2023

As palavras que mais se destacam, sendo as mais recorrentes nas mensagens coletadas, são: e, não, mais, mulher, política, RT, cultura, Brumado, comissão, luta, governo, direito, entre outros. Nota-se as principais bandeiras recorrentes também no dendrograma (Figura x) abaixo, separado nas classes. Nas publicações, têm-se a presença dos temas principais: mulher, cultura, meio ambiente e críticas ao governo. No que tange à “mulher”, Áurea Carolina aborda a temática em diferentes momentos: na economia, justiça, saúde, educação, sexualidade e sociedade como um todo, no combate ao machismo, misoginia, sexismo e violência, a partir de uma visão interseccional e feminista, a qual identifica as diferentes camadas de opressão que se inter cruzam no corpo social, em especial, da mulher negra, a qual as condições sociais são diferentes das mulheres brancas, por haver resquícios da escravização (Crenshaw, 1991; Collins, 2019; Ribeiro; 2020; Hooks, 2020; Davis, 2016). Em diversas publicações, a parlamentar posiciona-se como mulher negra e LGBTQIAPN+, o que faz parte de sua luta, discurso e atuação, reforçando o mandato sob a ótica interseccional.

Na cultura, Áurea Carolina critica o fim do Ministério da Cultura (MinC), no governo Bolsonaro. Além disso, pelo histórico de mulher periférica, ligada à cultura do rap, a deputada defende o *funk* e as diversas manifestações culturais que parte das áreas e

comunidades marginalizadas, os quais são criminalizados, ao rotineiramente serem associados à violência. Um dos casos que ganha destaque nesse tema é a prisão do funkeiro DJ Rennan da Penha, sob acusação de associação ao tráfico de drogas, preso injustamente de maio a novembro de 2019, e teve seu caso tramitando em liberdade até sua absolvição em junho de 2023. Como exemplo, tem-se a publicação de 23 de abril de 2019:

Funk é expressão cultural da favela, espaço de convivência e geração de renda nas quebradas. E não é de hj que tentam criminalizar essa e outras manifestações da cultura popular e periférica. @taliriapetrone e eu convidamos p/uma audiência sobre o assunto. Vem!#FunkÉCulturaViva (CAROLINA, 2019).

Quanto à temática ambiental, Áurea Carolina aponta a situação da mineração em Minas Gerais e o que ela chama de “crimes ambientais”, ao mencionar as tragédias de Brumadinho-MG (2019) e Mariana-MG (2015). A deputada atuou na CPI - Rompimento da Barragem de Brumadinho e alertava constantemente sobre a possibilidade de novos desastres, as consequências dos rompimentos para a população, a importância de leis e fiscalização mais duras e a possibilidade de unir os trabalhos desenvolvidos a uma gestão mais sustentável. Além disso, a ex-deputada deu visibilidade aos atingidos e o sofrimento deles. Em 13 de maio de 2019, ela escreve:

O ecocídio⁵⁷ da @valeglobal em Brumadinho é também de responsabilidade do Estado, pela convivência c/ esse poder econômico predatório. Só o nosso engajamento real p/ mudar isso faz sentido nesta audiência e todos os dias. Esse deve ser nosso compromisso de vida. #CPIdeBrumadinho (CAROLINA, 2019).

No que se refere às críticas ao governo, Áurea Carolina tece comentários e críticas às medidas adotadas pelo governo e suas bandeiras. Ainda aproveita para criticar o então ministro da Justiça, Sérgio Moro, primeiro pelo Pacote Anticrime proposto por ele e depois pelas revelações do jornal *The Intercept Brasil*, o qual apontou parcialidade na atuação do ex-juiz, frente à Operação Lava Jato, sendo uma dessas ações a prisão do presidente Lula,

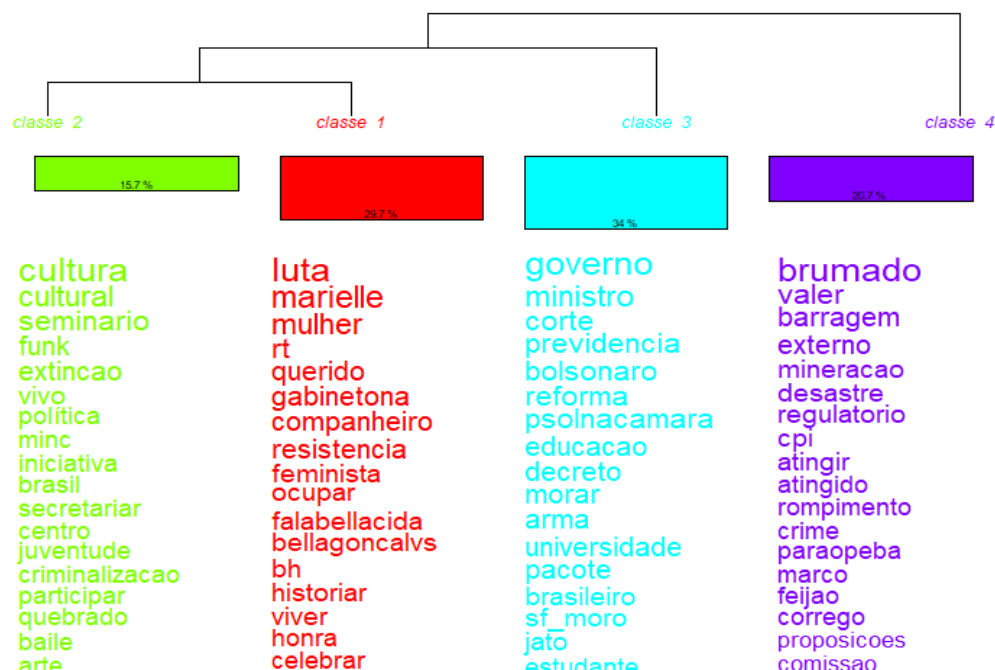
⁵⁷ O termo ecocídio representa o fenômeno de degeneração ambiental em massa, seja pela exploração natural, degradação, expansão do agronegócio entre outros. Ainda, visa mobilizar os países para as necessidades de criminalizar condutas de destruição ambiental, sendo qualificadas da devida forma pelas leis (Brochado Neto; Mont’alverne, 2018).

durante as eleições de 2018. Outro ponto de crítica ao governo, para além dos relacionados aos temas anteriores, é a facilitação do acesso às armas pelos civis. Áurea Carolina aponta esse movimento como um impulsionador do aumento de crimes, em especial, contra os grupos minorizados, como as mulheres.

Outro termo comum nas publicações é o RT, que indica retuite de outro perfil, aponta para o diálogo da deputada e outras páginas na rede social, como o Mídia Ninja, páginas oficiais do seu partido – o PSOL, e também de companheiros de partido como Talíria Petrone, Luiza Erundina, Cida Falabella, Bella Gonçalves, Marcelo Freixo e outros, como também de parcerias de luta, como a própria Célia Xakriabá, a qual foi eleita a primeira deputada indígena por Minas Gerais, em 2022. O diálogo com Xakriabá deu-se pela temática ambiental, em especial, devido aos desastres ambientais e à relação com os povos indígenas. Os nomes que aparecem em forma de retuites também estão presentes nas publicações da deputada, em forma de marcação com o uso do “@”.

Ao passar o banco de dados pelo *Iramuteq*, as categorias analíticas construídas se apresentaram em 4 *clusters*, indicados no dendrograma (Figura 5) abaixo:

Figura 5 - Análise gerada pelo programa *Iramuteq* – Dep. Federal Áurea Carolina



Fonte: *Iramuteq*, 2023.

A partir do dendrograma gerado, foi possível construir o seguinte quadro (Quadro 8), com os termos significativos por classes, a porcentagem de ocorrências e o nome concedido às categorias.

Quadro 7 - Nomeação das categorias por termos - perfil da Dep. Federal Áurea Carolina

	Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4
Termos com χ^2 de Pearson (termos significativos por classes)	Luta, Marielle, mulher, RT, querido, gabinetona, companheiro, resistência, feminista, ocupar, Cida Falabella, Bela Gonçalves, BH, história, viver, honra, celebrar etc.	Cultura, cultural, funk, extinção, vivo, política, Ministério da Cultura, iniciativa, Brasil, secretariar, centro, juventude, criminalização, participar, baile etc.	Governo, ministro, corte, Previdência, Bolsonaro, PSOL na Câmara, educação, decreto, morar, arma, universidade, pacote, brasileiro, Sérgio Moro, Lava/Vaza Jato etc.	Brumado, valer, barragem, externo, mineração, desastre, regulatório, CPI, atingir, atingido, rompimento, crime, Paraopeba, Marco, Córrego do Feijão, proposição, comissão etc.
% de ocorrência	29,7%	15,7%	34%	20,7%
Nome concedido às categorias	<i>Accountability/</i> Gabinetona	Atuação pela cultura	Crítica ao governo	Barragens em MG

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A classe 3 foi a mais frequente na amostra, presente em 34% das publicações e intitulada “Crítica ao governo”. As críticas ao governo foram feitas em diferentes áreas e demonstraram um acompanhamento próximo das decisões tomadas pelo mesmo. Ainda aponta para a forte oposição feita por Áurea Carolina e o seu partido, o PSOL. Dentre as críticas, têm-se como foco os corte de verbas na cultura e na educação, em especial, das instituições de ensino superior federais, os quais mobilizaram a manifestação “Tsunami da Educação”; crítica e oposição à Reforma da Previdência, conforme foi proposta pelo ex-Ministro da Economia, Paulo Guedes, sendo apontada como uma reforma que prejudicaria os grupos minorizados; a facilitação do acesso às armas pelos civis, o que a deputada associou ao aumento dos crimes contra as mulheres e atentados a espaços públicos, como escolas, por exemplo; e críticas ao Pacote Anticrime, proposto por Sérgio Moro. De acordo com a cientista política, a proposta foi objeto de denúncia do Movimento Negro na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, uma vez que tende a promover a espiral de violências

contra a população negra e pobre brasileira e intensifica o que ela qualifica como estado penal. Como aponta o *tweet* de 8 de maio de 2019:

Em fevereiro, 39 entidades do movimento negro denunciaram o pacote 'anticrime' de Moro à OEA, pelas flagrantes violações de DHs. Hoje, uma comitiva está na Jamaica p/ reforçar a denúncia na Com. Interamericana de DHs. Perguntei ao ministro Moro qual era sua mensagem ao grupo (CAROLINA, 2019).

Em 8 de maio de 2019, a deputada escreve:

Beira a insanidade! O novo decreto das armas de Bolsonaro é absolutamente inconstitucional e vai na contramão do enfrentamento à violência. Pior: coloca em risco iminente a vida das pessoas. Nós do @psolnacamara protocolamos hj projeto de decreto legislativo p/ sustar a medida (CAROLINA, 2019).

No dia 31 do mesmo mês, Áurea Carolina escreve: “*Mais um retrocesso enorme desse desgoverno obscurantista! Lutamos pelo direito à informação e pelo fortalecimento da comunicação pública, com participação popular e transparência. Todo nosso apoio à EBC!*” (CAROLINA, 2019). Esse fato foi motivo de matéria da Veja, a qual qualificou a EBC como “TV do Bolsonaro”, uma vez que em 2021 foram 177 interrupções da programação para exibir eventos com o presidente, cobertura de 26 cerimônias militares, oito participações de Bolsonaro em cerimônias religiosas e três transmissões relativas à COVID-19 (Turollo Junior, 2022).

É interessante observar que, em seu discurso, Bolsonaro aponta que a EBC era a “TV do Lula” e acusa a oposição de uma tentativa de censura à liberdade de expressão. Contudo, nota-se que esse discurso funciona na prática quando observada a própria postura do governo, na tentativa de propagar suas ideias e valores a qualquer custo. Como oposição, Áurea Carolina não deixou de apontar os problemas e erros do “desgoverno” Bolsonaro em diferentes frentes.

Em 22 de maio, ela tuita: “*Não existe política pública sem informações qualificadas sobre a situação demográfica da população. O governo fabrica mentiras sobre nossa realidade fiscal e patrocina o emburrecimento, para que se acredite na necessidade dos cortes. Precisamos conhecer a realidade do país!*” (CAROLINA, 2019). Aqui, a parlamentar

faz uma referência à rede de *fake news* envolvendo o então presidente, capaz de confundir a população, uma vez que a desinformação é capaz de deteriorar a democracia (Seibt; Dannenberg, 2021).

A segunda categoria mais frequente foi a classe 1 - “*Accountability*/Gabinetona” – presente em 29,7% –, em que a deputada aborda sua atuação na Câmara dos Deputados, em especial com o que ela chama de “Gabinetona”, uma experiência de mandato coletivo, em conjunto com Bella Gonçalves e Cida Fallabela, ambas políticas do legislativo do PSOL, em diferentes instâncias. Como principais bandeiras de atuação têm-se a defesa das mulheres e das pessoas em situação de rua. Como exemplo, tem-se o *post* do dia 26 de abril de 2019: “*Nosso PL Morada Segura para Mulheres, uma construção da Gabinetona com os movimentos feministas e de moradia da cidade, foi sancionado hoje pelo prefeito em Belo Horizonte. Uma vitória de todas as mulheres!* 🤝💜💣 *Vem ver no Diário Oficial do Município*” (CAROLINA, 2019).

Além disso, nessa categoria Áurea Carolina apresenta-se como “semente de Marielle”, cobrando da justiça a resposta para quem assassinou Marielle Franco e seu motorista, Anderson Gomes, no dia 14 de março de 2018, até então sem respostas.

No aniversário de um ano do assassinato de Marielle Franco – 14 de março de 2019 –, Áurea Carolina publica: “*A verdadeira luta democrática é aquela que transforma nossa intimidade, sentimentos, emoções, nossa disposição em conviver. Esse é um dos grandes valores de Marielle. São lutas que se juntam para nunca mais se soltarem. #AtoMarielleVive* 🌻” (CAROLINA, 2019). Além de publicar em diversos outros momentos, há a postagem da pergunta recorrente que questiona quem são os envolvidos na morte da vereadora do Rio de Janeiro. Além disso, a deputada associa sua luta à da política morta e de outras mulheres na política que surgiram da luta de Marielle, como a também deputada federal Talíria Petrone (PSOL/RJ). Áurea e tantas outras mulheres políticas que entraram na vida pública inspiradas por Marielle colocam-se como resistência frente à política de morte propagada.

Nesse ponto, a parlamentar une a luta contra o racismo estrutural capaz de marcar a sociedade brasileira (Almeida, 2019; Trindade, 2022). Por vezes, associa o assassinato de Marielle ao da população negra no Brasil, trazendo à tona casos como o de Evaldo dos Santos Rosa, morto em abril de 2019 por 80 tiros disparados “por engano” pela polícia militar. Ao

trazer esses assuntos à tona, Áurea Carolina enfatiza a morte da população negra e a necropolítica (Mbembe, 2016) ainda vigente, a qual não só promove a morte da população negra, com amparo de instâncias do estado, como também impede o acesso da população negra e periféricas a condições dignas de vida, saúde, educação, infraestrutura, entre outros.

Quanto às mulheres, a parlamentar traz diferentes realidades que afligem o corpo feminino (cis ou trans). Dentre elas, a violência obstétrica⁵⁸, como no *post* de 14 de maio de 2022:

'O Brasil retrocede em questões que já tinham um mínimo de acordo, como a violência obstétrica. Precisamos entender como esse desmonte se articula e incide sobre a rotina das mulheres negras'. Lia Siqueira - ONG Criola, na audiência sobre #ExperiênciasDeAcolhimento (CAROLINA, 2019).

Como apontado pelas pesquisadoras Lima, Pimental e Lyra (2021), ao observar a situação das mulheres negras frente à violência obstétrica e saúde reprodutiva, há desigualdades que atravessam as questões de gênero e raça, deixando esse grupo mais vulnerável nos ambientes de saúde, como, por exemplo, o recebimento de doses mais baixas de anestesia e o uso de procedimentos dolorosos, como o uso da força para empurrar a barriga da mulher durante o parto.

Em 7 de maio de 2019, ela escreve:

ABSURDO! Contrariando a Org. Mundial de Saúde e seguindo lobby da classe médica, o Ministério da Saúde vetou o termo 'violência obstétrica', alegando 'viés socialista'. Enquanto o governo segue sua cruzada ideológica insana, 1 em 4 mulheres no país seguem sofrendo essa violência (CAROLINA, 2019).

⁵⁸ “O termo ‘violência obstétrica’, advindo do movimento de mulheres, atualmente é usado para tipificar e agrupar formas variadas de violência, agressões e omissões praticadas na gestação, no parto, no puerpério e no atendimento às situações de abortamento. Inclui maus tratos físicos, psicológicos e verbais, assim como procedimentos considerados na literatura médica como desnecessários e danosos, entre os quais a cesariana sem evidência clínica.” (Lima; Pimentel; Lyra, 2021, p. 4910)

Isso aponta para o uso da neolíngua (Varela, 2019), associando um termo que se refere a uma violência ainda comum no Brasil ao “perigo vermelho” e caráter ideológico, o que não condiz com a realidade de diversas mulheres em situação de parto.

A deputada usa a #ExperiênciasDeAcolhimento para uma série de publicações sobre situações de vulnerabilidade enfrentadas pelas mulheres no país, como a violência doméstica e institucional, sempre associando às questões de raça, trazendo um viés interseccional. Como aponta a publicação de 14 de maio do mesmo ano, em que a parlamentar escreve:

'Compreender a violência contra a mulher é falar necessariamente de um lugar antirracista. Criola pensou-se como organização para mobilizar mulheres, fortalecer mulheres negras e fazer incidência política'. Lia Siqueira - ONG Criola, na audiência sobre #ExperiênciasDeAcolhimento (CAROLINA, 2019).

A terceira é a classe 4 - “Barragens em MG”, presente em 20,7%, apresenta a luta da deputada em defesa do meio ambiente, de uma mineração mais sustentável e da cobrança do poder público de justiça, em especial, por Brumadinho (MG). Em suas publicações, a parlamentar, também membro da CPI - Rompimento da Barragem de Brumadinho, chama os desastres nas barragens de Brumadinho e Mariana de crimes ambientais. Entre os atingidos pelos rompimentos, tem-se os povos indígenas que vivem às margens dos rios e áreas afetadas. Em janeiro de 2019, com o rompimento em Brumadinho, as áreas habitadas pelos povos Pataxó e Pataxó Hã-hã-hãe foram afetadas, impedindo a pesca e contaminando o solo com metais pesados. Sem espaço no pós-tragédia, muitos indígenas migraram para a periferia da capital mineira, sobrevivendo sem condições dignas de vida (ROCHA, 2023).

Em 30 de abril de 2019, Áurea Carolina publica no *Twitter*:

E a luta por justiça p/ os atingidos por barragens continua. Estamos reunidas/os na Com. Ext. Desastre de Brumadinho, que discute as + de 400 contribuições populares às proposições legislativas da Comissão. Queremos um novo marco regulatório p/ a mineração! #naofoiacidente (CAROLINA, 2019).

A deputada utiliza a *hashtag* “Não foi acidente” em diversos momentos, referindo-se os desastres como crimes e tragédias anunciadas, sendo o rompimento em Brumadinho a segunda em menos de 5 anos. Em outros momentos, aponta as consequências dos

rompimentos para a população no entorno da tragédia, como a própria população belorizontina a qual teve o consumo de água afetado.

Em 8 de maio de 2019, ela escreve criticando:

Chocada com a cara de pau do lobby da mineração! Estão fazendo de tudo para barrar a tramitação do relatório final da Comissão Desastre de Brumadinho, que inclui os 9 PLs construídos com a participação de atingidos e movimentos sociais p/ compor um novo marco regulatório do setor (CAROLINA, 2019).

No dia anterior, a deputada publica:

Apesar da magnitude do crime da Vale em #Brumadinho, há quem tente retardar o processo de aprovação das proposições p/ um novo marco regulatório da mineração. Há quem defenda essas empresas, atravessadores eleitos no parlamento. Ao fim, veremos de q lado estão esses parlamentares (CAROLINA, 2019).

Em 26 de junho do mesmo ano, a deputada escreve: “*É muito triste. Além do impacto socioambiental, a iminência do rompimento de mais uma barragem da Vale tem consequências para o patrimônio imaterial: a cultura, as tradições, os modos de vida. Como reparar esse dano aos moradores de Barão de Cocais?*” (CAROLINA, 2019). Nota-se que a postura de Áurea Carolina também se aproxima do ecofeminismo⁵⁹, movimento que tem ganhado força entre as gerações mais jovens, sendo uma união entre ecologia, preocupação com o meio ambiente e feminismo, ou seja, uma rede de mulheres ambientalistas, característica da quarta onda feminista (Varela, 2019). Conforme aponta Varela (2019), a vertente aponta que as mulheres são as que mais sofrem nos desastres ambientais e mudanças climáticas.

Por fim, aparece “Atuação pela cultura” (15,7%), em que Áurea Carolina já possui uma trajetória que se aproxima da música da periferia e em prol da disseminação da cultura, em especial, das camadas mais populares. Nesse aspecto, a deputada defende o funk e aponta a tentativa de criminalização da arte que vem da população negra e periférica do Brasil. Além

⁵⁹ “[O] ecofeminismo desborda da preocupação pautada nas experiências das mulheres e nas relações de gênero para a relação que estabelecemos com a natureza, mantendo a associação entre os poderes gerativos femininos e a capacidade regenerativa da natureza” (Aymoré, 2020, p. 176-177).

disso, a parlamentar critica a extinção do Ministério da Cultura pelo então presidente Jair Bolsonaro, em 1º de janeiro de 2019, que foi recriado com a posse do presidente Lula, em 2023. A deputada aponta ainda os cortes de verbas destinadas à promoção da cultura, pelo governo Bolsonaro.

Em 13 de junho de 2019, ela escreve: *“O governo da burrice tenta minar a potência da #culturaviva, c/ o desmonte de políticas culturais conquistadas c/ muita luta. Não permitiremos! A cultura se reinventa apesar do Estado, contra o Estado e p/ além dele, mas não podemos abrir mão desse amparo”* (CAROLINA, 2019). O Cultura Viva é um projeto que conta com a participação de Áurea Carolina, criado em 2004 pelo Ministério da Cultura, e destinou verba para a Secretaria Municipal de Cultura de BH. A deputada fala do programa em outras publicações a partir da *hashtag* #CulturaViva, como forma de apontar seu trabalho em defesa da cultura, ao mesmo tempo em que critica os cortes promovidos do governo federal da época.

Outro ponto importante apontado pela parlamentar é a constante criminalização do funk e da cultura que parte da periferia. Em 25 de abril de 2019, ela posta sobre o problema: *“É assustador a quantidade de coisas bizarras escritas: funk é lixo, funk e favela não deveriam existir. Pessoas falando ou repetindo coisas sobre as quais elas não conhecem, não se envolveram, não tem convivência’. @raull santiago na #audienciafunk”* (CAROLINA, 2019). Como se houvesse diferentes níveis de arte, e eles pudessem ser organizadas em uma hierarquia de importância ou mesmo valor para a sociedade.

Algo criticado por Morin (1997) ao trazer como ponto positivo dos meios de comunicação de massa a possibilidade de acesso a diferentes vertentes culturais, rompendo com o que era considerada “alta” ou “baixa” cultura, associadas às classes sociais. Áurea Carolina expõe essa problemática ao pontuar que o que é considerado cultura, parte de uma visão elitista e racista, apontando que a cultura, por vezes, é associada ao erudito. Ao mesmo tempo, conforme Kellner (2001) e Williams (2011), alinhados aos Estudos Culturais, a parlamentar aciona um discurso contra hegemônico, buscando mostrar que as culturas não podem ser hierarquizadas e que refletem os contextos sociais em que os indivíduos estão inseridos. Ademais, no caso do funk, é uma forma de resistência dos grupos minorizados das comunidades periféricas, que utilizam a música como forma de expressão e de contestação das opressões que sofrem.

Tomar a cultura como representação permite reificar certos traços de um povo, sociedade ou coletividade, o que pode ser feito em benefício do grupo, como nas reivindicações de identidade étnica e cultura, ou contra o grupo, como mostra o caso do funk (Mizrahi, 2020, p. 48).

Quanto à aproximação entre as classes, nota-se: as classes 2 (“Atuação pela cultura”) e 1 (“*Accountability*/Gabinete”) mais próximas, o que não deixa de ser uma forma de prestação de contas da deputada a seus eleitores e eleitoras, seguidores(as) na rede social, sendo sua maior atuação pela cultura e descriminalização do funk. Em seguida, aparece a classe 3 (“Crítica ao governo”), em que a deputada demonstra acompanhar de perto todas as iniciativas do governo Bolsonaro e aponta suas pautas conservadoras em diferentes frentes. Por fim, a classe 4 (“Barragens em MG”) mostra-se como a mais distante das demais. Isso deve ser pelo fato de se tratar de causas ambientais, as quais relacionam-se ao governo, mas não necessariamente a pautas relativas ao comportamento e/ou sociedade diretamente.

Como foi mencionado anteriormente, no que atravessa o tema “mulher”, Áurea Carolina é uma deputada que trata, de forma recorrente, do viés interseccional, trazendo à tona a questão de gênero, raça, classe e sexualidade, além de pautas feministas, como reprodutividade e aborto, defesa da mulher em diferentes instâncias. Há além de trazer em seu discurso a luta por uma democracia feminista com mais participação das mulheres. Em 14 de maio de 2019, ela escreve em um *tweet*: “*Contemplar a intersecção de opressões que afetam as mulheres é a ferramenta, é a solução. Partimos do pressuposto de que ninguém é igual e que as diferenças podem amplificar a luta*’. Joanna Burigo - *Emancipa Mulher, na Audiência #ExperiênciasDeAcolhimento*” (CAROLINA, 2019).

Ao trazer a frase de Joanna Burigo, a parlamentar reforça sua posição. Além disso, ela trata de pautas progressistas e temas considerados tabus, como o combate à LGBTfobia, pela educação e pela descriminalização da maconha. Pautas que não são vistas em uma abordagem mais conservadora e/ou alinhada ao então presidente da República, Jair Bolsonaro. A parlamentar ainda se levanta como parte de uma organização maior, que envolve outras mulheres e pessoas de luta, como Luiza Erundina, Talíria Petrone e Marcelo Freixo, mostrando que o mandato é coletivo, não só por representar as pessoas que a elegeram, mas por ser parte de um propósito que envolve mais pessoas, em prol dos direitos humanos e da diferença.

A presença de mulheres, como Áurea Carolina, na política tenta quebrar o pânico moral instalado por Bolsonaro e apoiadores, que visam à manutenção da hierarquia de gênero e sexualidade, em especial, a partir de eixos discursivos, entre eles: a) a manutenção da heteronormatividade, frente à tentativa “petista” ou “esquerdista” de desconstruí-la; b) a discussão sobre a ideologia de gênero, neolíngua (Varela, 2019) capaz de distorcer o próprio conceito de gênero. O pânico moral caracteriza-se quando um dado grupo ou pessoa é definido como uma ameaça aos valores e interesses sociais, o que foi apropriado pelo bolsonarismo e seu discurso (Santos, 2022).

Áurea Carolina teve uma atuação que dialoga com a quarta onda feminista ao usar as redes sociais para expandir suas ideias e valores. Além de ser uma ciberfeminista, a parlamentar também pode ser considerada uma ecofeminista, movimento também presente na quarta onda, o qual se preocupa com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável (Varela, 2019). Além disso, ela defende e busca dialogar com diferentes grupos minorizados – povos indígenas, mulheres, mulheres negras, população negra, periferia, comunidade LGBTQIAPN+, entre outros –, usando as redes sociais de forma estratégica para permanecer e ampliar seus seguidores e seguidoras, assim como propagar valores feministas.

6.4.2 Profa. Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)

No período de 1º de fevereiro a 31 de julho de 2021, a deputada Profa. Dorinha (Figura 6) publicou 21 vezes em sua rede social (média de 0,11 *tweets*/dia), contando *tweets* e retuítes (RT), sendo que foi comum encontrar RT na conta de publicações de outros usuários que a marcaram no *post*.

Figura 6 - Foto Profa. Dorinha (DEM/TO)



Fonte: Portal Câmara dos Deputados (2019).

Outro fator interessante a ser destacado é a utilização de hiperlinks, para complementar o conteúdo publicado, bem como da norma culta da língua para se comunicar com os seguidores e seguidoras. A deputada ainda usa de *tweets* curtos, com a ideia completa em apenas uma publicação, sem usar o recurso de diversos *tweets* para desenvolver uma ideia. Neste aspecto, a comunicação apresenta-se de forma mais informativa, do que com o intuito de levantar discussões ou aprofundar questões. Nesse sentido, a comunicação utiliza a característica do *Twitter* de ser uma rede de textos curtos para serem compartilhados mais facilmente. No entanto, não se observa uma preocupação com o “Chamada para a ação” ou CTA (*call to action*) de seus seguidores e seguidoras e possível eleitorado, mesmo quando a mensagem é acompanhada de um hiperlink. Percebe-se uma falta de maior acomodação à lógica das redes sociais, ao priorizar um tom bastante formal nos conteúdos, levando em conta as características da linguagem que predomina tanto no *Twitter*, com uso de abreviações e seguir as “*trend*” ou tendências, por exemplo, como em outras plataformas.

Ao rodar o conteúdo textual no *Iramuteq*, foi possível obter uma nuvem de palavras⁶⁰ com as mais recorrentes do conteúdo, organizada conforme a sua frequência de aparição (Figura 7).

Figura 7 - Nuvem de Palavras a partir das publicações da Dep. Federal Profa. Dorinha



Fonte: *Iramuteq*, 2023

Devido ao *corpus* pequeno, seja pelo número baixo de postagens ou mesmo pelo tamanho dos *tweets*, nota-se que as palavras mais recorrentes são, nesta ordem: trabalho, projeto, Fundeb, legislativo, presidente, sociedade, brasileiro, política, reuniões, entre outras.

As palavras, de um modo geral, refletem as mensagens publicizadas pela deputada, que se relacionavam bastante a seu trabalho desenvolvido no Congresso Nacional, uma espécie de prestação de contas a seu eleitorado, logo nos primeiros dias de atuação. Seja por meio de reuniões ou em contato com outras figuras públicas, como o então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia; o ministro da Educação, Ricardo Velez; o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta e o Presidente da Funai, o general da reserva do Exército Franklimberg Ribeiro de Freitas. Nesse aspecto, a deputada apresenta uma comunicação mais institucional, a qual não fomenta discussões entre seus seguidores.

Profa. Dorinha mantém um diálogo muito forte com o estado que a elegeu, Tocantins. Isso é notado quando a parlamentar posta sobre verbas conquistadas para fomento do turismo

⁶⁰ “As palavras são apresentadas com tamanhos diferentes, ou seja, as palavras maiores são aquelas que detêm maior importância no corpus textual, a partir do indicador de frequência ou outro escore estatístico escolhido” (Salviati, 2017, p. 79).

e educação, como no *tweet* do dia 10 de maio: “O compromisso com o ensino superior sempre esteve presente no meu mandato. Já foram mais de R\$ 12 milhões em recursos para o IFTO e cerca de R\$ 180 milhões para a UFT conquistados por meio do trabalho que faço junto ao MEC. Sigo na defesa das instituições”. Ou mesmo resolvendo demandas presentes no estado, como, por exemplo, conciliar agronegócio e povos indígenas, tendendo a apoiar o primeiro lado. O *post* do dia 4 de junho de 2019 diz: “Com líderes indígenas das etnias Javaé e Carajá estive em reunião com o presidente da Funai e levamos uma série de demandas na área de agropecuária e moradia”.

Tal posicionamento revela uma contradição na postura da deputada, que fica evidenciado na sua estratégia de comunicação, que é a de tentar dialogar com os povos indígenas, quando se está atrelada ao setor de agronegócios. Ela, inclusive, é considerada como uma das pertencentes à Bancada Ruralista (Frente Parlamentar da Agropecuária). Ou seja, destoa totalmente das lutas dos povos originários e da luta contra os latifúndios e o desmonte do patrimônio territorial e cultural dos indígenas.

Carregando a palavra “professora” antes do nome, Maria Auxiliadora Seabra Rezende reforça a marca de sua trajetória pessoal na Educação, como filha de professores, como professora formada em Pedagogia e Mestre em Educação e como bandeira da vida pública. Professora Dorinha foi secretária da Educação e Cultura do Estado Tocantins por mais de 9 anos e criou o programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada, em que buscava envolver escola e comunidade por meio da democratização dos recursos e dando maior autonomia de gerenciamento às unidades de ensino (Professora Dorinha, 2023).

Na sua trajetória política, como deputada (2019 a 2023), Profª. Dorinha ficou conhecida como a “mãe” do novo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Fundeb), um dos termos que aparece na nuvem de palavras. A deputada foi relatora da PEC – Proposta de Emenda à Constituição – do Fundeb, aprovada em agosto de 2020 e regulamentada pela Lei n. 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Na publicação de 09 de maio de 2019, ela afirma:

Instalamos a Comissão Especial do Fundeb e sigo como relatora desse Projeto que vem sendo construído com a contribuição da sociedade desde 2015. Formalizamos a retomada dos trabalhos nesta legislatura, com o desafio de aprovar o novo Fundeb ainda este ano (Rezende, 2019).

Em 27 de março, Dorinha Seabra retuita uma publicação da página @DeputadosDEM – página do *Twitter* dos deputados e deputadas do partido que ela fazia parte. No *post*, há uma breve explicação da importância do programa:

“A ideia do financiamento é tornar mais robusto o Fundeb e deixar que estados e municípios, dentro dos seus planejamentos estratégicos, definam formatos e planos de seus programas locais. E temos a base nacional que define um percentual pra dar uma unidade ao País” (Rezende, 2019).

Na publicação de 29 de março do mesmo ano, ela reforça seu compromisso com a proposta e apresenta, mais uma vez, sua rotina de trabalho, mostrando se esforçar pela causa que acredita: *“Reunião muito produtiva com consultores legislativos, equipe técnica do MEC e ministro Ricardo Vélez para tratar sobre o Fundeb”* (Rezende, 2019).

Esse é um discurso que permeia as publicações da deputada de 2019 a 2021 (Santos *et al.*, 2021). Contudo, a deputada sempre apresenta de forma muito generalista a proposta, sem ser explícita de como a política pública irá auxiliar as brasileiras, sejam como alunas ou profissionais da educação. Torna-se interessante essa observação, visto que a deputada foi líder da Bancada Feminina na Câmara e coordenadora da Coordenadoria dos Direitos da Mulher de abril de 2019 a abril de 2021 (Santos *et al.*, 2021). Fica evidente que a educação é vista de uma forma hegemônica, mas não há preocupação em inserir os grupos minorizados. A educação poderia ser vista também como uma luta contra a dominação masculina, em defesa dos povos indígenas, presentes no seu estado. Contudo, não é um movimento observado, o qual pode ser explicado pelo fato de ser filiada a um partido conservador – Democratas, atual União Brasil –, e ele estar ligado a frentes parlamentares de defesa do *status quo* e de ter compromisso com um eleitorado que não quer rupturas, principalmente, em termos identitários. Abarcar as bandeiras feministas, por exemplo, seria se contrapor aos grupos políticos a que está vinculada. Ser professora é uma estratégia de garantir um diferencial, mas que, ao mesmo tempo, pode ser compreendido como uma profissão muito ligada a um espaço feminino conservador. A educação, como exercício profissional, nunca foi uma disputa contra hegemônica, já que, como aponta Bourdieu (2002), a dominação masculina se dá muito mais pelo controle dos homens de campos tradicionalmente masculinos e heteronormativos.

A educação é uma bandeira importante em um país marcado por desigualdades e há séculos é uma bandeira da luta feminista, em especial para emancipação feminina, empoderamento, inserção no mercado de trabalho, entre outros fatores. No entanto, esta é uma política constantemente associada ao papel da mulher na política, devido a seu “pensamento maternal” e à “política do desvelo”. Miguel e Biroli (2014) apontam que essa é uma ideia constantemente associada ao papel da mulher na política, devido a seu “pensamento maternal” e a “política do desvelo”, parte de um olhar conservador e sexista, o qual reduz a mulher ao papel do gênero e limita sua atuação. Para os autores, ainda existe uma ideia de que a presença feminina na política traria benefícios pelo fato de as mulheres estarem acostumadas ao cuidado com as outras pessoas, em especial, os mais indefesos, ou pela motivação de deixar um mundo mais seguro para seus filhos e filhas. Desse modo, a crescente participação feminina na política poderia abrandar o caráter agressivo das atividades que são desenvolvidas nesse campo. Áreas como amparo social, saúde, educação, meio ambiente, entre outras relativas ao cuidado, seriam uma marca dessa presença e superaria a ideia de “política por interesses”, relacionada ao gênero masculino (Miguel; Biroli, 2014). Nota-se áreas relativas ao cuidado com o outro, que novamente remetem ao lugar da mulher ser ainda considerado como o espaço privado. Uma visão até maternal, indo ao encontro do perfil de mulheres na política, pensando por Luciana Panke (2021), no caso da política brasileira, e por Schwartzberg (1977).

Pensando ainda na “política do desvelo”, é possível perceber, mais uma vez, como o pensamento da deputada ainda se alinha com essa ideia em publicações, como a do dia 15 de maio de 2019: *“Parabéns aos assistentes sociais. Trabalho que exige compromisso com a essência do ser humano, compreensão dos seus anseios e necessidades”* (Rezende, 2019). Este *post* que não se encaixa em nenhuma das categorias observadas nas publicações por meio da análise de conteúdo. Junto na categoria “Outros” existe mais um *tweet* com a palavra “Parabéns”, no dia 12 de março.

Há também a defesa das crianças, como na publicação do dia 08 de abril do mesmo ano: *“Demos início aos trabalhos da Frente Parlamentar da Primeira Infância. São muitas as políticas públicas que precisamos aprimorar para melhorarmos a qualidade de vida nessa fase”* (Rezende, 2019).

Quando se trata do tema “mulher”, Profa. Dorinha publica apenas 3 vezes: uma no dia 27 de fevereiro, em que a deputada convida aos seguidores e seguidoras para acompanhar seu canal do YouTube (CTA) para verem uma entrevista dela na TV Câmara sobre trabalho desenvolvido pela Secretaria da Mulher. No dia 27 de março, há um *tweet* falando de um eventopromovido pela Confederação Nacional do Comércio, que promoveu um café da manhã em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, como forma de “Reconhecimento e respeito ao trabalho prestado à sociedade pelas deputadas”, segundo ela. No entanto, no dia 8 de março não foi encontrada qualquer publicação com referência à data comemorativa. Por fim, outro *post* se deu no mesmo dia – 27 de março –, dizendo que houve uma reunião com a Bancada Feminina sobre procedimentos para aprovação de projetos da Secretaria da Mulher. Mais uma vez, as publicações sugerem a uma prestação de contas sobre o trabalho desenvolvido à frente da Coordenadoria dos Direitos da Mulher, sem qualquer menção aos projetos em si, discussões sobre a temática e os problemas enfrentados pelas mulheres brasileiras, ou qualquer outro tema considerado polêmico, como aborto.

Devido ao fato de o *corpus* do período coletado ser pequeno, não foi possível formar um filograma com o resultado da classificação pelo Método de Reinert, em que são possíveis o agrupamento dos termos a partir de suas relações semânticas. Utilizando a análise de conteúdo (Bardin, 2011), é possível identificar 5 categorias (Quadro 9): uma relacionada a prestação de contas – quatro *tweets*, aproximadamente 19% –; outra relativa a atuação da deputada frente a área de educação, como a aprovação do Novo FUNDEB e políticas para inclusão nas escolas e outros investimentos – presente em oito *tweets*, aproximadamente 38% –; questões ligadas à saúde, como a questão dos médicos brasileiros formados no exterior – dois publicações, o que representa 9,5% –; outras relativas à primeira infância, como sua participação em uma frente parlamentar que leva esse nome – também presente em duas publicações –; e outra relacionada ao tema “mulher”, trazendo sua atuação junto à Secretaria da Mulher e Bancada Feminina – presente em três *tweets*, aproximadamente 14,3%.

Quadro 8 - Categorias presentes nos tweets da Profa. Dorinha Seabra Resende

Posição	Categoria	<i>Tweets</i> (%)
1	Educação	8 (38%)
2	<i>Accountability</i>	4 (19%)
3	Mulher	3 (14,3%)
4	Saúde	2 (9,5%)

5	Primeira Infância	2 (9,5%)
---	-------------------	----------

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os dados revelam uma relação forte com os estereótipos vinculados ao gênero feminino, que remetem ao cuidado, à bandeira da educação como principal tema, mas sem especificações de políticas públicas para meninas e mulheres, o pensamento maternal (Miguel; Biroli, 2014). Trata-se de um posicionamento nas mídias sociais bem tímido em termos de postagens e sem tocar em questões estruturais sobre a dominação masculina. Reflete, como foi dito, o alinhamento da parlamentar com os grupos políticos e o eleitorado conservador a que está ligada.

6.4.3 Elcione Barbalho (MDB/PA)

A deputada federal pelo MDB do Pará, Elcione Barbalho (Figura 8), postou 163 *tweets* no primeiro semestre de 2019, uma média de quase um *tweet*/dia, sendo a maioria dessas publicações retuítes de veículos de jornalismo tradicional (Portal G1, O Globo, Jornal Nacional, Rede Record, entre outros) e de perfis de usuários da rede, como do seu próprio filho, Helder Barbalho (MDB), governador do Pará eleito em 2018, no segundo turno, e reeleito em 2022, no primeiro turno.

Figura 8 - Foto Elcione Barbalho (MDB/PA)



Fonte: Portal Câmara dos Deputados (2019).

Nos retuites das mídias jornalísticas, é comum a disponibilização de links para que o(a) seguidor(a) tenha acesso ao conteúdo completo. As publicações, no geral, possuem algumas *hashtags* vinculadas às ações do mandato, como, por exemplo, #CaravanaPeloPara, ou mesmo vinculada à própria imagem da deputada, como #GuerreiraPeloPara.

A emedebista, em 2018, foi reeleita pela sexta vez ao cargo de deputada federal, vencendo novamente em 2022 para o sétimo mandato. Filiada desde 2018 ao partido, Elcione Barbalho representa a política praticada por ele, tentando equilibrar as críticas crescentes ao governo Bolsonaro e a concordância em certos momentos. Ela critica o governo no *post* do dia 29 de março, ao repostar uma publicação de @DeputadoFederal: “*Existe recorde no Guinness para trapalhadas, idiotices e vexames que um governo tenha cometido em tão pouco tempo? Ou @jairbolsonaro é hors concours nessa categoria? ‘Planalto causa constrangimento ao enviar foto de Bolsonaro a embaixadas estrangeiras’*” (Barbalho, 2019). Já na publicação do dia 18 de junho de 2019, a deputada compartilha um *tweet* do senador Flávio Bolsonaro – filho do ex-presidente Jair Bolsonaro –, em que escreve: “*A vontade do povo é soberana e o Senado precisa respeitar. A população quer manter o decreto do*

presidente @jairbolsonaro sobre armas. Respeitar o povo é respeitar a democracia! #ArmasPelaVida” (Barbalho, 2019).

Para Silva (2022), os partidos brasileiros dividem-se em dois grandes grupos: partidos ideológicos e Centrão. A diferença relaciona-se à forma de organização e estrutura. Os partidos ideológicos voltam-se para a coletividade, em sua maioria, e tentam manter uma identidade dessa coletividade. O Centrão, por sua vez, é uma organização que serve aos interesses de diferentes parcelas política que o constituem. O MDB é considerado como parte do Centrão. No caso do Brasil, este grupo informal de atuação política no Congresso foi formado em 1987, na Constituinte, para defender os interesses de determinados segmentos, como o setor de agronegócios, as oligarquias políticas e midiáticas e a famosa política do que “é dando que se recebe”, ou seja, para dar apoio ao Executivo é necessário ser beneficiado com cargos, emendas, verbas, entre outros privilégios, fugindo ao modelo racional e meritocrático.

Partidos ideológicos que visam promover sua agenda ideológica devem priorizar participar de alianças que sejam coerentes com sua ideologia, enquanto os partidos do Centrão não priorizam a coerência ideológica em suas alianças de governo e devem participar mais em alianças de governo que sejam encabeçadas por partidos ideologicamente opostos à sua ideologia. A coerência ideológica na participação de alianças de governo serve, sobretudo, como indicador de que um partido prioriza sua ideologia para os partidos médios e grandes, cujo apoio no parlamento para um presidente seja tão importante a ponto de o partido participar do gabinete ministerial (Silva, 2022, p. 144-145).

Dos *tweets* coletados, o *software Iramuteq* gerou a seguinte nuvem de palavras (Figura 9):

Figura 9 - Nuvem de Palavras a partir das publicações da Dep. Federal Elcione Barbalho



Fonte: Iramuteq, 2023

As palavras que mais se destacam, sendo as mais recorrentes nas mensagens coletadas, são: Mulher, Helder Barbalho, governo, mais, estado, participar, município, governador, hoje, Brasília, barragem, entre outros. Nota-se aqui a presença do discurso sobre a bandeira feminina como recorrente em suas publicações, trazendo à tona políticas públicas para mulheres, com propostas de leis, e participação feminina na política. Como o *post* do dia 28 de março de 2019: “*Lançamento da Agenda Legislativa do Grupo Mulheres do Brasil com a Bancada Feminina do Congresso Nacional. Vamos mobilizar todos os parlamentares para que o Legislativo possa abraçar e fortalecer as pautas femininas*” (Barbalho, 2019). Outro termo recorrente é o nome do filho, Helder Barbalho, eleito governador do Pará em 2018. Nessa perspectiva, Elcione Barbalho retuita publicações dele em sua rede social, sempre elogiando sua atuação no governo, ou cita encontros com ele ao longo do período coletado, seja como mãe, seja como parlamentar a defender os interesses do estado. A exemplo, tem-se o retuite da conta de Helder Barbalho, do dia 21 de março de 2019:

A Ação Cidadania do Programa ParáPaz, é uma parceria de diversos órgãos do Estado que está proporcionado à população emissão de documentos, como RG, carteira de trabalho, certidão de nascimento, além

de atendimentos de saúde e bucal, corte de cabelo, manicure e muito mais (Barbalho, 2019).

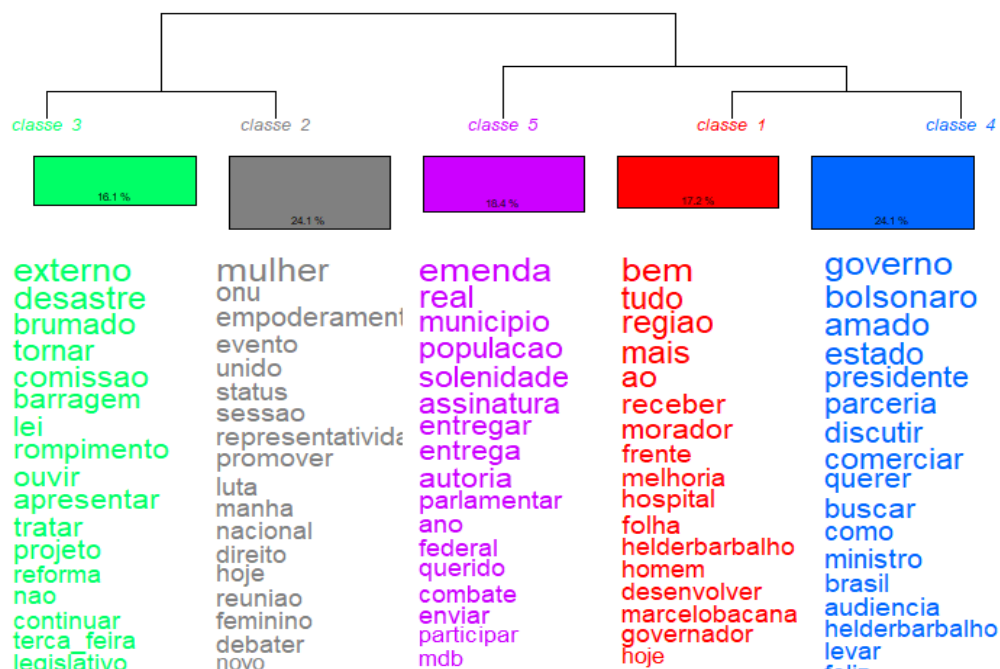
Isso mostra como o capital político da deputada está vinculado à oligarquia Barbalho, comandada por homens. Mantendo-se atuantes e hegemônicos na política do Pará, eles têm conseguido emplacar desde o pai Jáder Barbalho, com o filho Helder Barbalho e a própria esposa Elcione Barbalho. A sua atuação política como parlamentar tem limitações em relação a pautas feministas e identitárias em função dos interesses que estão ligados à família e aos grupos políticos que estão vinculados, como o Centrão.

Outro tema recorrente nas publicações é o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG)⁶¹, sendo a deputada parte da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) Rompimento da Barragem de Brumadinho, entre 16 de abril e 05 de novembro de 2019. Em 08 de fevereiro de 2019, Elcione Barbalho (2019) publica: “*Defendi na última quarta-feira (6), na Comissão Externa que trata do desastre em Brumadinho, que o meu Projeto de Lei 3563/2015 seja aprovado na Câmara. Serei incansável na luta pelo povo brasileiro e do meu querido Pará*”. A PL 3563/2015 é de autoria da própria parlamentar e visa, de acordo com o Portal da Câmara Legislativa (Brasil, 2015), visa “Torna[r] obrigatória o pagamento de indenizações e contratação de seguro no caso de rompimento de barragens”. Esta é uma proposta que se desenrola desde o desastre em Mariana-MG, em 2015. Os demais termos refletem sua atuação como parlamentar na Câmara, buscando recursos para diferentes áreas do estado do Pará, como educação, segurança pública e estradas.

Ao passar o banco de dados pelo *Iramuteq*, as categorias analíticas construídas se apresentaram em cinco *clusters*, indicados no dendrograma (Figura 10) abaixo:

⁶¹ A barragem de rejeitos da mina Córrego do Feijão, da mineradora Vale, se rompeu em Brumadinho-MG, em 25 de janeiro de 2019. Um mês depois do desastre, o número de mortes chegou a mais de 300 pessoas, além do impacto ao meio ambiente (fauna e flora), de imediato e a longo prazo. Em 2015, um fato semelhante ocorreu, com a barragem da Samarco, em Mariana-MG (Freitas *et al.*, 2019).

Figura 10 - Análise gerada pelo programa Iramuteq – Dep. Federal Elcione Barbalho



Fonte: *Iramuteq*, 2023.

A partir do dendrograma gerado, foi possível construir o seguinte quadro (Quadro 10), com os termos significativos por classes, a porcentagem de ocorrências e o nome concedido às categorias.

Quadro 9 - Nomeação das categorias por termos - perfil da Dep. Federal Elcione Barbalho

	Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5
Termos com χ^2 de Pearson (termos significativos por classes)	Bem, tudo, região, mais, receber, morador, frente, melhoria, hospital, folha, Helder Barbalho, homem, desenvolver, governador etc.	Mulher, ONU, empoderamento, evento, unido, status, sessão, representatividade, promover, luta, nacional, direito, reunião, feminino, debater etc.	Externo, desastre, Brumado, comissão, barragem, lei, rompimento, ouvir, apresentar, tratar, projeto, reforma, legislativo etc.	Governo, Bolsonaro, amado estado, presidente, parceria, discutir, comerciar, ministro, Brasil, audiência, Helder Barbalho etc.	Emenda, real, município, população, solenidade, assinatura, entregar, autoria, parlamentar, federal, combate, enviar, participar, MDB etc.

% de ocorrência	17,2%	24,1%	16,1%	24,1%	18,4%
Nome concedido às categorias	Atuação junto ao governador do PA	Mulher	Barragens e desastre ambiental	Governo Bolsonaro	<i>Accountability</i>

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Há duas categorias mais recorrentes nos *tweets* da deputada Elcione Barbalho: “Mulher” (classe 2) e “Governo Bolsonaro” (classe 4), ambas com 24,1% de frequência. Na categoria “Mulher”, Elcione Barbalho traz temas como defesa da mulher, violência contra a mulher, igualdade de gênero, presença da mulher na política, valorização e empoderamento feminino e sua atuação na bancada feminina. Não por acaso, os termos mais recorrentes, nessa categoria, foram: mulher, ONU, empoderamento, representatividade, luta, direito, feminino.

Na *hashtag* “Guerreira pelo Pará”, comum em suas publicações, nota-se uma tentativa de associar a imagem da parlamentar à atuação preocupada com o estado que a elegeu. O termo “guerreira”, assumido pelas personagens políticas femininas, pode reforçar a ideia de uma mulher que toma decisões e atua politicamente para que as transformações sociais aconteçam, em especial quanto àquelas que derivam da dominação masculina (Panke, 2021). Isso, associado a uma das categorias mais frequentes (“Mulher”), pode corroborar na afirmação dessa *persona*.

A presença feminina, em especial na política, é um tema retomado constantemente em seu discurso e, por vezes, relacionado à parcela do seu partido ocupada por mulheres. Em 28 de março de 2019, Barbalho escreve:

Lançamento da Agenda Legislativa do Grupo Mulheres do Brasil com a Bancada Feminina do Congresso Nacional. Vamos mobilizar todos os parlamentares para que o Legislativo possa abraçar e fortalecer as pautas femininas (Barbalho, 2019).

Em 10 de junho, ela publica: “*Quanta alegria compartilhar a nossa experiência no Encontro MDB Mulheres no município de Óbidos. Falamos sobre o empoderamento feminino e a questão da representatividade da mulher na política*” (Barbalho, 2019). Em 12

de junho, a parlamentar posta: “*O Parlamento precisa ser um instrumento de promoção da igualdade de gênero. A mulher deve ter o seu espaço respeitado*” (Barbalho, 2019).

Quanto à defesa das mulheres, a parlamentar aponta dados da crescente violência contra a mulher, posta sobre casos específicos e apresenta propostas que tentam garantir a segurança e o apoio à população feminina. Quanto os dados da violência, Barbalho (2019) publica sobre feminicídio, em 4 e 10 de abril de 2019, respectivamente:

Reunião da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Seguimos na luta por uma sociedade mais justa e igualitária para todas as mulheres. Não se pode mais aceitar um país que tem a quinta maior taxa de feminicídio do mundo.

No Brasil, a cada 15 segundos duas mulheres são agredidas fisicamente. O país possui a quinta maior taxa de feminicídio no mundo.

Em 22 de maio de 2019, a parlamentar escreve: “*Solenidade em comemoração aos 10 anos da Procuradoria da Mulher da Câmara dos Deputados. Tive a honra de ser Procuradora da Mulher entre 2011 e 2017 e fizemos muito por todas as mulheres do Pará e do Brasil*” (Barbalho, 2019), destacando sua atuação frente às bandeiras femininas. Em 24 de abril, a parlamentar retuita uma publicação do *Jornal Folha de S. Paulo*: “*Senado rejeita projeto para acabar com cota feminina nas eleições*” (Barbalho, 2019). A PL 1256/2019 dispõe sobre o percentual mínimo de vagas para candidatura de cada gênero (Brasil, 2019a). Naquele período, o Senado abriu consulta pública com vistas a revogar esse percentual, alertado por um *post* do dia 1º de abril no *Twitter* da deputada.

Na publicação, Barbalho compartilha a notícia e, em seus discursos no período investigado, é possível perceber que ela defende a presença de cotas, como forma de assegurar a presença feminina. Isso já era defendido pela deputada nas eleições de 2018, conforme o *tweet* publicado em 14 de agosto de 2018: “*Na luta com as mulheres do MDB para garantir junto ao partido nossa cota para as eleições! #elcioneemação #guerreiradopará #mulheresnapolitica #mdb #eleicoes2018*” (Barbalho, 2018).

Mesmo sendo defensora das cotas, vale destacar que, no ano de 2020, Elcione Barbalho foi acusada de envolvimento no uso indevido do fundo eleitoral, com uso de verbas que seriam para candidaturas femininas do MDB, sendo desviadas para candidaturas masculinas. De acordo com o Ministério Público, a candidatura de 2018 de Elcione Barbalho

foi responsável por doar dinheiro de campanha a candidatos homens, os quais não apresentaram comprovação dos gastos, conforme matéria publicada pelo *Portal G1*, em 25 de junho de 2020 (Globo Comunicação e Participações S.A., 2020). Isso, conforme foi mencionado anteriormente, explica-se pela vinculação da deputada a um grupo político oligárquico do Pará, que tem como principal liderança o seu marido, Jáder Barbalho, além de seu filho, Helder Barbalho.

A atuação de Elcione Barbalho, em defesa da mulher, também é possível de se notar na publicação do dia 15 de abril de 2019. A publicação é uma crítica a Damares Alves, na época ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, do governo Bolsonaro. “*Preocupada com a situação de vulnerabilidade da mulher, apresentei o Projeto de Lei n. 2251/2019, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher*” (Barbalho, 2019). A PL 2251/2019, de autoria de Elcione Barbalho, insere dispositivo à Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de agosto de 2006) (Brasil, 2019b). No dia 08 de abril do mesmo ano, Barbalho (2019) expõe um ato de violência contra a mulher protagonizado por apoiadores do ex-presidente Bolsonaro: *A mulher é agredida por "homens" bolsominions, e as duas mulheres policiais...olham*”, publicação repostada da conta da usuária do *Twitter*, Helena Sthephanowitz, do Blog da Helena na Rede Brasil Atual⁶².

Em 10 de junho de 2019, Barbalho (2019) tuíta: “*Inauguração da Casa das Artesãs em Muaná. Agora as mulheres da Associação Flor do Marajó, AFLOMAR, poderão fabricar bijóias com mais dignidade. Onde tem mulher de luta, eu estarei presente para dar todo o meu apoio*”. Nessa publicação, há a demonstração de apoio ao empreendedorismo feminino e valorização do artesanato.

Elcione Barbalho foi representante do Brasil na 63ª Sessão da Comissão sobre o Status da Mulher, em 2019. O evento reúne lideranças femininas que possuem representatividade na luta pelos direitos das mulheres nos diferentes países. Em 18 de março, a parlamentar posta: “*Dia bastante produtivo aqui na ONU. Particpei do painel ‘Empoderamento Feminino e o seu vínculo com o desenvolvimento sustentável’.* Uma

⁶² A Rede Brasil Atual foi criada em 2009, sendo uma parceria de sindicatos de trabalhadores do Estado de São Paulo, associadas à Editora Atitude e à Fundação Comunicação, Cultura e Trabalho. A editora produz a Revista do Brasil, o canal aberto TVT e uma rádio de mesmo nome (Rede Brasil Atual, [201-?]).

excelente oportunidade para debatermos a participação da mulher na sociedade” (Barbalho, 2019).

Contudo, vale ressaltar que, dentre as publicações com o tema “mulher” e bandeiras voltadas para a defesa dessa parcela da população, Barbalho evita temas polêmicos, como aborto, ou recortes que abarquem as diferentes mulheres brasileiras, como mulheres negras, trans e indígenas. Assim, ela segue uma linha mais generalista no que tange às questões relativas às mulheres brasileiras, apesar de haver publicações que tratem sobre Pessoas com Deficiência (PcD) e povos indígenas, não há um direcionamento às mulheres.

Na categoria “Governo Bolsonaro” (Classe 4), a deputada apresenta uma relação de “amor e ódio” com o governo do ex-presidente Bolsonaro. Isso porque, conforme comentado anteriormente, a deputada demonstra estar alinhada a algumas pautas, como a facilitação na posse de armas pela população e segurança pública, ao mesmo tempo em que critica Bolsonaro e suas atitudes, a relação próxima do ex-presidente com lideranças religiosas e a reforma da previdência, proposta pelo ex-ministro da Economia, Paulo Guedes. Barbalho constrói uma imagem atenta às ações do governo, publicando constantemente sobre as decisões do mesmo. Ao analisar a sua atuação, torna-se contraditório o seu posicionamento: ataca a violência contra as mulheres e trata do problema do aumento de feminicídios, ao mesmo tempo que defende a posse de armas, que é uma bandeira de grupos de direita e uma grande ameaça justamente às mulheres e grupos mais vulneráveis tanto do ponto de vista social como identitário – comunidade LGBTQIAPN+, povos indígenas, população negra e periférica.

Em uma de suas críticas a Bolsonaro, Barbalho (2019) compartilha uma publicação de José Simão (@jose_simao), jornalista da *Folha* e da Rádio *BandNews*, postado por ela em 24 de maio: “*Edir Macedo pede a Deus que remova quem se opõe a Bolsonaro!*’. *Se for pra Paris, eu topo! E que tal remover os dois: o edirzimo e o bozo!*”. Uma forma de criticar a proximidade entre o governo e a Igreja Universal. Em 7 de maio, ela retuita a publicação de outra usuária da rede: “*Quem fala que universidade faz balbúrdia nunca morou ao lado da Igreja Universal!*” (Barbalho, 2019). Essa foi uma referência à fala do ex-ministro da Educação do governo Bolsonaro, Abraham Weintraub, que declarou para o jornal *Folha de S. Paulo* que universidades públicas teriam gastos reduzidos por fazerem “balbúrdia” (Agostini; Palhares, 2019). Essa é uma pauta interessante, pois Barbalho se posiciona a favor

da educação pública em outras publicações, inclusive pleiteia verbas para as universidades públicas do seu estado de origem.

Outras publicações interessantes, relacionadas ao governo Bolsonaro, são a mudança de postura quanto à atuação do ex-Ministro da Justiça, Sérgio Moro, no início do mandato e depois, após as denúncias de direcionamento da Operação Lava Jato. Em 15 de maio de 2019, a parlamentar reposta um *tweet* de seu filho, Helder Barbalho: “*É importante trabalharmos juntos no combate à violência e o apoio do Governo Federal, por meio do Ministro da Justiça, Sérgio Moro, é fundamental para isto. Agradeço o apoio e o compromisso de melhorar a segurança do Pará. 🙌*” (Barbalho, 2019). A publicação pontua o alinhamento às propostas e ações do ex-ministro, reforçada pelo *emoji* de cumprimento de mãos, como se fechassem um acordo em prol da segurança pública. No entanto, menos de dois meses depois, em 5 de julho, a deputada reposta uma publicação do *Twitter* de uma das contas oficiais do PT (@PTnaCamara): “*Mentiras de Moro são confirmadas por denúncias na Folha de São Paulo e Veja*” (Barbalho, 2019). Isso revela que o apoio depende da situação e do que acontece no cenário nacional.

A categoria que aparece como segunda mais presente nas publicações (18,4%) é “*Accountability*” (classe 5). Esse *cluster* aparece próximo das classes 1 e 4, que também tratam da atuação da parlamentar na Câmara. Nessa categoria, Elcione Barbalho presta conta de suas ações como deputada federal, as emendas parlamentares pleiteadas por ela na busca de recursos para ações no estado que a elegeu, o Pará. Os temas mais recorrentes são segurança pública, educação, saúde, infraestrutura e reuniões com lideranças políticas para que sejam viabilizadas essas ações. Em 23 de abril de 2019, Barbalho (2019) escreve:

Indiquei R\$ 15.420.774,00 em emendas parlamentares individuais ao Orçamento Geral da União para o ano de 2019. Vamos atender aos municípios de todas as regiões do Pará”. Em 29 de junho, posta: “No município de Faro, inauguramos uma Unidade Básica de saúde, resultado de emenda parlamentar de minha autoria. Com essa UBS, buscamos melhorar e facilitar o acesso da população ao sistema de saúde. Entregamos ainda, ambulâncias, máquinas e uma lancha”.

A terceira classe mais acionada é a classe 1. Nomeada “Atuação junto ao governador do PA” (17,2%), é marcada pelas publicações e retuites feitos junto da conta do seu filho e governador do Pará eleito em 2018, Helder Barbalho (@herlderbarbalho). Nessa categoria,

Elcione Barbalho utiliza da sua rede social para fortalecer a imagem de seu filho, além de atrelar os trabalhos desenvolvidos entre governo estadual e Câmara, mediado pela ligação entre os dois. Nota-se o investimento no capital familiar, uma vez que a família Barbalho se relaciona à tradição política, como: o marido de Elcione, Jader Barbalho, iniciou na política em 1967, como vereador no Pará, atuou também como governador, deputado e senador, cargo atual; Jader Barbalho Filho é Ministro das Cidades do governo Lula – nomeado em 2023. Elcione Barbalho entrou na política em 2005, quando foi vereadora em Belém-PA. Assim, é possível depreender que ela aproveitou do capital político de seus familiares, especialmente do seu marido, herdando-o para entrar na política e se manter no campo.

Como exemplo das publicações sobre sua atuação junto ao governador do Pará, tem-se o *post* do dia 29 de junho: “*Em Terra Santa, participei com o governador @helderbarbalho da inauguração do primeiro Terminal Hidroviário de Cargas e Passageiros, que vai permitir uma mobilidade mais eficiente para os 18 mil moradores da região*” (Barbalho, 2019). Em 12 de julho de 2019, ela reposta um *tweet* de Marcelo Bacana (@MarceloBacana), apresentador da Rede Bela Aliança de Televisão (RBATV), em Santa Catarina. Na publicação há menção da avaliação do governo de Helder Barbalho:

Congresso em Foco divulga ranking dos governadores mais bem avaliados. Helder é o oitavo, à frente dos governadores de SP, MG e RJ. Em 29 de junho, a deputada publica sobre ações do filho para o estado: “*Em Terra Santa, participei com o governador @helderbarbalho da inauguração do primeiro Terminal Hidroviário de Cargas e Passageiros, que vai permitir uma mobilidade mais eficiente para os 18 mil moradores da região*” (Barbalho, 2019).

Por fim, aparece a classe 3, intitulada “Barragens e desastre ambiental”, presente em 16,1% dos *tweets*. Essa é uma categoria próxima a Classe 2, que tem como tema “Mulher”. A aproximação indica que são pautas que se destacam na fala da deputada, durante o período coletado, como temas principais de preocupação: defesa da mulher e meio ambiente. No que se refere ao meio ambiente, há uma preocupação com as barragens e o amparo àqueles que sofreram e ainda sofrem com os prejuízos gerados nos desastres. Elcione Barbalho, no mandato de 2018, atuou como titular na Comissão Externa Desastre de Brumadinho, de 05/02/2019 a 31/01/2023, e na CPI Rompimento da Barragem de Brumadinho, como titular, de 16 de abril a 05 de novembro de 2019. A exemplo, tem-se a publicação de 27 de março

de 2019: “*Debate produtivo na Comissão Externa do Desastre em Brumadinho. Ouvimos especialistas que trouxeram a experiência de outros países com a construção, fiscalização e monitoramento de barragens*” (Barbalho, 2019).

Em 25 de fevereiro, a deputada tuitou:

@bandnewsfmrio Esses absurdos não podem continuar! Não existe a prevenção devida evitando esse tipo de dano contra o meio ambiente”. Em 29 de março do mesmo ano, ela escreveu: “Viemos a Oriximiná nesta sexta (29) e vamos levar para a Comissão Externa todas as informações da visita técnica para que tenhamos um panorama atualizado do risco de rompimento dessas barragens (Barbalho, 2019).

O que aponta para uma preocupação para que histórias como a de Mariana, em 2015, e Brumadinho, em 2019, Minas Gerais, não se repitam.

Mesmo tendo o meio ambiente como bandeira, vale destacar que o Estado do Pará é marcado pela devastação florestal, sendo o que mais desmatou a Amazônia Legal em 2021 (Globo Comunicação e Participações S.A, 2022), o que inclui terras indígenas e unidades de conservação. De acordo com Morhy (2022), desde o primeiro mandato, Helder Barbalho (MDB) carrega a marca do aumento dos índices de desmatamento, queimadas e garimpo na Amazônia.

Assim, é importante destacar que, apesar da preocupação com a temática do meio ambiente relacionada a Brumadinho, ela não questiona as ações de destruição ambiental muito presentes no Norte do país e no Pará, onde ela tem seu reduto eleitoral, principalmente as ameaças aos povos originários. O governo Bolsonaro foi bastante criticado pelo desmonte dos órgãos de fiscalização ambiental e pelo aumento no desmatamento da Amazônia e de outros biomas brasileiros e pela liberação de regras para atuação depredatória de garimpeiros e latifundiários. Temas que, para o grupo oligárquico a que Barbalho pertence, são polêmicos. Neste caso, a melhor estratégia é o silenciamento.

Em 03 de abril, Barbalho (2019) publica: “*Participei do lançamento do Projeto Paisagens Rurais, juntamente com a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina*”. O projeto é financiado pelo Programa de Investimento Florestal (FIP), do Banco Mundial, e tem como enfoque preparar o produtor rural para a preservação e a recuperação da vegetação em Áreas de Preservação Permanente (APPs) (Senar, [ca. 2023?]). Na publicação citada, assim como no retuite da conta de Helder Barbalho, de 13 de setembro

do mesmo ano, é possível observar uma proximidade entre a parlamentar, sua família e a ex-ministra do Meio Ambiente do governo Bolsonaro: “*A conquista é fruto de uma solicitação que fiz no início do ano à ministra de Agricultura, Tereza Cristina, já que lamentavelmente o processo tramitava desde 2011*” (Barbalho, 2019). A mesma Tereza Cristina que foi conhecida na Europa, em 2020, como “senhora desmatamento” e ‘musa do veneno” (Meyerfeld, 2020). Isso se deu pelos altos índices de desmatamento e utilização de agrotóxicos no país, incluindo fórmulas banidas da União Europeia e Estados Unidos.

Elcione Barbalho apresenta-se como defensora de importantes causas, como a defesa da mulher, a participação política feminina, meio ambiente, investimento no estado do Pará, mas, assim como seu partido, apresenta contradições. Além disso, por entrar na política sob influência de seu marido, possui um capital familiar herdado de um homem, o que leva à questão: ela seria uma mulher em favor das mulheres ou mais uma mulher usada como marionete nas mãos da dominação masculina? Nota-se que há uma preocupação com a bandeira feminina, mas não há pautas que tragam debates de questões polêmicas ou voltadas para os diferentes públicos e mulheres brasileiras.

6.4.4 Adriana Ventura (NOVO/SP)

A deputada federal Adriana Ventura (Figura 11), em seus seis primeiros meses de mandato, teve 478 postagens recuperadas de sua rede social, entre *tweets* e retuítes, uma média de 2,6 publicações por dia. As publicações contaram com *hashtags*, como *#reformadaprevidenciasim* ou *#éticacontracorrupção*, além de CTA, convidando os seguidores para enviar perguntas, assistir a vídeos e participar de discussões, e hiperlinks direcionando para materiais externos, como matérias jornalísticas e vídeos no *YouTube*. Além disso, o discurso de Ventura está alinhado ao partido ao qual é filiada, o Novo, voltado para a esfera privada, contra “privilégios” e para o desenvolvimento econômico neoliberal.

Figura 11 - Foto Adriana Ventura (NOVO/SP)



Fonte: Portal Câmara dos Deputados (2019).

Temas importantes verificados na coleta foram: a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) (Câmara dos Deputados, [ca. 2019]), que determina quais são as prioridades e metas do governo para o ano seguinte, direcionando quais recursos vão para quais áreas, os limites dos gastos e onde se pode economizar; Fundo Partidário, em que a deputada, assim como seu partido, posicionam-se contra, afirmando que o valor destinado aos partidos e campanhas deveriam ser aproveitados em outras áreas, uma vez que, de acordo com ela, o Novo e seus filiados não usam o dinheiro público para campanha; discurso anticorrupção, em que também se aproxima ao discurso do partido; Reforma da Previdência, em que se posiciona a favor e acredita que grupos podem ser “privilegiados” ao se aprovar medidas diferenciadas, como para professores, mulheres, servidores públicos e políticos, o que Ventura classifica como “umbigolândia” e defende que as determinações sejam iguais para todos e todas.

Assim, nota-se que a deputada se aproxima das bandeiras de seu partido, voltadas para questões econômicas e administrativas e, quando se trata do tema mulheres, acaba sendo mais generalista ou mesmo associando-o à bandeira do empreendedorismo. Como ao citar o movimento “Ela faz história”⁶³, um programa da Meta para mulheres empreendedoras. Algo

⁶³ O movimento possui página nas redes sociais, como *Facebook* e *Instagram*.

diferente para mulheres, professores e políticos; e, outra mensagem bastante comum foi a consonância com seu partido, o Partido Novo, na votação a favor da Nova Previdência.

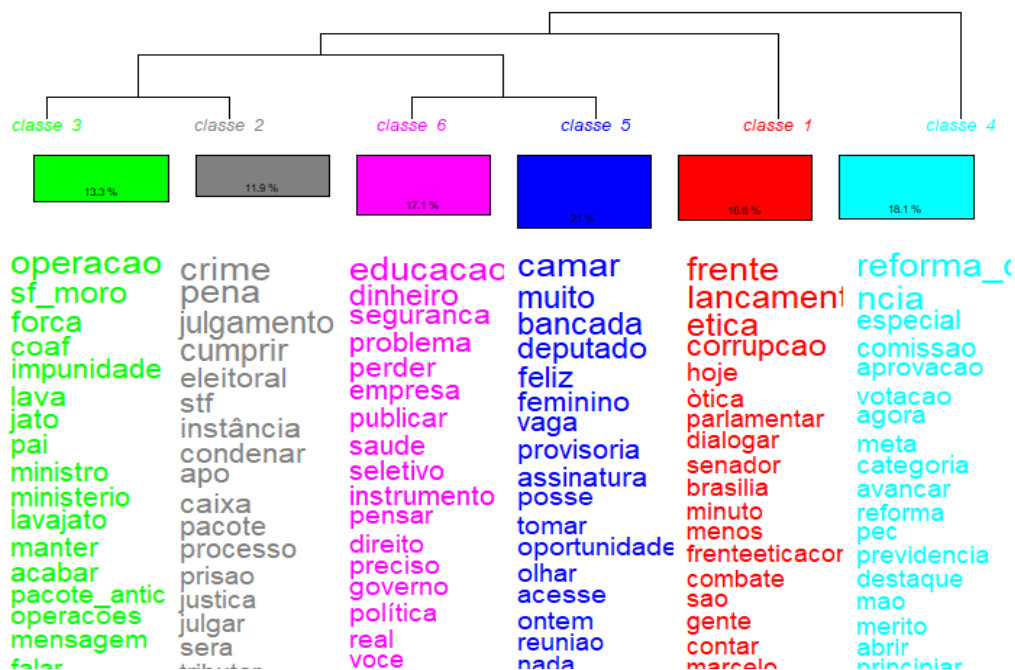
Quanto se trata de partido, outro tema comum ao Novo e trazido à tona pela deputada é a corrupção. A todo momento, Ventura (2019) enfatiza ser contra a corrupção e a favor da Operação Lava Jato, como na publicação do dia 3 de julho de 2019:

@maisum_no_mundo @SF_Moro A Lava Jato ainda é a maior operação contra a Corrupção na história do país. O que revela a importância do Judiciário e do Ministério Público na manutenção da Democracia. Nenhum partido político pode se valer do dinheiro público para permanecer no poder (Ventura, 2019).

Falando no ex-ministro da Justiça, Sérgio Moro, também conhecido como juiz da Lava Jato, Adriana Ventura cita-o em outros momentos, como no apoio ao Pacote Anticrime proposto por ele e sendo solidária à trajetória dele.

Ao passar o banco de dados pelo *Iramuteq*, as categorias analíticas construídas se apresentaram em seis *clusters*, indicados no dendrograma (Figura 13) abaixo:

Figura 13 - Análise gerada pelo programa Iramuteq – Dep. Federal Adriana Ventura



Fonte: *Iramuteq*, 2023.

A partir do dendrograma gerado, foi possível construir o seguinte quadro (Quadro 11), com os termos significativos por classes, a porcentagem de ocorrências e o nome concedido às categorias.

Quadro 10 - Nomeação das categorias por termos - perfil da Dep. Federal Adriana Ventura

	Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5	Classe 6
Termos com χ^2 de Pearson (termos significativos por classes)	Frente ética parlamentar contra a corrupção, lançamento, hoje, dialogar, Senador, Brasília, Combate etc.	Crime, pena, julgamento, cumprir, eleitoral, STF, instância, condenar, pacote, prisão, justiça, julgar etc.	Operação, SF_Moro, força, impunidade, Lava Jato, ministro, manter, Pacote Anticrime, operações etc.	Reforma da Previdência, comissão especial, aprovação, votação, meta, avançar, mérito etc.	Câmara, muito, bancada, feliz, feminino, assinatura, posse, oportunidade, reunião, ontem, acesse etc.	Educação, dinheiro, segurança. Problema, perder, empresa, publicar, instrumento, direito, governo, política, real etc.
% de ocorrência	18,57%	11,9%	13,33%	18,1%	20,95%	17,14%
Nome concedido às categorias	Frente Ética Contra a Corrupção	Pacote Anticrime	Lava Jato	Reforma da Previdência	<i>Accountability</i>	Bandeiras

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A categoria mais acionada nas publicações é o *cluster 5*, intitulado “*Accountability*”, presente em 20,95% das publicações. Nela, a deputada apresenta seu trabalho na Câmara, as votações e convida seus seguidores para acompanhar as atividades desenvolvidas. Na publicação de 20 de março de 2019, ela escreve: “*Bom dia, nós da bancada do @partidonovo30 com a dep @Biakicis entramos com uma proposta de emenda para alterar o Código de Processo Penal e garantir que os crimes ligados a crimes eleitorais sejam julgados pela Justiça Federal*” (Ventura, 2019). A deputada federal, também eleita em 2018, Bia Kicis fazia parte da base aliada do governo Bolsonaro, sendo eleita pelo PSL, depois se filiando ao União (2022), em seguida ao PL (2022), partido pelo qual foi reeleita deputada federal nas disputas de 2022.

Em 30 de abril do mesmo ano, a deputada apresenta sua luta pelo desenvolvimento do empreendedorismo: “*Participei da solenidade de assinatura da Medida Provisória 881, a da Liberdade Econômica. Dia muito bom para o empreendedorismo e para o Brasil. #liberdade*” (Ventura, 2019). A Medida Provisória, aprovada pelo Senado em 21 de agosto de 2019, tornou-se lei (Lei 13.874), sancionada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, em 20 de setembro do mesmo ano, a qual flexibiliza regras trabalhistas (Brasil, 2019c) e, conforme a lei, dispõe de garantias de livre mercado.

Deve-se ressaltar que a defesa do empreendedorismo, no contexto de desmonte do estado brasileiro, alinha-se a uma perspectiva neoliberal, como apontam autores como Jessé de Souza (2018) e Lynch (2020). O governo Bolsonaro, bem como o Partido Novo estão articulados com a aprovação de projetos e medidas que possam reduzir o papel estatal, como a Reforma da Previdência, a Reforma Trabalhista, entre outras medidas. Se não estão articulados com a pauta conservadora de costumes, as propostas neoliberais são uma forma de agravar a situação dos grupos mais vulneráveis socialmente, como mulheres, negros, indígenas, justamente o que Mbembe (2016) trata como necropolítica. Não por acaso depois que a pandemia da Covid-19 surgiu, ficou bem explícito que a população sem condições financeiras, sociais e marginalizadas foi a mais afetada tanto pela pandemia como por suas consequências, como o desemprego e a fome. Ficou mais exposta à contaminação por ter que sair para trabalhar, mesmo quando o distanciamento social era uma regra. Nesse sentido, a postura da deputada do Novo contraria, na essência, as pautas libertárias dos movimentos feministas e identitários.

Em 26 de junho de 2019, Ventura (2019) publicou sobre um evento junto da bancada feminina. “*Estive presente no jantar da bancada feminina na Confederação Nacional da Indústria (@CNI_br). Conversamos sobre a importância da presença feminina no mercado de trabalho, geração de novas vagas de emprego e futuro do Brasil*”. Como escrito e apresentado em outros momentos, o feminino aparece como parte do trabalho desenvolvido pela deputada, associado à economia e sem qualquer diferenciação de raça/etnia, classe, sexualidade, entre outros aspectos.

A segunda categoria mais frequente é a 1, referente à “Frente Ética Contra a Corrupção” (18,57%). Protocolada pela deputada Adriana Ventura, junto ao ex-ministro Sérgio Moro, a FECC reúne deputados e senadores de diferentes partidos com o objetivo de

combater e prevenir a corrupção (Adriana Ventura Deputada Federal, [ca. 2023?]) por meio de medidas educativas, leis e fomentando a criação de frentes nos outros níveis governamentais, como estados e municípios. Em 5 de fevereiro de 2019, poucos dias após a posse, Ventura publica que protocolou a frente, a qual reúne mais de 220 deputados e senadores de 20 partidos diferentes”. Em 24 de março do mesmo ano, a deputada tuitou:

No lançamento da Frente Ética Contra a Corrupção, Gil Castello Branco, secretário-geral da ONG Contas Abertas, falou sobre a importância do combate à corrupção. E que ele aposta na renovação dos quadros do parlamento brasileiro como principal força de mobilização do Congresso” (Ventura, 2019).

No mesmo dia, ela escreve em sua rede social que existem 344 propostas de combate à corrupção e que, em um mês do início da legislatura, 59 novos projetos com a temática foram apresentados. A FECC relaciona-se com uma das principais bandeiras do Novo. No site do partido, lê-se:

Política, quanto menos você se envolve, mais os corruptos dominam. Você com certeza já ouviu o ditado ‘quando os gatos saem, os ratos fazem a festa’. Infelizmente, quando aplicamos essa frase simples para a administração pública em nosso país, é uma grande verdade (Partido Novo, [ca. 2020]).

Nas campanhas, é comum a associação da política tradicional à corrupção e às mazelas econômicas, como no caso da candidatura de políticos como Romeu Zema, governador de Minas vitorioso em 2018 e 2022, e dos candidatos à Presidência da República, João Amoêdo, em 2018, e Felipe D’Ávila, em 2022. O interessante a se destacar aqui é que há uma tentativa do Novo de dizer que a solução para a política e contas dos governos é a redução do que consideram privilégios na política. No entanto, no início de 2023, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) aprovou, com 45 votos favoráveis contra 20, o aumento de salário do governador, Romeu Zema (Novo) em 298%. Zema recebia R\$ 10.500,00 e passará a receber R\$ 41.845,49. O aumento também beneficia o vice-governador, Mateus Simões (Novo), os secretários e secretários adjuntos (Mansur, 2023). Beira a contradição, um partido que é contra “privilégios” e “regalias” dos políticos, mas se preocupa

com o aumento do próprio salário, sem defender o aumento para outras classes importantes, como professores e enfermeiros, por exemplo.

A terceira categoria mais frequente nas publicações é a categoria 4, “Reforma da Previdência” (18,1%). De certo modo, também tangencia questões de cunho econômico, ao propor uma reforma que balanceie as contas do estado e sirva para que haja economia das contas públicas para ser aplicada em outros setores. Uma visão bastante neoliberal de redução do estado ao estado mínimo⁶⁴. Nesta categoria, Ventura apresenta propostas para a Reforma, seu apoio à Nova Previdência, tenta mobilizar os seguidores para o apoio e apresenta a saga para a aprovação. Ainda diz que uma reforma que diferencie algumas categorias, como a aposentadoria diferenciada para mulheres, professores, servidores públicos e políticos, tende a manter “privilégios”. Em determinado momento, ela apresenta, como exemplo, sua renúncia à aposentadoria especial, como no *post* publicado em 22 de março de 2019: “#EuApoioNovaPrevidencia quando ela tira os privilégios de políticos. (Lembrando que já abri mão da aposentadoria especial). #PergunteSobrePrevidência” (Ventura, 2019). Contudo, é importante se trazer à tona que Adriana Ventura é uma mulher cis, branca, casada e com o doutorado como nível de escolaridade, já tendo atuado como professora universitária. O patrimônio declarado nas eleições de 2018 foi de quase um milhão e cem mil reais (Poder360, 2018), e em 2022, de pouco mais de um milhão e duzentos mil reais (Poder360, 2022a). Isso difere a sua condição social da realidade das mulheres brasileiras, conforme o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o que aponta que o rendimento médio mensal das mulheres no mercado de trabalho é 21% menor, se comparado ao dos homens, sendo pouco mais de 3 mil e 300 reais para os homens e pouco mais de 2 mil e novecentos reais para as mulheres (Bocchini, 2023). Ainda, existem aquelas que enfrentam jornadas duplas e até triplas, revezando trabalho, estudos e cuidados com a casa e filhos, ou mesmo são mães solo e/ou a única renda do lar. De acordo com estudos do *Think Olga*, mais de 13 milhões de pessoas no Brasil estão abaixo da linha da pobreza e uma grande maioria é composta por mulheres, negras e mães, que sustentam seus lares sozinhas (Poder360, 2018).

⁶⁴ “Estado Mínimo nada mais é do que o entendimento que o papel do estado na sociedade deve ser o mínimo possível para que o Estado consiga entregar serviços públicos de qualidade para a sociedade, com maior eficiência, deixando apenas nas mãos de iniciativas privadas funções consideradas não essenciais” (Lima, 2020).

Em 22 de março de 2019, Ventura (2019) posta: “*A Previdência precisa se adaptar para sobreviver. Se adaptar, antes de mais nada, à nova cultura, que coloca homens e mulheres igualmente. #PergunteSobrePrevidência*”, repetindo a mesma ideia em 30 de maio daquele ano, em forma de retuite da Rádio Câmara (@RadioCamara): “*Mulheres devem se aposentar mais cedo do que homens? Deputadas deram sua opinião no Painel Eletrônico. Para Adriana Ventura, medida reforça desigualdade de gênero e não pode ser usada como compensação pela ausência de políticas públicas*” (Ventura, 2019). Ao compartilhar essas ideias, Ventura repete o machismo estrutural que tenta apagar e silenciar as condições diferentes existentes para homens e mulheres na sociedade brasileira, e ainda que elas são as mais prejudicadas quando se trata do sistema previdenciário e do mercado de trabalho. Aqui, a política pública viria para trazer equidade às condições já existentes de opressão e diferenciação.

Esse é o mesmo discurso postado por ela em 12 de julho do mesmo ano: “*Previdência não pode ser utilizada como um instrumento de ‘reparação de danos’. Devemos ter políticas públicas que valorizem os policiais federais e os professores- durante a vida e no trabalho*” (Ventura, 2019). No entanto, a deputada não apresenta quais alternativas existem para equilibrar as desigualdades. No dia seguinte, tuitou:

Mais uma etapa cumprida. Mas temos de ressaltar: poderíamos ter uma reforma mais equilibrada e justa. O Novo e eu permanecemos coerentes a um princípio básico: o da equidade. Mas, enfim, algumas categorias conseguiram tratamento especial – policiais, professores, mulheres (Ventura, 2019).

A deputada se apropria da neolíngua (Varela, 2019), para distorcer o conceito de equidade.

Este conceito apoia-se no entendimento de que as desigualdades não são naturais, mas determinadas pelo processo histórico social de cada sociedade (que articula dialeticamente modo de produção e superestrutura jurídico-político e ideológica) e que, ao longo da história, as classes sociais subalternas conquistaram o direito de seus integrantes serem tratados como sujeitos sociais e cidadãos, ao contrário de meros indivíduos despossuídos. Como cidadãos porque, ao contrário dos consumidores, não podem ser abandonados à própria sorte, às próprias possibilidades individuais dadas pelo seu poder aquisitivo e, como sujeitos históricos, porque suas demandas não são fixas, mas mutáveis ao longo do tempo. [...] o elo entre

universalidade e equidade seria o direito que todos os cidadãos têm, pelo simples fato de serem cidadãos, de receberem segundo suas necessidades e de contribuírem segundo suas possibilidades. Respeitar o princípio da equidade significa que os que têm mais devem contribuir mais para que sejam redistribuídas as riquezas e as oportunidades (Fonseca, 2005, p. 456).

Portanto, como apresenta a autora, torna-se importante levar-se em conta as necessidades e possibilidades de cada pessoa e grupo, a fim de se alcançar uma sociedade menos desigual.

A quarta categoria mais frequente é o *cluster* 6, intitulado como “Bandeiras” (17,14%). Categoria bastante próxima da 5 (*Accountability*), uma vez que a prestação de contas do que é feito no mandato se liga, diretamente, às bandeiras levantadas pela deputada, as quais pautam seus trabalhos. Em 11 de julho, a deputada tuitou: “*A política brasileira tem de achar uma maneira independente do Estado para existir. O dinheiro público deve ser direcionado ao que é comum a todos: saúde, educação e segurança. Sem dinheiro público para partidos! @partidonovo30*” (Ventura, 2019). A publicação se relaciona ao fim do fundo partidário, enquanto bandeira da deputada e seu partido. Outra bandeira comum é o empreendedorismo, como no *post* do dia 28 de maio: “*@joaamoedonovo Por isso é tão importante uma educação empreendedora: para capacitar e dar mais instrumentos aos empreendedores*” (Ventura, 2019). Em outras publicações, a deputada apresenta o apoio ao empreendedorismo brasileiro, às mulheres empreendedoras e se apresenta como professora do tema. Em momentos pontuais, a deputada ainda discute sobre saúde e educação. Como em 28 de maio do mesmo ano:

A melhoria no Saneamento Básico tem sido pífia e não atingiremos meta alguma se não mudarmos - e rápido! Ou a alternativa será a degradação da saúde no Brasil por doenças evitáveis como: Febre Tifóide, Cólera, Leptospirose, Disenteria bacteriana, Parasitoses, Zika e Dengue! (Ventura, 2019).

Torna-se interessante destacar que os outros assuntos também se relacionam ao que se espera da mulher na política: o pensamento maternal e política do desvelo (Miguel; Biroli, 2014).

O penúltimo é o *cluster* 3, “Operação Lava Jato”, presente em 13,33%. O qual se relaciona diretamente às publicações sobre o “Pacote Anticrime”, última categoria mais

presente, as quais apontam elogios à atuação do ex-ministro da Justiça, Sérgio Moro, tanto anteriormente como juiz da Lava Jato, quanto naquele momento, ao propor o Pacote Anticrime. Em 15 de março, ela escreveu, em apoio à Operação: “*Nesses últimos anos, tivemos um avanço muito grande no combate à corrupção, a operação Lava Jato desvelou - e está desvelando - um sistema corrompido. Foram 60 operações, 90 denúncias, 426 investigados, 155 condenados, 13 bilhões recuperados...*” (Ventura, 2019). Dois dias antes, Adriana Ventura (2019) havia publicado: “*Ou seja, se o STF decidir que crime de caixa 2 deve descer pra Justiça Eleitoral, isso pode anular todos os processos já julgados da Lava Jato!* 😊 #STFnãomatealavajato #nãomexamnalavajato”. Tratar da operação, a partir da análise dos conteúdos publicados, encaixa-se na bandeira de combate à corrupção, tão levantada pela deputada e seu partido.

Em 14 de junho, a deputada publica mensagem de apoio a Moro: “*@SF_Moro Quem não deve não teme. Admiro sua força, Ministro @SF_Moro*” (Ventura, 2019), uma forma de apoiar o então ministro, após a série “As mensagens secretas da Lava Jato”, publicadas pelo *The Intercept* Brasil (2023), com início em 9 de junho daquele ano, tornando públicas conversas secretas entre o ex-juiz e o procurador responsável por coordenar a Operação Lava Jato, Deltan Dallagnol, atualmente filiado ao Podemos e deputado federal pelo Paraná. Uma das principais consequências dessas conversas foi a prisão do Presidente Lula, nas vésperas de concorrer à Presidência, em 2018, interferindo diretamente nos rumos das campanhas e no resultado eleitoral daquele ano.

Vale destacar uma constante associação da operação ao fator econômico, defendendo o retorno dos valores para os cofres públicos. A deputada cita o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf)⁶⁵, conforme publicado no dia 16 de maio:

A vinda do COAF para o Ministério da Justiça deu mais força ainda às operações de combate à corrupção. Manter o COAF sob o Ministro @SF_Moro é passar uma mensagem à sociedade de que este não é o País da impunidade! É fortalecer o combate à corrupção! #combateàcorrupção #LavaJato”. Também no dia 22: “O Coaf precisa ficar sob o Ministro @SF_Moro. #combateàcorrupção #coaf #ministériodajustiça #sergiomoro (Ventura, 2019).

⁶⁵ O Coaf faz parte da prevenção e combate à lavagem de dinheiro.

Por fim, aparece o *cluster 2* intitulado “Pacote Anticrime” (11,9%). De acordo com o site do Senado Federal (Brasil, 2019d), a proposta tem como objetivo aprimorar a legislação penal e o processo penal. O Pacote Anticrime, PL n. 6341, de 2019, foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo ex-presidente Bolsonaro, em dezembro de 2019, tornando-se a Lei Anticrime n. 13.964/2019 (Gov.br, 2023). Em 5 de Junho de 2019, Ventura (2019) tuíta: “*Hoje fomos conversar com o Ministro da Justiça @SF_Moro sobre o Projeto Anticrime. Precisamos acabar com a ideia que a impunidade reina no Brasil. Crime não pode compensar! #pacoteanticrime #sergiomoro #partidonovo*”. Ainda, apresentou uma série de 15 *posts* escrevendo o que os seguidores precisam saber sobre a proposta, no dia 2 de julho de 2019. Dentre elas:

15 coisas que você precisa saber sobre o Pacote Anticrime do @SF_Moro. 15) O Pacote criará banco de dados de DNA de condenados por crimes graves e violentos. Prevê também a criação de banco com dados multibiométrico - íris, face e voz - e de impressões digitais. #AnticrimeVoteSim (Ventura, 2019).

Em 28 de junho do mesmo ano, a deputada coloca-se como parte do projeto: “*Faço parte do Grupo de Estudos do Pacote Anticrime e comento neste vídeo os principais pontos do Pacote do Ministro Moro. E nos próximos dias, vou trazer vídeos mais aprofundados sobre alguns desses temas. Para conferir, acesse meu canal no YouTube*” (Ventura, 2019).

Nesta perspectiva, nota-se, de um modo geral, que, no período em destaque, a deputada Adriana Ventura (Novo) preocupa-se em ser uma legítima representante do seu partido e das bandeiras que prega, mais ligadas ao viés econômico. Quando se trata do tema “Mulher”, a deputada recorre a temáticas mais generalistas e que não compactuam com bandeiras importantes, como a reforma da previdência. Nem mesmo no Dia Internacional da Mulher, 8 de março, ela faz qualquer mensagem direcionada ao público feminino e suas necessidades, postando apenas: “*Sigamos conquistando! <3 #DiaInternacionalDaMulher*” (Ventura, 2019).

Por vezes, fala da importância de mais mulheres na política e no poder, em especial no dia 11 do mesmo mês: “*No Novo só o coração é laranja. As candidaturas são transparentes. Todas passaram por processo seletivo baseado em capacidade e alinhamento com os valores liberais. #partidonovo #laranjasónacor*” (Ventura, 2019). Uma forma de

discutir a pauta das candidaturas laranjas de mulheres, para cumprir a cota estabelecida, mas também, de valorizar o partido, sem qualquer tensionamento. Pode-se inferir que a parlamentar prioriza pautas econômicas e de combate à corrupção até para ter um silenciamento em relação a temáticas identitárias e feministas.

6.4.5 Profa. Marcivania (PCdoB/AP)

A deputada Professora Marcivania (Figura 14), no primeiro semestre de atuação, publicou 215 *tweets* em sua rede social (uma média de 1,19 *tweets*/dia), sendo a maioria de autoria própria e poucos retuítes de publicações do partido em que está filiada (PCdoB) ou de figuras públicas, como o Padre Fábio de Melo.

Figura 14 - Foto Profa. Marcivania (PCoB/AP)



Fonte: Portal Câmara dos Deputados (2019).

As *hashtags* aparecem em momentos estratégicos e se relacionam com os temas levantados nos *posts*, como #IndiosPedindoSocorroNoAmapa, #TrabalhoQueMelhoraVidas (referindo-se às ações de seu mandato), #ReformaInjusta e #DefendaASuaAposentadoria (relacionadas à Reforma da Previdência), #MoroFujao e #MoroCorrupto (acusações de parcialidade do ex-juíz da Operação Lava Jato, Sérgio Moro). Poucas publicações também possuem links para outras plataformas. O discurso, no período, relaciona-se a três grandes

temáticas, as quais se ligam ao partido que, no momento, fazia oposição ao Governo Bolsonaro. Sendo elas: proteção das terras indígenas e denúncias de invasão, crítica ao governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, e acusações e críticas ao então ministro da Justiça, Sérgio Moro.

Dos *tweets* coletados, o software *Iramuteq* gerou a seguinte nuvem de palavras (Figura 15):

Figura 15 - Nuvem de Palavras a partir das publicações da Dep. Federal Profa. Marcivania



Fonte: *Iramuteq*, 2023

Nota-se que, quanto à nuvem de palavras, aparecem diversos termos que podem ser destacados como: SF_Moro (Sérgio Fernando Moro, ex-ministro da Justiça do governo Bolsonaro), ministro, indígenas, povo, Amapá, deputado, comissão, presidente, brasileiro, entre outros.

Nota-se publicações que se alinham ao discurso de oposição do PCdoB ao governo Bolsonaro e que pendem respostas do ex-ministro Sérgio Moro quanto às acusações de parcialidade expostas pelo jornal independente *The Intercept Brasil*, como exemplifica a publicação do dia 2 de julho de 2019: “Bom dia! Daqui a pouco, estaremos recebendo o Ministro @SF_Moro aqui na Câmara. Foi convocado a explicar as sérias acusações feitas pelo site @TheInterceptBr” (Flexa, 2019). Sempre que a deputada se direcionava ao então

ministro, marcava a conta do mesmo no *Twitter*. Por vezes, usuários da rede social respondiam à deputada, que tratava de criticar o posicionamento em defesa de Moro, apesar das denúncias e do seu não pronunciamento sobre o caso. Como exemplo, tem-se a publicação do dia 11 de junho do mesmo ano: “*Indignação seletiva sim, tanto q não há um único POST seu sobre tantos e tantos casos de corrupção devidamente comprovados, inclusive o d Queiroz. Ele não foi preso e julgado com celeridade pq o caso envolve o filho do presidente. Fico por aqui, o trabalho me aguarda*” (Flexa, 2019), na qual a deputada marca dois perfis.

Quanto ao posicionamento de oposição ao governo Bolsonaro, pode ser destacada a crítica ao presidente, em diferentes temáticas, como o posicionamento positivo acerca da ditadura militar brasileira, como no *post* de 29 de julho:

A fala do Presidente é algo inacreditável e d uma desumanidade impensável. Inacreditável, pois trata-se d um presidente eleito, democraticamente, em pleno séc XXI que insinua e demonstra não haver quaisquer problemas em relação aos brutais crimes cometidos pela ditadura militar... (Flexa, 2019).

As atitudes de Bolsonaro e sua admiração à ditadura ocorrem em manifestações públicas, desde antes de sua eleição, como foi a menção ao coronel e torturador Carlos Brilhante Ustra, durante a votação do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (PT), em 2016 (Barba; Wentzel, 2016).

Em 26 de junho de 2019, publica também sobre o avião presidencial que transportou cocaína, um retuite da conta do jornalista George Marques (@GeorgMarques), que em 2023 foi nomeado assessor na Secretaria de Comunicação Institucional da Presidência da República:

A cobertura midiática desse escândalo tem sido absurdamente tímida. Militar brasileiro, que fazia parte da viagem ao Japão marcada pelo presidente Jair Bolsonaro, foi preso na Espanha depois de acharem 39 QUILOS de cocaína dentro de uma mala. Em um avião da comitiva presidencial! (Flexa, 2019).

Outro tema de destaque é a invasão, em julho de 2019, à terra pertencente ao povo indígena Waiãpi (Globo Comunicação e Participações S.A., 2019), no Amapá, estado que

elegeu a deputada e que ela representa em sua legislatura. Em 28 de julho, a deputada publicou uma série de *tweets* sobre o acontecido:

Boa Noite! Acabei de ficar sabendo da invasão de terras indígenas Waiãpis, por um grupo de 50 garimpeiros armados, em uma ação de ocupação criminosa, que expulsou os indígenas de uma de suas tribos, inclusive, com o assassinato de uma de suas lideranças (Flexa, 2019).

O áudio do Vereador Jawarawa Waiãpi (Rede-AP), é desesperador. Relata a ação, afirmando que os criminosos possuem armas pesadas, como metralhadoras e, mataram há três dias, um dos líderes indígenas (Flexa, 2019).

Os garimpeiros invadiram e se instalaram na aldeia Mariri, espalhando o medo, obrigando os indígenas a fugir e se abrigarem na aldeia vizinha de Aramirã, onde estão as mulheres e as crianças (Flexa, 2019).

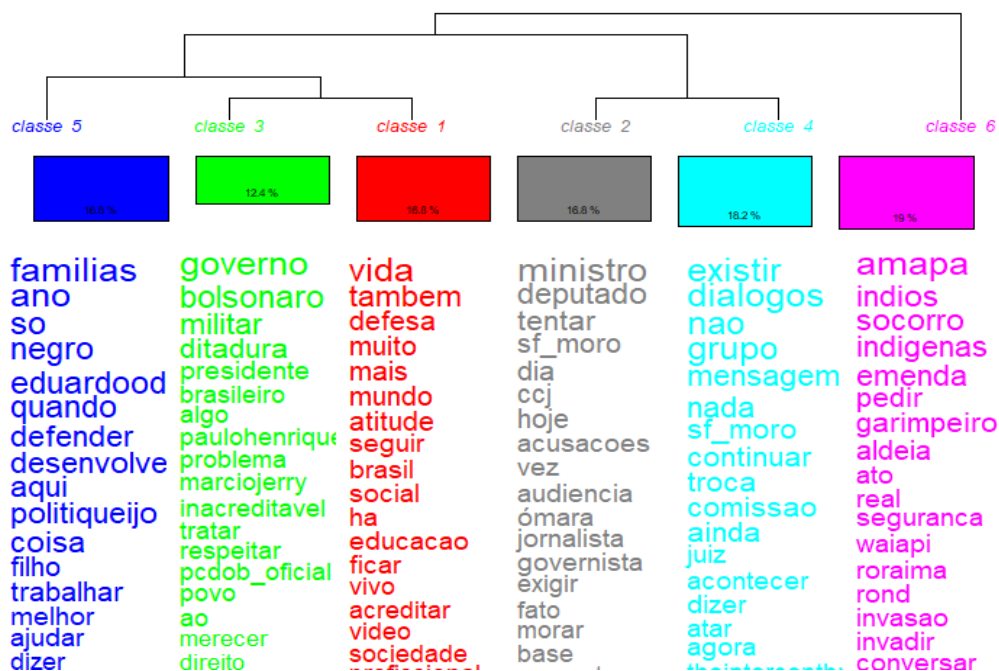
Este é o efeito da política do Presidente Bolsonaro, contra os indígenas brasileiros. O discurso de ódio contra os povos indígenas, promovido durante a campanha, se materializa em ações governamentais, promovidas pelo Presidente e por seu Ministro, General Heleno (Flexa, 2019).

Declarações de que indígenas não merecem tratamento diferenciado. O governo promove um verdadeiro linchamento público, dos povos indígenas (Flexa, 2019).

No mesmo momento, em que os garimpeiros no Amapá, invadem as terras dos Waiapis, o presidente declara que pretende indicar o filho Eduardo Bolsonaro para a embaixada nos EUA, para conseguir parcerias na exploração mineral em terras indígenas, o que é vergonhoso (Flexa, 2019).

A seguir o dendrograma (Figura 16) gerado pelo *software Iramuteq*, com as categorias analíticas construídas se apresentaram em seis *clusters* abaixo:

Figura 16 - Análise gerada pelo programa Iramuteq – Dep. Federal Profa. Marcivania



Fonte: *Iramuteq*, 2023.

A partir dele, foi possível construir o seguinte quadro (Quadro 12), com os termos significativos por classes, a porcentagem de ocorrências e o nome concedido às categorias.

Quadro 11 - Nomeação das categorias por termos - perfil da Dep. Federal Profa. Marcivania

	Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5	Classe 6
Termos com χ^2 de Pearson (termos significativos por classes)	Vida, também, defesa, muito, mais, mundo, atitude, seguir. Brasil, social, educação, acreditar, sociedade, ficar, vivo, vídeo etc.	Ministro, deputado, tentar, Sérgio Moro, dia, CCJ, hoje, acusações, audiência, jornalista, governista etc.	Governo, Bolsonaro, militar, ditadura, presidente, brasileiro, algo, Paulo Henrique Amorim, problema, respeitar, PCdoB etc.	Existir, diálogos, não, grupo, mensagem, nada, Sérgio Moro, continuar, troca, comissão, juiz etc.	Famílias, ano, negro, quando, defender, Eduardo Dantas, Politiqueijo, filho, trabalhar, ajudar etc.	Amapá, índios, socorro, indígenas, emenda, pedir, garimpeiro, aldeia, ato, real, segurança, Waiápi, Roraima, invasão etc.
% de ocorrência	16,8%	16,8%	12,4%	18,2%	16,8%	19%

Nome concedido às categorias	<i>Accountability</i>	Vaza Jato	Críticas ao governo Bolsonaro	Ataques a Sérgio Moro	Desigualdades Sociais	Povos indígenas do Amapá
-------------------------------------	-----------------------	-----------	-------------------------------	-----------------------	-----------------------	--------------------------

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Vale ressaltar que, apesar de haver seis categorias elencadas pelo *software*, as categorias aproximam as temáticas. Há uma ligação semântica encontrada entre as categorias 1 e 3 (“*Accountability*” e “Críticas ao Governo Bolsonaro”, respectivamente), em que pode ser observado a relação entre a forma de atuação da deputada na Câmara enquanto oposição ao governo. O *cluster* 5 (“Desigualdades Sociais”) também se aproxima das duas classes, ao ser um ponto de aproximação a atuação e a crítica ao governo, que tanto atacou os grupos minorizados e aprofundou as desigualdades sociais existentes. Outras categorias que se aproximam são as 2 e 4, respectivamente, “Vaza Jato” e “Ataques a Sérgio Moro”. Ambas criticam o trabalho desenvolvido pelo ex-ministro da Justiça do governo Bolsonaro, acusado de parcialidade nos encaminhamentos da Operação Lava Jato, divulgada pelo jornal independente *The Intercept* Brasil (2020) em uma série de reportagens com início em 09 de junho de 2019. O vazamento das conversas entre Sérgio Moro, quando ainda era juiz da Lava Jato, e o Procurador da República, Ministério Público Federal, em Curitiba-PR de 2003 a 2021, Deltan Dallagnol. Vale destacar que, mesmo após o escândalo em 2019, tanto Dallagnol (Podemos) quanto Moro foram eleitos nas eleições de 2022. Deltan Dallagnol como deputado federal pelo Paraná, e Sérgio Moro (União Brasil) como Senador pelo mesmo estado. A categoria “Povos indígenas do Amapá” (*cluster* 6) é o que mais se afasta das demais, no entanto aparece como forma de defesa dos povos indígenas do Amapá, estado que elegeu Professora Marcivania, e como forma de denúncia à invasão ocorrida nas terras do povo Waiãpi em 29 de julho de 2019.

A categoria mais acionada nas publicações é o *cluster* 6, intitulado “Povos indígenas do Amapá” (19%). Nela, a deputada denuncia a invasão das terras Waiãpi, no Amapá, por garimpeiros. Sobre a situação, Marcivania Flexa (2019) publica em seu *Twitter* no dia 28 de julho de 2019: “*Movimentos sociais se reúnem em Macapá em solidariedade aos povos indígenas, e para denunciar a morte do cacique Emyra Wajãpi, assassinado por garimpeiros que invadiram as terras wajãpi! #IndiosPedindoSocorroNoAmapa*”. Na mídia tradicional,

no entanto, o caso foi tratado como suspeito de assassinato, uma vez que o corpo não tinha marcas de crime, mas sim de afogamento, sendo tratado com cautela pelas autoridades locais (Globo Comunicação e Participações S.A, 2019) Em contrapartida, o filho do cacique aponta que o mesmo faleceu em confronto com os invasores (Pacheco, 2019), conforme apontam matérias do *Portal GI Amapá*. Ainda de acordo o *GI*, o território do povo Waiãpi é uma das áreas protegidas no Amapá e faz parte da Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca) e, em 2017, teve o fim das restrições quanto à mineração na área.

Na mesma época da invasão, Professora Marcivania acusa, em *post* do dia 28 de julho, o ex-presidente Bolsonaro de indicar seu filho, Eduardo Bolsonaro, para a embaixada dos Estados Unidos como forma de conseguir parcerias para exploração mineral em terras de preservação indígenas. Na sequência, a parlamentar acusa o fato de ser o resultado do próprio discurso de ódio e das políticas desenvolvidas pelo governo Bolsonaro. A deputada ainda narra a invasão com detalhes, na esperança de alcançar visibilidade para o fato, enquanto o Ministério Público Federal do Amapá nega qualquer indício de invasão (Valadares, 2019). Ainda em 28 de julho a deputada publica: “*Movimentos Sociais seguem reunidos na Praça Floriano Peixoto, discutindo ato de solidariedade aos povos indígenas, e ao povo Wajãpi, que teve seu cacique assassinado por garimpeiros! #IndiosPedindoSocorroNoAmapa*” (Flexa, 2019).

Algo interessante de ser ressaltado é o uso do termo “índio” no início da narrativa e, posteriormente, “indígena”. Nota-se uma adequação da deputada na forma de tratamento ao se referir aos povos indígenas, em especial ao Waiãpi. Sabe-se que o termo “índio” atualmente é visto como genérico e preconceituoso, ao reduzir uma diversidade de povos e culturas a um denominador único. Esses termos serão mais bem explicitados na análise da deputada Joenia Wapichana, por ser a responsável pela mudança inclusive na comemoração do dia dedicado aos povos indígenas.

A segunda categoria mais frequente é a classe 4, presente em 18,2% das publicações. O *cluster* foi intitulado “Ataques a Sérgio Moro”, categoria próxima à 2, intitulada “Vaza Jato”. Nesta categoria, Marcivania Flexa mostra seu dia a dia na tentativa de punir o então ministro da Justiça, Sérgio Moro, da condução parcial da Operação Lava Jato, responsável também pela prisão do presidente Lula, em 2018, em meio à disputa eleitoral. A deputada acompanha o momento em que o ex-ministro é confrontado na Câmara para prestar

esclarecimentos sobre as denúncias. Em 25 de junho, Professora Marcivania Flexa (2019) posta: “São muitas acusações feitas pelo @TheInterceptBr, @reinaldoazevedo e a @folha. As acusações colocam sombra sobre as ações da Lava Jato e as decisões do Ministro @SF_Moro. O povo brasileiro exige o esclarecimento destas acusações”. No mesmo dia ela compartilha:

Estranhamos a decisão do Ministro @SF_Moro de não comparecer à audiência na CCJ da Câmara dos Deputados. Principalmente, quando as acusações do site @TheInterceptBr se intensificam, colocando cada vez mais o ministro no olho do furacão desta crise ética e moral! (Flexa, 2019).

A deputada ainda usa a hashtag #MoroFujão e sempre marca a conta do *Twitter* do ex-juiz da Lava Jato para pedir esclarecimentos e apontar que ele sempre foge das explicações quanto aos fatos expostos pelo *The Intercept Brasil*. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) convocou o ex-ministro Moro falasse aos parlamentares sobre as acusações.

Na sequência, há três *clusters* que aparecem com a mesma frequência, todos como 16,8% de presença nos *tweets*, sendo eles “*Accountability*” (classe 1), “Vaza Jato” (classe 2) e “Desigualdades sociais” (classe 5). Começando com a classe 2, a qual se relaciona com a categoria discutida anteriormente, temos a categoria “Vaza Jato” e, nela, a parlamentar fala sobre as denúncias contra Sérgio Moro. Em 21 de junho de 2019, Marcivania Flexa (2019) tuíta: “*Bom dia! Os últimos vazamentos, noticiados pelo jornalista @reinaldoazevedo, contradizem a fala do Ministro @SF_Moro na CCJ do Senado!*”. Em outros momentos, a deputada declara que Moro é corrupto e usa até a hashtag #MoroCorrupto, como no post de 2 de julho do mesmo ano, um retuite da conta do senador Humberto Costa (PT-PE) (@senadorhumberto): “*#MoroCorrupto tenta explicar aos deputados a sua inexplicável atuação política no comando da Lava Jato*” (Flexa, 2019). Com a mesma associação, a deputada retuita uma publicação da companheira de partido, a deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ), chamando Moro de corrupto. Nas duas categorias indicadas e próximas, nota-se uma tentativa de desconstrução do ex-juiz Sérgio Moro, considerado um “herói” por sua atuação frente à Lava Jato, mas que se abala com os vazamentos das conversas sobre a condução do processo.

Já a categoria “Desigualdades Sociais” (classe 5) é responsável por trazer bandeiras importantes na atuação da professora, em especial, vinculadas às questões raciais e à diferença de classes sociais no país. Em 17 de março, ela retuita uma publicação de uma usuária da rede social sobre o ataque à escola em Suzano-SP e o racismo presente em uma dada situação:

O menino que correu até o hospital com uma machadinha no ombro no ataque de Suzano disse que pedia ajuda na rua e ninguém ajudava. Ele é negro. ‘Pensei agora sou eu e eu, só vou pedir ajuda no hospital’, disse na coletiva. Deu um nó na garganta que inferno ser negro no Brasil (Flexa, 2019).

O ataque à escola aconteceu em 13 de março de 2019. Tendo professora no nome que utiliza, Marcivania fala do ataque e associa-o ao racismo estrutural presente na sociedade brasileira.

Em 9 de fevereiro do mesmo ano, a parlamentar critica a revista *Vogue* por meio do retuite de uma publicação de Ale Santos (@Savagefiction), escritor de ficção, finalista do Prêmio Jabuti de literatura e do CCXP Awards:

Donata Meirelles é uma mulher perversa que desejou reviver um dos maiores tormentos do povo negro para satisfazer sua fantasia sórdida de hegemonia branca. Uma supremacista desprezível que é diretora da @VogueBRoficial, até quando vamos aceitar o lado asqueroso dessa elite? (Flexa, 2019).

Na ocasião, Donata Meirelles, diretora da revista no Brasil, foi criticada por uma festa em que mulheres negras se vestiram como “mucamas” e posaram ao lado do trono que representava a sinhá. Além de haver uma decoração que remetia ao Brasil Colônia marcado pela escravização. A festa ocorreu na Bahia, em 8 de fevereiro de 2019, e ganhou repercussão na *Internet* (Estadão Conteúdo, 2019). Por meio da publicação, pode-se observar a presença da deputada em discussões da atualidade que remetem às questões ligadas a grupos minorizados.

Outro exemplo nesta categoria é a defesa pela aposentadoria justa, contra a Reforma da Previdência proposta pelo governo Bolsonaro, retomando também sua posição enquanto professora. Na publicação do dia 12 de julho do mesmo ano, Marcivania comemora com o

retuite da conta @PCdoBnaCamara, em que ela está marcada, assim como a deputada Alice Portugal (PCdoB-BA): *“Vencemos! Garantimos idade menor para a aposentadoria dos professores. Veja o que disseram a vice-líder na Minoria, @Alice_Portugal, e a deputada @profmarcivania #ReformaInjusta #DefendaASuaAposentadoria”* (Flexa, 2019). Cabe destacar, no entanto, que não há publicações, nessa categoria, sobre a condição das mulheres e as diferentes camadas de opressão que atingem a mulher negra ou a professora.

Por fim, em *“Accountability”* (classe 1), é possível notar que a deputada apresenta sua atuação como parlamentar na defesa das principais bandeiras que carrega, como as melhorias no estado que representa (Amapá), defesa do meio ambiente, aposentadoria que considera justa. Em 29 de julho de 2019, a deputada posta: *“São R\$50 milhões em emenda de bancada! Que ajudaram a compra de 65 viaturas, 250 pistolas ponto 40 e mais 15 obras para o Sistema de Defesa Social do Estado do Amapá”* (Flexa, 2019), prestando contas aos eleitores de seu estado sobre sua atuação. Quanto à Reforma da Previdência, tem-se, como exemplo, a publicação do dia 20 de março do mesmo ano: *“Hoje participamos do lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, da qual sou coordenadora. A Reforma da Previdência atinge aos mais pobres e que precisam de proteção [...]”* (Flexa, 2019). Em 14 de março, ela reforça a educação como uma das suas pautas: *“Dentre muitas de minhas militâncias, o Trabalho e a Educação são pautas constantes em minha vida particular e profissional. Acredito que não há desenvolvimento econômico e humano sem [isso]”* (Flexa, 2019). Algo que faz jus ao substantivo “professora”, mas cabe destacar que a pauta “educação” não aparece tanto em suas publicações na rede social.

A classe 3, intitulada “Críticas ao governo Bolsonaro”, aparece em 12,4% das publicações e traz críticas mais gerais ao governo Bolsonaro, enquanto opositora do mesmo. Além disso, é uma categoria que abarca as publicações de condolências ao jornalista Paulo Henrique Amorim, do *Conversa Afiada*, também crítico do governo e suas ações, morto em 10 de julho de 2019.

Em 10 de fevereiro ela compartilha um *tweet* do influenciador Iuri K. (@cinefilo_K), que escreve:

Governo Bolsonaro está tratando a Igreja Católica como “oposição” pois atual Papa defende igualdade, tolerância, saúde, educação.. colocaram MILITARES pra MONITORAR se alguma igreja FALA MAL DO

GOVERNO!! vc lembra que na ditadura não podia falar mal do governo? então, voltamos (Flexa, 2019).

Marcivania Flexa associa o posicionamento favorável à ditadura, do ex-presidente Jair Bolsonaro, e ainda aponta contradições entre a fala dele, já que exalta Deus em suas falas, desde a campanha, mas ataca a própria igreja quando vai contra os ideais que prega.

Quanto à perda do jornalista Paulo Henrique Amorim, ela compartilha uma publicação de seu partido seguida de uma sequência de *tweets* próprios, falando um pouco da trajetória do jornalista e da crítica constante ao governo Bolsonaro. O retuite escreve: “*O Brasil e o jornalismo perderam uma figura ímpar hoje, nosso amigo Paulo Henrique Amorim. Mais do que nunca, sentiremos falta do seu senso crítico apurado, de seu humor ferino e de sua Conversa Afiada. Nosso abraço à Geórgia e à família*” (Flexa, 2019). Na sequência, Marcivania Flexa (2019) escreve:

Afiadíssimo. Paulo Henrique Amorim representou o jornalismo crítico, mas também alegre e literário. Combateu os oligopólios da comunicação, a ditadura militar e todos os governos que atacaram os direitos do povo. Nos últimos meses, denunciou os ataques do governo Bolsonaro ao povo brasileiro, e os vazamentos da Lava Jato, que colocaram o Min. @SF_Moro contra a parede. Sua opinião ácida o fez sofrer perseguição, a última na TV Record, a mando do gov. federal! Sabemos que seu trabalho não foi em vão, e muitas gerações de jornalistas seguirão seus passos! Temos a certeza de que ao chegar no céu, Deus o receberá com um abraço falando “olá, tudo bem”? Siga em Paz! #PHAPresente

Na mesma perspectiva e incluindo novamente a pauta do meio ambiente, a parlamentar reposta um *tweet* do então deputado federal Henrique Fontana (PT-RS): “*Em sessão no Parlamento em Berlim, Angela Merkel descreveu como ‘dramática’ a situação no Brasil sob o governo do presidente Jair Bolsonaro nas questões ambientais e de direitos humanos. (via @dw_brasil)*” (Flexa, 2019). Isso aponta a crítica ao governo do ex-presidente Jair Bolsonaro em diferentes áreas.

Portanto, observa-se no discurso da Professora Marcivania uma aproximação das bandeiras dos grupos minorizados, como pessoas negras e povos indígenas, algo que se relaciona diretamente às lutas de seu partido, tanto no combate ao racismo, quanto na

proteção da Amazônia (PCdoB, [ca. 2018]). Além disso, o PCdoB é um partido que fez parte da oposição ao governo Bolsonaro, conforme aponta a apresentação do site:

Desde 2018, o Partido está na linha de frente do combate ao governo da extrema-direita, destacando-se na luta em defesa da vida durante a pandemia, no rechaço e denúncia aos ataques contra a democracia e na construção da candidatura presidencial de Luís Inácio Lula Silva. (PCdoB, [ca. 2018]).

No entanto, quando a pauta é mulher e suas necessidades, não há uma luta específica no período observado. Nessa temática, podem ser destacadas três publicações que falam sobre a violência de gênero sofrida por mulheres: uma em apoio à jornalista Nina Lemos, colunista da emissora alemã *DW Brasil*; outra na qual traz a diferença de tratamento entre Dilma Rousseff (PT), durante o processo de *impeachment*, e Sérgio Moro, durante as denúncias de parcialidade na Lava Jato. Nesse ponto, ela destaca a força e coragem da ex-presidenta do Brasil. Por fim, um *tweet* em que destaca a forma com que foi atacada ao longo do processo na CCJ de explicações de Sérgio Moro. As três ocorrências foram ao longo do processo enfrentado por Moro.

Em 7 de julho, Marcivania Flexa publicou, em solidariedade à Nina Lemos e em relação à violência de gênero sofrida na Câmara: “*Representatividade é o que se espera da Câmara dos Deputados eleitos pelo povo. O que vimos na CCJ foi o oposto disso. A jornalista @ninalemos abordou a cena de machismo que encerrou a última audiência conjunta no dia 2*” (Flexa, 2019).

Em 3 de julho, a parlamentar escreve sobre Dilma Rousseff:

Não podemos esquecer q a ex-presidente Dilma, foi convocada pelo congresso e passou mais de 8h sendo ofendida por esta mesma base. Mostrou serenidade e respeito. O q vimos hj foi o inverso, deputados despreparados e uma postura desrespeitosa do Ministro @SF_Moro em se retirar (Flexa, 2019).

Nessa publicação, a professora Marcivania aponta a diferença de tratamento recebida por homens e mulheres na Câmara e a diferença de postura adotada por Dilma Rousseff e Sérgio Moro.

No mesmo dia ela escreve em seu *Twitter*, contando a forma com que foi tratada pelos colegas parlamentares na CCJ: “Boa noite! A Audiência com o Ministro @SF_Moro encerrou com tumulto provocado pela base governista, mais uma vez se utilizaram da truculência, despreparo e desrespeito com seus pares e o Brasil, para ajudar o ministro a fugir das perguntas dos deputados!” (Flexa, 2019).

6.4.6 Iracema Portella (PP/PI)

A deputada Iracema Portella (Figura 17), no período que compreende a coleta – 1º de fevereiro a 31 de julho de 2021 –, teve resgatado de sua rede social pelo software *TAGS V.I* apenas quatro publicações, todas tuitadas pela própria Portella. Todas as publicações escritas sem abreviações e com *hashtags* ao final, indicando o assunto tratado – #brasilemtrabalhoinfantil ou #ReformaDaPrevidência –, mas sem convidar seus seguidores para a ação ou mesmo compartilhar *hiperlinks*.

Figura 17 - Foto Iracema Portella (PP/PI)



Fonte: Câmara dos Deputados (2019).

Dos quatro *tweets*, um teve como tema o trabalho infantil e três a Reforma da Previdência. Ao rodar no *Iramuteq*, a nuvem de palavras ficou da seguinte forma (Figura 18):

Figura 18 - Nuvem de Palavras a partir das publicações da Dep. Federal Iracema Portella



Fonte: *Iramuteq*, 2023

As publicações da deputada relacionam-se à opinião dela quanto aos temas debatidos pelo Parlamento e, de certo modo, refletem a postura adotada pela mesma em seus trabalhos na Câmara. Ao aparecerem as palavras “estado” e “reforma” destacadas torna-se relevante expor que nenhuma das publicações refletem políticas públicas para mulheres, mas estão direcionadas aos anseios do partido de filiação. O PP, assim como outros partidos do Centrão, posicionou-se a favor da Reforma, e a deputada votou favorável.

Em suas publicações postadas no dia 04 de junho de 2019, ela pontua diversas vezes a sua visão otimista e defensora do projeto:

Separar o texto da reforma de Estados e municípios pode representar uma chance de os Estados fazerem suas próprias reformas previdenciárias, levando em conta condições de cada unidade da Federação, mas dentro do espírito de mudanças positivas para todos. #ReformaDaPrevidência (Portela, 2019).

Além disso, penso que os deputados estaduais, assim como os governadores, estão mais próximos de suas realidades financeiras e fiscais, que são próprias de cada Estado e do Distrito Federal #ReformaDaPrevidência (Portela, 2019).

Sou favorável a separar a discussão da reforma da Previdência dos Estados e municípios da proposta em tramitação no Congresso Nacional. A meu ver, as Assembleias Legislativas devem protagonizar esse debate, porque cada Estado tem peculiaridades. #ReformadaPrevidencia” (Portela, 2019).

A Reforma da Previdência, sancionada em forma de Emenda Constitucional n. 103, de 12 de novembro de 2019 (Brasil, 2019e), prevê regras de transição e altera o sistema previdenciário. Uma das principais mudanças foi a idade mínima para se aposentar, sendo 65

anos para os homens, 62 para as mulheres e 60 anos para trabalhadores e trabalhadoras rurais. Junto da idade mínima é exigido ainda um tempo mínimo de contribuição: 30 anos para mulheres e 35 para homens. Antes da reforma era exigido apenas o tempo de contribuição mínimo.

Luz e Gomes (2019), a partir de uma pesquisa bibliográfica, descritiva e exploratória, analisam os principais impactos dessa reforma na vida das mulheres. A justificativa apresentada para as mudanças é a de que a medida é necessária para se reduzir o déficit nas contas do setor previdenciário brasileiro. Conforme Lourenço, Lacaz e Goulart (2017), apesar da crescente inserção das mulheres no mercado, são elas as que se submetem às condições mais precárias de trabalho, as mais idosas são as que recebem os benefícios de menor valor, além de ser a parcela mais dependente do grupo familiar. Por isso, para os autores, a Previdência Social deve reconhecer as diferenças existentes e dar-lhes tratamento diferenciado.

Não se fala que as mulheres acumulam papéis conjugando trabalho fora de casa com os afazeres domésticos e cuidados de filhos e pessoas dependentes. Além disso, os dados oficiais sobre mercado de trabalho destacam que as mulheres exercem as ocupações de baixa remuneração, sendo a esmagadora maioria dentre os trabalhadores domésticos com ou sem carteira de trabalho assinada (Lourenço; Lacaz; Goulart, 2017, p. 480).

Para Faria *et al.* (2021), as horas dedicadas ao trabalho no lar possuem impacto negativo na chance da mulher de contribuir com a Previdência Social, visto que é um trabalho não remunerado. Conforme o estudo das autoras, a inserção no sistema de mulheres não brancas em situação de vulnerabilidade é preocupante se comparada à situação das mulheres brancas. Entre os indivíduos brancos e não pobres não há grandes diferenças de gênero no que tange aos contribuintes.

De início, nota-se que os indivíduos brancos (pobres e não pobres) não sofreram grandes diferenças de gênero, mantendo números mais equalizados. Em contraste, tinha-se enorme desproporção entre os indígenas (mulheres e pobres) inseridos na condição de pobreza, de modo que apenas 25,0% das mulheres eram contribuintes, enquanto para os homens esse percentual chegava a 55,5%. Cenário semelhante se tinha entre homens e mulheres pobres, da cor preta e parda, com uma sub inserção das mulheres no sistema. Neste sentido, infere-se para a existência de uma maior vulnerabilidade para a mulher preta, parda e indígena, no que se

refere à contribuição para a previdência. Cabe destacar que na composição dos indivíduos inseridos na pobreza do país os indivíduos ‘preto/pardo/indígena’ são a maioria, e são exatamente esses que tem os menores percentuais de contribuintes para a previdência (Faria *et al.*, 2021, p. 136).

Seguindo a postura do partido, a deputada Iracema Portella apoia a Reforma da Previdência, mas não a tensiona, trazendo as nuances da população brasileira e o acesso ao sistema ou mesmo especificando as condições das diferentes mulheres brasileiras.

No dia 12 de junho, Portella (2019) publica sobre o trabalho infantil: “*Lugar de criança é na escola e não no trabalho. É direito básico, assegurado no Estatuto da Criança e do Adolescente, o lazer, o carinho, a educação e saúde de qualidade. Portanto, vamos lutar para que o trabalho infantil acabe no Brasil. #brasilsemtrabalho infantil*”. Nesse ponto, Iracema aproxima-se do comportamento esperado das mulheres quanto ao “pensamento maternal” e a “política do desvelo”, ao demonstrar sua preocupação com a educação das crianças brasileiras, o que seria uma postura vista como “maternal”. Era essa como uma de suas bandeiras ao longo da fala.

Devido ao *corpus* considerado pequeno, o software não foi capaz de construir um filograma com o resultado da classificação pelo Método de Reinert, em que são possíveis o agrupamento dos termos a partir de suas relações semânticas. Nesse sentido, foi acionada a Análise de Conteúdo (Bardin, 2011) para categorização do material da seguinte forma (Quadro 13):

Quadro 12 - Categorias presentes nos tweets de Iracema Portella

Posição	Categoria	Tweets (%)
1	Reforma da Previdência	3 (75%)
2	Educação Infantil	1 (25%)

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Nesse recorte, composto por poucas publicações, nota-se uma predominância de assuntos que tangem ao interesse do partido e, quando se aproxima das questões de gênero, a deputada associa a mulher enquanto mãe.

Em atuação mais recente em suas redes sociais, a ex-deputada apresenta-se como Presidente Nacional do Movimento “Mulheres Progressistas”⁶⁶, o qual contribui para a participação feminina na política. Esta parece ser a bandeira mais atual de Portella, conforme publicação em seu *Instagram*, no dia 3 de março de 2023 (Figura 19).

Figura 19 - *Instagram* da ex-deputada Iracema Portella



Fonte: Perfil de Iracema Portella no *Instagram*, *print screen* (Portela, 2023a).

Já no *Twitter*, Portella ataca constantemente ao governo Lula e defende os atos terroristas do dia 8 de janeiro em Brasília, como mostra o *tweet* do dia 9 de janeiro de 2023 (Figura 20).

Figura 20 - *Tweet* de Iracema Portella em 24 de janeiro de 2023



Fonte: Perfil de Iracema Portella no *Twitter*, *print screen* (Portela, 2023b).

⁶⁶ <https://www.instagram.com/mulheresprogressistas11>.

Ao observar a página da ex-deputada, nota-se que há grandes espaços de tempo entre uma publicação e outra, diferente de sua atuação, por exemplo, no *Instagram*, em que Iracema se mostra mais ativa com publicações com poucos dias de diferença.

Em seu *Twitter* (@iracemaportela) possui 7595 seguidores, 12,9 mil publicações e segue outras 2111 contas, conforme dados de fevereiro de 2023. Enquanto em seu *Instagram*, no mesmo ano, possui 6.676 publicações e 75,7 mil seguidores, mostrando-se mais ativa na outra rede. Desse modo, ao acionar menos o *Twitter* e mais o *Instagram* pode apontar para uma visão estereotipada da parlamentar, uma vez que o *Instagram* é uma rede que valoriza a imagem e a exposição de um mundo, que beira a perfeição. Isso corresponde a ideia pré-concebida quanto ao gênero feminino e a construção da mulher enquanto bela. Em seu perfil na rede, a parlamentar posta fotos bem-produzidas, apresentando-se como preocupada com a moda e sua aparência.

Quando se trata de questões importantes no combate à desigualdade de gênero, Iracema Portella faz publicações pontuais, a depender dos assuntos do momento, como a publicação de repúdio em 5 de março de 2022, data próxima ao Dia Internacional da Mulher, comemorado no dia 8 (Figura 21).

Figura 21 - Publicação no *Twitter* de Iracema Portella em 5 de março de 2022



Fonte: Perfil de Iracema Portella no *Twitter*, *print screen* (Portela, 2022).

Outro exemplo é de quando se manifestou quanto as agressões sofridas por Pâmella Holanda pelas mãos de seu ex-companheiro DJ Ivis (Figura 21).

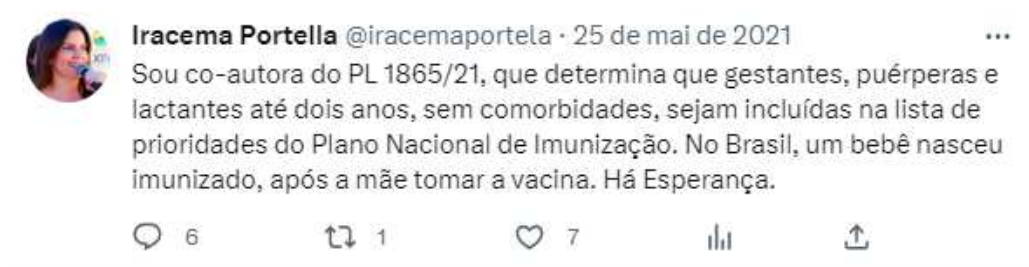
Figura 22 - Publicação no *Twitter* de Iracema Portella em 12 de julho de 2021



Fonte: Perfil de Iracema Portella no *Twitter*, *print screen* (Portela, 2021).

Quanto à defesa das mulheres, quando em exercício, Iracema publica sobre a participação na autoria de uma lei que determinou, no período da pandemia, que gestante, puérperas e lactantes seriam imunizadas (Figura 23).

Figura 23 - Publicação no *Twitter* de Iracema Portella em 25 de maio de 2021



Fonte: Perfil de Iracema Portella no *Twitter*, *print screen* (Portela, 2021).

Como apontado anteriormente, Portella utiliza seu *Twitter* de forma pontual na atualidade, mesmo tendo mais de 12 mil *tweets* no total. Observando as publicações de forma mais ampliada nota-se ainda uma presença constante de temáticas que envolvam seu estado, o Piauí. Além disso, a ex-deputada reforçar seu apoio ao ex-presidente Bolsonaro em suas publicações, como essa de Natal (Figura 24):

Figura 24 - Publicação no Instagram de Iracema Portella em 25 de dezembro de 2022



Fonte: Perfil de Iracema Portella no *Twitter*, *print screen* (Portela, 2022).

6.4.7 Paula Belmonte (PPS/DF)

A deputada federal Paula Belmonte (Figura 25), no período coletado, postou 405 *tweets* (média de 2,25 *tweets*/dia), com raros retuítes de outras contas; constante interação com outros usuários, marcando os mesmos nas respostas e agradecimentos; e CTA convidando os seguidores para participar e interagir por meio de *hiperlinks* e o contato para acompanhar o mandato.

Figura 25 - Foto Paula Belmonte (PPS/DF)



Fonte: Portal Câmara dos Deputados (2019).

Nas publicações, a deputada costumeiramente utiliza *hashtags* para demarcar os assuntos abordados ou mesmo referir-se a seu trabalho, sendo: #Omandatoenosso, uma forma de apresentar o mandato como conquista das pessoas que ela representa; #primeirainfancia, para sinalizar as discussões sobre o tema, sendo uma das suas principais bandeiras; #GradeDiaPF, em referência às ações da polícia federal; e #CPI do BNDES em relação à CPI do BNDES; #empreendedorismonobrasil e #empreendedorismo, em referência a outra bandeira da deputada, o empreendedorismo; #DeputadaPaulaBelmonte, também em referência às suas ações enquanto deputada. Quanto à escrita, a deputada escreve mais próximo à língua formal, usando poucas abreviações.

Em seu perfil, Belmonte posiciona-se como defensora das crianças e mãe, o que se apresenta como pensamento maternal, associado pelo senso comum ao gênero feminino e sua presença na política (Miguel; Biroli, 2014). Outras bandeiras levantadas pela deputada são a economia e o combate à corrupção. Nesse sentido, Paula Belmonte defende o desenvolvimento do empreendedorismo no Brasil, o retorno dos valores desviados pela

corrupção aos cofres públicos (CPI do BNDES), as reformas tributária e da previdência, o estado mínimo e o livre comércio.

No que tange à economia, a deputada discursa sempre sobre economizar, reduzir privilégios dos parlamentares, como forma de investimento na economia do país, colocando suas ações como forma de exemplo. Deste modo, tem-se a publicação do dia 18 de julho de 2019, em que Belmonte (2019) escreve: *“Tentei pagar pelo passaporte que eu e minha família temos direito, mas não há previsão legal para cobrança. Por que o cidadão comum deve pagar e os deputados não? Discordo dessa prática. Doamos o valor à Creche da Tia Cláudia, no Sol Nascente”*. Percebe-se que ela se assemelha a outras parlamentares que aderem à pauta neoliberal de desmonte do Estado. O empreendedorismo aparece não como uma alternativa, mas como uma forma de fazer com que o aparato estatal não se comprometa com funções básicas garantidas até pela Constituição, como educação, saúde, oportunidades de emprego e garantias de qualidade de vida. Num cenário de economia aberta e mercado livre, prevalece o poder dos que detêm, tradicionalmente, maior capital econômico, político e cultural. Neste caso, reforça a hegemonia branca, masculina e heteronormativa.

Além disso, no período analisado, Belmonte critica diversas vezes os governos Lula e Dilma, associando-os à corrupção. A deputada estende sua crítica aos partidos considerados de oposição, naquela época, de centro esquerda e esquerda. Segundo ela, uma forma de defender a própria democracia, como na publicação também de 18 de julho:

Trabalhismo X Democracia. Uma clara demonstração, partidos da oposição não tem compromisso com a democracia e muito menos com o povo brasileiro. Quem ainda não entendeu?! O país quebrou! 13 milhões desempregados! Deputados, sigam a Democracia e se tornem gigantes no Brasil (Belmonte, 2019).

Há uma associação constante entre oposição, governos Lula e Dilma ao declínio econômico brasileiro. Algo que se alinha ao discurso do ex-presidente Bolsonaro.

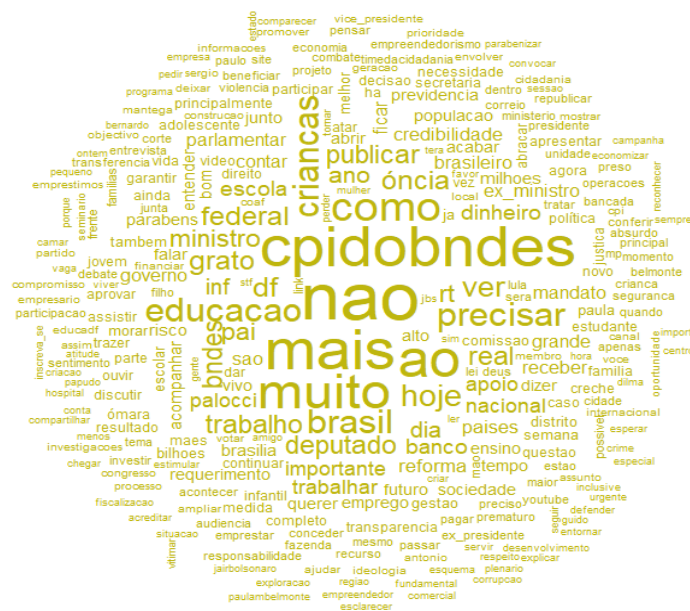
Em contrapartida, a deputada critica o governo Bolsonaro em dados momentos, como na indicação do filho do então presidente, Eduardo Bolsonaro, como embaixador nos Estados Unidos, *tweet* do dia 17 de julho de 2019:

Por mais que argumentos justifiquem a indicação, #EduardoEmbaixadorSim é uma bola fora. Aliás, uma porteira aberta para indicações diversas. Sabemos o que ocorre quando o indicador não tem responsabilidade e nem compromisso com o dinheiro do contribuinte. Esse filme já vimos! (Belmonte, 2019).

Nesse sentido, Paula Belmonte se alinha ao discurso do partido ao qual está filiada, o PPS, atual Cidadania. Para Bolognesi, Ribeiro e Codato (2022), o PPS/Cidadania deve ser entendido como um partido que privilegia a conquista de cargos e posições no governo, talvez mais do que os demais partidos, tendo um comportamento que não é coeso, sendo alinhado à centro-direita.

Ao gerar a nuvem de palavras, a partir do banco de dados, tem-se a figura (Figura 26):

Figura 26 - Nuvem de Palavras a partir das publicações da Dep. Federal Paula Belmonte



Fonte: *Iramuteq*, 2023

Como termos que se destacam, têm-se: CPI do BND, Brasil, trabalho, educação, precisar, crianças, ministro, Palocci, entre outros. Pode ser observado que, no período investigado, a deputada priorizou a narrativa sobre a CPI do BND, o que é coerente com a sua própria atuação com deputada, uma vez que participou da CPI – Práticas Ilícitas no Âmbito do BND, como 1ª vice-presidente, de 27 de março a 22 de outubro de 2019. Nas

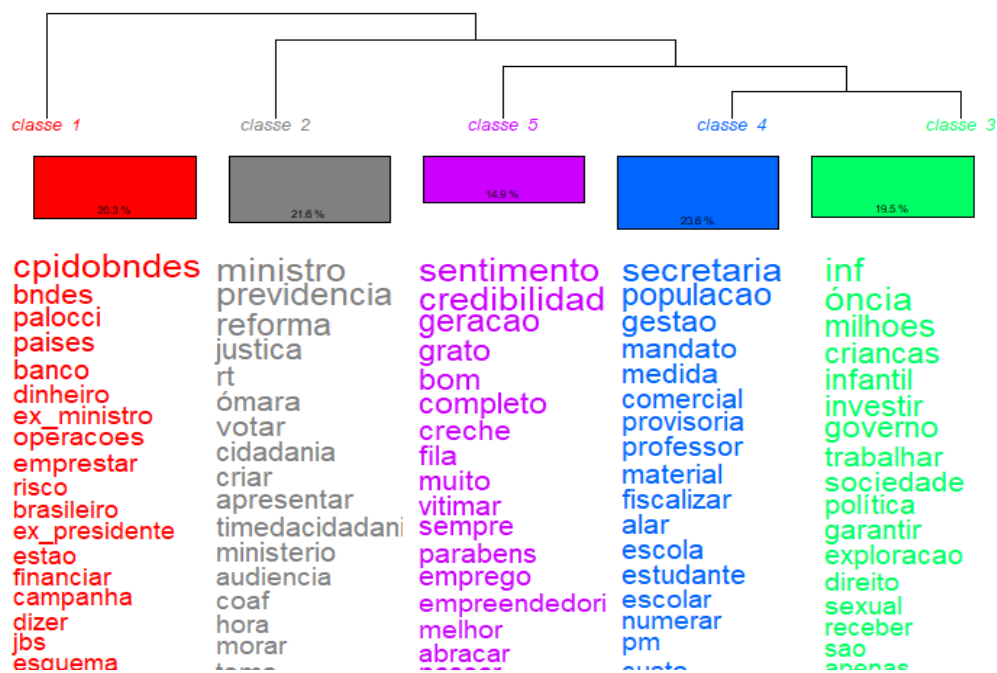
publicações, Belmonte defende a CPI e aproveita para atacar os governos Lula e Dilma, em especial, por meio das ações do ex-ministro Chefe da Casa Civil, Antônio Palocci. Um exemplo é a publicação de 03 de julho de 2019:

Na #acaixapretadobndes estão revelações como as do ex-ministro Palocci, que ontem, em depoimento à #CPI do BNDES, disse claramente que muitas operações internacionais do banco tiveram o objetivo de arrecadar dinheiro para financiar o projeto de poder do PT, dentro e fora do Brasil (Belmonte, 2019).

Outra bandeira importante aparece no uso do termo “crianças”. A deputada traz, em seus discursos no *Twitter*, a sua preocupação constante com a primeira infância em diferentes aspectos, como a educação, possibilidade de ampliação de creches, saúde, combate à exploração sexual e pedofilia. Isso também é representado por sua participação em seminários e eventos com a temática, bem como por meio de sua participação na Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância, a qual atuou como vice-presidente e, posteriormente, coordenadora da Comissão Externa sobre Políticas para a Primeira Infância, de 30 de outubro de 2019 até o fim do seu mandato em 31 de janeiro de 2023. Em 27 de março de 2019, ela escreve; “*Aprovado o meu primeiro #projeto de Lei, que amplia a licença maternidade para mães de prematuros e de bebês internados após o nascimento #licença maternidade #primeirainfância #Essa Conquista é Nossa #Deputada Paula Belmonte*” (Belmonte, 2019).

Ao inserir o banco de dados no software *Iramuteq*, as categorias analíticas construídas se apresentaram em cinco *clusters*, indicados no dendrograma (Figura 27) abaixo:

Figura 27 - Análise gerada pelo programa Iramuteq – Dep. Federal Paula Belmonte



Fonte: Iramuteq, 2023.

A partir do dendrograma gerado, foi possível construir o quadro (Quadro 13) abaixo, com os termos significativos por classes, porcentagem de ocorrências e nome que identifica às categorias.

Quadro 13 - Nomeação das categorias por termos - perfil da Dep. Federal Paula Belmonte

	Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5
Termos com χ^2 de Pearson (termos significativos por classes)	CPI do BNDDES, BNDDES, Pallocci, países, banco, dinheiro, ex-ministro, operações, emprestar, risco,	Ministro, previdência, reforma, justiça, votar, cidadania, criar, apresentar, time da cidadania, ministério,	Milhões, crianças, infantil, investir, governo, trabalhar, sociedade, política, garantir, exploração,	Secretaria, população, gestão, mandato, medida, comercial, provisória, professor, material, fiscalizar,	Sentimento, credibilidade, geração, grato, bom, completo, creche, fila, muito, vitimar, sempre, parabéns,

	brasileiro, ex-presidente, financiar, campanhas, JBS, esquema etc.	audiência, COAF etc.	direito, sexual etc.	escola, estudante etc.	emprego, empreendimento etc.
% de ocorrência	20,3%	21,6%	19,5%	23,6	14,9%
Nome concedido às categorias	CPI do BNDES	<i>Accountability</i>	Defesa das crianças	Educação	Economia

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A categoria mais acionada nas publicações é “Educação” (classe 4), presente em 23,6% das ocorrências. Nessa categoria, Paula Belmonte discute sobre a educação, fiscalização de ações, e medidas e projetos adotados para beneficiar os estudantes e suas famílias, bem como a economia local. Como exemplo, tem-se o *tweet* de 02 de maio de 2019, em que ela trata sobre o cartão material escolar: “*O Cartão Material Escolar veio para ajudar famílias, estudantes e movimentar a economia local. É um absurdo que pessoas estejam comercializando este benefício. Denunciem estas pessoas para a Secretaria de Educação. Isso é caso de polícia!*” (Belmonte, 2019). O cartão material escolar (CME) é parte do Programa de Benefício Educacional-Social e beneficia estudantes matriculados na rede pública de ensino do Distrito Federal, unidade federativa que a elegeu (Secretaria de Estado de Educação, 2023). No *tweet*, Belmonte defende o benefício e convida os seguidores a denunciar o desvio de finalidade do cartão.

Anteriormente, em publicações do dia 30 de abril, a deputada esclareceu sobre o benefício, valores e publicou sobre a entrega dos cartões, como no exemplo: “*Para saber se tem direito, ligue no 156 de um telefone fixo. Aperte a opção 2 e em seguida, informe o número do CPF do responsável pelo estudante. Você poderá comprar apenas os materiais listados pela Secretaria de Educação*” (Belmonte, 2019).

Em 4 de julho de 2019, a parlamentar publica sobre uma situação que ocorreu em uma escola do DF:

A @educadf precisa cobrar explicações - e possíveis punições - da Regional de Ensino de Recanto das Emas e de todo o corpo docente do Centro de Ensino Fundamental 106. Não é normal que meninos e meninas de 13 anos presenciem cenas como esta a que me refiro. Muito menos na escola! É um absurdo ver adolescentes fazendo da escola palco para qualquer outra coisa que não seja estudar! Toda a comunidade escolar, inclusive as famílias, precisa estar atenta ao que acontece da porta para dentro. Fiquei chocada ao ver vídeos de jovens simulando "movimentos sexuais" (Belmonte, 2019).

A situação aconteceu durante os jogos escolares, em 3 de julho, quando estudantes colocaram música e começaram a dançar *funk* sem autorização da escola. A ação foi gravada e repercutiu na mídia (Ferreira; Galvão; Mendes, 2019).

Essa é uma categoria que se relaciona à categoria 3 intitulada “Defesa das crianças”, a qual mostra uma posição alinhada a esse discurso. A preocupação da deputada com a educação e condições dignas para crianças e adolescentes reflete o que se espera da presença feminina na política, relacionada ao cuidado, parte do pensamento maternal e da política do desvelo (Miguel; Biroli, 2014).

A segunda categoria mais acionada é “*Accountability*” (classe 2), presente em 21,6% das publicações. Nela, a parlamentar apresenta de forma mais pontual sua participação na Câmara, em especial, na aprovação da Reforma da Previdência; sua atuação alinhada ao partido PPS/Cidadania; e sua participação em audiências e atuação com relação ao governo Bolsonaro.

Quanto à reforma da previdência, Belmonte posiciona-se contra os privilégios propostos para os parlamentares e convida os seguidores a ficarem atentos à votação. Como exemplo, tem-se as publicações do dia 13 de junho, colocando-se sempre dentro da situação tratada:

Pesquise se o deputado que votar contra a Reforma da Previdência tem aposentadoria especial. Este pode ser o motivo para ele ser contra!”; “A maioria dos deputados da oposição não abre mão dos R\$ 33 mil de aposentadoria especial. A Reforma da Previdência vai acabar com isso. Desde o meu primeiro dia de mandato abri mão desse benefício, concedido a políticos (Belmonte, 2019).

Assim como o partido, ela vota pela aprovação da reforma, como aponta o retuite do próprio partido (@23cidadania) de 11 de julho do mesmo ano: “*Bancada do Cidadania na*

Câmara vota unida pela aprovação da Reforma da Previdência - #CIDADANIA23” (Belmonte, 2019).

No dia 11 do mesmo mês, a deputada refere-se ao vazamento sobre a parcialidade do ex-juiz da Lava Jato, Sérgio Moro, feito pelo *The Intercept Brasil*, como recurso utilizado pela oposição para desviar a atenção da reforma: “*A oposição quer usar as publicações do #TheInterceptBrasil para obstruir os trabalhos no Congresso Nacional. Isso é um absurdo. Não podemos deixar o Brasil paralisar por conta disso. A Reforma da Previdência é urgente. Vamos em frente*” (Belmonte, 2019). Em outras publicações no período, a deputada defende a Operação Lava Jato e Sérgio Moro. Além disso, há o ataque direto ao governo Lula e a associação do mesmo aos casos de corrupção.

Em consonância ao apoio ao então ministro da Justiça, Sérgio Moro, a deputada publicou sobre seu voto a favor do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) ficar sob responsabilidade do Ministério da Justiça, como aponta o *post* de 23 de maio: “*Votei pela manutenção do Coaf no @JusticaGovBR. É uma perda para a sociedade que não tenha sido a escolha da maioria*” (Belmonte, 2019).

No que tangencia sua atuação pela educação e cobranças como parlamentar, Belmonte publica em 14 de maio de 2019, em apoio ao que ficou conhecido como Tsunami da Educação: “*A bancada do @timedacidadania convocou o Ministro da Educação, Abraham Weintraub, para dar explicações sobre os cortes no Ministério. #TsunamiDaEducação*” (Belmonte, 2019). O momento foi ocasionado pelo anúncio de cortes nas instituições públicas de ensino superior, pelo governo Bolsonaro por meio do ministro Weintraub, seguido de protestos estudantis e mobilização da sociedade. De certo modo, a deputada aproveita da mobilização para conseguir visibilidade, sendo coerente com sua pauta em favor da educação, ao mesmo tempo em que ataca de forma indireta a atuação do governo.

A terceira categoria é a classe 1, “CPI do BNDES”, presente em 20,3% dos *tweets*. Belmonte foi a 1ª vice-presidente da CPI e suas publicações refletem sua atuação, o que pensa sobre a comissão e a crítica ativa aos governos do PT, associando a corrupção a Lula e Dilma, ressaltando os valores desviados, como se toda a culpa fosse da atuação dos presidentes do período. A CPI investigou contratos no exterior feitos pelo Bando Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), indiciando mais de 50 pessoas, entre elas os ex-

ministros Guido Mantega e Antônio Palocci, o ex-presidente do banco, Luciano Coutinho, e outros colaboradores da instituição, e empresários beneficiados de algum modo, pedindo a devolução do valor desviado aos cofres públicos (Câmara dos Deputados, 2019).

Nas publicações, a parlamentar questiona os empréstimos feitos pelo banco a países que apresentam alto risco, como apontado na publicação do dia 25 de abril:

Venezuela e Cuba tem R\$ 2,3 bilhões em atrasos com o BNDES. Como foi feita a análise de risco? Por que o BNDES, sendo um banco público, emprestou tanto dinheiro a países com alto risco de inadimplência? Esse é o nosso trabalho na #CPIdoBNDES". Em 3 de julho do mesmo ano, Paula Belmonte publica: "R\$ 500 bilhões foram desviados! Palocci mencionou dois ex-presidentes, Lula e Dilma. Também falou sobre o esquema que mandou dinheiro do povo brasileiro para financiar candidaturas presidenciais em outros países (Belmonte, 2019).

Interessante destacar que há uma associação constante, na fala da deputada, entre governos do PT e países considerados comunistas, como Cuba e Venezuela. No entanto, essa é apenas uma forma de enquadramento da realidade e tentativa de associar o PT aos referidos países, como se o Brasil financiasse os próprios governos. O BNDES também teve transações com outros países como Argentina, República Dominicana, Angola e Equador, por exemplo. Ainda, conforme esclarecimentos do próprio banco, não há envio de dinheiro para países, mas sim, financiamento para a exportação de bens e serviços brasileiros.

Nessas operações, assim como em todas as outras que o Banco realiza, o BNDES desembolsa os recursos exclusivamente no Brasil, em reais, para a empresa brasileira, à medida que as exportações vão sendo realizadas. Portanto, quem recebe o dinheiro é a empresa brasileira que vende para fora e não o país. Mas quem fica com a dívida é o país estrangeiro, porque ele é o responsável por fazer o pagamento, que deve ser feito com juros, em dólar ou euro.

O financiamento do BNDES não cobre, por exemplo, bens adquiridos no exterior ou gastos com mão de obra de trabalhadores locais. Ele cobre exclusivamente os bens e serviços de origem brasileira utilizados na obra. (BNDES, [ca. 2023])

Essa associação entre PT, corrupção e governos de esquerda foram discursos também explorados pelos apoiadores do governo Bolsonaro. Discurso esse que alimentou os movimentos antipetistas e antilulistas e auxiliou na própria eleição de Bolsonaro em 2018 (Santos, 2020). A parlamentar ainda associou constantemente as condições econômicas

brasileiras às ações de desvios de verba pública ou à economia possível com a aprovação da reforma da previdência, como na publicação de 15 de julho: “R\$ 500 bilhões! Esse valor corresponde à metade do que se pretende economizar com a reforma da Previdência, em 10 anos. É o total dos empréstimos que estão no alvo da #CPIdoBNDES” (Belmonte, 2019). Belmonte ainda aponta que a instituição serviu a interesses particulares ao longo dos anos, como se a culpa fosse exclusivamente dos governos Lula e Dilma. Essa narrativa é a mesma associada aos esquemas conhecidos como Mensalão, divulgados em 2005. Esquemas esses explorados incansavelmente pela mídia brasileira foram responsáveis pela associação entre corrupção e governos petistas, por meio do pânico moral, uma espécie de ameaça à ordem social (Barros; Lemos, 2018). “Em suma, os pânicos morais são estruturados por certos tipos de política simbólica, ancorados em valores e visões de mundo que se pretende conservar ou mudar. Dessa forma, expressam lutas de poder entre grupos sociais, valores e normas.” (Barros; Lemos, 2018, p. 294). Os autores ainda apontam que, no caso do Mensalão, a imprensa lançou mão de estratégias para buscar legitimidade e pressionar a opinião pública e o próprio STF, atuando como ator moral na defesa do combate aos casos de corrupção.

Inclusive, o termo “Petrolão”, usado pelos veículos de imprensa, é uma tentativa de associação entre a Operação Lava Jato e o esquema conhecido como “Mensalão”, “reforçando a sua posição de que o PT é o principal responsável pela corrupção dentro da Petrobras, uma vez que o mensalão teve o PT como principal partido envolvido, e suas investigações levaram a consequências, como a prisão de vários líderes do partido” (Gomes; Medeiros, 2019, p. 467).

A classe 3 “Defesa das crianças” aparece em 19,5% das ocorrências, sendo a quarta categoria mais acionada. Nessa categoria, Belmonte aciona temas importantes como o combate à exploração sexual infantil e ao trabalho infantil, a segurança das crianças, saúde, pedofilia e as ações da Frente Parlamentar da Primeira Infância, na qual atuou com vice-presidente. Em 14 de fevereiro de 2019, a parlamentar publica:

Minha estreia na Frente Parlamentar da Primeira Infância foi muito importante e iremos trabalhar para conscientizar os parlamentares da necessidade de cuidar das nossas crianças. #PaulaBelmonte #FrenteParlamentar #PrimeiraInfância #Criança #CamaradosDeputados” (Belmonte, 2019).

Em 12 de junho do mesmo ano, a deputada escreve:

Como vice-presidente da Frente Parlamentar da Primeira Infância, tenho buscado soluções para garantir às crianças o que lhes é de direito, como educação de qualidade, merenda escolar nutritiva, segurança e saúde #BrasilSemTrabalhoInfantil (Belmonte, 2019).

No mesmo dia, Belmonte posta: *“O combate à exploração do trabalho infantil requer uma força tarefa que deve envolver o governo e a sociedade. Caso presencie alguma situação de exploração do trabalho infantil, procure imediatamente o Conselho Tutelar ou #Disque100. #BrasilSemTrabalhoInfantil (Belmonte, 2019).*

A publicação não só representa uma de suas principais bandeiras, como também convida os seguidores e usuários do *Twitter* a denunciarem situações de violência e exploração infantil, presente em outras publicações.

Aqui, nota-se a importância da defesa de crianças e adolescentes, ainda vulneráveis nas relações público e privado (Miguel; Biroli, 2014), no entanto, a atuação da parlamentar em defesa das crianças, reforça o pensamento maternal (Miguel; Biroli, 2014), e os valores associados, em uma sociedade em que predomina a dominação masculina, à mulher-mãe, sendo uma parlamentar que assume essa persona (Panke, 2021).

Por fim, tem-se a categoria “Economia” (classe 5), com 14,9%. Nessa categoria, Paula Belmonte expõe sua preocupação com o dinheiro público, geração de emprego e sua atuação no fortalecimento do empreendedorismo brasileiro. O tema economia está alinhado à própria formação e trajetória de Belmonte, uma vez que ela se formou em Administração e atua como empresária, sendo membro da direção de empresas do Distrito Federal, conforme biografia disponível no portal da Câmara (Câmara dos Deputados, [2023?o]).

Em 26 de maio de 2019, ela posta: *“Muito grata pela credibilidade! Vamos trabalhar juntos para que haja mais responsabilidade com o dinheiro público. #OMandatoéNosso” (Belmonte, 2019).* No ponto de vista da deputada, responsabilidade com o dinheiro público também é uma forma de fortalecimento da economia do país.

Em 6 de maio, ela escreve sobre a defesa do empreendedorismo: *“Fico feliz em ler opinião de um grande veículo de comunicação, como o @Estadao, reconhecendo esta boa ação, independente de ideologia. O empreendedorismo é a chave para geração de empregos. Ações que ajudem na geração de empregos merecem sim, os parabéns” (Belmonte, 2019).* É

interessante perceber que a parlamentar utiliza-se notícias da mídia tradicional para reforçar sua ideia. No mesmo dia, ela escreve: “*A MP 881 estimula o empreendedorismo e é favorável a pequenos negócios e startups com grande possibilidade de crescimento. Além disso, a medida provisória assinada por @jairbolsonaro reduz a burocracia e melhora a imagem do Brasil perante investidores nacionais e internacionais*” (Belmonte, 2019). A Medida Provisória n. 881 tornou-se lei (Lei 13.874) em 20 de setembro de 2019 e estabelece garantias para o livre mercado, desburocratizando processos para empresas e empreendedores, flexibilizando regras trabalhistas (Agência Senado, 2019).

Em 13 de junho de 2019, a parlamentar publica: “*Medidas que incentivem o empreendedorismo terão sempre o meu apoio. O Brasil precisa de empregos!*” (Belmonte, 2019). Nessa perspectiva nota-se que a parlamentar defende o empreendedorismo como forma de redução do desemprego. No Brasil, de acordo com o IBGE (Pavan, 2022), menos de 40% dos trabalhadores possuem carteira assinada e trabalham em regime CLT. Esses são dados de 2020, as publicações analisadas são do período anterior à pandemia, responsável pelo aumento da taxa de desemprego, em especial das mulheres.

Remedio e Doná (2018) apontam que o processo de flexibilização está presente desde os anos 1970, em países capitalistas industrializados, e, em países marcados pelo capitalismo recente, se faz por meio da informalidade e do desrespeito ao Direito Trabalhista. Para os autores, a terceirização e a informalidade ganham destaque nesse processo. No Brasil, a lei 13.467 de 2017, conhecida como Reforma Trabalhista, traz a flexibilização aplicadas ao contrato de trabalho, responsável por romper com a ordem tradicional. Ao lado da flexibilização, cresce a “pejotização”, com empresas contratando trabalhadores em forma de pessoa jurídica, reduzindo os encargos trabalhistas com as contratações, descaracterizando o vínculo empregatício. “A crescente utilização da pejotização tem sido considerada por parte expressiva da jurisprudência brasileira como meio de fraudar e precarizar as relações empregatícias e, em razão disso, são duramente combatidas pelos Tribunais Trabalhistas do país” (Remedio; Doná, 2018, p. 71). A defesa do empreendedorismo da forma que é trazida nas mensagens de Belmonte se alinha ao partido de centro-direito a que está filiada, conforme os posicionamentos presentes no site do próprio partido, o qual defende a reforma trabalhista como forma de responder às novas formas de trabalho e prestação de serviços (Cidadania 23, [ca. 2019]).

Assim, as classes indicadas pelo software, ao ler o banco de dados, demonstram que há uma certa coerência nas mensagens publicadas por Paula Belmonte no *Twitter*. Há uma aproximação entre as classes 4 e 3, as quais trazem os discursos sobre educação e defesa das crianças e adolescentes, o que reforça o estereótipo de gênero, no qual a presença feminina na política se relaciona ao pensamento da mulher-mãe. Em seguida, a categoria mais próxima é a 5, em que se discutem questões econômicas, seguida da 2 relativa à prestação de contas sobre o mandato. A classe 1, relaciona-se ao trabalho e discussões da parlamentar na CPI do BNDES, sendo a categoria que mais se afasta das demais, mas que ainda assim apresenta-se coerente com as bandeiras defendidas pela parlamentar e o partido ao qual está filiada.

Quanto ao tema “Mulher”, Paula Belmonte não possui uma categoria exclusiva e em poucos momentos se posiciona quanto ao tema de forma direta, no período coletado. Em março, mês dedicado à mulher, é possível verificar publicações que abordam o tema de forma mais enfática. No dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, ela escreve:

Sociedades em que as mulheres são respeitadas avançam! Podemos melhorar a vida de todas, principalmente das mais carentes. É um compromisso que a educação esteja ao alcance das meninas. Contem comigo. Parabéns! #DiaInternacionalDaMulher #DiaDaMulher #8deMarço (Belmonte, 2019).

Já no dia 26, ela escreve:

Vai ao plenário o nosso projeto para garantir às mães que tiveram partos prematuros a prorrogação da licença em até 30 dias para dedicar-se à recuperação da criança. Assim, o prazo só começa a contar a partir da alta médica. Veja no @Metropoles: <https://t.co/wXXraPua5m> (Belmonte, 2019).

Em 2 de julho, do mesmo ano, ela tuita: “*O parto ideal é aquele que é bom tanto para a mãe quanto para a criança. Violência obstétrica é chegar ao hospital e uma mãe, em trabalho de parto, estar acomodada em uma cadeira. Ou pior, sendo mal tratada pelos profissionais de saúde*” (Belmonte, 2019). E 27 de junho: “*Estamos ao vivo debatendo sobre novas tecnologias que ajudam a combater a violência contra a mulher e família. Assista!*” (Belmonte, 2019).

Paula Belmonte não traz discursos alinhados às pautas femininas e, menos ainda, feministas. Não utiliza um olhar interseccional, recorrendo à ideia universal do “ser mulher”,

sem especificar as distintas camadas de opressão. Ou, quando aborda os direitos em defesa das mulheres, o associa à mulher mãe. Bandeiras importantes nessa associação são a luta contra a violência obstétrica e pela licença maternidade. Nesse sentido, destaca-se que, mesmo a deputada sendo mulher, ela não defende ou se posiciona como representante das mulheres.

Vale destacar que Paula Belmonte denunciou violência política de gênero sofrida por ela, em 31 de maio, no *tweet*: “*Fui ofendida e desrespeitada como mulher e parlamentar, em público, pelo governador Ibaneis Rocha. A todo instante, surgem versões absurdas para um único fato: Ibaneis não tem preparo para o cargo que ocupa. E já demonstrou em outras oportunidades*” (Belmonte, 2019). Isso se deu devido a uma cerimônia do governo do DF, no mesmo dia da publicação, em que Paula Belmonte não tinha assento junto às autoridades presentes e cobrou a primeira-dama do DF, Mayara Noronha. O governador Ibaneis Rocha (MDB) respondeu ao ocorrido ainda na solenidade:

Ela chegou atrasada e, diante da situação de não ser atendida, ameaçou ir para a oposição. Eu disse a ela que não ia aceitar meninices de uma dondoca. E não vou mesmo, isso é ridículo, até porque citei três vezes o nome dos parlamentares presentes, inclusive o dela (Tahan; Barbieri, 2019).

Ibaneis usa termos pejorativos associados ao gênero feminino para atacar à Belmonte (“meninice” e “dondoca”). Um referindo-se ao ato como infantilidade e o outro referindo-se a uma vida “fútil” ou ociosa, atitude sexista e misógina do governador. Nota-se aqui o gênero direcionando a narrativa simbólica sobre a presença das mulheres na política, algo que também aconteceu com a presidenta Dilma Rousseff, em diferentes momentos (Dantas, 2019).

6.4.8 Magda Mofatto (PR/GO)

A deputada federal Magda Mofatto (Figura 28) foi reeleita em 2022 para seu quarto mandato na Câmara Federal. Mofatto era filiada ao PR desde 2013 e, em 2019, filiou-se ao PL, sendo parte dos parlamentares que apoiaram o governo de Jair Bolsonaro. Em 2018, ano de sua terceira eleição para a Câmara, Mofatto foi considerada a deputada federal mais rica (Goés, 2018).

Figura 28 - Foto Magda Mofatto (PR/GO)



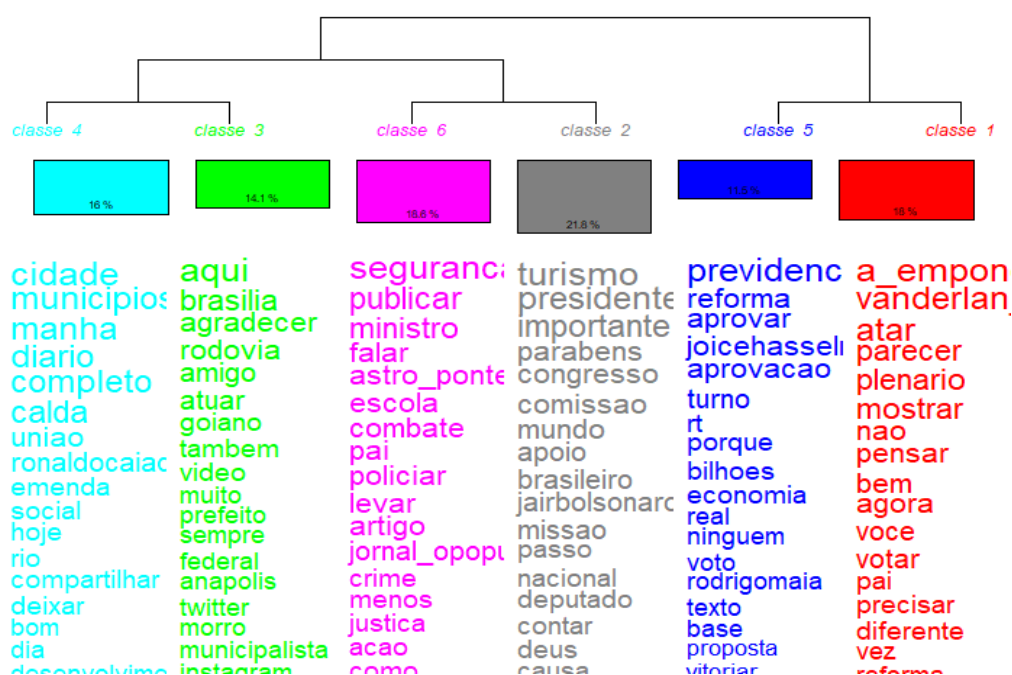
Fonte: Câmara dos Deputados (2019).

No período em questão, a parlamentar postou 253 vezes em seu *Twitter*, entre *tweets* e retuites, uma média de 1,4 publicações ao dia. Nos retuites, a deputada priorizou aliados políticos, como o ex-presidente Bolsonaro, o ex-ministro da Justiça, Sérgio Moro; além de veículos de imprensa que trouxessem notícias sobre o mandato dela ou temas de seu interesse. A parlamentar, ainda, lançou mão do uso de *hashtags* em parte das publicações, sendo elas relacionadas aos temas tratados, como: #TBT, *hashtag* comum nas redes sociais *online* utilizada para publicação de memórias nas quintas-feiras – *Throwback Thursday*, traduzido como quinta-feira do retorno ou de volta à quinta-feira –; #SegovInforma, a qual significa Secretaria de Estado de Governo, para tratar de informações oficiais; #confie, #vaidartudocerto #fé #trabalho, para tratar sobre os feitos do mandato; #NovaPrevidência, #Reformade1Trilhão e #ReforemaDaPrevidência, para tratar da Reforma da Previdência, debatida no primeiro semestre de 2019; #DesarmamentoFail, uma referência à temática do

Como termos mais recorrentes, têm-se: RT, não, Brasil, Jair Bolsonaro, Goiás, Reforma da Previdência, Presidente, Previdência, deputado, parabéns, ministro, reforma, entre outros. Os termos apontam para o discurso da deputada sempre alinhado ao governo Bolsonaro, o que inclui suas propostas e posições, como foi o caso da Reforma da Previdência, um dos temas que mais aparecem nas publicações.

Ao passar o banco de dados pelo *Iramuteq*, as categorias analíticas construídas se apresentaram em seis *clusters*, indicados no dendrograma (Figura 30) a seguir:

Figura 30 - Análise gerada pelo programa Iramuteq – Dep. Federal Magda Mofatto



Fonte: *Iramuteq*, 2023.

A partir do dendrograma gerado, foi possível construir o seguinte quadro (Quadro 15), com os termos significativos por classes, a porcentagem de ocorrências e o nome concedido às categorias.

Quadro 14 - Nomeação das categorias por termos - perfil da Dep. Federal Magda Mofatto

	Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5	Classe 6
Termos com χ^2 de	a-empoderada	Turismo, presidente,	Aqui, Brasília,	Cidade, municípios,	Reforma da Previdência	Segurança, publicar,

Pearson (termos significativos por classes)	, Vanderlan_ VC, parecer, plenário, mostrar, não, pensar, bem, agora, você, votar, pai, precisar, diferente etc.	importante, parabéns, congresso, comissão, mundo, apoio, brasileiro, Jair Bolsonaro, missão, passo, nacional, deputado, contar, deus etc.	agradecer, rodovia, amigo, atuar, goiano, também, vídeo, muito, prefeito, sempre, federal, Anápolis, <i>Twitter</i> , morro, municipalista etc.	diário, completo, Caldas Novas, União, emenda, social, hoje, compartilhar, bom dia etc.	, aprovar, Joice Hasselman, aprovação, turno, RT, porque, bilhões, economia, real, ninguém, voto, Rodrigo Maia, texto base, etc.	ministro, falar, astropontes, escola, combate, pai, polícia, levar, artigo, crime, menos, justiça, ação etc.
% de ocorrência	18%	21,8%	14,1%	16%	11,5%	18,6%
Nome concedido às categorias	<i>Accountability</i>	Apoio ao Governo Bolsonaro	Goiás	Mandato Municipalista	Reforma da Previdência	Bandeiras do mandato

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A categoria mais acionada nas publicações é a classe 2, intitulada “Apoio ao Governo Bolsonaro” (21,8%). Mofatto coloca-se como parte da base do governo, alinhada aos valores e propostas, bem como apontando como o governo é parceiro das políticas públicas voltadas para o estado de Goiás.

Em 13 de fevereiro de 2019, pouco tempo após a posse do executivo e legislativo, a parlamentar escreve em seu perfil no *Twitter*: “*Estamos vendo uma mudança substancial na política externa brasileira perante o mundo 🇺🇸🇧🇷 durante o mandato do presidente Jair Messias Bolsonaro. Pela primeira vez na história, um general brasileiro BR será COMANDANTE no exército americano US*” (Mofatto, 2019). Nota-se que há uma tentativa de aproximação entre Estados Unidos e Brasil, algo sempre buscado por Bolsonaro. Em outros momentos, a deputada compara as leis estadunidenses com as brasileiras, em especial no que tange à segurança pública e ao tratamento das pessoas encarceradas. Como exemplo, tem-se o retuite da conta do deputado federal Sargento Fahur (@SargentoFAHUR), filiado ao PSD do Paraná, do dia 18 de julho do mesmo ano: “*Prisão perpétua em cadeia americana*

para o traficante mexicano El Chapo. Saidinha do dia das mães? Não. Saidinha de natal? Não. Progressãozinha de pena? Não. Lá tem lei. Não é essa putaria que temos aqui no Brasil. Apodreça em cana, maldito” (Mofatto, 2019). O endurecimento das leis, inclusive, foi proposto pelo Pacote Anticrime do ex-ministro da Justiça, Sérgio Moro.

Entre as políticas públicas está o fortalecimento do turismo na região, como é possível notar na publicação do dia 16 de abril de 2019: “*Feliz 🥰! Aprovado agora, em bloco 📄 meu requerimento número 35/2019, que leva para GOIÁS, nos dias 8 e 10 de maio, a Comissão de Turismo. O tema é o Congresso Nacional de Hotéis, o CONATEL. É GOIÁS inserido no Turismo nacional e internacional*” (Mofatto, 2019). Essa é, inclusive, uma das bandeiras que a deputada carrega em seus mandatos: a valorização do turismo no estado que a elegeu.

Em 19 de julho, Mofatto (2019) posta parabenizando as ações do governo Bolsonaro: “*Gasolina 🛢️ 🚗 mais barata 2.1%. E o diesel 🚛 🚚 2.2% em redução. Esse é meu presidente @jairbolsonaro. Colocando a casa 🏠 BR em ordem. Conte com meu apoio no Congresso, presidente!*”. Em outros momentos, ela compartilha mensagens do filho de Bolsonaro, Carlos Bolsonaro, valorizando as ações do pai no pouco tempo de mandato. Magda Mofatto sempre constrói uma visão positiva frente ao governo.

Em segundo, aparece a classe 6, “Bandeiras do mandato”, presente em 18,6% dos *tweets*. Nela, a parlamentar discorre principalmente sobre segurança pública e desenvolvimento da ciência e tecnologia. Quanto à segurança pública, novamente, Mofatto posiciona-se alinhada ao governo Bolsonaro e afirma a importância do porte de armas. Nesse momento, a tema “mulher” aparece nas publicações, sendo que a deputada defende o porte de armas como forma de maior segurança para as mulheres, não discorrendo sobre a estrutura de dominação masculina ou problematizando a temática da violência contra a mulher. Como exemplo tem-se o *tweet* de 26 de março de 2019: “*Quando alguém me diz que armas não salvam as mulheres da violência, eu mostro esse vídeo. Esse que desce do carro ia fazer o que com ela? Assaltar? Espancar? Estuprar? O resultado foi a vítima intacta e o agressor morto*” (Mofatto, 2019). No dia 20 do mesmo mês, ela escreve: “*Com o Ministro da Justiça, Dr @Sergio_MoroBR, com mulheres na frente de segurança pública. Força feminina para mudar o Brasil BR!*” (Mofatto, 2019). Na mesma perspectiva, ela reforça que o estatuto do desarmamento, proposto pelo governo Lula em 2003, falhou: “*Isso né no Brasil não, né?*”


Aqui tem Estatuto do Desarmamento, ninguém compra arma de fogo não, todo mundo respeita. Quer dizer, não, péra... #DesarmamentoFail” (Mofatto, 2019), retuitado da conta jornalista Aulus Rincon Godinho (@AulusRincon), em 12 de julho daquele ano.

O posicionamento e discurso da deputada é contraditório com a realidade, tendo em vista que as mulheres e os grupos minorizados são as maiores vítimas de situações de violência no país. Ao adotar medidas de liberação de porte de armas, que são utilizadas em sua grande maioria por homens héteros e brancos, o governo brasileiro está atendendo aos anseios da Bancada da Bala. Tem-se, portanto, um estímulo para que segmentos vulneráveis – mulheres, negros, comunidade LGBTQIAPN+, indígenas – tornem-se ainda mais suscetíveis a de sofrerem violência. Isso é justamente o contrário do discurso da deputada que acredita que as mulheres ficam mais seguras com a liberação do porte e uso de armas.

Quanto à ciência e tecnologia, Mofatto apresenta um diálogo com a conta do *Twitter* do ex-ministro da pasta, Marcos Pontes (@astro_pontes). Em dados momentos, a deputada apresenta a relação entre Brasil e Estados Unidos a partir da citação da NASA. Como no *tweet* de 16 de julho: “*Quero solicitar ao presidente @jairbolsonaro e ao ministro da ciência e tecnologia @Astro_Pontes que propague o grande feito dos estudantes goianos: primeiro lugar 🏆 mundial no concurso promovido pela NASA us. Orgulho para o Brasil BR e para Goiás*” (Mofatto, 2019). Nesse momento, Mofatto aproveita do capital simbólico representado pelo primeiro astronauta brasileiro a ir para o espaço. Ao acioná-lo como ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, há uma tentativa de demonstrar que o governo se preocupa com pessoas experientes e com capacidades técnicas para ocupar o cargo. No entanto, esta é uma das contradições do governo Bolsonaro, já que, em diferentes momentos, o ex-presidente adota um discurso anticiência, como no caso da pandemia da COVID-19, e em outros movimentos, os quais atingiram outras áreas, como a economia.

Esta abordagem da equipe econômica atual é comum a outros aspectos das políticas propostas pelo governo Bolsonaro, e se associa a um movimento que tomou força em diversas partes do mundo – mais predominantemente nos Estados Unidos: o Terraplanismo. Mais do que a crença na Terra plana, é alçar uma ‘opinião’ de um grupo à categoria de ‘verdade’ universal, selada e sacramentada – mesmo que as premissas tenham sido disputadas anteriormente ou só se aplique a casos extraordinários. Por ser ‘verdade universal’, ela é superior a qualquer hipótese, e não pode ser questionada por qualquer outra visão de mundo (Alves Junior; Lima; Studart, 2019, p. 192).

A terceira categoria mais frequente é “*Accountability*” (classe 1), com 18%. Nessa categoria, Mofatto apresenta sua atuação no plenário. A exemplo tem-se um *retuíte* do dia 12 de julho, em que a parlamentar fala sobre sua presença em uma sessão sobre a Reforma da Previdência na Câmara. Nele, a deputada repostou um texto da também deputada federal, Joice Hasselmann (@joicehasselmann): “*Agora são 23h52min e estamos aqui firmes e fortes lutando pela #NovaPrevidência. Organização de bancadas, convencimento de deputados, debate e votos naquilo que é o correto. Não vamos desistir de reconstruir o Brasil que o PT destruiu*” (Mofatto, 2019). Além de apresentar sua atuação, Mofatto aproveita para criticar os governos do PT, algo comum entre os apoiadores do então presidente Jair Bolsonaro.

Outro exemplo interessante nessa categoria é a presença do tema “mulher”, em uma das publicações, na qual a deputada defende uma maior presença feminina na política. Em 2 de abril de 2019, Magda Mofatto (2019) escreve: “*Um debate importante que estou travando no congresso, com a aliança da deputada federal @TerezaNelma, é o aumento da participação feminina na política. Esse mapa  mostra que o Brasil BR ainda exclui as mulheres dos cargos eletivos. Precisa-se de igualdade*”. Esse é um dos poucos momentos, ao longo do período coletado, em que a parlamentar cita as problemáticas envolvendo as mulheres. Aqui, o destaque é para a baixa presença feminina na política. Mesmo 2018 sendo, até aquele momento, um marco na eleição feminina para a Câmara dos Deputados Federal, ainda assim o número de mulheres eleitas está muito abaixo de representar a população feminina brasileira.

Em quarto lugar, aparece a classe 4, intitulada como “Mandato municipalista” (16%). Nessa classe, Mofatto apresenta seus esforços em prol de políticas públicas descentralizadas, as quais beneficiam os municípios e o estado de Goiás, o qual representa. Em 31 de julho de 2019, ela retuita da conta do senador Vanderlan Cardoso (@Vanderlan_VC):

Apresentamos uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC – 105/2019) aumentando para 30% o repasse do IR e IPI da União para os Municípios. Fui prefeito, sou municipalista, sei que os problemas estão todos concentrados nos Municípios enquanto a arrecadação fica quase toda na União (Mofatto, 2019).



Vanderlan Cardoso é senador pelo estado de Goiás, eleito em 2018, pelo PSD. Essa é uma das figuras públicas que Mofatto aciona quando se trata de Goiás e as propostas voltadas para o estado.

Em 10 de julho de 2019, a deputada retuita da conta do ex-presidente Bolsonaro (@jairbolsonaro): “*A Emenda Constitucional 86/2015 tornou as emendas parlamentares individuais impositivas, portanto independe da vontade do Presidente a sua liberação. Outros recursos previstos no orçamento, havendo disponibilidade, também são liberados para obras em estados ou municípios*” (Mofatto, 2019). A Emenda Constitucional 86 de 17 de março de 2015 (Brasil, 2015b) dispõe sobre a programação orçamentária. Para Sarah Martins ([ca. 2020]), essa é uma ferramenta que funciona de “maneira brasileira”, apresentando seus pontos críticos.

Explico, ao invés de deixar claro que o orçamento é uma lei e, como tal, deve ser cumprida pelo Poder Executivo, acabou obrigando apenas o cumprimento das emendas parlamentares, que estão vinculadas aos interesses eleitorais desses parlamentares, assim como previu a vinculação de recursos da União para os programas e ações de saúde (Martins, [ca. 2020]).

Reafirmando sua postura municipalista, Mofatto (2019) escreve em 3 de abril do mesmo ano: “*Sou municipalista e recebo pessoalmente todos os prefeitos e vereadores goianos. Hoje em Brasília, no gabinete da Câmara dos Deputados, recebi o prefeito de Davinópolis, o jovem Diogo Rosa. Davinópolis, conte comigo para defender o município aqui em Brasília*”.

Em quinto lugar está a classe 3, “Goiás”, presente em 14,1% das publicações. Próxima à classe anterior, essa aborda especificamente os temas que tangenciam a sua atuação pelo estado de forma mais ampla. A deputada apresenta o que fez pelo estado, bem como sua atuação junto aos prefeitos e demais políticos goianos. Em 19 de fevereiro de 2019, ela tuita:

Viabilizado e empenhado recursos para as rodovias goianas. Com o meu próprio celular  fiz foto do mapa  com os investimentos em Goiás e o divulgo em primeira mão para vocês, aqui nas redes sociais”. Logo em seguida, Mofatto escreve: “*Também estamos, toda a bancada federal goiana, tratando sobre a importantíssima ferrovia Norte-Sul. Sigo aqui em*

Brasília cuidando dos interesses do povo de Goiás. A reunião é no Ministério da Infraestrutura (Mofatto, 2019)

Por fim, aparece a classe 5, “Reforma da Previdência” (11,5%). A deputada mostra-se alinhada à proposta de Reforma da Previdência encabeçada pelo ex-ministro da Economia, Paulo Guedes. A justificativa para a aprovação, conforme a deputada, é justamente a possibilidade da reforma auxiliar na reconstrução econômica do Brasil, abaixar o valor do dólar em relação ao real, além de ser uma forma ainda de igualar as condições de empregadores e empregados. Mofatto escreve que a Reforma da Previdência é o primeiro passo e o seguinte seria a Reforma Tributária. Sempre que possível, a deputada usa o tema para atacar os governos do PT, trazendo a relação corrupção e problemas na economia.

Em 05 de julho, ela escreve: *“Muitos me perguntam como ficou a nova Previdência. Ainda vai para a votação no Plenário. Sobre o texto em si, acredito que é uma questão de justiça. Equipara categorias, padrões e empregados, diferentes classes sociais”* (Mofatto, 2019). Em 11 de julho ela retuita da conta do então deputado goiano, Fábio Sousa (PL): *“Há vários motivos para se defender a aprovação da Reforma da Previdência. Há poucas controvérsias. Então vou dar um único motivo, que talvez seja o mais importante: Se não aprovar, o Brasil não aguenta mais 2 anos sem entrar em um colapso abismal econômico”* (Mofatto, 2019).

Em alguns momentos, a deputada critica a diferença de aposentadoria para certas categorias, como forma de também criticar os sindicatos. No entanto, certas parcelas da população têm a defesa da deputada, como aponta no *tweet* de 12 de julho do mesmo ano: *“São 23h e estou no Plenário votando os destaques da #ReformaDe1Trilhão. Ela é necessária, mas não pode desamparar os mais necessitados, como os órfãos, as viúvas e os portadores de necessidades especiais. Essa é minha meta. Obrigada a todos que mandaram mensagem de apoio”* (Mofatto, 2019). Nesse momento, nota-se uma preocupação que tangencia o tema “mulher” ao trazer a defesa das viúvas. Conforme Lima (2017), apesar de não haver recorte de gênero, as consequências da reforma no que tange à pensão por morte, tende a afetar as mulheres mais velhas, destacando que as mulheres terão de lidar, além do luto, com o empobrecimento. A reforma, de um modo geral, apresenta impacto para as mulheres, para além das viúvas.

No tópico ‘da igualdade de gênero’, a exposição de motivos da PEC da Reforma da Previdência apresenta uma série de argumentos rasos e desfundamentados para igualar os requisitos de idade e tempo de contribuição entre brasileiros e brasileiras. Ora, considerar justa a equiparação, por supostamente tratar da mesma forma todos os trabalhadores e trabalhadoras, significa, de fato, ignorar todas as desigualdades de gênero existentes no mercado de trabalho. E ao não reputá-las, ampliam-se as desigualdades no momento da aposentadoria (Lima, 2017, p. 40).

As categorias relacionam-se, conforme apontado pelo dendrograma (Figura 30), da seguinte forma: as classes 4 (“Mandato municipalista”) tem proximidade com a classe 3 (“Goiás”), uma vez que ambas trazem mensagens a partir das propostas e realizações da deputada frente ao estado que a elegeu. Na sequência aparecem as classes 6 (“Bandeiras do mandato”) e 2 (“Apoio ao Governo Bolsonaro”), as quais tratam de temas que convergem reafirmando que a deputada faz parte da base aliada de Bolsonaro. Por fim, alinham-se as classes 5 (“Reforma da Previdência”) e 1 (“*Accountability*”), sendo as categorias mais distantes das demais, mas que se alinham por ser uma forma da deputada prestar contas sobre o seu mandato e ações para os seguidores da rede social, em especial, no que toca o seu trabalho frente à aprovação da Reforma da Previdência.

Quanto à temática “Mulher”, Mofatto a aciona, em momentos específicos, como na Reforma da Previdência, ao apoiar as mulheres viúvas e a manutenção dos seus direitos e benefícios; com o incentivo à participação feminina em instâncias públicas, como na segurança pública e na política. No entanto, não aborda temas que discutam a intersecção raça, classe e gênero, seguindo o discurso conservador, sem trazer temas considerados tabus por essa parcela da população, como aborto, perspectiva da comunidade LGBTQIAPN+, entre outras questões que envolvem as diferentes mulheres brasileiras.

A deputada apresenta-se conservadora em suas redes sociais, como mostra a figura (Figura 31) a seguir, na qual ela apresenta suas principais bandeiras, dentre elas, a família tradicional, legalização do aborto e mostra-se contra a “ideologia de gênero”, termo que remete à neolinguagem (Varela, 2019) e distorce o conceito de gênero, o qual apresenta a relação desigual entre os gêneros. Todas são bandeiras da bancada conservadora.

Figura 31 - Publicação do Instagram de Magda Mofatto em 2 de dezembro de 2021



Fonte: Perfil de Magda Mofatto no *instagram*, *print screen* (Mofatto, 2021).

Vale lembrar que a deputada foi favorável aos acampamentos estabelecidos em diversas localizações após as eleições de 2022, em apoio a Jair Bolsonaro, que não se reelegeu. Como pode ser observado em seus posicionamentos políticos, evidenciados em suas postagens no *Twitter*, que ela abraça a linha neoconservadora de Bolsonaro tanto em relação à perspectiva neoliberal de abertura da economia como na pauta de costumes, numa atuação que vai ao encontro da grande maioria dos homens congressistas. Nesse sentido, o fato de ser mulher não traz ganhos para as causas feministas. Ao contrário, reforça a dominação masculina conservadora que ataca em várias frentes as minorias. É a defesa da necropolítica em detrimento de uma política que vislumbre a interseccionalidade.

6.4.9 Aline Gurgel (PRB/AP)

A deputada federal Aline Gurgel (Figura 32), mais votada no estado do Amapá (Câmara do Deputados, 2022), no período coletado, postou 524 vezes, entre *tweets* e retuites, com boa parte das publicações marcadas pelo retuite de contas como ONU Mulheres, colegas de partido, Ministério Público do Amapá, entre outras contas oficiais.

Figura 32 - Foto Aline Gurgel (PRB/AP)



Fonte: Portal Câmara dos Deputados (2019).

Em publicações sobre assuntos específicos, nota-se a utilização de *hashtags* que auxiliam no ranqueamento na rede social (#TrabalhadorDoméstico), além do uso de específicas com o nome da deputada (#AlineNãoPara, #AlineGurgel e #DeputadaFederal). Dentre as *tags* têm-se as que são usadas, quando as temáticas são sobre as mulheres, como #mulheresrurais, #mulheresindígenas, #mulheresnegras, #LeiMariaDaPenha, #ViolênciaContraAMulherECrime, #Ligue180, #DiaDaMulherNegra, #TerezaDeBenguela, #ODS17, #mulhernapolítica, #SouNegraEqueroFalar, #DiaLaranja etc. Nota-se, até pelo uso das *hashtag,s* que esse é um dos assuntos mais tratados por Gurgel. Inclusive, a deputada utiliza #SouNegraEqueroFalar para se colocar enquanto mulher negra, mesmo tendo o tom de pele mais claro e o cabelo loiro e liso, nas imagens.

Como termos mais recorrentes, têm-se: RT, mulher, deputado, Amapá, projeto, bancada, presidente, Marcos Pereira. Brasil, projeto, violência, participar, saúde etc. Nota-se que boa parte das publicações de Gurgel consistem em retuítes (RT) de outras contas do *Twitter*, as quais corroboram com os pensamentos e valores da parlamentar, como, por exemplo, os retuítes da ONU Mulheres Brasil (@ONUMulheresBR), a qual tem as publicações compartilhadas constantemente pela parlamentar disseminando ideias que priorizam a igualdade de gênero e a luta antirracista. Como exemplo, tem-se o retuite de 26 de julho de 2019: “*Agir e enfrentar o racismo e incluir as mulheres negras são compromissos que a ONU Mulheres Brasil renova ao parabenizar as mais de 55 milhões de afrodescendentes neste #25DeJulho. #DiaDaMulherNegra #TerezaDeBenguela #ODS17 #Planeta5050*” (Gurgel, 2019). Nele, a deputada comemora o Dia da Mulher Negra e faz referência aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela ONU, em especial às ODS 5 e 10, “Igualdade de Gênero” e “Redução das Desigualdades”, respectivamente. Temática essa que se alinha ao termo “mulher” também recorrente nas publicações.

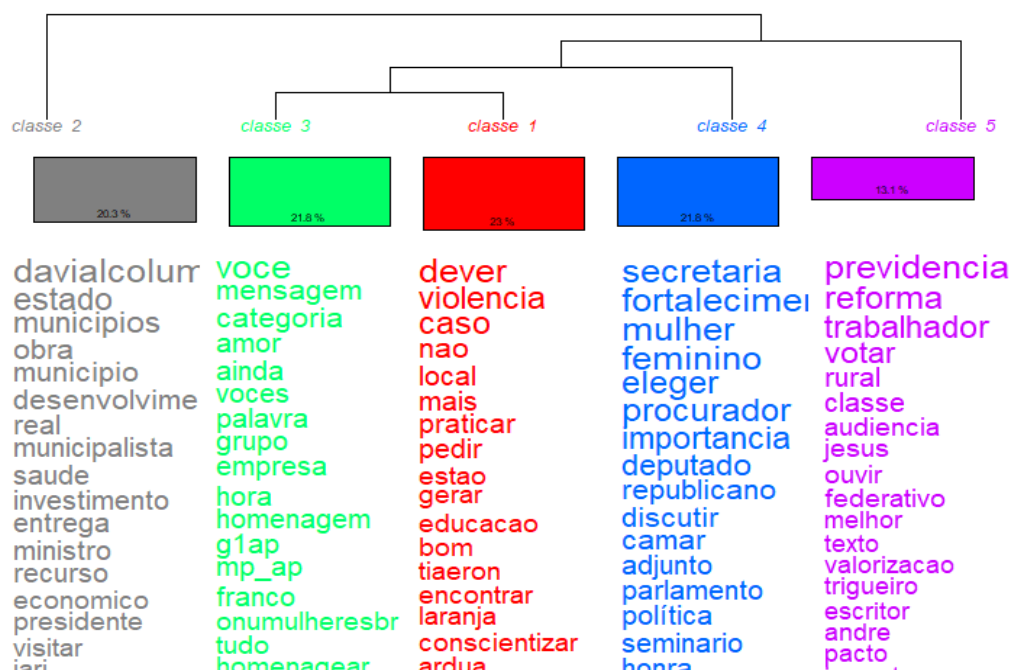
O tema “mulher” aparece em diferentes recortes: defesa e segurança da mulher contra a violência doméstica e feminicídio; participação feminina na política; luta pela igualdade de gênero; melhores condições de saúde; intersecção entre raça, gênero e classe, em especial no que tange às mulheres negras, indígenas, rurais e trabalhadoras; e defesa da infância. No caso da parlamentar, percebe-se contradições em seu alinhamento e filiação partidária com alguns posicionamentos assumidos. Ela é filiada a um partido de extrema-direita e está na Bancada Evangélica, em que os deputados e deputadas tendem a se alinhar a posturas hegemônicas que reforçam o machismo estrutural, o sexismo, que ganharam força, em especial, com a onda conservadora que veio à tona com Bolsonaro e o populismo digital (Cesarino, 2020; Fernandes *et al.*, 2021). No entanto, a parlamentar destoa em vários momentos da frente a política que está vinculada.

Outro nome comum é o do deputado federal Marcos Pereira. A deputada retuitou diversas publicações do então companheiro de partido, PRB, atualmente filiado ao Republicanos. Na época, o deputado era também vice-presidente da Câmara dos Deputados no biênio 2019-2021. Como no *repost* de 19 de junho do mesmo ano, do deputado

(@marcosPereira04): “Reunião com a bancada do PRB na Câmara dos Deputados. #marcosPereira1010 #prbnacamara #PRB10” (Gurgel, 2019). Deve-se fazer uma observação em relação ao PRB – atual Republicanos –, que é formado, de forma quase majoritária, por deputados e deputadas ligadas à Bancada Evangélica, situados no espectro da extrema-direita tanto na defesa do estado neoliberal e, principalmente, na contramão dos movimentos identitários e feministas. São defensores de bandeiras do próprio bolsonarismo, como “escola sem partido”, “ideologia de gênero”. Em determinados momentos, a parlamentar choca-se com o seu partido e a bancada evangélica, alinhando-se a posicionamentos de centro e de centro-esquerda.

Ao passar o banco de dados pelo *Iramuteq*, as categorias analíticas construídas apresentaram-se em cinco *clusters*, indicados no dendrograma (Figura 34) a seguir:

Figura 34 - Análise gerada pelo programa Iramuteq – Dep. Federal Aline Gurgel



Fonte: *Iramuteq*, 2023.

A partir do dendrograma gerado, foi possível construir o seguinte quadro (Quadro 16), com os termos significativos por classes, a porcentagem de ocorrências e o nome concedido às categorias.

Quadro 15 - Nomeação das categorias por termos - perfil da Dep. Federal Aline Gurgel

	Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5
Termos com χ^2 de Pearson (termos significativos por classes)	Dever, violência, caso, não, local, mais, praticar, pedir, estão, gerar, educação, bom, encontrar, Tia Eron, laranja, conscientizar, árdua etc.	Davi Alcolumbre, estado, municípios, obra, desenvolvimento, real, municipalista, saúde, investimento, entrega, recurso, econômico, presidente, visitar etc.	Você, mensagem, categoria, amor, ainda, vocês, palavra, grupo, empresa, hora, homenagem, G1 AP, MP AP, ONU Mulheres etc.	Secretaria, fortalecimento, mulher, feminino, eleger, procurador, importância, deputado, republicano, discutir, adjunto, parlamento, política, seminário etc.	Previdência, reforma, trabalhador, votar, rural, classe, audiência, Jesus, ouvir, federativo, melhor, texto, valorização, escritor, pacto, André Trigueiro etc.
% de ocorrência	23%	20,3%	21,8%	21,8%	13,1%
Nome concedido às categorias	Bandeiras do mandato	Bancada do Amapá	Contexto atual	Bancada feminina	Reforma da Previdência

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A categoria mais acionada nas publicações é a classe 1, intitulada “Bandeiras do mandato” (23%). Nela, Aline Gurgel traz discussões sobre as pautas de educação, saúde e combate à violência, em especial, violência contra a mulher. Em 17 de maio de 2019, Gurgel (2019) escreve sobre a educação: “*Os cortes precisam ser revistos, porque afetam a educação básica. São das nossas universidades que saem os professores, afetam pesquisas importantíssimas e também a boa qualidade do ensino dentro dessas universidades. Queremos uma revisão desses cortes, já!*”. A deputada refere-se aos cortes e congelamento nos gastos das universidades públicas pelo Ministério da Educação, sob comando de Abraham Weintraub. Em entrevista ao *O Estado de S. Paulo*, Weintraub justificou os cortes alegando que as universidades estiveram fazendo “balbúrdia”. A declaração gerou revolta e uma série de protestos. Aline Gurgel posiciona-se contra os cortes, em defesa da educação.

Nesse sentido, ela alinha-se a posicionamentos de centro e de centro-esquerda, destoando do seu partido e da frente evangélica.

Em 25 de abril, Gurgel (2019) retuita uma publicação da ONU Mulheres Brasil: “*#MulheresIndígenas precisam de atendimentos adequados nos serviços de atenção a mulheres em situação de violência. #OrangeDay Todo dia 25 é #DiaLaranja pelo fim da violência contra as mulheres*”.

No dia 25 de cada mês, Gurgel tuita com a hashtag *Orange Day* ou “Dia Laranja”, em manifestação pela visibilidade da luta contra a violência sofrida por mulheres e meninas (ONU Mulheres Brasil, 2017). Torna-se interessante destacar que a publicação fala sobre mulheres indígenas. O estado do Amapá possui mais de 10 mil indígenas e nove etnias (Amapá, 2019) e, aqui, Gurgel demonstra sua preocupação com as mulheres indígenas, fazendo um recorte interseccional de gênero e etnia. Santos e Machado (2019, p. 71) apontam que “[o] nascimento de organizações formais a partir da década de 1970 propiciou ampliar a visibilidade sobre o conjunto geral das demandas dos povos indígenas, forçando assim a conquista de direitos”. A criação de uma agenda em comum entre diferentes lideranças e povos afetou todos os povos indígenas do país, e isso trouxe mudanças. Momento importante no qual a deputada traz o local que representa, mas também dialoga com a eleição da primeira mulher indígena para a Câmara dos Deputados. Isso fica ainda mais notável no *tweet* de 22 de fevereiro do mesmo ano, por meio de uma repostagem da página de jornalismo independente, Mídia Ninja: “*Primeira deputada indígena da história, @JoeniaWapichana tem recolhido assinaturas de deputados e senadores com objetivo garantir um espaço no Congresso Nacional para debater as principais demandas indígenas*”. Aqui, novamente a parlamentar alinha-se com um discurso progressista e interseccional (Gurgel, 2019).

Em 2 de março do mesmo ano, Gurgel (2019) escreve: “*Também propomos uma visita ao Hospital Universitário para pedirmos ao ministro a conclusão das obras. A luta é ardua para que os amapaenses possam ter uma saúde digna e de qualidade*”. Seja a luta pela saúde e acolhimento do povo do Amapá, estado que representa, ou da mulher, se colocando como parlamentar que defende as mulheres, Gurgel tem a saúde como bandeira presente em seu discurso.

Dois categorias aparecem em segundo lugar com maior ocorrência nas publicações (ambas com 21,8%), sendo elas: “Contexto atual” (classe 3) e “Bancada Feminina” (classe

4). Em “Contexto atual”, Aline Gurgel escreve sobre datas comemorativas, compartilha mensagens sobre acontecimentos da atualidade (economia, ciência, tema mulheres etc.) e publica sobre o seu partido, PRB. No retuite de 09 de março de 2019, da conta Governo do Amapá, tem-se: “*Caroline Botelho é Policial Militar e foi o terceiro lugar no curso de Formação de Soldados 2018. Ela traz hoje uma mensagem cheia de representatividade, força e amor às mulheres de nossa terra. #DiaInternacionalDaMulher*” (Gurgel, 2019). Nessa categoria, a deputada fala ainda da importância de se doar sangue, sendo o Dia Mundial do Doador comemorado em 14 de junho:

Doar é um ato de amor. Seja solidário, doando sangue você pode ajudar a salvar 4 vidas. #AlineGurgel #DeputadaFederal #MulheresNaPolitica #MandatoEmAcao #MandatoMunicipalista #AlineTrabalha #AlineNaoPara #DiaMundialDoDoadorDeSangue” (Gurgel, 2019).

Nesta classe ainda aparecem retuites da ONU Mulheres Brasil, como em datas comemorativas como Dia da Mulher Afro-latinoamericana e Afro-caribenha, campanhas de erradicação dos casos de discriminação em empresas e prêmios. Como no retuite da ONU Mulheres Brasil, em 9 de março, sobre o Dia Internacional das Mulheres: “*Hoje, celebramos o poder e o potencial das mulheres e meninas como inovadoras. Queremos que elas se inspirem e inovem e influenciem todo o sistema de inovação*”, @phumzileunwomen, diretora executiva da @UN_Women #DiaDasMulheres #8M #IWD #IWD2019 #8M2019” (Gurgel, 2019). O que aponta um olhar atento para as mulheres em diferentes áreas.

Já em “Bancada Feminina”, a deputada aborda as posições tomadas em sua participação na Bancada Feminina e como 1ª procuradora adjunta da Mulher no biênio 2019-2020. Em 20 de março, ainda no mês dedicado à mulher, Gurgel (2019) publica:

Aproveitei para promover a criação da frente parlamentar em defesa da mulher advogada, criada a partir de solicitação encaminhada pela seccional OAB - AP. A reunião também contou com a presença de representantes da OAB Nacional, OAB DF e do presidente da OAB - AP @AurineyBrito (Gurgel, 2019).

Em 20 de março, ela reposta uma publicação da conta oficial da TV Câmara (@tvcamara): “*#8M | Na primeira semana de votações após do Dia Internacional da Mulher o Plenário vai apreciar alguns dos projetos considerados prioritários pela bancada feminina*”

na @camaradeputados. *Temas ligados a saúde, segurança e família.* 📱🚗👨👩👧” (Gurgel, 2019). Aqui, nota-se a associação da deputada entre mulher e família, algo que se aproxima da lógica cristã e do próprio governo Bolsonaro, ao incorporar o Ministério da Mulher ao da Família, o que explica o porquê de a deputada ter o tema mulher como bandeira, parte de sua atuação, mas também por não aprofundar em temas considerados tabus como aborto e sexualidade.

Ainda como parte da bancada, Gurgel aponta a importância da presença feminina na política, exposto por diversas vezes em suas publicações e *hashtags*. Como na publicação do dia 19 de março acerca da Virada Feminina, em Brasília. A Virada Feminina coloca-se como um instituto formado por um grupo suprapartidário que busca dar voz às mulheres⁶⁷. Além disso, apresenta votações que são relevantes para a bancada e para a Secretaria da Mulher. Como o *post* de 12 de abril: “*A Secretaria da Mulher é um dos mecanismos mais importantes para a representação feminina no parlamento. Uma de nossas propostas foi lançar a Procuradoria Itinerante, focando nos Estados com maior índice de violência contra a mulher*” (Gurgel, 2019).

A terceira categoria mais frequente é “Bancada do Amapá”, classe2, presente em 20,3% do banco de dados. Nessa categoria, a deputada expõe as ações feitas especialmente para o estado pelo qual foi eleita: Amapá. Em 12 de abril, ela retuita da conta do então governador do Amapá, Waldez Góes (@waldezoficial), filiado ao PDT, e atual ministro da Integração e Desenvolvimento Regional do governo Lula: “Amanhã, finalmente, o novo Aeroporto Internacional de Macapá será inaugurado. Me sinto feliz e entusiasmado com a entrega da nova estrutura aeroportuária para a população amapaense. É um momento histórico. Chegamos a um novo patamar de desenvolvimento”.

Um nome bastante recorrente nas publicações é de Davi Alcolumbre, presidente do Senado pelo Amapá na época, filiado ao Democratas, atual União Brasil. Isso, de certo modo, aponta para um alinhamento político, busca por capital no campo e um mandato que privilegie o estado que os elegeu, uma vez que os dois políticos representam o Amapá. Em 14 de fevereiro de 2019, ela publica:

⁶⁷ <https://www.instagram.com/viradafemininabg/>.

Na manhã de hoje estive com a bancada do Amapá, na residência oficial do presidente do Senado @davialcolumbre para definir as obras prioritárias para o desenvolvimento econômico e social do estado. Será apresentada uma Carta de Brasília assinada pela bancada federal (Gurgel, 2019).

No dia 22, do mesmo mês, escreve:

Bancada Federal reunida para tratar das prioridades para o Amapá! Juntamente com o Governador Waldez Góes e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, tratamos dos projetos para o desenvolvimento social e econômico do nosso estado. #JuntosPeloAmapá #DeputadaAlineGurgel (Gurgel, 2019).

Em 10 de abril de 2019, ela retuita da conta do senador (@davialcolumbre):

Aprovamos a Proposta de Emenda à Constituição (PEC)61/2015, que autoriza aos parlamentares apresentar emendas ao orçamento diretamente para o Fundo de Participação dos Estados e para o Fundo de Participação dos Municípios, com a indicação do ente federado a ser beneficiado (Gurgel, 2019).

A referida PEC (Brasil, 2015c) muda a Constituição e concede a apresentação de emendas ao projeto de lei orçamentária anual dos fundos de participação dos estados, DF e municípios. Nesse sentido, o mandato da deputada alinhado ao senador apresenta uma tentativa municipalista. A perspectiva municipalista visa a descentralizar o poder do estado e ganhou força no Brasil, após a Constituição de 1988,

[...] ao preconizar uma descentralização política, administrativa e fiscal, os municípios passaram a ocupar um lugar central na implementação de políticas públicas e garantia de direitos. Estes preceitos foram estabelecidos no sentido de corrigir arroubos centralizadores, recorrentes na história do país. Embora não haja consenso para uma definição de municipalismo na Ciência Política, podemos conceituá-lo como um fenômeno que objetiva relativa autonomia administrativa, financeira e política de instâncias menores diante de um ente maior e com maiores poderes (Rômulo, 2023).

Nessa perspectiva, Gurgel (2019) publica, no dia 17 de março do mesmo ano, um retuite do então deputado federal pelo PSDB/RJ e Presidente da Câmara, Rodrigo Maia (@RodrigoMaia):

Hoje recebendo o Presidente da República, @jairbolsonaro, o presidente do Senado, @davialcolumbre, o presidente do STF, Dias Toffoli, senadores, deputados, ministros. Nosso encontro sinaliza algum muito importante: estamos construindo um pacto para governar o Brasil.

A quarta categoria mais acionada é “Reforma da Previdência” (classe 5), com 13,1%. Nela, a parlamentar discute principalmente, os efeitos da reforma da previdência na aposentadoria e na vida dos trabalhadores e trabalhadoras, em especial, para as mulheres. Aqui, ela posiciona-se atenta à reforma e aos grupos a serem afetados pelas mudanças. Em 8 de julho ela publica: “*A reforma da previdência causa um impacto na Região Norte. Precisamos ouvir os trabalhadores e trabalhadoras para formular nosso voto, pois sabemos que o voto não é nosso e sim do povo*” (Gurgel, 2019). É interessante observar que a deputada não utiliza termos no masculino, assim que o masculino seja visto como universal, e aponta para a importância de se observar as mulheres nesse contexto, uma vez que é um grupo que será afetado de forma diferente com a reforma. Ainda aponta seu olhar para os trabalhadores e trabalhadoras da região que representa, uma forma de destacar as diferenças, se comparada a outras regiões da federação.

Como exemplo dessa visão mais próxima das mulheres, a deputada publica em 05 de julho do mesmo ano, convidando seus seguidores(as) para a discussão presencial: “*A Reforma da previdência e seus impactos na vida das mulheres e dos trabalhadores do Norte. O evento ocorrerá dia 8 de Julho, as 9h, no plenário da Assembleia Legislativa do Amapá-ALAP localizado na av. Fab centro. Sua presença é indispensável*” (Gurgel, 2019). Em outras publicações, ela aponta a necessidade de revisão da aposentadoria para mulheres. A deputada preocupa-se com a classe dos docentes e defende uma aposentadoria que condiz com a realidade vivenciada pela categoria, e a postura se repete para os trabalhadores e trabalhadoras rurais. Novamente, um posicionamento político e midiático que destoa da sua bancada e do seu partido.

No que tange às mulheres, Carmo *et al.* (2021) aponta que as mudanças realizadas na Reforma da Previdência, por meio da Emenda Constitucional 103/2019, fizeram com que diferentes categorias de trabalhadores perdessem direitos.

Neste contingente está a mulher trabalhadora que além de trabalhar fora, é, na maioria dos lares brasileiros, quem cuida dos afazeres domésticos, resquícios da ação da existência patriarcalista que perdura na

contemporaneidade, revelada principalmente através de retrocessos legislativos por exemplo que vão de encontro as lutas travadas por equidade no mercado de trabalho e na previdência (Carmo *et al.*, 2021, p. 3).

Quanto às mulheres, os autores apontam que, segundo o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), as mulheres destinam em média 28 horas semanais aos afazeres domésticos, o que representa três vezes mais do que os homens, que possuem a mesma atividade econômica. Assim, no Brasil, essa mudança irá acarretar a ampliação das desigualdades já existentes. Quando se trata dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, o problema apresenta-se na tentativa de equiparação ao trabalho urbano, que ignora o volume de tarefas e as condições a que o trabalhador(a) rural está exposto diariamente, “observando também que as trabalhadoras rurais começam a trabalhar com uma idade menor. Entre as mulheres que ocupam trabalho agrícola, 97,6% também se ocupam dos afazeres domésticos, enquanto o percentual entre os homens é de 48,22%” (Carmo *et al.*, 2021, p. 3-4). Os autores apontam ainda os impactos nas trabalhadoras informais, uma vez que a reforma as deixa mais vulneráveis no sistema previdenciário.

As discussões da deputada, quando se trata da reforma da previdência, apontam para um recorte interseccional de gênero e classe, acrescido do olhar para a região Norte, a qual representa. Deve-se destacar que a parlamentar foi coerente com seus discursos e posicionamentos. Dos 31 parlamentares do PRB que votaram em relação à Reforma da Previdência, a grande maioria seguiu a orientação do partido e votou a favor, sendo 29 votos alinhados com o governo Bolsonaro. Apenas ela e o deputado Hugo Motta (PRB-PB) votaram contra a Reforma. Das três mulheres da bancada – Gurgel, Maria Rosas (PRB-SP), Rosângela Gomes (PRB-RJ), somente ela votou contra. As outras duas votaram a favor. Isso é o que se denomina de uma postura alinhada com o mandato independente quando se discute representação política (Manin, 2013).

As classes geradas pelo *Iramuteq* dialogam de forma a trazer uma narrativa coerente da deputada, com destaque para a preocupação com as questões do gênero feminino. Nesse sentido, há uma aproximação lexical apresentada pelas classes 3 – intitulada “Contexto atual” – e a classe 1 – “Bandeiras do mandato” –, seguida da classe mais próxima intitulada “Bancada Feminina” (classe 4). Aproximando dessas classes tem-se a categoria “Reforma da Previdência” (classe 5). A classe 2 – “Bancada do Amapá” – é a mais distante das demais,

conforme apresentado no dendrograma (Figura 34), o que se mostra coerente por ser a única categoria na qual a deputada destaca questões do próprio estado e presta contas do mandato para o eleitorado do Amapá, sendo que o tema “mulher” aparece em segundo plano.

Cabe destacar que a deputada apresenta uma abordagem interseccional, em certa medida, ao trazer discussões de gênero atreladas a classe, raça e região. As publicações de Aline Gurgel em seu *Twitter* apresentam-se, de certo modo, progressistas, ao destacar as questões relativas ao gênero, trazendo à tona problemas enfrentados pelas mulheres. No entanto não toca em temas considerados tabus – como aborto – ou mesmo traz questões relativas às mulheres trans, ao falar diretamente das condições das mulheres cis, abordagens que se alinham aos conservadores. Isso se aproxima da política do seu partido – PRB, que se transformou em Republicanos em 2019 –, uma vez que ele se alinha no espectro político à centro-direita e se coloca como

[...] um movimento político conservador, fundamentado nos valores cristãos, tendo a família como alicerce da sociedade, preservando a soberania nacional, a livre iniciativa e a liberdade econômica, encorajando o progresso tecnológico como caminho inevitável para o desenvolvimento humano (Republicanos, [ca. 2023])

Há uma associação das mulheres à família, em seu mandato, ao associar ainda a imagem da mulher mãe. Aline Gurgel atuou em propostas importantes⁶⁸ como na PL 3441/2019, a qual tipifica a violência psicológica contra a mulher; a PL 865/2019, que dispõe sobre a LDO e inclui as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher; ou ainda na PL 3875/2021, que obriga bares, restaurantes e similares a adotarem medidas de amparo à mulher e sua segurança em situações de risco nesses ambientes. Ao associar a família e mulher-mãe, Gurgel atuou nos PL 291/2020, com a instituição do programa de Orientação Psicológica e Social – Boa Mãe, e no PL 2765/2020 para a proteção de bebês e puérperas durante a pandemia da COVID-19. Das parlamentares vinculadas a grupos conservadores, Aline Gurgel (PRB) mostrou-se um ponto de atenção ao assumir posicionamentos alinhados com a oposição e a frente de centro-esquerda em vários momentos, como na própria votação da Reforma da Previdência e na defesa de grupos interseccionais.

⁶⁸ Conforme aponta o “Elas no Congresso”, por meio da análise das propostas da deputada ao longo do mandato.

6.4.10 Clarissa Garotinho (PROS/RJ)

A deputada Clarissa Garotinho (Figura 35), em 2018, foi reeleita para seu segundo mandato como deputada federal, pelo estado do Rio de Janeiro. Filha de Anthony Garotinho e Rosinha Garotinho, também políticos conhecidos no estado do Rio e nacionalmente, Clarissa carrega o capital político de origem familiar. Em suas publicações, a deputada ressalta a atuação dos pais no campo político e, por vezes, defende-os de acusações de corrupção. Além disso, o partido pelo qual se elegeu, o PROS, em 2023 foi incorporado ao Solidariedade.

Figura 35 - Foto Clarissa Garotinho (PROS/RJ)



Fonte: Portal Câmara dos Deputados (2019).

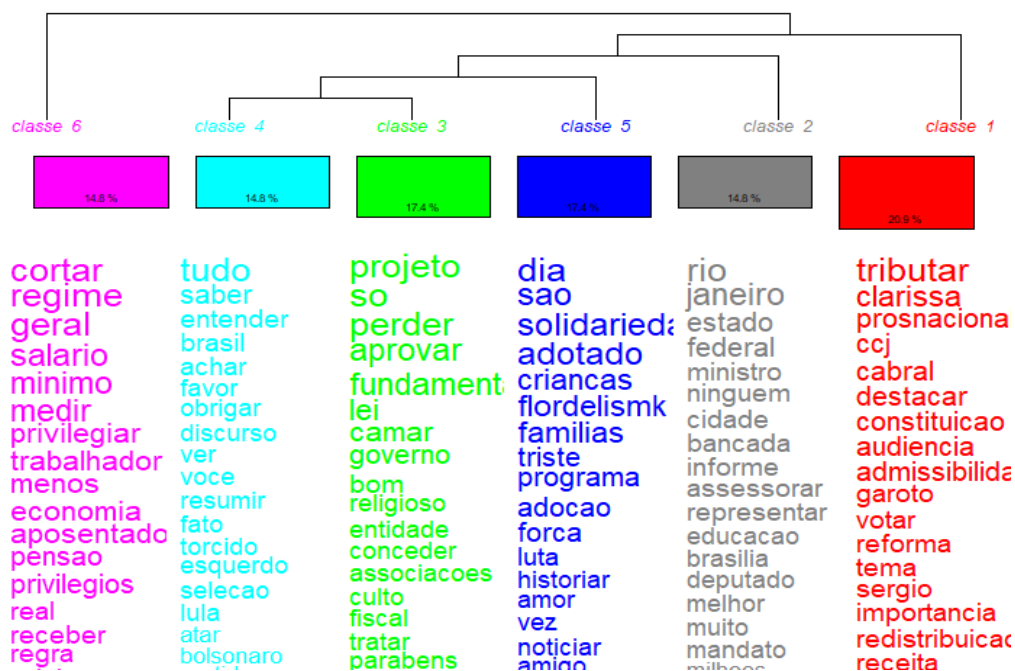
No período referente aos primeiros 180 dias de atuação em 2019, a deputada postou 256 vezes (aproximadamente 1,4 publicações por dia), entre *tweets* e retuítes, sendo os retuítes geralmente de publicações de seu partido, o PROS, e os *tweets* divididos em publicações sobre temas específicos ou resposta a seguidores/usuários da rede social. Parte das publicações vieram acompanhadas de hiperlinks para que os seguidores e seguidoras pudessem ter acesso a informações complementares. Quanto ao uso de *hashtags*, Garotinho utilizou em momentos estratégicos, sendo algumas delas: #RioDeJaneiro, para tratar de

temas relacionados ao estado que a elegeu; #ViolenciaContraAMulher, #Denuncie e #NaoSeCale, para tratar da violência contra a mulher; #ReformaInjusta ao abordar a reforma da previdência e os impactos da mesma para os mais pobres e grupos marginalizados, sendo a reforma proposta pelo governo Bolsonaro alvo de críticas; #ReformaTributaria e #TrabalhoNaoPara, para trazer a discussão sobre a Reforma Tributária que, segundo a parlamentar, é necessária para o país; #ClarissaGarotinho e #ClarissaPeloRio, para promover as ações do seu mandato; #CopaDoMundo, #GuerreirasDoBrasil e #SelecaoFeminina, ao postar sobre a Copa do Mundo Feminina de Futebol, a qual ocorreu na França; #vida, #maternidade, #trabalho #gestante, #lactante e #adoção para tratar dos temas de proteção às mães no ambiente de trabalho e facilitação do processo de adoção de crianças. Outro ponto em que diverge do governo Bolsonaro é a questão do armamento, uma vez que Garotinho acredita que a segurança pública é dever do estado e não do cidadão comum, desse modo, defende o desarmamento.

Quanto à escrita de suas publicações, a parlamentar escreve a partir da norma culta, com poucas abreviações e, sempre que possível, utiliza CTA para convidar os seguidores e usuários da rede a acompanhar suas publicações, ações e interagir com a mesma pelos canais de comunicação, a partir das *hashtags* #compartilhe e #assista.

A seguir, a nuvem de palavras (Figura 36) formada a partir do banco de dados pelo *Iramuteq*:

Figura 37 - Análise gerada pelo programa Iramuteq – Dep. Federal Clarissa Garotinho



Fonte: *Iramuteq*, 2023.

A partir do dendrograma gerado, foi possível construir o seguinte quadro (Quadro 17), com os termos significativos por classes, a porcentagem de ocorrências e o nome concedido às categorias.

Quadro 16 - Nomeação das categorias por termos - perfil da Dep. Federal Clarissa Garotinho

	Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5	Classe 6
Termos com χ^2 de Pearson (termos significativos por classes)	Tributar, Clarissa Garotinho, PROS nacional, CCJ, Cabral, destacar, constituição, audiência, admissibilidade, garoto, votar, reforma, tema, importância etc.	Rio de Janeiro, estado, federal, ministro, ninguém, cidade, bancada, informe, assessorar, educação, Brasília, deputado, melhor, mandato etc.	Projeto, só, perder, aprovar, fundamental, lei, governo, bom, religioso, entidade, conceder, associações, fiscal, culto, tratar etc.	Tudo, saber, entender, Brasil, achar, favor, obrigar, discurso, ver, você, resumir, torcido, esquerdo, Lula, Bolsonaro etc.	Dia, solidariedade, adotado, crianças, famílias, triste, adoção, força, luta, história, amor, vez, noticiar etc	Cortar, regime, geral, salário mínimo, medir, privilegiar, trabalhador, menos, economia, aposentado, pensão, privilégios, real, receber, regra etc.

% de ocorrência	20,9%	14,8%	17,4%	14,8%	17,4%	14,8%
Nome concedido às categorias	Reforma Tributária	Rio de Janeiro	Accountability	Crítica à polarização	Bandeiras do mandato	Reforma da Previdência

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A categoria mais acionada nas publicações é “Reforma Tributária”, presente em 20,9% das ocorrências. A deputada foi titular da Comissão Especial da Reforma da Previdência, de 09 de julho de 2019 a 31 de janeiro de 2023 – data que coincide com o fim do seu mandato na Câmara –, e como 3ª Vice-Presidente da Comissão da Reforma Tributária, de 10 de julho de 2019 a 07 de abril de 2022. Portanto, se justifica essa categoria aparecer como uma das mais recorrentes, também como forma de angariar capital político para si. A parlamentar qualifica a reforma tributária como necessária para o Brasil, diferente da Reforma da Previdência, conforme foi proposta. Em 10 de julho de 2019, Garotinho escreve: *“Fui eleita terceira Vice Presidente da Comissão da Reforma Tributária, uma reforma Urgente e Necessária para o país! #ReformaTributária #TrabalhoNãoPara”* (Garotinho, 2019).

Em suas publicações, a parlamentar explica o porquê de apoiar a reforma tributária, como no retuite do partido no qual estava filiada – PROS, @prosnacional –, em 23 de maio do mesmo ano, em que cita ela: *“@dep_clarissa vota favorável à admissibilidade da Reforma Tributária e destaca a importância da redistribuição das receitas no Brasil”*. Entre os argumentos, Garotinho aponta ainda a possibilidade de descentralizar recursos da União e de se ter mais transparência, como este postado em 22 do mesmo mês:

As vantagens da Reforma Tributária são: maior transparência, mais força nas exportações, fim da sobreposição dos impostos, simplificação dos impostos, redução da burocracia... Reforma Tributária Já!!! #ReformaTributária #camaradosdeputados #Brasil #RiodeJaneiro (Garotinho, 2019).

A deputada enfatiza o quão a reforma tributária tem a contribuir para o Brasil e sua população.

Duas classes aparecem em segundo com 17,4% de presença nas publicações, sendo elas: classe 3, “*Accountability*”, e, classe 5, “*Bandeiras do Mandato*”. Em “*Accountability*”, Clarissa Garotinho aponta os projetos em que está envolvida, como a reforma da biblioteca do Instituto de Psiquiatria da UFRJ (IPUB) e o projeto de lei complementar 55/2019 (Brasil, 2019f), de autoria da própria Garotinho, que altera a lei complementar 160, de agosto de 2017, prorrogando em até 15 anos as isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiros de templos de qualquer culto e entidades beneficentes de assistência social. Sobre esse último projeto, tem se o retuite da conta do deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) (@DepSostenes), em 09 de maio de 2019, parabenizando Clarissa Garotinho: “*Aprovamos ontem o PLP 55/19 que prorroga benefício fiscal para associações beneficentes e entidades religiosas. Parabênizo a @dep_clarissa pelo belo projeto que faz justiça à estas instituições que prestam relevantes serviços sociais a este país*” (Garotinho, 2019). Uma lei que beneficia entidades como Santas Casas, hospitais e abrigos, mantidos por instituições religiosas, mas beneficia templos religiosos como um todo e agrada a bancada evangélica. Vale lembrar que na disputa pelo senado pelo RJ, nas eleições de 2022, Clarissa Garotinho recebeu apoio da ala evangélica, com apoio do pastor da então primeira-dama Michele Bolsonaro, Josué Valandro Júnior (Amado, 2022).

Já em “*Bandeiras do mandato*”, a parlamentar apresenta como principais temáticas as voltadas para a segurança pública, em especial, no Rio de Janeiro; combate à violência sexual contra crianças e adolescentes; combate à violência contra a mulher; defesa das mulheres mães, particularmente as lactantes, no mercado de trabalho; e a facilitação do processo de adoção de crianças, voltado especialmente para as crianças com mais de 5 anos, sendo algo vivenciado pela sua própria família. Como exemplo, a deputada publica em 25 de maio de 2019:

A adoção faz parte da história da minha família. A nossa grande família! Como muitos sabem, tenho cinco irmãos adotados pelo amor dos meus pais! Mas, infelizmente, a burocracia tem impedido que milhares de crianças tenham um lar e uma família para viver! #AdotarÉAmor #Adoção (Garotinho, 2019).

Em 9 de julho de 2019, ela publica defendendo as mães lactantes: “*Aprovamos nosso parecer ao Projeto de Lei que garante o direito de mães amamentarem seus filhos de até seis*

meses de idade durante prova de concursos públicos. #Amamentação #ConcursoPúblico” (Garotinho, 2019). Nessa perspectiva vale a pena comentar sobre a PEC 158/2019 (AzMina, (2021?f]), de autoria da deputada, que, dispõe sobre a ampliação para 180 dias da licença maternidade para as mulheres trabalhadoras, instituindo a licença maternidade para as parlamentares. Nota-se, portanto, que essa é uma bandeira importante para Garotinho. A deputada ainda incentiva a doação de leite materno para os bancos deleite, entre as publicações do período.

No que tange às mulheres, a deputada mostra-se apoiadora e entusiasta da seleção feminina de futebol, apoiando a seleção brasileira ao longo da Copa do Mundo Feminina de Futebol, a qual ocorreu na França entre junho e julho de 2019. Como exemplo, tem-se a publicação do dia 9 de junho: *“Parabéns, Brasil! 3x0! Que vocês arrebenhem nos próximos jogos e tragam essa taça! #CopaDoMundo #GuerreirasdoBrasil #SeleçãoBrasileira*” (Garotinho, 2019).

Três classes aparecem em terceira posição, com 14,8% de frequência no banco de dados, são elas: classe 2 “Rio de Janeiro”; classe 4 “Crítica à polarização” e classe 6 “Reforma da Previdência”. Em “Rio de Janeiro”, a deputada apresenta sua atuação pelo estado que a elegeu, bem como ações da bancada do estado. Em 12 de junho a parlamentar tuitou:

Em reunião fechada hoje do Ministro da Educação com a bancada do Rio, o ministro reconheceu que errou quando acusou a bancada de ter cortado 12 milhões das obras do Museu Nacional. Mas se recusou a fazer uma retratação pública. A arrogância infelizmente prejudica o bom diálogo! (Garotinho, 2019).

A deputada ainda criticou o ministro da Educação na época pelos cortes na sua pasta, os quais também afetaram o Museu Nacional. Outro conteúdo recorrente nas mensagens foi a condição das pessoas em situação de rua. Em 29 de julho, Garotinho (2019) usa do tema para criticar o então prefeito Crivella (Republicanos): *“A quantidade de moradores de rua no Rio de Janeiro chama atenção! Especialmente quando se trata de um governo cujo lema é ‘Cuidar das Pessoas’*”. Em outro momento, a deputada emite alertas quanto às chuvas em sua rede social.

Na categoria “Crítica à polarização”, Clarissa Garotinho posiciona-se como defensora do Brasil e não apoiadora do PT ou do governo Bolsonaro. A deputada tenta rebater críticas ao entrar em desacordo com o governo Bolsonaro, ao qual se alinhava em determinadas pautas. As eleições de 2018 foram marcadas por uma nova polarização, entre PT e Jair Bolsonaro, então filiado ao PSL, substituindo a antiga polarização PT X PSDB (Santos, 2020). Contudo, a polarização não é algo saudável para a democracia, como aponta Mouffe (2015), uma vez que transforma os adversários em inimigos. Nesse momento, Garotinho tenta se apresentar como neutra, uma posição mais condizente com os partidos de centro e para não ser taxada ao responder às cobranças dos seguidores. Em 7 de junho a deputada escreve: *“O Museu é patrimônio do Brasil, não do PT. Não sou petista, mas valorizo a nossa cultura. Vocês têm uma mania de misturar coisas que não tem nada a ver...”* (Garotinho, 2019). Assim, nota-se que posturas adotadas pela parlamentar foram observadas e cobradas por seus seguidores/eleitores, seja quanto a cultura, educação e desarmamento, temas mais alinhados aos partidos mais à esquerda do espectro ideológico, como o PT, e suas políticas públicas. Em 24 de abril, a deputada escreve, em resposta a um usuário do *Twitter*: *“Silas, a eleição acabou. Tá na hora de deixar de lado esse discurso de direita e esquerda que só faz o país parar e se dividir ainda mais. Essa reforma do jeito que tá não é boa p/ população mais pobre. O meu partido é o Brasil”* (Garotinho, 2019).

Por fim, em “Reforma da Previdência”, a deputada apresenta sua posição contrária à reforma proposta por Paulo Guedes, então ministro da Economia do governo Bolsonaro. Suas atitudes também foram acompanhadas por seguidores, que cobraram alinhamento ao que foi proposto pelo governo da época. No entanto, Garotinho assumiu uma postura de defesa dos grupos minorizados, entre eles mulheres, mais pobres e trabalhadores rurais, os quais foram apontados como os mais vulneráveis na reforma da previdência conforme foi proposta. Em 17 de abril, Garotinho (2019) publica: *“Elevar a idade mínima de aposentadoria pra mulher trabalhadora rural, exigindo dela que aos 60 anos fique debaixo de sol segurando enxada e cortando cana é cortar privilégio? #ccj #reformadaprevidencia #respondeguedes”*. Em 16 de maio, ela reforça: *“Essa reforma nao corta privilégios. 80% do corte ta em cima dos trabalhadores do regime geral. #JogoDoPoder #CNT #ReformaDaPrevidência”* (Garotinho, 2019). Em 12 de julho ela escreve; *“Reduzir a pensão das viúvas para menos de um salário mínimo não é cortar privilégios! É desumanidade! #ReformaInjusta”* (Garotinho, 2019).

A deputada afirma que a reforma é necessária, no entanto, a forma com que foi proposta apresenta-se como injusta. Nota-se ainda uma preocupação com a situação das mulheres mais pobres, trabalhadoras rurais e viúvas, o que aponta para uma perspectiva interseccional. De fato, diversos autores e autoras (Batista *et al.*, 2021; Lima, 2017; Luz; Gomes, 2019; Vicente, 2021) apontam como a reforma amplia as desigualdades já existentes e afeta, especialmente, as mulheres.

Quanto à aproximação entre as classes, tem-se: A classe 1 – “Reforma Tributária” – dialogando com a classe 2 – “Rio de Janeiro” –, seguida da classe 5 – “Bandeiras do Mandato” –, seguida das classes 4 e 3, “Crítica à Polarização” e “*Accountability*”, respectivamente. A classe 6 – “Reforma da Previdência” –, mostra-se mais distante das demais. Nota-se uma coerência na narrativa apresentada pela deputada em seu *Twitter*, a qual tenta vincular as ações de seu mandato, de modo geral, em prol dos brasileiros e não de um partido ou ideologia específica, apresentando-se de certo modo como “neutra”.

Na temática “mulher”, Clarissa Garotinho posiciona-se alinhada à forma como se apresenta no *Twitter*: Mãe, defensora da liberdade, da vida e dos valores da família. Quando se trata de defesa da mulher, a deputada apresenta-se como defensora da violência contra a mulher, como na publicação do dia 8 de março de 2019, Dia Internacional da Mulher: “*É triste abrir o jornal e ver que um caso de Femicídio acontece a cada quatro horas e 31 minutos nos primeiros 64 dias do ano no nosso país. É inaceitável, que em 2019, mulheres precisem lutar pelas suas próprias vidas! #DiaInternacionaldaMulher #8M #ClarissaGarotinho*” (Garotinho, 2019). É ainda a favor da facilitação dos processos de adoção e em defesa da mulher-mãe. Esse posicionamento alinha-se ao que Miguel e Biroli (2014) aponta como pensamento maternal. Dessa forma, a sua presença na política, por mais que traga avanços na defesa de certas pautas, ainda se mostra alinhada à figura da mulher-mãe, algo comum ao pensamento relacionado aos estereótipos de gênero, em especial, do gênero masculino. Não há levantamento de questões ou debates que tragam as origens da violência contra a mulher e da forma como a mesma ainda é vista na sociedade brasileira, na qual impera a dominação masculina.

6.4.11 Liziane Bayer (PSB/RS)

A deputada Liziane Bayer (Figura 38), no período de 1º de fevereiro a 31 de julho de 2021, fez 667 publicações em seu *Twitter*, entre *tweets* e retuítes, uma média de 3,7 *tweets* ao dia.

Figura 38 - Foto Liziane Bayer (PSB/RS)



Fonte: Portal Câmara dos Deputados (2019).

Dentre os *tweets*, Bayer por vezes escrevia em primeira pessoa, dando a entender que a publicação foi realizada por ela mesma, e outras vezes em terceira pessoa, como se fosse escrito por sua equipe. Quanto aos retuítes, a deputada compartilhou com frequência postagens dos seguintes perfis: Câmara dos Deputados, Senado Federal, Franciane Bayer – sua irmã, ex-deputada estadual pelo Rio Grande do Sul e, atualmente, deputada federal eleita pelo mesmo estado. Esporadicamente retuitou perfis de veículos jornalísticos de comunicação ou outras figuras públicas que fizeram publicação marcando Liziane. É comum em quase todas as publicações o uso de hiperlinks de vídeos; *hashtags*, incluindo *hashtags* próprias como #OrdemDoDia e #NaEstrada, para indicar as ações e trabalhos como deputada; CTA direcionados a assistir e acompanhar sessões do plenário, seguir perfis indicados por ela e como seguir o perfil da própria deputada. Quanto à escrita, a deputada utiliza poucas abreviações, mais comuns em *tweets* longos, e escreve conforme a norma culta da língua.

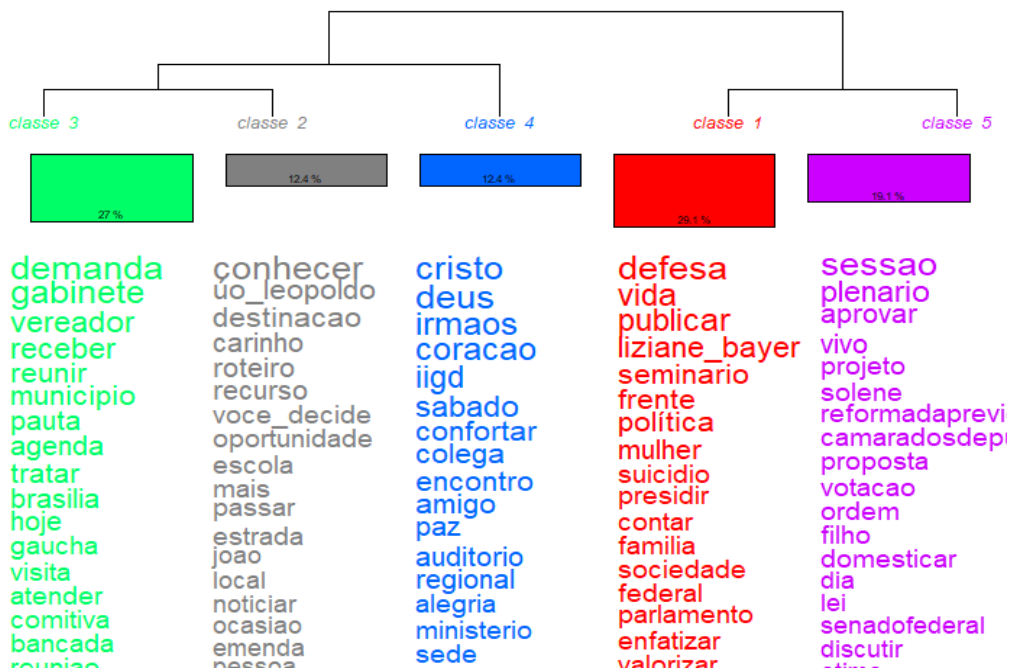
Todos os dias ela cumprimenta seus seguidores com “bom dia” ou “bom final de semana”, entre outras formas, mas sempre há uma interação com seu público.

No perfil da rede social, Liziane Bayer posiciona-se como mãe, mulher, cristã e deputada, reforçando essas personagens em suas publicações. A pastora ainda usou seu perfil para divulgar mensagens bíblicas e sua atuação na igreja evangélica na qual pertence – Igreja Internacional da Graça de Deus, IIGD –, e a uma espécie de comunidade formada por parlamentares cristãos – União Iberoamericana de Parlamentares Cristãos – para alinhar demandas e posicionamentos nos mandatos. Ainda é parte da bancada Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional. Alinhado a esse posicionamento cristão e conservador, Liziane tem como uma de suas bandeiras a defesa da vida. Nesse aspecto, a deputada direciona-se para três frentes, ao longo dos *posts* coletados: prevenção ao suicídio, com sua participação na Frente Parlamentar de Combate ao Suicídio e Automutilação; defesa da vida desde sua concepção; defesa da mulher e combate à violência doméstica, na qual ela se destaca como co-autora do Projeto de Lei 17/2019, sancionada como a Lei 13.880, de 2019 que altera a Lei Maria da Penha, determinando a apreensão de arma de fogo registrada ou sob posse do agressor que responde a processo na justiça por violência doméstica.

Percebe-se que, apesar de ter sido eleita pelo PSB, partido socialista e de centro-esquerda, alinhado a uma postura progressista, que defende um Estado mais intervencionista e uma pauta de costumes libertária, a deputada posiciona-se contrária a tais questões, mostrando-se estar filiada ao partido errado, algo comum no Brasil. Há muitos casos de deputados e deputadas que se filiam a uma sigla em que é mais fácil se eleger ou que regionalmente tem um alinhamento próximo ao seu. A parlamentar depois migrou para o Republicanos (antigo PRB), um partido de extrema-direita, tendo apoiado Bolsonaro na reeleição. Candidatou-se, inclusive, ao Senado e ficou como suplente do ex vice-presidente Hamilton Mourão (PRB) pelo Rio Grande do Sul.

Na sua atuação no Congresso, esteve alinhada com o capital familiar e político conservador da sua família. Natural de São Pedro do Sul (RS), a parlamentar é filha de Alcides Bayer, que foi pastor da Igreja Internacional da Graça de Deus. A sua mãe, Neloci Bayer, também pastora, criou e liderou o movimento “Mulheres que vencem no Estado”. Seguindo a cartilha da extrema-direita, a deputada, que também é pastora, votou favorável à

Figura 40 - Análise gerada pelo programa Iramuteq – Dep. Federal Liziane Bayer



Fonte: Iramuteq, 2023.

A partir do dendrograma gerado, foi possível construir o seguinte quadro (Quadro 18), com os termos significativos por classes, a porcentagem de ocorrências e o nome concedido às categorias.

Quadro 17 - Nomeação das categorias por termos - perfil da Dep. Federal Liziane Bayer

	Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5
Termos com χ^2 de Pearson (termos significativos por classes)	Defesa, vida, publicar, Liziane Bayer, seminário, frente, política, mulher, suicídio, presidir, contar, família, sociedade,	Conhecer, destinação, carinho, roteiro, recurso, Você Decide, oportunidade, escola, mais, passar, estrada, local, noticiar, ocasião, emenda etc.	Demanda, gabinete, vereador, receber, reunir, município, pauta, agenda, tratar, Brasília, hoje, gaúcha, visita, atender,	Cristo, Deus, irmãos, coração, IIGD, sábado, confortar, colega, encontro, amigo, paz, auditório, regional, alegria, ministério,	Sessão, plenário, aprovar, vivo, projeto, solene, reformada, Câmara dos Deputados, proposta, votação, ordem, filho, doméstica, dia, lei,

	federal, parlamento, enfatizar, valorizar etc.		comitiva, bancada etc.	sede etc.	Senado Federal, discutir etc.
% de ocorrência	29,1%	12,4%	27%	12,4%	19,1%
Nome concedido às categorias	Bandeiras do mandato	Atuação no Rio Grande do Sul	Agenda	Atuação como cristã	<i>Accountability</i>

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A categoria mais acionada nas publicações é “Bandeiras do mandato”, presente em aproximadamente 29% das ocorrências. Nesta categoria, Liziane Bayer apresenta como principais temas do seu mandato, neste período, a defesa da vida e da família. No caso da defesa da vida, vale destacar, como foi mencionado anteriormente, as três frentes: prevenção ao suicídio, proteção e prevenção da violência contra as mulheres e defesa da vida desde sua concepção, postura adotada pelas pessoas “pró-vida”, ou seja, contra o aborto. Dessas bandeiras, duas relacionam-se diretamente à mulher, mas num viés conservador alinhado à Bancada Evangélica. Liziane participou de comissões e frentes no Congresso para atuar com essas temáticas, sendo elas: Secretaria da Mulher (Titular 02/05/2022 - 20/06/2022, 20/06/2022 - 31/01/2023), Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Suplente, 09/05/2022 - 31/01/2023), Grupo de Trabalho Problemas Psicológicos Jovens Brasileiros (Coordenadora, 03/09/2021 - 29/11/2022), Grupo de Trabalho Problemas Psicológicos Jovens Brasileiros (Titular, 03/09/2021 - 29/11/2022), Comissão de Seguridade Social e Família, Subcomissão Especial de Adoção, Pedofilia e Família, Frente Parlamentar de Combate ao Suicídio e Automutilação.

Em 23 de julho de 2019, a então deputada publicou: “*Alicerçada no compromisso de trabalhar na defesa de pautas relacionadas à vida, Liziane Bayer assumiu oficialmente a secretaria-geral da Frente Parlamentar de Combate ao Suicídio e Automutilação (FPSA), na Câmara Federal*” (Bayer, 2019). Participando nesta frente, a parlamentar promoveu eventos para se discutir o tema e convidou os seguidores para participarem. Algo que se relaciona à personagem que mantém nas redes: “*Como parlamentar, mulher, cristã e, principalmente, mãe, não posso deixar de encarar esse desafio. Por isso, assumi a*

Secretaria-Geral da Frente Parlamentar de Combate ao Suicídio da Câmara Federal, que irá propor políticas públicas de defesa à vida de nossas crianças e jovens” (Bayer, 2019), publicado em 10 de junho de 2019. Em 15 de julho de 2019, postou sobre como foi o seminário: *“Confira como foi nosso ‘Seminário de Prevenção e Enfrentamento ao Suicídio na Infância e na Adolescência: Precisamos falar, precisamos agir!’, realizado no último dia 08, no auditório do Ministério Público em Porto Alegre”* (Bayer, 2019).

Quanto à bandeira de proteção das mulheres, Liziane Bayer destaca-se em medidas que protegem as vítimas de agressão, ao retirar o porte de armas dos agressores acusados de violência doméstica. A PL 17/19 contou com a atuação da parlamentar e foi sancionada pelo ex-presidente Bolsonaro, conforme foi publicado no *post* de 18 de março de 2019: *“Aprovado na Câmara dos Deputados, na última terça-feira (12), o PL 17/19, que permite ao juiz, em caso de violência contra a mulher, ordenar a apreensão de arma de fogo eventualmente registrada em nome do agressor. Coautoria dep. federal Liziane Bayer”* (Bayer, 2019).

Outra forma de “defesa da vida” defendida por Bayer está relacionada a sua luta contra o aborto. Em 13 de fevereiro de 2019, a parlamentar posta em sua rede sociais:

Foi desarquivado o projeto q proíbe o aborto em qualquer situação. A PEC sobre “a inviolabilidade da vida desde a concepção”, deverá ser discutida nas próximas semanas. Seguiremos defendendo o direito à vida desde sua concepção, pauta q sempre fez parte do nosso mandato.#PelaVida” (Bayer, 2019).

Isso se liga diretamente a sua crença cristã e é uma pauta que vai na contramão do movimento feminista e na luta pela liberdade feminina sobre o próprio corpo.

O aborto é uma pauta presente também no período de Inquisição, em que mulheres que conheciam métodos contraceptivos ou sabiam como abortar eram consideradas bruxas (Varela, 2019). Na França de 1556 havia uma lei que obrigava as mulheres grávidas a declararem sua gravidez em público, conforme explica a autora De acordo com Varela (2019), vivenciamos uma nova inquisição, encabeçada por fundamentalistas religiosos, militantes conservadores, ultraconservadores e populistas, os quais retomam a pauta do aborto e sexualidade como principais bandeiras. Biroli, Vaggione e Machado (2020) apontam ainda como a separação entre estado e igreja, fez com que a igreja se articulasse para introduzir pessoas com suas ideias em importantes esferas do estado, dentre elas o judiciário

e a política, a fim de defender seus interesses. Não obstante, Liziane Bayer compõe a Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional – Bancada da Bíblia – composta, em 2019, por 203 deputadas – 39,57% do total de parlamentares da Câmara Federal – e deputados federais e 9 senadores e senadoras – o que representa 11,11% dos 81 senadores e senadoras em exercício em 2019 (Câmara dos Deputados, 2019).

Aqui tem-se uma das duas categorias que apresenta o tema “mulher”. O interessante a se destacar é o fato de a deputada vincular a ideia de mulher e seus direitos constantemente à família, como no *tweet* de 21 de maio de 2019: “*No seminário “Adoção 9 Meses: Família para Todos!”*, promovido pela Comissão de Seguridade Social e Família da Casa; Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Frente Parlamentar Evangélica; e pelo Instituto da Criança, na Câmara Federal” (Bayer, 2019). Além disso, não se direciona a um público diferente de mulher: quando trata sobre o feminino em suas publicações, a deputada se direciona às mulheres mães, mulheres cristãs ou em uma visão geral, sem especificar, classe, raça/etnia, sexualidade, ou outras diferenças. Assim, não há uma representatividade das diferentes mulheres brasileiras. Tampouco, Bayer discute como a dominação masculina presente na estrutura social, é responsável pela violência contra mulher (Araújo, 2008).

Em poucos momentos a deputada direciona-se a pautas diferentes, como a proposição de projeto que destina recursos ao futebol feminino, presente em cinco *tweets*: “*O futebol feminino carece de investimentos e apoio por parte do poder público e privado. Por isso, protocolei PL q determina q do valor do patrocínio dado pelas empresas públicas no âmbito federal ao futebol profissional, seja destinado 5 % p/o desenvolvimento do futebol feminino*” (Bayer, 2019), postado em 26 de junho de 2019. Essa pauta é interessante, uma vez que o futebol brasileiro ainda é um esporte considerado masculino e machista, tendo altos investimentos para os homens e uma realidade bem diferente para as atletas. Só para se ter uma ideia, o campeão brasileiro de futebol de 2021, Atlético-MG, recebeu 33 milhões de reais pelo título da equipe masculina, enquanto, no mesmo ano, o Corinthians levou 290 mil reais pelo título brasileiro disputado por mulheres (UOL, 2022). O futebol feminino no Brasil e no mundo é um espaço de resistência e luta. A Copa do Mundo de Futebol também tem premiações diferentes para homens e mulheres. A FIFA anunciou em 2018 que dobraria o prêmio da Copa do Mundo feminina de futebol. A edição dos Estados Unidos, em 2019, teve

como valor para a seleção campeã, 2 milhões de dólares, indo para 4 milhões. O prêmio concedido à seleção masculina de futebol, na Copa da Rússia de 2018, foi de 38 milhões de dólares (Mendonça, 2018).

No Brasil, o futebol teve a prática proibida por lei para mulheres por quase 40 anos, de 1941 a 1979. O artigo criado na Era Vargas proibiu a prática de esportes considerados masculinos, como o futebol. Para Teixeira e Caminha (2013), o preconceito vinculava-se à necessidade de manter o arquétipo feminino de “mãe” e “do lar”, a fim de retardar a entrada feminina nos espaços públicos e reproduzir a divisão binária “homem/forte” e “mulher/frágil”.

A segunda categoria que mais apareceu foi “Agenda”, presente em 27% das ocorrências. Nela, Liziane Bayer apresentou sua agenda de trabalho a seus seguidores. Tanto como uma forma de prestar contas, quanto de convite aos usuários do *Twitter* para acompanhar as suas ações de perto. Em 24 de maio de 2019, postou: “*Nossa última agenda no escritório político, com representantes do Sindicato dos Centros de Remoção e Depósito de Veículos do Estado do Rio Grande do Sul - SindCRD. #AgendasInternas #LizianeBayer #EscritórioPolítico #PSBRs*” (Bayer, 2019). No dia 28 de maio do mesmo ano, a deputada retuitou a Câmara dos Deputados, usando uma das *hashtags* específicas: “*RT @camaradegputados: Está aberta a #OrdemDodia. Em pauta, Medida Provisória que cria a Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Acompanhe conosco: https://t.co/FrLmWpejR2 #AoVivo #Plenário*” (Bayer, 2019). Algumas de suas atividades na agenda política acontecem junto da irmã, que na época era deputada estadual pelo Rio Grande do Sul, Franciane Bayer, como no *tweet* do dia 25 de março:

Seguimos para mais uma semana de muito trabalho. Hoje (25), estive junto da mana, @franciane_bayer, atendendo agendas e alinhando pautas dos mandatos, seguindo com o trabalho #PeloReinoEPeloPróximo! Lá na fanpage: https://t.co/yih0maoMH4, você confere todos os registros do dia (Bayer, 2019).

A terceira categoria é intitulada “*Accountability*”, presente em 19,1% das ocorrências. Nela, Bayer apresenta as ações realizadas por ela na Câmara dos Deputados Federal. Uma forma de prestar contas aos seguidores e eleitorado do seu trabalho como parlamentar. Uma das publicações que aponta essa atuação, com olhar especial para a área da saúde, ocorreu no

dia 29 de maio: “*A tabela SUS precisa ser adequada ao custo do tratamento. Clínicas de hemodiálise estão fechando no RS, e no país, por defasagem no valor. #hemodiálise*” (Bayer, 2019). Em 11 de julho de 2019, Bayer se posicionou na votação da Reforma da Previdência de forma contrária à orientação do seu então partido PSB, desde 2022 filiada ao Republicanos: “*RT @MarcioTurra: Cumprimentos aos deputados @LizianeBayer (PSB) e @deputado_marlon Santos (PDT), que votaram contra orientação retrógrada de seus partidos e a favor da reforma da previdência*” (Bayer, 2019), retuitando o *post* de Marcio Turra, médico urologista do Rio Grande do Sul, bolsonarista. A votação em favor à reforma reforça seu alinhamento da política do ex-presidente Bolsonaro e à orientação do então ministro da Economia, Paulo Guedes.

Reforma essa apontada por pesquisadores e especialistas como responsável por aprofundar as desigualdades de gênero e feminização da pobreza (Vicente, 2021). Laila Vicente (2021) aponta que o conceito de feminização da pobreza, pensado por Diane Pearce, em 1978, refere-se ao crescimento dos níveis de pobreza das mulheres, em especial de lares chefiados por elas e monoparentais. “*Todos esses fatores, acompanhados da desigualdade salarial e do menor espaço no mercado de trabalho para as mulheres, fazem com que a pobreza tenha causas específicas vinculadas às questões sociais de gênero*” (Vicente, 2021, p. 360). Pensando a proposta do governo Bolsonaro para a Reforma, em 2019, nota-se que não se levou em conta os dados que mostram como as mulheres são prejudicadas no que tange os benefícios do sistema previdenciário, conforme a autora.

A quarta e a quinta categorias estão em 12,4% das ocorrências, sendo elas: “*Atuação no Rio Grande do Sul*” e “*Atuação como cristã*”. Iniciando pela “*Atuação no Rio Grande do Sul*”, tem-se uma espécie de prestação de contas, mas voltada para o estado que elegeu Liziane para o Congresso Nacional. Em 20 de julho de 2019, a deputada tuitou:

Neste sábado, na minha São Pedro do Sul, ouvindo e dialogando com a comunidade durante nossa atividade "Você Decide!", onde oportunizamos a inovação na forma de debater as emendas parlamentares e decidir, junto à comunidade, qual área mais necessita da destinação de recursos” (Bayer, 2019).

O programa "Você Decide" (Câmara de Vereadores de Itaqui, 2019) é de autoria de Bayer e tem como objetivo tratar da destruição de emendas parlamentares por meio do voto

da população gaúcha, para que ela indique para quais locais deve se direcionar investimentos e recursos. O que aponta atuação direta da deputada com seu eleitorado, a fim de cativá-lo e mantê-lo. Ainda, Liziane tem uma atuação direta com a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (ALERS), uma continuidade do seu mandato como deputada estadual, iniciado em 2015. Como apontado no *post* de 27 de maio: “*A saúde da mulher é pauta do nosso mandato. Participei agora há pouco, do seminário de atenção integral à saúde da mulher, promovido pela Frente Parlamentar sobre o Câncer na Mulher, presidida pela deputada estadual @franciane_bayer, na Alergs*” (Bayer, 2019). No mesmo dia, a então deputada publicou sobre uma premiação recebida como reconhecimento de sua atuação como deputada estadual: “*Recebendo homenagem do @CETRANRS, pelo trabalho realizado enquanto presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Trânsito Seguro da Alergs, no biênio de 2017 – 2018, durante o mandato estadual*” (Bayer, 2019).

Já em “Atuação como cristã”, a deputada mostra sua relação com a igreja à qual pertence, publica versos bíblicos e ainda faz relação com sua atuação como parlamentar. Um exemplo é a publicação de 21 de junho de 2019: “*Confirma todos os clicks do nosso encontro regional das Mulheres que Vencem - Lutando pela Vida, realizado ontem (20), na sede estadual da IIGD em Porto Alegre. Foi lindo*” (Bayer, 2019). O Ministério “Mulheres que Vencem” é o espaço destinado às mulheres na Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD) e está presente no *Twitter* com a conta @MQV_RS, desde 2010. O projeto é também um programa de televisão da *TV Pampa*, de Porto Alegre (RS), através do qual Bayer ganhou notoriedade (Mulheres Socialistas, 2015). A Igreja Internacional da Graça de Deus é vinculada ao pastor RR Soares e pode ser classificada como neopentecostal⁶⁹. As igrejas neopentecostais e outros seguimentos conservadores cristãos têm participado de uma contramobilização do feminismo e tentado impedir o avanço dos direitos sexuais e reprodutivos por meio de reformas legais e constitucionais, sob a alegação de proteger a vida (Biroli; Vaggione; Machado, 2020; Ruibal, 2014). Algo incorporado por Liziane, uma vez que atua como pastora.

⁶⁹ No Brasil, o termo se refere a igrejas que se desenvolveram desde os anos 1970, em especial com o surgimento de igrejas como a Igreja Universal do Reino de Deus, Deus é Amor e Renascer em Cristo, as quais, a partir dos anos 1990, têm crescido e se tornado verdadeiras transnacionais (Ruibal, 2014).

Outras publicações comuns são as de felicitações em caso de aniversário, seja de pessoas ou cidades, condolências às famílias de militares mortos e à família da ex-deputada federal e pastora Flordelis Souza (PSD-RJ), pelo assassinato do marido, pastor Anderson do Carmo, que, tempos depois, foi comprovado o envolvimento de Flordelis na morte de Anderson, seguido da perda do cargo como parlamentar e prisão decretada. No *tweet* de 16 de junho de 2019, Liziane Bayer escreve: “*Que notícia triste e dolorosa. Que Deus com seu infinito amor conforte o coração da família do pr. Anderson do Carmo, esposo da querida amiga e irmã em Cristo, deputada @Flordelismk*” (Bayer, 2019).

Em 2022, Liziane, já filiada ao Republicanos, candidatou-se como suplente do General Mourão (Republicanos-RS), ex-vice-presidente da República, para o Senado Federal, que saiu vitorioso. Em uma publicação de junho de 2022, Bayer reafirma sua postura conservadora em uma publicação do *Instagram* (Figura 41).

Figura 41 - Publicação do Instagram de Liziane Bayer em 29 de junho de 2022



Fonte: Perfil de Liziane Bayer no *instagram*, *print screen* (Bayer, 2022).

Nota-se, portanto, que Bayer não se preocupa com um recorte interseccional que abranja raça/etnia, classe ou outras formas de opressão que atravessam o corpo social da mulher brasileira. A ex-deputada é um pilar de defesa dos interesses da parcela conservadora da igreja a ocupar o estado e a defesa dos direitos da mulher se limita à proteção contra

violência e algumas questões de saúde, sendo associados constantemente à família e à maternidade.

6.4.12 Mara Rocha (PSDB/AC)

A deputada federal Mara Rocha (Figura 42) teve um único mandato pelo PSDB, como deputada federal. Em 2022, ela filiou-se ao MDB e candidatou-se a governadora do estado do Acre, ficando em terceiro lugar com pouco mais de 11% dos votos válidos – 47.173 votos. Na disputa, foi reeleito o governador do estado, Gladson Cameli (PP).

Uma possível tentativa de atrair usuários como seguidores do perfil recém-criado. Os *tweets* da deputada se dividem em duas formas: *tweets* escritos pela equipe da parlamentar, os quais se referem à mesma em terceira pessoa, como deputada Mara Rocha; e *tweets* em primeira pessoa os quais se presume serem escritos pela própria parlamentar.

Figura 42 - Foto Mara Rocha (PSDB/AC)



Fonte: Portal Câmara dos Deputados (2019).

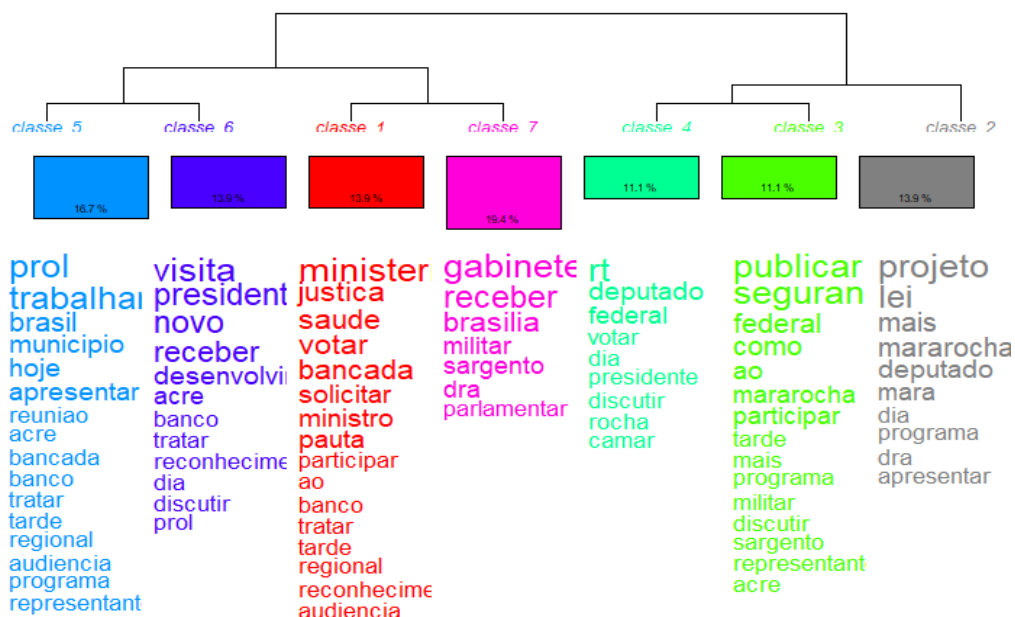
No período da coleta, Rocha fez 72 publicações, entre *tweets* e retuites, sendo os *reposts* de *tweets* do partido ao qual estava filiada, sendo uma média de 0,4 publicações ao dia. É válido ressaltar que a deputada ingressou na rede social, com a conta oficial, a partir do dia 8 de fevereiro de 2019, uma semana após sua posse na Câmara, sendo que nesse dia,

a publicação “*Olá, Twitter! #meuprimeiroTweet*”, foi postada 20 vezes. Como *hashtags*, Mara Rocha utiliza-se de poucas, como no Dia Internacional da Mulher – 8 de março –, em que a deputada usa as *tags* #respeito #direitos e #voz, para falar, de forma genérica, sobre o empenho das deputadas federais em prol dos direitos das mulheres. Essa publicação foi um retuite de uma das contas oficiais do PSDB (@PSDBnaCamara), no dia 11 de março de 2019: “*A luta da mulher brasileira por #respeito #direitos e #voz conta com o empenho das deputadas federais na @camaradeputados 🍌🍌 #8demarco #diainternacionaldamulher #psdb*” (Rocha, 2019).

De modo geral, a parlamentar, no período coletado, não usou o *Twitter* como canal de interação com seus seguidores/eleitores, mas sim, como canal de prestação de contas quanto aos serviços prestados, com poucas publicações. A maior parte dos temas estava relacionados com o estado que a elegeu, o Acre, os outros políticos com os quais negocia ou apoia ações, como ministros do governo Bolsonaro, deputados do Acre, prefeitos do estado, entre outros. O perfil, portanto, apresenta mais interações em nível de trabalho do que trazendo questões pessoais e posicionamentos ideológicos explícitos. A parlamentar ainda era parte da Frente Parlamentar em Defesa da Pesca, como destacado em uma de suas publicações.

A partir dos *tweets* coletados, o software *Iramuteq* gerou a seguinte nuvem de palavras (Figura 43):

Figura 44 - Análise gerada pelo programa Iramuteq – Dep. Federal Mara Rocha



Fonte: Iramuteq, 2023.

A partir do dendrograma gerado, foi possível construir o seguinte quadro (Quadro 19), com os termos significativos por classes, a porcentagem de ocorrências e o nome concedido às categorias.

Quadro 18 - Nomeação das categorias por termos - perfil da Dep. Federal Mara Rocha

	Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5	Classe 6	Classe 7
Termos com χ^2 de Pearson (termos significativos por classes)	Ministério, justiça, saúde, votar, bancada, solicitar, ministro, pauta, participar, banco, tratar,	Projeto, lei, mais, Mara Rocha, deputado, dia, programa, apresentar etc.	Publicar, segurança, federal, como, ao Mara Rocha, participar, tarde mais, programa, militar, discutir,	RT, deputado federal, votar, dia, presidente, discutir etc.	Prol, trabalhar, Brasil, municípios, hoje, apresentar, reunião, Acre, bancada, banco, tratar,	Visita, presidente, novo, receber, desenvolvimento, Acre, banco, tratar, reconhecimento, dia,	Gabinete, receber, Brasília, militar, sargento, parlamentar etc

	regional, reconhecimento, audiência etc.		sargento, representante, Acre etc.		tratar, tarde, regional, programa, representante etc.	discutir etc	
% de ocorrência	13,9%	13,9%	11,1%	11,1%	16,7%	13,9%	19,4%
Nome concedido às categorias	Atuação junto aos ministérios	Projetos e leis	Segurança Pública	Atualidades	<i>Accountability</i>	Acre	Agenda

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A classe mais frequente no banco de dados é a 7 (19,4%), intitulada “Agenda”. Nela, a parlamentar expõe para seus seguidores o dia a dia no Congresso, trazendo os encontros e reuniões tidos com outras entidades e atores sociais, nas mais diferentes áreas como saúde, segurança pública, infraestrutura, justiça, desenvolvimento regional e relações exteriores. Como exemplo tem-se a publicação do dia 20 de fevereiro:

Recebi no meu gabinete parlamentar o Comandante do Corpo de Bombeiros Militar do Acre, Coronel Carlos Batista e seu ajudante de ordens, Capitão Coutinho. Na pauta, demandas de equipamentos para a corporação, me comprometi a buscar atender as necessidades dos Bombeiros” (Rocha, 2019).

Nota-se nessa categoria uma proximidade especial com as instâncias militares, como corpo de bombeiros e polícia.

No dia 27 de março, Rocha (2019) compartilha sobre a audiência que participou com o embaixador da China: “*Mara Rocha e vice-governador participam de audiência com embaixador da China no Brasil*”. A publicação ainda é um exemplo dos *tweets* escritos em terceira pessoa, algo bastante comum na rede social da deputada. Se há uma ideia de que a rede social é uma possibilidade interação direta com quem se fala, nota-se uma quebra nessa relação de comunicação, ao aparecer a assessoria da deputada como fonte das informações de seu *Twitter*. Sendo figuras públicas, é importante se ressaltar que as deputadas possuem assessorias de comunicação, as quais influenciam diretamente no comportamento delas nas

redes sociais, podendo, até mesmo, escrever as publicações como se fossem a própria deputada assessorada, a fim de garantir a gestão da visibilidade positiva.

Em segundo aparece “*Accoutability*” – classe 5 –, presente em 16,7% das postagens. A classe é representada pela prestação de contas da deputada de forma mais ampla, em prol do estado do Acre, enquanto representante do estado, mas também do país, enquanto deputada da federação. No dia 20 de março, do mesmo ano, é tuitado na rede social: “*Mara Rocha anuncia Projeto de Lei para diminuir o custo de energia elétrica na Região Norte. Trabalhando pelo Acre, em prol do Brasil*” (Rocha, 2019). O lema “pelo Acre, em prol do Brasil”, é recorrente em outras publicações dessa classe, o que indica a tentativa da deputada de alcançar o eleitorado além do estado, com projeção nacional, e a possibilidade de reconhecimento pelo trabalho nessa perspectiva.

Em terceiro aparecem as classes 1, 2 e 6, respectivamente: “Atuação junto aos ministérios”, “Projetos e leis” e “Acre”. As três classes estão presentes em 13,9% das postagens. Em “Atuação junto aos ministérios”, a parlamentar apresenta as relações estabelecidas com diferentes ministérios do governo Bolsonaro, como Ministério do Desenvolvimento Regional, Ministério da Justiça, Ministério da Economia, Ministério da Saúde. Isso demonstra um trabalho que envolve diferentes áreas, em especial como integrante da Bancada do Acre. Em 19 de fevereiro de 2019, ela posta: “*Estou participando da Reunião da Bancada do Acre com o Ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto. Em pauta, o reconhecimento da situação de emergência em Cruzeiro do Sul*” (Rocha, 2019). A publicação refere-se à situação deixada pelas fortes chuvas na cidade de Cruzeiro do Sul, as quais fizeram elevar o nível do rio Juruá (Paiva, 2019). Em 14 de março é publicado na conta da parlamentar: “*EM PROL DO ACRE: Mara Rocha apresenta Indicação, ao Ministério da Saúde, com mudanças na Tabela de Procedimentos do SUS. Saiba mais: <https://t.co/a7KHf4z9Oo>*” (Rocha, 2019).

Em “Projetos e leis”, Mara Rocha publica sobre sua atuação no legislativo, participando da aprovação de projetos e leis. Em 11 de julho de 2019, a deputada retuita da conta do PSDB (@PSDBoficial) sobre a aprovação de uma lei, na qual a parlamentar é coautora: “*A Câmara aprovou o Projeto de Lei 1552/20, de coautoria das deputadas @terezanelmaal e @mararocha4545, que torna essenciais os serviços de acolhimento institucional às mulheres e seus dependentes vítimas de violência doméstica durante a*

pandemia” (Rocha, 2019). A PL 1552/2020 conta com a autoria de Mara Rocha e outros 23 parlamentares, de diferentes partidos e linhas ideológicas. A ementa dispõe sobre a proteção de mulheres em situação de violência durante a pandemia do COVID-19 (Brasil, 2020b). Essa é uma medida de extrema importância visto o aumento dos índices de violência contra a mulher no período de distanciamento social, no qual as famílias passaram a ficar confinadas em casa por maior tempo.

Os casos de feminicídio cresceram 22,2% entre março e abril do ano de 2020, em 12 estados do país, comparativamente ao ano de 2019 e os registros públicos ainda confirmam uma queda na abertura de boletins de ocorrência. No estado de São Paulo, o número de assassinatos de mulheres aumentou 44,9% em março de 2020, em comparação com o mesmo período do ano passado e mulheres que já viviam em situação de violência doméstica sem lugar seguro, foram obrigadas a permanecer mais tempo no próprio lar junto a seu agressor, muitas vezes em habitações precárias, com os filhos, sem convívio social, diminuindo assim as chances de denúncia ou por medo de realizar pela aproximação do parceiro. (Sousa; Santos; Antonietti, 2021, p. 52)

Em “Acre”, a parlamentar apresenta os feitos realizados em prol do Acre, especificamente. Nas publicações, o foco das ações está voltado para o desenvolvimento do estado, defesa do produtor rural, entre outros assuntos com maior foco na economia. Como exemplo tem-se a publicação do dia 16 de abril, em que Mara Rocha (2019) escreve: “*Além de Assis Brasil e Plácido de Castro incluídos na área de livre comércio de Brasília no Projeto de Lei 1288/2019, apresentei hoje o PL 2343/2019, acrescentando o município de Capixaba na mesma área*”. Os projetos de lei citados visam alterar a lei Nº 8.857, de março de 1994, ampliando a Área de Livre Comércio em municípios do Acre (Brasil, 2019g).

Por fim, duas classes aparecem com 11,1% cada uma, sendo elas “Segurança Pública” – classe 3 – e “Destaque na Câmara” – classe 5. Em “Segurança Pública”, a deputada apresenta sua preocupação com o tema, visando fortalecer o sistema de segurança pública, em especial no estado do Acre. Por outro lado, discute a reforma da previdência com representantes da segurança pública no país. A deputada fez parte da Frente Parlamentar da Segurança Pública, com início em 06 de fevereiro de 2019. Além disso, foi titular da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), de 12/03/2019 a 03/02/2020. Em 22 de março, ela escreve:

Recebi juntamente com o Deputado Estadual Sgt. Cadmiel Bonfim, no meu gabinete o perito criminal Thiago Martins, da Polícia Civil do Acre. Os peritos são de suma importância na elucidação de crimes e para o fortalecimento do sistema de segurança pública” (Rocha, 2019).

Em 26 de abril, a equipe da deputada publicou: “*DEPUTADA MARA ROCHA DISCUTE REFORMA DA PREVIDÊNCIA COM POLICIAIS FEDERAIS*”.

Já em “Atualidades”, a parlamentar comenta sobre temas da atualidade, como o Prêmio Congresso em Foco, em que convida os seguidores a votarem, bem como publica sobre datas comemorativas, como o Dia Internacional da Mulher. Além de retuitar publicações que a marcam e reforçam sua atuação como parlamentar. Como exemplo tem-se o post de 23 de julho: “*PRÊMIO CONGRESSO EM FOCO! O Prêmio Congresso em Foco visa reconhecer deputados federais e senadores que se destacam pelo impacto positivo de seu trabalho. A votação vai até 31 de julho. Vote pelo link <https://t.co/LqJyKaDoA3> <https://t.co/xGiupxxMIF>” (Rocha, 2019).*

Apesar das poucas publicações, se comparada as outras deputadas coletadas nesta pesquisa, Mara Rocha foi considerada a parlamentar mais influente do Acre, como aponta o tweet do dia 26 de fevereiro de 2019: “*Mara é a parlamentar do Acre mais influente nas redes sociais. A deputada Mara Rocha (PSDB) é a parlamentar mais influente do Acre, ocupando 129º lugar do total de 577 parlamentares listados*” (Rocha, 2019).

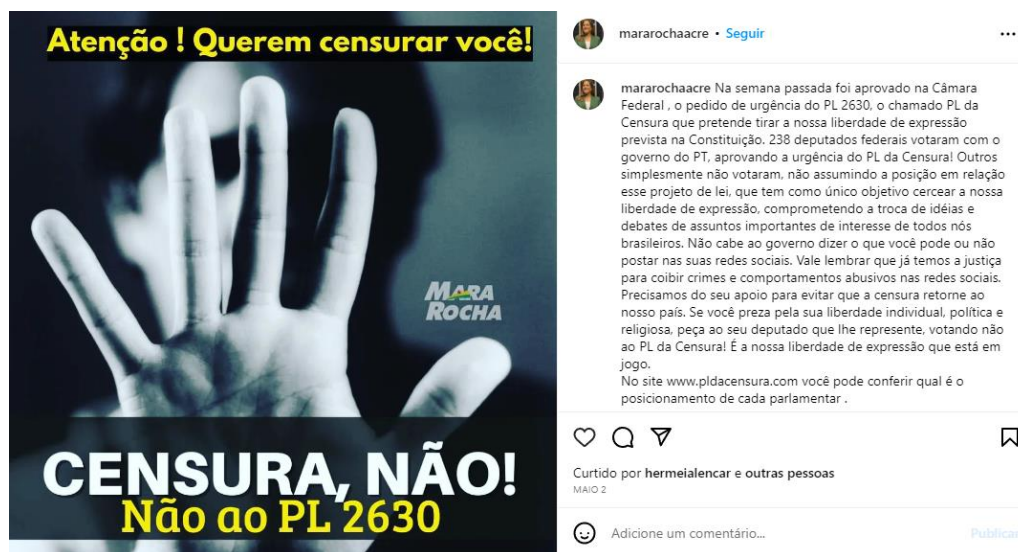
Quanto ao tema “mulheres”, Mara Rocha não o aborda muitas vezes ao longo do período coletado. Tendo publicações pontuais e mais generalistas, como a do Dia Internacional da Mulher, citada anteriormente nesta análise. No entanto, é importante destacar que a parlamentar está como coautora da PL 1552/2020, considerada como favorável no combate à violência contra a mulher em estado de calamidade. Além disso, ela é uma das 13 coautoras da PL 2589/2021, a qual dispõe, entre outras coisas, sobre a instituição do Programa Crédito da Mulher e de medidas para a ampliação ao empreendedorismo feminino (AzMina, 2021). A atuação condiz também com sua participação na Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Mulher, desde 18 de março de 2019.

Por outro lado, vale destacar que a deputada posiciona-se a favor do governo Bolsonaro, mesmo após sua derrota nas eleições de 2022, e critica Lula, associando-o aos casos de corrupção. A parlamentar está ligada a um grupo político do Acre. Seu irmão, Major Rocha (PSL), foi deputado federal e é o atual vice-governador do Acre. O seu alinhamento

ao conservadorismo fica claro por estar incluída nas Bancada da Bala e Ruralista. Votou a favor dos projetos e medidas neoliberais de Bolsonaro e teve uma adesão à pauta de costumes conservadores. Apesar de ter sido eleita pelo PSDB, o seu posicionamento é de extrema-direita.

Além disso considera o PL 2630/2020 (Brasil, 2020a) como uma forma de censura, como aponta a publicação do dia 2 de maio de 2023 (Figura 45).

Figura 45 - Publicação no Instagram de Mara Rocha em 02/05/2023



Fonte: Perfil de Mara Rocha no *instagram*, *print screen* (Rocha, 2023).

O PL institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet, sendo uma forma de combater a disseminação de informações falsas nas redes sociais *online* (Brasil, 2020a). Isso reforça o alinhamento ao discurso bolsonarista, o que emite um sinal de alerta para uma pauta mais conservadora frente aos costumes, o que pode incluir as questões que permeiam a dominação masculina.

6.4.13 Dra. Soraya Manato (PSL/ES)

A deputada Soraya Manato (Figura 46), utiliza o termo “doutora” em seu nome, indicando sua profissão: médica ginecologista. No entanto, não possui doutorado. A parlamentar foi eleita e cumpriu um único mandato na Câmara dos Deputadas, sendo eleita em 2018 na “onda Bolsonaro”, já que não possuía capital político anterior.

Figura 46 - Foto Soraya Manato (PSL/ES)



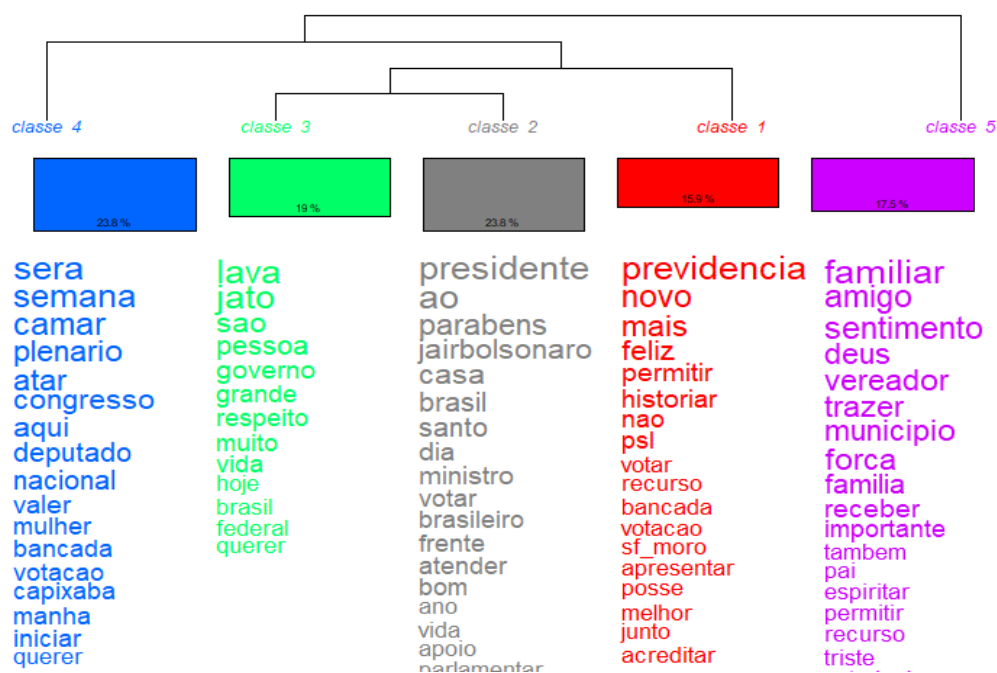
Fonte: Portal Câmara dos Deputados (2019).

Em seu *Twitter*, Manato faz pouco retuítes, sendo eles de aliados partidários e ideológicos, como da então deputada Carla Zambelli e do ex-presidente Jair Bolsonaro. Nos *tweets*, Soraya Manato escreve seguindo a norma culta da língua, com raras abreviações. No período coletado, a deputada fez 127 publicações, sendo uma média de 0,7 *post* por dia. A parlamentar fez uso de *hashtags* ao longo das publicações a fim de demarcar as temáticas, como #SegueoLíder, #governobolsonaro, #PSL, #PSLmeupartido, entre outras, para reforçar o partido de vínculo e apoio ao governo Bolsonaro, também eleito em 2018 pelo PSL. As *tags* #LavaJatoOrgulhoNcional, #sergiomoro e #policia federal, foram usadas para exaltar a operação Lava Jato e criticar os governos do PT; #saúde, #direitodaspessoascomdeficiencia e #educação foram usadas para tratar de bandeiras da deputada; #Reformade1Trilhão foi uma das *hashtags* usadas para as publicações de apoio à Reforma da Previdência proposta pelo ex-ministro da Economia, Paulo Guedes. Vale ressaltar o uso também de #ArmasPelaVida, outra bandeira alinhada ao governo, ao facilitar o acesso ao porte e posse de armas por civis.

dedicado ao Brasil. Em suas mãos @jairbolsonaro, o nosso País terá um futuro melhor. Muito obrigada!” (Manato, 2019). A deputada sempre associa o governo Bolsonaro a benefícios para o país, desenvolvimento, crescimento e liberdade. Além de associá-lo ao governo Trump – Presidente dos Estados Unidos de 2017 a 2021 –, como nos *tweets* de 28 de fevereiro e de 28 de junho de 2019, respectivamente: “*É isso aí! Parabéns a @jairbolsonaro e ao @realDonaldTrump. Tem o meu apoio! #tamojunto*”; “*Em uma coletiva de imprensa na Casa Branca, nos Estados Unidos, o Presidente Trump mencionou o nosso Presidente Bolsonaro... confira! 🤔👊BR*” (Manato, 2019). Bolsonaro foi considerado pela mídia como o “Trump dos Trópicos” e, em sua candidatura à reeleição, recebeu apoio do ex-presidente estadunidense, Donald Trump, por meio do *Twitter*, como aponta o jornal O Globo (2022).

Ao analisar o banco de dados via *Iramuteq*, as categorias analíticas formaram cinco *clusters*, indicados no dendrograma (Figura 48) abaixo:

Figura 48 - Análise gerada pelo programa Iramuteq – Dep. Federal Dra. Soraya Manato



Fonte: *Iramuteq*, 2023.

A partir do dendrograma gerado, foi possível construir o seguinte quadro (Quadro 19), com os termos significativos por classes, a porcentagem de ocorrências e o nome concedido às categorias.

Quadro 19 - Nomeação das categorias por termos - perfil da Dep. Federal Dra. Soraya Manato

	Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5
Termos com χ^2 de Pearson (termos significativos por classes)	Previdência, novo, mais, feliz, permitir, história, não, PSL, votar, recurso, bancada, votação Sérgio Moro, apresentar, posse, melhor, junto, acreditar etc.	Presidente, Jair Bolsonaro, casa, Brasil, santo, dia, ministro, votar, brasileiro, frente, atender, vida, apoio etc.	Lava Jato, são, pessoas, governo, grande, respeito, muito, vida, hoje, Brasil, federal, querer etc.	Será, semana, Câmara, Plenário, congresso, aqui, deputado, nacional, valer, mulher, bancada, capixaba, manhã, iniciar etc.	Familiar, amigo, sentimentos, Deus, vereador, trazer, município, força, família, receber, importante, recurso etc.
% de ocorrência	15,9%	23,8%	19%	23,8%	17,5%
Nome concedido às categorias	Reforma da Previdência	Governo Bolsonaro	Apoio à Lava Jato	<i>Accountability</i>	Atualidades

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Duas categorias aparecem em maior frequência nas publicações, com 23,8%, cada, são elas: Classe 2 – “Governo Bolsonaro” e Classe 4 “*Accountability*”. Em “Governo Bolsonaro”, Soraya Manato apresenta-se alinhada ao governo e parte da base aliada, apoiando-o de diferentes formas. As publicações da parlamentar ajudam a construir e reforçar a imagem positiva do então presidente. Na categoria, Manato, basicamente, elogia o governo, apoia suas propostas e critica as ações do STF.

Em 8 de julho, Manato escreve: “*É isso aí, @jairbolsonaro e @DamaresAlves, vamos dar a real assistência aos brasileiros e aí, incluímos os nossos índios. #funai*” (Manato, 2019), ao apoiar as medidas adotadas pelo governo e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, gerido por Damares Alves. Nessa publicação, dois pontos são importantes de serem tratados: em primeiro lugar, o termo “índio” é genérico e não reflete as diferenças sociais e culturais dos povos indígenas, algo relacionado ao posicionamento conservador do presidente e seus aliados (Pereira; Silva, 2019); em segundo, a própria ONU denuncia o governo Bolsonaro por crimes contra os povos indígenas brasileiros (Chade, 2022) e esconde crise humanitária enfrentada pelos yanomamis (Chade, 2023). De acordo com a Agência Pública⁷⁰, em reportagem especial do dia 19 de julho de 2022, o governo Bolsonaro certificou 239 mil hectares de fazendas dentro de áreas indígenas (Fonseca, Paes; Oliveira, 2022).

Na construção de uma imagem positiva do governo, a parlamenta publica em 29 de junho do mesmo ano:

[...] @jairbolsonaro volta ao Brasil com grande vitória! Acordo comercial União Europeia e Mercosul finalmente fechado. Feito histórico que trará grande dimensão política e aprofundamento das relações com Europa. Parabéns @jairbolsonaro e aos ministros @ernestofaraujo e @TerezaCrisMS”. E, no que tange às mulheres, Manato publica em 2 de julho: “Em quase 100 anos de existência, toma posse hoje no @MEC_Comunicacao, a 1ª mulher a ocupar o cargo de reitora na UFRJ. Parabéns Denise Pires de Carvalho e parabéns ao nosso presidente @jairbolsonaro por atender à vontade acadêmica e do colégio eleitoral da instituição” (Manato, 2019)

Nesse sentido, torna-se interessante o esforço da base aliada de Bolsonaro em reconstruir uma imagem positiva dele com as mulheres, frente aos ataques às mulheres e frases misóginas, machistas e sexistas como os ataques à deputada Maria do Rosário (PT), em 2014, em que ele disse que ela não merecia ser estuprada por sua aparência (*The Intercept Brasil*, 2017). Algo observado também com o movimento #EleNão, em 2018, antes das eleições, com mobilização e forte participação feminina (Ferreira, Raphaela, 2021).

⁷⁰ A Agência Pública é um veículo jornalístico investigativo de cunho independente. Suas matérias podem ser lidas gratuitamente e ela é mantida com o apoio de seu público leitor.

Quanto ao STF, tem-se a crítica aos benefícios recebidos pelos magistrados e à atuação que, por vezes, seguiu na contramão do que o governo Bolsonaro desejava. Em 10 de julho de 2019, enquanto parte da Frente Parlamentar Evangélica, ela escreve: “*Estado laico não significa que evangélicos não possam ocupar cargos públicos. @jairbolsonaro somos todos cristãos. 🙏🙏@STF_oficial*” (Manato, 2019). Nota-se o que Biroli, Machado e Vaggione (2020) apontam como a ascensão do neoconservadorismo em espaços que deveriam estar dissociados da religião. Conforme os autores, ao separar o Estado da Igreja, a forma de se garantir que os valores “morais” cristãos prevaleçam é formar pessoas que ocupem os espaços públicos para defender as pautas conservadoras. De fato, um estado laico é aquele que não assume uma religião para si e atende a todos e todas independente das suas crenças. No entanto, nota-se na gestão bolsonarista a defesa de valores cristãos.

Já em “*Accountability*”, a parlamentar traz sua atuação no plenário como deputada federal. Nessa categoria aparecem duas publicações sobre a temática mulher. Em 13 de fevereiro:

Chega de falta de respeito com as mulheres. É inadmissível observar os parlamentares do Psol tratar com zombaria as deputadas mulheres aqui no Plenário da Câmara, diante de uma votação tão séria para o nosso país. Fomos eleitas pelo povo e os eleitores sabem que somos capazes!”. Em 9 de julho do mesmo ano: “*@RodrigoMaia fechou acordo com a bancada p atender reivindicação de ajuste na fórmula de cálculo do benefício d contribuição exigido para mulheres. Permitirá direito a 60% do valor do benefício a partir dos 15 anos d contribuição. Depois, receberão 2% a mais, a cada ano na ativa* (Manato, 2019).

Apesar da busca para observar o porquê quanto à crítica aos parlamentares do PSOL, não foi possível resgatar o fato para se comentar. O PSOL é um partido que defende os grupos minorizados e marginalizados e tem lideranças femininas que despontam na Câmara em defesa da mulher. Isso não impede que atos de violência política de gênero ocorram, mas também apresenta-se aqui a visão de uma deputada conservadora que, por ser mulher, tenta se desvincular da dominação masculina, para se colocar como defensora das mulheres, ao mesmo tempo em que se alinha a um governo que agride as mulheres e mostra-se conservador nas pautas sociais e culturais.

Quanto à prestação de contas, a parlamentar apresenta suas ações na Câmara. Como exemplo, tem-se o *post* de 20 de fevereiro de 2019:

Estive com a bancada capixaba e o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, com a Ministra da Agricultura, para discutir a nossa preocupação em relação a Portaria que afeta as atividades de exportação e exportação de produtos de origem animal comestíveis pelo Espírito Santo (Manato, 2019).

A segunda categoria mais recorrente é a classe 3, com 19%, intitulada “Apoio à Lava Jato”. A operação foi uma das pautas levantadas pela base aliada do governo, em especial pela prisão e denúncias de aliados e políticos vinculados ao PT. Além disso, foi a responsável pela visibilidade e aumento de capital política/simbólico do ex-juiz Sérgio Moro, que veio a ser ministro da Justiça do governo Bolsonaro nos primeiros meses. Após a divulgação dos áudios de Moro com Deltan Dallagnol, pelo jornal independente *The Intercept* Brasil, mostrando a parcialidade do juiz na condução da operação, a base aliada do governo tentou sustentar a imagem de herói da Lava Jato assumida por Moro. Como exemplo tem-se o *tweet* de 26 de junho de 2019:

Apesar da série de ataques à Lava Jato e, em consequência, a tentativa de denegrir a imagem de @SF_Moro, sei que o ministro é pessoa honrada e ética e que agiu em defesa do Brasil. Na realidade estão querendo inverter os papéis, mas o bandido é outro. #LavaJatoOrgulhoNacional (Manato, 2019).

Ao mesmo tempo, a base aliada do governo tentou desconstruir a narrativa apresentada pelo jornal e desacreditar a credibilidade do veículo e do jornalista Glenn Greenwald.

Em terceiro aparece “Atualidades” – classe 5, presente em 17,5% –, em que a deputada comenta os acontecimentos de repercussão no período coletado, como o assassinato do marido da ex-deputada Flordelis. Soraya Manato prestou solidariedade à então colega de Câmara. Contudo, posteriormente, descobriu-se a participação de Flordelis no crime. Outro tema tratado foi a morte do jornalista Ricardo Boechat, em um acidente de helicóptero, em fevereiro de 2019. Meses depois, em julho do mesmo ano, o jornalista Paulo Henrique Amorim, criador do *Conversa Afiada* e crítico do governo Bolsonaro, sofre um infarto e morre. Apesar das situações serem parecidas, a deputada não comenta sobre o segundo jornalista, conhecido por suas críticas à Bolsonaro. Quanto às tragédias do período, Manato

também comenta a morte dos jovens no centro de treinamento do Ninho do Urubu, local em que se formam as categorias de base do Flamengo.

Outro assunto nessa categoria foi a Copa América e a torcida pelo Brasil, algo comum, visto que até a própria camisa da seleção brasileira de futebol é apropriada em manifestações pró-Bolsonaro.

Ainda nessa categoria, Manato trata sobre o Dia Internacional das Mulheres, no dia 8 de março de 2019: *“Que Deus abençoe todas nós e nos dê muita sabedoria, força e coragem. Que todas sejam amadas, respeitadas, valorizadas e reconhecidas. Feliz Dia Internacional da Mulher! 🌸 #8demarço”* (Manato, 2019). A publicação mostra-se como algo para não deixar o dia passar “em branco”, mas não traz qualquer outra discussão importante para a defesa das mulheres. E, mesmo quando existe, relaciona-se, por exemplo, ao tema educação, com a criação de mais creches para que as mães deixem seus filhos. Essa é uma pauta relevante e contribui para a participação feminina no mercado de trabalho, enquanto política pública, uma vez que muitas mulheres deixam de trabalhar por esse motivo, o que não ocorre com a mesma frequência com os pais. A postura de deputada apresenta-se voltada para o pensamento maternal (Miguel; Biroli, 2014), ainda associado ao que se espera do gênero feminino: associando mulher à maternidade.

Por fim, “Reforma da Previdência” – classe 1 –, presente em 15,9% do banco de dados, trata de mais um assunto importante para o Governo Bolsonaro no primeiro semestre de 2019: a aprovação da nova Reforma da Previdência. Quanto à essa pauta, Manato assume a posição de defesa da reforma, com a justificativa de que é importante para o desenvolvimento econômico do país. Em 22 de julho, Manato escreve:

Este primeiro semestre foi de muito trabalho na Câmara dos Deputados. Além de votarmos o primeiro turno de um dos projetos mais importantes para o Brasil, a Nova Previdência, pude dar encaminhamentos em ações que, quando aprovadas, beneficiarão a todos nós brasileiros” (Manato, 2019).

As categorias se relacionam da seguinte forma: As mais próximas são as classes 3 – “Operação Lava Jato” – e 2 – “Governo Bolsonaro” –, o que condiz com a narrativa de fortalecer a relação no imaginário social entre corrupção e os casos desvelados pela Lava Jato sobre os governos do PT, o que de certo modo, alavancou a eleição de Bolsonaro. Em

seguida, aparece a classe 1 – “Reforma da Previdência”. Mais uma forma de fortalecer a imagem do presidente frente aos seguidores e usuários da rede, trazendo a reforma como algo positivo para o desenvolvimento do país. A classe 4 aproxima-se ao ser uma forma da deputada prestar conta sobre suas ações na Câmara dos Deputados. Finalmente, a classe 5 – “Atualidades” –, mostra-se mais distante das demais, até pelas temáticas trazidas não condizerem diretamente com as ações do governo Bolsonaro, mas sim, serem uma forma da deputada mostrar-se atenta aos fatos que ocorrem para além da política.

Em momento algum, a parlamentar apresenta as controvérsias da reforma previdenciária proposta e aprovada, em especial para as mulheres brasileiras, um dos grupos mais afetados. E no que diz respeito à temática “mulher”, Soraya Manato publica em poucos momentos, trazendo um discurso mais generalista, sem aprofundar em problemáticas enfrentadas pelas mulheres, como desigualdade no mercado de trabalho, violência, baixa participação na política ou mesmo temas que tratam a realidade interseccional – raça, classe e gênero – das mulheres brasileiras cis e trans.

6.4.14 Rejane Dias (PT/PI)

A deputada Rejane Dias (Figura 49), no período coletado, fez 98 *tweets* uma média de 0,5 *posts* ao dia. As publicações são *tweets*, com uso de poucas *hashtags*, sendo elas específicas de assuntos, como: #CidadeInclusiva, #DeputadaRejaneDias, #RejaneDias, as quais remetem a seu mandato e ações; e #Suzano quando a deputada comenta sobre o ataque de dois jovens na escola de Suzano, em São Paulo, em 13 de março de 2019, vitimando alunos e funcionários. Quanto à escrita, a deputada utiliza a norma culta da língua, sem muitas abreviações, além de *hiperlinks* para que as pessoas que acessem consigam ver a informação completa.

Figura 49 - Foto Rejane Dias (PT/PI)



Fonte: Portal Câmara dos Deputados (2019).

Nota-se que esta rede não foi tão acionada pela deputada. Em outras redes, como no Instagram (@rejane.dias), a ex-deputada possui seu perfil fechado. No *Facebook*, a deputada possui mais seguidores – em torno de 45 mil – e está mais ativa, no entanto, suas publicações se encerram quase junto do seu mandato, em 20 de dezembro de 2022. O que demonstra, de certa forma, que a deputada utiliza menos a rede de forma estratégica, se comparada a outras parlamentares analisadas neste estudo.

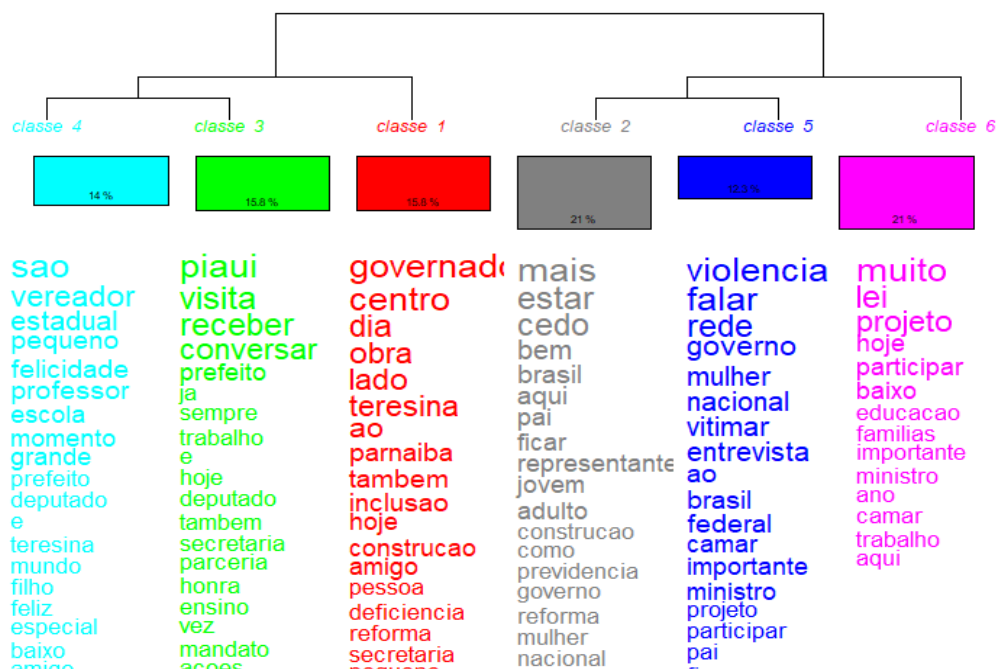
Nas eleições de 2022, Rejane Dias tentou ser reeleita pela terceira vez como deputada federal, mas não venceu. Em 10 de janeiro de 2023, a Assembleia Legislativa do Piauí aprovou Rejane Dias para assumir o cargo de conselheira do Tribunal de Contas do Estado (TCE) (Assembleia Legislativa do Piauí, 2023).

Quanto aos *tweets* coletados, o *software Iramuteq* gerou a nuvem de palavras a seguir (Figura 50):

Bolsonaro, como a também deputada na época Liziane Bayer, mas para atacar o governo e seus aliados.

Ao passar o banco de dados pelo *Iramuteq*, as categorias analíticas construídas apresentaram-se em seis *clusters*, indicados no dendrograma (Figura 51) abaixo:

Figura 51 - Análise gerada pelo programa *Iramuteq* – Dep. Federal Rejane Dias



Fonte: *Iramuteq*, 2023.

A partir do dendrograma gerado, foi possível construir o seguinte quadro (Quadro 20), com os termos significativos por classes, a porcentagem de ocorrências e o nome concedido às categorias.

Quadro 20- Nomeação das categorias por termos - perfil da Dep. Federal Rejane Dias

	Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5	Classe 6
Termos com χ^2 de Pearson (termos significativos por os por	Governador, centro, dia, obra, lado, Teresina, Parnaíba,	Mais, estar, cedo, bem, Brasil, aqui, pai, ficar, representan	Piauí, visita, receber, conversar, prefeito, já, sempre,	São, vereador, estadual, pequeno, felicidade, professor,	Violência, falar, governo, mulher, nacional, vitimar,	Muito, lei, projeto, hoje, participar, baixo, educação,

classes)	também, inclusão, hoje, construção, amigo, pessoa, deficiência, reforma, secretaria etc.	te, jovem, adulto, construção, como, Previdência, governo, reforma, mulher, nacional etc.	trabalho, hoje, deputado, também, secretaria, parceria, honra, ensino, mandato etc.	escola, momento, grande, prefeito, deputado, Teresina, mundo, filho, feliz, especial, baixo etc.	entrevista, Brasil, federal, Câmara, importante, ministro, projeto, participar etc.	famílias, importante, ministro, ano, Câmara, trabalho, aqui etc
% de ocorrência	15,8%	21%	20,4%	14%	12,3%	21%
Nome concedido às categorias	Governo do Piauí	<i>Accountability</i>	Atuação pelo Piauí	Educação	Violência contra a mulher	Atualidades

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Apesar de um número relativamente baixo de publicações, as discussões mostram-se pulverizadas, ao organizar-se em seis categorias. Duas categorias aparecem de forma mais frequente nas publicações coletadas, ambas com 21%, sendo elas: Classe 2, intitulada “*Accountability*”, e Classe 6, “Atualidades”. Em “*Accountability*”, a deputada presta contas sobre o seu segundo mandato como deputada federal. Ela constrói uma imagem sobre si positiva, de alguém que acorda cedo e trabalha para transformar o país em um espaço melhor. Além disso, Rejane Dias sempre destaca que seu mandato e sua ação dependem do coletivo, em defesa dos mais pobres. Como exemplo, tem-se a publicação do dia 26 de fevereiro do mesmo ano, na qual ela escreve: “*Estamos aqui no FNDE, desde bem cedinho, em busca de recursos para a Educação do nosso Piauí, em especial para o EJA, a Educação de Jovens e Adultos*” (Dias, 2019). Nessa categoria, Dias apresenta um pouco do seu dia a dia, as visitas ao estado e atividades. Em 31 de julho, a parlamentar escreve: “*É sempre uma honra estar em Amarante! Mais cedo estive no município para um encontro amigos apoiadores de nosso trabalho na região. Falamos de nossas ações que puderam contribuir com o desenvolvimento [...]*” (Dias, 2019).

Isso aponta uma preocupação em manter o capital político e apresentar a seus eleitores aquilo que foi feito, como também tende a atrair a visibilidade dos demais seguidores da rede.

Em “Atualidades”, Rejane Dias comenta sobre fatos que foram ocorrendo ao longo do período comentado, entre eles: os ataques à escola em Suzano-SP; prêmio Sebrae Educação; crítica à postura do então ministro da Educação, Ricardo Velez, pela falta de financiamento na área; além de tratar sobre projetos de lei em tramitação. Entre os *posts*, tem-se a valorização da visita da ministra do STF, Carmem Lúcia, ao Piauí, publicada em 26 de abril: “*Uma honra receber a ministra Carmem Lúcia aqui no Piauí. Sou uma grande admiradora da sua luta e do seu trabalho[...]*” (Dias, 2019). O que aponta para uma relação amistosa com o STF e que respeita a tripartição dos poderes, algo diferente do que os apoiadores bolsonaristas fazem, como Soraya Manato do PSL, no mesmo período.

Em 28 de março, do mesmo ano, Dias (2019) publica: “*Questionei hoje o ministro da Educação Ricardo Velez sobre uma série de ações que o MEC tem ignorado. Quando sai da teoria e do campo ideológico, é na falta de financiamento que a Educação se esbarra*” (Dias, 2019). O que traz uma das principais bandeiras da deputada, a educação, a qual possui uma categoria à parte. A preocupação com a educação pode ser associada ao “pensamento maternal” (Miguel; Biroli, 2014), ao associar-se à mãe que se preocupa com a formação dos filhos. No entanto, nota-se uma preocupação com a educação como forma de redução das desigualdades sociais, algo mais próximo ao pensamento do PT, o qual, em seus governos, utilizou o lema “Brasil, Pátria Educadora”, de 2015, no início do segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff (PT).

Duas outras categorias mostram-se com a mesma porcentagem (15,8%), sendo elas a Classe 1, “Governo do Piauí”, e Classe 3, “Atuação pelo Piauí”. Em “Governo do Piauí”, Rejane Dias mostra-se alinhada a seu colega de partido José Wellington Barroso de Araújo Dias eleito, em 2018, pela quarta vez como governador do estado. Esse alinhamento reforça a ideia de um mandato em prol do estado e facilita as ações conjuntas, já que existe um mesmo posicionamento partidário ideológico por parte da representante do legislativo e do representante do executivo do estado, deputada federal e governador. Além de parceiros de partido, Wellington Dias e Rejane Dias são casados, sendo o capital político da deputada sendo reforçado, também, por essa relação familiar com o esposo. Assim, torna-se vantajoso para a imagem de ambos, esse reforço positivo a partir das publicações.

Entre as publicações que apontam para esse reforço de capital, tem-se a publicação do dia 18 de março de 2019: “*Hoje o CEIR escreve mais um capítulo de sua bela história.*”

Inauguramos ao lado do nosso governador Wellington Dias as obras de reforma e ampliação, com destaque para a primeira academia de musculação” (Dias, 2019). A imagem atrelada ao marido é notória nas publicações, não como uma mulher acessório apenas, como apontou Schwartzberg (1977), mas sim, como alguém que age em conjunto, usando sempre o “nós”.

Já em “Atuação pelo Piauí”, Rejane Dias traz sua atuação para com o estado juntamente com outras autoridades, como líderes religiosos, secretários de estado, prefeitos, outros deputados, bem como saúda a história do Piauí. Em 18 de março de 2019, ela escreve: *“A Educação é uma ferramenta de transformação de vidas! Credo nisso e pensando em parceria com o pastor Gouveia e a Secretaria de Estado da Educação lançamos as primeiras turmas de Ensino de Jovens e Adultos”* (Dias, 2019). Mais uma vez, ela traz sua ligação com a religiosidade e fé, algo comum aos apoiadores de Bolsonaro, rompendo esse estereótipo criado por eles de que os governos de esquerda não defendem a liberdade religiosa. Além disso, a deputada faz a associação sempre em prol de causas sociais e das bandeiras que defende, como a educação.

Quanto à valorização da história e símbolos de seu estado, Rejane Dias escreve, em 13 de março do mesmo ano: *“Hoje o Piauí comemora e relembra com orgulho sua história de luta! São 196 anos da Batalha do Jenipapo. Um fato que nos faz lembrar a bravura de guerreiros que decidiram lutar pela sua liberdade”* (Dias, 2019). Nota-se ainda que a deputada parece escrever os seus próprios *tweets*, ao fazer uso da primeira pessoa e em não utilizar retuítes ao longo do período coletado. Ao escrever sobre o estado, a deputada também constrói uma imagem positiva do local frente aos(as) seguidores(as)/usuários(as) da rede.

A terceira categoria mais recorrente foi a classe 4, “Educação” (14%). Como observado em outras categorias, o tema educação é algo recorrente no discurso empregado pela deputada em seu *Twitter*. Nessa categoria, Rejane Dias traz notícias sobre a educação no estado e seus esforços para amparar professores e estudantes. Em 18 de fevereiro de 2019, ela escreve: *“Gente, notícia boa para os nossos os professores. 📖 O Capes está selecionando professores das escolas públicas das redes estadual e municipal para realizarem curso de aperfeiçoamento no Canadá ✈️”* (Dias, 2019). No dia 22 do mesmo mês, a deputada escreve: *“Diante de tanta dificuldade financeira, desemprego, acredito que novas concepções de educação podem iniciar uma nova forma de ver e girar o mundo”*. Mais uma

vez, a deputada reforça sua visão de que a educação é uma das principais ferramentas para acabar com o desemprego. Além disso, sendo a educação uma parte do que se espera de assuntos abordados pelas mulheres na política, a parlamentar aborda também a classe trabalhadora, ao trazer preocupações com os professores e professoras, em especial, do estado que a elegeu. Ainda, a parlamentar vê na educação uma forma de proteger meninas e mulheres da violência, em especial, violência doméstica.

Rejane Dias é autora do PL 3021/2020, que altera a Lei n. 11.947/2009, para autorizar, no período de suspensão de aula, devido a estado de emergência ou calamidade, como a pandemia da Covid-19, a utilização do Cartão Alimentação Escolar para compra de alimentos, sendo os custos cobertos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), para os responsáveis dos discentes do ensino público de educação básica (AzMina, 2020).

Por fim, a quarta categoria mais frequente, com 12,3%, foi “Violência contra a mulher”. Essa é outra importante bandeira da deputada, afinal, ao longo do mandato, Dias participou da elaboração de 40 propostas (AzMina, [ca. 2021j]) de leis que tratam do direito das mulheres em diferentes aspectos, como combate à violência, educação, política – entre outras coisas, em prol da paridade de gênero em disputas eleitorais –, mercado e ambiente de trabalho, políticas assistenciais, saúde, proteção das meninas, entre outros aspectos. Além disso, a deputada é referência no estado, como aponta a publicação do dia 12 de março de 2019: “*Vai ao ar na próxima quinta-feira, 14, entrevista que concedi à TV Câmara sobre os desafios para combater a violência contra a mulher no Brasil. Falei bastante das ações do Estado do Piauí [...]*” (Dias, 2019).

Em 6 de fevereiro de 2019, a deputada comemora em sua rede: “*Começamos uma nova legislatura de forma histórica; temos a maior bancada feminina até então da Câmara dos Deputados e hoje nos reunimos pela primeira vez! Imaginem aí 78 mulheres juntas!* 🥰” (Dias, 2019). Até então, em 2018 foi eleito o maior número de mulheres, sendo 77 deputadas eleitas para o legislativo. Infelizmente, conforme observa-se nesta pequena amostragem, mais mulheres na política, nem sempre refletem em mais políticas para as mulheres. Há partidos que sequestram a pauta para reforçar políticas conservadoras e combater, por exemplo, a “ideologia de gênero”, em especial quando se trata da inserção do neoconservadorismo em espaços que são “separados” da igreja – educação, política, justiça

etc. –, a fim de garantir que a “moralidade”, pregada no ambiente religioso, chegue até outras instâncias da esfera pública (Biroli; Machado; Vaggione, 2020).

No entanto, é um marco em um país que ainda têm os espaços públicos e políticos dominados majoritariamente por homens, o que incentiva mais mulheres a entrarem na política. Nas eleições de 2022, por exemplo, foram eleitas 91 deputadas para a Câmara Federal, o que representou um crescimento de 18% (Agência Câmara, 2022), com representantes trans e indígenas, no entanto há retrocessos. Em um levantamento do jornal *Brasil de Fato* (2022), o aumento do ponto de vista racial foi o menor, além de uma vitória real da ideologia bolsonarista, que permanece, mesmo após a não reeleição do ex-presidente. Há mais mulheres do campo conservador e autoritário, as quais pertencem ao centro-direita e extrema-direita (Abreu; Mori, 2022).

Como deputada, Rejane Dias escreve sobre a criação de uma comissão externa para acompanhar os casos de violência contra a mulher, como publicado em 25 de fevereiro do mesmo ano: “*Precisamos falar da morte de mulheres! Criamos agora pouco aqui na Câmara uma comissão externa para acompanhar os casos de violência doméstica contra a mulher que tem assustado o País*” (Dias, 2019). A deputada ainda usa o termo feminicídio, qualificador do crime de homicídio quando motivado por questões de gênero, e aponta melhorias para a Lei Maria da Penha na proteção de mulheres frente à violência doméstica.

Se avançar no tempo das publicações para além do período coletado, nota-se que a narrativa em defesa das mulheres é contínua em seu discurso, como, por exemplo, ao tratar sobre violência política de gênero, responsável por afastar as mulheres dos cargos públicos e de governo, bem como ao comentar casos de violência de repercussão nacional, como o caso das agressões do DJ Ivis à sua mulher, em julho de 2021. Nesse sentido a deputada publica, em 22 de fevereiro de 2022 e 12 de julho de 2021, respectivamente: “*Minha solidariedade à prefeita de Cocal de Telha, Karyne, que foi vítima de uma agressão absurda e sem precedente. A matéria-prima da política é o equilíbrio. É o respeito! Esse tipo de violência política com uma mulher é repugnante e intolerável nos dias de hoje!*” (Dias, 2022); e “*O caso do DJ Ivis é, além da violência física, também um retrato de uma violência psicológica brutal. É repugnante vê-lo agora culpar a vítima, e ganhar audiência e seguidores com isso! Não há nada de novo na história, exceto o absurdo que é! Não podemos tolerar!*” (Dias, 2021).

Outrossim, em 2019, Rejane Dias foi autora do PL 2514/2019, que foi avaliada pelo Themis⁷¹ como um projeto de muita relevância. O PL dispõe de diretrizes para a criação da procuradoria da mulher nas Assembleias Legislativas estaduais e do DF, bem como nas Câmaras municipais (AzMina, 2019).

Quanto à proximidade entre as classes, tem-se: as classes 4 – “Educação” – e 3 – “Atuação pelo Piauí” – se aproximam, uma vez que a maior parte do discurso sobre educação está voltado para as ações no estado que a elegeu. As duas classes aproximam-se da primeira – “Governo do Piauí” –, o que condiz com a narrativa de trabalho em prol e em conjunto para melhorias do estado do Piauí, construindo uma narrativa positiva, e em conjunto com seu esposo, então governador do Piauí. Na outra ponta do dendrograma (Figura 374), há uma aproximação entre as classes 2 – “*Accountability*” – e 5 – “Violência contra a mulher” –, apontando que uma das principais bandeiras da parlamentar é a defesa e proteção da mulher em diferentes âmbitos. A classe mais próxima a elas é a 6 – “Atualidades” –, em que a parlamentar comenta sobre temas atuais e que, de certo modo, vinculam às suas bandeiras e ideias, sendo uma categoria na qual a deputada expõe de modo mais explícito suas opiniões.

6.4.15 Joenia Wapichana (REDE/RR)

A deputada Joenia Wapichana (Figura 52) teve 136 *tweets* coletados (média de 0,7 *tweets*/dia), entre publicações próprias e retuítes.

⁷¹ Grupo de advogadas e cientistas sociais feministas, criado em 1993, sendo uma organização da sociedade civil com sede em Porto Alegre/RS. O grupo atua em prol das discussões de gênero, Justiça e Direitos Humanos (Themis, [ca. 1998]).

Figura 52 – Foto Joenia Wapichana (REDE/RR)



Fonte: Portal Câmara dos Deputados (2019).

Suas publicações, por vezes, estavam escritas em primeira pessoa, como se a própria deputada postasse, e, outras vezes, estavam referindo-se a ela em terceira pessoa, possivelmente sendo escritas por sua equipe. Quanto aos retuítes, Wapichana costuma retuitar publicações do seu partido de filiação, da ONU, entre outras instituições internacionais, e de veículos de comunicação, como O Globo e Brasil de Fato, a fim de relacionar suas bandeiras, aparição na mídia e temas que discute em seu *Twitter*. Além disso, a deputada escreve sempre de modo formal, sem o uso de abreviações. Os *posts* contam com hashtags referindo-se ao assunto tratado, ao partido ou mesmo a ela própria, como #REDE, #AlutaContinua, #joeniawapichana, #deputadafederal, #movimentoindigena, #frenteparlamentar. Outro ponto importante é o uso de hiperlinks em quase todas as publicações, para que seus seguidores possam obter mais informações sobre os temas abordados.

Do banco de dados coletado, o software *Iramuteq* gerou a nuvem de palavras a seguir (Figura 53):

Figura 54 - Análise gerada pelo programa Iramuteq – Dep. Federal *Joenia Wapichana*

Fonte: *Iramuteq*, 2023.

A partir do dendrograma gerado, foi possível construir o seguinte quadro (Quadro 21), com os termos significativos por classes, a porcentagem de ocorrências e o nome concedido às categorias.

Quadro 21 - Nomeação das categorias por termos - perfil da Dep. Federal *Joenia Wapichana*

	Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5
Termos com χ^2 de Pearson (termos significativos por classes)	Frente, misto, senador, Rede, direito, parlamentar, defesa, <i>Joenia Wapichana</i> , apoio, deputado, coletivo, povo, mandato etc.	Terra, demarcação, bom, vista, livre, acompanhamento, acontecer, indígenas, luta, Brasil, brasileiro, reunião, direito etc.	Semana, conferir, atividade, jornal, iniciar, Rede, visita, campo, ocorrer, Rede no congresso, deputado federal, reunião, parlamentar etc.	Histórico, Roraima, hoje, posse, dia, indígena, tradicional, Marina Silva, ato, federal, deputado, receber, social, Rede etc.	Governo, reforma, mulher, proteção, mais, meio ambiente, conquista, providência, política, publicar, marcha, ambiental etc.

% de ocorrência	14,3%	20,4%	20,4%	20,4%	24,5%
Nome concedido às categorias	Frente Parlamentar Mista Em Defesa Dos Direitos Dos Povos Indigenas	Demarcação de terras	<i>Accountability</i>	Mandato histórico	Luta política

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A categoria mais frequente nas publicações é o cluster 5, intitulado “Luta Política”, presente em 24,5%. Nesta categoria, a então deputada *Joenia Wapichana* traz discussões importantes e que se chocam com a postura adotada pelo governo do ex-presidente Bolsonaro, dentre elas, a defesa do meio ambiente, críticas à Reforma da Previdência e à condição das mulheres e dos povos indígenas, frente a essas temáticas. Nela, o recorte interseccional – mulher e indígena – aparece de forma mais forte.

Em 05 de junho de 2019, a deputada tuíta;

Quero lembrar dos principais guardiões e protetores da floresta, os povos indígenas que, com a sua sabedoria ancestral e coletividade protegem o planeta. Por nós e pelas futuras gerações vamos cuidar do meio ambiente com responsabilidade pq o futuro do planeta é nosso compromisso (Wapichana, 2019).

Aqui, a deputada afirma seu lugar de fala enquanto representante dos povos indígenas do Brasil e a importância dessa parcela da população para a preservação ambiental. De acordo com Boko (2021, p. 5):

Demonstrada a relação entre cultura e propriedade, necessário indicar a relação entre a cultura indígena e a proteção ambiental, ou seja, a proteção dos recursos naturais como proteção do meio ambiente que envolve o patrimônio cultural. Da mesma maneira em que o dano ambiental impacta os povos indígenas, a presença de povos indígenas na terra propicia maiores chances de proteção do meio ambiente e da biodiversidade.

Ainda, Wapichana faz uma crítica à postura adotada pelo governo da época, o qual tentou retirar as principais conquistas da política indigenista no país, como no *repost* de 19

de julho: “RT @REDE_18: O Fundo Amazônia é um dos programas de proteção ambiental mais importantes no Brasil e o governo coloca em risco diversos projetos que dependem deste recurso por não aceitar as condições dos países que financiam o fundo” (Wapichana, 2019).

De fato, as atitudes da política bolsonarista adotada trazem suas consequências até os dias atuais, com o avanço dos garimpos ilegais, enfraquecimento de importantes instituições, como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e FUNAI, além da necropolítica de dizimação da população indígena, em especial na eclosão da crise humanitária vivenciada pelos povos Yanomami (Souza, 2023), publicizada no início de 2023.

Nesta categoria, Wapichana ressalta a importância da preservação ambiental, por meio de políticas públicas, associada à defesa dos povos indígenas, como forma de garantir o futuro do planeta e das futuras gerações.

Ao criticar a postura do governo, em especial no que tange à Reforma da Previdência, a deputada busca defender e chamar a atenção para as mulheres, em especial, a condição das mulheres indígenas. Como pode ser observado na publicação de 15 de maio:

Com o Movimento de Mulheres Camponesas que estão na luta contra a Reforma da Previdência. Essa Reforma que retira direitos sociais básicos, afetando, principalmente, as mulheres, indígenas e demais trabalhadores rurais, do campo e da cidade. #NaoAREformaDaPrevidencia (Wapichana, 2019).

De fato, como aponta Vicente (2021), as mulheres e os grupos minorizados, são os mais afetados pela reforma proposta, que os expõe à vulnerabilidade.

Em outro momento, no dia 31 de maio do mesmo ano, ela posta: “O Congresso é a casa do povo, onde o povo indígena tem que estar presente, principalmente as mulheres, uma presença importante para discutir a situação dos povos indígenas, compartilharem as boas experiências, trazer os valores e as tradições dos povos indígenas” (Wapichana, 2019). Quando se trata de sua atuação, Wapichana traz à tona a importância da presença feminina e das mulheres indígenas no governo.

Há três *clusters* que aparecem na mesma frequência, cada um com 20,4%, sendo eles: Classe 2 – “Demarcação de terras”, Classe 3 – “Accountability”, e Classe 4 – “Mandato

Histórico”. Nota-se, conforme o dendrograma (Figura 54), que há uma aproximação entre as classes 3 e 4, algo interessante de se observar nos conteúdos, já que prestar contas sobre o mandato também se relaciona com a visão do mandato da primeira deputada federal indígena. Na classe 3, intitulada “*Accountability*”, Wapichana apresenta o seu dia a dia como parlamentar, os eventos de que participou e principais atividades, bem como a sua presença em veículos jornalísticos. Como exemplo, tem-se o retuite da conta @REDEnoCongresso, de 30 de abril de 2019: “*A deputada federal @JoeniaWapichana conversou com o jornal Roraima em Tempo para falar um pouco sobre as demandas dos povos indígenas. Também aproveitou para falar um pouco do #ATL2019, que na última semana agitou Brasília*” (Wapichana, 2019). A *hashtag* refere-se ao “Acampamento Terra Livre”, que ocorreu entre 24 e 26 abril de 2019, organizada pela Articulação dos povos indígenas do Brasil. O ato reuniu povos originários de todo o país, a fim de discutir e entregar documentos ao governo sobre a pauta indígena (Taitson, 2019), como a demarcação de terras indígenas. Em 10 de junho do mesmo ano, a deputada tuitou: “*A Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas realizará nesta terça, 11, a 1ª reunião do pleno. A reunião será na Câmara dos Deputados, plenário 8, anexo II. O objetivo é identificar as atividades e prioridades de atuação ao longo da legislatura*” (Wapichana, 2019). Mais uma vez, nota-se a atuação da deputada vinculada às pautas dos povos originários.

A classe 4, “Mandato Histórico”, traz publicações que se relacionam à própria deputada e sua relevância e representatividade, por vezes, compartilhado de outras contas do *Twitter*. Um exemplo é a seguinte publicação, do dia 02 de fevereiro de 2019, repostada da rede social do partido no qual Wapichana é filiada: “*Confira o depoimento do ator Marcos Palmeira sobre a posse da deputada federal da REDE, Joenia Wapichana!*” (Wapichana, 2019). E, no dia 14, a deputada publicou: “*Uma manhã histórica para os povos indígenas de Roraima, do Brasil com o primeiro discurso da deputada Federal indígena Joenia Wapichana (REDE) na tribuna da Câmara Federal*” (Wapichana, 2019).

Joenia foi a primeira mulher indígena a conquistar uma vaga na Câmara Federal e esse é um marco importante se pensarmos, em mais de 500 anos, os povos originários tiveram poucos representantes que dessem maior visibilidade nesta instância do poder legislativo, em especial no que se refere à mulher indígena. Isso só reflete uma política de silenciamento e de epistemicídio que se perpetua e reverbera atualmente.

Pensar e lidar com os direitos dos povos indígenas, com toda a sua diversidade e multiplicidade, pressupõe reconhecer o protagonismo que exercem nos dias de hoje, devendo-se questionar a visão romantizada e mítica do “índio”, construída pelo Estado-Nação e corroborada pelas artes, decorrente do romantismo da figura do ‘bom selvagem’, herói genuinamente nacional (Pereira; Silva, 2019, p. 12).

Aqui, vale a pena explicitar o próprio termo “índio”, o qual, apesar de adotado em textos constitucionais, passa a ser substituído por “povos indígenas”, a partir da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), apesar de não significar um avanço no pensamento naquela época, conforme apontam Paulo Pereira e Chiara Silva (2019). Para eles, utilizar “povos indígenas” representa reconhecer os direitos dos povos originários, bem como suas diferenças para além do senso comum de um estereótipo que não dá conta da diversidade e complexidade dos diferentes povos, rompendo com a visão eurocêntrica e colonial de que os povos indígenas compunham um único povo. Nessa perspectiva, em 2019, a deputada *Joenia Wapichana* propôs o PL 5466, que institui o Dia dos Povos Indígenas (Brasil, 2019h), como 19 de abril, revogando a Lei 5.540, de 2 de julho de 1943. O PL foi vetado totalmente pelo então presidente da República, Jair Bolsonaro, sendo o veto derrubado pelo Senado. A proposta foi sancionada como lei 14.402, de 8 de julho de 2022 (Agência Senado, 2022).

Para Euler, Faulhaber e Moreira (2020), tendo o voto como um dos pilares da democracia, nota-se um avanço na eleição da primeira representante indígena no Brasil, em nível federal, em 2018.

A deputada federal recebeu 8.491 votos e foi eleita pelo estado de Roraima. Pioneira, *Joenia* também foi a primeira mulher indígena a se formar em direito no Brasil. Sua trajetória acadêmica de sucesso só ajuda a compor o pano de fundo de uma personagem histórica que se desenha nos quadros da política brasileira.

Outras bandeiras defendidas pela deputada *Joenia* contemplam a defesa pela conclusão da regularização fundiária das terras e o combate às propostas ‘antiindígenas’, garantindo assim que seja realizada a consulta dos povos indígenas nos projetos de lei que tramitam na Câmara” (Euler; Faulhaber; Moreira, 2020, p. 55)

Esta presença refletida no mandato da parlamentar, como observado em suas publicações na rede social e sua atuação. Como exemplo disso, tem-se a atuação de *Joenia*

na relatoria do Projeto de Lei 1.142/20, o qual foi publicado como Lei 14.021 (Brasil, 2020c), em 7 de julho de 2020, no Diário Oficial da União, dispondo do Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas, comunidades quilombolas e demais povos tradicionais afetados pela pandemia da COVID-19.

Na categoria 5, “Luta política”, a deputada se coloca como oposição ao governo do ex-presidente Jair Bolsonaro e suas ações que interferem diretamente na vida de grupos minorizados, como povos originários, mulheres e mulheres indígenas.

A categoria 2, mais próxima lexicalmente da 5, intitulada “Demarcação de terras”, também reforça essa presença feminina e indígena no Congresso Nacional. Nas publicações desta categoria, Wapichana discorre sobre a luta na defesa dos territórios indígenas e sua preservação. Por vezes, a deputada recorre aos veículos jornalísticos para respaldar as informações e apresentar as lutas, como no retuite do perfil @OGloboPolítica, de 25 de junho de 2019: “*Ministro do STF suspende MP que transferiu demarcação de terras indígenas para Agricultura*” (Wapichana, 2019). Esse foi o desfecho de uma mobilização que começou anteriormente, como pode ser observado no *post* de 9 de maio. Ela publica: “*Comissão acaba de aprovar o relatório da MP 870 e a demarcação de terras indígenas fica na FUNAI. Conquistas nossa, dos povos indígenas do Brasil*” (Wapichana, 2019).

A demarcação de terras indígenas é uma política indigenista e sua luta remonta ao período colonial. Essa política representa um apanhado de políticas públicas do estado, as quais visam assistir aos povos indígenas em nível nacional, ao mesmo tempo em que reconhece o direito originário às terras ocupadas por eles (Soares *et al.*, 2021). No levantamento feito por Leonardo Soares *et al.* (2021), quanto aos fatores que explicam a demarcação de terras indígenas, o principal elemento favorável no alcance de um processo demarcatório apontado pelo levantamento do estudo da arte sobre o tema é, justamente, a mobilização e os atos de protestos realizados pelos povos indígenas ao longo dos anos. Esse fator é seguido por atuação política de aliados, que simpatizam e lutam pela causa, como artistas e instituições, por exemplo; e a coesão intergrupala indígena, por meio da organização de lideranças capazes de negociar com o poder público demandas capazes de serem executadas e viáveis para os mesmos. Soma-se aos fatores favoráveis, a presença de um governo que tenha abertura para o referido debate. Em contrapartida, os autores apontam, dentre os fatores desfavoráveis, os interesses econômicos, a atuação da bancada ruralista e a

oposição do governo. Algo que a própria Wapichana vivenciou em seu mandato, marcado pela constante atuação do governo Bolsonaro, algo apresentado pelos relatores da ONU, em 2022 (Chade, 2022). Isso é nítido com a Medida Provisória 886/2019, a qual levou a demarcação de terras indígenas para a pasta do Ministério da Agricultura.

Por fim, aparece a Classe 1, intitulada “Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas” (14,3%). A frente foi lançada em 4 abril de 2019, e, no dia 2, a assessoria de comunicação da parlamentar tuitou divulgando o lançamento: “*Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, de autoria da deputada Federal Joenia Wapichana (REDE/RR), será lançada nesta quinta-feira, 4, às 10h, no Salão Nobre, da Câmara dos Deputados*” (Wapichana, 2019), seguido do contato da assessoria disponibilizado para quem desejasse obter maiores informações. Esse momento foi publicado no dia 5, em forma de retuite do perfil da liderança do partido Rede, Marina Silva:

Hoje foi lançada a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, uma iniciativa inédita e de extrema relevância, liderada pela deputada @JoeniaWapichana (REDE/RR), que reuniu o apoio de 219 deputados e 29 senadores. Todo meu apoio e solidariedade! (Wapichana, 2019).

A frente foi coordenada por Wapichana e contou com 210 deputados federais e 27 senadores (Câmara dos Deputados, 2019a) e estava em processo de articulação desde o início do seu mandato, como aponta o *retuite* do dia 21 de fevereiro, do perfil da Rede: “*O objetivo da iniciativa é garantir um espaço no Congresso Nacional para debater as principais demandas indígenas e também resguardar as conquistas já alcançadas. O senador da REDE Flávio Arns (PR) aderiu à criação da frente na última terça-feira (19)*” (Wapichana, 2019).

Nas publicações presentes nesse *cluster*, a então deputada apresenta a criação da frente e sua atuação, como forma de resguardar os direitos dos povos indígenas brasileiros, como no enfrentamento da COVID-19, em meio à alta taxa de contaminação e morte dos povos indígenas (Câmara dos Deputados, 2021)

Joenia Wapichana (Rede) tentou a reeleição para o cargo no pleito de 2022. No entanto, não se elegeu. Nas eleições, a candidata obteve 11.221 (Estadão, 2022), 2730 votos a mais que em 2018, o que representa 32,15% a mais do número de votos válidos. Isso pode indicar uma boa avaliação, com o crescimento do seu eleitorado, mas que, devido ao sistema

de eleições proporcionais para o cargo, impediu sua reeleição. Apesar de não ser eleita para um novo mandato, Wapichana é a primeira mulher indígena a assumir a presidência da Funai, em 2023, após 55 anos de fundação do órgão. Além disso, sua presença na Câmara Federal abriu portas para que outras deputadas indígenas pudessem despontar no cenário nacional e vencer em 2022, como foi o caso de Célia Xakriabá (PSOL-MG), Juliana Cardoso (PT-SP), Silvia Waiãpi (PL-AP) e Sônia Guajajara (PSOL-SP). Dentre elas, destacam-se Guajajara, atual ministra dos Povos Indígenas do Brasil, do governo Lula, e Silvia Waiãpi, deputada filiada ao PL, partido do ex-presidente Bolsonaro, conhecido por seu posicionamento conservador. Em 11 de abril de 2023, Waiãpi protagonizou uma fala transfóbica durante a reunião da Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais (Pinotti, 2023).

6.5 ANÁLISE DE CONTEÚDO COMPARATIVA

A partir da análise de cada uma das parlamentares desta investigação, serão observados fatores que permitem compreender um pouco mais da atuação das deputadas eleitas para Câmara dos Deputados Federal, em 2018, com mandato de 2019 a 2022, dentre eles: espectro político e ideológico; temáticas mais acionadas; e pautas femininas e feministas.

6.5.1 Capital político e atuação no congresso

Conforme Silva, Chaves e Barbosa (2023), de modo geral, a bancada feminina brasileira, eleita em 2018, é majoritariamente branca, altamente escolarizada, casada, com filhos e veterana na política. Miguel (2003), por sua vez, aponta que o capital político é um tipo de capital simbólico, que pode ser delegado – capital pertencente a uma organização –, convertido – em que a reputação adquirida em um dado campo pode ser convertida para o campo político – ou heroico – uma forma de capital convertido, que vincula ao carisma de uma dada pessoa e sua capacidade de resolução em momentos de crise. Quando se trata da participação feminina, nota-se que o capital familiar e/ou que se baseia no capital advindo de um homem, como foi o caso da constante associação Lula e Dilma (Dantas, 2019).

Quando se trata das deputadas analisadas no estudo, notam-se os três tipos de capital, que nem sempre atuam de forma isolada, mas se inter cruzam. O capital delegado tende a aparecer em personalidades que não faziam parte da política e associam sua trajetória a uma

dada instituição ou valores. Neste caso, pode ser trazida como exemplo a deputada Adriana Ventura (NOVO/SP), que não havia ocupado nenhum cargo político antes das eleições de 2018. Ventura é formada em Administração Pública e Doutora em Administração de Empresas pela FGV, atuando como professora universitária desde 2018. Como o próprio partido, Adriana Ventura tem o capital delegado advindo de um discurso anticorrupção, em que as experiências do espaço privado – administração de empresas, por exemplo – tendem a mudar a política brasileira. Ou seja, Ventura representa seu partido e uma parcela da população ligada aos empresários e pessoas que dizem não precisar do dinheiro público para se manter, mas querem contribuir com o meio. Além disso, a pauta neoliberal adotada pelo partido e alinhada ao governo Jair Bolsonaro é propulsora nas eleições de pessoas com esse discurso. Como exemplo, tem-se a própria eleição e reeleição de Romeu Zema (Novo) como governador de Minas Gerais. A deputada, inclusive, foi reeleita em 2022. Além de ser um capital delegado, a parlamentar também conta com o capital convertido, ao vir do campo da economia/empreendedorismo/docência universitária para o campo político.

Quanto ao capital convertido, nota-se que parte das deputadas possui esse histórico, advindo de lutas e associações a movimentos sociais ou mesmo por transferência de capital familiar, uma vez que “[...] familiares de líderes políticos costumam herdar não apenas o *savoir-faire* da política como uma rede de vínculos, compromissos e lealdades; isto é, possuem uma espécie particular, especialmente propícia à conversão em capital político, de capital social” (Miguel, 2003, p. 130). Como exemplo, tem-se a deputada Rejane Dias (PT/PI), que tem um capital familiar presente em sua trajetória, mas que a sua entrada na política veio de forma mais forte de sua atuação junto aos movimentos sociais, em especial, o movimento estudantil. Áurea Carolina (PSOL/MG) está inserida neste perfil, já que o seu capital vem da relação com os movimentos sociais, em especial vinculado ao feminismo negro e grupos periféricos, mas que teve como apoio a vereadora Marielle Franco, companheira de partido. A profa. Dorinha (DEM/TO) também apresenta capital convertido que trouxe do campo da educação e sua trajetória vinculada à área, que simboliza seus mandatos e é incorporado ao próprio nome pelo qual a deputada, e atual senadora, é tratada “professora”. No que tange ao capital familiar na política, tem-se o exemplo da deputada Elcione Barbalho (MDB/PA), que representa uma forte oligarquia no estado pelo qual foi eleita. E, tratando-se de famílias influentes e reconhecidas no Brasil, tem-se o clã Garotinho,

representado na legislatura analisada, por Clarisse Garotinho (então filiada ao PROS/RJ). Garotinho é um nome conhecido nacionalmente e que possui influência especial no Estado do Rio de Janeiro.

Quando se trata de capital convertido, vale a pena ressaltar que é uma presença comum no caso das mulheres eleitas, uma vez que muitas utilizam-se dos substantivos relativos à profissão incorporados ao nome “Doutora”, como exemplo tem-se a Dra. Soraya Manato (PSL/ES), para o caso das formadas em Medicina, advinda do campo da saúde; “Professora” para aquelas vinculadas ao campo da educação, como a profa. Dorinha Seabra (DEM/TO), e a profa. Marcivania (PcdoB/AP); ou mesmo do setor da segurança pública, que teve um apelo maior e crescente atrelado à “onda Bolsonaro”, nas eleições de 2018, como o uso dos substantivos “Delegada”, “Major”, entre outros. Entretanto, o que não aparece com frequência associado ao nome é a conversão do capital vinculado ao campo religioso, em especial vinculado às igrejas evangélicas. Alguns deputados eleitos utilizam o substantivo “pastor” incorporados ao nome, mas a maioria vinculada à Bancada da Bíblia não utiliza substantivos junto ao nome, mas, pela atuação, nota-se, claramente, um capital convertido. A exemplo, tem-se as deputadas presente no estudo, Liziane Bayer (PSB/RS, atualmente vinculada em Republicanos) e Magda Mofatto (PR/GO), as quais vinculam-se a essa ascensão do neoconservadorismo articulado as igrejas neopentecostais, que tentam deslegitimar o movimento feminista, apresentando-se como antifeministas, e garantir que os valores morais cristãos estejam presentes no Estado, considerado laico (Biroli; Vaggione; Machado, 2020).

Deve-se ressaltar que esta inferência sobre a não utilização de termos que qualifiquem o campo religioso é feita em relação às deputadas da Bancada da Bíblia analisadas, tendo em vista que, com a ascensão da direita no país, houve um aumento de parlamentares ligados aos setores de segurança – Bancada da Bala – bem como segmentos religiosos – Bancada da Bíblia –, além de manter muito forte a Bancada Ruralista. Nestes casos, muitos parlamentares tendem a destacar o lugar de fala ao contrário destas deputadas. Conforme notícia publicada pelo Portal Poder 360, o Brasil teve um recorde de candidatos que utilizaram denominações religiosas evangélicas, com um aumento de 26% em 2022 em relação a 2018. Foi um total de 520 candidatos com nomes vinculados às igrejas evangélicas, sendo o PTB com o maior número de candidatos (47), seguido de várias outras siglas de

direita, como Republicanos (40), Patriota (32), DC (31), PL (31), PSC (31), PP (27), PRTB (27), PMN (26), União Brasil (26). Deste total, apenas 24 candidatos estavam filiados a partidos de centro-esquerda – PDT (11), PSB (5), PT (2), PSOL (2), Rede (2) e PV (2). (Poder 360, 2022b)

Dos 203 integrantes da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados, 177 foram candidatos a novo mandato. Deste total, 109 tiveram sucesso, uma taxa superior a 60%. Além disso, estrepantes foram eleitos, com votações recordes, como foi o caso de Nikolas Ferreira (PL), em Minas Gerais, o deputado com maior votação no país, com mais de 1,5 milhão de votos. Ele é ligado à Comunidade Evangélica Graça e Paz e tem pautado o seu mandato, principalmente, no combate às minorias, em especial, numa ofensiva contra a comunidade LGBTQIAPN+. Em 2018, foram eleitos 91 deputados e deputadas pertencentes a igrejas evangélicas, tendo a Frente da Bíblia 203 parlamentares. Em 2022, este número caiu para 65, tendo em vista o aumento de nomes ligados à Bancada da Bala. Houve uma maior concorrência entre os grupos de direita em defesa da pauta de costumes. No entanto, a Frente da Bíblia mantém-se muito forte, com mais de 200 parlamentares.

Assim como em 2018, as deputadas vinculadas à Bancada da Bíblia não acionaram as denominações religiosas, como “Pastora”, ao contrário da Bancada da Bala, que teve algumas deputadas eleitas na onda bolsonarista, como Delegada Ione Barbosa (Avante_MG), Delegada Catarina (PSD-SE), Delegada Adriana Accorsi (PT-GO). Percebe-se que foi uma estratégia utilizada até por uma parlamentar de esquerda. Quanto ao capital heroico, mas de certo modo convertido, tem-se o exemplo da primeira deputada indígena eleita em 2018, Joenia Wapichana (REDE/ RR). A advogada tem trajetória na luta pelos povos indígenas como marca de sua atuação, acionando essa representatividade como forma de conversão de capital para a política. Em seu percurso, Joenia Wapichana foi a primeira mulher indígena a se formar em Direito no Brasil, em 1997, na UFRR. Também formou-se Mestra pela Universidade do Arizona, nos EUA. Não é à toa que a categoria “Mandato histórico” aparece em sua análise de conteúdo automatizada. Wapichana representa a luta dos povos indígenas, em especial, das mulheres indígenas, em um país que vivenciou o epistemicídio dos povos originários (Grosfoguel, 2016) e tem um histórico de apagamento que reverbera e continua ainda hoje. Ainda, se for tomado o governo Bolsonaro como base, é possível notar essa necropolítica (Mbembe, 2016) uma constante contra a população indígena. A parlamentar

ainda teve como atividade legislativa ser vice-líder da oposição na Câmara dos Deputados de 18 de março de 2020 a 31 de janeiro de 2023. Joenia Wapichana, apesar do aumento do número de votos, não foi reeleita para a Câmara Federal em 2022. Contudo, ela foi a primeira mulher indígena a presidir a Funai, desde a criação da fundação em 1967. Ou seja, 56 anos após a sua criação, a Funai teve uma mulher indígena no comando.

6.5.2 Temáticas políticas

Dentre as principais temáticas levantadas pelas deputadas, presentes neste estudo, observa-se uma bancada feminina mais alinhada ao que Miguel e Biroli (2014) conceituam como política maternal ou política do desvelo, uma vez que há poucas deputadas que atuam de forma mais combativa quanto aos direitos das mulheres. A maioria trata mais de assuntos importantes, mas sem a demarcação interseccional, como a violência contra a mulher, e/ou associados à mulher-mãe, a qual se preocupa com os filhos, educação e saúde. Temáticas que são voltadas mais para o ambiente privado.

Isso pode ser observado no quadro (Quadro 22) a seguir, o qual traz um compilado com as categorias encontradas pelo *Iramuteq*, em ordem decrescente. Contudo, vale ressaltar que os temas se entrelaçam em diferentes momentos, como será explicado após o quadro.

Quadro 22 - Temáticas políticas

Tema	Número de deputadas que acionaram
Prestação de contas (<i>accountability</i>)	13
Atuação pelo estado	7
Reforma da Previdência	6
Governo Bolsonaro	6
Bandeiras do mandato (vinculadas ao partido ou trajetória da deputada)	5
Educação	4
Atualidades	4
Operação Lava Jato	3
Mulher	3
Meio Ambiente	3
Crianças	2
Segurança Pública	2
Povos indígenas	2

Corrupção	2
Desigualdades Sociais	1
Saúde	1
Reforma Tributária	1
Polarização	1
Economia	1
Cultura	1
Cristianismo	1
Agenda	1

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Nota-se que 13 das 15 deputadas preocupam-se com a prestação de contas do mandato a seu eleitorado e seguidores(as) das redes sociais. Essa é uma categoria que, de certo modo, aparece em outras, uma vez que as deputadas preocupam-se com sua imagem diante do público mesmo que seja por meio de postagens bíblicas, quando público espera isso. A categoria aqui, no entanto, remete a verbas e ações específicas das parlamentares no exercício de seus mandatos. Há, portanto, uma preocupação em manter o público eleitor e ampliar, com a atuação nas redes sociais. Óbvio que cada uma atua em seu nicho específico. Como exemplo disso, tem-se as deputadas que foram eleitas no pleito de 2022, como a reeleição da deputada Elcione Barbalho (MDB/PA); a Profª. Dorinha Seabra, que passou a ocupar uma cadeira no Senado e tem toda sua trajetória alicerçada na educação. Outro exemplo é a atual suplente do Senador Mourão (Republicanos/RS), Liziane Bayer. Após seu único mandato político como deputada federal, Bayer mostra-se ativa no campo político, influenciando ainda o próprio capital familiar, uma vez que sua irmã, Franciane Bayer, teve seu apoio para ser eleita deputada federal. Ambas já dialogavam nas redes sociais, em especial no *Twitter* apontando para um trabalho em conjunto, já que Franciane foi deputada estadual no Rio Grande do Sul, de 2019 a 2022.

Ademais, um total de 7 das 15 deputadas tiveram publicações destinadas especificamente para a atuação pelo estado pelo qual foram eleitas. Mais uma vez, isso aponta para uma tentativa de prestação de contas, uma vez que são eleitas para representar uma dada unidade da federação e, portanto, devem corresponder às expectativas do eleitorado. Dentre elas, destacam-se: Elcione Barbalho (MDB/PA), que foi reeleita pela 7ª vez em 2022; Magda Mofatto reeleita pelo PL de Goiás, a qual teve, no período analisado, duas categorias que contemplam sua atuação pelo estado. Em “Goiás”, a parlamentar presta contas sobre as

conquistas para o estado a partir de sua atuação e, em “Mandato municipalista”, defende uma maior autonomia dos municípios frente à União, a partir da descentralização administrativa. Outra que se preocupou com a visibilidade da atuação pelo estado foi Liziane Bayer (atualmente no Republicanos/RS), a qual teve uma categoria específica apontada pelo *software* de leitura como “Atuação pelo Rio Grande do Sul”. O que, de certo modo, não deixa de ser uma forma de campanha permanente (Fernandes *et al.*, 2020).

No primeiro semestre de 2019, um tema bastante recorrente foi o da Reforma da Previdência, que estava em votação pelo Congresso, proposta pelo então ministro da Economia Paulo Guedes. A reforma em si foi sancionada em forma de emenda parlamentar em 12 de novembro de 2019. O tema foi discutido por seis das 15 deputadas de forma direta. As mais alinhadas ao governo Bolsonaro e à direita do espectro político, como Magda Mofatto (PR/GO), Dra. Soraya Manato (atualmente no PTB/ES, mas na época filiada ao PSL), Adriana Ventura (NOVO/SP), apoiaram a reforma e publicaram em suas redes sociais a reforma como necessária para o desenvolvimento econômico do país, entre outros fatores.

Houve deputadas que, ao tratar do tema, colocaram-se como ponderadas, como foi o caso de Clarissa Garotinho (filiada na época ao PROS, mas atualmente filiada ao União Brasil). Clarissa, ao mesmo tempo em que apoia a reforma, aponta suas debilidades, como as consequências para a população mais pobre do país. Portanto, apresenta uma visão mais ponderada ao apresentar as necessidades de mudança, mas também que caminham para o “centro” ao não querer se indispor, nem com o governo nem com o eleitorado. Além disso, a deputada Clarissa Garotinho, no exercício de seu mandato, defendeu a necessidade da Reforma Tributária e foi a única das 15 a já antecipar o tema com uma categoria própria.

As deputadas mais à esquerda do espectro político, mesmo que não tendo uma categoria específica para tratar sobre a Reforma da Previdência, discutiram o tema em categorias voltadas para criticar o Governo Bolsonaro e falar sobre as desigualdades sociais. Dentre elas, estão Áurea Carolina (PSOL/MG), Profª. Marcivania (PCdoB/AP) e Rejane Dias (PT/AP). A deputada Joenia Wapichana, apesar de vinculada a um partido de centro (Rede), apresentou uma postura mais à esquerda do espectro ao se mostrar contrária à reforma. As deputadas em questão apresentaram as consequências da reforma, no modelo em que foi apresentada, para os grupos minorizados, especialmente as mulheres, a partir de um olhar interseccional, que levou em conta raça, gênero e classe, trazendo à tona as

consequências para as trabalhadoras, negras, indígenas e da área rural. Nesse sentido, apresenta-se uma perspectiva feminista, ao defender o direito das mulheres em suas diferenças.

Quanto ao governo Bolsonaro, pautado por seis das 15 deputadas de forma mais direta, torna-se importante salientar que o espectro político mostra-se mais nítido a partir desse tema. As deputadas mais alinhadas à direita, sendo consideradas como parte da base aliada, defendiam o governo suas medidas e comemoravam as suas conquistas, atacando veementemente a esquerda e os governos Lula e Dilma (PT). Nesse sentido, algumas deputadas, como Dra. Soraya Manato, pareciam ter sua rede social como uma continuidade da rede do ex-presidente, repostando e marcando-o constantemente em suas publicações. Uma forma de construir uma imagem positiva sobre o governo e manter o eleitorado fiel.

As deputadas mais alinhadas à esquerda criticavam o “desgoverno” e sua inaccessibilidade com temas importantes como a educação, em especial com os cortes impostos às universidades públicas. Além disso, apontavam as problemáticas envolvendo o favorecimento do clã Bolsonaro ao longo do período coletado. No entanto, essa foi uma temática que atingiu implicitamente em todos os perfis analisados, uma vez que o governo trazia pautas para debate popular e político, de acordo com as quais as deputadas posicionavam-se conforme o espectro a que pertenciam.

Bandeiras do mandato apareceram em cinco das 15 parlamentares. Nessa perspectiva, foram categorias que surgiram de modo mais genérico no discurso das deputadas, que não chegaram a ser definidas no banco de dados como um item único. Com exemplo tem-se: Adriana Ventura (NOVO/SP), que se envolveu em pautas mais genéricas para além do discurso anticorrupção, feito em diferentes formas, algo comum no discurso do partido, o qual é formado por empresários e pessoas que, a priori, não precisam se beneficiar do dinheiro público. Outra deputada que apresenta as bandeiras de modo mais genérico é a Magda Mofatto (PR/GO), uma vez que a maior parte do discurso da deputada é voltada para engrandecer a imagem do governo Bolsonaro. Outro exemplo é Liziane Bayer (PSB, atualmente no Republicanos/RS), a qual, dentre as bandeiras do mandato, inclui a questão da mulher, relacionada à mulher-mãe, mulher cristã que defende a vida e a defesa da seleção brasileira feminina de futebol. Nesse ponto, nota-se entre as deputadas mais conservadoras uma tendência em acompanhar a associação entre política, patriotismo e futebol, mas para

tentar aparentar mais progressista, no apoio à prática do esporte pelas mulheres. Sabe-se que, no Brasil, ainda não se tem a mesma valorização do futebol praticado por elas, em relação ao praticado por eles. Isso afeta investimentos e até a permanência das atletas no esporte. Contudo, essa é uma bandeira que aparece entre as deputadas conservadoras, mas apenas como “torcida”, sem problematizar as questões que envolvem esporte e gênero. A deputada Clarissa Garotinho (PROS/RJ) também apresenta um discurso mais neutro, sem apresentar embates e pautas mais polêmicas, e como bandeiras, também fala de questões mais genéricas relativas às do próprio partido, o que reforça que o mandato no legislativo ainda se relaciona fortemente aos partidos e às demandas que os mesmos reúnem. Por fim, a deputada Aline Gurgel (PRB/AP) também apresenta algumas bandeiras do mandato, mas seu enfoque é na prestação de contas à população do Amapá quanto a sua atuação. As bandeiras vêm para complementar, mas também não há propostas mais definidas ou detalhadas sobre as áreas de atuação.

A educação é uma temática que aparece como categoria específica em quatro deputadas. Profa. Dorinha Seabra tem a educação como principal bandeira, inclusive o seu capital advém desse campo, no qual atuou como docente e na Secretaria de Educação. Seabra é, inclusive, considerada a mãe do FUNDEB, vinculado à educação básica. A deputada Iracema Portella (eleita pelo PP/PI) também tem uma classe voltada para o tema, com enfoque na primeira infância. Paula Belmonte (eleita pelo PPS/DF, atual Cidadania) traz a discussão sobre a educação até como uma crítica ao governo Bolsonaro, o que gera certa confusão, já que em outros momentos a deputada concorda com o posicionamento do ex-presidente. Isso relaciona-se à posição do seu partido, mais relacionado ao centro. No período em questão, a deputada critica o governo federal e o Ministério da Educação pelos cortes nas universidades federais, levantando até a *hashtag* #TsunamidaEducação. Por fim, a deputada do PT/PI, Rejane Dias, também trata da temática ao noticiar sobre a educação no Piauí e seus esforços para melhoria das condições para professores e estudantes. A deputada traz a educação como alternativa para se combater o desemprego, ampliar as possibilidades das pessoas e reduzir a violência contra as meninas e mulheres, nos diferentes níveis de ensino. Além disso, a petista é autora do PL 3021/2020, proposto durante a pandemia da COVID-19, o qual trata do uso do Cartão Alimentação Escolar, disponível para os estudantes do ensino público da educação básica, para a compra de alimentos das famílias durante o período

de distanciamento social e aulas remotas. Nota-se, portanto, que os partidos mais à direita associam a atuação pela educação como a preocupação de uma mãe para com os estudos dos filhos, preferencialmente, na educação infantil. Isso se associa ao pensamento maternal, esperado da atuação feminina mais conservadora, apoiada em estereótipos ligados ao gênero feminino. Algo que se diferencia de Paula Belmonte, a qual surfa nas *trends* do *Twitter*, a fim de ampliar seu público e alcance. Enquanto a deputada do PT, mais à esquerda do espectro político, tende a se preocupar com a educação de forma mais ampla e emancipatória, incluindo, o combate à violência contra a mulher.

Atualidades ou contexto atual aparecem no discurso de quatro das 15 parlamentares. Nesse sentido, nota-se um viés opinativo e atento aos acontecimentos do período. Claro que sob a ótica partidária de cada deputada. Aquelas que apresentaram em seu discurso essa temática foram: Aline Gurgel (PRB), Mara Rocha (PSDB/AC), Dra. Soraya Manato, Rejane Dias (PT). Dentre os assuntos tem-se datas comemorativas, aniversário de cidades, condolências a perdas do período como os jornalistas Ricardo Boechat – em fevereiro de 2019 – e Paulo Henrique Amorim – em julho de 2019 –, bem como pela morte do marido da ex-deputada Flordelis, o pastor Anderson do Carmo. Posteriormente, descobriu-se que a própria deputada estava envolvida no crime e, atualmente, ela está presa. Nesta temática nota-se a diferença no espectro político, uma vez que as deputadas mais à direita no espectro, não publicaram qualquer mensagem sobre o jornalista Paulo Henrique Amorim, conhecido pelo *Conversa Afiada*, blog que, entre outras coisas, criticava o governo Bolsonaro. Ao trazer temas da atualidade, há uma tendência à ampliação para que mensagem chegue a mais usuários, aproveitando dos assuntos do momento.

Quanto à Operação Lava Jato, deflagrada em 2014 pela Polícia Federal para combater a corrupção, esta também ganhou destaque no início do mandato de 2019-2022. Isso se deu também pelo fato de a prisão do ex-presidente Lula, em decorrência da operação, impedi-lo de concorrer às eleições de 2018, o que beneficiou o candidato Jair Bolsonaro (na época, filiado ao PL). Três deputadas dedicaram parte das mensagens para discutir sobre a operação e suas decorrências, sendo elas: Adriana Ventura (NOVO/SP), Profª. Marcivania (PCdoB/AP) e Dra. Soraya Manato (na época, vinculada ao PSL/ES). Notam-se as diferenças do discurso sobre a operação conforme o espectro político: a direita defende a operação, traz o ex-juiz Sérgio Moro, então ministro da Justiça de Bolsonaro, como herói na luta

anticorrupção, além de associar constantemente o esquema ao PT, excluindo qualquer outra participação ou parcialidade na condução da operação. Além disso, outras deputadas da direita assumiram a defesa da operação, como forma de apoiar o próprio governo Bolsonaro, o que inclui ataques ao jornalista Glenn Greenwald, um dos responsáveis pelo jornal que realizou as denúncias, pondo em xeque a credibilidade do seu trabalho. Esse foi o discurso adotado por Adriana Ventura e Soraya Manato. Por outro lado, os partidos vinculados à esquerda tratam a operação como “Vaza Jato”, uma referência à investigação realizada pelo veículo de jornalismo independente *The Intercept Brasil*, que apontou a parcialidade do ex-juiz Sérgio Moro e sua atuação junto do ex-procurador da justiça, Deltan Dallagnol. Vale ressaltar que ambos foram eleitos no pleito de 2022: Moro como senador pelo União Brasil do Paraná e Dallagnol como deputado federal pelo Podemos do mesmo estado. No entanto, Deltan Dallagnol teve seu mandato cassado em maio de 2023, pelo STF, por unanimidade, sob a acusação de fraude contra a Lei Ficha Limpa quando pediu a exoneração do MPF, ao mesmo tempo em que enfrentava processos internos que já poderiam levar a seu desligamento (BBC News Brasil, 2023). Após o vazamento das conversas entre Moro e Dallagnol fez parte do discurso de outras parlamentares incluso na crítica ao governo Bolsonaro. A deputada publicava pedindo explicações do então ministro da Justiça e da própria Casa para buscar respostas e uma posição do próprio ministro. Nota-se que, mesmo com a exposição das conversas entre Moro e Dallagnol e a parcialidade na condução da operação, a qual culminou na interferência nas eleições de 2018, ambos os envolvidos foram eleitos para o Congresso. Isso aponta para um crescente no conservadorismo no Brasil, para além de Bolsonaro e sua permanência no poder.

A temática mulher apareceu nas publicações de 14 das 15 deputadas presentes no estudo, sendo a única deputada que não trata do tema Paula Belmonte (PPS, atual Cidadania). As demais deputadas discutem, especialmente, a violência contra a mulher e as condições da mulher-mãe, ao se preocuparem com a saúde e educação das crianças. Três delas trazem o tema de forma mais enfática, com categorias específicas apontadas pelo software. A profa. Dorinha (DEM, atual União/TO), Elcione Barbalho (MDB/PA) e Rejane Dias (PT/PI) tratam sobre medidas de prevenção e proteção às vítimas de violência; já Aline Gurgel (PRB/AP) aborda mais a Bancada Feminina e sua atuação, mas de modo mais genérico, falando sobre os encontros e a força da bancada ao ter mais representantes. Quando observamos de modo

mais amplo, as deputadas vinculadas mais à direita do espectro abordam a questão da violência contra a mulher, sendo que parte delas concorda com o uso de armas de fogo como forma de prevenção e proteção. Ainda vinculam a mulher à maternidade, associação relacionada ao pensamento maternal e o que se espera da mulher, como se a única finalidade fosse ser mãe e cuidar dos filhos e família, lembrando que o termo “família” se vincula ao pensamento tradicional cristão. Há ainda um distanciamento dos movimentos feministas e tratamento mais generalista, trazendo a “mulher” como um ser universal, sem diferenciações. Já as deputadas mais à esquerda do espectro político tendem a trazer lutas e pautas mais identitárias, vinculadas às diferenças relativas às intersecções presentes no corpo social, as quais abrangem, para além do gênero, a raça, classe, etnia, sexualidade, entre outros. Nota-se a preocupação com a violência, mas, por vezes, condenando a estrutura machista como culpada por tal problema. Ainda há uma preocupação com outras formas de violência sofridas, como violência política, racismo e violência obstétrica. As deputadas concordam também na ampliação da participação feminina na política. Aqui, percebe-se que cada espectro político fala para seu público, do mais conservador ao mais progressista, demarcando nitidamente direita e esquerda, quando se trata de pautas sociais e culturais.

Quanto ao meio ambiente, as temáticas voltaram-se para a preocupação com as barragens de rejeitos e os desastres de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, e suas consequências. As deputadas que tiveram categorias voltadas para o assunto foram: Áurea Carolina (PSOL/MG), membra da Comissão Externa do Desastre de Brumadinho e do Acordo entre a Vale e o Estado de Minas Gerais, bem como da CPI - Rompimento da Barragem de Brumadinho; Elcione Barbalho (MDB/PA), membra da bancada ruralista e da Comissão Externa do Desastre de Brumadinho e da CPI - Rompimento da Barragem de Brumadinho; e Joenia Wapichana (REDE/RR), membra da Comissão Permanente de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Comissão Especial de Competitividade para Biocombustíveis e das Comissões Externas Acompanhamento da Situação dos Yanomâmis em Waikás, Integração entre Meio Ambiente e Economia Nacional, Acompanhamento da Investigação Região Vale do Javari-AM, como também da CPI - Derramamento de Óleo no Nordeste e CPI - Rompimento da Barragem de Brumadinho.

Elcione Barbalho apresenta sua preocupação com as consequências do desastre e amparo àqueles que sofrem com seus prejuízos. Aponta ainda sua atuação nas comissões e

CPI que envolvem o tema, monitorando também os riscos de rompimento em outros locais. Apesar da sua preocupação com o meio ambiente, Elcione Barbalho representa um estado que é marcado pela devastação florestal e isso não faz parte de suas publicações no período, ou seja, ela não toca na problemática do seu reduto eleitoral.

A cientista política Áurea Carolina mostra-se preocupada com as consequências do que ela chama de “crime” ambiental – rompimento das duas barragens –, que aconteceu no estado que a elegeu. A sua preocupação maior se dá na culpabilização dos responsáveis e amparo real àqueles que sofreram com as consequências dos dois desastres e ainda sofrem. Ela discute ainda a questão dos povos indígenas, os quais tiveram seu local sagrado profanado pela lama de rejeitos e foram obrigados a se mudar para a capital mineira, sem condições dignas de existência. Nota-se aqui uma preocupação com a cobrança por justiça, culpabilizando a Vale e exigindo do governo medidas mais fortes, além da preocupação com as perdas humanas, do meio ambiente e culturais, as quais envolvem os dois desastres. Ainda permanece uma preocupação com desastres iminentes, com barragens de rejeitos também em Minas Gerais, ao citar a cidade de Congonhas.

O pensamento maternal retorna a duas das 15 deputadas, que se preocuparam com as crianças, especialmente, a formação na educação básica e defesa dos mais vulneráveis. Profa. Dorinha Seabra, a qual já era de se esperar pelo fato de a educação ser uma de suas principais bandeiras, assim ela complementa o discurso com a preocupação com a primeira infância e combate à exploração sexual e do trabalho infantil; e Iracema Portella (PP/PI), a qual se preocupa também com a educação infantil. Ou seja, trazem preocupação da mulher-mãe, a qual querem ver seus filhos bem e em boas escolas.

Segurança pública é uma preocupação mais presente nas deputadas de centro e direita, que apoiam o Pacote Anticrime, proposto pelo ex-ministro Sérgio Moro e, boa parte delas, concordam com o armamento da população civil. As deputadas mais à esquerda preocupam-se com a população mais vulnerável, inclusive denunciando a violência policial e do estado com as comunidades marginalizadas. Muitas vezes, essas são críticas embutidas ao governo Bolsonaro. Três das 15 deputadas tiveram categorias voltadas à temática, sendo elas: Adriana Ventura (NOVO/SP), que apoia o Pacote Anticrime, sempre sob a justificativa de que é uma forma de combate também à corrupção; e Mara Rocha do PSDB/AC, a qual trata do fortalecimento do sistema de segurança pública, em especial no estado do Acre, estado pelo

qual foi eleita. No mesmo tema, a deputada defende a manutenção de direitos dos servidores da segurança pública.

Quanto aos povos indígenas, nota-se que apenas duas das 15 deputadas apresentam categorias, em que discutem essas questões, sendo elas: profa. Marcivania (PCdoB/AP), a qual denuncia as condições vivenciadas pelos povos indígenas do Amapá, inclusive denunciando a invasão por garimpeiros das terras Waiãpi, algo que não foi tão noticiado na grande mídia, conforme a deputada e Joenia Wapichana (REDE/RR), que tratou da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, a demarcação de terras, além de apresentar o seu mandato como histórico, já que, foi a primeira mulher indígena eleita para a Câmara Federal. Wapichana, inclusive, defendeu as condições das mulheres indígenas e trabalhadoras rurais. A parlamentar aproveitou do seu lugar de fala para representar, de fato, os povos indígenas brasileiros. Dentre os feitos, o mais interessante foi mudar o nome do “Dia do Índio”, termo generalista e que apaga a diversidade entre os diferentes povos, para “Dia dos Povos Indígenas”, termo que valoriza as diferenças culturais e sociais e a presença dos povos indígenas brasileiros.

No que tangencia a pauta “corrupção”, nota-se uma tendência maior da utilização do tema pelas deputadas alinhadas ao governo Bolsonaro, que reforçam a associação entre PT e corrupção e apontam para os problemas na economia do país, como resultado dos governos Lula e Dilma. Nesse aspecto, duas das 15 deputadas trazem o discurso à tona, sendo elas: Adriana Ventura (NOVO/SP), a qual integrou a Frente Ética contra a Corrupção, sendo essa também uma das bandeiras do seu partido; e Paula Belmonte (PPS/DF, atual Cidadania), a qual usou da sua atuação na CPI do BNDES para destacar os casos de corrupção, associando-os aos governos petistas. Nesse segundo caso, Belmonte ainda destacou que a verba retirada do BNDES serviu para financiar regimes de esquerda na Venezuela e as campanhas do PT, entre outras falas que foram e ainda são usadas contra o partido e seus filiados pelo senso comum, bolsonaristas e antipetistas.

Quanto às desigualdades sociais, apenas a deputada Profa. Marcivania (PCdoB) traz a temática como uma das categorias. Esse é um tema recorrente entre as deputadas da esquerda, por vezes relacionado à atuação do governo Bolsonaro. Contudo, a deputada do PCdoB vincula as desigualdades às pautas identitárias, racismo estrutural, de lutas de classe

e por uma aposentadoria justa. A professora reúne diferentes bandeiras as quais refletem a desigualdade no Brasil, como gênero, raça/etnia e classe.

A saúde, apesar de estar presente em outros discursos, aparece enquanto categoria na amostra da profa. Dorinha Seabra, o que faz sentido, uma vez que ela participa da Comissão Permanente da Saúde. O tema relaciona-se também à questão da saúde da mulher e ao combate à violência e, quando associada a temas como educação, tendem a contribuir com o reforço da visão do que se espera da presença feminina na política, considerada como pensamento maternal ou política do desvelo (Miguel; Biroli, 2014). Nesse sentido, pautas que estão ligadas ao cuidado se destacariam como parte do que se espera da atuação feminina, mas voltadas para o âmbito privado e menos para temas combativos e decisivos, como economia, a própria política e até mesmo pautas feministas.

A deputada Clarissa Garotinho (PROS/RJ, atualmente no União Brasil) foi a única parlamentar a trazer a discussão sobre a Reforma Tributária. Segundo a deputada, seria uma forma de auxiliar a população mais pobre. A proposta tramita ainda em 2023, com o seu prosseguimento dado pelo ministro da Fazenda do governo Lula, Fernando Haddad (PT). A ideia atual é a de criação de um imposto único, chamado Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), já usado em outros países. A proposta atual ainda inclui o Imposto Seletivo (IS) para desestimular o consumo de bens prejudiciais ao meio ambiente e à saúde. Em 2019, a deputada qualificou a reforma tributária como necessária, diferente da Reforma da Previdência, como forma de redistribuição de receitas no Brasil. A deputada ainda foi a única a trazer a discussão de que a polarização política é prejudicial para o próprio Brasil, uma crítica ao governo Bolsonaro e à oposição representada pela esquerda, em especial, o PT e suas lideranças, apresentando-se como defensora do país. Quanto a esse posicionamento, Garotinho teve de lidar com críticas, ao entrar em desacordo com o governo Bolsonaro, ao qual se alinhava em outras pautas. Ela tentou aparentar-se neutra, uma posição já esperada do Centrão, que tende a defender as pautas que beneficiam os próprios partidos e seus aliados. Em pautas como saúde, educação e cultura, a deputada foi apontada como próxima às bandeiras da esquerda.

A deputada Paula Belmonte (PPS, atual Cidadania) foi a única a ter uma categoria específica para abordar o tema economia. A própria trajetória da parlamentar se alinha ao tema, uma vez que é formada em Administração e empresária. Nesse sentido, Belmonte

discute sobre o empreendedorismo no país, melhor administração do dinheiro público e geração de emprego. Contudo, essa pauta aparece em outros momentos em ambos os espectros políticos, de forma indireta. A esquerda alinha-se mais ao maior do controle do mercado pelo Estado, com a intervenção a partir de políticas assistencialistas enquanto a direita tende para o discurso neoliberal, do estado mínimo e com maior valorização e fomento do empreendedorismo. De um lado, vê-se a preocupação com geração de empregos a partir dos direitos trabalhistas e, do outro, a valorização da “pejotização” dos trabalhadores.

Quanto à cultura, a deputada Áurea Carolina (PSOL/PT) foi a única a apresentar uma categoria específica sobre o tema. A deputada foi parte da Comissão Permanente de Cultura, além de ter sua trajetória relacionada ao hip hop. A deputada defendeu o funk e apontou a forma com que ele ainda é criminalizado na atualidade, trazendo como exemplo o caso do DJ Rennan da Penha, preso injustamente em 2019. A deputada ainda aponta o racismo estrutural presente no modo com que parte da sociedade observa o funk e os movimentos culturais da periferia.

Apesar de algumas deputadas falarem sobre Deus em suas publicações, a deputada Liziane Bayer foi a única que apresentou uma categoria específica para falar sobre o cristianismo, sua igreja e fé. Nota-se aqui, de forma clara, o que Biroli, Machado e Vaggione (2020) apontaram como instrumentalização da fé para a capacitação de pessoas atuarem em outras áreas. Com a separação entre igreja e Estado e o estado laico, a forma com que as igrejas, em especial as neopentecostais, encontraram para garantir que os valores morais cristãos permanecessem foi capacitar diferentes profissionais para áreas como política, justiça, educação, saúde, entre outras. Bayer é um exemplo dessa tentativa, uma vez que ela se declara antifeminista e contra pautas importantes para o movimento, como a descriminalização do aborto. A parlamentar não só postou sobre trechos da bíblia e fé, como também sobre sua atuação na igreja e em congressos nacionais e internacionais cristãos. Isso aponta para um mandato vinculado aos valores patriarcais e que não se alinha às demandas ainda importantes, como a própria discussão da dominação masculina e a presença feminina na política, como forma de representação da mulher, não como mais um fantoche do machismo estrutural.

Além disso, Liziane Bayer (atualmente no Republicanos/RS) foi a única que compartilhou constantemente sua agenda de eventos, trabalhos e viagens a serviço do

mandato. A ideia era se aproximar dos usuários(as) e seguidores(as), a fim de convidar as pessoas para participarem dos eventos, o que incluía os da própria igreja na qual ela está vinculada.

Notam-se aqui diferentes pautas apresentadas pelas deputadas, parte do *corpus* desta pesquisa. É possível traçar o perfil das deputadas e a influência partidária e do curral eleitoral nas temáticas levantadas. As deputadas, em sua maioria, aparentam usar as redes de forma estratégica, a fim de manter o eleitorado e ampliá-lo, mesmo aquelas com uma quantidade menor de *tweets*, como a profa. Dorinha Seabra (atualmente no União Brasil/TO), a qual fez apenas 21 publicações nos 180 dias de coleta. Mesmo com poucas publicações, a deputada provavelmente possui outras formas de contato com o eleitorado, além do apoio partidário, para conseguir se manter no campo político, sendo eleita senadora em 2022. Ainda, a partir do banco de dados é possível perceber que a maior parte das deputadas apresenta como conservadora.

6.5.3 Pautas identitárias e feministas

Acreditava-se que, com a crescente ocupação de mulheres na Câmara Federal, mais políticas voltadas para mulheres surgiriam e seriam pautadas. Entretanto, constata-se uma mistura de avanços, em algumas áreas como o combate à violência contra a mulher, e retrocessos, como as resistências em defender pautas feministas: quando se elege a primeira deputada indígena – Joenia Wapichana – e semestres deixadas por Marielle Franco – como Áurea Carolina –, há uma crescente de mulheres conservadoras assumindo cadeiras, como a cristã e bolsonarista Liziane Bayer. A cada tentativa de superar a dominação masculina, uma nova onda conservadora aparece para tentar frear os avanços. No mandato de 2019-2022, marcado por pandemia, guerras e retrocessos, as pautas identitárias foram abafadas e quase silenciadas pelo bolsonarismo e sua rede de soldados da desinformação.

Temáticas voltadas para as bandeiras femininas e feministas⁷² apareceram, mas de modo diferente. A violência contra a mulher foi o principal tema entre as deputadas coletadas,

⁷² Quando se difere bandeiras femininas e feministas, leva-se em consideração pautas importantes para as mulheres. As pautas femininas vêm relacionadas às mulheres de uma forma mais generalista, sem levar em consideração o caráter interseccional. Por exemplo, a violência contra a mulher é uma pauta importante e feminina, pelo menos por fazer parte dos discursos das deputadas

mas pouco se discutiu sobre a dominação masculina e como a estrutura e, por vezes, a própria justiça, são formas de manter e promover a violência contra a mulher. Afinal, não adianta armar as mulheres, como apontam algumas deputadas, como forma de proteção, se a dominação masculina, o machismo, a misoginia e o sexismo não são trazidos para a discussão. Não adianta armar, se a sociedade não muda sua forma de pensar e tratar a mulher, sendo que essa arma pode se voltar contra elas mesmas em algum momento. Ainda, mesmo falando sobre violência contra a mulher, nota-se o padrão de fala mais “universal”, que não trata das especificidades de ser mulher. Ou seja, fala-se das condições de mulheres brancas, cis, classe média alta. Pouco se fala das trabalhadoras, mulheres trans, mulheres indígenas, residentes na zona rural e mulheres negras, as quais são as principais vítimas no país.

A esquerda traz o discurso das pautas identitárias mais forte e tenta abranger um número maior de diferenças e camadas de opressão que atravessam o corpo feminino. Falam de feminismo, de gênero e machismo. No entanto, a direita trata essas questões e diferenças como “ideologia de gênero” (Biroli; Machado; Vaggione, 2020; Varela, 2019), termo cunhado pela igreja católica e acionado pelas igrejas evangélicas e pelo bolsonarismo, como forma de subverter o conceito de gênero e do próprio feminismo, os quais visam a luta por direitos e justiça, apresentando que há diferenças socialmente construídas e introjetadas nas pessoas desde a infância. A direita não só subverte os termos, por meio do uso da neolíngua, como também associa esses movimentos e conceitos à ação do “inimigo”, do diabo, aquele que quer corromper as famílias e crianças, não aceitando, portanto, que tais manifestações beneficiam, na verdade, a sociedade como um todo.

Quanto à participação feminina na política, as deputadas trazem em seu discurso dois diferentes temas: a importância de mais mulheres na política e a violência política de gênero. Nota-se que parte das deputadas se envolvem em movimentos que fomentam essa participação, como o “Vamos Juntas”, o Instituto Marielle Franco e outros. Contudo, há ainda

presentes neste estudo. Contudo, há pautas feministas mais relacionadas às questões que vão ao encontro de um caráter interseccional (gênero, raça, classe, entre outros) os quais se referem também à luta contra a dominação masculina e maior liberdade e direito das mulheres. Entre essas pautas têm-se a preocupação com as mulheres e suas diferenças (mulheres, negras, trabalhadoras, indígenas, trans, etc), ou mesmo com a descriminalização do aborto, pautas que se referem às mulheres, mas vinculam-se ao movimento feminista na luta por justiça, direitos e liberdade de todas as mulheres em diferentes instâncias. Nota-se as diferenças ao observar o comportamento das parlamentares e outras mulheres em posição de destaque, as quais incorporam as lutas feministas, mas se colocam como contrárias ao movimento.

detalhes importantes de serem trabalhados: a) deputadas como Liziane Bayer, que participa de encontros de mulheres cristãs, a fim de fomentar sua atuação em sociedade, mostram-se como uma forma de manutenção do *status quo* e até mesmo de retrocessos, uma vez que combatem o movimento feminista, a comunidade LGBTQIAPN+, entre outros aspectos, isso aponta para o fato de que mais mulheres na política nem sempre garante mais políticas voltadas para as mulheres e sua representatividade de fato; b) as deputadas mais posicionadas à esquerda do espectro tentam avanços e lutam para que a mulher seja vista como um todo, a partir do conceito de interseccionalidade. Portanto, apoiam e lutam para que mais mulheres participem do espaço público, como foi o caso da ex-deputada Áurea Carolina, que decidiu se retirar do mundo político, mas apoiou a candidata indígena do PSOL/MG, Célia Xakriabá. Aqui nota-se um esforço importante e que fez com que as sementes de Marielle gerassem frutos: o apoio de uma mulher a outra.

Assim como na sociedade, também nos mandatos observa-se que as mulheres são colocadas uma contra as outras; das histórias infantis às competições de beleza e até na política. Dividir é uma inteligente forma de enfraquecer o movimento e a luta. Nesse momento, o conceito de sororidade apresenta-se como relevante, uma vez que o conceito “é inventado quando se toma consciência de que a noção de fraternidade tem como raiz *frater*, irmão” (Fernandes, 2021, p. 3). O termo ganhou visibilidade com seu uso nas redes sociais *online*, especialmente em correntes como *MeToo* e *NiUnaMenos* (Fernandes, 2021). Portanto, a sororidade é incentivada pelo movimento feminista como forma de combater a ideia de rivalidade entre as mulheres naturalizada pela dominação masculina, com suas raízes no sistema patriarcal.

[...] a sororidade é um pacto político de gênero entre mulheres que, reconhecendo-se como interlocutoras, são fiéis a si mesmas e às outras mulheres, sem hierarquia. Embora esteja etimologicamente relacionada ao laço afetivo que idealmente deveria haver entre irmãs ou a uma rede de apoio presumivelmente cultivada por freiras nos conventos, a sororidade, numa dimensão ética e política, tornou-se um tema e uma prática do feminismo contemporâneo (Fernandes, 2021, p. 3).

Essa sororidade é incentivada pelos partidos de esquerda até mesmo no discurso, que une e marca diferentes deputadas, mas também acontece à direita com o compartilhamento de ideias entre as deputadas, bem como a marcação dos “@” das mesmas.

No que se refere à violência política de gênero, as deputadas, de diferentes espectros comentaram sobre o tema, seja por terem vivenciado esse tipo de violência ou em solidariedade a alguma outra parlamentar ou mulher. Por vezes, essa é uma violência que aparece em tom de diminuir a mulher ou mesmo em tom de ameaça e acaba por afastar as mulheres da política, tido como um ambiente hostil. “A violência política de gênero acontece, na maioria dos casos, não em forma de agressão física, mas em ameaças, intimidação psicológica, humilhações e ofensas” (Simiema; Brito, 2023). Essa violência parte de uma estrutura que impede as mulheres de ocuparem certos espaços, neste caso, o espaço público. Esse tipo de violência pode acontecer virtualmente ou presencialmente e é considerado crime.

Em 2019, Paula Belmonte denunciou a violência política de gênero sofrida por ela, pelo então governador do DF, Ibaneis Rocha, em cerimônia, e denunciou em seu *Twitter*. Talíria Petrone (PSOL/RJ) foi ameaçada de morte e recebeu escolta da policial. Duda Salabert (PDT) recebeu ameaças quando atuou na vereança em BH-MG e novamente ao longo de sua campanha eleitoral para deputada federal, em 2022. Na CPI da Covid-19, em 2021, a senadora Simone Tebet (MDB/MS) foi chamada de “descontrolada” pelo ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Wagner Rosário. Dilma Rousseff (PT), como presidenta da República, sofreu inúmeras formas de violência política de gênero (Dantas, 2019). Marielle Franco também foi uma das vítimas e, até hoje, pergunta-se “Quem mandou matar Marielle?”. Esses são apenas alguns nomes, mas a violência de gênero na política no Brasil daria um outro estudo a parte.

É possível observar que as deputadas mais à esquerda do espectro posicionam-se como feministas, como foi o caso da Áurea Carolina (PSOL/MG). Em diversos momentos, as suas publicações se aproximam do feminismo negro e do ecofeminismo, uma vez que enquanto mulher negra, se posiciona contra o racismo e machismo, ao mesmo tempo em que luta pela preservação ambiental. Áurea é um exemplo da quarta onda do feminismo, ao atuar de forma mais enfática nas redes sociais, tendo o maior número de postagens entre as deputadas coletadas no período de 1º de fevereiro a 31 de julho de 2019. As deputadas alinhadas mais à direita, tendem a rechaçar o movimento e tentar esvaziar as discussões levantadas por ele. Como exemplo tem-se pautas importantes e tabus, como as relacionadas à comunidade LGBTQIAPN+, a descriminalização do aborto e do consumo da maconha. Áurea Carolina é um exemplo de parlamentar que não tem medo e trata essas pautas com

naturalidade e firmeza, a fim de construir uma sociedade mais justa. Nota-se aqui uma outra forma de caça às bruxas – as mulheres livres, líderes e sábias: a caça às mulheres na política.

No que tange ao tema família, nota-se uma tendência das deputadas conservadoras, mais alinhadas à direita, a busca pela manutenção da família tradicional brasileira, composta por homem e mulher cis. Trazendo a ideia de que essa família está em perigo com o avanço progressista, o que inclui os movimentos feministas e as pautas da comunidade LGBTQIAPN+. Diversas deputadas presentes nesse estudo, como Liziane Bayer, Clarissa Garotinho, Dra. Soraya Manato mostram-se a favor da família tradicional e da permanente associação entre mulher e maternidade. Já as deputadas mais à esquerda, por vezes, nem tocam no tema família, mas, pelas discussões apresentadas, nota-se uma diferença do conceito o qual relaciona-se mais a uma questão individual do que coletiva, cabendo todos os tipos e diferenças de família. A deputada Áurea Carolina, presente no estudo, é uma das que mais defendem as causas LGBTQIAPN+, combatendo em sua fala todos os tipos de preconceito. Conforme apontado por Biroli, Machado e Vaggione (2020), a comunidade LGBTQIAPN+ e os movimentos feministas são colocados, pelos conservadores e fanáticos religiosos, como ameaças à família, conseqüentemente, ao próprio sistema de dominação masculina que determina as caixas nas quais as pessoas devem se encaixar, conforme aparentam.

Quanto à questão da religião e religiosidade, é possível perceber que as deputadas de direita têm mais necessidade de mostrar e reforçar a religião à qual estão vinculadas, neste caso, ao cristianismo. Algo cobrado por seus seguidores e seguidoras e eleitorado bolsonarista. Outro ponto interessante é a inversão da realidade ao apresentar, por meio das publicações, que os cristãos estão sendo perseguidos ao redor do mundo pelos governos de esquerda, incluindo o Brasil. Enquanto isso, do outro lado do espectro, o que se defende é a liberdade religiosa e combate-se a intolerância, algo que ocorre com religiões de matriz africana, com destruição de templos e imagens. Apenas a deputada Rejane Dias apresenta-se como cristã, a partir de textos bíblicos em suas publicações. No entanto, é perceptível que, mesmo sendo estratégico, não há uma tentativa de conversão ou de confirmação de sua religião para seus seguidores e seguidoras.

Todas as deputadas presentes neste estudo são mulheres cis, uma vez que as primeiras mulheres trans foram eleitas para a Câmara Federal, apenas em 2022. Portanto, apesar da luta

ser incorporada às bandeiras da esquerda, a partir da 57ª legislatura é que, de fato, essas pessoas terão suas representantes na Casa, para somar à luta. Quanto à sexualidade, as deputadas presentes no estudo colocam-se como héteros, reforçando a partir de mensagens sobre maridos e filhos. A única deputada que levanta a bandeira da sexualidade é Áurea Carolina. Na publicação de 28 de junho de 2018, Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAPN+, ela publica uma mensagem em seu *Twitter* (Figura 55) no qual se coloca como parte da comunidade, ao usar o termo “nossa existência”.

Figura 55 - Publicação do *Twitter* de Áurea Carolina no Dia Internacional do Orgulho



Fonte: Perfil de Áurea Carolina no *Twitter*, *print screen* (Carolina, 2023).

Vale ressaltar que uma questão levantada pela comunidade é a necessidade de tornar públicas as sexualidades, algo que não se exige das pessoas consideradas héteros. De certo modo, essa pressão social pode ser vista como uma violência simbólica, pois dependendo do posicionamento, junto dele vêm os estigmas ainda existentes em uma sociedade na qual impera o preconceito e a dominação masculina heteronormativa.

Quanto ao aborto, pode-se afirmar que, no período coletado, há poucas menções ao tema. As deputadas mais à direita declaram-se pró-vida (Biroli, Machado E Vaggione, 2020), termo acionado para referenciar as pessoas que são a favor da vida desde sua concepção, sendo contra o aborto. A deputada Liziane Bayer se posiciona dessa forma de modo mais enfático. Assim como, na posição contrária, as deputadas mais alinhadas à esquerda veem o aborto como uma questão de saúde pública que precisa ser descriminalizada rapidamente, para impedir que mais mulheres morram ao tentar abortar e tenham o direito sobre seu corpo resguardado, assim como acontece em outros países. Nesse quesito, o bolsonarismo é contra o aborto, uma vez que a própria ex-ministra das Mulheres, Família e Direitos Humanos, Damares Alves (atualmente senadora do Republicanos pelo DF) vazou dados de um aborto legal para que manifestantes fossem à porta do hospital impedir o procedimento. A pessoa que faria o procedimento autorizado pela justiça tinha apenas 10 anos, sendo a gravidez fruto de um estupro. Nesse sentido, pode-se observar que, para a direita conservadora, a mulher nasce para ser mãe, e o corpo feminino é visto como uma incubadora, uma vez que uma criança não pode decidir se quer ser mãe, ainda mais quando o feto é resultado de uma violência.

Quanto aos povos originários, como indígenas e comunidades quilombolas, nota-se que está é uma questão mais relacionada à esquerda. Nesta pesquisa, poucas deputadas apresentam preocupação com políticas que defendam os povos originários, sendo elas: a deputada negra Áurea Carolina (PSOL/MG), a deputada indígena Joenia Wapichana (REDE/RR), e a deputada branca eleita pelo Amapá Profa. Marcivania. Essa preocupação soma-se a questões como preservação ambiental, educação, saúde, demarcação de terras, valorização cultural e luta. E essa preocupação se deu antes mesmo da crise humanitária dos Yanomamis, no início de 2023. Aqui, já havia uma preocupação com o garimpo invadindo o território demarcado, com os povos indígenas atingidos pelo rompimento das barragens, entre outros problemas que envolvem essa população esquecida pelo governo Bolsonaro.

Assim, é possível, mais uma vez observar que quanto às bandeiras feministas e pautas identitárias, a parcela vinculada à esquerda relaciona-se mais a essas bandeiras e se coloca como parte dos movimentos de luta. Ao mesmo tempo em que são combatidas pela parcela à direita conservadora, mesmo que formada por mulheres. Há deputadas, a maioria eleita, que defendem pautas mais gerais e generalistas, as quais não destacam as diferenças entre as

mulheres brasileiras, levadas em consideração a partir do viés interseccional. A esquerda forma a resistência ao crescente conservadorismo e tem crescido e trazido novas mulheres para o congresso, cis e trans, negras, indígenas, trabalhadoras, professoras, entre outras.

6.5.4 Atuação nas redes sociais e o papel da comunicação no mandato

O *Twitter* é verificado como “[...] uma das plataformas de rápida disseminação de informações políticas, com alto potencial de pautar as mídias convencionais, sobretudo a televisão. Isso torna o *Twitter* uma das plataformas preferidas por expressivos segmentos políticos” (Barros *et al.*, 2021, p. 61). Ainda, no que tange às redes sociais *online*, Barros *et al.* (2021) apontam que elas – as mulheres – são as mais ativas nas redes, mas que isso não impacta diretamente no número de seguidores, se comparadas aos homens. Nota-se, a partir do quadro abaixo (quadro 23), com o número de *tweets* por deputada, que as mais à esquerda do espectro publicam mais, representada pela deputada Áurea Carolina (PT/MG), com quase 2278 *tweets*. Foi ela que mais fez publicações na rede, aproximadamente 3 vezes mais do que a segunda deputada com mais publicações, Liziane Bayer (eleita pelo PSB/RS), com 667 postagens.

Quadro 23 - Deputadas e número de *tweets* nos primeiros 180 dias de mandato

	Deputada Federal	Partido pelo qual se elegeu/UF	Nº de <i>tweets</i>
1	Áurea Carolina	PSOL/MG	2278
2	Liziane Bayer	PSB/RS	667
3	Aline Gurgel	PRB/AP	524
4	Adriana Ventura	NOVO/SP	478
5	Paula Belmonte	PPS/DF	405
6	Clarissa Garotinho	PROS/RJ	256
7	Magda Mofatto	PR/GO	253
8	Profa. Marcivania	PCdoB/AP	215
9	Elcione Barbalho	MDB/PA	163
10	Joenia Wapichana	REDE/RR	136
11	Dra. Soraya Manato	PSL/ES	127
12	Rejane Dias	PT/PI	98
13	Mara Rocha	PSDB/AC	72
14	Profa. Dorinha Seabra	DEM/TO	21
15	Iracema Portella	PP/PI	4

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Nessa perspectiva, os dados apontados na pesquisa de Barros *et al.* (2021) apontam para um maior uso da esquerda. Contudo, nota-se que, no recorte estabelecido, há um número relativamente baixo de publicações, apesar da diversidade de discursos apresentados por elas, ainda que as deputadas em primeiro mandato, seja na Câmara ou na vida política como um todo, tendam a publicar mais, como foi o caso da própria Áurea Carolina (PSOL/MG), Liziane Bayer (PSB/RS), Aline Gurgel (PRB/AP), Adriana Ventura (NOVO/SP) e Paula Belmonte (PPS/DF). Áurea Carolina e Aline Gurgel saíram da vereança para ocupar um cargo como deputada federal, sendo apenas esses dois mandatos na política. As outras três deputadas citadas tiveram o mandato de 2019 a 2023 como o primeiro na vida política. Torna-se uma estratégia de manter o contato com o eleitorado e alcançar mais seguidores nas redes a partir das mensagens disseminadas.

Sabe-se ainda que essa forma de comunicação é apenas uma entre outras formas de interação que são feitas em outras plataformas, como *Facebook*, *Instagram*, *Whatsapp* e *Telegram*, meios de comunicação de massa, como mídia impressa, rádio e TV, e outras formas de construir e consolidar o poder simbólico junto do público, como participação em eventos presenciais. Como exemplo, as categorias “Agenda” e “*Accountability*/Prestação de contas”, presentes na maioria dos conteúdos analisados, o que respalda o uso da mídia para promover pautas, mas também o diálogo presencial, viagens pelo país ou estado pelo qual foram eleitas, entre outras atividades, importantes na manutenção do capital político. Afinal, a relação mídia e política é uma relação marcada por tensões.

No que tange à mídia tradicional, é importante destacar a coluna “Gabinetona” no jornal mineiro *O Tempo*, que teve a deputada Áurea Carolina, como uma de suas colaboradoras. A deputada não só expandiu seu capital político, como também usou do espaço na mídia tradicional mineira como forma de propagar valores e ideias. Nela, a deputada e suas companheiras de partido escreveram de janeiro de 2019 a maio de 2022 sobre os mais diversos temas, conferindo visibilidade a assuntos e grupos marginalizados, como desastres ambientais e preservação do meio ambiente, questões raciais e de gênero, povos indígenas, ondas de ódio e ataques, contra a ditadura, entre outros, sempre de modo enfático.

No geral, as deputadas presentes no estudo repostaram e comentaram, em suas publicações, a respeito de veículos de comunicação, sejam eles tradicionais – como Band, Globo, Record, Jovem Pan, entre outros – ou alternativos – como *The Intercept* Brasil, Mídia NINJA etc. As deputadas utilizaram sua participação nos veículos para repostar o conteúdo em suas próprias redes ou mesmo para convidar os seguidores para acompanhar entrevistas ou programas nos quais participaram. Isso se dá pela questão da mídia, em especial o jornalismo, ser uma forma de dar visibilidade, portanto, conferir capital simbólico para as atrizes políticas (Bourdieu, 1989; Gomes, 2004; Miguel, 2019; Rodrigues, 2002). Por vezes, também usaram as matérias jornalísticas como forma de confirmar um ponto de vista, tendo a mídia como instância legitimadora e mediadora social. Por outro lado, da mesma forma que a mídia pode ser usada para confirmar fatos, ela foi acionada para refutá-los.

Como exemplo disso, tem-se o *The Intercept* Brasil, que foi utilizado em ambos os casos, ao longo das revelações da parcialidade da Operação Lava Jato, que ficaram conhecidas como “Vaza Jato”, devido aos vazamentos de informações e conversas, que apontaram parcialidade e ilegalidade na condução da operação envolvendo, naquela época, o então ministro da Justiça e ex-juiz da operação, Sérgio Moro. Enquanto a base aliada de Jair Bolsonaro e apoiadora do ministro usavam o veículo para questionar a conduta dele e seus membros, a oposição utilizou as matérias publicadas por ele para pedir explicações ao ex-juiz e apresentar a parcialidade que levou à prisão de Lula, candidato às eleições de 2018, em um momento estratégico no pleito eleitoral.

Nota-se que as deputadas mais à direita do espectro político tendem a visitar a mídia tradicional – com baixo uso do Grupo Globo, constantemente atacado por elas – ou que se alinhe a seus pensamentos na repostagem de conteúdo ou participação de programas. O que se difere das deputadas mais alinhadas à esquerda, as quais trazem a mídia tradicional, mas apresentam um diálogo mais forte com veículos alternativos e independentes de comunicação, como Brasil de Fato, *The Intercept* Brasil, Mídia NINJA. As deputadas vinculadas ao centro tiveram postagens mais relacionadas à mídia hegemônica, mas sem viés muito crítico, utilizando-a para reforçar valores e pontos de vista ou mesmo apresentando sua participação em algum momento. Nota-se que aqui a realidade é recortada dentro das necessidades de cada grupo político, bem como do público que o acompanha.

7 CONCLUSÃO

“Embora estejam envolvidas, ambas, numa dança em espiral, prefiro ser uma ciborgue a uma deusa” (Haraway, 2019, p. 99).

A pesquisa teve como objetivo observar a bancada feminina da 56ª legislatura, composta a partir das eleições de 2018. Até aquele momento, foi um número recorde de mulheres eleitas na Câmara Federal, compondo 15% do número de cadeiras. Em 2022, foram 91 deputadas eleitas, que representou quase 18% do total. Portanto, tinha-se a hipótese de que mais mulheres na política poderiam representar mais políticas públicas para as mulheres, trazendo maior representatividade. Contudo, a partir do estudo e do recorte e da base teórica obtida para essa pesquisa, o que pode ser constatado é que a bancada feminina eleita é, em sua maior parte, branca, alinhada mais à direita, na época apoiadora do governo Bolsonaro – pelo menos em partes, como foi o caso da deputada Clarissa Garotinho, até questionada pelos seguidores devido à ambiguidade de pautas, ora alinhadas ao governo, ora discordantes – e conservadora. Parte delas, como a deputada Liziane Bayer, eleita pelo PSB, partido considerado centro-esquerda, a qual migrou para o Republicanos, alinhado mais à direita, mostra-se alinhada aos valores cristão, pró-vida, não aborda a comunidade LGBTQIAPN+ e considera-se como antifeminista, defendendo valores como o combate à “ideologia de gênero”.

Trata-se de situações que remetem ao próprio contexto eleitoral marcado pela polarização e crescente força da direita, em que o bolsonarismo e a onda conservadora cresceram a partir do lema “Deus, pátria e família”. Tal estratégia representa a relação Estado-igreja mais próxima e possível imposição dos dogmas cristãos ao governo; pátria estando vinculada a um nacionalismo exacerbado, com tentativa de valorização dos principais símbolos unificadores do país, como bandeira verde e amarela e futebol, sendo que se via uma postura de alinhamento ao governo estadunidense quase submissa; e família sendo relativa à “família tradicional brasileira”, a qual inclui o relacionamento heteronormativo e os valores morais cristãos.

Tal evidência pode ser observada no posicionamento de muitos parlamentares no Congresso Nacional eleito em 2018 e também nas eleições de 2022, em que personagens polêmicos do governo Bolsonaro voltaram como políticos eleitos. Como exemplo tem-se, no

Senado, Sérgio Moro – ex-ministro da Justiça, eleito pelo União Brasil do Paraná –, Damare Alves – ex-ministra das mulheres, direitos humanos e família, do Republicanos/DF –, General Mourão – Vice-presidente de Bolsonaro, do Republicanos/RS –, Magno Malta – eleito pelo PL/ES, pastor e guru espiritual de Bolsonaro –, entre outros ex-ministros, aliados do governo e apoiadores do bolsonarismo. Deve ser mencionado também o fato de o então vereador de Belo Horizonte, Nikolas Ferreira (PL), ter sido o recordista de votos – mais de 1,5 milhão – por Minas Gerais, vinculado a uma igreja evangélica e defensor das pautas conservadoras, principalmente em relação a gênero e sexualidades. Tal configuração política aponta para a ideia de que o “bolsonarismo” é maior do que o próprio Bolsonaro (PL), uma vez que foi o primeiro presidente a não se reeleger, após a redemocratização, mas que teve uma margem apertada nas eleições de 2022 de diferença para o presidente eleito, Lula (PT).

Nota-se ainda que, mesmo o *Twitter* despontando como ferramenta estratégica nas últimas eleições, parte das deputadas têm um número relativamente baixo de publicações, com exceção da deputada eleita por Minas, Áurea Carolina (PSOL), a qual postou mais de 2200 vezes no período coletado, referente aos 180 primeiros dias de mandato. Algo que se distingue das demais deputadas presentes no estudo. Se comparada às deputadas de direita, como Liziane Bayer, representando do Rio Grande do Sul, Áurea publicou aproximadamente três vezes mais. De modo geral, ao averiguar o recorte, nota-se um uso mais estratégico das redes sociais em prol do apoio e construção positiva em torno do governo Bolsonaro pelas deputadas mais à direita do espectro político, além de apresentarem-se como conservadoras na pauta de costumes, em defesa dos valores cristãos e antifeministas. As deputadas situadas no centro apresentavam ambiguidades em suas publicações, com certa flexibilidade, alinhando-se ao governo nas questões econômicas e na luta “anticorrupção” de culpabilização do PT, mas com certas mudanças e nuances progressistas quando o assunto era a pauta de costumes. As deputadas mais à esquerda, contudo, foram oposição ao governo, desconstruindo a imagem de Bolsonaro a todo momento das postagens, mas também dando visibilidade a pautas e grupos minorizados. Dentre as deputadas escolhidas, nota-se a relevância de Áurea Carolina, em defesa dos atingidos por barragens, na luta contra racismo e em defesa das mulheres, e da comunidade LGBTQIAPN+. A parlamentar mostrou-se estratégica nas publicações e articulada aos companheiros e companheiras de partido e jornada política.

As deputadas que tiveram suas postagens coletadas e analisadas, em sua maioria, mostraram uma preocupação com o território que as elegeu, suas necessidades e questões, uma forma também de garantir e ampliar o eleitorado. Quanto ao alinhamento partidário, nota-se que o mandato de uma deputada é, de fato, mais relacionado às ideias do partido e seus valores. As deputadas tenderam a seguir as orientações dos partidos pelos quais foram eleitas, exceto Liziane Bayer, que foi eleita pelo PSB – partido de centro-esquerda –, mas que se mostrou extremamente conservadora. Atuações como essa, inclusive, fazem com que seja questionada a própria questão do espectro político discutida pelos autores aqui acionados, uma vez que os partidos de direita apresentaram deputadas conservadoras e que podem – sim – ser consideradas como parte de uma extrema-direita em ascensão, a qual tenta impor ao Estado laico os valores cristãos. Enquanto partidos ditos de extrema-esquerda, como PSOL, mostram-se moderados. Há um destaque para questões de desigualdade social e em defesa dos grupos minorizados, como as mulheres, por exemplo.

A hipótese de que mais mulheres na política levaria a mais políticas públicas para as mulheres mostrou-se parcialmente confirmada. Essa hipótese mostra-se condicionada, em parte, ao partido de filiação e à pauta quanto aos direitos das mulheres e o número de eleitoras terem feito parte do cenário eleitoral de 2018. As deputadas de esquerda e centro-esquerda tendem a trazer o recorte interseccional, buscando por medidas que sejam para as mulheres, mas que respeitem suas diferenças e contextos, trazendo à tona a questão da mulher trabalhadora, mulher indígena, mulher trans, mulher negra etc. Algumas abraçam pautas consideradas tabus como a descriminalização do aborto, e reafirmam seus lugares como mulheres feministas. Ao passo que as deputadas de centro buscaram se equilibrar em uma “corda bamba”, ora tendendo para o apoio ao governo Bolsonaro, ora defendendo questões mais progressistas. A pauta mulher veio associada à luta contra a violência, em defesa dos direitos da mulher mãe, tratando a mulher de uma forma muito generalista, aproximando-se do discurso da direita. No espectro de direita e centro-direita, a temática “mulher” foi abordada de forma mais conservadora e sem o recorte interseccional e, algumas deputadas, nem chegaram a abordar o tema, mostrando por meio de seus mandatos que há mais mulheres no poder, mas que nem todas estão dispostas a romper com a dominação masculina. Ainda há aquelas que usaram da própria história vinculada à maternidade e família para apontar o feminismo como forma de destruição dessa instituição.

A questão da violência contra a mulher, nas mais diferentes formas, foi pautada pelas deputadas presentes no estudo. Todavia, as deputadas de esquerda preocuparam-se em discutir de que forma o patriarcado deixou resquícios dolorosos na sociedade atual, apresentando mais do que propostas ou realizações, ao trazer discussões sobre o tema, suas origens e relevância. Por outro lado, a defesa da mulher pelas representantes do centro e direita vincularam-se mais às questões de segurança, sem trazer as origens do problema vinculadas à dominação masculina, mas sim apontando soluções como o armamento das mulheres e leis mais rígidas. Contudo, sabe-se que as leis são sim importantes, mas o cenário não muda sem se discutir a origem da violência e suas consequências, trazendo também um olhar interseccional, a partir das diferentes opressões sofridas pelos corpos femininos. Portanto, há um avanço, mas as resistências da maioria masculina na política e a estrutura machista ainda se impõem.

Ou seja, diante da construção teórica e da análise dos dados, pudemos chegar a considerações importantes acerca da relação comunicação, política e gênero, que revelam como a dominação masculina ainda é enraizada no Brasil. No entanto, faz-se necessário fazer algumas ressalvas quanto ao que a pesquisa buscou responder e questões que ficam em aberto para novas possibilidades de investigação. Primeiro, é importante situar o “lugar de fala”, em relação ao campo do saber, reforçando que esta pesquisa é uma contribuição para a área da Comunicação, em especial da Comunicação Política, a partir das interseções com a Ciência Política e as discussões de gênero. Isto porque a pesquisa foca na atuação de 15 parlamentares, das 77 eleitas em 2018. Isso se deu por se levar em conta o percentual no espectro político-ideológico, bem como as limitações do software no momento de coleta. Mesmo com um recorte de 15 deputadas, nota-se um padrão recorrente no que diz respeito ao espectro ideológico, ao indicar que, apesar dos avanços da participação feminina – no pleito de 2022 vai de 77 para 91 deputadas –, as parlamentares eleitas tendem a reproduzir a lógica do sistema político brasileiro em consonância com boa parte do eleitorado, reforçando uma visão androcêntrica e patriarcal. A vitória de deputados e deputadas de direita, vinculados à pauta de costumes conservadora e de combate às minorias, é um retrato de um país ainda marcado pela transfobia, machismo, racismo estrutural e sexismo.

A filiação partidária foi algo importante de se observar. O Brasil vivencia uma democracia multipartidarista, o que não reflete em mais pessoas e grupos representados pelos

partidos, mas sim, uma volatilidade de pautas, por vezes muito parecidas dentro do mesmo espectro, além de apresentar um trânsito constante nas filiações. Essa mudança recorrente tende a não identificar o que de fato é significativo. Como exemplo, tem-se as deputadas de direita, as quais mudam de partido com maior frequência do que as deputadas à esquerda, conforme observado no estudo. Isso apresenta também uma tendência personalista, apesar do partido ainda ser mais forte em mandatos no legislativo.

Quanto ao capital político apresentado, é possível depreender que há uma manutenção do capital familiar ou transferido da presença masculina na política, ambiente ainda dominado por homens, héteros, brancos, cis, cristãos e ricos. Isso reafirma a parcialidade da confirmação da hipótese de que mais mulheres na política significa mais políticas para as mulheres, uma vez que parte delas – a maior parte – está voltada para a manutenção da dominação masculina, servindo como *token* de partidos e familiares. Isso é notado, por exemplo, no que se espera de uma mulher no espaço político voltado para o pensamento maternal – aquela que se preocupa com a saúde, educação e cuidado dos filhos – e política do desvelo – aquela que vem para tornar o espaço menos violento –, do que de fato trazer o enfrentamento e a visibilidade para pautas importantes, mas ainda consideradas um tabu, como a própria dominação masculina como origem das diversas violências sofridas pelas mulheres.

Além disso, as deputadas mais à direita tendem a deslegitimar o discurso feminismo com base na neolíngua, apropriando-se de conceitos como “gênero” para distorcer e dar a própria versão da realidade, a qual busca manter o status quo, como no exemplo do conceito “ideologia de gênero”, que distorce e apaga todo um processo de luta e conscientização social de que uma sociedade baseada no patriarcado tende a fazer mal para todas as pessoas nela inseridas. Portanto, mesmo com o recorte temporal de seis meses, relativo ao primeiro semestre de atuação das deputadas eleitas em 2018, foi possível identificar o foco de atuação das parlamentares, tanto em relação ao governo Bolsonaro, quanto às pautas femininas, feministas e conservadoras.

Apesar da resistência masculina e patriarcal na política, nota-se que a presença de diferentes mulheres tende a inspirar e possibilitar a entrada de mais mulheres, representantes dos grupos minorizados, como forma de luta. Como exemplo tem-se as deputadas Áurea Carolina e Joenia Wapichana, presentes nesse estudo. Áurea Carolina é semente de Marielle

Franco e, ao não se candidatar, apoiou a candidatura de sua herdeira política, Célia Xakriabá, primeira mulher indígena eleita por MG. Joenia Wapichana, como primeira indígena mulher eleita abriu caminhos não só para Célia e outras deputadas eleitas, como para a participação de mulheres indígenas no governo, como a própria atual ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara.

Quanto às estratégias de comunicação, nota-se que há uma utilização de interação em diversas instâncias, como nas redes sociais, espaço em que pessoas ganham força e capital político, tendo o *Twitter* como uma delas. As redes sociais *online* conferem visibilidade também nas mídias massivas. Como a exemplo, tem-se deputadas que, devido à luta utilização da interação *online*, puderam ganhar visibilidade nacional, incluindo os partidos e bandeiras, Tabata Amaral, Talíria Pelrone, Luiza Erundina, Carla Zambelli e outras. Há, ainda, aquelas que utilizam espaços de mídia regionais até para garantir a manutenção do eleitorado, como Elcione Barbalho.

Além dos espaços midiáticos, há que se destacar a importância da comunicação feita via formas tradicionais de fazer política, em visitas aos estados, às cidades, sejam em anúncio de verbas, inauguração de obras presente nas publicações do recorte apresentado. Ou seja, o campo político deixa-se atravessar pelas novas formas de comunicação, mas mantém certos parâmetros de funcionamento, como a interação face a face e a prestação de contas das deputadas junto ao eleitorado de forma presencial.

Por fim, nota-se que as deputadas eleitas em 2018, não trouxeram o tema “mulher” como pauta ou tema central do discurso no *Twitter*. É importante ter-se o cuidado, ainda, de não esperar – ou mesmo pressionar – tais deputadas para que tenham pautas mais progressistas ou ligadas ao feminino/feminismo. Há a possibilidade que os temas levantados por elas reflitam também a oportunidade de voto e expectativa do próprio eleitorado que pode se sentir desamparado em áreas como saúde, educação e direito a mais creches, por exemplo. Pode-se inferir ainda que, pela pauta “mulher” não se mostrar presente nas narrativas delas, no recorte apresentado, pode ser que o próprio tema não garantiu o mandato ou mesmo garantiria sua continuidade, a depender do público que as elegeu.

REFERÊNCIAS

ABDALA, V. Governo lança programa de distribuição gratuita de absorvente pelo SUS. **Agência Brasil**, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-03/governo-lanca-programa-de-distribuicao-gratuita-de-absorvente-pelo-sus>. Acesso em: 24 jul. 2023.

ABREU; M.; MORI, N. Como fica a representação feminina no Congresso Nacional a partir de 2023? **Brasil de Fato**, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/10/05/como-fica-a-representacao-feminina-no-congresso-nacional-a-partir-de-2023>. Acesso em: 02 jul. 2023.

ADICHIE, C. N. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ADRIANA Ventura Deputada Federal, [ca. 2023?]. Disponível em: <https://adrianaventura.com/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

AGÊNCIA BRASIL. Câmara aprova projetos em defesa dos direitos das mulheres. **IstoÉ Dinheiro**, 2020. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/camara-aprova-projetos-em-defesa-dos-direitos-das-mulheres/>. Acesso em: 15 dez. 2020.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Bancada feminina na Câmara será composta por 77 deputadas na nova legislatura. **Câmara dos Deputados**, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/550935-bancada-feminina-na-camara-sera-composta-por-77-deputadas-na-nova-legislatura/>. Acesso em: 28 jul. 2020.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Lista dos empossados tem três alterações em relação ao resultado da eleição. **Câmara dos Deputados**, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/936320-lista-dos-empossados-tem-tres-alteracoes-em-relacao-ao-resultado-da-eleicao/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Violência política de gênero, a maior vítima é a democracia. **Câmara dos Deputados**, [ca. 2023?]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/violencia-politica-de-genero-a-maior-vitima-e-a-democracia>. Acesso em: 03 fev. 2022.

AGÊNCIA REPUBLICANA DE COMUNICAÇÃO. Aline Gurgel assume Secretaria de Assistência Social do Amapá. **Republicanos**, 2023. Disponível em: <https://republicanos10.org.br/mulheres-republicanas/aline-gurgel-e-nomeada-secretaria-de-assistencia-social-do-amapa/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

AGÊNCIA SENADO. Aprovada pelo Senado, MP da Liberdade Econômica agora é lei. **Senado Notícias**, 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/09/23/aprovada-pelo-senado-mp-da-liberdade-economica-agora-e-lei>. Acesso em: 26 maio 2023.

AGÊNCIA SENADO. Dia dos Povos Indígenas, em 19 de abril, substitui Dia do Índio após derrubada de veto. **Senado Notícias**, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/07/11/dia-dos-povos-indigenas-em-19-de-abril-substitui-dia-do-indio-apos-derrubada-de-veto>. Acesso em: 25 abr. 2023.

AGGIO, C. O. Internet, Eleições e Participação: questões-chave acerca da participação e do ativismo nos estudos em campanhas *online*. In: GOMES, W.; MAIA, R.; MARQUES, F. J. (org.). **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina. p. 175-196.

AGOSTINI, R.; PALHARES, I. MEC cortará verba de universidade por 'balbúrdia' e já mira UnB, UFF e UFBA. **Estadão conteúdo**, 2019. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/educacao/mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba/>. Acesso em: 30 abr. 2023.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. Coordenação de Djamila Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019. (Feminismo Plurais).

ALBUQUERQUE, A.; DIAS, M. R. Propaganda política e a construção da imagem partidária no Brasil. **Civitas**, v. 2, n. 2, dez. 2002. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/104/100>. Acesso em: 04 ago. 2023.

ALDÉ, A.; BORBA, F. O Horário Eleitoral e a Formação da Opinião Pública. In: **ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA (ABCP)**, 10., 2016, Belo Horizonte. Anais [...]. Belo Horizonte: ABCP, 2016. p. 01-20.

ALMEIDA, A. Como o movimento misógino "redpill" deturpa conceitos do filme "Matrix". **Revista Galileu**, 2023. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/sociedade/noticia/2023/03/como-o-movimento-misogino-redpill-deturpa-conceitos-do-filme-matrix.ghtml>. Acesso em: 21 jul. 2023.

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. Coordenação de Djamila Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019. (Feminismo Plurais).

ALVES JUNIOR, A. J.; LIMA, C. H.; STUDART, R. Terraplanismo econômico na Reforma da Previdência. *In*: AZEVEDO, J. S. G.; POCHMANN, M. (org.). **Brasil incertezas e submissão?** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. p. 191-210. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2019/09/Brasil-incertezas-e-Submiss%C3%A3o-Epub1.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2023.

ALVES, B. Caldo de carne e dieta líquida: entenda como Joice Hasselmann perdeu 20 kg. **VivaBem UOL**, 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/08/25/veja-o-que-fez-a-deputada-federal-joyce-hasselmann-para-eliminar-20kg.htm>. Acesso em: 18 fev. 2022.

ALVES, M. Mapeamento das fanpages políticas no Facebook. *In*: SILVA, T.; BUCKSTEGGE, J.; ROGEDO, P. (org.). **Estudando cultura e comunicação com mídias sociais**. Brasília: IBPAD, 2018. p. 204-224.

AMADO, G. Pastor de Michelle apoia Clarissa para Senado no RJ, e ignora Romário e Silveira. **Metrópolis**, 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/pastor-de-michelle-apoia-clarissa-para-senado-no-rj-e-ignora-romario-e-silveira>. Acesso em: 13 jun. 2023.

AMÂNCIO, L. Gênero: representações e identidades. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 14, p. 127-140, 1993. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/909>. Acesso em: 04 ago. 2023.

AMAPÁ. **Povos indígenas do Amapá e norte do Pará**. [201?]. Disponível em: <http://www.sepi.ap.gov.br/interno.php?dm=961>. Acesso em: 28 maio 2023.

AMARAL, T. **Nosso lugar**: o caminho que me levou à luta por mais mulheres na política. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

ANDACHT, F. A Síndrome de Prometeu: um obstáculo no desenvolvimento do campo da comunicação. **Revista Intertexto**, v. 2, n. 13, p. 01-15, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/4207/4469>. Acesso em: 15 fev. 2021.

ANDRADE, J. Deputada Duda Salabert diz que um dos presos por violentar adolescentes no Discord a ameaçava desde 2020. **Portal G1**, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/06/27/deputada-duda-salabert-diz-que-um-dos-presos-por-violentar-adolescentes-no-discord-a-ameacava-desde-2020.ghtml>. Acesso em: 21 jul. 2023.

ARAÚJO, M. F. Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. **Psicologia para América Latina**, n. 14, 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000300012. Acesso em: 11 mar. 2023.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ. **Plenário unânime aprova o nome de Rejane Dias para o Tribunal de Contas do Estado**. 2023. Disponível em: <https://www.al.pi.leg.br/institucional/noticias/plenario-unanime-aprova-o-nome-de-rejane-dias-para-o-tribunal-de-contas-do-estado>. Acesso em: 02 jul. 2023.

ASSIS, D. Os jornais impressos dão as costas para a história. **Brasil247**, 2021. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/os-jornais-impressos-dao-as-costas-para-a-historia>. Acesso em: 03 jun. 2021.

AUDITORIA CIDADÃ. *Twitter* dos Deputados Federais (2020). **Auditoria Cidadã da Dívida**, 2022. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/contato-dos-deputados-federais-2020-Twitter/>. Acesso em: 10 abr. 2022.

ÁUREA CAROLINA. [ca. 2017]. Disponível em: <https://www.aureacarolina.com.br/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

ÁUREA CAROLINA. [S. l.], 16 fev. 2022. Instagram: @aureacarolina. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CaDARsUuV1h/>. Acesso em: 16 fev. 2022.

AVELAR, L. **O Segundo eleitorado: tendências do voto feminino no Brasil**. 2. ed. Campinas: Editora Unicamp, 1989.

AZMINA. **Aline Gurgel**. [ca. 2021e]. Disponível em:
https://www.elasnocongresso.com.br/perfil/aline_gurgel. Acesso em: 21 fev. 2023.

AZMINA. **Clarissa Garotinho**. [ca. 2021f]. Disponível em:
https://www.elasnocongresso.com.br/perfil/clarissa_garotinho. Acesso em: 21 fev. 2023.

AZMINA. **Deputada Áurea Carolina**. [ca. 2021a]. Disponível em:
https://www.elasnocongresso.com.br/perfil/aurea_carolina. Acesso em: 14 jul. 2023.

AZMINA. **Dra. Soraya Manato**. [ca. 2021i]. Disponível em:
https://www.elasnocongresso.com.br/perfil/dra_soraya_manato. Acesso em: 21 fev. 2023.

AZMINA. **Elcione Barbalho MDB-PA**. [ca. 2021b]. Disponível em:
https://www.elasnocongresso.com.br/perfil/elcione_barbalho. Acesso em: 14 jul. 2023.

AZMINA. **Joenia Wapichana**. [ca. 2021j]. Disponível em:
https://www.elasnocongresso.com.br/perfil/joenia_wapichana. Acesso em: 21 fev. 2023.

AZMINA. **Liziane Bayer**. [ca. 2021g]. Disponível em:
https://www.elasnocongresso.com.br/perfil/liziane_bayer. Acesso em: 21 fev. 2023.

AZMINA. **Mara Rocha**. [ca. 2021h]. Disponível em:
https://www.elasnocongresso.com.br/perfil/mara_rocha. Acesso em: 21 fev. 2023.

AZMINA. **Paula Belmonte**. [ca. 2021d]. Disponível em:
https://www.elasnocongresso.com.br/perfil/paula_belmonte. Acesso em: 21 fev. 2023.

AZMINA. **Professora Marcivania**. [ca. 2021c]. Disponível em:
https://www.elasnocongresso.com.br/perfil/professora_marcivania. Acesso em: 21 fev. 2023.

AZMINA. **Projeto que usa dados públicos do Congresso Nacional para monitorar os direitos das mulheres no poder legislativo**. [ca. 2020]. Disponível em: <https://www.elasnocongresso.com.br/metodologia>. Acesso em: 21 fev. 2023.

AZMINA. **Proposta da câmara PL 2514/2021**. 2019. Disponível em: https://www.elasnocongresso.com.br/proposta/pl_25142019. Acesso em: 02 jul. 2023.

AZMINA. **Proposta da câmara PL 2589/2021**. 2021. Disponível em: https://www.elasnocongresso.com.br/proposta/pl_25892021. Acesso em: 14 jun. 2023.

AZMINA. **Rejane Dias**. [ca. 2021j]. Disponível em: https://www.elasnocongresso.com.br/perfil/rejane_dias. Acesso em: 21 fev. 2023.

AZMINAS. **Proposta da câmara PL 3021/2020**. 2020 Disponível em: https://www.elasnocongresso.com.br/proposta/pl_30212020. Acesso em: 02 jul. 2023

BARBA, M. D.; WENTZEL, M. Discurso de Bolsonaro deixa ativistas ‘estarecidos’ e leva OAB a pedir sua cassação. **BBC News Brasil**, 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb. Acesso em: 07 maio 2023.

BARBALHO, A. [S. l.], 2019. *Twitter*: @elcionebarbalh0. Disponível em: <https://Twitter.com/elcionebarbalh0>. Acesso em: 15 set. 2023.

BARBALHO, A. [S. l.], 2018. *Twitter*: @elcionebarbalh0. Disponível em: <https://Twitter.com/elcionebarbalh0>. Acesso em: 15 set. 2023.

BARBOSA, M. Paradigmas de Construção do campo comunicacional. *In*: WEBER, M. H.; BENTZ, I.; HOHLFELDT, A. **Tensões e objetos**: da pesquisa em comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2002. p. 73-79.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BARICHELLO, E. M. R.; RUBLESCKI, A. (org.). **Pesquisa em Comunicação**: olhares e abordagens. Santa Maria: FACOS/UFSM, 2014. Disponível em:

<https://www.ufsm.br/editoras/facos/pesquisa-em-comunicacao-olhares-e-abordagens>. Acesso em: 04 ago. 2023.

BARROS, A. T. Internet e política para mulheres: análise dos Websites das parlamentares da Bancada Feminina do Congresso Nacional. **Democracia Digital e Governo Eletrônico**, n. 12, p. 183-211, 2015. Disponível em: <https://abcpública.org.br/biblioteca/Internet-e-politica-para-mulheres-analise-dos-Websites-das-parlamentares-da-bancada-feminina-do-congresso-nacional/>. Acesso em: 04 ago. 2023.

BARROS, A. T.; LEMOS, C. R. F. Política, pânico moral e mídia: controvérsias sobre os embargos infringentes do escândalo do Mensalão. **Opinião Pública**, v. 24, p. 291-327, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/d589nCvm6gdcz6rLQBpmfsL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 ago. 2023.

BASTOS, P. N. Dialética do engajamento: uma contribuição crítica ao conceito. **MATRIZES**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 193-220, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/157540>. Acesso em: 04 ago. 2023.

BAUMGARTEN, Nicole Cristine. #meuprimeiroassédio: considerações sobre violência, gênero, feminismos e mídias. **Ponto Urbe**, n. 26, p. 01-09, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/8418>. Acesso em: 04 ago. 2023.

BAYER, L. [S. l.], 2019. *Twitter*: @lizianebayer. Disponível em: <https://Twitter.com/LizianeBayer>. Acesso em: 15 set. 2023.

BAYER, L. [S. l.], 2022. *Instagram*: @lizianebayeroficial. Disponível em: <https://www.instagram.com/lizianebayeroficial/?hl=pt-br>. Acesso em: 05 mar. 2023.

BBC NEWS BRASIL. **A revolta de iranianas contra uso obrigatório de véu islâmico**. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-62997330>. Acesso em: 27 jan. 2023.

BBC NEWS BRASIL. **Deltan Dallagnol cassado**: porque procurador da Lava Jato foi punido pelo TSE. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cnl9wqx79xpo>. Acesso em: 26 jul. 2023.

BBC NEWS BRASIL. **Entenda o escândalo de uso político de dados que derrubou valor do Facebook e o colocou na mira de autoridades**. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43461751>. Acesso em: 18 jan. 2023.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BELMONTE, P. [S. l.], 2019. *Twitter*: @paulabelmonte. Disponível em: <https://Twitter.com/paulabelmonte>. Acesso em: 15 set. 2023.

BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996. p.165-196. v. 1. (Obras escolhidas).

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de Sociologia do Conhecimento. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BERNARDES, C. B. Uso do *Twitter* para engajamento político. **Compólitica**, v. 10, n. 3, p. 05-48, 2020. Disponível em: <http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/411>. Acesso em: 04 ago. 2023.

BERRÍO-ZAPATA, C. *et al.* Exclusão digital de gênero: quebrando o silêncio na Ciência da Informação. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, v. 43, n. 1, 2020. Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/RIB/article/view/330542>. Acesso em: 04 ago. 2023.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BIROLI, F.; MACHADO, M. D. C.; VAGGIONE, J. M. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**: disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2020.

BITTAR, P. Candidaturas femininas crescem em 2020, mas ainda não representam a população brasileira. **Câmara dos Deputados Federal**, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/698770-candidaturas-femininas-crescem-em-2020-mas-ainda-nao-representam-a-populacao-brasileira/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BNDES. **O BNDES e as exportações de serviços**. [ca. 2023]. Disponível em: <https://aberto.bndes.gov.br/aberto/caso/exportacao/>. Acesso em: 26 maio 2023.

BOCCHINI, B. Mulheres têm rendimento 21% inferior ao dos homens, mostra pesquisa. **Agência Brasil**, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-03/mulheres-tem-rendimento-21-inferior-ao-dos-homens-mostra-pesquisa>. Acesso em: 07 abr. 2023.

BOKOS, A.V. M. A proteção à terra indígena como direito ambiental. **Cadernos Eletrônicos Direito Internacional sem Fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://www.cadernoseletronicosdisf.com.br/cedisf/article/view/98>. Acesso em: 04 ago. 2023.

BOLOGNESI, B.; RIBEIRO, E.; CODATO, A. Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. **Dados**, v. 66, n. 2, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/zzyM3gzHD4P45WWdytXjZWg/>. Acesso em: 04 ago. 2023.

BOTELHO, M. A.; COIMBRA, M. R. (org.). **Mídia e Poder no contexto da crise política e sanitária**: das eleições de 2018 à pandemia de covid-19 no Brasil. São João del-Rei: Independente, 2021.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão seguido**. Tradução Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRAGA, J. L. Circuitos versus campos sociais. In: MATTOS, M. A.; JANOTTI JÚNIOR, J.; JACKS, N. (org.). **Mediação & Mdiatização**. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2012. p. 29-52. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/k64dr/pdf/mattos-9788523212056.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2023.

BRAGA, J. L. Constituição do Campo da Comunicação. **Verso e Reverso**, v. 25, n. 58, p. 62-77, 2011. Disponível em: <https://revistas.unisinus.index.php/versoereverso/article/view/924/147>. Acesso em: 04 ago. 2023.

BRANDALISE, C.; GERALDO, N. Assédio a Isa Penna: Alesp amplia pena de Cury para 6 meses por unanimidade. **Universa UOL**, 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/04/01/isa-penna-e-a-decisao-de-punicao-do-deputado-fernando-cury.htm>. Acesso em: 06 jul. 2021.

BRANDINO, G.; GARCIA, G. Pela 1ª vez neste século, 264 municípios do país terão prefeitas, sendo 33% negras. **Folha Online**, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/12/pela-1a-vez-neste-seculo-264-municipios-do-pais-terao-prefeitas-sendo-33-negras.shtml>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. **Emenda constitucional n. 103, de 12 de novembro de 2019**. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Brasília, DF: Presidência da República, 2019e. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm. Acesso em: 05 mar. 2023.

BRASIL. **Emenda constitucional n. 86, de 17 de março de 2015**. Altera os arts. 165, 166 e 198 da Constituição Federal, para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica. Brasília, DF: Presidência da República, 2015b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2053421>. Acesso em: 13 jun. 2023.

BRASIL. **Lei Complementar 150 de junho de 2015**. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2015d. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/2015/leicomplementar-150-1-junho-2015-780907-publicacaooriginal-147120-pl.html>. Acesso em: 26 jan. 2022.

BRASIL. **Lei n. 12.034, de 29 de setembro de 2009**. Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm. Acesso em: 03 fev. 2022.

BRASIL. Lei n. 14.021, de 7 de julho de 2020. Dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas [...]. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ed. 129, 2020c. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/Web/dou/-/lei-n-14.021-de-7-de-julho-de-2020-265632745>. Acesso em: 12 abr. 2023.

BRASIL. **Medida Provisória n. 881, de 30 de abril de 2019**. Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, estabelece garantias de livre mercado, análise de impacto regulatório, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2019c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/mpv/mpv881.htm. Acesso em: 07 abr. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei complementar n 1288, de 2019**. Modifica o art. 1º, da Lei n. 8.857, de 8 de março de 1994, para ampliar a abrangência da Área de Livre Comércio de Brasília, com extensão para o Município de Epitaciolândia – ALCB, no Estado do Acre. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2019g. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2193467>. Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei complementar n 55, de 2019**. Altera a Lei Complementar 160 de 07 de agosto de 2017 [...]. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2019f. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2193564>. Acesso em: 13 jun. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 1256, de 2019**. Revoga o § 3º do art. 10 da Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997, que prevê percentual de preenchimento mínimo de vagas para candidaturas de cada sexo. Brasília, DF: Senado Federal, 2019a. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/Web/atividade/materias/-/materia/135505>. Acesso em: 30 abr. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 2251, de 2019**. Acrescenta dispositivo à Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, que "Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...]. Brasília, DF: Senado Federal, 2019b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2197808>. Acesso em: 30 abr. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 2630, de 2020**. Institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Brasília, DF: Senado Federal, 2020a. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/Web/atividade/materias/-/materia/141944>. Acesso em: 18 jan. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 3563, de 2015**. Torna obrigatória o pagamento de indenizações e contratação de seguro no caso de rompimento de barragens. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2015a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2053421>
Acesso em: 29 abr. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 5466, de 2019**. Institui o Dia dos Povos Indígenas. Brasília, DF: Senado Federal, 2019h. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2224662>.
Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 55, de 2020**. Dispõe sobre a proteção de mulheres em situação de violência durante a vigência do estado de calamidade pública [...]. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2020b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2243066>.
Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 6341, de 2019**. Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal. Brasília, DF: Senado Federal, 2019d. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/Web/atividade/materias/-/materia/140099>. Acesso em: 07 abr. 2023.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição n. 61, de 2015**. Altera o art. 166 da Constituição Federal, para autorizar a apresentação de emendas ao projeto de lei do orçamento anual diretamente ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios. Brasília, DF: Presidência da República, 2015c. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/Web/atividade/materias/-/materia/121353>.
Acesso em: 03 jun. 2023.

BRESSER, P. Pandemia agrava desemprego entre mulheres e aumenta desigualdade de gênero. **Universa UOL**, 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/03/11/desemprego-na-pandemia.htm>. Acesso em: 26 jan. 2022.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CABRAL FILHO, A. V.; OLIVEIRA, C. P. Democracia em vertigem: reflexões sobre os fluxos de atenção e ações coletivas para mudança social na Internet. **Liinc em Revista**, v.

18, n. 2, p. 01-23, 2022. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/6052/5698>. Acesso em: 04 ago. 2023.

CABRAL, M.; JUCA, B. Brasil tem apenas uma mulher entre os prefeitos eleitos em todas as capitais do país. **El País**, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-30/brasil-tem-apenas-uma-mulher-entre-os-prefeitos-eleitos-em-todas-as-capitais-do-pais.html>. Acesso em: 10 fev. 2021.

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI. Itaqui recebe projeto "Você decide". **Liziane Bayer**, Itaqui, 2019. Disponível em: <https://www.lizianebayer.com.br/post/itaqui-recebe-projeto-voc%C3%AA-decide>. Acesso em: 20 fev. 2023.

CÂMARA DO DEPUTADOS. **Frente Parlamentar com participação popular feminista e antirracista**. 2019a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/Internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54058>. Acesso em: 17 fev. 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAL. **CPI do BNDES aprova relatório final e pede indiciamento de mais de 50 pessoas**. 2019c. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/603106-cpi-do-bndes-aprova-relatorio-final-e-pede-indiciamento-de-mais-de-50-pessoas>. Acesso em: 26 maio 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Adriana Ventura**: biografia. [2023?c]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/204528/biografia>. Acesso em: 20 fev. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Aline Gurgel**: biografia. [2023?g]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/204353/biografia>. Acesso em: 20 fev. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **CDHM e frente parlamentar mista dos direitos dos povos indígenas debaterão a imunização dos indígenas contra a covid 19**. 2021. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/cdhm-e-frente-parlamentar-mista-dos-direitos-dos-povos-indigenas-debaterao-a-imunizacao-dos-indigenas-contra-a-covid-19>. Acesso em: 12 abr. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Clarissa Garotinho**: biografia. [2023?h]. Disponível em: <https://www.CAMARA.leg.br/deputados/178939/biografia>. Acesso em: 20 fev. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Deputados. Frentes Parlamentares. **Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional**. 2019d. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/Internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54010>. Acesso em: 11 mar. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Dra. Soraya Manato**: biografia. [2023?l]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/81297/biografia>. Acesso em: 20 fev. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Elcione Barbalho**: biografia. [2023?b]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74075/biografia>. Acesso em: 14 fev. 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Frente parlamentar mista em defesa dos direitos dos povos indígenas**. 2019b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/Internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53999>. Acesso em: 12 abr. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Iracema Portella**: biografia. [2023?e]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/67138/biografia>. Acesso em: 20 fev. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Joenia Wapichana**: biografia. [2023?n]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/204468/biografia>. Acesso em: 20 fev. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **LDO**: Lei de Diretrizes Orçamentárias. Portal da Câmara dos Deputados, [ca. 2019]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/ldo>. Acesso em: 07 abr. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Liziane Bayer**: biografia. [2023?i]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/204405/biografia>. Acesso em: 20 fev. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Mara Rocha**: biografia. [2023?j]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/204471/biografia>. Acesso em: 20 fev. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Paula Belmonte**: biografia. [2023?f]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/204377/biografia>. Acesso em: 20 fev. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Paula Belmonte**: biografia. [2023?o]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/204377/biografia>. Acesso em: 26 maio 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Professora Dorinha Seabra Rezende**: biografia. [2023?a]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/160639/biografia>. Acesso em: 14 fev. 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Professora Marcivania**: biografia. [2023?d]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/160641/biografia>. Acesso em: 20 fev. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Rejane Dias**: biografia. [2023?m]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/178925/biografia>. Acesso em: 20 fev. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Secretaria da Mulher. **Bancada feminina alcança 91 deputadas federais**. 2022a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/noticias/bancada-feminina-alcanca-91-deputadas-federais-1>. Acesso em: 02 jul. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Secretaria da Mulher: **Aline Gurgel**. 2022b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/bancada-feminina/aline-gurgel>. Acesso em: 28 maio 2023.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. **Deputados discutem rumos da CPI dos Atos Antidemocráticos**. 2023. Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/-/deputados-discutem-rumos-da-cpi-dos-atos-antidemocraticos> Acesso em: 20 fev. 2023.

CAMARGO, G. CTA: confira 10 exemplos de chamada de ação para Instagram. **Blog Rock Content**, 2022. Disponível em: <https://rockcontent.com/br/blog/exemplos-de-chamada-de-acao-para-instagram/> Acesso em: 22 fev. 2023.

CANALTECH. Fundação do *Twitter*. **Canaltech**, [ca. 2012]. Disponível: <https://canaltech.com.br/empresa/Twitter/>. Acesso em: 30 jan. 2023.

CARDOSO, C P. **Outras Fala: Feminismo na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. 2012. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências Humanas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/7297>. Acesso em: 04 ago. 2023.

CARDOSO, J.; GUIMARÃES, L. Aborto é legal ou descriminalizado em 6 países da América do Sul. **Poder 360**, 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/aborto-e-legal-ou-descriminalizado-em-6-paises-da-america-do-sul/>. Acesso em: 24 jul. 2023.

CARLÓN, M. Apropiación contemporánea de la teoría comunicacional de Eliseo Verón. *In*: VIZER, E; VIDALES, C. (coord.). **Comunicación, campo(s) teorías y problemas: una perspectiva Internacional**, Editorial Comunicación Social, 2016. p. 125-154. Disponível em: <http://espejodemonografias.comunicacionsocial.es/article/view/5962/6492>. Acesso em: 22 fev. 2023.

CARLÓN, M. La cultura mediática contemporánea: otro motor, otra combustión. *In*: CASTRO, P. C. (org.). **A circulação discursiva: entre produção e reconhecimento**. Maceió: EDUFAL, 2017.

CARLÓN, M. Público, privado e íntimo: el caso Chicas bondi y el conflicto entre derecho a la imagen y libertad de expresión en la circulación contemporánea. *In*: CASTRO, P. C. (org.). **Dicotomía público/privado: estamos no caminho certo?** Maceió: EDUFAL, 2015. p. 211-232.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Neabi**, p. 01-11, 2020.

CAROLINA, Á. [S. l.], 2019. *Twitter*: @aureacarolinax. Disponível em: https://Twitter.com/aureacarolinax?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwg%5Eauthor. Acesso em: 15 set. 2023.

CAROLINA, Á. “Acabou o mandato, e comemorei como Galvão Bueno na copa de 94”. **Revista Piauí**, 2023. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/acabou-o-mandato-e-comemorei-como-galvao-bueno-na-copa-de-94/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

CARONE, E. Coronelismo: definição histórica e bibliografia. **Revista de Administração de Empresa**, v. 11, n. 3, p. 85-92, 1971. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/VsMJH7YbTMz3f7yM9dcZxXP/>. Acesso em: 22 fev. 2023.

CASO MARIANA Ferrer: câmara aprova projeto sobre “violência institucional”. **UOL: Cotidiano**, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas->

noticias/2020/12/10/caso-mariana-ferrer-camara-aprova-projeto-sobre-violencia-institucional.htm. Acesso em: 15 dez. 2020.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venâncio Majer com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardt. 6. ed. rev. ampl. São Paulo: Paz e Terra, 1999a. v. 1.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999b. v. 2

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da Internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CEPAL. Pandemia provoca aumento nos níveis de pobreza sem precedentes nas últimas décadas e tem um forte impacto na desigualdade e no emprego. **Nações Unidas**, 2021. Disponíveis em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/pandemia-provoca-aumento-niveis-pobreza-sem-precedentes-ultimas-decadas-tem-forte>. Acesso em: 03 fev. 2022.

CERVI, E. U. Análise de conteúdo automatizada para conversações em redes sociais *online*: uma proposta metodológica. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 42., 2018, Caxambu-MG. **Anais** [...]. Caxambu-MG: ANPOCS, 2018. Disponível em: <https://anpocs.org.br/category/encontros-anteriores/>. Acesso em: 17 ago. 2023.

CERVI, E. U. **Manual de métodos quantitativos para iniciantes em Ciência Política**. Curitiba: CPOP, 2019. v. 2.

CESARINO, L. Como as mídias sociais proporcionam uma política populista: observações sobre liminaridade com base no caso brasileiro. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 59, n. 1, p. 404-427, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8658828>. Acesso em: 17 ago. 2023.

CHADE, J. Carta da ONU sobe o tom e denuncia crimes de Bolsonaro contra indígenas. **UOL**, 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/03/23/onu-denuncia-ataques-de-bolsonaro-aos-indigenas-e-cita-violacao-de-tratados.htm>. Acesso em: 25 jun. 2023.

CHADE, J. Carta da ONU sobre o tom e denuncia crimes de Bolsonaro contra indígenas. **UOL**, 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/03/23/onu-denuncia-ataques-de-bolsonaro-aos-indigenas-e-cita-violacao-de-tratados.htm>. Acesso em: 12 abr. 2023.

CHADE, J. Governo Bolsonaro escondeu crise humanitária de indígenas em reunião na ONU. **UOL**, 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/03/23/onu-denuncia-ataques-de-bolsonaro-aos-indigenas-e-cita-violacao-de-tratados.htm>. Acesso em: 25 jun. 2023.

CHOMSKY, N. **Mídia**: propaganda política e manipulação. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

CIDADANIA 23. **Posicionamentos**. [ca. 2019]. Disponível em: <https://cidadania23.org.br/posicionamentos/>. Acesso em: 26 maio 2023.

COIMBRA, M. R.; CARVALHO, W. J. Fake news e o ecossistema da desinformação: uma análise de verificações do fato ou fake do G1. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DA ABCIBER. 23., 2020, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: UFRJ, 2020. Disponível em: <https://abciber.org.br/simposios/index.php/abciber/abciber13/paper/viewPaper/1086> Acesso em: 13 jul. 2021.

COLLING, A. A construção histórica do feminino e do masculino. *In*: STREY, M. N.; CABEDA, S. T. L.; PREHN, D. R. (org.). **Gênero e cultura**: questões contemporâneas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 13-38.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

CORTINA, A. **Cidadãos do mundo**: para uma teoria da cidadania. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

COSTA FILHO, I. C. Cidadania Comunicativa: a participação social no direito à comunicação. *In*: SILVA, D. T. *et al.* (orgs.). **Comunicação para a Cidadania**: 30 anos em luta e construção coletiva. São Paulo: Intercom, 2021. p. 133-158. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/uploads/wysiwyg/comunicacao-para-a-cidadania-30-anos-de-luta-e-construcao-coletiva.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2021.

CRENSHAW, K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color. *In*: FINEMAN, M. A.; MYKITIUK, R. (orgs.). **The public nature of private violence** Nova York. New York: Routledge, 1991. p. 1241-1299.

D'ANCONA, M. **Pós-verdade**: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. São Paulo: Faro Editorial, 2018.

DAMATTA, R. A. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DANTAS, F. A. **Dilma Rousseff, uma mulher fora do lugar**. as narrativas da mídia sobre a primeira Presidenta do Brasil. 2019. Tese (Doutorado) - Pós-Graduação Multidisciplinar em Cultura e Sociedade, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/29934>. Acesso em: 24 ago. 2023.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEL BIANCO; N. R.; LOPES, R. S. (org.). **O campo da comunicação**: epistemologia e contribuições científicas. São Paulo: Sociocom Livros, 2020.

DEMETRIO, N. O que é clientelismo? **Politize!** 2023. Disponível em: <https://www.politize.com.br/clientelismo/>. Acesso em: 18 set. 2023.

DEPUTADA Distrital Paula Belmonte. 2023. Disponível em: <https://paulabelmonte.com.br/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

DIAS, R. [S. l.], 2019. *Twitter*: @rejane_dias. Disponível em: https://Twitter.com/rejane_dias. Acesso em: 15 set. 2023.

DIAS, R. [S. l.], 2021. *Twitter*: @rejane_dias. Disponível em: https://Twitter.com/rejane_dias. Acesso em: 15 set. 2023.

DIAS, R. [S. l.], 2022. *Twitter*: @rejane_dias. Disponível em: https://Twitter.com/rejane_dias. Acesso em: 15 set. 2023.

DRUETTA, D. C. Escenarios para pensar la ciudadanía digital. **Versión Estudios de Comunicación y Política**: Nueva Época, n. 31, p. 11-20, 2013. Disponível em: <https://versionojs.xoc.uam.mx/index.php/version/article/view/534>. Acesso em: 24 ago. 2023.

DUARTE, J. Janja, esposa de Lula, vê machismo em críticas: "agora tem uma mulher que soma". **O Povo**, 2022. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2022/11/14/janja-ve-machismo-em-criticas-recebidas-agora-tem-uma-mulher-do-lado-dele-que-soma.html>. Acesso em: 24 jul. 2023.

DURÃES, M. Após ameaças, Duda Salabert vota de colete à prova de balas em Minas Gerais. **UOL**: eleições 2022, 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/02/duda-salabert-vai-votar-colete-a-prova-balas-em-bh.htm>. Acesso em: 14 ago. 2023.

DUTRA, D. C.; OLIVEIRA, E. Ciberdemocracia: a Internet como agora digital. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, v. 6, n. 11, p. 134-166, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/6696>. Acesso em: 24 ago. 2023.

ELIAS, J. Desigualdade no Brasil cresceu (de novo) em 2020 e foi a pior em duas décadas. **CNN Brasil**, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/desigualdade-no-brasil-cresceu-de-novo-em-2020-e-foi-a-pior-em-duas-decadas/>. Acesso em: 03 fev. 2022.

ELÓI, C. L. **Não se nasce Malévola, torna-se**: a representação da mulher nos contos de fada. Rio de Janeiro: Metanoia, 2018.

ENTMAN, R. **Democracy without citizens**: media and the decay of american politics. Oxford: Oxford University Press, 1989.

ENTMAN, R. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x>. Acesso em: 24 ago. 2023.

ESCOSTEGUY, A. C. D. Mídia e questões de gênero no Brasil: pesquisa, categorias e feminismos. *In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS*, 28., 2019, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Compós, 2019. p. 01-21. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2019/trabalhos/midia-e-questoes-de-genero-no-basil-pesquisa-categorias-feminismo?lang=pt-br>. Acesso em: 24 ago. 2023.

ESTADÃO CONTEÚDO. Diretora da Vogue Brasil é criticada por festa considerada racista. **Revista Exame**, 2019. Disponível em: <https://exame.com/casual/diretora-da-vogue-brasil-e-criticada-por-festa-considerada-racista/>. Acesso em: 12 maio 2023.

ESTADÃO. **Joenia Wapichana**. 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/eleicoes/2022/candidatos/rr/deputado-federal/joenia-wapichana/1818/#:~:text=Total%20de%20Votos%3A%2011.221&text=Ve%C3%ADculo%20automotor%20terrestre%3A%20caminh%C3%A3o%2C%20autom%C3%B3vel%2C%20moto%2C%20etc>. Acesso em: 12 abr. 2022.

EULER, A. M. C.; FAULHABER, A.; MOREIRA, C. Mulheres à frente: caminhos para a visibilidade da agenda indígena no Brasil. *In: COLUMBIA women's leadership network in brazil*. Rio de Janeiro: Colombia Global Center: Fundação Lemann, 2020. p. 51-75. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/handle/doc/1123095>. Acesso em: 24 ago. 2023.

FARIA, E. C. *et al.* Previdência Social e condição de pobreza no Brasil. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, v. 21, n. 41, p. 122-141, 2021. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/view/26436>. Acesso em: 24 ago. 2023.

FAUSTO NETO, A. A circulação além das bordas. *In: FAUSTO NETO, A.; VALDETTARO, S. (orgs.). Mediatización, sociedad y sentido: diálogos entre Brasil y Argentina*. Rosario: Universidad Nacional de Rosario, 2010. p. 02-15. Disponível em: <https://cim.unr.edu.ar/publicaciones/1/libros/3/mediatizacion-sociedad-y-sentido-dialogos-entre-brasil-y-argentina>. Acesso em: 24 ago. 2023.

FAUSTO NETO, A.; WESCHENFELDER, A. Contendas de sentidos: estratégias de mediação da doença do ex-presidente Lula. **Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v. 11, n. 22, p. 246-271, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/7018>. Acesso em: 24 ago. 2023.

FERNANDES, B. **Metodologia de análise em representações sociais**: Manual do Iramuteq incorporado. Chiado Books: Lisboa, 2019.

FERNANDES, C. M. *et al.* Campanha permanente de Dilma Rousseff: uma análise da comunicação governamental e das estratégias eleitorais. **Mediações Sociais**, n. 15, p. 81-100, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5209/MESO.54544>. Acesso em: 24 ago. 2023.

FERNANDES, C. M.; OLIVEIRA, L. A.; CAMPOS, M. M.; COIMBRA, M. R. A Pós-verdade em tempos de Covid 19: o negacionismo no discurso de Jair Bolsonaro no Instagram. **Liinc em Revista**, v. 16, n. 2, p. 01-18, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v16i2.5317>. Acesso em: 13 jul. 2021.

FERNANDES, E. B. Morte ao patriarcado: fraternidade, irmandade, sororidade. **Cadernos Pagu**, v. 63, p. 01-10, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/kzKGbt3svhfMHF96CNrVSnJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 jul. 2023.

FERRARI, Anderson *et al.* (orgs.) **Corpo, gênero e sexualidade**. Lavras: UFLA, 2014.

FERREIRA, A.; GALVÃO, S.; MENDES, M. VÍDEO: alunos são suspensos após fazerem 'movimentos sexuais' em escola no DF. **Portal G1**, Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/07/03/video-alunos-sao-suspensos-apos-fazerem-movimentos-sexuais-em-escola-no-df.ghtml>. Acesso em: 26 maio 2023.

FERREIRA, R. A. M. **Gênero e etnicidade**: o papel das mulheres tokens na promoção da igualdade e na mudança social. 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e das Organizações) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e das Organizações, Instituto Universitário de Lisboa, 2021. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/23322/1/master_raquel_martins_ferreira.pdf. Acesso em: 03 fev. 2022.

FERREIRA, R. M. G. **Gênero, política e ciberativismo**: as redes sociais podem se tornar espaços de integração das mulheres às vivências políticas? 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) - Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2021.

FERREIRA, S. R. S. Repensar a esfera pública política a partir das Câmaras de Eco: conceitos e questões metodológicas. **Liinc em Revista**, v. 18, n. 2, p. 1-17, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v18i2.6067>. Acesso em: 18 set. 2023.

FLEXA, M. S. R. [S. l.], 2019. *Twitter: @profmarcivania*. Disponível em: <https://Twitter.com/profmarcivania>. Acesso em: 15 set. 2023.

FOLTER, R. O que é Tokenismo? **Politize!** 2023. Disponível em: <https://www.politize.com.br/tokenismo/> Acesso em: 18 set. 2023.

FONSECA, B.; PAES, C. F.; OLIVEIRA, R. Governo Bolsonaro certificou 239 mil hectares de fazendas dentro de áreas indígenas. **Agência Pública**, 2022. Disponível em: <https://apublica.org/2022/07/governo-bolsonaro-certificou-239-mil-hectares-de-fazendas-dentro-de-areas-indigenas/>. Acesso em: 25 jun. 2023.

FONSECA, B.; SCOFIELD, L. Bolsonaristas usam código “Festa da Selma” para coordenar invasão em Brasília. **Agência Pública**, 2023. Disponível em: https://apublica.org/sentinela/2023/01/bolsonaristas-usam-codigo-festa-da-selma-para-coordenar-invasao-em-brasilia/?utm_source=Instagram&utm_medium=post&utm_campaign=invasao&utm_content=later-32180143. Acesso em: 16 jan. 2023.

FONSECA, R. M. G. S. Equidade de gênero e saúde das mulheres. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 39, n. 4, p. 450-459, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342005000400012>. Acesso em: 24 ago. 2023.

FOUCAULT, M. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FRANÇA, V. O objeto e a pesquisa em comunicação: uma abordagem relacional. *In*: MOURA, C. P.; LOPES, M. I. V. (orgs.). **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

FRANCESCHET, S. ¿Promueven cuotas de género los intereses de las mujeres? El impacto de las cuotas en la representación substantiva de las mujeres. *In*: TOBAR, M. (ed.). **Mujer y política: el impacto de las cuotas en América Latina**. Santiago: Catalonia, 2008. p. 61-96. Disponível em: <https://www.idea.int/publications/catalogue/mujer-y-politica-el-impacto-de-las-cuotas-de-genero-en-america-latina>. Acesso em: 24 ago. 2023.

FREITAS, C. M. *et al.* Da Samarco em Mariana à Vale em Brumadinho: desastres em barragens de mineração e Saúde Coletiva. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n.5, p. 01-

07, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00052519>. Acesso em: 24 ago. 2023.

FUNAI. Em 55 anos, Joenia Wapichana será a primeira mulher indígena a assumir a Presidência da Funai. **Gov.br**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/em-55-anos-joenia-wapichana-sera-a-primeira-mulher-indigena-a-assumir-a-presidencia-da-funai>. Acesso em: 20 fev. 2023.

GARCIA, C. C. **Breve História do Feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.

GAROTINHO, C. [S. l.], 2019. *Twitter*: @dep_clarissa. Disponível em: https://Twitter.com/dep_clarissa. Acesso em: 15 set. 2023.

GELEDÉS INSTITUTO DA MULHER NEGRA. Pandemia afeta a volta ao trabalho para a mulher negra. **Portal Geledés**, 2021. Disponível em: https://www.geledes.org.br/pandemia-afeta-a-volta-ao-trabalho-para-a-mulher-negra/?gclid=Cj0KCQiA_8OPBhDtARIsAKQu0gYSvEFZfN7ZM8ecXGbN61gbqyxzOZ_or_jPJBjG8y6lQmPLbVeq0fsaAnFXEALw_wcB. Acesso em: 26 jan. 2022.

GIDDENS, A. **As consequências da Modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GILLESPIE, T. A relevância dos algoritmos. **Parágrafo**, v. 6, n. 1, p. 95-121, 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/722/563>. Acesso em: 24 ago. 2023.

GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. A História do Futebol Feminino No Brasil. **Globo Esporte**, [ca. 2023]. Disponível em: <https://interativos.ge.globo.com/futebol/selecao-brasileira/especial/historia-do-futebol-feminino>. Acesso em: 26 jul. 2023.

GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. Invasão a terra indígena Waiãpi, no Amapá: veja perguntas e respostas sobre a situação. **Portal G1**, Amapá, 2019. Disponível

em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2019/07/29/invasao-a-terra-indigena-waiapi-no-amapa-veja-perguntas-e-respostas-sobre-a-situacao.ghtml>. Acesso em: 07 maio 2023.

GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. Ministro chama senadora de 'descontrolada', gera tumulto e se torna investigado pela CPI. **Portal G1**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/cpi-da-covid/noticia/2021/09/21/ministro-chama-senadora-de-descontrolada-gera-tumulto-e-cpi-suspende-reuniao.ghtml>. Acesso em: 18 fev. 2022.

GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. MP recorre pela cassação da dep. fed. Elcione Barbalho (MDB) por suposto uso indevido do fundo eleitoral. **Portal G1**, Pará, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/06/25/mp-recorre-pela-cassacao-da-dep-fed-elcione-barbalho-mdb-por-suposto-uso-ilegal-de-cota-de-genero-do-fundo-eleitoral.ghtml>. Acesso em: 30 abr. 2023.

GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. Pará é o estado que mais desmatou na Amazônia Legal em 2021, diz Imazon. **Portal G1**, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/01/17/para-e-o-estado-que-mais-desmatou-na-amazonia-legal-em-2021-diz-imazon.ghtml>. Acesso em: 30 abr. 2023.

GMR. **Media Ownership Matters**. [ca. 2023]. Disponível em: <http://www.mom-gmr.org/>. Acesso em: 17 set. 2023.

GOÉS, B. Helicópteros e “namorido” julgado por tortura: como vive a deputada federal mais rica da Câmara. **Época**, 2018. Disponível em: <https://epoca.oglobo.globo.com/politica/noticia/2018/06/helicopteros-e-namorido-julgado-por-tortura-como-vive-deputada-federal-mais-rica-da-camara.html>. Acesso em: 04 jun. 2023.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

GOFFMAN, E. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Editora Vozes. 2012.

GOMES, R. C. A. De “tia-do-café” à parlamentar: a sub-representação das mulheres negras e a reforma política. **Revista Sociais e Humanas**, v. 31, n. 1, p. 49-80, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2317175827893>. Acesso em: 24 ago. 2023.

GOMES, T. G.; MEDEIROS, C. R. O. Construindo e desconstruindo escândalos de corrupção: a operação Lava-Jato nas interpretações da Veja e Carta Capital. **Organizações & Sociedade**, v. 26, n. 90, p. 457-485, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-9260904>. Acesso em: 24 ago. 2023.

GOMES, W. S.; DOURADO, T. Fake news, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 16, n. 2, p. 33-45, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2019v16n2p33>. Acesso em: 13 jul. 2021.

GOMES, W. **Transformações da política na era da comunicação**. São Paulo: Paulus, 2004.

GOMES, W.; MAIA, R.; MARQUES, F. J. (orgs.). **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011. p. 175-196.

GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, p. 223-244, 1984. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/2298>. Acesso em: 24 ago. 2023.

GOV.BR. Casa Civil. **90% dos lares brasileiros já tem acesso à Internet no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2022/setembro/90-dos-lares-brasileiros-ja-tem-acesso-a-Internet-no-brasil-aponta-pesquisa>. Acesso em: 30 jan. 2023.

GOV.BR. Serviços e Informações do Brasil. **Lei anticrime entra em vigor nesta quinta-feira (23)**. 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/pt-br/noticias/justica-e-seguranca/2020/01/lei-anticrime-entra-em-vigor-nesta-quinta-feira-23#:~:text=Nesta%20quinta%20feira%20\(23\)%2C%20entra%20em%20vigor%20a,e%20p rocessual%20penal%20do%20pa%C3%ADs](https://www.gov.br/pt-br/noticias/justica-e-seguranca/2020/01/lei-anticrime-entra-em-vigor-nesta-quinta-feira-23#:~:text=Nesta%20quinta%20feira%20(23)%2C%20entra%20em%20vigor%20a,e%20p rocessual%20penal%20do%20pa%C3%ADs). Acesso em: 07 abr. 2023.

GOVERNO NA CÂMARA. **Veja o discurso de Célia Xakriabá na posse de Sônia Guajajara**. [S. l.: s. n.], 11 jan. 2023. 1 vídeo (10min40s). Publicado pelo canal Governo na Câmara dos deputados do Brasil. Disponível em: https://youtu.be/1-zkAek_Lh4?si=jQnsYr8VtPMUIrWS. Acesso em: 16 jan. 2023.

GROSFOGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI.

Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>. Acesso em: 24 ago. 2023.

GURGEL, A. [S. l.], 2019. *Twitter: @alinegurgel_ap*. Disponível em:
https://Twitter.com/alinegurgel_ap. Acesso em: 15 set. 2023.

HABERMAS, J. **A mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DR&A editora, 2006.

HARAWAY, D. Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HOLLANDA, H. (org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 157-212.

HEILBORN, M. L. De que gênero estamos falando. **Sexualidade, gênero e sociedade**, v. 1, n. 2, p. 1-6, 1994. Disponível em:
http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/99_1042_dequegeneroestamosfalando.pdf. Acesso em: 15 set. 2023.

HELMOND, A. A plataformização da Web. In: OMENA, J. J. **Métodos digitais: teoria-prática-crítica**. Lisboa: Icona, 2019. p. 49-72

HJARVARD, S. Miatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **MATRIZES**, v. 5, n. 2, p. 53-91, 2012. Disponível em:
<https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v5i2p53-91>. Acesso em: 24 ago. 2023.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Tradução Luiz Repa. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

HOOKS, B. **E eu não sou uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

HYPENESS. Talíria Petrone faz discurso na Câmara enquanto amamenta filha e dá esperança de dias melhores. **Hypeness**, 2021. Disponível em:

<https://www.hypeness.com.br/2021/06/taliria-petrone-faz-discurso-na-camara-enquanto-amamenta-filha-e-da-esperanca-de-dias-melhores/>. Acesso em: 18 fev. 2022.

IASULAITIS, S.; NEBOT, C. P. Websites eleitorais como instrumentos para o cibermarketing, o voto informado ou a participação cidadã? O uso de Webs pelos candidatos ao ayuntamiento de Madrid no pleito de 2011. *In*: PANKE, L.; MACEDO, R. G.; ROCHA, D. (org.). **A mobilização social no contexto político e eleitoral**. Capivari: Editora Nova Consciência, 2013. p. 99-124.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Resumo da Lei Maria da Penha**. 2023. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/resumo-da-lei-maria-da-penha.html>. Acesso em: 28 jul. 2020.

INSTITUTO MERCADO POPULAR. Porque sou sex positive. **MP**, 2014. Disponível em: <https://mercadopopular.org/genero-sexualidade/por-que-sou-sex-positive/>. Acesso em: 22 jan. 2022.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. Por que as taxas brasileiras são alarmantes? **Dossiê Femicídio**, [2018]. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/femicidio/capitulos/qual-a-dimensao-do-problema-no-brasil/#brasil-e-o-5o-no-ranking-de-homicidios-de-mulheres>. Acesso em: 26 jan. 2022.

INSTITUTO VAMOS JUNTAS. [S. l.], 16 fev. 2022b. Instagram: @vamosjuntasorg. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CaDARsUuV1h/>. Acesso em: 16 fev. 2022.

INSTITUTO VAMOS JUNTAS. Quem somos. **Vamos Juntas**, 2022a. Disponível em: <https://institutovamosjuntas.org/sobre/>. Acesso em: 16 fev. 2022.

INTERCEPT BRASIL. "**Você não merece ser estuprada**". [S. l.: s. n.], 05 abr. 2017. 1 vídeo (53s). Publicado pelo canal Letras Pretas. Disponível em: <https://youtu.be/RAuUtFRguxQ?si=QJp8hbiQGICF-u9q>. Acesso em: 15 dez. 2020.

INTERCEPT BRASIL. **Leia todas as reportagens que o intercept e parceiros produziram para a vaza jato**. 2020. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2020/01/20/linha-do-tempo-vaza-jato>. Acesso em: 07 abr. 2023.

INTERCEPT BRASIL. **Série**: as mensagens secretas da lava jato. 2023. Disponível em: <https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/>. Acesso em: 07 abr. 2023.

INTERVOZES. Políticos donos da mídia: levantamento do Intervozes em 10 estados denuncia prática ilegal de candidatos que são proprietários de canais de Rádio e TV. **Intervozes**: coletivo brasil de comunicação social, 2018. Disponível em: <https://intervozes.org.br/politicos-donos-da-midia-levantamento-do-intervozes-em-10-estados-denuncia-pratica-ilegal-de-candidatos-que-sao-proprietarios-de-canais-de-radio-e-tv/>. Acesso em: 03 jun. 2021.

INTERVOZES. **Who controls the media in Brazil?** [2021?]. Disponível em: <http://brazil.mom-rsf.org/en/> Acesso em: 03 jun. 2021.

IPEA. **Atlas da violência 2018**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2018. Disponível em: https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2018/06/IPEA_FBSP_AtlasdaViolencia2018Relatorio.pdf. Acesso em: 01 jun. 2021.

JAMIESON, K. H. **Beyond the double binds**: women and leadership. Oxford: Oxford University Press, 1995.

JOENIA Wapichana Deputada Federal. **Sobre**. [2022?]. Disponível em: <https://joeniawapichana.com.br/deputada-joenia-wapichana/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

KANTER, R. M. **Men and women of the corporation**. 2. ed. Nova York: Basic Books, 1993.

KANTER, R. M. Some effects of proportions on group life: Skewed sex ratios and responses to token women. **The American Journal Sociology**, v. 82, n. 5, p. 965-990, 1977. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/226425>. Acesso em: 24 ago. 2023.

KELLNER, D. **A cultura das mídias**. Bauru: EDUSC, 2001.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**, v. 86, p. 93-103, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000100005>. Acesso em: 24 ago. 2023.

Kicis, B. [S. l.], 2022. *Twitter*: @Biakicis. Disponível em: <https://Twitter.com/Biakicis>. Acesso em: 15 set. 2023.

KILOMBA, G. **Plantation memories**: episodes of everyday racism. Münster: Unrast Verlag, 2010.

KON, S. **Imagem**: da caverna ao monitor, a aventura do olhar. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2013.

KRECKEL, R. **Politische Soziologie der sozialen Ungleichheit**. Frankfurt: Campus, 1992.

LEAL, A. Deputada Talíria Petrone, do PSOL, revela que PF descobriu plano para matá-la, e diz que Witzel ignora pedidos de escolta no Rio. **Portal Geledés**, 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/deputada-taliria-petrone-do-psol-revela-que-pf-descobriu-plano-para-mata-la-e-diz-que-witzel-ignora-pedidos-de-escolta-no-rio/>. Acesso em: 15 fev. 2022.

LEAL, I.; NASCIMENTO, A. Rejane Dias é aprovada como conselheira do Tribunal de Contas do Estado do Piauí. **Portal G1**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2023/01/10/deputados-sabatinam-rejane-dias-para-vaga-no-tce-pi-apos-aprovacao-de-comissoes-da-alepi.ghtml>. Acesso em: 20 fev. 2023.

LEAL, P. R. F.; VIEIRA, M. B. M. H. O fenômeno da personalização da política: evidências comunicacionais das campanhas de Dilma e Serra em 2010. **Teoria e Cultura**, v. 4, n. 1 e 2, p. 41-50, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12142>. Acesso em: 24 ago. 2023.

LEE, J. Y.; HEMPHILL, A. Inteligência artificial: o curioso fenômeno das bandas virtuais de K-pop. **BBC News Brasil**, 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-63942984>. Acesso em: 18 jan. 2023.

LEITE, T. S. C. **Crítica ao feminismo liberal**: valor-clivagem e marxismo feminista. São Paulo: Contracorrente, 2020.

LEMOS, A. I. G. A metropolização nos países do terceiro mundo. **Revista do Departamento de Geografia**, n. 13, p. 07-36, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.7154/RDG.1999.0013.0001>. Acesso em: 21 jan. 2022.

LEMOS, A.; LÉVY, P. **O futuro da Internet**: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010. v. 13.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LÉVY, P. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

LÉVY, P. A revolução contemporânea em matéria de comunicação. **Revista Famecos**, v. 5, n. 9, p. 37-49, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.1998.9.3009>. Acesso em: 24 ago. 2023.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIBARDI, G.; JACKS, N. Interseccionalidade como ferramenta teórico-metodológica: apontamentos para a pesquisa de recepção e consumo midiático. **Signos do Consumo**, v. 12, n. 2, p. 03-13, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-5057.v12i2p3-13>. Acesso em: 24 ago. 2023.

LIMA, A. B. P. A Reforma da previdência das mulheres. *In*: RAMOS, G. T. *et al.* **O golpe de 2016 e a reforma da previdência**: narrativas de resistência. Bauru: Canal 6, 2017. p. 39-42.

LIMA, K. D.; PIMENTEL, C.; LYRA, T. M. Disparidades raciais: uma análise da violência obstétrica em mulheres negras. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 4909-4918, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.24242019>. Acesso em: 24 ago. 2023.

LIMA, M. F. U. M.; VALENTE, J. C. L. Regulação de plataformas digitais: mapeando o debate internacional. **Liic em Revista**, v. 16, n. 1, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v16i1.5100>. Acesso em: 16 jan. 2022.

LIMA, Renan. Estado Mínimo: o que é?. **Polítize!**, 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/estado-minimo/>. Acesso em: 07 abr. 2023.

LIMA, V. A. Sete teses sobre mídia e política no Brasil. **Revista USP**, n. 61, p. 48-57, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i61p48-57>. Acesso em: 24 ago. 2023.

LIPPMANN, W. **Opinião pública**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

LIZIANE Bayer. [2019?]. Disponível em: <https://www.lizianebayer.com.br/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

LOPES, M. I. V. **Epistemologia da comunicação no Brasil: trajetórias autorreflexivas**. São Paulo: ECA/USP, 2016.

LOURENÇO, E. A. S.; LACAZ, F. A. C.; GOULART, P. M. Crise do capital e o desmonte da Previdência Social no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, n. 130, p. 467-486, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.119>. Acesso em: 24 ago. 2023.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, 2014, p. 935-952.

LUVIZOTTO, C. K.; SENA, K. E. R. Cidadania Digital e tecnologia em rede: entre comunicação, algoritmos e aplicativos cívicos. **Liinc em Revista**, v. 18, n. 2, p. 01-18, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v18i2.6070>. Acesso em: 24 ago. 2023.

LUZ, M. M.; GOMES, R. L. R. Reforma da previdência e os impactos para as mulheres. **Revista Caribeña Sociales**, p. 03-17, 2019. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/caribe/2019/12/reforma-previdencia-mulheres.html>. Acesso em: 05 mar. 2023.

MACHADO, Débora. A modulação algorítmica de comportamento e suas categorias operativas a partir das patentes da Facebook Inc. **Revista Epitc**. v. 22, n. 2, p. 97-111, 2020.

MAIA, D.; SANTOS, R. Aborto: entenda essa questão no Brasil e no mundo. **Politize!**, 2023. Disponível em: <https://www.politize.com.br/aborto-entenda-essa-questao/>. Acesso em: 26 jan. 2022.

MANATO, S. [S. l.], 2019. *Twitter*: @DraManato. Disponível em: <https://Twitter.com/DraManato>. Acesso em: 15 set. 2023.

MANIN, B. A Democracia do Público reconsiderada. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 97, p. 115-127, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/qFr5XPcbRDwXjhRRkxLr6Qz/?lang=pt>. Acesso em: 06 jul. 2021.

MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. **RBCS**, n. 29, p. 01-21, 1995. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4418905/mod_resource/content/1/Manin%20-%20Metamorfoses%20do%20governo%20representativo%20%28artigo%29.pdf. Acesso em: 18 abril 2016.

MANNE, Kate. Ameaçando as mulheres. In: BAPTISTA, Maria Ma.; CASTRO, Fernanda de. (orgs.) **Gênero e performance** – textos essenciais. Coimbra: Grácio Editor, 2019, P. 145-172

MANSUR, R. Projeto que aumenta em 298% salário de Zema é aprovado em 1º turno pela ALMG. **Portal G1**, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/04/04/projeto-que-aumenta-em-298percent-salario-de-zema-e-aprovado-em-1o-turno-pela-almg.ghtml>. Acesso em: 07 abr. 2023.

MARCONDES FILHO, C. (org.). **Dicionário da Comunicação**. São Paulo: Paulus Editora, 2009.

MARQUES, T. C. N. **O voto feminino no Brasil**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019. Kindle.

MARTINS, D. As 10 Redes Sociais mais usadas no Brasil em 2023. **Rock Content**, 2022. Disponível em: <https://rockcontent.com/br/blog/as-maiores-redes-sociais/>. Acesso em: 21 jul. 2023.

MARTINS, J. M. L. **O novo jogo eleitoral brasileiro**: PT e PSDB na democracia de público. Curitiba: Appris, 2019.

MARTINS, S. F. O orçamento impositivo da EC nº 86/2015: uma análise crítica. **Couto de Barros & Martins Advogados**, [ca. 2020]. Disponível em: <https://coutodebarrosemartins.com/o-orcamento-impositivo-da-ec-no-86-2015-uma-analise-critica/>. Acesso em: 13 jun. 2023.

MATA, C. C. I. B. *et al.* As consequências da reforma da previdência do Brasil para a desigualdade de gênero: a vulnerabilidade das mulheres para recebimento de benefícios previdenciários a partir da emenda constitucional nº103/2019. **Revista de Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Direito da Seguridade Social**, v. 5, n. 1, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://laborjuris.emnuvens.com.br/laborjuris/article/view/59/49>. Acesso em: 03 jun. 2023.

MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder soberania estado de exceção política da morte. **Arte & Ensaios**, n. 32, p. 122-151, 2016.

MCCANN, H. *et al.* **O Livro do Feminismo**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação: como extensões do homem**. Editora Cultrix, 1974.

MELO, H. P.; THOMÉ, D. **Mulheres e poder**: histórias, ideias e indicadores. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

MENDES, A. M.; SARAIVA, I.; ALVES, M. Articulações discursivas no processo de impeachment de Dilma Rousseff. *In*: MENDES, A. M. *et al.* **Imagens do poder**: como os presidentes do Brasil foram retratados pelos meios de comunicação nos últimos 10 anos. Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG, 2020. p. 49-102. v. 1.

MENDONÇA, H. Cotas para mulheres impulsiona candidaturas à vice, mas homens seguem no controle das cabeças. **El País**, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-13/cota-para-mulheres-impulsiona-candidaturas-a-vice-mas-homens-seguem-no-controle-das-cabecas-de-chapa.html>. Acesso em: 10 fev. 2021.

MENDONÇA, R. Homens tiveram prêmio 10 vezes maior que mulheres na Copa; atletas rebatem. **UOL**, 2018. Disponível em: <https://dibradoras.blogosfera.uol.com.br/2018/10/30/mulheres-terao-premiacao-10-vezes-menor-que-homens-na-copa-atletas-rebatem/>. Acesso em: 11 mar. 2023.

MEU voto será feminista. 2022. Disponível em: <https://www.meuvotoserafeminista.com.br/>. Acesso em: 17 fev. 2022.

MEYERFELD, B. Tereza Cristina, la « Mme déforestation » de Jair Bolsonaro. **Le Monde**, 2020. Disponível em: https://www.lemonde.fr/m-le-mag/article/2020/05/29/tereza-cristina-la-mme-deforestation-de-jair-bolsonaro_6041103_4500055.html. Acesso em: 30 abr. 2023.

MIGALHAS. **Cidadania da mulher**: a conquista histórica do voto feminino no Brasil. 2021. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/274136/cidadania-da-mulher-a-conquista-historica-do-voto-feminino-no-brasil>. Acesso em: 28 jul. 2020.

MIGUEL, L. F. Capital Político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, n. 20, p. 115-134, 2003.

MIGUEL, L. F. **O colapso da democracia no Brasil**: da constituição do golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo: Expressão Popular, 2019.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, Flávia (orgs.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

MINGO, M. Empreendedorismo feminino na pandemia: dicas para ter um negócio próprio. **Revista Cláudia**, 2022. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/carreira/empreendedorismo-feminino-pandemia/>. Acesso em: 03 fev. 2022.

MIRANDA, C. M. Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil e no Canadá. **Interfaces Brasil/Canadá**: Revista Brasileira de Estudos Canadenses, v. 15, n. 1, p. 347-385, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/interfaces/article/view/6721>. Acesso em: 01 ago. 2021.

MISKOLCI, R. **Teoria queer**: um aprendizado pelas diferenças. 3. ed. rev. e ampl., Belo Horizonte: Autêntica: UFOP, 2021.

MIZRAHI, M. Funk é cultura?: arte, racismo e nação na criminalização de um ritmo musical. **METAXY**: Revista Brasileira de Cultura e Políticas em Direitos Humanos, v. 3, n. 1, p. 40-59, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy>. Acesso em: 18 jul. 2023.

MOFATTO, M. [S. l.], 2019. *Twitter*: @mofattomagda. Disponível em: <https://Twitter.com/MofattoMagda>. Acesso em: 15 set. 2023.

MOFATTO, M. [S. l.], 2021. Instagram: @magdamofatto.goias. Disponível em: <https://www.instagram.com/magdamofatto.goias>. Acesso em: 05 mar. 2023.

MOHSIN, M. 7 estatísticas do *Twitter* que você precisa conhecer em 2021. **Oberlo**, 2020. Disponível em: <https://www.oberlo.com.br/blog/estatisticas-Twitter>. Acesso em: 08 jun. 2021.

MOREIRA, S. V. “Análise documental como método e como técnica”. In: DUARTE, Jorge; BARROS, A. T. (orgs.) **Métodos e técnicas de Pesquisas em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2008. p. 269-279.

MORHY, E. Pará: clã Barbalho se perpetua no poder. **Amazônia Real**, 2022. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/eleicao-no-para/>. Acesso em: 30 abr. 2023.

MORIN, E. **Cultura de Massas no século XX**: Neurose. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1997.

MOROZOV, E. **Big tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu, 2018.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

MULHERES SOCIALISTAS. **Liziane Bayer**: “As mulheres precisam vencer o preconceito e contribuir para uma nova política”. 2015. Disponível em:

<http://www.mulheressocialistas.org.br/liziane-bayer-as-mulheres-precisam-vencer-o-preconceito-e-contribuir-para-uma-nova-politica/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

MÜLLER, L. Os sentidos do véu no ativismo *online* do movimento my stealthy freedom. **Tropos**: comunicação, sociedade e cultura, v. 10, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/4539>. Acesso em: 27 jan. 2023.

NATANSOHN, G.; PAZ, M. Entre usos y apropiaciones de tecnología digital: ciberfeminismos contemporâneos. *In*: ENCONTRO ANUAL DA COMPOS, 27., 2018, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: Compós, 2018. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2018/trabalhos/entre-usos-y-apropriaciones-de-tecnologia-digital-ciberfeminismos-contemporaneos?lang=pt-br>. Acesso em: 17 set. 2023.

Nolasco, M. Pra todas as mulheres. *In*: Nolasco, M. **Pra todas as mulheres**. São Paulo: MPN Produções Artísticas Ltda, 2020.

NOVAES, M. H. M.; BALAM, D. G. **Escreva como uma mulher**. Pereira Barreto: A Arte da Palavra, 2020.

O GLOBO. 'Trump dos trópicos': ex-presidente americano declara apoio à candidatura de Bolsonaro em sua rede social. **Editora Globo S/A**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/sonar-a-escuta-das-redes/noticia/2022/09/trump-dos-tropicos-ex-presidente-americano-declara-apoio-a-candidatura-de-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 25 jun. 2023.

OIT. **Trabalho Doméstico**. [ca. 2020]. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-domestico/lang--pt/index.htm#:~:text=Em%202016%2C%20o%20Brasil%20tinha,possuem%20carteira%20de%20trabalho%20assinada>. Acesso em: 26 jan. 2022.

OLIVEIRA, A.; OTTO, I. A linha do tempo do feminismo no Brasil de 1827 a 2023. **Capricho**, 2023. Disponível em: <https://capricho.abril.com.br/sociedade/a-linha-do-tempo-do-feminismo-no-brasil-de-1827-a-2023>. Acesso em: 24 jul. 2023.

OLIVEIRA, L. A.; SANTOS, D. L. V.; CARVALHO, W. J. Documentário o processo: uma narrativa sobre o impeachment da Presidenta Dilma. **Revista Extraprensa**, v. 12, n. 2, p. 179-203, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/extraprensa2019.150995>. Acesso em: 06 ago. 2020.

OLIVEIRA, L. A. **As estratégias retóricas na construção dos mundos de natureza ficcional da política**. Um estudo comparativo das campanhas à Prefeitura de Belo Horizonte e Salvador na eleição municipal de 2000. 2004. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro.

ONU MULHERES BRASIL. **Dia Laranja trata da violência contra mulheres e meninas em crises humanitárias**. 2017. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/dia-laranja-trata-da-violencia-contra-mulheres-e-meninas-em-crises-humanitarias/>. Acesso em: 28 maio 2023.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

PACHECO, J. PM diz que indígena morto em área invadida no Amapá tinha marcas de perfuração. **Portal G1**, Amapá, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2019/07/28/pm-diz-que-indigena-morto-em-area-invadida-no-amapa-tinha-marcas-de-perfuracao.ghtml>. Acesso em: 12 maio 2023.

PAIVA, B. Cruzeiro do Sul decreta situação de emergência com cheia do Juruá. **Agência Brasil**, 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2019-02/cruzeiro-do-sul-decreta-situacao-de-emergencia-com-cheia>. Acesso em: 14 jun. 2023.

PANKE, L. Candidatas guerreiras no Brasil: um estudo de caso das narrativas audiovisuais das mulheres mais votadas às prefeituras das capitais em 2020. **Cuestiones de género: de la igualdad y la diferencia**, n. 16, p. 459-474, 2021.

PANKE, L.; CERVI, E. U. Análise da Comunicação Eleitoral: Uma proposta metodológica para os estudos do HGPE. **Contemporânea/ Comunicação e Cultura**, v. 9, n. 3, p. 390-404, 2011.

PANKE, L.; IASULAITIS, S. Mulheres no poder: aspectos sobre o discurso feminino nas campanhas eleitorais. **Opinião Pública**, v. 22, n. 2, p. 385-417, 2016.

PARIZOTTI, R. Primavera feminista no Brasil. **El País**, 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533_406426.html. Acesso em: 16 dez. 2020.

PARTIDO NOVO. **Política, quanto menos você se envolve, mais os corruptos dominam.** [ca. 2020]. Disponível em: <https://novo.org.br/novidadesdiretorios/politica-quanto-menos-voce-se-envolve-mais-os-corruptos-dominam/>. Acesso em: 07 abr. 2023.

PAVAN, B. CLT alcança menos de 40% dos trabalhadores, mostra IBGE; vale a pena virar PJ?. **IstoÉ Dinheiro**, 2022. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/clt-alcanca-menos-de-40-dos-trabalhadores-mostra-ibge-vale-a-pena- virar-pj/>. Acesso em: 26 maio 2023.

PCDOB. **Apresentação.** [ca. 2018]. Disponível em: <https://pcdob.org.br/apresentacao/>. Acesso em: 13 maio 2023.

PEREIRA, P. F. S.; SILVA, C. M. R. M. Apresentação-povos indígenas: do processo de invisibilidade ao protagonismo na esfera pública Constitucional Brasileira. **Publicações da Escola da AGU**, v. 11, n. 1, 2019.

PINOTTI, F. Deputada Silvia Waiãpi diz que é “obrigada a aceitar” transexuais em discurso na Câmara. **CNN News Brasil**, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/deputada-silvia-waiapi-diz-que-e-obrigada-a-aceitar-transsexuais-em-discurso-na-camara/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

PIRES, M. F. C. Multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade no ensino. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 2, p. 173-182, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/DC3DXHvJpTYfKzNdrRgX9Nj/?form>. Acesso em: 21 jul. 2023.

PODER360. **Brasil tem recorde de candidatos com denominações evangélicas.** 2022b. Disponível em <https://www.poder360.com.br/eleicoes/brasil-tem-recorde-de-candidatos-com-denominacoes-evangelicas>. Acesso em: 30 de julho de 2023.

PODER360. Políticos do Brasil: **Adriana Ventura.** 2018. Disponível em: <https://eleicoes.poder360.com.br/candidato/29281#2018>. Acesso em: 07 abr. 2023.

PODER360. Políticos do Brasil: **Adriana Ventura.** 2022a. Disponível em: <https://eleicoes.poder360.com.br/candidato/29281#2022>. Acesso em: 07 abr. 2023.

POLITO, R. Quem fala melhor: Temer, Dilma ou Lula? **UOL: Economia**, 2016. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/blogs-e-colunas/coluna/reinaldo-polito/2016/05/17/diferencas-na-comunicacao-de-lula-dilma-e-temer.htm>. Acesso em: 16 dez. 2020.

PORTELA, I. [S. l.], 2019. *Twitter*: @iracemaportela. Disponível em: <https://Twitter.com/iracemaportela>. Acesso em: 15 set. 2023.

PORTELA, I. [S. l.], 2021. *Twitter*: @iracemaportela. Disponível em: <https://Twitter.com/iracemaportela>. Acesso em: 15 set. 2023.

PORTELA, I. [S. l.], 2022. *Twitter*: @iracemaportela. Disponível em: <https://Twitter.com/iracemaportela>. Acesso em: 15 set. 2023.

PORTELA, I. [S. l.], 2023b. *Twitter*: @iracemaportela. Disponível em: <https://Twitter.com/iracemaportela>. Acesso em: 15 set. 2023.

PORTELA, P. [S. l.], 2022. *Instagram*: @iracemaportella. Disponível em: <https://www.instagram.com/iracemaportella/>. Acesso em: 05 mar. 2023.

PORTELA, P. [S. l.], 2023a. *Instagram*: @iracemaportella. Disponível em: <https://www.instagram.com/iracemaportella/>. Acesso em: 05 mar. 2023.

POSSENTI, S. A misoginia como condicionante do golpe de 2016 no Brasil. **Discurso & Sociedade**, v. 12, n. 3, p. 581-593, 2018. Disponível em: [http://www.dissoc.org/ediciones/v12n03/DS12\(3\)Possenti.pdf](http://www.dissoc.org/ediciones/v12n03/DS12(3)Possenti.pdf). Acesso em: 28 jul. 2020.

PRAZERES, L. Ataques em Brasília: o recrutamento de militantes que antecedeu as invasões. **BBC News Brasil**, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64230619> Acesso em: 16 jan. 2023.

PRIMO, A. Interpretação mútua e reativa: uma proposta de estudo. **Revista da Famecos**, n. 12, p. 81-92, 2000.

PROFESSORA Dorinha. **Biografia**: Maria Auxiliadora Seabra Rezende. [ca. 2023?]. Disponível em: <https://professoradorinha.com.br/biografia/>. Acesso em: 14 fev. 2022.

PSDB na Câmara. **Mara Rocha - Ac.** [ca. 2017]. Disponível em: <https://psdbnacamara.com.br/deputados-2/?deputado=MARA%2520ROCHA>. Acesso em: 20 fev. 2023.

PUTTI, A. Deputada Talíria Petrone recorre à ONU após novas ameaças de morte. **Carta Capital**, 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/deputada-taliria-petrone-recorre-a-onu-apos-novas-ameacas-de-morte/>. Acesso em: 14 fev. 2022.

RECUERO, R.; BASTOS, M.; ZAGO, G. **Análise de redes sociais para a mídia social**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

RECUERO, R.; FRAGOSO, S.; AMARAL, A. **Métodos de pesquisa para Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2016.

RECUERO, R.; GRUZD, A. Cascatas de fake news políticas: um estudo de caso no *Twitter*. **Galáxia**, n. 41, p. 31-47, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gal/a/Kvxg4btPzLYdxXk77rGrmJS/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 30 jan. 2023.

RECUERO, R.; SOARES, F.; ZAGO, G. Polarização, hiperpartidarismo e câmaras de eco: como circula a Desinformação sobre COVID-19 no *Twitter*. **Contracampo**, v. 40, n. 1, p. 1-17, 2021.

RECUERO, R.; ZAGO, G. Em busca das “redes que importam”: redes sociais e capital social no *Twitter*. **Líbero**, n. 24, p. 81-94, 2016.

REDE BRASIL ATUAL. **Quem somos**. [201-?]. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 30 abr. 2023.

REINAM, E.; CENTENERAS, M.; TORRADO, S. América Latina é a região mais letal para as mulheres. **El País Brasil**, 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/24/actualidad/1543075049_751281.html. Acesso em: 18 jan. 2023.

REMEDIO, J. A.; DONÁ, S. A pejotização do contrato de trabalho e a reforma trabalhista. **Revista de Direito do Trabalho e Meio Ambiente do Trabalho**, v. 4, n. 2, p. 61-79, 2018.

REPUBLICANOS. **Aline Gurgel**. [ca. 2023?a]. Disponível em: https://republicanos10.org.br/quem_e_quem/aline-gurgel/. Acesso em: 20 fev. 2023.

REPUBLICANOS. **Sobre o republicanos**. [ca. 2023?b]. Disponível em: <https://republicanos10.org.br/sobre-o-republicanos/>. Acesso em: 3 jun. 2023.

RESENDE, M. A. S. [S. l.], 2019. *Twitter*: @profdorinha. Disponível em: <https://Twitter.com/profdorinha>. Acesso em: 15 set. 2023.

RIBEIRO, D. **Lugar de Fala**. São Paulo: Sueli Carneiro, Editora Jandaíra, 2020.

RIBEIRO, D.; NOGUEIRA, C.; MAGALHÃES, S. I. As ondas feministas: continuidades e descontinuidades no movimento feminista brasileiro. **Revista de Ciências Humanas e Sociais**, v. 1, n. 03, p. 57-76, 28 jan. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufob.edu.br/index.php/revistasul-sul/article/view/780>. Acesso em: 21 abr. 2022 jan. 2022.

ROCHA, M. [S. l.], 2019. *Twitter*: @soumara15. Disponível em: <https://Twitter.com/LizianeBayer>. Acesso em: 15 set. 2023.

ROCHA, M. [S. l.], 2023. Instagram: @mararochaacre. Disponível em: <https://www.instagram.com/mararochaacre/>. Acesso em: 05 mar. 2023.

ROCHA, N. Vítimas indígenas de Brumadinho ainda lutam para recuperar seu território. **Mongabay**, 2023. Disponível em: https://brasil.mongabay.com/2023/06/vitimas-indigenas-de-brumadinho-ainda-lutam-para-recuperar-seu-territorio/?utm_campaign=later-linkinbio-mongabaybrasil&utm_content=later-36085286&utm_medium=social&utm_source=linkin.bio. Acesso em: 18 jul. 2023.

RODRIGUES, A. D. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. *In*: MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. (orgs.). **O jornal**: da forma ao sentido. Brasília: Editora UNB, 2002. p. 217-233.

RODRIGUES, A. D. **Estratégias de comunicação**: questão comunicacional e formas de sociabilidade. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

RODRIGUES, D. C.; PENTEADO, C. L. C.; OLIVEIRA, T. S. Vidas negras importam: análise de redes sociais do ativismo em nuvem sobre os episódios #80Tiros e de George Floyd. **Mediações**: Revista de Ciências Sociais, v. 27, n. 2, p. 1-19, 2022. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/45720>. Acesso em: 17 jan. 2023.

RÔMANY, I. Certificamos: é falso que Manuela Dávila disse que aborto era única saída para não criar filho de ‘vagabundo’. **UOL**: Lupa, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2021/03/16/verificamos-manuela-davila-aborto/>. Acesso em: 13 jul. 2021.

RÔMULO, H. Afinal, o que é o municipalismo? **Estadão**, 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/gestao-politica-e-sociedade/afinal-o-que-e-o-municipalismo/>. Acesso em: 03 jun. 2023.

ROSA, P. L. B. P. Como funciona o sistema proporcional? **Tribunal Superior Eleitoral**, 2013. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/institucional/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-5-ano-3/como-funciona-o-sistema-proporcional>. Acesso em: 26 jan. 2023.

ROSSETTO, G. P. N.; CARREIRO, R.; ALMADA, M. P. *Twitter* e comunicação política: limites e possibilidades. **Compólitica**, v. 3, n. 2, p. 189-216, 2013. Disponível em: <http://www.compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/49/51>. Acesso em: 30 jan. 2023.

RUBIM, A. A. C. Contemporaneity as the media age. **Interface**: Comunicação, Saúde, Educação, v. 4, n. 7, p. 25-36, 2000.

RUIBAL, A. M. Feminismo frente a fundamentalismos religiosos: mobilização e contramobilização em torno dos direitos reprodutivos na América Latina. **Revista brasileira de ciência política**, p. 111-138, 2014.

SALES, G.; PRETTO, N. Com 91 deputadas eleitas, Câmara terá recorde de mulheres. **Nexo Jornal**, 2022. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2022/10/03/Com-91-deputadas-eleitas-C%C3%A2mara-ter%C3%A1-recorde-de-mulheres>. Acesso em: 22 jul. 2023.

SALVIATI, M. E. **Manual do Aplicativo Iramuteq**. Planaltina: Iramuteq, 2017

SANT'ANNA, D. B. **História da Beleza no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

SANTAELLA, L. **A Pós-Verdade é verdadeira ou falsa?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019.

SANTOS, A. Reflexões sobre a importância do pânico sexual para a ascensão do bolsonarismo ao poder. **Lumina**: Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação, v. 16, n. 3, p. 92-111, 2022.

SANTOS, A.; MACHADO, T. L. As mulheres no movimento indígena de Oiapoque: uma reflexão a partir da associação das mulheres indígenas em mutirão. **Espaço Ameríndio**, v. 13, n. 1, p. 67-86, 2019.

SANTOS, B. S. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. [s.l.] [s.n.], 2010. p. 23-72. Disponível em: <https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Epistemologias%20do%20Sul.pdf>. Acesso em: 19 set. 2023.

SANTOS, D. L. V. **Mídia e Jogos Vorazes**: os meios de comunicação como (trans)formadores sociais. São Paulo: A Arte da Palavra, 2021.

SANTOS, D. L. V. *et al.* As narrativas de gênero na Câmara Federal: uma análise do *Twitter* da Dep. Professora Dorinha, Presidente da Bancada Feminina de 2019/2021. In: GOBBI, M. C.; SIMÕES, R. M. A; (orgs.). **Mídia, sociedade e ativismo**. Aveiro: Ria Editorial, 2021, p. 238-266.

SANTOS, D. L. V. **O fim da polarização PT versus PSDB em Minas Gerais**: uma análise das campanhas eleitorais no Facebook e horário eleitoral dos principais candidatos ao governo de Minas Gerais em 2018. 2020. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020.

SANTOS, D. L. V.; AMARAL, N. L.; COIMBRA, M. R. Pesquisas sobre a interface comunicação, gênero e política: um levantamento bibliográfico das publicações dos principais congressos da área. In: OLIVEIRA, L. A. *et al.* (orgs.). **Comunicação, Política e Gênero**: estudos sobre o papel da mídia nas eleições e na construção de representações sociais no Brasil contemporâneo. Pereira Barreto: A Arte da Palavra, 2022, p. 321-339.

SANTOS, D. L. V.; FERNANDES, C. M.; OLIVEIRA, L. A.; GOMES, V. B. A propaganda política no facebook: o uso das fanpages pelos principais candidatos à Prefeitura de Belo Horizonte. **Revista Rizoma**, Santa Cruz do Sul, v. 6, n. 1, p. 74-88, 2018.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Editora da USP, 2007.

SARDENBERG, C. M. B. O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres. **Inclusão Social**, v. 11, n. 2, 2018.

SANDBERG, S.; GRANT, A. Speaking while female. **The New York Times**, 2015. Disponível em <https://www.nytimes.com/2015/01/11/opinion/sunday/speaking-while-female.html>. Acesso em: 29 nov. 2021.

SCHWARTZENBERG, R. **O Estado espetáculo**: ensaio sobre e contra o Star System em política. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1977.

SCHWENGBER, M. S. V. *et al.* Discursos dos ciberfeminismos e vulnerabilidades das violências de gênero em tempos de Covid-19. **RDP**, v. 17, n. 94, p. 309-335, 2020. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/4385>. Acesso em: 30 mar. 2021.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre: **Educação & Realidade**, v. 15, n. 2, p. 71-99, 1990.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Material Escolar**. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/material-escolar/>. Acesso em: 26 maio 2023.

SEIBT, T.; DANNENBERG, M. Pandemia, desinformação e discurso autoritário: os sentidos das declarações de Jair Bolsonaro no *Twitter* a partir de checagens do Aos Fatos. **Liinc em Revista**, v. 17, n. 1, p. 1-27, 2021. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5687>. Acesso em: 18 jul. 2023.

SENA, A. A. Voto Distrital. **Revista eletrônica EJE**, n.1, ano 5, 2015. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/institucional/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da->

eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-1-ano-5/por-que-a-urna-eletronica-e-segura. Acesso em: 26 jan. 2023.

SENAR. Projeto Paisagens Rurais. **Institucional Senar**, [ca. 2023?]. Disponível em: <https://cnabrazil.org.br/projetos-e-programas/paisagens-rurais>. Acesso em? 30 abr. 2023.

SENRA, R. ‘Sou chamada de delinquente e débil mental no Congresso’, diz deputada que confrontou ministro da Educação. **BBC News Brasil**, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47820343>. Acesso em: 06 jul. 2021.

SHALDERS, A. 4 perguntas para entender a reviravolta no caso das candidatas ‘laranjas’ do PSL de Bolsonaro. **UOL**, 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2019/10/08/4-perguntas-para-entender-a-reviravolta-no-caso-das-candidatas-laranjas-do-psl-de-bolsonaro.htm>. Acesso em: 28 jul. 2020.

SIGNATES, L. (org.) **Epistemologia da comunicação**: reflexões metateóricas sobre o especificamente comunicacional. Goiânia: Cegraf UFG, 2021.

SILVA, Denise. T. *et al.* (orgs.) **Comunicação para a cidadania**: 30 anos em luta e construção coletiva. São Paulo: Intercom e Gênio Editorial, 2021.

SILVA, J. M. **Feminismo na atualidade**: a formação da quarta onda. Recife, 2019.

SILVA, Kamila. V. A. **Quem vive, quem morre e quem conta a história**: um estudo de caso sobre a cobertura do tema feminicídio na Folha de São Paulo. 2021. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Comunicação Social - Jornalismo) - Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2021.

SILVA, L. N. C.; FERRAR, D. G. **Introdução à mineração de dados**. São Paulo: Saraiva, 2016.

SILVA, M. B. M. Existe um eleitor do Centrão? Clientelismo, força eleitoral e os partidos do Centrão. *In*: INÁCIO, M.; OLIVEIRA, V. E. **Democracia e eleições no Brasil**: para onde vamos? São Paulo: Hucitec, 2022. p. 141-161.

SILVA, M. G.; CHAVES, V.; BARBOSA, L. Mulheres eleitas e capital político familiar na Câmara dos Deputados: uma análise da 56ª legislatura (2019-2023). **Revista Sociedade e Estado**, v. 38, n. 1, p. 95-124, 2023.

SILVA, M. R. **“O que é ser mulher negra no Brasil?”**: O YouTube a serviço de uma nova representação. 2020. 200f. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 2020.

SILVA, P. Família Gurgel é a que mais controla partidos políticos no Amapá. **Diário do Amapá**, 2016. Disponível em: <https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/politica/familia-gurgel-e-a-que-mais-controla-partidos-politicos-no-amapa/>. Acesso em: 28 maio 2023.

SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

SILVA, T.; STABILE, M. (orgs.). **Monitoramento e pesquisa em mídias sociais**: metodologias, aplicações e inovações. São Paulo: Uva Limão, 2016.

SILVEIRA, S. A. Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo. **Revista USP**, São Paulo, n. 86, p. 28-39, 2010.

SILVEIRA, S. A. **Democracia e os códigos invisíveis**. São Paulo: Edições SESC, 2019.

SIMIEMA, C.; BRITO, T. O que é violência política de gênero?. **Politize!**, 2023. Disponível em: <https://www.politize.com.br/violencia-politica-de-genero/>. Acesso em: 27 jul. 2023.

SIQUEIRA, C. Bancada feminina aumenta 18,2% e em duas representantes trans. **Agência Câmara de Notícias**, 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/911406-bancada-feminina-aumenta-182-e-tem-duas-representantes-trans/>. Acesso em: 16 jan. 2023.

SOARES, G. Carla Zambelli é a congressista mais influente das redes, diz levantamento. **Poder360**, 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/congresso/carla-zambelli-e-a-congressista-mais-influente-das-redes-diz-levantamento/>. Acesso em: 15 fev. 2022.

SOARES, L. B. *et al.* Fatores explicativos das demarcações de terras indígenas: uma revisão de literatura. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 96, p. 1-24, 2021.

SODRÉ, M. **A sociedade incivil**: mídia, iliberalismo e finanças. Petrópolis: Editora Vozes, 2021.

SODRÉ, M. Um trajeto literário e conceitual. *In*: LOPES, M. I. V. (org.) **Epistemologia da comunicação no Brasil**: trajetórias autorreflexivas. São Paulo: ECA-USP, 2016.

SODRÉ, M.; PAIVA, R. Comunitarismo e sociedade incivil. **Revista Famecos**, v. 26, n. 1, p. 1-12, 2019.

SOUSA, I. N.; SANTOS, F. C.; ANTONIETTI, C. C. Fatores desencadeantes da violência contra a mulher na pandemia COVID-19: revisão integrativa. **Revista de Divulgação Científica Sena Aires**, v. 10, n. 1, p. 51-60, 2021.

SOUZA, F. "Sofri preconceito por ser mulher, nordestina, e agora 'sou velha'", diz Erundina. **BBC News Brasil**, 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37447572> Acesso em: 18 fev. 2022.

SOUZA, J. **Subcidadania brasileira**: para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.

SOUZA, O. B. O que você precisa saber para entender a crise na Terra Indígena Yanomami. **Instituto Socioambiental**, 2023. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/o-que-voce-precisa-saber-para-entender-crise-na-terra-indigena-yanomami>. Acesso em: 08 abr. 2023.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Mês da Mulher**: STF derruba uso de tese de legítima defesa da honra para crimes de feminicídio. 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=503655&ori=1>. Acesso em: 24 jul. 2023.

TAHAN, L.; BARBIERI, C. Paula Belmonte briga com primeira-dama e Ibaneis explode: “Não aceito meninice de dondoca”. **Metrópoles**, 2019. Disponível em:

<https://www.metropoles.com/colunas/grande-angular/paula-belmonte-briga-com-primeira-dama-e-ibaneis-explode-nao-aceito-meninice-de-dondoca>. Acesso em: 26 maio 2023.

TAITSON, B. Acampamento Terra Livre começa nesta quarta-feira em Brasília. **WWF**, 2019. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?70742/Acampamento-Terra-Livre-2019-comeca-nesta-quarta-feira-em-Brasilia>. Acesso em: 09 abr. 2023.

TAYLOR, K. O surgimento do movimento# vidasnegrasimportam. **Lutas Sociais**, v. 22, n. 40, p. 108-123, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/46658/31122> Acesso em: 17 jan. 2023.

TEIXEIRA, F. L. S.; CAMINHA, I. O. Preconceito no futebol feminino brasileiro: uma revisão sistemática. **Movimento**, v. 19, n. 1, p. 265-287, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.30943>. Acesso em: 17 jan. 2023.

THATY, M. Sancionada lei que tipifica crime de importunação sexual e pune divulgação de cenas de estupro. **Agência Câmara de Notícias**, 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/545209-SANCIONADA-LEI-QUE-TIPIFICA-CRIME-DE-IMPORTUNACAO-SEXUAL-E-PUNE-DIVULGACAO-DE-CENAS-DE-ESTUPRO#:~:text=Importuna%C3%A7%C3%A3o%20sexual%20e%20divulga%C3%A7%C3%A3o%20de,Deputados%20em%20mar%C3%A7o%20deste%20ano>. Acesso em: 28 jul. 2020.

THEMIS. **História**. [ca. 1998]. Disponível em: <https://themis.org.br/somos/historia/>. Acesso em: 02 jul. 2023.

THOMPSON, J. B. A interação mediada na era digital. **MATRIZES**, v. 12, n. 3, p. 17-44, 2018.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

THORPE, C. et. al. **O livro da Sociologia**. São Paulo: Globo Livros, 2016.

THURLER, A. L. Feminicídios na mídia e desumanização das mulheres. **Revista Observatório**, v. 6, n.6, p. 465-496, 2017.

TOSSE, M. Voto feminino: a história do voto das mulheres. **Politize!**, 2023. Disponível em: <https://www.politize.com.br/conquista-do-direito-ao-voto-feminino/>. Acesso em: 28 de jul. 2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Estatísticas das candidaturas em 2018**. 2020c. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em: 06 ago. 2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Estatísticas do eleitorado**: por sexo e faixa etária, em 2018. 2020a. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-faixa-etaria>. Acesso em: 06 ago. 2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Estatísticas do eleitorado**: por sexo e grau de instrução, em 2018. 2020b. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-grau-de-instrucao>. Acesso em: 06 ago. 2020.

TRINDADE, Luiz Valério. **Discurso de ódio nas redes sociais**. Editora Jandaíra, 2022. (Coleção Feminismos Plurais).

TUCHMAN, G. Contando “estórias”. In: TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Veja. 1993.

TUCHMAN, G. **Making News**. New York: The Free Press, 1978.

TUCHMAN, G. Objectivity as strategic ritual: an examination of newsmen's notions of objectivity,” **American Journal of Sociology**, v. 77, n. 4, p. 660-679, 1972.

TUFTE, T. O renascimento da Comunicação para a transformação social: redefinindo a disciplina e a prática depois da 'Primavera Árabe'. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 36, p. 61-90, 2013.

TUROLLO JUNIOR, R. Presidente transforma a EBC na ‘TV do Bolsonaro’, com audiência zero. **Veja**, 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/presidente-transforma-a-ebc-na-tv-do-bolsonaro-com-audiencia-zero>. Acesso em: 18 jul. 2023.

UNIVERSA. Com #GabinetedaPepa, ataques à Joice têm gordofobia e violência de gênero. **UOL**, 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/04/28/joice-hasselmann.htm>. Acesso em: 18 fev. 2022.

UNIVERSA. Joice é vítima de gordofobia no *Twitter* e dá resposta homofóbica. **UOL**, 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/10/20/joice-sofre-ataca-gordofobico-nas-redes-e-e-comparada-a-peppa-pig.htm>. Acesso em: 18 fev. 2022.

UOL. Campanha LGBTQIA+ do Burguer King com crianças sofre ataques homofóbicos. **UOL**: mídia e marketing, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/06/25/campanha-lgbt-do-burger-king-com-criancas-e-alvo-de-criticas-nas-Web.htm>. Acesso em: 06 jul. 2021.

UOL. Joice usa Miss Piggy, dos Muppets, em campanha para Prefeitura de São Paulo. **UOL**: eleições 2022, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/10/02/joice-usa-miss-piggy-dos-muppets-em-campanha-para-prefeitura-de-sao-paulo.htm>. Acesso em: 18 fev. 2022.

UOL. RMP: Diferença na premiação do futebol masculino e do feminino é absurda, **UOL**: Futebol feminino, 2022. Opinião. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2022/03/08/rmp-diferenca-na-premiacao-do-futebol-masculino-e-o-feminino-e-absurda.htm>. Acesso em: 11 mar. 2023.

UOL. Salário de homem branco supera em até 159% o de mulher negra, diz pesquisa. **UOL**: Economia, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/09/15/salario-medio-de-homem-branco-supera-em-ate-159-o-de-mulher-negra.htm> Acesso em: 21 jan. 2022.

VALADARES, J. Procuradoria diz que não há indício de invasão de terra indígena Waiãpi. **Folha de São Paulo**, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/procuradoria-diz-que-nao-ha-indicio-de-invasao-de-terra-indigena-waiapi.shtml>. Acesso em: 12 maio 2023.

VARELA, N. **Feminismo 4.0**: la cuarta ola. Ciudad de México: Ediciones B, 2019.

VENTURA, A. [S. l.], 2019. *Twitter: @adriventurasp*. Disponível em: <https://Twitter.com/adriventurasp>. Acesso em: 15 set. 2023.

VERGÈS, F. **Um feminismo descolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VERÓN, E. Esquema para el análisis de la mediatización. **Revista Diálogos de la comunicación**, n. 48, p 9-17, 1997.

VICENTE, L. M. D. A Reforma da Previdência de 2019 no Brasil e suas Consequências no Aprofundamento das Desigualdades de Gênero e da Feminização da Pobreza. **Direito Público**, v. 18, n. 97, 2021.

VIEIRA, D. Brasil é um dos 10 países com mais usuários no *Twitter*. **TecMundo**, 10 ago. 2019. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/redes-sociais/144654-brasil-10-paises-usuarios-Twitter.htm>. Acesso em: 16 dez. 2020.

VILA-NOVA, C. Ministra Damares Alves agiu para impedir aborto em criança de 10 anos. **Folha de São Paulo**, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/09/ministra-damares-alves-agiu-para-impedir-aborto-de-crianca-de-10-anos.shtml?origin=folha>. Acesso em: 26 jan. 2022.

WAPICHANA, R. [S. l.], 2019. *Twitter: @JoeniaWapichana*. Disponível em: <https://Twitter.com/JoeniaWapichana>. Acesso em: 15 set. 2023.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WOIDA, L. M. Coletivos ciberfeministas como fonte de informação. **Encontros Bibli**, v. 25, p. 01-24, 2020.

WOLF, N. **O mito da beleza**: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. 5. Ed. Rio de Janeiro: Roda dos Tempos, 2019.

ZAMBELLI, C. **CANALHAS!** Burger King, deixem nossas crianças EM PAZ!. [S. l.], 27 jun. 2021. Facebook: Carla Zambelli. 1 vídeo (30s). Disponível em: <https://touch.facebook.com/ZambelliOficial/videos/canalhas-burger-king-deixem-nossas-crian%C3%A7as-em-paz/4307889022607399/?depth=1>. Acesso em: 06 jul. 2021.

ZAMBELLI, C. [S. l.], 2022. *Twitter: @zambelli2210*. Disponível em: <https://Twitter.com/Zambelli2210>. Acesso em: 15 set. 2023.

ZENHA, L. Redes sociais *online*: o que são as redes sociais e como se organizam? **Caderno de Educação**, n. 49, p. 19-42, 2018.

ZIN, L. C.; BRAGA, J. P. Política, Feminismo e Redes Sociais: Análise dos ataques à Manuela Dávila no *Twitter* na disputa pela Prefeitura de Porto Alegre em 2020. *In*: CONGRESSO DE COMUNICAÇÃO DO CAMPO DAS VERTENTES, 1., 2021. São João del-Rei. **Anais** [...]. São João del-Rei: Universidade Federal de São João del-Rei, 2021. p. 1-18.

ZIRBEL, I. Ondas do Feminismo. **Blog de Ciência da Universidade Estadual de Campinas**: Mulheres na Filosofia, v. 7, n. 2, 2021, p. 10-31. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/wp-content/uploads/sites/178/2021/03/Ondas-do-Feminismo.pdf> Acesso em: 28 out. 2021.

ZUBA, F.; PAES, C. PF indícia Ministro do Turismo e mais 10 por candidaturas-laranja no PSL de Minas. **Portal G1**, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/10/04/pf-indicia-ministro-do-turismo-e-mais-10-por-candidaturas-laranja-no-psl-em-minas.ghtml>. Acesso em: 03 fev. 2022.